VISCONDE DE PORTO SEGURO
Natural de Sorocaba

HISTORIA GERAL
DO
BRASIL

ANTES DA SUA SEPARAÇÃO E
INDEPENDENCIA DE PORTUGAL

3.ª EDIÇÃO INTEGRAL

TOMO PRIMEIRO
(4.ª EDIÇÃO)

EDITORA-PROPRIETARIA
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
(Weiszflog Irmãos incorporada)
S. PAULO - CAIEIRAS - RIO

EXPLICAÇÃO

Publica-se agora a terceira edição integral da *Historia Geral do Brasil*, da autoria do Visconde de Porto Seguro (Francisco Adolpho de Varnhagen).

As duas primeiras, como é sabido, occorreram em vida do glorioso Autor; a terceira, de 1906, a cargo do Professor Capistrano de Abreu, por motivo do incendio que devorou a officina impressora não chegou a termo, com grave damno para as letras nacionaes. Do sinistro salvou-se felizmente a parte até então impressa, cerca de um terço da obra, que constituiu volume de limitada tiragem, livro raro e estimado, padrão de esclarecida erudição historica.

Esgotadas ha muito tempo aquellas e quasi inaccessivel esta, já se tornava preciso, depois de vinte annos, se cuidasse de nova edição desta *Historia*, por tantos e justos titulos considerada indispensavel a todo estudioso do passado brasileiro. A Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada), que em sua folha de serviços excellentes ás letras historicas conta, entre outros, as reedições da *Historia do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, das *Memorias da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, e da *Cultura e Opulencia do Brasil*, de Antonil, — tomou a si a empresa, e ao abaixo assignado commetteu a tarefa de revêr e annotar a obra, para a qual o Professor Capistrano de Abreu não só fez cessão do opulento acervo de notas e commentarios de sua edição de 1906, como tambem lhes accrescentou muitas outras notas ineditas, por igual interessantes e preciosas. Pelo immenso favor, com os agradecimentos que de si entendem, valham estas palavras como declaração de *jus auctoris*, que se impõe imprescindivel.

A *Historia Geral do Brasil* sáe dividida em quatro tomos, a cada um dos quaes acompanham indices alphabetico e de materias, para maior facilidade da consulta; algumas estampas e retratos, alem, que figuraram anteriormente, vão illustrar esta edição; os accrescimos e suppressões que o Autor pretendera se fizessem ao texto são fielmente observados; correcções de datas, nomes e outras correm á conta da actual revisão, que para ellas não julgou mister provocar em nota especial a attenção dos leitores. Dessa liberdade usou ainda com relação á graphia de algumas palavras, como de *Brasil* e seus derivados, *Espanha*, etc., observando nesse particular, quanto possivel, as resoluções da Conferencia convocada pelo Instituto Historico, em 1926, de referencia aos demais nomes geographicos.

As fontes bibliographicas vão indicadas nas notas; merece, entretanto, especial menção a *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, repositorio maximo de factos e documentos do passado nacional, do mesmo modo que cumpre assignalar a *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, de publicação recente, em cujas paginas de profunda analyse e vasta informação o annotador hauriu elementos valiosos para o seu trabalho.

As notas menores vão ao pé da pagina; as que exigiram maior explanação ou transcripção de documentos passam para o fim da correspondente secção. Umas e outras, quando seguidas da sigla **A**, se devem entender que pertencem ao Autor; de **C**, ao Professor Capistrano de Abreu; e de **G**, ao abaixo assignado.

RODOLPHO GARCIA

DEDICATORIA

A

SUA MAGESTADE IMPERIAL O SENHOR

D. PEDRO II

(Da 2.ª edição)

SENHOR!

Por segunda vez chego aos pés do Throno de Vossa Magestade Imperial *com o fructo de minhas locubrações acerca da Historia Patria, no periodo de mais de tres seculos anterior á «era da independencia e do imperio».*

Se a voz da consciencia não me accusou até hoje o minimo escrúpulo a respeito da imparcialidade com que tratei sempre de averiguar e de narrar os factos, não posso deixar de reconhecer que esta nova publicação leva grandes vantagens á precedente; assim pela maior cópia de factos apurados, como pela mais exacta apreciação de outros, aclarados pelo apparecimento de novos documentos ou por mais acurados exames.

A Vossa Magestade Imperial, *Senhor, Primeiro Estadista brasileiro que reconheceu e sanccionou a importancia do estudo da Historia da Nação, tanto para contribuir ao maior esplendor della entre os estranhos, como para ministrar dados aproveitaveis na administração do Estado, e tambem para fortificar os vinculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo, e ennobrecer o espirito publico, augmentando a fé no futuro e na gloria das letras,* — a Vossa Magestade Imperial, *que, com taes miras, Susteve e Levantou*

mui alto o Instituto Historico Brasileiro, Installando-o no proprio Palacio Imperial, Assistindo ás suas sessões ordinarias, Honrando aos seus socios, e Conferindo-me a mim, filho do povo, o necessario alento para, entre não pequenas contrariedades de todo genero, proseguir perseverante em taes estudos, á que uma innata vocação me conduzira, desvaneço-me em proclamar que devo o ter conseguido terminar esta obra, preambulo da gloriosa HISTORIA DA INDEPENDENCIA *que não tardarei a publicar. A acceitação por* Vossa Magestade Imperial *desta dedicatoria e os decretos de 14 de agosto de 1872 e 16 de maio de 1874, associando-me ao ponto de partida da historia da civilisação do Brasil, são actos de Sua Imperial Magnanimidade, que por si sós accusarão aos leitores futuros o reinado fecundo que produziu a obra, bem que ainda com defeitos, filha de aturado trabalho de uma vida sempre volada ao estudo e á investigação da verdade.*

Que Deus siga abençoando o reinado de Vossa Magestade Imperial, *para maior Glória Sua e felicidade da Patria, são os votos constantes que faz,*

SENHOR,

De Vossa Magestade Imperial,

O muito reverente e leal subdito

VISCONDE DE PORTO-SEGURO.

PROLOGO

(Da 2.ª edição)

—

«Os povos, disse Tocqueville, resentem-se eternamente da sua origem. As circumstancias que os acompanharam ao nascer e que os ajudaram a desenvolver-se influem sobre toda a sua existencia». «Se fosse possivel a todas as nações, prosegue o mesmo publicista, remontar... á origem da sua historia, não duvido que ahi poderiamos descobrir a causa primaria das prevenções, dos usos e paixões dominantes, — de tudo, emfim, quanto compõe o que se chama caracter nacional».

Estas poucas linhas de autoridade insuspeita servirão de carta de recommendação para aquelles que imaginem de menos interesse o estudo da nossa historia, nos tempos coloniaes, sob regimen differente do que adoptou o imperio independente e liberal.

«Uma nação, diz outro talentoso escriptor francez, é um grupo mais ou menos consideravel de familias, provindas ás vezes de sangue mui differente, mas todas unidas pela identidade de espirito publico: tem no passado uma só historia, não duas: e se della rompesse as tradições, deixaria de apresentar-se devidamente». E de feito: a mesma historia nos dá exemplos do caro que tem pago algumas nações o pretenderem renegar de todas as tradições do seu passado; custando isso, a umas o ser victimas do jugo estrangeiro, e a outras a perda de sua paz e tranquillidade, envolvendo-se em guerras civis e de raças interminaveis, sem poderem mais encontrar nucleo de cristallização, que sirva de base a novos principios de organização, admittidos por todos os cidadãos, pela poderosa e efficaz sancção dos seculos.

Outras considerações farão ainda mais sensivel a im-

portancia do estudo da historia patria colonial. Por occasião de ser proclamada a independencia e o imperio em 1822, o Brasil contava já em seu seio patricios eminentes, cidades policiadas e fontes de riqueza, abertas pela agricultura, pela industria e pelo commercio.

Fôra tudo isso obra do acaso, ou creado de repente? Não. Custára a vida e o trabalho de um grande numero de gerações; e pouco a pouco se haviam ido accumulando os elementos para esse grande acontecimento; e já nas proprias escolas do paiz e da metropole se haviam formado os illustres patricios que encaminharam a obra da regeneração, tendo á sua frente um Principe que até então não viajára em terra estranha. Além de que, d'entre os proprios colonos primitivos, troncos originarios, neste novo continente, de muitas familias, que hoje constituem o principal de sua povoação, — d'entre esses colonos, dizemos, submettidos ao antigo regimen, que hoje com razão tanto reprovamos, — e cujos males elles mais que nós soffreram, ameaçados com os rigores do livro quinto das Ordenações e até com as fogueiras da inquisição, muitos nos legaram acções meritorias e de abnegação e desinteresse, que, não só por gratidão como até por conveniencia, nos cumpre commemorar; pois, como diz um nosso illustre magistrado (*), «nada excita tanto o esforço do homem para o bem como a recordação das nobres acções de seus maiores... O zelo de suffragar a virtude dos paes é já nos filhos um principio de virtude». «Supprima-se ás nações o conhecimento do seu passado e teremos a humanidade sempre no berço da infancia».

Ora, se com respeito a todas as nações são estes principios verdades inconcussas, com mais razão se applicam elles á brasileira; pois que, entre as principaes da America, foi a que custou mais esforços e mores trabalhos aos seus colonizadores, antepassados, em grande parte, como fica dito, dos actuaes cidadãos.

Os estados hispano-americanos, com pequenas excepções, ou apresentaram, como as margens do Prata, campinas em que pouco mais que fazer houve que metter nellas gado, e acoçar os Indios com alguma cavallaria, ou formavam já povos obedientes e com certa civilização, como no Mexico, em

(*) O Sr. Desembargador Alencar Araripe.

Nova Granada e no Perú, onde, agarrado o antigo chefe, se conseguia submetter logo, mais ou menos facilmente, toda a nacionalidade a elle meio escravizada.

Na America do Norte não acharam os colonizadores estas facilidades; mas, em troco dellas, encontraram um clima como o donde vinham, rios sem cachoeiras, estradas fluviaes já feitas para penetrarem desde logo pelo interior; e encontraram tambem ou campos ou bosques, sem cobras nem animaes venenosos, e que durante o inverno se despiam de folhas, e permittiam aos lenhadores livre passagem entre os troncos, os quaes, uma vez cortados, não rebentavam mais; apodrecendo os tocos e as raizes, e deixando dentro de alguns annos a terra fertilizada, e facil de ser sulcada pelo arado. A propria neve, que ahi cobre a terra durante alguns mezes de inverno, serve de fecunda-la mais; infiltrando-se nella a agua pouco a pouco, causando a morte ás formigas e a outros insectos damninhos, ao passo que as chuvas torrenciaes muitas vezes prejudicam, varrendo com as enxurradas o humus das pendentes.

Quão differente se apresentou o Brasil aos seus colonizadores! O clima geralmente tropical na beiramar; o sol ahi alirazador para os filhos das zonas temperadas; grande numero de cachoeiras nos rios, de navegação semeada de escolhos e de perigos; serras asperissimas, invias e cobertas de espessas e impenetraveis matas; nestas animaes venenosos e cipós e espinhos que embaraçavam o transito, e com uma vegetação successiva, e tão vigorosa que ainda depois de derribado o mato virgem, depois do queimado, *encoivarado*, semeado, e recolhida a safra, rebentava de novo com vigor, e se convertia, dentro de pouco, outra vez em mato, se não virgem, de tal natureza que se necessitava repetir igual esforço para obrigar de novo a mesma terra a produzir, em vez de arvores seculares, ás vezes de fructos venenosos, os alimentos necessarios á vida do homem... Ah!... Quantos não desfalleceram nessa horrida luta, para elles antes desconhecida, e quanto vigor e quanta força de vontade não foi indispensavel aos que não ficaram no caminho, ou, desfallecidos, não regressaram á patria!

Podemos ter uma idéa do muito que a este respeito soffreriam os colonos, tanto senhores, como escravos africanos, lembrando-nos de como varios dos proprios grandes dona-

tarios, tão bem aquinhoados, preferiram abrir mão da empreza de cultivar e beneficiar os seus grandes senhorios ou verdadeiros estados, dando-se por felizes de haverem podido voltar com vida ao patrio lar!

E que diremos da luta, tantas vezes *inevitavel* que tiveram de travar com os Indios, e na qual não poucos pereceram e foram por elles devorados?! Inevitavel, dizemos, porque, no estado de fraccionamento em pequenas cabildas, hostis umas ás outras, em que os mesmos Indios foram encontrados em todo o actual territorio do Brasil, ainda quando os colonos, assim brancos como pretos, conseguiam a amisade daquelles do logar onde desembarcavam, tinham logo por inimigos os inimigos desses novos alliados, e se viam constrangidos a combater aos que destes eram contrarios, conforme succedeu (para citar dois exemplos bem conhecidos) com o Caramurú, na Bahia e com João Ramalho, em Piratininga. E ainda admittindo que muitas vezes abusavam os superiores dos inferiores, os senhores dos escravos, e uns e outros dos Indios, como é certo, não é tambem certo que, á custa das lagrimas do exilio, nos legaram elles a nós, seus herdeiros, as casas fabricadas, as fazendas criadas, as villas e cidades fundadas, — a vida, a religião, o commercio, a riqueza, a civilização,... a patria emfim?

Sirvam estas ligeiras considerações para indicar o espirito de tolerancia que reinará nesta obra, que, como acariciada por nós em toda a vida, aspira, pela sua propria imparcialidade, a passar á posteridade, tanto no Brasil, como fóra delle. Convencidos igualmente de que a verdade é a alma da historia, que só ella pode offerecer harmonia eterna entre os factos narrados, que o verdadeiro criterio da verdade historica não se pode aquilatar senão pela concordancia nos incidentes, não nos poupámos a nenhuns esforços, afim de remontar ás fontes mais puras. Não julgando sufficiente o que rezam as velhas chronicas, rebuscamos antigos documentos nos archivos, não só do Brasil, como de Portugal, da Hespanha, da Hollanda e da Italia; percorremos pessoalmente todo o nosso litoral; visitámos os Estados Unidos, varias Antilhas e todas as republicas limitrophes; — tudo, ha mais de trinta annos, graças especialmente ás fa-

cilidades que nos foram proporcionadas pelo proprio governo imperial, em serviço do estado; e antes, por accidentes, nem que providenciaes, da nossa vida, que nos haviam conduzido a cursar os estudos em Portugal, e a nos familiarizarmos ahi com a sua paleographia e os seus archivos e depositos de documentos manuscriptos, que continham a maior parte dos elementos que deviam vir a servir para reconstruir a historia patria. A existencia desses ricos thesouros foi por nós já em parte manifestada ao publico em 1839, nos escriptos que publicámos acerca de Pero Lopes e Gabriel Soares. E o cabal conhecimento que delles haviamos adquirido continuou sempre, ainda particularmente, á disposição de todos os illustres patricios que, para seus estudos ou em desempenho de commissões do governo, desde logo, ou depois de algums desenganos e estereis buscas, se resolviam a recorrer «a quem sabia e queria auxilial-os» (*), afim de poderem encontrar e fazer copiar grande numero de documentos ineditos, dos quaes muitos têm sido já dados á luz.

Em todo caso, hoje nos lisongeamos de poder com esta obra (que preenche bem ou mal, muitas lacunas na historia dos feitos gloriosos dos antigos Portuguezes) corresponder aos bons officios prestados pelo governo da metropole, tanto a nós pessoalmente, como em geral a todos os brasileiros.

Só o tempo poderá ir melhor descobrindo, aos que se votem a estudos mais profundos da historia patria, quanta perseverança puzemos neste empenho, e quão inabalavel foi a nossa fe para supprir com a applicação aturada a escassez das proprias forças...

Acerca do modo como procurámos realizar o nosso proposito cumpre-nos dar algumas explicações.

Pelo que respeita á escolha dos assumptos, que nos deviam merecer a preferencia, não seguimos servilmente nenhum modelo! Longe de nos limitarmos á narração dos successos politicos, ou a estereis biographias dos mandões, cujas listas ordenadas aliás julgamos da maior importancia para a chronologia, procuramos occupar-nos, principalmente dos factos mais em relação com o verdadeiro desenvolvimento e civilização do paiz: comprazendo-nos até de não deixar em

(*) J. F. Lisboa, Cart. 14.ª, de 30 de Nov. de 1856, p. 87 do folheto «Os Indios Brasis», etc.

esquecimento os modestos obreiros que prestaram algum serviço nas letras ou na industria, procurando sempre escrever antes um livro util e proprio a estimular o trabalho e a pratica das boas acções, do que puramente ameno e destinado á simples distracção.

Igualmente nos esforçámos por não ser prodigos nas narrações, nem pretenciosos nos juizos e analyse dos acontecimentos; pondo o maior empenho em commemorar, sempre com o possivel laconismo, e embora com menos elegancia, os factos mais importantes, e esmerando-nos em os descrever com a maior exactidão e clareza. Cada dia nos convencemos mais de que a historia é um ramo da critica, não da eloquencia; e que perante o tribunal della, o historiographo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que, depois de averiguar bem os factos, ouvindo as testemunhas, com o devido criterio, deve, feito o seu allegado com o possivel laconismo, sentenciar na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça.

Pelo brilho e ornato do estylo não levamos, pois, a menor pretenção de campear. Irão os periodos muitas vezes como foram de primeiro jacto concebidos, em presença dos documentos estudados. Ás vezes se encontrará um periodo escripto, com a differença de mais de vinte annos de tempo, do que se lho segue, e do que o precede; e todos sabem como é difficil, ainda aos mais exercitados, o desapegar-se dos travos e resaibos que por algum tempo deixam no gosto as fontes de que se bebe. A linguagem, porém, procurámos sempre que saisse puritana e de boa lei; e neste sentido temos mais de uma vez ouvido, com certo desvanecimento, da propria boca de alguns de escriptores nossos, politicos e literatos, que a nossa obra havia tido grande parte a firma-los no manejo da lingua vernacula.

Como temos dito por vezes, a escola historica a que pertencemos é estranha a essa demasiado sentimental que, pretendendo commover muito, chega a afastar-se da propria verdade. Fazemos a esse respeito uma verdadeira profissão de fé quando, ajuizando nesta obra a do illustre Rocha Pitta, dizemos ser a do escriptor bahiano «omissa em factos essenciaes, destituida de criterio, e alheia a intenções elevadas de formar ou de melhorar o espirito publico nacional, fazendo avultar, sem faltar á verdade, os nobres exemplos dos an-

tepassados», — e accrescentamos que aquelle autor não recorrera «ás mais puras fontes da historia; e que era mais imaginativo que pensador, mais poeta e admirador do bello que critico, vassallo da razão e escravo das provas authenticas».

Tambem nos cumpre repetir aqui o que já outra vez dissemos, que o amor á verdade nos obrigará mais de uma vez a combater certas crenças ou illusões, que já nos haviamos acostumado a respeitar. Aos que lamentem o ver dissipadas algumas dessas illusões de apregoados heroismos, rogamos que creiam que os haveremos precedido nessas jeremiadas; e pedimos se resignem ante a verdade dos factos, com tanta maior razão quando essa verdade, neste mesmo livro, lhes proporcionará, em vez dessas illusorias glorias, outras mais incontestaveis; sendo que não pequeno numero de pontos, em que havia duvidas, conseguimos deixar esclarecidos, não por nossos fracos talentos, mas pelos argumentos incontestaveis que resultam das provas que, mediante aturado estudo, conseguimos reunir.

Quanto ao methodo, bem que preferimos grupar os assumptos por determinadas epocas, esmerando-nos por que fossem as transições faceis, julgamos podermo-nos dispensar de adoptar no texto as divisões pedantes e escolasticas, em grandes periodos e em livros, contentando-nos, como na anterior edição, com a simples divisão em secções. Os Romanos chamavam-lhes livros, ao que parece, porque cada um se continha em um rolo de pergaminho.

Puzemos especialmente o maior empenho em guardar na obra toda a maior harmonia; não sendo em umas partes mais minuciosos, sómente porque dellas tinhamos á mão mais documentos; mas sim porque assim o reclamava a maior importancia do assumpto; isto afim de que o principio e fim da obra correspondam ao seu meio. Muitas vezes a concisão que se notará nos terá dado maior trabalho, por obedecer ao preceito do mestre que manda ao escriptor conter-se.

Os nossos escrupulos em condensar foram taes que passaram até a manifestar-se materialmente na propria impressão da obra; pois, em vez de fazer avulta-la, procuramos que saisse tão compacta quanto possivel; vindo a incluir em dois

volumes doutrina que poderia bem apresentar-se em dez ou doze, impressos de outra fórma; e ainda mais; reproduzindo em cada um delles os documentos já extensamente explicados no texto, resultando da obra muito maiores lucros em prejuizo dos candidos adquiridores.

Não nos deteremos aqui apresentando uma resenha dos muitos additamentos e melhoramentos importantes desta edição; começando pelo descobrimento da etymologia da palavra *Tupi;* pela verdadeira explicação da derrota de Pinzon e das provas de que o cabo da Consolacion não era o de Santo Agostinho, mas a ponta de Mocuripe; seguindo-se o do que já no reinado de D. Manuel começára a colonização, e o fabrico do assucar no Brasil, de que a verdadeira data da bulla da criação do primeiro bispado é 25 de Fevereiro de 1551, e não 1550 nem 1555, como corre escripto, etc. A estes e outros muitos mais factos ineditos, apurados exclusivamente pelo criterio historico, primam, porém, os que respeitam á ethnographia e anthropologia tupi, de cuja lingua procurámos popularizar entre nós o estudo, levando a cabo a custosa reimpressão da grammatica e dos valiosos diccionarios do Padre Montoya. Foi a melhor resposta que podiamos dar aos que levianamente nos accusam de prevenção contra os antigos habitadores desta região, denominados impropriamente indigenas; esquecendo-se, em taes accusações; de que em 1840 sustentavamos a necessidade do estudo e ensino das linguas da terra (*) a que já nos votavamos; de que em 1849 (**) propunhamos que se pedissem das Provincias certas informações acerca dos Indios; de que conseguiramos a criação no Instituto do Rio da secção de ethnographia, que nelle existe; e lloalmente de que fôra nesse campo que mais importantes investigações haviamos tido a fortuna de apresentar acerca da historia patria. Algumas noticias aproveitamos tambem de varios impressos modernos; e especialmente das publicações do Instituto Historico, do bem elaborado *Diccionario historico* do Maranhão do Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, das Memorias do Ceará do illustrado desembargador Alencar Araripe, das *Biographias* pernambucanas do fallecido commendador Mello, da reproducção da obra de Yves

(*) *Rev. do Inst.*, 3. p. 53.
(**) *Rev. do Inst.*, 12, 366 e 21, 431.

d'Evreux, devida ao nosso erudito amigo o Sr. Ferdinand Denis, e finalmente de umas notas manuscriptas acerca de Mato-Grosso, com que se dignou honrar-nos o illustrado almirante Leverger, Barão de Melgaço.

Além disso, quasi todas as secções receberam retoques em favor da maior harmonia do todo. Transferimos para o principio a secção respectiva á descripção do Brasil em geral, seguindo-se as relativas aos indios, as quaes, não só onde estavam causavam grande interrupção no fio da narração, como ficam desta forma constituindo melhor ponto de partida da obra toda. Na parte que respeita ás lutas com os hollandezes, seguimos a nossa historia especial desse periodo, supprimindo-lhe, com as devidas remissões, muitos documentos e notas e discussões, e alguns topicos vão ainda com melhoras e retoques.

Deste modo, se já a nossa primeira edição, enriquecida de grande numero de factos ineditos, e não conhecidos de Southey, lhe levava nesta parte as vantagens por elle proprio previstas (*) ao acabar de escrever, os melhoramentos desta nova são taes que dispensam quasi o cotejo, aliás hoje mui facil, graças á traducção dessa obra em portuguez.

Não duvidamos, porém, declarar que nesta edição se não encontra ainda a nossa ultima palavra: mas sim em um exemplar, com grandes margens, em que vamos fazendo correcções, que se aproveitarão por ventura algum dia em um simples supplemento a esta; isto inclusivamente com respeito ás idéas que submettemos á discussão acerca da procedencia dos Tupis, quando depois de bem debatidas, se haja recolhido mais alguma luz. Uma obra desta natureza, emquanto o autor vivo e trabalha, não chegou ao seu verdadeiro fim; pelo que, de taes obras, não se podem fazer estereotypias sendo os autores vivos. Necessitavamos, entretanto, por meio desta edição, alliviar-nos dos grandes cuidados que nos estava dando a guarda do seu original, sempre receiosos de que, por um incendio ou qualquer outro accidente, se perdessem, para o paiz e para o publico, os novos fructos recolhidos nos ultimos dezenove annos, — desde 1857, em tantos proximamente como haviamos levado a reunir os ele-

(*) «How much may be added to the history of Brasil, by one who has access to the archives», etc.

mentos para a primeira edição. Devendo a impressão ser feita em paiz estrangeiro, para facilita-la, assentamos de não copiar de novo todo o original, o que aliás sem duvida lhe teria dado mais fluidez e unidade; preferindo antes, para não ter que lutar com tantas difficuldades na revisão das provas, que o compositor se aproveitasse quanto possivel do texto impresso, onde não havia correcções. Ainda assim os leitores terão que desculpar se as erratas forem muitas, attendendo a haver sido esta edição feita em paiz onde não ha um revisor para a lingua portugueza, e não poder nunca um autor rever bem os seus proprios escriptos.

Caberia talvez aqui concluir com duas palavras acerca da pressa com que foi effectuada a primeira edição, e dos criticos que a sorte lhe deparou. Depois de haver reduzido as nossas explicações a mui poucas paginas, as essenciaes de satisfação ao publico, não as julgando de um interesse permanente, maximé para os estranhos, tivemos por mais acertado o deixa-las para um pequeno folheto separado, que opportunamente será publicado.

PREFACIO

(Da 1.ª edição)

«Uma das maiores emprezas do mundo (dizia o conde da Ericeira, D. Luis de Menezes) é a resolução de escrever uma historia; porque além de innumeravel multidão de inconvenientes, que é necessario que se vençam, e de um trabalho excessivo,... no mesmo tempo em que se pretende lograr o fructo de tantas diligencias, tendo-se *conseguido* formar o intento, vencer a lição, assentar o estylo, colher as noticias, lançar os borradores, tira-los em limpo, conferi-los e apura-los, quando quem escreve se anima na empreza... — então começa a ser réo, e réo julgado com... excessiva tyrannia» (*).

E o conde da Ericeira tinha razão. O trabalho de uma historia é, como o de um diccionario, tanto mais util ao publico e ingrato para o autor, quanto mais de consciencia houver sido feito. Assim como o estudioso que busca no diccionario uma palavra, e a não encontra a seu gosto, num assumpto a que se dedicou de profissão, decide por duas ou tres linhas do trabalho de sessenta mil artigos contido em mais de mil paginas, assim tambem julga ás vezes do todo de uma obra historica o ingenuo burguez, só por um facto ou data delle (omittido de proposito, ou alterado em virtude de documentos antes desconhecidos) e o pretencioso grammatico só por uma phrase em que embicou. Mas o historiador soffrerá maiores injustiças, se dotado de convicções profundas e de caracter firme e independente, em vez de adular vãos preconceitos vulgares, teve o necessario valor para enunciar francamente o que pensava, em contra destes. Entretanto

(*) Prologo da *Historia de Portugal Restaurado*, por D. Luis de Menezes, Conde da Ericeira.

é um facto que os contratempos experimentados pelos que se apresentam na arena, não são sempre de má recommendação. Por quanto, além de que menos merito teria qualquer empreza, quando em vez de trabalho e de trabalhos ella só fosse de gosos e de prazeres, recommenda um conhecido moralista que nos previnamos contra os autores de certas obras em que, no momento de apparecerem, o publico só encontra que applaudir (*), pois o que isso geralmente prova é que os taes autores escreveram menos com o intento de corrigir opiniões erradas, do que de angariarem applausos, radicando ás vezes ainda mais, com a sua autoridade, o erro e a injustiça.

Seja, porém, como fôr: saiba-se que desde que nos propuzemos a consagrar ao Brasil as nossas vigilias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de furma e com a dos principios que professamos, uma conscienciosa historia geral da civilização do nosso paiz, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de seculos de independencia chegaram a possuir, ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo: e por tanto arrostámos com os provaveis desasocegos e injustiças *futuras*, — se é que não já presentes. Embora! Deu-se em todo caso o primeiro passo. Fez-se, por assim dizer, a primeira resenha geral ou antes o primeiro *esboço* proporcionado dos factos que, mais ou menos desenvolvidos, devem caber na Historia Geral, em logares convenientes; indicaram-se as fontes mais puras e genuinas; e estes dois serviços (independentes do estylo e da maneira de pensar, que são especiaes a cada historiador) ficam feitos. Assim a integridade do Brasil, já representada magestosamente no Estado e no Universo pela monarchia, vai agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as historias das nações por uma historia nacional. O optimo é inimigo do menos mau. Não era justo que, em quanto não podiamos alcançar o optimo, nos contentassemos com o pessimo, que pessimo era não possuir a nação uma historia geral, digna deste nome, e sizuda e imparcialmente escripta. «Primeiro que tudo, ponderava em 1838 o illustre e digno philobrasilico Ferdinand Denis, é da mais alta importancia

(*) Neque, te ut miretur turba, labores. — Hor. Sat. X.

que os documentos que constituem a historia do paiz sejam afinal recolhidos. Para que as theorias *diarias* sejam uteis, é preciso offerecer-lhes uma base, ou para melhor dizer, um ponto de partida». Quasi pelo mesmo tempo se creava no Brasil o Instituto Historico, e sem conhecimento deste facto existia em nós, então na Europa e ainda frequentando as aulas, o pensamento atrevido (confessamol-o) da empreza desta obra: e já os estudos preparatorios para um dia a realizar, começados dois para tres annos antes, produziam preliminarmente, não só as *reflexões criticas* á obra de Soares, concluidas (e apresentadas ao vice-presidente da Academia das sciencias de Lisboa pelo dignissimo bispo conde S. Luis, depois cardeal patriarcha) em meiado de 1838, como a publicação do diario de Pero Lopes effectuada no anno seguinte.

A fundação do Instituto veiu, pois, dar-nos grande valor para a empreza, principalmente desde que o augusto Chefe do Estado resolveu collocar-se de facto á frente delle, apreciando altamente os trabalhos acerca da historia patria, pelos auxilios que podem prestar (independentemente dos que proporcionam á erudição e á literatura) ao estadista, ao jurisconsulto, ao publicista, ao administrador, ao diplomata, ao estrategico, ao naturalista, ao financeiro e aos varios artistas; e talvez tambem prevendo que com serviço nenhum melhor do que os que tivessem relação com a historia e geographia (e aqui cabem todos os productos naturaes), poderiam os seus subditos ser uteis ao saber humano em geral, entrando na grande communhão scientifico-literaria europea, de que por outro lado tantos auxilios recebemos, por meio da offerta de novos dados, que inclusivamente venham a ser ahi debatidos, em proveito da illustração do paiz. E todo o Instituto confessa, cheio de reconhecimento, que sem a protecção valiosa do SENHOR D. PEDRO II, elle teria deixado de existir: e por sua parte, este minimo socio declara que, sem a correspondente quota que dessa protecção lhe coube, o Brasil não teria hoje esta obra. Na verdade parece que o illustre Paulista Alexandre de Gusmão previa uma era de quasi seculo e meio no porvir, quando dizia, referindo-se a outro Augusto Soberano: «Procura Sua Magestade resuscitar as memorias da patria da indigna escuridade em que jaziam até agora». — Deste modo o honrado senador que do alto da tribuna proclamou os serviços prestados ao paiz pelo

Instituto Historico, em summa teceu mais uma corôa de gloria a PEDRO SEGUNDO.

A posteridade decretará as producções que hão de apparecer escriptas em cada uma das sempreverdes folhas dessa corôa. Ousadamente nos atrevemos a assegurar que aspiraria a Historia Geral a entrar na competencia, se na vastidão do plano e vigor da execução houvesse a obra correspondido ao typo que conceberamos, por ventura querendo avaliar a intensidade das forças pela immensidade dos desejos. Só na concisão correspondeu o desempenho ao nosso constante proposito. E procurámos, tanto quanto nos foi possivel, ser concisos, na persuasão de que não era uma historia mais minuciosa a que hoje podia ser mais util, ainda quando fôra possivel escreve-la, com certa harmonia, digamos assim, em todas as suas proporções architectonicas, o que aliás não seria facil, quando algumas destas estão ainda pouco examinadas, e tal exame tem de ser feito pouco a pouco, já pelos futuros editores de documentos ineditos, já por novos historiadores parciaes, que não tardarão a apparecer. Estes principalmente, ao ter presente este todo, o avaliarão com justiça; e quasi ousamos dizer que quantos mais defeitos lhe achem, isto é, quanto mais o estudem, *mais apreciarão o serviço preparatorio que aqui lhes offerecemos*, comprehendendo nelle as proprias notas que publicamos no fim, sob o titulo de *Auxilios Chronologicos*. — Dia virá em que a seu turno os seus trabalhos serão devidamente contemplados na Historia Geral.

Cumpre-nos dizer aqui duas palavras acerca da obra em geral, do estylo e da linguagem do seu autor; o que tudo se confirmará pela attenta leitura da obra.

Depois de uma ligeira exposição dos factos que contribuiram a pôr em contacto, no fim do seculo XV, a Europa com a America, tratamos rapidamente das primeiras explorações da costa, que de pouco interesse real eram para a historia do nosso paiz; pois que do tal modo não tinham deixado de si vestigios, que elles, na propria historia, se haviam quasi de todo apagado ou confundido. Insistimos, porém, mais do que nenhum dos que nos precederam em trabalhos identicos, na verdadeira apreciação comparativa do grau de civilização dos colonizadores, do de barbarie dos colonos escravos trazidos impiamente da Africa, e do de selvajaria dos

povos, ultimos invasores nomades, que occupavam em geral o territorio que hoje chamamos Brasil. — No tratar dos colonizadores Portuguezes, dos barbaros Africanos, e dos selvagens Indios procurámos ser tão justos como nos dictavam a razão, o coração e a consciencia. Era essencial partir de apreciações justas e imparciaes para justa e imparcialmente poder caminhar de fronte levantada, expondo a progressiva civilização do Brasil, sentenciando imparcialmente aos delinquentes e premiando o merito, sem perguntar a nenhum se procedia do sertão, se da Africa, se da Europa, ou se do cruzamento de sangue. De outro modo mal houveramos podido conscienciosamente condemnar aos ferozes assassinos do nosso primeiro bispo, aos barbaros aquilombados, aos cobiçosos Mascates e aos infelizes revolucionarios de 1798, nem victoriar devidamente o Indio Camarão, o preto Henrique Dias, o Portuguez conde de Bobadela e o pardo sertanejo Mandumçú. — Se houvessemos querido seguir commodamente as pisadas de alguns, que, nos pontos mais difficeis e melindrosos, em vez de os estudar e submetter á discussão publica, procuram eximir-se de dar o seu parecer, mui facil nos houvera sido narrar de modo que, se não contantasse a todos, pelo menos não descontentasse a nenhum, como ás vezes, hoje em dia, fazem certos politicos, de ordinario não sem prejuizo da causa publica.

Pelo que respeita a quanto dissemos dos colonizadores e dos colonos africanos, cremos que em geral apenas haverá discordancia de opiniões. Outro tanto não succede, porém, respectivamente aos Indios, philosophica e profundamente pouco estudados, e que não falta quem seja de voto que se devem de todo *rehabilitar*, por motivos cujas vantagens de moralidade, de justiça ou de conveniencia social desconhecemos, — nós que como historiador sacrificámos tudo ás convicções da consciencia, e estamos persuadidos de que, se, por figuradas idéas de *brasileirismo*, os quizessemos indevidamente exalçar, concluiriamos por ser injustos com elles, com os colonizadores, com a humanidade em geral, que toda constitue uma só raça, e portanto com a nação actual brasileira, a que nos gloriamos de pertencer (*).

(*) Veja-se a nossa dissertação — *Os Indios perante a nacionalidade brasileira* — publicada no *Panorama* de 1857, e tambem na 1ª ed. desta *Historia*.

Oxalá os leitores façam a devida justiça aos nossos principios, não por esta ou aquella passagem da obra, mas pelo seu conjuncto! Oxalá descubram nella, atravez da ostentação de uma tolerancia civilizadora, os sentimentos de patriotismo nobre e elevado que nos animaram; — não de outro lamentavel patriotismo cifrado apenas na absurda ostentação de vil e rancoroso odio a tudo quanto é estrangeiro! — Oxalá o nosso trabalho concorrera a fomentar, ao menos entre as gerações do porvir, o espirito de generosidade que guiou nossa penna em muitas occasiões, não sem que ás vezes nos olhos borbulhassem piedosas lagrimas!

. . . . . .

José Bonifacio de Andrada e Silva

HISTORIA GERAL DO BRASIL

SECÇÃO I

(VII. da 1. edição)

Nome de Brasil. Extensão. Paragem central. Formações geognosticas. Diamantes. Ferro. Ouro. Ausencia de terremotos. Climas. Meteorologia. Quadras do anno. Firmamento. Vegetação. Matas virgens. Capoeiras. Catingas. Madeiras. Outras producções. Fructas. Campos virgens. Falta de neve. Animaes. Passaros. Peixes. Contrastes de plantas e de animaes.

Terra do Brasil ou sómente Brasil foi o nome dado pelos Portuguezes á parte mais oriental do novo continente, em virtude de haverem ahi encontrado, em abundancia, certo lenho, que subministrou ao commercio uma tinta vermelha analoga á que até então, com esse nome, a Europa importava da Asia (1). O novo pau-brasil, que neste novo paiz era conhecido com o nome de *ibira-pitanga* ou pau-vermelho, acha-se classificado pelos botanicos no genero *cæsalpinia*. Mais tarde a denominação de Brasil veiu a fazer-se extensiva ao conjunto de todas as colonias portuguezas neste continente, as quaes, emancipando-se, vieram a constituir o actual imperio brasilico, hoje em dia um dos estados de maior extensão no globo, de cuja superficie terrestre abrange proximamente a decima quinta parte. Dilata-se desde as cabeceiras mais septentrionaes do caudaloso Amazonas até quasi as margens do Prata, alargando-se muito mais para as bandas do norte, á feição do continente meridional a que pertence, e do qual constitue quasi a metade.

Por toda a extensão que abraçam esses dois grandes rios, se erguem serranias, que produzem variegados vallos, por cujos leitos correm outros tantos rios caudaes. Metade proximamente do territorio mais a noroeste é retalhado em todos os sentidos pelas aguas do mencionado Amazonas e de seus possantes braços. Essas aguas vão com tanta furia arro-

jar-se ao mar, quasi debaixo da equinocial, que, durante certa distancia da costa, deixam as ondas delle de ser salgadas.

A superficie desse rio-mar, fluctuam immensas ilhas, cobertas de arvoredo. A estas roubam ás vezes as correntes a terra e as arvores, para engrandecerem outras ilhas, ou para mais abaixo as restituirem á mesma terra firme, donde as haviam desprendido.

Os grandes tributarios da margem direita do Amazonas procedem de serras e chapadões, que se erguem numa paragem proximamente central a todo o territorio, da qual vão ao Atlantico, pelo Prata, outras vertentes, depois de contornearem e banharem, com suas aguas, os districtos do sul. Dessa mesma paragem central, de aumno clima em todos os mezes do anno, baixam para o lado oriental outras vertentes; sendo assim a que melhor se presta a ligar entre si todo o systema de communicações fluviaes no imperio, e a que a propria natureza está indicando como a mais adequada para constituir o grande e poderoso nucleo da futura união, segurança e independencia do estado, offerecendo para o estabelecimento de uma grande capital quer o chapadão do Urucuia, quer o de Santa Maria.

Geognosticamente, a base de toda a mencionada extensão territorial é formada de gneiss, e suas competentes transições para as rochas congeneres; apparecendo o mesmo gneiss nas mais altas serras; seguindo-se, em outras, formações, tanto de arenitos de varios caracteres, incluindo os conhecidos com os nomes, de origem brasilica, de *itacolumites* e *itabirites* (11), como calcareas, umas metamorphicas, outras secundarias; vindo depois os arenitos terciarios, em que se devem comprehender os das antigas matrizes dos diamantes, os quaes não se têm manifestado senão de lavagem nos rios, ou em conglomeratos de recente formação. — Para as bandas do norte, perto da costa predominam os arenitos de côr; donde procede o terem, por ahi, os rios menos cachoeiras, por haver podido ser mais efficaz a acção desgastadora das aguas; ao passo que, pela razão inversa, na costa oriental se encontram em maior numero os portos e abrigadas.

Predominam em muitos logares as formações micaceas e schistosas, e não faltam marmores calcareos, especialmente

pretos. Abundam as minas de ferro, algumas de grande possança e riqueza; donde principalmente provem o serem as terras avermelhadas, por se acharem saturadas de oxidos ferruginosos, a logares mesclados até com oxidos de ouro, metal que tambem se encontra em muitos districtos, tanto nativo, em veeiros com o quartzo, e em folhetas ou em pó nos rios, como de muitas outras fórmas conhecidas pelos nomes indigenas de *tapanhuacanga*, *jacutinga*, *guapiaras* (III), etc.

Por toda a extensão do Brasil continental não se encontra um só vulcão, nem têm apparecido formações vulcanicas (IV); donde procede o ver-se quasi todo este grande imperio isento do flagello dos terremotos, que tanto affligem aos povos de varias nações limitrophes. Em todo o Brasil, até hoje, não ha memoria de se haverem sentido tremores, senão apenas nas suas extremas austro-occidentaes (Mato-Grosso), além de alguns leves abalos nas costas de nordeste (Pernambuco); provenientes sem duvida, aquelles da proximidade em que se acham das cordilheiras, e estes da de algumas erupções no mar, nas immediações da ilha de Fernando de Noronha, na qual inquestionavelmente predominam as formações basalticas.

Numa extensão tão vasta e com tão differentes elevações sobre o mar, como tem o Brasil, claro está que varios devem ser os climas e varia a ordem das estações, se estas, com os seus nomes inventados para as zonas temperadas, os podem ter correspondentes na zona torrida; embora haja, até debaixo da equinocial, não só climas temperados, como até frigidissimos e de neves perpetuas, bem que não dentro dos limites do territorio brasilico.

Póde em geral dizer-se que desde as beiras do Amazonas, seguindo pela costa até o sul, nas margens dos rios de todo o littoral, o clima é quente e humido, e apropriado ás plantas que demandam maior gráu de calor com humidade. Matos espessissimos, nos logares onde ainda não entrou o machado industrioso, sombreiam essa extensão, refrescada não só, diariamente, pela viração maretra e pelo terral, como tambem pelas chuvas amiudadas, pruinovidas pelos vapores distillados das mesmas arvores, ou pelas nevoas e nuvens levantadas pelos raios do sol. Expériencias feitas por muitos annos, em mais de um ponto da nossa

costa, dão em resultado que, dos dias do anno, são serenos proximamente uma terça parte, a outra nublados, e a terceira chuvosos; sendo destes (que occorrem no tempo de maior calor) mais de metade de trovoadas. A temperatura média, mui analoga por quasi toda a costa, regula, para as bandas do Rio de Janeiro, por dezesete graus e meio do thermometro de Réaumur (cent.). A maior humidade do verão faz que a ardencia do sul nunca se chegue tanto a sentir. Parece providencial nesta terra que os dias mais calorosos sejam justamente os de maior humidade.

Como paiz do hemispherio austral, as quadras do anno andam desencontradas com as da Europa, e verdadeiramente não ha mais que duas estações: a secca e a chuvosa. A estação secca, chamada *inverno*, é a mais fresca: começa no sul em Maio, e dura até Novembro ou Dezembro. Para o norte começa mais tarde: no Maranhão, Pará e ilha de Fernando, principia em Julho ou Agosto (1). Os mezes mais frescos são os medios da estação secca, e os mais quentes os medios da estação chuvosa, chamada *verão*. Durante a estação secca reinam os ventos lestes e nordestes; e com elles, junto á costa, correm as aguas para o sul; voltando a tomar a direcção opposta, apenas cessam os mesmos ventos.

Nos páramos dos sertões e nas campinas do sul é o clima temperadissimo; e com menos rigores de frio e calor que o dos paizes cuja bondade de ares é proverbial.

O firmamento ostenta-se no Brasil em toda a sua esplendida magnificencia. O hemispherio austral é, segundo sabemos, mais brilhante que o do norte, ao menos nas altas latitudes, donde se não pode ver a bella constellação do Cruzeiro, de todas as do firmamento a que mais attrae a attenção, ainda dos menos propensos a admirar a creação, nessas myriadas de mundos, que confundem o miseravel habitante deste nosso pequeno planeta.

A vegetação é successiva: poucas arvores perdem as folhas; algumas dellas carregam de flores, quando ainda os seus ramos vergam com o peso dos fructos da safra anterior; e destes ultimos vão uns inchando, quando já outros estão de vez ou de todo maduros. Nos terrenos de formação

(1) Para o Norte geralmente chama-se inverno a estação das aguas, ao contrario do Sul, onde esta estação, por ser a mais quente, se chama verão. — (C.)

de gneiss, em vigorosa decomposição pela acção fortissima da atmosphera e das chuvas torrenciaes, ha mais humidade, e a vegetação é mais luxuriosa, sendo ahi mais admiraveis as matas virgens. No litoral têm as plantas bastante analogia com as da costa d'Africa fronteira: nos alagados do mar pullulam as rhizophoreas, que chamamos mangues, as quaes se multiplicam pelos proprios ramos, que dos galhos se debruçam a buscar a terra. São arvores como que destinadas pelo Creador para marcar os leitos aos rios dos climas entretropicos, quando as suas aguas se vão mesclando com as salgadas do mar. Seguem muitas euphorbiaceas, malvaceas e leguminosas. Abundam, porém, mais que tudo, e que em paiz nenhum, as familias das palmeiras e das orchydeas, plantas aéreas de grandes e notaveis flores. Mas o que torna mais original a vegetação destes paizes é a abundancia dos cipós, que caem verticaes dos ramos das arvores ou as unem umas ás outras, como se fossem a enxarcia de seus troncos contra os tufões, ou finalmente se enroscam por ellas; e ás vezes com tal força que as afogam, ou com tal avidez que lhes chupam o melhor do seu succo, e as assassinam; substituindo assim ao antigo tronco, que apodrece e se consome com o tempo, outro novo em espiral. Tal é a necessidade das plantas de subirem para buscar a luz do sol, e á face delle apresentarem as flores anciosas de ver amadurecidos os orgãos da reproducção, que todas se fazem egoistas, e até assassinas e verdugos de suas vizinhas mais debeis, ou menos astutas. Para vencerem, neste campo de batalha continuo em prol da propria existencia, chegam a mudar de natureza, convertendo-se até arvores em cipós; e vindo inclusivamente, algumas palmeiras a degenerar em trepadeiras. São tambem notaveis as matas virgens tropicaes da America pelos botareos ou contrafortes, que adornam muitos dos troncos d'arvores perto do chão.

Apezar de tanta vida e variedade das matas virgens, apresentam ellas um aspecto sombrio, ante o qual o homem se contrista, sentindo que o coração se lhe aperta, como no meio dos mares, ante a immensidade do oceano. Taes matas, onde apenas penetra o sol, parecem offerecer mais natural guarida aos tigres e aos animaes trepadores do que ao homem; o qual só chega a habilita-las satisfactoriamente depois de abrir nellas extensas clareiras, onde possa cultivar

os fructos alimenticios ou preparar prados e pastos, que dêem sustento aos animaes companheiros inseparaveis da actual civilização. Ainda assim, o braço do homem, com auxilio do machado, mal pode vencer os obstaculos que de continuo encontra na energia selvagem da vegetação.

E tanta a força vegetativa nos districtos quentes que, ao derrubar-se e queimar-se qualquer mato-virgem (2), se o deixaes em abandono, dentro em poucos annos ahi vereis já uma nova mata intransitavel; e não produzida, como era de crer, pelos rebentões das antigas raizes, mas sim resultanto de especies novas, cujos germens ou sementes não se encontram nas extremas da anterior derrubada, e se ignora donde vieram. A este novo mato se chama *capoeira* (3). Derivando esta designação de ser analoga essa vegetação á dos *capões*, nome que se dá aos oasis ou boscagens no meio dos campos nativos, ou virgens. A estranha accepção do vocabulo *capão* derivou da adulteração de *ca-puam*, que na lingua tupi valia tanto como dizer ilha de mato ou mato ilhado; da mesma sorte que se diziam *nhũ-puam* os campos abertos em meio dos bosques cerrados. A roça das capoeiras dá mato *carrasquento;* depois do que vêm *catingas*, isto é matos brancacentos, que são, apezar do nome, mais bastos que os das charnecas communs do sul da Europa, de urzes, tojos e carquejas, ou de xáras, estevas e piornos. A vegetação das arvores e arbustos só pára de ser espontanea, quando a terra se transita muito, ou se cultiva com gramma ou capim, até que as antigas raizes tenham tempo de seccarem e apodrecerem.

Neste clima se produziam e produzem todas essas plantas exoticas á Europa que, por sua utilidade, se fizeram conhecidas no commercio, começando pelo pau-brasil, e as madeiras de construcção e marcenaria, como o *jacarandá*, o vinhatico e o *piquiá* de madeira amarella, os cedros e *macarandubas* vermelhas, e outras não menos estimadas. São igualmente indigenas as plantas do algodão, da canafistula, da salsaparrilha, da baunilha, do *urucú*, das castanhas e

(2) «Caité» chamavam os indios ao mato-virgem; e infelizmente não tomamos delles esta expressão; melhor andaram os Castelhanos que dos seus indios adoptaram arcabuco. — (A.).

(3) Talvez fôra preferivel, por evitar equivocos, escrever *capoera* e *capam*. — (A.).

cravo chamados do Maranhão, das *sapucaias*, da gomma elastica, do cacau, do tabaco, e bem assim as do cará, da *mandioca* e do *aypi*. Ahi se dão alguns fructos regalados, taes como o *ananaz*, rei delles, o *cajú*, fructa duas vezes, o dulcissimo *sapoti*, com razão denominado pera dos tropicos, os bellos *maracujás*, as coradas *mangabas*, e as recendentes anonas de varias especies, conhecidas com os nomes de *araticuns*, *ātas*, *fructas de conde*; e infinidade de outros pomos que a horticultura fará melhores, e de muitos que a chimica applicada ainda tem de aproveitar e de vulgarizar. Nestes climas é que melhor prosperou, depois, a cultura introduzida da canna, do gengibre, do anil, da canella e do cravo; e, quando mais temperados e humidos, a do café da Arabia, e modernamente a do chá da China: é nelles que as mangas trazidas da India são mais saborosas que as do Oriente; e que a laranja importada da Europa se tornou tão superior a toda que se conhece; como sem duvida succederá com os tão celebrados *mangustães* de Java e *duriões* de Amboino e Malaca, que esperamos não tardarão a ser importados da Asia, e devidamente cultivados. Para as bandas do sul, e para o interior, nos tabuleiros elevados, já quasi se não produzem essas plantas tropicaes: abundam, porém, as myrtaceas de muitos generos, que dão gostosas fructas; as agridulces *pitangas*, os deliciosos *cambucás*, as refrigerantes *ubaias*, os aromaticos *araçás* e *guabirobas*, as saborosas *jaboticabas*, que, quando maduras, negrejam nos ramos, e até nos troncos das arvores, que dellas se vêem carregadas. Myrtaceas são tambem as *guaiabas* e as *grumixamas*, que se dão assim nos climas calorosos, como nos mais temperados.

Tambem nesses climas temperados se produzem os pinheiros araucarios ou *curís*, e se topam *campos virgens*, do mesmo modo que ha *matos virgens*. Por elles se encontra muita ipecacuanha, e se cultiva a vinha, o trigo e as fructas todas dos paizes da Europa central.

Nos logares mais altos, apenas crescem os *sapes* e outras gramineas, e alguns lichens; na vegetação dos quaes termina a escala thermometrica dos differentes climas do nosso territorio. Apezar de tantas serras, cujos pincaros parecem desafiar as nuvens, nenhuma ha que se vista de neves perpetuas, e que se nos figure de longe a estampar a sua

alvura contra o fundo azul do firmamento, como se vê em cima dos Andes, neste mesmo continente meridional.

Se as plantas do Brasil têm alguma paridade com as do continente d'Africa fronteiro, não succede assim com os animaes: todos elles são especiaes americanos, sem relação, em geral, com os da zona torrida nos outros continentes, excepto na circunstancia de serem, como ali, mais perfeitos do que os das zonas temperadas e frias, e em maior numero os trepadores (1).

Os quadrupedes longe estão de poderem ser comparados em tamanho aos elephantes, hippopotamos e rhinocerontes do continente fronteiro além do Atlantico. Em vez destes tres pachydermes, este nosso do sul possuia, como animal mais corpulento, um pachyderme tambem, probosciidio como o elephante, mas menor que a zebra: era o *tapir*, a que vulgarmente, em virtude da dureza do seu couro, chamam anta; nome com que os europeos denominavam o bufalo, de que obtinham producto analogo ao que veiu a prestar o mesmo tapir. No continente septentrional distinguia-se, entretanto, o *bisonte*, ou touro pelludo e barbado.

Entre os animaes pequenos notam-se como generos sem correspondentes no chamado mundo velho, e que só os têm na Australia, o tamanduá, os tatús, as preguiças e os gambás e jaguaticacas. O primeiro é o celebre papa-formigas, do qual se conta que, atacado pelo tigre, o mata com um abraço, em que lhe crava as unhas no costado; os segundos são os conchudos *dasypus*. Ás preguiças chama a sciencia *tardigradas;* e aos gambás *didelphos*, conhecidos pelo entresolho do ventre. Os ultimos são os repugnantes *conepatus suffocans*, que têm a propriedade de expellirem de si, quando perseguidos, certo fedor tão repugnante que afugenta os homens e os animaes. Em alguns districtos amazonicos abundam as tartarugas de varias especies, de cujos ovos machucados se recolhe grande abundancia da chamada *manteiga* de tartaruga.

O viveiro ou aviario brasilico apresenta originalidade, e passa pelo mais rico da terra em superficie igual. Crê-se que de umas seis mil especies de aves que povoam o nosso

(1) Vejam-se os tres volumes de Emilio Augusto Goeldi, sobre os *Mammiferos e Aves do Brasil*. Rio de Janeiro, 1893-1899. — (C.).

planeta, este continente do sul fornece a terça parte; das quaes não cedem muitas em belleza de plumagem ás mais vistosas d'Africa e do Oriente. Taes são as grandes *araras* e *canindés*, os rostrados *tucanos* e *tucanuçús* de papo amarello, cuja plumagem serve como de arminhos no manto imperial, os vermelhos *guarás*, as roseas colhereiras, os loquazes papagaios, os verdes periquitos, e, mais que todos, os *guainumbis* ou chupa-flores, de plumas acatosoladas, e que, pela sua pequenez e vôo rapido, parecem ás vezes zunidores besouros. — As brancas *arapongas* fazem repercutir nos bosques vibrantes sons, que imitam os da percussão dos martellos de penna nas bigornas dos *ferradores*, cujo nome tomam; ao passo que os *bemtevis* e os *tangarás* justificam no canto os nomes que, onomatopaicamente, receberam. O mesmo succede com a *acanan*, perseguidora das cobras.

Por sua melodia distinguem-se, nas provincias do norte, os *curiós*, tão estimados como os rouxinoes; seguindo-se-lhes os caboclinhos, os bicudos, as *patatibas*, os *grunhatás* de coqueiro, os *viviós*, e finalmente os canarios, semelhantes aos pintasilgos da Europa. Os *sabiás* de varias especies, communs a todo o Brasil, fazem ouvir longe sons harmoniosos, e os *yapús* ou *chechéos*, *concliches* e *quenquéns* imitam, com mais ou menos exito, os cantos de algumas outras aves.

As garças e mais ribeirinhas coalham, em muitos logares, as margens menos povoadas dos rios piscosos, como não ha noticia em nenhumas outras paragens da terra.

Pelo tamanho, fazem-se notaveis os agigantados *inyuyús*, os arteiros *jaburús*, chamados pelos naturalistas *tantalos*, e as corredoras emas, que são as avestruzes deste continente. Distinguem-se estas pelo instincto com que, nos incendios dos campos, procuram resguardar os ninhos, borrifando com o proprio corpo molhado toda a herva em derredor; e os jaburús pela sua tendencia communista, na distribuição por igual que fazem do peixe que tomam, nas montarias que juntos emprehendem.

Como peixes de regalo se recommendam o saboroso *beijupirá* e a garoupa, e no grande rio os enormes *piraructús*; isto além de muitos mais peixes d'agua doce e salgada, analogos aos de outros continentes.

Para ser mais original, offerece o paiz varios contrastes originaes. A par de plantas de muita virtude medicinal, á

frente das quaes citaremos a *copaíba*, a *ipecacuanha*, o *matte* e o *guaraná*, produz tambem, venenos atrocissimos. Ao perseguirdes a inoffensiva anta, a amphibia *paca*, a meiga *cutia*, o corredor veado campeiro ou do mato, estaes em risco de encontrar um faminto *jaguar*, ou uma medonha *cangoçú* que poderiamos talvez chamar a hyena do Brasil. Ao apontardes á agil *sariema* que avulta no campo, ou ao gordo macuco que rastolha no mato, ou ao astuto *jacú*, escondido no ramagem da *ipéuba*, podereis ver-vos surprehendido pela picada peçonhenta do insidioso reptil, que num instante decidirá do fio da vida que havieis recebido do Creador; e achando-vos á beira de um rio, não estaes livre de que vos esteja tocaiando algum traidor *jacaré* ou medonha *sucuriú*...

Mas animo! que tudo doma a industria humana! Cumpre á civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau. Tempos houve em que nalgumas das terras, hoje cultivadas ou povoadas de cidades na Europa o feroz urso se fazia temer... E o lobo carniceiro surprehende e devora ainda a ovelha descuidada pelo rafeiro do pastor; e a peçonhenta vibora, e os lacraus e as tarantulas, e as nojentas osgas e salamandras, ainda se não extirparam dos mais bellos jardins das peninsulas banhadas pelas aguas do Mediterraneo...

Para em tudo o paiz ser de contrastes no estado selvagem, achava-se elle, com toda a riqueza do seu solo, e a magnificencia de suas scenas naturaes, e a bondade dos seus portos, tão prestantes ao commercio, possuido pelas gentes que passamos a conhecer.

NOTAS DA SECÇÃO I

I

Pag. 1

O nome *brasil* significa ao mesmo tempo um producto do Oriente e uma ilha do Occidente. Como producto apparece escripto, segundo Wilhelm Heyd, *lignum brasile* (*brazile, bresillum, brisillum*); donde derivavam em italiano *bersi* (*bersi, barzi*) ou *versi*, que finalmente se tornou *verzino*. Esta fórma é, portanto, a mais moderna de todas. Como ilha occidental da Europa, ainda é mais caprichosa a maneira de escreve-la. No estudo das cartas medievaes, encontrou Konrad Kretschmer as seguintes fórmas: *Brasi, Bracir, Brasil, Brasiel, Brazil, Brazile, Braziele, Braziel, Bracil, Braçil, Braçill, Bersill, Brazil, Braziili, Braziel, Brazyili, Brisilge*. Não foi provavelmente conhecido na Europa antes das Cruzadas; já o era, pelo menos, em 1140. Vinha em toros, de que retirada a casca e o alburno restava o amago vermelho, contendo uma materia corante, empregada na tintura de pannos e em miniaturas de manuscriptos, maxime quando se queria salientar os tons roseos; na pintura era menos empregado. A madeira servia tambem para obras de marcenaria.

Havia o brasil domestico, mais apreciado, e o selvatico. Os negociantes distinguiam tres qualidades do producto: o *colombino*, exportado de Ceylão, na costa de Malabar; o *ameri*, vindo de Lamori, Lamuri, ou Lambri, na parte de Sumatra voltada para a India anterior; o *seni*, procedente da Indonesia, ou India citerior. Naturalmente as duas primeiras designações nada têm com Colombo ou Vespucio. (Heyd — *Geschichte des Levantehandels im Mittelalter*, 2, ps. 576-580). Designando uma ilha, figura este nome desde 1351 no atlas dos Medicis, e continúa pelos seculos seguintes, até que, em 1776, Jeffery poz em duvida a sua existencia. Mesmo agora não desapparecem totalmente, pois as cartas do almirantado inglez marcam *Brasil Rock*, 8.° W da ponta meridional da Irlanda.

Das cartas medievaes algumas dão o nome a uma só ilha, ora em fórma de um circulo perfeitamente regular de 1 a 2 centimetros, ora em fórma de meia lua; outras dão o nome a duas ilhas semicirculares, separadas por um estreito. Na carta de Pizigano de 1367 ha tres ilhas *Bracir*, a mais meridional marcada no grupo dos Açores, na latitude do cabo de S. Vicente; a segunda a NW. do cabo de Finisterra, na latitude da Bretanha; a terceira a W e não muito longe da costa da Irlanda. Em geral a ilha do *Brasil* pode identificar-se com a Terceira, onde existe ainda um monte *Brasil* junto á cidade de Angra.

De Bristol partiram a 15 de Julho de 1480 dois navios capitaneados por Jay Junior a procura da ilha do *Brasil*, que voltaram passados

mezes sem nada ter encontrado. A 25 de Julho de 1497 escrevia P. de Ayala, protonotario e legado do rei Fernando de Espanhã junto á côrte de Henrique VII da Inglaterra, que de sete annos áquella parte zarpavam annualmente de Bristol armadas de duas, tres e quatro caravelas á procura da ilha do *Brasil*. (Kretschmer — *Die Entdeckung Amerikas*, 214-221).

Como se deu tal nome á ilha, é ponto por liquidar. Entendem uns que *Brasil* indica phenomenos vulcanicos notados no archipelago açoriano. Entendem outros que ali se teria encontrado, se não o verdadeiro *brasil*, pelo menos um succedaneo, que bem pode ser a urzella.

A 19 de Outubro de 1470 el-rei D. Affonso V prohibiu ás pessoas que tinham privilegio de commerciar com Guiné negociarem com as tintas do *brasil*, que reservava para si. Igual prohibição não se fez para as ilhas; e se ponderarmos que, nas differentes fórmas graphicas apuradas por Kretschmer e indicadas nesta nota, não se vêem fórmas congeneres de *verzi* ou *verzino*, pode-se, sem grande esforço, concluir que o *Brasil*, ilha occidental, nada tem com o producto oriental. Com o vulcanismo dos Açores não se prova nexo; e é pouco provavel que os primeiros viajantes não imaginassem para um monte em ignição outro nome que o de simples brasa. Mais natural é que o nome proceda de origem celtica: ha até quem o decomponha: *braas*, grande, *i*. Em todo caso Brasil como ilha apparece sempre no Atlantico, e sempre a W. de terras primitivamente habitadas por Celtas. — (C.).

II

(Pag. 2)

Itacolomite e *itabirite*, melhor *itaculumito* e *itabirito* são termos usados por especialistas da Geologia brasileira para designar: o primeiro — um quartzito schistoso, de côr clara, constituido por pequenos e finos grãos de quartzo e folhelhos de ferro micaceo, talco e chlorito, e contendo accessoriamente ferro magnetico e ouro nativo; o segundo — uma rocha schisto-granulada, a que se associa em proporção mais ou menos elevada o hematito laminar, e contendo tambem accessoriamente ouro puro, talco, chlorito e actinoto.

Henri Gorceix considerou o itaculumito como a matriz do diamante. O nome tupi *Itaculumi*, da montanha em Minas Geraes, assim se decompõe: *itá* pedra + *curumi* menino — menino de pedra, filho da pedra, ou a pedra e seu filho; allusão ao facto de ser o pico formado de um grande bloco rochoso, tendo junto outro menor, como se fossem mãe e filho (Th. Sampaio — *O Tupi na Geographia Nacional*, 2.ª ed., ps. 229) + suff. de origem grega *ito*, que indica procedencia ou derivação de ou immediata relação com o objecto designado pelo thema a que se liga; em Mineralogia indica particularmente especies mineraes, e, por extensão, rochas em que uma dellas predomina.

O nome *itabirito* foi primitivamente proposto por Eschwege, no *Geognostisches Gemälde von Brasilien* (Weimar, 1822). É tambem tupi o seu etymo, de *Itabira*, do pico em Minas Geraes, composto de *itá* pedra + *bir* levantar-se: pedra que se levanta, serro empinado. (Th. Sam-

pajo — *ibiderm*) + suff. *ite*, como em *itacolumito*. — Conf. Rodolpho Garcia — *Diccionario de Brasileirismos*, pg. 159-160. — (G.).

III

(Pag. 3)

Tapanhuacanga, *jacutinga* e *guapiára* são vocabulos tupis. — *Tapanhuacanga* (de *tapuí-una*, o negro, e *acanga* cabeça), designa uma formação constituida por uma crosta negra de hydrato de ferro, cheia de concreções ôcas do mesmo hydrato e com as paredes interiores cobertas de crystallizações da mesma substancia.

Jacutinga é uma rocha friavel argilosa, que serve de jazida ao ouro; deve o nome á similhança de coloração com a ave (*Crax jacutinga*, Spix).

Guapiáras, *gopiáras* ou *grupiáras* (de *gua-upiára*, cascalho da baixada), são, conforme definiu Calogeras (*Minas do Brasil*, 1, 113): os depositos das encostas, restos da acção erosiva das aguas e da precipitação dos materiaes transportados em periodos mais remotos. — Conf. Th. Sampaio — O *Tupi na Geographia Nacional*, 2.ª ed., pg. 218 — (G.).

IV

(Pag. 5)

Formações vulcanicas muito antigas foram descobertas e estudadas por Orville A. Derby. Sobre assumptos desta secção consultem-se: J. E. Wappeus, *A Geographia Physica do Brasil*, Rio, 1884; E. Réclus e o *Diccionario* publicado pelo Instituto Historico. — (C.)

SECÇÃO II.

(VIII. da I. edição).

DOS INDIOS DO BRASIL EM GERAL

Calculo da população indigena. Idéas de patriotismo. Unidade de raça. Lingua geral. Tupinambá. Nacionalidades. Alcunhas dos bandos. Que significavam. Caboclo. Bugre. Emboaba. Alcunhas de odio, de respeito, etc. Mais alcunhas no Brasil e noutros paizes. Apodos. Nome generico de Barbaro ou Tapuy. Nação Tapuya. Barbaros. Significação do vocabulo Tupi. Guaranis. Caribes, Caraibes. Berço dos invasores. Marinha de guerra. Germens de discordia. Vicios. Envenenamentos. Anarchia. Infancia da humanidade. Meninice dos heroes.

Por toda a extensão que deixámos descripta não havia povoações fixas e que descobrissem em seus habitantes visos de habitação permanente. As aldeias se construiam de modo que apenas duravam uns quatro annos. No fim delles, os esteios estavam podres, a palma dos tectos já os não cobria, a caça dos contornos estava espantada; e, se a tribu ou cabilda era agricultora, as terras em grande distancia pelo arredor estavam todas roteadas e cançadas, pelo que era obrigada a mudar de residencia. Os logares das aldeias abandonadas se ficavam denominando *taperas* (1). Taes aldeias não eram em grande numero; e muitas cabildas, nem se quer em povoações provisorias se juntavam; pelo que o paiz vinha a estar mui pouco povoado. Se nos lembrarmos de que, em certas paragens, os primeiros colonos exploradores atravessavam extensões de caminho de quarenta e cincoenta leguas, sem encontrar gente, e se estudarmos o que ainda hoje passa nesses logares onde o gentio, perseguido de varias partes, se acardumou; e ponderarmos quanto têm crescido, á vista d'olhos, tantas povoações e cidades, á medida que ha tres seculos progride a cultura da terra, com os milhões de braços vindos d'Africa, cremos que não andam er-

(1). Contracção de *taba-céra*, aldeia que foi. — (A.).

rados os que, como nós, ajuizam que toda a extensão do Brasil está hoje oito ou dez tantos mais povoada do que no tempo em que se começou a colonização; e que por conseguinte nem chegariam a um milhão os indios que percorriam nessa epocha este vasto territorio, hostilizando-se uns aos outros, — ás vezes cada duas leguas, se a terra attrahia por pingue mais alguma gente; como succedia nos arredores da Bahia (2) e do Maranhão, e, em geral, em todas as paragens da costa, onde abundavam os mangues, que no seu lodo ou tujuco offereciam como inexgotaveis *minas* de caranguejos, que lhes proporcionavam seguro e facil alimento.

Conhecido é o axioma de estatistica que, em qualquer paiz, a povoação só toma o devido desenvolvimento quando os habitantes abandonam a vida errante ou nómade, para se entregarem á cultura ou aproveitamento da terra com habitações fixas. Assim, orçando como dissemos, apenas caberiam dois individuos por cada legua quadrada no Brasil; e noutras paragens deste continente, menos favorecidas pelo Creador, o seu numero era muitissimo menor. As guerras de exterminio, que mantinham entre si, eram causa de que as tribus ou cabildas se debilitassem cada vez mais em numero, em vez de crescerem. Além de que: essas mesmas pequenas cabildas que existiam, mantinham-se por laços sociaes tão frouxos, que tendiam a fraccionar-se cada vez mais e a guerrear-se, ficando inimigos acerrimos os que antes combatiam juntos. E começada uma vez a rixa, era transmittida de filhos a netos; pois que nessas almas, em que tanto predominavam os instinctos de vingança, nenhuns sentimentos de abnegação se podiam abrigar em favor do interesse commum e da posteridade. Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, que nem sequer elles como nómades tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impelle a sacrificar o bem estar

(2) Naquelles primeiros vinte annos depois que os nossos (Jesuitas) entraram no Brasil, escreve Fernão Guerreiro, havia junto do mar tão grande multidão de gente que dizia Thomé de Souza que foi governador daquellas partes, a el-rei D. João III, que ainda que os cortassem em açougue, nunca faltariam, e assim nos primeiros quarenta annos eram infinitos os que se convertiam e as igrejas eram muitas. (Candido Mendes de Almeida — *Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão*, 2, 504, Rio, 1874). — (C.).

e até a existencia pelos compatriotas, ou pela gloria da patria. Nem poderiam possuir instinctos de amor de patria gentes que, como nómades, a não tinham, e que limitavam a tão curtos horizontes a idéa da sociabilidade, que geralmente a não estendiam além dos da sua tribu ou *maloca*, a qual não dominava mais territorio que o dos contornos do districto que provisoriamente occupavam. Essas gentes vagabundas, que, guerreando sempre, povoavam o terreno que hoje é do Brasil, eram pela maior parte verdadeiras emanações de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem commum, e falavam dialectos (3), da mesma lingua, que os primeiros colonos do Brasil chamaram *geral*, e era a mais espalhada das principaes de todo este continente.

Essa unidade de raça e de lingua, desde Pernambuco até o porto dos Patos, e pelo outro lado quasi até as cabeceiras do Amazonas, e desde São Vicente até os mais apartados sertões, onde nascem varios affluentes do Prata, facilitou o progresso das conquistas feitas pelos colonos do Brasil, que, onde a lingua se lhes apresentou outra, não conseguiram tão facilmente penetrar.

Salvando, pois, como excepção o facto de algumas tribus de nacionalidade differente, e que, no grande terreno que nos occupa, formavam, permitta-se a expressão, como pequenos oasis ilhados e sobre si, em que haviam estabelecido caravanas refugiadas ou transmigradas (4), eram dialectos da mesma lingua, como dissemos, os que se falavam em geral por toda a extensão do Brasil (5), e a identidade dos nomes geographicos, e, com raras excepções, dos das plantas e animaes, são sufficientes para nos darem disso a mais convincente prova.

E não só falavam dialectos identicos, como em geral se denominavam a si quasi sempre do mesmo modo: *Tupinambá*. Se no Maranhão como no Pará, na Bahia como no

(3) Com esta opinião vai de accordo quanto dizem a tal respeito Gandavo, Gabriel Soares, o Padre João Daniel e d'Orbigny. — Veja *Rev. do Inst.*, 5, 175. — (A.).

(4) Nesse numero se devem contar os Aymorés ou botocudos, os Cariris, e outros. — (A.).

(5) No Maranhão tal é o tratamento que se davam, segundo Abbeville; no Amazonas havia indios deste nome, não só no Pará e Tocantins, segundo Berredo, senão na grande ilha abaixo da foz do Madeira, segundo Acuña (ns. 22 e 69, f. 9 v. e 35). Na Bahia asserera-o Gabriel Soares; e no Rio de Janeiro, Staden, Lacé e Thevet. — (A.).

Rio (6), houvesseis perguntado a um indio de que nação era, responder-vos-ia logo: *Tupinambá*. Pareceria, pois, que Tupinambá se chamava o primitivo tronco nacional, donde se tinham separado todos aquelles ramos, garfos e esgalhos, que, apezar de se produzirem em terras distantes das em que se haviam plantado, não mudavam de nome. Acerca, porém, da origem do vocabulo Tupinambá tem-se até aqui dito pouco. Esta palavra é verdadeiramente composta de duas: *Tupi* e *Abá*. Da significação da primeira não tardaremos a occuparmo-nos. A ultima deixava de se accrescentar desde que cessava a liga ou a amizade, e que a nação se fraccionava. Se se declaravam logo inimigos, a alcunha menos injuriosa com que se podiam ficar mutuamente designando era a de *Tupi-n-aem*, isto é, Tupis maus ou perversos. Se não ficavam em desintelligencia, faziam-se muita cortezia em se appellidarem reciprocamente *Tupi-n-ikis*, isto é, Tupis vizinhos, contiguos ou limitrophes. *Abá* significava o mesmo que varão; e este titulo não concediam, tal era sua vaidade, senão a si mesmos (7). E até ás vezes chegavam a chamar-se *Abá-été*, isto é, pessoa verdadeiramente illustre. E é mui possivel que o appellido de *Pessoa* que tomaram mais tarde para si alguns descendentes dos indios não tivesse mais origem que o ser uma traducção do vocabulo *Abá*. Raramente encontramos designados por *Tupinambáranas*, ou Tupinambás bravos, aquelles que se apartavam temporariamente, enfurecidos por alguma rixa. Os separados sobrenomeavam ás vezes *Tamoi* (donde veiu Tamoios) ou Avós (*Dicc. bras.*, 17) áquelles de quem faziam brazão de proceder; e para melhor sustentarem tal brazão se appellidavam a si *Temiminós* ou Netos (*Dicc. bras.*, 54). Outras vezes se da-

(6) « Andan derramados por esta tierra... señorean gran parte de la India y confinan con los que habitan en la sierra » (dos Andes). — Ramirez, carta de 10 de Julho de 1528. *Revista do Instituto Historico*, 18, 27 — (A.). — A carta de Luis Ramirez, cujo original se conserva na Bibliotheca do Escorial, foi pela primeira vez publicada pelo autor desta *Historia* no logar supra citado. A segunda foi reproduzida por Manoel Ricardo Trelles, *Diego Garcia, primer descubridor del Rio de la Plata*, 65-84, Buenos Aires, 1878; por Eduardo Madero, *Historia del Puerto de Buenos Aires*, 1, 330-354, Buenos Aires, 1892, conforme copia extrahida por D. Marcos Jiménez de la Espada; por José Toribio Medina, *El Portuguese Sebastián Cabote al servicio de España*, 1, 412-457, Santiago de Chile, 1908; e, em extracto, na *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, vol. II, 383-393. Em francez foi publicada nas *Nouvelles Annales des Voyages*, 3, 53-78, Paris, 1843, «traduite du manuscrit inédit de la bibliothèque de M. Tarnaux-Compans» — (J.).

(7) Os Guaranis chamavam sua lingua *abá-eéenga*, lingua da gente nobre. — No *Diario* de Pero Lopes de Sousa (1531), menciona-se a lingua guarani. — (C.).

vam simultaneamente o nome de *Guaiá* ou *Guaiá-ná* (8), que pode significar «Irmãos», donde veiu *Guaiazes* e *Guaianazes*. *Amóipiras* pode significar (*Tes. guar.*, f. 32 v. e 297 v.) Parentes afastados; ou tambem os da *Outra banda* (de algum grande rio, como v. gr. o. São Francisco), e *Anacés* (*Tes. guar.*, f. 34 e 113 v.) Quasi parentes.

Tantas vezes apparecem, nos documentos antigos, as mesmas gentes appellidadas por nomes tão differentes, que mais do um escriptor tem sido induzido em anomalias e despropositos, por não se ter prevenido com o ir, como ora fazemos, primeiro elucidar esta questão, dos nomes de nacionalidades, á propria lingua, unica fonte pura.

Quanto á etymologia ou verdadeiro significado da palavra *Tupi*, tão pouco julgamos nós que ella se ligásse a paiz algum, e menos ainda, como se tem dito, que proviesse de um grande chefe desse nome, que regia a nação, quando ella ainda estava compacta. A indole destes indios e a de sua lingua pedem antes que reputemos esse nome algum collectivo, que os adjectivos *mbá, iki, aém* e outros taes, não fizessem senão modificar; e julgamos mais natural, seguindo o systema que acima expuzemos, antes de nos lançarmos em um fatigoso pélago de conjecturas, interrogar o que queria dizer Tupi. Graças aos mais profundos estudos sobre esta lingua, cremos haver hoje atinado com a verdadeira significação desta palavra. *T'pi'* quer dizer «principio de geração»; e como a lettra T anteposta a um substantivo segundo a frase do Pe. Figueira, o faz reflexivo de si proprio (*Gram.* do Pe. Luiz Figueira), *T'y'pi'* vem a significar «os da primitiva geração». (9) Assim, pois, os que se denominavam *T'y'pi's* ou *Tupis* blasonavam de ser puritanos procedentes da raça invasora. Pela mesma fórma que de *Iby'*, terra diziam *T'iby*, a sua terra; jazigo ou sepultura.

---

(8) Dos Guaianazes vizinhos ao Orinoco veio Guiana. — (A.).

(9) Essa explicação (*T'y'pi'* — os da primeira geração) não é acceita por Baptista Caetano nem por Carlos von den Steinen. Diz o primeiro nas notas ao *Principio e origem dos indios do Brasil*, s. v.: «Nos nomes de tribu tendo por thema a dicção *tupi*, veremos que não deixa de proceder a explicação *tub-yb*, chefe ou paes, ou, tomando yb como adjectivo, os paes-principaes. Com um pouco de attenção na leitura das cousas antigas, vê-se que havia nas tribus indigenas differença equivalente ao que havia entre os Romanos, entre *patres* e *plebs* ou *populus*, e isto confirmado pelo estudo da lingua. Além de abá (pessoa em geral) homem no abaheenga, ha *mbyá*, gente (em geral) e *tegi*, turba, plebe.»

Quanto a Tupinambá, diz o mesmo autor que «póde ser *tub-yba-i-mbya*, e a proposição *i* que rege *tub-yba*, tambem póde ser *ri*, que por euphonia póde ter-

Alguns *Tupis* se denominaram *Guaranis* ou Guerreiros; e outros *Caribs* ou *Cary's*, (10), nome este com que invadiam as Antilhas, e se encontrava no de *Caryyós*.

Os senhores da Capitania de São Vicente chamavam-se a si uns *Guaianás*; outros, que não queriam esquecer a sua procedencia dos *Tamoyos* (avós), chamavam-se *Temiminós* (netos), e outros finalmente se chamariam *Tupinambás*. Alguns dos vizinhos os tratavam, como se vê de Staden, por *Tupininquis*, ou quando contra elles assanhados e em guerra, por *Maracayás* ou Gatos bravos. Se a isto ajuntarmos que os colonos chamavam umas vezes aos da terra *Caboclos*, e outras *Bugres*, confirmaremos quanto são de pouca confiança taes denominações, recolhidas ligeiramente por escriptores pouco observadores ou acaso ignorantes. Bugre não quer dizer mais que carregador ou portador de carga, de *Bohu-réa*; pelo que ficaram-se assim chamando os indios escravos. *Caboco* ou *Caboclo* cremos hoje provir de *Caá-boqua*, que significa vergontea ou ramo. Assim tambem hoje pensamos que a origem da palavra *Emboábas* (11), com que os indios appellidavam aos colonos, se deve buscar no vocabulo *Amboabá* contracção de *Mbae-aba*, e que significa «feito homem» isto é «como homem» (12).

Seguindo com esta analyse, applicada a muitos outros nomes, que até agora se nos inculcavam como distinguindo nacionalidades, enchendo-se com elles paginas de livros, e obrigando-nos a tomar tedio a tantos catalogos de taes vozes barbaras, a que não ligavamos nenhuma idéa, nos chegaremos a convencer de que taes nomes de nações não são mais do que alcunhas.

---

nar-se *ni*, e deste modo *tub-yba-ni-mbya* quer dizer «a gente attinente ou adherente ao chefe dos paes, ou aos paes principaes.» — Diz Carlos von den Steinen: «Em guarani *tub* é pae, ovas, ovos; *tupiá*, ovos, e o proprio *tup-i* é apenas paesinho, ou ovos ou filhos, como se quizer, é designando diminutivo: o pae é ovo, e o filho é o paesinho.» — *Unter den Naturvoelkern Zentral-Brasiliens* (Berlim, 1894) p. 337. — (C.).

(10) A identidade dos Tupis e Caraibas não pode mais defender-se, depois dos trabalhos de Carlos von den Steinen, Adam, etc. — (O.).

(11) Sobre *Emboába* veja-se *Revista Brasileira*, 1, 587-594, Rio, 1879, artigo de A. J. de Macedo Soares. A forma mais antiga é *Moab*, que se encontra em Jean de Léry, applicada á colonia do Espirito Santo. — Sobre o etymo, veja-se a mesma *Revista*, 2, 348-366, e 3, 22-35, artigos de Baptista Caetano de Almeida Nogueira, em resposta a Macedo Soares. — (C.).

(12) Montoya, *Arte*, pe. 12. Pela mesma razão que Anchieta dá *Mbae piré* cousa peixe, isto é, o que parece peixe. — (A.).

Assim eram alcunhas de odio os nomes de *Maracayás* ou Gatos bravos; de *Nhengaibas* ou Más-linguas. Eram de respeito e consideração as de *Tamoyos* ou Avós, e de *Mbeguás* ou Pacificos.

Como alcunhas de distincção, provindas dos usos dos que as recebiam, podemos considerar as de *Ubira-járas* ou Caceteiros, ou que manejavam paus (13); de *Taba-járas* ou Aldeados; de *Guatós* ou Navegadores; de *Guaita-cá* ou Corredores; de *Ca-iapó* ou Salteadores dos matos; de *Juru-una* ou Boccas negras, por levarem os labios pintados de preto; de *Tremembés* (Abbeville f. 189) ou Vagabundos, nome este só dado pelos que habitavam aldeias ou eram *Tabajáras*. *Comacans* pode proceder de *Cuam-akan*, e significar neste caso Cabeças-enrodilhadas, como *Cambebas* vem sem questão de *Akan-pebas*, Cabeças chatas, e significa quasi mesmo (*Uma*, cabeça) que o vocabulo *Umáua* (Omagua), com que na lingua quichua eram appellidados. De todos os antigos habitantes dos territorios que hoje constituem o Brasil, eram estes occupantes das beiras do alto Amazonas, de raça inteiramente estranha aos outros, dos mais civilizados; apezar do uso de se achatarem, em crianças, as cabeças, ficando «parecidas a mitras de bispos». Eram idolatras: vestiam especie de ponchos, usavam por armas de palhetas ou estolicas e esgaravatanas, e cusinaram no Amazonas a extracção e fabrico da gomma elastica. *Purús* ou *Puris*, como vemos appellidar uma cambada do alto Amazonas, e tambem uns hoje no littoral ao sul da Bahia, e outros que (em 1645) havia em Taubaté, não quer dizer senão Antropophagos (*Tes. guar.*, f. 319 v.), da mesma fórma que *Kairirís* queria significar «Os Tristonhos». O nome de *Curúmará* nos denuncia que a praga da sarna assolava os desgraçados que o levavam. Chamavam-lhes os seus vizinhos, como nós lhe chamariamos, mui singelamente, Sarmentos. Outras denominações ha que nem citaremos, por que soffreria a modestia mais do que ganharia a curiosidade.

E notaremos de passagem que taes alcunhas não só tinham logar entre os desta raça, como tambem entre outras d'America. Assim o nome de *Aimarás*, ou Saccos, provinha das

(13) *Ubirajára* parece o nome tupi dos Caiapós, que pertencem a grupo linguistico differente. — (C.).

camizolas (14), que vestiam esses indios; o de *Moxos* (Moksos) (15), ou Molengas, era dado pelos mesmos Aimarás aos vizinhos, que elles despresavam. *Otauás*, na lingua norte americana mais espalhada, que os europeos chamariam *algonquina*, não quer dizer mais que Traficantes; e *Mascutinos* só significa Habitadores das varzeas. *Pampas*, em quichua, significa campo aberto e raso; e, segundo se crê, *Puelche* não queria dizer mais que Orientaes, assim como *Huilliches* Occidentaes, e *Peguenches* os dos Pinhaes, etc.

Cumpre, pois, não ligar muita importancia a toda essa interminavel nomenclatura barbara, que alguns autores apresentam, sem o menor criterio, e sem advertirem que ás vezes contam a mesma tribu por duas ou mais, se cada um dos vizinhos de differente lado a designava por differente nome ou alcunha, geralmente por injuria ou vituperio; poucas vezes por honra ou apreço (16). Assim cremos preferivel, para melhor nos entendermos hoje em dia, nomearmos essas parcialidades pelos paizes que habitavam, quando a ellas tenhamos que referir-nos. O uso consagrou, entretanto, com celebridade na nossa historia, a admissão do nome de *Petiguares* para os que senhoreavam na costa desde o Rio Grande do Norte até a Parahiba; do de *Caités* para os immediatos até o Rio de São Francisco; do de *Tupinambás* e *Tupiniquins* para os que seguiam ao sul, invadidos ao depois pelos cruentos *Aimorés*. Vinham logo os *Guaitacás* habitando Campos, os *Tamoios* nas immediações do Rio de Janeiro até Angra dos Reis; os *Guaianazes* ou *Temiminós* até a Cananea, e os *Cary'yós* ou *Carijós* mais para o sul. Igualmente se fizeram celebres, mais tarde, entre outros os Caiapós em Goiaz, os Muras, Mauhés e Mundrucús no Amazonas e os Guaicurús ou Indios Cavalleiros no alto Paraguai. Entre todos, a lingua era quasi a mesma, notando-se apenas que os que

(14) «Visten unas camisetas ó patacusmas, como se dixésemos un costal vestido, teniendo por donde saquen la cabeza y brazos», etc. — Vargas Machuca, fls. 132. — (A.).

(15) *Vocabulario aimará*, por Bertonio, Juli 1612 Parte 2.ª, ps. 224. — (A.). — Juli era uma missão junto ao lago Titicaca. — (C.).

(16) O antigo escriptor do Brasil, Gandavo, bem que acreditasse que certos nomes designavam verdadeiramente nações differentes, era de opinião que, ainda que todos os Gentios da costa se achavam divididos, «todavia na semelhança, condição, costumes e ritos gentilicos todos são uns». A mesma opinião sustenta Gabriel Soares (I, c. 13, 39, etc.), dos escriptores antigos o que mais se dedicou á ethnographia brasilica. — (A.).

ficavam ao sul da actual provincia do Rio de Janeiro, na de São Vicente, não pronunciavam as articulações consoantes finaes, dizendo por exemplo *acé* e *ajú* por *acem* (eu saio) e *ajúr* (eu venho).

Além das alcunhas, um nome geral havia, com que cada gremio designava todos os outros que lhe eram absolutamente estranhos, — nome que se pode comparar ao de que na antiguidade usaram os Gregos e depois os Romanos, e talvez antes delles os outros povos donde lhes veiu a elles a civilização, e ao de que ainda hoje usam os Chins para designar todas as nações estrangeiras, — o de *Barbaro*, ou na lingua geral *Tapui*. Daqui a idéa dos primeiros colonos, transmittida pelos escriptores, e ainda ultimamente por alguns acreditada, da existencia de uma grande nação *Tapuia*; quando Tapuias brancos chamavam os indios aos europeos que não eram seus alliados (17).

O sul da Florida era dominado por Caribes e muitos delles haviam tambem antes transmigrado dali para o sul (18) ao passo que desde o Amazonas até São Vicente, todas as informações, recolhidas em differentes pontos, os fazem transmigrando e invadindo de norte a sul. Os da Bahia asseveravam haverem ahi chegado, vindos do sertão e d'além do Rio de São Francisco (G. Soares, part. II, cap. 147). Os de Cabo Frio pretendiam (Thevet, *Cosmog.*, f. 915) proceder dos *Caribs* da parte septentrional do Brasil. Os de São Vicente tratavam por antepassados aos do Rio de Janeiro e immediações; o que prova como dahi provinham. — Por quasi toda a costa do Brasil, emfim, se encontravam tradições de que os *Tupis*, habitantes de qualquer districto, se haviam deste apoderado, vindo elles conquistadores das bandas do norte, depois de arrojar para o sul outros Tupis que o

---

(17) No *Dic. bras.* se encontra (p. 42) por significado do Francez (em geral inimigos daquelles com quem viviam os nossos), «Tapuy tinga», isto é, barbaro branco. Na *Gram. Bras.* encontramos (ps. 47) *Tapuya* significando «Barbaro». — (A.). — Os Indios do Maranhão assim chamaram aos inglezes, inimigos dos Francezes. Conf. Abbeville, *Hist. de La Mission*, f. 298 v. — (G.).

(18) D'Orbigny, «*L'Homme Américain*» II, 268 e seg. Enciso em 1519, tratando das Antilhas, diz que os Caribes da terra firme iam por mar em canôas «hazer la guerra á otras partes y unos á otros». Gumilla accrescenta no «*Orinoco Ilustrado*» (cap. 6): «La nacion sobresaliente y dominante en Oriente es la nacion Cariba, que se estiende por la costa oriental hasta la Cayana, y aun hoy vive mucha gente de ellos en la Trinidad de Barlovento y en las tres islas de Colorados que están junto á la Martinica, etc». — (A.).

assenhoreavam. A transmigração invasora se effectuava como em ondas, vindo successivamente uma nova occupar o logar da impellida para diante, sem deixar apoz si mais vestigio do que deixam no ar as ondas sonoras.

Os invasores traziam comsigo bastantes germens de discordia, que vieram a dar mui sasonados fructos venenosos nas suas novas terras. Apenas uns venciam, vinham outros arrancar-lhes das mãos a palma da victoria, e as hostilidades e vicios não tinham fim. Entre os ultimos era sobretudo lamentavel a paixão com que se davam ao peccaminoso attentado que o Senhor condemnou em Sodoma, vicio que, além de ser aviltador para o homem, tanto contribuia a que a população, em vez de augmentar-se, diminuisse cada vez mais. Havia em algumas cabildas, concubinos publicos, protegidos pela communidade. O celebre professor George Buchanan apostrophou virulentamente contra esses vicios dos nossos selvagens na famosa satyra, de quarenta e quatro versos latinos, «*In colonias Brasilienses*», que anda nas suas obras. Tambem não contribuiam menos a diminuir a população os crimes de envenenamentos frequentes, ás vezes de si proprios, pelo uso de comer terra e barro.

Divididos, pois, os Tupis em cabildas insignificantes que umas ás outras se evitavam, quando não se guerreavam, apenas podiam acudir aos interesses dictados pelo instincto da conservação vital; e, numa tão grande extensão de territorio, não apparecia um só chefe que estabelecesse um centro poderoso, como havia no Perú, cuja aristocracia, livre de cuidar só em resguardar-se das intemperies e em adquirir diariamente o necessario alimento, pudesse pensar no bem dos seus semelhantes, apaziguando as suas contendas, e civilizando-os com o exemplo, e servindo-lhes de estimulo, para se distinguirem e procurarem elevar-se. Assim taes rixas perpetuariam neste abençoado solo a anarchia selvagem, ou viriam a deixa-lo sem população, se a Providencia Divina não tivesse acudido a dispor que o christianismo viesse ter mão a tão triste e degradante estado!

Para fazermos, porém, melhor idéa da mudança occasionada pelo influxo do christianismo e da civilização, procuraremos dar uma noticia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil;

isto é, uma idéa de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbaris e de atrazo. De taes povos na infancia não ha historia: ha só ethnographia. A infancia da humanidade na ordem moral, como a do individuo na ordem physica, é sempre acompanhada de pequenez e de miserias. — E sirva esta prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infancia de sua nação, pense de ensoberbecer-se, ao ler as pouco lisongeiras paginas que vão seguir-se.

SECÇÃO III

(IX da 1ª edição)

LINGUA, USOS, ARMAS E INDUSTRIA DOS TUPIS

Lingua. Apparencia. Estatura. Côr baça. Pinturas do corpo. Bodoques. Furos na cara. Cabello. Ornatos: aiucará, tapacurá, etc. Tangapema. Maracá. Arcos e frechas, etc. Venenos de hervas. Escudos. Machados. Trabalho de cada sexo. Guerras. Tempo. Preparativos. Surprezas. Prevenções. Taba ou aldeia. Ocas. Ocára. Cahiçára. Tapéra. Caça e pesca. Pindá. Tinguí. Timbó. Puçás. Giquís. Pisacuí. Ostreiras. Sernambitibas. Tartarugas. Mondéus. Mimbaba. Sementeiras. Milho. Mandioca. Vinhos. Utensilios. Patiguás. Samburás. Paçarazes. Redes, etc. Canoas, remo e leme. Sorte da mulher. Guaiós e outros.

O estudo da lingua tupi (1), que é a mesma que, com o improprio nome de guarani, ainda hoje se fala no Paraguai e em Corrientes, é do maior interesse para, por meio do conhecimento das etymologias, explicar muitos factos. A lingua era agglutinativa, porém com flexões verbaes. Em um trabalho especial aventurámos a idéa de que esta lingua deve ser considerada no numero das denominadas de Turan, a par das finno-ugrias, do turco, do hungaro, do vascuense e até do proprio egypcio antigo.

As articulações não eram em grande numero. Faltavam as seguintes: fê, lê, rê (2), vê e zê fortes; de tal modo que os indios tupis, ao aprenderem a musica, em logar de ré, fá e lá, pronunciavam rê (brando), pá e ra (tambem brando). — As labiaes *b* e *p* soavam nasalmente; de modo que os mesmos indios diziam *mboricá*, em vez de *burrica*, e *Mpero*, em vez de Pedro; de sorte que as mesmas duas labiaes podiam ser escriptas com um til em cima.

Se, porém, o numero das consoantes não era grande,

(1) Os Tupis do Amazonas chamavam á propria lingua nheengatú, isto é, lingua boa, segundo Couto de Magalhães. — Ver nota 4, secção II. — (O.).

(2) Para reproduzir o som brando de *r* inicial, os colonos recorreram ás vezes á prothese, fazendo, por exemplo, de *Rari*, *Arari* (pe), de *Reroagui pe*, *Areroagui*. *Pe* nos dois vocabulos é uma preposição, ou antes posposição. — (C.).

era-o o dos sons vogaes, podendo-se reduzir nada menos que a quarenta e dois; os quaes são por Montoya designados pelas seis vogaes (contando neste numero o y), cada uma com sete sons differentes, que se distinguem por meio de accentos (3).

Porém, rigorosamente falando, as lettras do nosso alphabeto eram insufficientes para representar todas as articulações guaranís. «Por muitas vezes me aconteceu, diz Vieira, estar com o ouvido applicado á boca do Barbaro, e ainda do interprete, sem poder distinguir as syllabas, nem perceber as vogaes ou consoantes de que se formavam, equivocando-se a mesma lettra, com duas e tres semelhantes, ou compondo-se (o que é mais certo) com mistura de todas ellas; umas tão delgadas e subtis; outras tão duras e escabrosas; outras tão anteriores e escuras, e mais afogadas na garganta, que pronunciadas na lingua (4); outras tão curtas e subitas; outras tão estendidas e multiplicadas que não percebem os ouvidos mais que a confusão».

Talvez que com o systema da escriptura arabe, ou ainda com o da devanagari, conseguisse representar melhor os sons tomados da propria boca dos indios quem esteja no caso de os consultar (5).

A numeração fundamental não passava de cinco, segundo Lery, e Anchieta nem concede o numero cinco (6). Hervás accrescenta que nunca se viu Guarani poder levar a conta acima de trinta, contentando-se, para seus intentos,

---

(3) No cap. VII do nosso trabalho, escripto em francez, sobre a procedencia dos Tupis damos uma noticia bastante especificada acerca das particularidades grammaticaes desta lingua. — (A.).

(4) Jam lingua sibilando, jam naribus rhonchissando, jam dentibus stridendo, jam guttura strepitando, etc. Dobrizhoffer, II, 163. — (A.).

(5) A phonetica da lingua tupi foi modernamente estudada por Baptista Caetano de Almeida Nogueira, nos *Ensaios de Sciencia*, Rio, 1876, e *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio, 1879; a do Kiriri pelo mesmo, na introducção á *Arte* do Padre Mamiani, Rio, 1877; a do Bacairy por Carlos von den Steinen na *Bakairi Sprache*, Leipzig, 1892; a dos Carajás e outros Tapuias, por Paulo Ehrenreich, etc. — (C.). — A accrescentar, com relação ás linguas das tribus amazonicas — Capistrano de Abreu, no *ri-bra ha-ni-ka-i* (Grammatica, texto e vocabularios caxinauás), Rio, 1914; Koch-Grünberg, Créqui-Montfort, Paul Rivet, Tastevin, etc. Dos Bororos de Matto-Grosso trata recentemente o grammatico salesiano D. Antonio Colbacchini — *I Bororos Orientali (Orarimugudoge) del Matto-Grosso*, Torino, 1925, com desenvolvida noticia ethnographica, grammatica, textos e cantos religiosos. — (G.).

(6) Esse systema de numeração «quinquagesimal» é um dos que melhor separa a civilisação mexicana, que conhecia a decimal, do resto dos Americanos. No Yucatan contavam de cinco em cinco (Herrera, 4, 10, 4). No Orinoco, segundo Gumilla (cap. 48), igualmente. — (A.).

dahi por diante do designar as quantidades pelo collectivo *tuba*, que significa muito (1).

Da composição das palavras daremos alguns exemplos: *tayá-çu* quer dizer comedor, o *roedor* de tayás; *iby-cuy* (areal), terra em pó; *ca-pi*, relva tenra, donde veiu capim, e *ca-pi-uára*, comedor de capim.

Afóra a lingua, e certo progresso material na industria, nenhum caracter essencial, nem corpureo, distinguia os Tupis das raças limitrophes. Eram todos de estatura ordinaria, reforçados e bem feitos; de aspecto tristonho, olhos pequenos, com frequencia negros, encovados e erguidos, por via de regra, no angulo exterior, como na raça mongolica; sobrolhos estreitos e mui arqueados; orelhas grandes, cabello liso, seguro e sempre negro, bem como as barbas, que arrancavam por costume, e bem assim os cabellos do corpo, pestanas e sobrancelhas, ficando lampinhos; dentes alvos e persistentes, e pés pequenos. Havia, sobretudo entre as mulheres, typos de feições nuudas, que os europeos elogiavam como formosuras (2). Porém todos esses attributos do corpo se achavam, em geral, horrivelmente desfigurados de intento entre os homens.

De côr eram mais ou menos baços, o que talvez procedia tambem do clima que habitavam. Um escriptor (3) do seculo XVI, bastante observador, adverte que na America os habitantes de terras quentes eram mais claros que os das temperadas e frias; bem que, entre aquelles, fossem mais escuros os das planicies e páramos que os das terras montuosas. Eram em geral fleugmaticos e de pacienoia oriental para fazerem o que se propunham. Ensinados, deram bons musicos, e sabedores aturados no estudo.

Quasi todos pintavam o corpo em fórmas a capricho, com tinta negra tirada do genipapo, e a logares, como na face e nos pés, com um fino vermelho que extrahiam do urucú. Alguns sarjavam o corpo com riscos abertos com o dente de cutia, instrumento que lhes servia de lanceta, quan-

(1) Alguns indios sabem contar muito mais, como por exemplos dos Carajás já demonstrou Paulo Rhenorelch. — (O.).

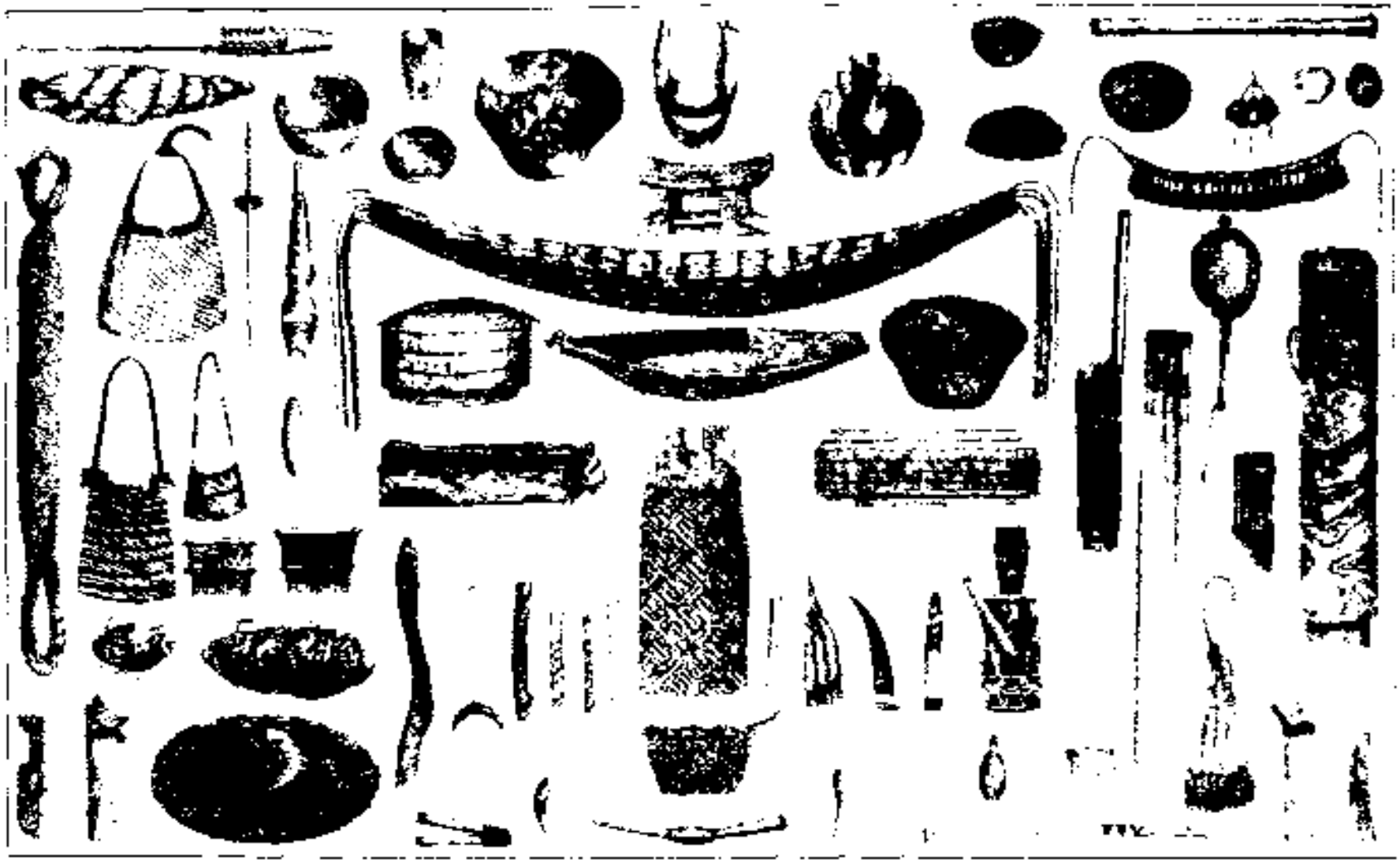
(2) Vaz de Caminha dizia em 1500 ao rei que vira em Porto Seguro tres ou quatro moças bem moças e bem gentis; e trinta annos depois, Pero Lopes, chegando á Bahia, achava as mulheres formosas, como as belles da rua commerciante de Lisboa; e João Daniel (*Rev. do Inst.*, 8, 381), é da mesma opinião. — (A.).

(3) Vargas Machuca, fol. 181. — (A.).

do se sangravam. Nessas sarjaduras, emquanto frescas, mettiam alguma côr que as tornasse duraveis; e com ellas presavam-se de valentões, fazendo geralmente novos riscos, depois de algum grande feito, que por esse meio perpetuavam no corpo. Outros bandos furavam os beiços, principalmente o inferior, pondo no buraco um grande *botoque*, pelo que foram pelos europeos chamados *Botocudos*. Quando não estava posto o botoque, que elles denominavam *metára*, tinham a facilidade de assobiar com ajuda do labio inferior furado, pelo qual conseguiam encanar o ar do sopro. Tambem furavam as ventas e as orelhas, o que era uso mui geral em toda a America; e nellas encaixavam semelhantes botoques, ou arrecadas de osso. Outros indios costumavam esburacar as faces, mettendo nestas, de dentro para fóra, dentes de animaes. Não estando os botoques em seus logares, sahia-lhes pelos buracos a saliva quando falavam; e, para se fazerem engraçados, deitavam alguma vez por ahi a lingua de fóra. Taes botoques eram não só de osso, como de pedra lisa, ou de barro cosido, ou de ambar, ou tambem de resina de jatahi. O primeiro explorador de toda a costa do Brasil, Amerigo Vespucci, conta-nos que vira individuos com sete buracos na cara: seriam dois nas orelhas, dois nas faces, outros dois nas ventas ou labio superior e um no labio inferior.

Uns deixavam crescer a guedelha; outros usavam de cercilho, pelo que, em Minas, lhes chamaram os nossos *Coroados;* mas o uso geral era tosquiar e aparar o cabello, mui regularmente, por uma linha que passava pelo cimo das orelhas. Conheciam o uso de lustral-o, untando-o com azeites.

Os principaes ornatos eram fios de contas brancas, feitas de busios ou de dentes dos inimigos, ou de animaes ferozes, mortos pelos que os traziam; de modo que eram como uma especie de condecoração, que ninguem se atreveria a usar sem a ganhar (J. Daniel, *Rev. do Inst.*, 3, 347). Sómente se exceptuavam as mulheres dos que as tinham, maxime se haviam acompanhado os maridos. A taes colares chamavam *aiucará*. Por cada victima juntavam ao colar um dente della, se o podiam obter. Os ornatos vistosos consistiam em pennas, principalmente vermelhas e amarellas, grudadas com a *icica* ou almécega, das quaes tambem ás vezes usavam para ornar os braços e as pernas. As plumas na cabeça



na mão esquerda ia o *maracá* correspondente ao *sistrum* dos antigos, formado de uma *cuïa* ou cabaça cheia de pedrinhas, enfiada em um cabo de pau e coroada de pennas de *guarás:* quando a moviam ou chocalhavam fazia um ruido, como o da matraca das nossas igrejas, que no proprio som e nome, se parece áquelle instrumento.

Os arcos eram feitos de uma especie de pau duro, elastico e forte, que ainda hoje, em virtude de tal uso, se chama *pau d'arco*. Eram geralmente forrados de *cipó-embé*, e facetados do lado interior, por onde lhes punham um cordel tecido de tucum ou pita, e seguro nas pontas em uns chanfros. As frechas, sempre admiravelmente acabadas, eram umas de *ubá* ou canna brava, outras de tabocas, e outras de *úpi*, ou caniços. Estas, de ordinario só destinadas a matar os passaros, eram as de maior alcance: tinham nas pontas ossos aguçados ou dentes de animaes, e junto do extremo opposto, duas pennas contrapostas, o que concorria a serem mais certeiras, fendendo os ares com um movimento giratorio como o dos projecteis dos canhões raiados em nossos dias. As de *ubá* e as de *taquára*, destinadas contra os grandes peixes e animaes, tinham as pontas de taquára, geralmente dentatas ou harpoadas dos dois lados, e com suas pinturas. Entre estas pontas e o corpo da frecha entremeavam de ordinario um troço de haste, de pau ferro ou de pau d'arco, para augmentar o peso da mesma frecha desse lado, afim de fazer maior effeito, quando disparada por elevação. Este troço era tambem com dentes. As frechas de guerra eram de *ubá*, geralmente da altura de uma pessoa, sendo os ultimos dois palmos, do extremo, de pau ferro, com a ponta hervada (12). Para se resguardarem contra o veneno, mettiam as pontas em aljavas, cada uma das quaes de ordinario continha sete frechas. Igual numero continham os molhos de azagaias de arremesso de pau ferro, chamadas *curabis*, tambem hervadas, mui finas, e igualmente da altura de um homem. Tambem usavam lanças de pau ferro, hervadas, mui compridas, que igualmente podiam arremessar, e as quaes denominavam *murucús*.

---

(12) O arco e a frecha variavam muito de fórma e materia, conforme as tribus. Veja-se *Bogen und Pfeil in Central-Brasilien* (Leipzig, s/d), de Hermann Meyer, que foi traduzida em inglez pela Smithsonian Institution, de Washington. — (C.).

As frechas grandes furavam uma taboa a duzentos e trezentos passos. Algumas (13) cabildas se serviam de varapaus de duas pontas e de tres palmos de comprido que, arremessavam como virotes. No alto Amazonas faziam uso da *esgaravatana*, tubo ôco, de mais de uma braça de largo, com bocal e mira, e forrado todo de *cipó embé*: com o qual, por meio do sopro, disparavam finas settas ou puas hervadas, com as cabeças envoltas em algodão ou sumaúma; outros usavam de umas *palhetas* (14), com que arremessavam dardos.

Serviam-se geralmente os indios de escudos ou pavezes; que eram pequenos, e ou circulares ou oblongos, e feitos de couro do tapir ou anta, ou da pelle do peixe-boi (Acuña, n.º 25, f. 14), ou entretecidos de taquáras (Acuña, n.º 37, f. 17), á falta de melhores.

Para cortar lenha empregavam uns machados de pedra polida, de ordinario, verde, aguçados, e mui analogos aos de que usavam os europeos quando barbaros, isto é, antes de lhes chegar o frequente uso do bronze e depois o do ferro. No Amazonas, onde era para tudo de tanto recurso a tartaruga, faziam desta os machados e mais utensilios (Acuña, n.º 39, f. 18). Tambem para os instrumentos de gume empregavam o pau ferro e o pau d'arco.

O trabalho se repartia segundo os sexos, como passamos a expôr. Os homens aprestavam as armas, iam á guerra, assentavam e construiam as *tabas* ou povoações, e tratavam da caça, e da pesca, e de fazer a roça.

As mulheres se occupavam das sementeiras e plantações, fabricavam a farinha, e preparavam as bebidas; carregavam nas transmigrações os fardos e as crianças, faziam os utensilios caseiros, e cuidavam das aves (15) e animaes criados em casa para regalo, os quaes nunca matavam para comer, dando-lhes o nome de seus *mimbába* (Anchieta, *Arte*, cap. V).

A este estreito circulo, que vamos melhor examinar, se limitava a vida social dos Barbaros.

---

(13) Segundo as informações de Soares, os seus *Ubirajáras* além do rio São Francisco (P. II, cap. 182) eram os proprios habitantes do Amazonas. — (A.).

(14) Esta palheta de jogar chamava-se na lingua dos Kiriris *Bubyté*, segundo Mamiani, *Arte*, 2.ª ed., 22. — (C.).

(15) Eram ellas que ensinavam os papagaios a falar, e lhes contrafaziam as côres, arrancando-lhes as pennas e deitando-lhes sangue de rãs, etc. Soares, II, cap. 159. — (A.).

A guerra offensiva precediam sempre calorosas exhortações dos chefes e dos maiores oradores; e só era definitivamente decidida por um conselho, em que tomava parte toda a communidade. Neste conselho guardavam a melhor ordem; falava cada um por sua vez, e quasi sempre concluiam por sahirem todos concordes na opinião manifestada por algum mais influente, isto é, melhor falador.

O fim da guerra era mais fazer prisioneiros, para os escravizar, ou para tomar vingança, que invadir um paiz para prear as povoações: o que sem embargo tambem succedia. Se não podiam fazer outro mal, deitavam fogo á taba inimiga e se retiravam (J. Daniel, *Rev. do Inst.*, 3, 474). As vezes sómente o desejo que tinha uma cabilda de possuir alguma ou algumas mulheres de seus contrarios (16), ou de as reivindicar, dava motivo a uma campanha; do que nos não devemos admirar, quando outros selvagens, no dizer de Horacio, brigavam só pela posse de uns covis ou de algumas bolotas (17).

Emprehendia-se a guerra, principalmente na epocha proxima á da madureza do milho, dos aipins ou dos cajús: porque isso permittia celebrar melhor o sacrificio dos prisioneiros com os vinhos que dessas substancias se tiravam.

Todos concorriam em commum para o apercebimento da campanha, que consistia em alguma farinha. Á guerra levavam os escravos, que nunca podiam pertencer á nação que iam guerrear; pois em tal caso por elles houvera começado a vingança. O systema de ataque era em geral, da mesma fórma que na America do Norte, o das *tocáias* ou ciladas, e cahiam sobre o inimigo com grandes urros e apupadas, quando o achavam mais descuidado (Soares, 2, 169. — J. Daniel, p. 474. — Coronel Serra, *Rev. do Inst.*, 13, 368). E só no caso do encontrarem resistencia, e de não poderem evitar, se empenhavam no combate, que era já a braço e á dente, mais que com armas contundentes. Pela mesma razão de deverem evitar essas surpresas que se propunham fazer, ás vezes a distancias enormes, á maneira dos arabes

(16) Este facto, muito commum entre os povos naturaes, designa-se hoje pelo nome de exogamia, e ainda não foi cabalmente explicado. Provavelmente, a exogamia, o choco (*couvade*), o totemismo e a anthropophagia pertencem ao mesmo circulo de idéas primitivas. — (C.).

(17) Glandem atque cubilia propter pugnabant. — (A.).

em suas algáras ou correrias, as marchas eram emprehendidas com todas as prevenções (Soares, 2, 167). O arco e a frecha quasi que apenas eram empregados contra os que tratavam de escapar-se, ou que passavam de longe.

A maior gloria para o guerreiro era assenhorear-se de um dos inimigos, traze-lo comsigo prisioneiro, e ufanar-se com as honras do seu sacrificio, ao qual assistiam todos. Os mais destros na arte da guerra procuravam, porém, estar prevenidos, e de atalaias nos cimos das arvores para avisarem do que sentiam, pelo olfacto. Tocavam o rebate com um grande tambor (Baena, *Cor. Paraense*, p. 10) dependurado entre dois esteios, e logo acudiam todos. Quando o atacante encontrava estas prevenções, retirava-se ordinariamente. Assim o combate durava pouco tempo, se um dos dois partidos, sem perda dos seus, conseguia aprisionar alguns inimigos; pois o vencedor se dava pressa de fugir com o captivo para o sacrificar. Depois de uma victoria, as mulheres apregoavam as novas proezas de seus esposos, e proclamavam os nomes de guerra que acabavam de tomar dos contrarios que haviam morto; — ceremonia, «notavel e de muita graça», pelo fervor com que davam á execução este *rito* (18).

A abundancia da terra, em caça ou pesca, contribuia, mais que nenhum outro motivo, para que uma cabilha se decidisse a assentar povoação e a levantar sua *taba*, — ordinariamente de grandes casarões ou abarracamentos (*ocas*) de paus e algum barro, cobertos em fórma convexa de folha de pindoba. Eram estes de uns cento e cincoenta pés de comprido, quatorze de largura e doze de altura. Junto ao tecto tinha cada oca, ou grande casarão, *juráus* ou aipeonradas, onde se guardavam os utensilios e recolhiam os comestiveis. Ás vezes toda a povoação construia para si um só rancho em que cabiam duzentas pessoas (J. Daniel, *Rev. do Inst.*, 3, 348). Dentro não havia repartições feitas de tabiques, nem de esteiras, nem de nada, e sómente esteios para as redes. No meio da *oca* ou casarão, sem chaminés, accendiam a fogueira para cozinhar e para os allumiar de noite, aquece-los e livra-los dos morcegos. Eram as *ocas* dispostas, deixando

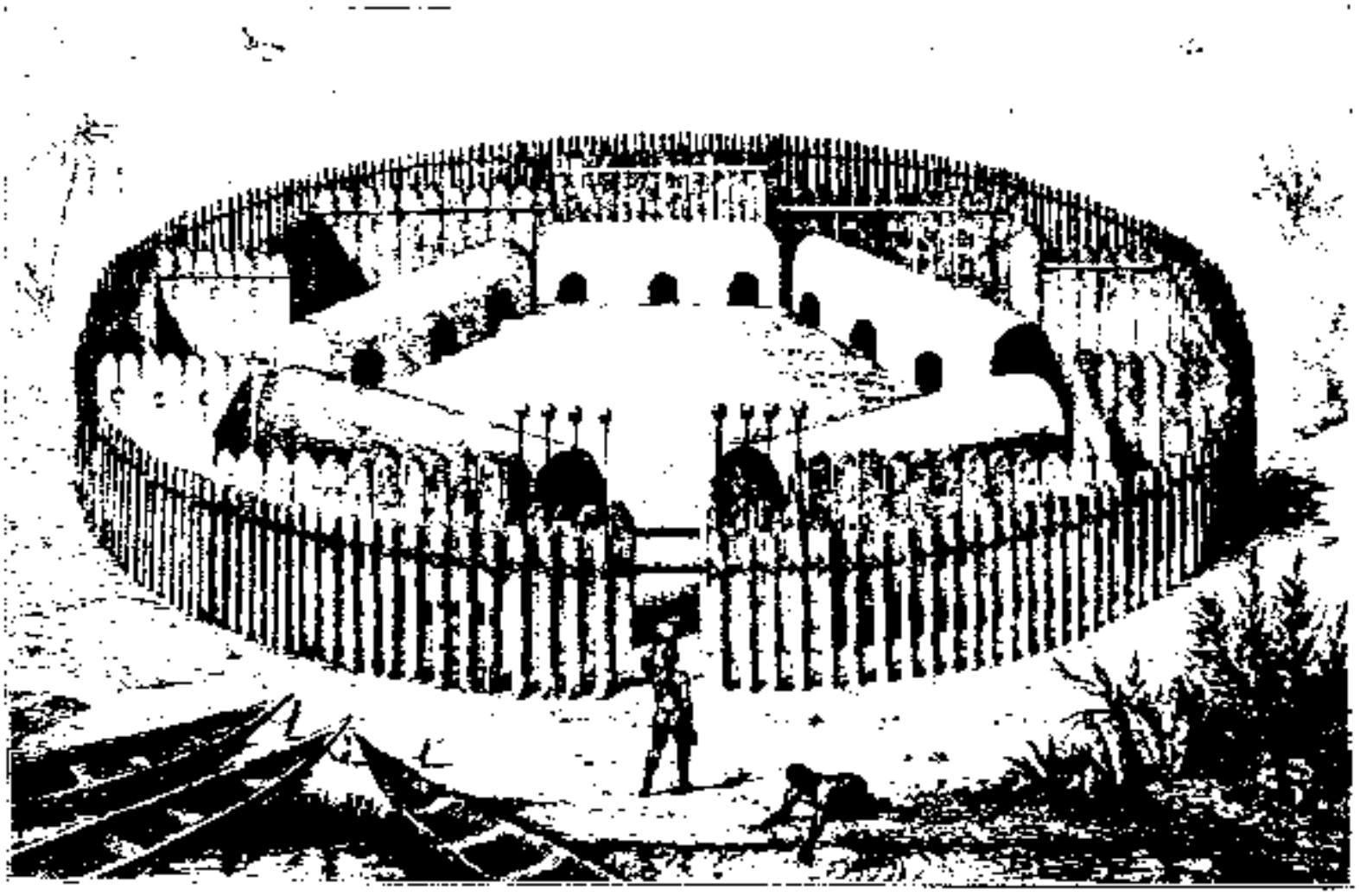
(18) Diogo de Campos, *Jorn. do Maranhão*, ps. 218, edição de Candido Mendes de Almeida, nas *Memorias do extincto estado do Maranhão*, 2, Rio, 1874, — (C.).

no centro uma área (*ocára*) para a qual de cada rancho havia tres vãos ou portaes baixos, ordinariamente sem porta ou postigo. A *taba*, quando proxima de inimigos, era cercada de uma tranqueira de palancas, de fórma quasi sempre pentagonal. Ás vezes esta cerca, que chamavam *cahiçára* (19), feita sem fosso (J. Daniel, *Rev. do Inst.*, 3, 349), era de gissára, ou de taboca. Á entrada della espetavam, em paus a pique, as caveiras dos inimigos; e a explanada em redor tinha algumas vezes fojos estripados. Ás tabas ou aldeias abandonadas, segundo antes dissemos, se dava o nome de *tapéra*: de *taba-oera*, aldeia que foi, o que se applica hoje a um simples sitio ou roça que não tem dono.

Para a caça do chão, tanto do mato como do campo, bem como para a do ar, empregavam o arco e a frecha. As caças mais estimadas eram as dos porcos do mato, e das pacas. Não conheciam os Tupis a lhama, nem a alpaca, — o camello e a cabra deste continente. Menos podiam conhecer o guanaco, e menos ainda as mimosas vicunhas, que só medram nos climas montuosos e frios. Tão pouco usavam do leite de nenhum animal, como alimento ou como bebida. Para a pesca grossa empregavam ás vezes a frecha, mergulhando detraz della logo que a tinham despedido, ou acompanhando-a de um fio com uma paleta no fim, que boiava detraz do peixe fisgado. Usavam tambem de certa especie de anzoes, que denominavam *pindá*, donde veiu o chamarem *pindámonhungaba* ás pescarias feitas com anzoes. Alguns iam até a nado arremeter os tubarões, com um pau agudo que lhes encaixavam pela guela; com o que os afogavam, e os traziam á terra, e tiravam delles os dentes para as frechas. Porém o modo como recolhiam mais peixes, era usando nos rios das entroviscadas; isto é, embebedando-o com a planta *tinguí*, ou com achas de *timbó* machucadas, e lançadas na agua. Tambem tinham uma especie de redes pequenas chamadas *puçás*, feitas de fio de tucum, com as quaes pescavam as tainhas (*paratís*), e outros peixes que com a enchente da maré entravam pelos esteiros (Soares, 2, cap. 134). Outros apanhavam em *giquís*, que eram uns covos afunilados, ás vezes com duas sangas, que meltiam nos canciros.

---

(19) Seguimos a orthographia de Berredo, ps. 432 e 433. Jeronymo Machado e Soares escreveram coiçá. — (A.).



Algumas cambas colhiam tambem nos rios que, depois de transbordarem, voltavam subordinados a seus leitos, sem que os peixes pudessem eximir-se de naufragar na *piracema*.

Para conservar o pescado não usavam de sal: moqueavam-o, como faziam com a carne; e, limpo das espinhas, o reduziam a pó, e preparavam uma certa massa e farinha que denominavam *piracuí*, e que se conserva por muito tempo.

Igualmente aproveitavam de varios mezes do anno em que o marisco (especialmente o *sernambi*), estava mais gordo, para fazerem delle larga provisão, separando-o da casca, que iam amontoando. O uso de preparar taes provisões era um dos com que mais se distinguiam os Caribes do norte, que, para esse fim, effectuavam até expedições á ilha *Anegada*, uma das menores Antilhas (20), ainda hoje mui abundante de taes mariscos. Se durante esta pescaria morria algum companheiro, lhe davam sepultura no proprio monte das cascas d'ostras. Assim pelo menos se podem explicar essas *casqueiras* ou *ostreiras* (21) descobertas no littoral com ossadas humanas, e já cobertas até de arvores seculares. Taes casqueiras, chamadas ainda nas provincias do norte *sernambilôas* ou *sernambi-teuas* (22), constituem hoje, para quem as possue, uma verdadeira riqueza, pela facilidade com que dellas se extrae a cal. Semelhantes *ostreiras* se encontram ainda nos territorios scandinavos, no norte da Europa e em ilhas do mar Egêo.

Os habitantes das margens do Amazonas usavam para apanhar as tartarugas da mesma industria ainda agora empregada. Esperavam-as quando vinham a desovar, e com um espeque as reviravam para o ar, e dahi as levavam a nado, nas canoas, presas por um buraco feito na couraça, mettiam-as em curraes ou alvercas fechadas, e as nutriam

---

(20) *Trans. of the Americ. Ethnol. Soc.*, 1853, pg. 200. — (A.).

(21) Varnhagen, *Rev. do Inst.*, 2. pg. 322. — Carta sobre este assumpto, em esclarecimento do que se disse no vol. III., P. 2.ª, das «Transacções» da Sociedade Philosophica de Philadelphia, 1826. — Vej. tambem Varn., *Rev.* 18, 372 e 374, e *Fr. Gaspar* pg. 20. — (A.).

(22) No Sul são conhecidas pelo nome de Sambaquis, e além de outros estudaram-nas Capanema, nos *Annaes de Sciencia*, Wiener, nos *Archivos do Museu Nacional*, Löfgren, no *Boletim da Commissão Geologica de S. Paulo*. Os sambaquis do Amazonas foram estudados por Carlos Hartt, nos *Archivos do Museu*, 4, Rio, 1885. — (C.).

O Professor Ernesto Raakhouser, da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, estudou os sambaquis do Districto Federal e em notavel conferencia realisada a 30 de Outubro de 1916, naquelle Instituto, deu conta dos resultados scientificos de suas investigações. — (S.).

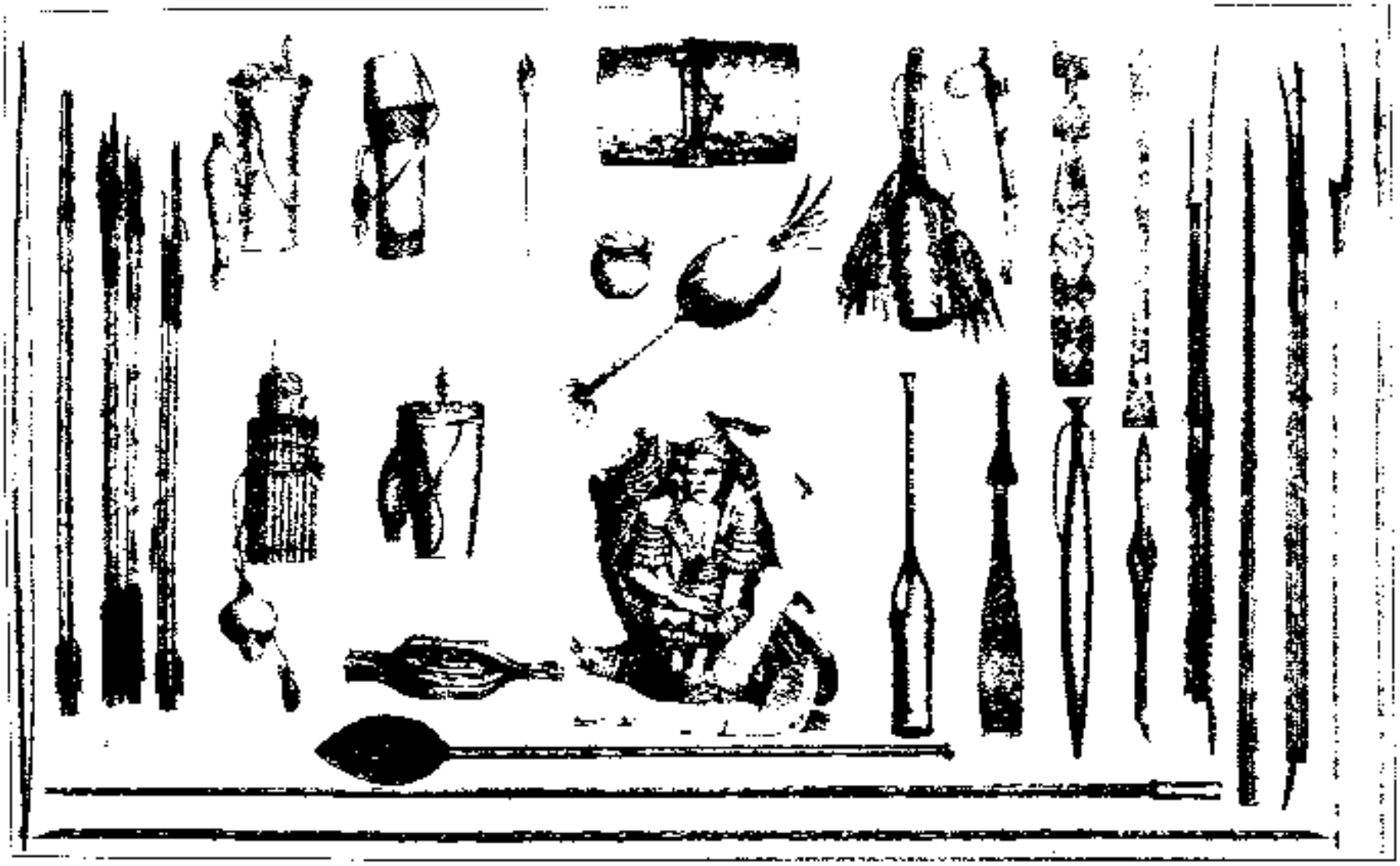
até matal-as. Tambem as apanhavam, acertando-lhes no pescoço com as frechas expellidas por elevação(23).

Para agarrar os animaes, sobretudo os tigres, usavam de armadilhas ou *mondeos*, onde, ao irem elles a entrar, lhes desandava em cima um grande tronco d'arvore. Tambem faziam fojos, e usavam para os passaros de esparrelas de varias especies. Os do sul empregavam para os veados certas armadilhas, além da bola, que actualmente se usa mais aperfeiçoada.

Proprio dos homens era ainda o buscar mel selvagem, trazer lenha, e até o ir lavar as redes nos rios.

Passando aos trabalhos que estavam a cargo das mulheres, diremos que ellas viviam menos ociosas que os homens, entre as cabildas agricolas. — Roçada pelos ultimos a terra, áquellas pertenciam a plantação do aipim e da mandioca, a sementeira do milho e do mandubi; e para que ellas o não estranhassem, lhes explicavam tal uso pela razão de que era o sexo fecundo ou prolifico o que devia entender-se melhor com a madre terra. Da mandioca fabricavam a farinha, pelo processo grosseiro que depois adoptaram os colonos, e que ainda hoje se pratica nas roças, ralando-a sobre uma prancha ou superficie com pedrinhas agudas embutidas; e expremendo-a com o *tepetim*, que era um sacco de junco oblongo, mui elastico, e que, por meio de um peso no extremo, apertando o mesmo sacco se fazia enxugar a polpa da mandioca ralada, que depois se cozia em tachos ao fogo. A farinha que devia servir para jornadas, á qual chamavam *de guerra*, era cozida de fórma que ficava compacta, em pequenos pães embrulhados em folhas, de tal modo que não lhe fazia damno a agua da chuva, ou de um rio em que cahisse. Juntavam-lhe uma pouca de *carimã*, e a coziam mais que a outra (Yves d'Évreux, p. 22). Tambem cultivavam a mandioca doce, ou aipim, que comiam simplesmente assado. Do aipim, do milho, e tambem dos cajús e ananazes e outros productos naturaes de succos saccharinos, convenien-

(23) No Maranhão os patos bravos, gallinholas e marrecos, diz Simão Estacio na *Relação Summaria*, Lisboa, 1624, cap. 26, «se caçam lindamente, lançando cabeços nas alagoas (até que avesem a elles) e depois se mette um indio pela agua com um cahuçu na cabeça e buraco nos olhos, e chegando a elles mansamente os vai mergulhando pelas pernas e debaixo da agua lhes torce o pescoços». — Consulte-se a monographia de José Verissimo — *A pesca na Amazonia*, Rio, 1895. — (C.).



temente expremidos e fermentados em talhas, tiravam bebidas espirituosas, que levavam os nomes dos fructos de que se haviam confeccionado, como *aipy-y'*, *ouati-y'*, *cajú-y'*, *naná-y'*, *janipá-y'*, *jetic-y'*, *pacoba-y'*, etc., segundo eram feitos de *aipim*, *milho*, *cajús*, *annanazes*, *genipapos*, *batatas doces*, *bananas da terra*, etc. — Mas o nome que davam, em geral, ao vinho era o de *oa-yní-y*, ou licor do *cajú* (adulterado pelos nossos em *caúim*) por isso que este fructo era o que o fornecia em maior abundancia.

Dos utensilios domesticos cuidavam tambem as mulheres.

Reduziam-se estes a um *patiguá* (24), *panacú*, ou canastra que lhes servia de arca, algumas talhas ou *iguaçabas* para os vinhos e para a agua, testos para cozer a mandioca, panellas de barro (*cumã*), uma *cuyambuca* (combúca ou cambúca) de guardar farinha, e algumas *cuias* singelas. Estas serviam de copos para beber, e ás vezes de pratos. As redes (*kyçaba*), as cordão (*musurána*) e passamanes, feitas umas de algodão e outras de varias embiras, tambem eram da sua competencia. Alguns indios não conheciam as redes, e tinham apenas em seu logar esteiras, das quaes, aliás, tambem faziam uso os Tupis, com a denominação de *pembí*, precedida do nome da planta de que eram feitas, com mais frequencia de *peris* ou tabúa.

As mulheres mais velhas eram destinadas a oleiras. Misturavam ao barro cinza de certas cortiças, e depois faziam-o em torcidas, e assim o iam unindo e achatando; logo-coziam-o em uma cova a fogo brando por cima, e afinal o pintavam e envernizavam por dentro com resinas, que por algum tempo equivaliam ao vidrado (25). As velhas preparavam tambem os vinhos, as farinhas, e os venenos, operação em que morriam algumas. No fabrico dos vinhos faziam-se ajudar das mais moças, que trituravam os fructos com os proprios dentes, concorrendo a saliva para facilitar a fermentação. Os *samburás* ou balaios de timbós e *pacarazes* (*Rev. do Inst.*, 9, 333) de taquáras e cipós, eram obra

(24) Ou *petiguá*. Vasconcellos, *Vida de P. João de Almeida*, pg. 16. Petuí diz o *Dicc. brasil.*, no voc. *Aros*. — (A.). — Hoje, no Paraná, *patiguá* é um cesto feito de taquára, em que as bugres carregam os filhos. — (G.).

(25) O estudo da ceramica brasilica, iniciado por Hartt, foi continuado por Steinen, Ladislau Netto, Ehrenreich, Derby, Herbert Smith, Goeldi e outros. Os indios que mais fizeram nessa especialidade são, como demonstrou Steinen, os Maypures ou Na-Arnaks, a que pertencem os Nheengaibas de Marajó. — (G.).

dos homens, que os faziam com a perfeição que ainda hoje nos dos já christãos admiram os estrangeiros, quando se exportam do Brasil.

Para onde quer que o casal se transferia conduzia comsigo todo o enxoval. O homem egoista, a pretexto de que devia ir ligeiro para combater, só levava o arco e as frechas; tudo o mais a mulher. «A rede ao hombro, o patiguá ás costas, o cabaço e cuia dependurados a um lado, o cão atado a uma corda pela mão, e o filho pequeno... numa tipoia ás costas» (26). A carga collonha sustentava-se por diante sobre a testa por meio da *pissama*, da maneira que usavam tambem os mexicanos; e da que ainda hoje usam muitos indios mansos na roça.

Outro instrumento e até arma indispensavel á maior parte das cabildas era a canoa (*igára*). De ordinario era esta feita de um tronco, carcomendo-o ou cavando-o por dentro, com ajuda do fogo. Havia-as enormes, remadas até por cincoenta e sessenta homens, exactamente como as antigas *pentecontores*, no velho continente. Outras vezes era só uma cortiça de arvore, com pontaletes no meio, e apertada com cipós, para ficar convexa, o lhes chamavam *ubás*. Tal foi o modelo que ao depois tiveram os colonos, para fazerem as *pelotas* de couros de boi, ainda usadas na passagem dos rios, especialmente no Rio Grande do Sul. Tambem algumas cabildas, especialmente entre os Caités de Pernambuco, faziam canoas de *periperís* (27), como os antigos Egypcios as de *papyrus*, planta igualmente cyperacea como a *periperi* (*Malachoete riparia*, de Nees). Ao remo denommavam *apecuitá*, e á pá do leme *yacumã*.

---

(26) Vasconcellos, *Vida do Padre João de Almeida*, 16. — (A.).

(27) E' duvidoso se pode chamar-se canoas ás embarcações dos Caetés, como Gabriel Soares de Sousa as descreve, nos seguintes termos: «As embarcações, de que este gentio usava, eram de uma palha comprida como a das esteiras de tabúa que fazem em Santarem, a que elles chamam periperi, a qual fazem em molhos muito apertados com umas varas como vimes, a que elles obamam timbós, que são muito brandas e rijas, e, com estes molhos atados em umas varas grossas, faziam uma feição de embarcações, em que cabiam dez a doze indios, que se remavam muito bem, e nellas guerreavam com os Tupinambás neste rio São Francisco, e se faziam uns a outros muito damno. E acontecem por muitas vezes fazerem os Caetés desta palha tamanhas embarcações que vinham nellas, ao longo da costa, fazer seus assaltos aos Tupinambás junto da Bahia, que são cincoenta leguas». — (*Rev. do Inst. Hist.*, 14, 38-39, Rio, 1851).

No Maranhão faziam-se, e ainda se fazem, balsas de tolo de buriti por maneira similhante. Dellas tomou nome o consideravel affluente que o Parnahiba recebe pelo lado esquerdo. — (C.).

As canoas, a rapidez de seus movimentos e o modo regular de remar não puderam deixar de admirar os europeos, com toda a sua civilização. Tambem por sua parte o que os indios mais admiravam dos mesmos europeos foram as naus, que em sua lingua singela chamavam canoa grande (*igára assú*).

A sorte da mulher era julgada tão inferior (1) á do homem que muitas mães afogavam as filhas ao nascer. Como tambem succedia entre os povos gentios da Europa antes do christianismo, as mulheres quasi não eram mais que escravas. E com mais razão assim deviam ser consideradas pelos Tupis, quando, na America, as suas primeiras mulheres haviam sido tomadas á força, como verdadeiras escravas.

Tudo quanto dissemos se applica especialmente á raça tupi, em geral; pois sabido é que havia e ha ainda indios que passam toda a vida em canoas, no alto Paraguai, e que por isso são chamados *Guatós*. No Amazonas havia tambem cardumes de outros que viviam n'agua, em casas construidas sobre esteios; já porque dos rios se sustentavam, já por se livrarem assim dos mosquitos e cobras, e mais inimigos (28).

---

(28) John Beal Steere — *Narrative of a visit to Indian tribes of the Purus River* (Washington, 1903), apresenta os Paumaris do Purús como indios essencialmente aquaticos. Durante a vasante vogam em suas pequenas canoas de uma barranca para outra; na enchente, quando as barrancas estão cobertas d'agua, retiram-se para os lagos marginaes, onde vivem sobre balsas. Alimentam-se quasi exclusivamente de peixes e tartarugas. — (O.).

NOTA DA SECÇÃO III

I

(Pag. 39)

A mulher, diz Carlos von den Steinen, dos Bacaerys, e o mesmo se pode dizer das outras tribus, não occupava nenhuma posição indigna. O homem dava-lhe maior peso a carregar do que elle proprio carregava, conservava-a afastada da casa da dança, onde os homens deliberavam, fumavam, faziam festas, e onde os estrangeiros eram hospedados, era ali senhor e dono, — e fazia o que ella queria. Quando Martius affirma que a mulher, «apesar da subordinação escrava em consequencia de sua azafama alegre», não occupava posição inferior, disse cousa que se applica perfeitamente aos nossos indios, nos quaes a subordinação escrava, entretanto, estava fortemente attenuada. A mulher precisava de protecção, primeiro porque era fraca, e «chorava» a qualquer perigo, depois porque devia ser resguardada dos appetites alheios. Na volta da roça para casa, ia adiante do homem, porque pesadamente carregada ia correndo e tudo estava seguro; na mata ia atraz delle para que se houvesse qualquer perigo, fosse elle o primeiro a affronta-lo. Dos hospedes estrangeiros era guardada; e, quando estes eram de natureza duvidosa como nós, as mulheres e meninos corriam para o mato. (*Unter den Naturvoelkern Zentral-Brasiliens*, ps. 332) — (C.).

SECÇAO IV

(X da I edição)

IDÉAS RELIGIOSAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS TUPIS: SUA PROCEDENCIA

Significação dos sacrificios anthropophagos. Sepulturas. Camucins. Jazigo ou t'iby'. Tupã. Raios. Superstições. Agouros. Pajés. Abusos destes. Poracés. Seus tristes resultados. Descripção do sacrificio. Partilha do cadaver. Destino dos ossos e dentes. Geração. Nascimento. Velhas. Morubixab. Communismo. Roubo. Hospitalidade. Polygamia. Heroinas. Amazonas. Noivados. Recem-nascidos. Doenças. Curativos. Soffrimento. Chorar. Nomes. Sentidos apurados. Caracter. Vida habitual. Banhos. Fogo. Sal. Pazes. Tabaco. Paricá. Guaraná. Coca; etc. Infancia da sociedade. Exemplo. O homem sem leis nem religião. Em todos paizes o mesmo. Carib: S. Thomé e suas pegadas. Sumé. Pajés. Monumentos primitivos. Procedencia plausivel dos Caribs, Tupis ou Guaranis.

Entremos, porém, um pouco mais profundamente nesta sociedade selvagem, e vejamos até onde alcançavam as idéas religiosas e a jurisprudencia dos Tupis; e quaes eram os seus usos bons e maus.

Podemos dizer que a unica crença forte e radicada que tinham era a da obrigação de se vingarem dos estranhos que offendiam a qualquer de sua alcateia. Este espirito de vingança levado ao excesso constituia a sua verdadeira fé. — Era o odio excessivo contra os inimigos o principal estimulo que os conduzia até á anthropophagia, facto que, segundo alguns historiadores, se dava igualmente no velho continente, entre os Scytas, dos quaes pareciam proceder.

A anthropophagia não era, pois, motivada pela gula, senão algumas vezes por aberração; era-o pelo prazer que sentiam na desaffronta, cujos effeitos faziam extensivos a todas as gerações (1). O instincto de se vingarem era tão excessivo que se julgavam obrigados a trincar todo animal

(1) E' interessante o que Pigafetta, companheiro de Magalhães, ouviu de João Lopes Carvalho, o capitão da *nau Bretôa*, mencionado adiante, acerca dos sentimentos de vingança e da ferocidade dos indios. — Conf. *Premier voyage autour du monde par le Chev. Pigafetta*, 17-18, Paris, Fan IX. — (C.).

que antes os molestára, ainda que fosse sevandija. E não o podiam conseguir ás claras, o obteriám por meio da traição e dos venenos.

Aos captivos de guerra sacrificavam solemnemente no meio de um terreiro, e todos deviam provar sua carne; para desta fórma vingarem os amigos e os antepassados, mortos ou offendidos pelos do prisioneiro. Nesta expiação tomavam parte homens e mulheres, velhos e crianças; e até para os ausentes se guardava, moqueado, algum pedaço. — E tanto era o pensamento de desaffronta e expiação o que nestes sacrificios dominava, que de um inimigo desenterravam o corpo ao cabo de muitos annos, para no cadaver, quebrando-lhe a caveira, delle se vingarem, adquirindo com isso novo trophéu.

O sacrificador de um captivo juntava tambem por esse feito a si mais um titulo de gloria; como o contendor em duelo pudera contar mais um vencido. Quando havia muitos prisioneiros, começava a chacina pelos mais gordos. Os malferidos matavam logo. Deviam morrer sem soltar um ai; á maneira de muitos dos nossos martyres anciosos de experimentarem as delicias da vida eterna.

A vingança, ainda além dos umbraes da eternidade, se por um lado não prova bons dotes de coração, descobre que estes povos, ou antes seus antepassados, tinham idéas superiores ás do instincto brutal dos gosos puramente positivos do presente. Estas idéas se justificavam melhor pelo respeito escrupuloso que todos guardavam ás sepulturas dos seus, nem que do velho mundo tivessem recebido, conforme parece confirmar-se por tantas outras inducções que em outro escripto apresentamos, as crenças das penas que soffriam no Averno as almas dos desgraçados que não haviam tido quem na terra lhes sepultasse os corpos. O mesmo uso dos banquetes anthropophagos talvez tivesse, em quem os inventou, origem na crença de que a vingança do inimigo passaria além desta vida, impedindo-se por essa fórma que o cadaver tivesse jamais enterro.

Dispunham alguns as sepulturas dentro dos ranchos em que viviam. A obrigação de abrir a cova correspondia ao parente mais chegado. Ao defunto ou defunta servia de feretro a propria rede; e sendo principal ia trajado de pennas e com todas as armas, e de comer, beber e fumar, o que

se lhe renovava quasi diariamente durante algum tempo, e tinham-lhe fogo acceso por varios dias. A rede ficava suspensa na cova que se cobria de paus e ramagem e depois de terra. Outras vezes, em logar de rede, de que não faziam uso algumas cabildas, que dormiam sobre folhas no chão (os dos Ilhéus e Espirito Santo), mettiam o defunto de cócaras, em posição analoga á dos fetos no ventre, com todos os seus trajos, dentro duma talha de barro. Ainda se encontram no Brasil muitas destas talhas com qualquer desaterro, ao abrirem-se éstradas. O nome de *cambuchis* ou *camucins* dado a todas as talhas e potes pintados, a que tambem chamavam *iguaçabas*, applica-se hoje mais especialmente a estas urnas funerarias; mas o termo geral tupi para o jazigo do cadaver era *t'iby'*, e o dos cemiterios, onde os havia, *t'iby'-coera*.

Na provincia de Minas tem-se ultimamente descoberto sepulcros tambem de barro, não em fórma de talhas, mas sim como caixões, de côr castanha e com pinturas de arabescos e pontinhos, feitos de barro de côres, tudo envernizado com resina. De ordinario só têm cinco palmos de comprido, tres de largo, e tres quartos de palmo de alto.

Apezar da frequencia das trovoadas nestes climas carregados de electricidade, os Tupis não se tinham familiarizado com os seus terriveis phenomenos: e receávam-se do trovão, que consideravam como uma manifestação de ira de *Ibag* ou do firmamento. Não passava a sua metaphysica (2) mais além deste innato terror; nem concebiam a idéa de um ente superior, immaterial e infinito a reger este infinito Orbe; por mais que no-lo querem fazer crer alguns escriptores, animados de piedade ou de excessiva boa fé, interpretando mal os ditos dos Barbaros, que ás vezes pouco antes, os haviam ouvido dos nossos proprios missionarios. Propendemos antes a crer que acreditavam, como outros povos na infancia, na existencia de um espirito maligno, a que chamavam *Tupán* (3), e de cujo influxo julgavam os raios uma

---

(2) «C'est icy qu'il fault que ie me mocque de celuy, qui a esté si temeraire, que de se vãter d'avoir fait un livre de la religion que tiennent ces sauvages» — diz Thevet, *Cosmographie*, fls. 910. — (A.).

(3) *Tupán*, que os Tupis diziam *Tupana* e os Guaranis *Tupang*, comparado com *Anhang*, Diabo, pode ser explicado, segundo Baptista Caetano, por *Tub-ang*, alma do ser, espirito do que é, e até alma do pae ou dos paes, em contraposição a *ai-ang* = *ay-ang* = *añ-ang*, alma da ruina, espirito do mal. Isto concorda com o

verdadeira manifestação. Era como um Typheo, de quem, em certas contrariedades, pensavam tomar vingança disparando frechas contra o firmamento.

Além disto, acreditavam, por tradição, na existencia de um certo barbado semideus *Sumé* (4), que lhes ensinára o uso da mandioca, etc. (5), e que havia tido mau pago, e desapparecera. Seria o mesmo *Cemi* dos de Cuba e *Tzemes* do Haity, onde o veneravam em fórma de idolos. A identidade desta crença se manifesta na existencia, entre os Caraibes, dos *pagés*, sob o nome de *piachés* e *boyés*; no sul dos Estados Unidos *pawas*.

Se, porém, os Tupis não adoravam a nenhum Deus, não deixavam de temer supersticiosamente a influencia de mais outros entes malignos, a que davam os nomes de *anhangá* (6), *jeropary*, *curupira*, *caipóra* e outros. De noite não se aventuravam a andar sós, ás escuras. Ouviam como agouro o piar da coruja, e tinham-lhe, como os antigos, certo receio e até respeito, e nunca a matavam. Tambem se considerava de mau agouro que o marido ou companheiro da mulher pejada matasse alimaria prenhe. Assim bem se guardava de caçar o que se julgava causa da gravidez de uma mulher; e morreria de fome antes do que se resolveria a violar os mysterios da geração: pelo mesmo motivo respeitava então os ovos dos passaros (Soares, 2, 161). De mau agouro era igualmente o facto de embicar o Barbaro de certo modo, e em determinadas occasiões, numa anta ou num ouriço *quanduaçú*.

---

recear dos indios, que não faziam adorações a Tupan, visto que elle era bom, era o doador dos fructos e de todos os bens, era o pae da luz e do calor, e não precisava de cultos, ao passo que faziam offrendas a *anã*, para que elle não lhes fizesse mal. (*Annaes da Bibliotheca Nacional*, 7, 511, Rio, 1879).

Entre os Banierys encontra-se *Nuhgezi*, principio luminoso e bom, e *Yamáre*, principio tenebroso e multiplo que precisa propiciar-se com offrendas. Seus *pitihis*, ou curadores, eram *yamairas*. — (C.).

(4) *Tamé* ou *Sumé* é, segundo Baptista Caetano, o absoluto *tubé* de *abé*, e pode interpretar-se «o par estrangeiro». Os Banierys conheciam *Tomenú*, que diziam de côr preta. (C.).

A *Nova Gazeta da Terra do Brasil* refere-se á recordação que os indios tinham de São Thomé, cujas pegadas no interior do paiz quizeram mostrar aos Portuguezes. Indicavam tambem que tinham cruzes pela terra a dentro, e quando fallavam de São Thomé, chamavam-lhe o Deus pequeno, mas que havia outro Deus maior. (G.).

(5) Dessa crença nos aproveitámos na lenda, em estylo biblico, intitulada *Sumé*, impressa em Madrid, 1855, in-8.º, e reimpressa no *Panorama*, nesse mesmo anno. — (A.).

(6) J. Daniel, *Rev. do Inst.*, 2, 480; Gumilla, *Orin. Illustr.*, cap. 10; Laet, nas notas a Grocio sobre a origem dos Americanos, Amsterdam, 1643, p. 194. — (A.).

A mulher pejada não podia fabricar os oleos e azeites; tambem lhe era prohibido ajudar a acepilhar as canoas; — prohibições contra que naturalmente nunca se lembrariam de reclamar.

Como não tinham tradições suas, admittiam com a maior credulidade tudo quanto se lhes emhintia. Dessa pia fé se aproveitavam certos *pagés* ou adivinhos, que muito nos fazem recordar os jogues da India, e os quaes de tempos a tempos iam visitar as povoações, e quando lhes convinha intimidavam aos desgraçados Barbaros com agouros taes que de pasmo vinham a morrer. Viviam os pajés em brenhas ou em tujupares, longe do povoado, e cada qual tinha autoridade num grande districto. Quando se propunham á visitação eram dias de festa na taba. Alimpavam-lhes as picadas e preparavam-lhes pomposos recebimentos, com muitos presentes, que denominavam *potába* (7). Embusteavam os pajés do ter tratos com os mencionados numens diabolicos; e como revelação destes oraculos diziam á pobre gente o que bem lhes parecia. Tambem se inculcavam com dominio sobre os jacarés, cobras e outros bichos aggressores do homem (8).

Das festas religiosas e sacrificios eram inseparaveis as danças chamadas *poracés* (9), as quaes deviam ser acompanhadas de bebidas fermentadas, de fumar-se muito tabaco ou seus equivalentes, e dos sons de muitos instrumentos. Estas festas acabavam sempre em indisposições de estomago e de juizo, e então havia ferimentos e mortes. Viam-se até mães, que criavam, esquecerem, contra os instinctos naturaes, seus filhos, que, ao cabo de dois ou tres dias, sem serem attendidos, eram encontrados mortos de sede e de fome. Ha-

---

(7) Ou antes *poitaba*, comida; do verbo *ayopoi*, eu dou de comer. — (A.). — O etymo de *potába* melhor se explica por *po* mão + *ta* colher + *baa* ou *ba*, suff. do participio activo: o que mão colhe, o punhado, o quinhão, a quota, a porção, — dadiva, presente, legado, accepções que o voc. ainda tem em alguns Estados do Norte. — (G.).

(8) Parece que entre os Tupis se devem distinguir os Pajés dos Caraibas: áquelles os chronistas chamam feiticeiros, a estes santidades. Os Caraibas faziam verdadeiras missões, sendo aplainados os caminhos para recebê-los.

Entre os Bacuerys os pajés, chamados *piahi*, são immortaes, entram nos corpos de animaes, podem criar animaes, são um principio tenebroso, absolutamente iguaes aos Yamûra, e como taes devem ser propiciados para não fazer mal. — (C.).

(9) *Aprassé*, diz Staden. *Parassé* escrevem outros. No *Diario* de Ribeiro de Sampaio (*Mem. Ultr.*, 4, App. p. 28) imprimiu-se, por algum erro, *Parasse*; erro que passou á palavra immediata, lendo-se casas em vez de dansas. — (A.).

via ainda outras danças, a que davam os nomes de *guáos* e *urucapís;* mas o nome para as danças, acompanhando o canto em que celebravam as proezas de seus antepassados era *yeroquí;* o que correspondia aos *areytos* dos Caribes.

Antes de infligirem a morte á victima, atavam-a pela cintura com a corda *mussurana*, cujas pontas se liavam ou sustinham a certa distancia; depois dançavam todos e todas em redor, de axorcas de cascaveis nos pés, fazendo acompanhamento com os religiosos maracás. Nesta dança só não tinham parte as crianças e os velhos, que ficavam sentados para batucarem o tambor, que era oblongo, como o dos antigos Egypcios, e se ouvia a grande distancia. Ao som deste iam todos a fio andando á roda, dando patadas e entoando o seu monotono eh! eh! Além do tambor e do maracá, tinham por instrumento o *mimby* ou flauta simples, feito de algum fémur ou tibia, e o *torê* ou flauta dobre ou triple, feita de *taquára*, e o buzio *uatapú*, instrumento de que tambem havia feito uso a antiga Europa, sendo até na fabula o symbolo dos Tritões. No tocar guardavam o compasso, andando juntos, e com uma das mãos sobre o hombro do companheiro.

O dia para o sacrificio se fixava para logo que os vinhos eram feitos, e que o prisioneiro posto a bom tratamento parecia bastante gordo e são. Afim de que nada lhe faltasse, durante o tempo que estava esperando a morte, e antes pelo contrario com intento de distrahi-lo, até lhe davam por concubina a moça que elle acertava de escolher, a qual, quando morria a victima, tinha que derramar por ceremonia algumas lagrimas, mas, por honra, devia logo depois tragar delle o primeiro bocado, geralmente pudendo.

Chegada a hora do sacrificio, o matador vestido de gala, isto é, tão horroroso como podia fazer-se com suas pinturas, se approximava da victima, já tosquiada, e brandinho a *tangapéma*, tambem mui ornada de pennas e tauxiada de cascas d'ovos de côres, embutidas no elemi ou gomma *icica*, descarregava o golpe, com que lhe escachava a cabeça, em meio das algazarras, vivos e applausos de toda a comitiva. O sacrificador tinha o direito de lavrar no corpo, com riscos indeleveis, a memoria deste feito. Era este evidentemente outro uso do paganismo do antigo continente. Moysés o prohibiu de parte do Senhor, no Levitico (cap. 19, v. 28) com

estas palavras: «Não fareis por algum morto incisões em vossa carne, nem figuras nem signos indeleveis».

O dedo polegar era immediatamente cortado ao cadaver, como disparador das frechas e causador das mortes. O tronco do corpo se atassalhava, separando-se os braços e pernas; sendo tudo feito pelas velhas, que moqueavam os pedaços...

Não diremos os mais horrores que praticavam, que não nos propomos a arripiar as carnes dos leitores, como os Barbaros as de suas victimas. Os ossos se guardavam para muitos usos; e as caveiras ou espetavam depois á entrada das aldeias, ou faziam dellas *cuyambucas*. Os dentes recolhiam-se, enfiados em colares, como reliquias, em trophéus da grande proeza de trucidar um individuo desarmado, e muita vez innocente, sendo só declarado inimigo em virtude da geração... Irresistivelmente se nos detem a penna nem que corrida de escrever estas miserias da humanidade bestial, que sem nenhum pejo as praticava... Vamos a concluir.

Todos os que assistiam á festa, ou que obtinham um bocado de cadaver se honravam com mais um triumpho; porém as glorias deste pertenciam principalmente ao matador ou carrasco, que dahi colhia novo titulo, em opposição aos nossos usos em que tal officio é infamante. As mulheres aprisionadas ficavam escravas, e se houve alguma excepção, seria quando se provasse que ellas tinham combatido, pois que então, pela regra geral, deviam morrer. Tambem sacrificavam algumas mulheres, quando queriam declarar a guerra; pois neste caso começavam por quebrar as cabeças ás primeiras victimas que aprisionavam (10).

A jurisprudencia indiana, se assim lhe podemos chamar, reduzia-se a mui poucos principios. A geração se regulava pela do pae, em opposição com o que se nota em alguns povos barbaros da Africa. A mãe só era considerada, á maneira dos antigos Egypcios, como guarda ou depositaria do feto, até o dar á luz, e nenhuns deveres contrahia com ella o filho que amamentava. O pae denominava ao filho *taíra* ou «o procedente do seu sangue»; e a mãe chamava-lhe *membïra*, «o seu parido», o procedente de seu seio. Assim as escravas que tomavam os Tupis por mulheres não eram só-

(10) Diz Diogo de Campos que conforme o rito e costumes de suas guerras, os indios quebravam as cabeças para se romper todo signal de paz entre uns e outros. — C. Mendes de Almeida, *Memorias do Maranhão*, 2. 196. — (C.).

menos das demais, e aos filhos dellas só passava a condição do pae. — Filho de escravo ficaria escravo: e se o pae havia sido inimigo, ainda que a mãe fosse filha de um principal, havia de ser sacrificado. Assim, excepto os captivos em guerra e seus filhos, e os estranhos que escravizavam por causas accidentaes e tambem os seus filhos, todos nasciam livres, ou gosavam de liberdade individual, — com a sujeição aos mais fortes. A falta de clareza, porém, a tal respeito, devemos attribuir esse fraccionamento, essa desmembração em esgalhos tão pequenos como os que encontraram os europeos. Ás vezes não havia para a subdivisão ou independencia mais causas do que os ciumes dados por uma mulher (11).

A repudiada passava ao poder de outro, quando outro encontrava que ainda a quizesse: quando não, desde logo a declaravam velha para os deveres que, como tal, lhe caberiam na communidade. Por morte do marido pertencia a mulher de direito, como entre os Judeus, ao irmão do que fallecera, se elle a preferia.

Os laços da familia, primeiro elemento de nossa organização social, eram mui frouxos. Os filhos não respeitavam as mães, e só temiam, emquanto os temiam, os paes e os tios. No amor não havia que buscar sentimentos moraes. As delicias da verdadeira felicidade domestica quasi não podem ser apreciadas e saboreadas pelo homem no estado selvagem. Rodeado de feras, ou de homens-feras, mal podem nelle desenvolver-se a parte affectuosa da nossa natureza, a amizade, a gratidão, a dedicação.

Aos principaes ou chefes de cada aldeia ou cabilda denominavam *morubi-chãbs*. A força e a audacia o elegiam, ou antes o faziam tolerar, emquanto algum rival não vinha a disputar-lhe a obediencia de parte dos seus. Regularmente primavam os mais bem aparentados; e algum tanto influia tambem que fosse parente do anterior, o qual de ordinario, já em vida, como que apontava por successor o individuo em quem depositava mais confiança, destinando-lhe empre-

(11) «Guerra... que regularmente... dos ciumes que em cabo uns dos outros têm, por respeito dos quaes dão mui facil credito a qualquer suspeita e leve indicio. — Jeronymo Machado, *Summario das armadas que se fizeram, e das guerras que se deram na conquista do rio Paraiyba*, na *Rev. do Inst. Historico*, 30. parte 1.ª, Rio, 1873. — (A. & C.).

sas arriscadas e de prova. Na guerra commandava o chefe com poder supremo; porém, para ella se decidir, ou para se decidirem casos mais difficeis, como uma transmigração, ou as duvidas sobre a morte de algum prisioneiro, era convocada toda a cabilda, que se reunia no terreiro da *taba*, fazendo roda em duas ou tres ordens, segundo o numero dos que assistiam. A estas reuniões ou conselhos denominavam *Nhémongaba*, palavra que equivale a parlamento.

Havia entre os da mesma tribu uma verdadeira fraternidade communista. Nenhum comia ou bebia sem que fizesse os outros participantes. Assim mal podiam negociar; e bem que alguns indicios de commercio antigo encontremos no Amazonas (12), parece antes devido á influencia do trato com os Quichuas vizinhos, e por ventura o uso se generalizou mais com as necessidades que trouxe o trato da Europa. Os Mauhés do Rio-Negro faziam negocio em canoas, e armas, e preparavam guaraná; e os Mundrucús em ornatos de pennas; e uns e outros vendiam aos brancos farinhas e salsaparrilha. A idéa de roubo era quasi desconhecida, e muitas vezes tirar o que outro sem usar possuia nem se considerava delicto. Os parentes tinham direitos de retaliação. Na hospitalidade e generosidade não havia limites, até para os mesmos inimigos, a quem, só depois de ser concedida, se tomavam as contas de se o eram effectivamente ou não.

Em cada *oca* ou rancho viviam varios casaes, com os competentes fogos e redes, em differentes turmas: os moru-bi-chábas comiam quasi sempre á parte e recostados; e se mantinham de tudo quanto os seus traziam da caça ou da pesca (Soares, 2, 160); os mais comiam de gamella em commum, pondo-se de cócaras no chão.

Cada homem, segundo sua valia, tinha uma ou mais mulheres: quando eram varias, a primeira, ainda que já desdenhada e velha, era sempre considerada superior ás outras. Em geral todas aturavam os maridos como escravas: acompanhavam-os, nas suas longinquas jornadas, e ás vezes até nas expedições de guerra. Estes habitos marciaes e a dura condição em que, sem ter a ellas respeito, as guardavam

(12) Diogo Nunes, *Rev. do Inst.*, 2, 356, diz sem embargo que até tinham os caminhos muito abertos pela gente que transitava, o que é confirmado pela narração de Orellana, que nos transmitte Herrera. — (A.).

os maridos, não as levavam a separações; e sérias investigações, feitas com o maior criterio, nos obrigam hoje a dar pouco credito á noticia de uma nação de novas Amazonas, no rio que dahi tomou esse nome, apezar do que a tal respeito informam varios escriptores, começando por Gabriel Soares em 1587. Orellana, que foi o primeiro autor desse mytho, desceu o rio, quasi desde as cabeceiras do Napo, com semelhante prevenção, mas nunca as viu, nem tão pouco os seus companheiros; conforme conseguimos escrupulosamente averiguar e provar. A idéa das Amazonas existia, porém, nas Antilhas; e Colombo foi informado de que a ilha de Matinino (Martinica) era habitada só de mulheres.

As moças, ao entrarem na puberdade, eram, entre algumas cabildas, suspendidas na cumieira da casa em um cesto e ahi as mantinham a dieta de *mingau* por dias; e depois as sangravam com uma sarjadura de alto a baixo. Os pretendentes dellas, quando as não tomavam por armas, como ás vezes tinham por mais facil, submettiam-se á dependencia do pae, que se aproveitava da circumstancia para os fazer trabalhar por annos antes de lh'as concederem, e para sujeita-los á sua influencia, contando-os na sua *tribu*. Assim o noivo passava a pertencer á familia do sogro, a quem até devia acompanhar á guerra. O dia das nupcias era festejado com bailes e bachanaes.

A mulher quando paria, ia-se lavar ao rio com o filho, e o marido ficava deitado na rede por alguns dias successivos, sem comer, talvez para que o não perturbasse physicamente.

Ao recem-nascido furavam-lhe o beiço inferior, esborrachavam-lhe o nariz (Abbeville, f. 262) e o punham na rede com as armas que deveria manejar, e ahi de continuo lhe estiravam os braços e as pernas, para o fazer forte e agil. A mãe criava o filho até nova gravidez. Assim columim havia que mamava seis e oito annos.

O castigo, como correctivo caridoso, applicado sem espirito de vingança, e que tantas vezes dá mais penas a quem o inflige que ao que o recebe, era inteiramente desconhecido.

(13) Veja-se a informação de Anchieta sobre o casamento dos indios, *Rev. do Inst.*, 8, ps. 254-262, Rio, 1846. O choco dos indios foi estudado ultimamente no livro de Carlos von den Steinen, *Unter den Naturvoelkern Zentral-Brasiliens*, 334-339, Berlin, 1893. — (O.).

Nas doenças curavam-se em geral antiphlogisticamente: usavam com muito rigor da dieta de *mingau*, e até da completa abstinencia; e sangravam-se com o dente da cutia, ou com uma lamina de cristal de roca. O sangrar tambem competia ás velhas. Para cicatrizar as feridas aqueciam-as ao fogo, provocando certa inflammação e insensibilidade local, afim de sahirem os humores; e depois faziam fechar e cicatrizar com oleo de cupaiba. Como sudorifico empregavam o pôr-se ao fumo, collocando fogo debaixo das redes em que dormiam. Se o enfermo se achava em perigo, o abandonavam á sorte.

Blasonavam de mui soffredores na doença ou todo outro trabalho, e até no transe da morte. Deviam todos ser dotados de uma impassibilidade espartana. O chorar, o soltar um ai, um gemido, passava pela acção de maior cobardia que podiam commetter. Eram geralmente taciturnos. Em silencio comiam, bebendo geralmente agua, quando acabavam. Os vinhos sómente se bebiam nas suas festas bachanaes. Nas canoas remavam dias e dias, dormindo apenas duas ou tres horas cada noite. Quando morria algum, carpiam-o as mulheres, que em signal de luto dispunham o cabello de outra fórma por algum tempo. O homem não devia chorar nunca: este recurso natural para allivio da dor era considerado como prova de fraqueza e cobardia. O verdadeiro bravo devia, para elles, ser completamente insensivel.

Além do nome de nascença, que era de algum animal, planta, etc., como entre nós a maior parte dos appellidos, cada individuo tomava um de guerra, logo que a ella ia; e a tantas acções heroicas assistia, quantos titulos novos para si tomava; dos quaes lavrava no corpo, com riscos indeleveis, a memoria em hyeroglificos barbaros, que os outros entendiam. Destes nomes participavam tambem as suas mulheres, que de ordinario haviam igualmente contribuido, ao menos, para o *moquem* dos prisioneiros. O epitheto de grande (*assú*) andava quasi sempre unido a qualquer novo titulo, a que se julgavam com direito por seus serviços.

Tinham em geral os Barbaros mui apurados os sentidos, e mui agudos os instinctos. Viam a grande distancia, sentiam o cheiro do fumo, ou da gente, a ponto de distinguirem a raça pelo olfacto; descobriam a pista da onça, sentiam pelo cheiro a proximidade do jacaré, e pelo ouvido o timir da co-

bra cascavel, quando mal poderia sonhar o europeo que lhe junto a si qualquer destes inimigos. Seguindo uma picada, não lhes faltava o tino, para regressar por ella; e quando muito, se auxiliavam do meio inteiramente primitivo de quebrar ramos d'arvores, de distancia em distancia, ao que chamavam, segundo Montoya (*Tesoro*, f. 3 v.) *ibapaá*. Varios indios que foram levados da Bahia ao Rio de Janeiro, fugiram para o mato, e pouco a pouco por terra, apezar das hostilidades estranhas durante as duzentas leguas de permeio, souberam chegar de novo á Bahia. Assim davam elles sempre boa conta da commissão de mensageiros ou *pareás* (14).

Se eram, porém, tão favorecidos nos dotes do corpo e nos sentidos, outro tanto não succedia com os do espirito. Eram falsos e infieis; inconstantes e ingratos, e bastante desconfiados. Além de que: desconheciam a virtude da compaixão. O terror, que, com o nome de Caribs, haviam inspirado aos innocentes Lucayos, em suas frequentes invasões ao archipelago das Antilhas, é um dos factos importantes de que foi testemunha o proprio Colombo em sua primeira viagem. Nem tinham idéas de sã moral; isto é, da que nasce dos sentimentos do pudor e da sensibilidade, da moral que respeita o decoro e a boa fé; e eram dotados de uma quasi estupida brutalidade, e difficeis de abalar-se do seu genio fleugmatico.

Monotona e tristemente passavam a vida habitual, quando não a interrompiam os sobresaltos da guerra, as festas dos sacrificios, ou as visitas dos pajés. Assim a expressão das physionomias dos Barbaros aos trinta annos, era ou melancolica ou feroz.

Ao levantarem-se, iam ao banho, a que estavam tão habituados que em jornadas, ao verem agua, mettiam-se logo por ella, com o que, quando era má, se poupavam a bebe-la, refrescando-se com a que lhe devia penetrar pelos poros. Muitas vezes nas expedições pelo sertão tiveram os nossos occasiões de lastimar este uso, por acharem turvada pelos indios da vanguarda a unica poça ou alverca, que para matar a sede acaso encontravam.

Os homens iam á caça; as mulheres cuidavam da comida,

(14) Diz o Padre Vieira que os indios, cerca de 1660, costumavam levar as cartas de que eram portadores, «mettidas em uma cabaça bem cerrada para que nos rios que passavam a nado não se molhassem». — *Missão do sertão de Ibiapaba*, em O. Mendes de Almeida, *Memorias do Maranhão*, 2, 167. — (O.)

e do mais que lhes respeitava. Quando alguma vez se apagava o fogo, o que procuravam que não succedesse, feriam-o pela fricção aturada de dois paus, pondo um firme no chão, e em uma pequena cavidade nelle praticada, introduziam uma especie de vareta, roliça, de pau muito duro, que faziam rolar mui forte e velozmente entre as palmas das mãos, até produzir-se o lume. O banho repetia-se á tarde, antes de se recolherem; e alguns tomavam um terceiro durante o dia, quando voltavam sujos de lama, ou fatigados da jornada. A caça era comida sempre moqueada. — Alguns dos que viviam pela costa conheciam o uso do sal, e fabricavam um bastante escuro, apurando ao fogo a agua salgada. Nos affluentes do Amazonas, povos havia e ha ainda, que das cinzas de certas plantas, conseguiam até fazer apurar e cristallizar uma especie de salino, que empregavam como sal. Mas o tempero estimulante mais geral era certa massa, feita com pimenta, a que chamavam *jukiray'*, da qual tinham sempre as cuias cheias, e com uma pinga d'agua estava feito o molho. Usavam tambem do *tucupy* (15) que era a agua da mandioca (*maniba*), a qual, sendo cozida, deixava de ser venenosa. A amizade a manifestavam por meio da offerta do tabaco, de fumo, ou do uso de correrem a mão pela cabeça daquelle a quem saudavam. Eram estas praticas entre elles o que o ósculo entre os antigos, ou entre nós o aperto de mão. No combate, quando se davam por vencidos, atiravam fóra as armas, e punham as mãos sobre a cabeça (16).

Além dos excessos do vinho nas bachanaes, usavam do tabaco de fumo, o que faziam principalmente quando perioravam no terreiro, ou quando queriam beber mais. O charuto (*p'tybába*) era um grande canudo de palma cheio de folhas de tabaco. Outros, em um dos affluentes do Amazonas, em logar de tabaco sorviam o *paricá* ou tomavam o *guaraná*. No alto Amazonas já faziam uso da *coca*, com o nome de *ipadú*. Mui provavelmente fôra introduzida no alto Perú, bem como o fôra, pelos Omáguas ou Cambebas, a industria do fabrico da gomma elastica.

---

(15) Em alguns logares a agua da mandioca chama-se *manipuera*. — (C.).

(16) Diogo de Campos conta que no combate contra La Ravardière os Indios, vendo-se perdidos, começaram ao seu modo de bater as palmas. C. Mendes de Almeida, *Memorias do Maranhão*, 2, 206. — Mãos que palmeiam são o melhor signal de que não têm armas. — (C.).

Taes eram os vindiços alienigenas que á matroca percorriam, ha mais de tres seculos, todo o actual territorio do Brasil, e que em parte percorrem ainda alguns districtos delle, cobertos de matos virgens, onde por ora não pode penetrar a luz da civilização e do evangelho. Não constituiam uma nação, nem mesmo pequenas nações, na accepção em que mais geralmente, em direito universal, se toma hoje esta palavra. Formavam antes muitas cabildas, pela maior parte procedentes dos ultimos invasores do territorio.

A pintura que fizemos dessas gentes, que mais ou menos errantes desfructavam, sem os beneficios da paz nem da cultura do espirito, do fertil e formoso solo do Brasil, — antes que outras mais civilizadas as viessem a substituir, conquistando-as e cruzando-se com ellas, e com outras trazidas d'além dos mares pela cobiça, essa pintura, dizemos, bem pouco lisongeira é na verdade. Á vista do esboço que traçámos, sem nada carregar as côres, não sabemos como haja ainda poetas, e até philosophos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem o auxilio mutuo da sociedade, e sem a terra se cultivar sufficientemente, ha sempre, numa ou outra epocha, privações e fome; e esta ultima aos mais civilizados converte em canibaes, como nos provam as historias de tantos sitios e naufragios. Desgraçadamente o estudo profundo da barbarie humana, em todos os paizes, prova que, sem os vinculos das leis e da religião, o triste mortal propende tanto á ferocidade, que quasi se metamorphosea em fera... As leis a que o homem quiz voluntariamente sujeitar-se; depois de mui tristes soffrimentos do mesquinho genero-humano antes de as possuir, não têm outro fim senão faze-lo mais livre e mais feliz do que seria sem ellas. O proprio Philosopho de Genebra, apezar de suas paradoxaes sympathias pelo estado selvagem, não duvidou reconhecer as vantagens de substituirmos a justiça e o direito e a razão ao instincto, ao appetite e ao capricho; de vermos desenvolvidas as faculdades, ampliadas as idéas, e «um animal estupido e limitado convertido em um ser intelligente, — em um homem! Assim é que com razão disse Buffon: «Se vivemos tranquillos e somos fortes... se dominamos o Universo, é porque soubemos dominar-nos nós mesmos..., sujeitando-nos ás leis... «O homem não é homem

(prosegue eloquentemente este grande genio) senão porque soube unir-se com o homem, sob a autoridade de um governo ».

O selvagem, cercado sempre de perigos, não sabe o que seja tranquillidade d'alma: de tudo tem que prevenir-se e receiar-se; fica desconfiado de caracter, é inhabil de pensar sequer em concorrer para melhorar a situação da humanidade.

Necessitavamos ajuizar o mais justamente possivel os usos e costumes dos antigos habitantes, para estarmos no caso de melhor apreciar ao diante os factos. — Nem nos humilhe essa triste condição dos habitantes desta terra, noutras eras: com pouca differença seria a mesma das terras da Europa, hoje tão florescentes, quando os Fenicios, os Gregos, e mais que todos, os Romanos lhes incutiram a sua civilização, que com a lingua levaram á Lusitania, e que mais tarde, auxiliada na industria pela illustração arabica, e, nos costumes pelas branduras do christianismo, foi trazida a este abençoado paiz, quando a imprensa publicava os monumentos da civilização grega e romana, quando a Europa se debatia por interpretar muitos costumes absurdos, e quasi incriveis, descriptos por Herodoto, Strabo, Tacito e Cesar. O estudo e a colonização da America, nessa epocha, deu aos commentadores luz, aos leitores fé. O homem aprende humilhando-se a entender melhor o que dos barbaros germanos nos contam os Romanos, o que das saturnaes da primitiva Italia nos revelam os Gregos. Os tempos heroicos da Europa e da Asia passaram-se naturalmente em meio de scenas analogas ás que acabamos de descrever, tão degradantes, que um chefe da Igreja, Paulo III, julgou necessaria uma bulla para obrigar os christãos a crer que os aborigenes americanos eram, como os demais homens, descendentes do pae Adão (1).

Monumentos de raças anteriores, analogos aos do Mexico, Centro-America e Perú, não têm por ora apparecido no Brasil, se bem que não faltem alguns toscos lavores, praticados na pedra, a respeito dos quaes nenhuns estudos sérios se tem feito (17). Nada mais natural do que acreditar que, por

(17) Algumas das inscripções encontradas em pedras foram reproduzidas por Alencar Araripe na *Rev. do Inst. Hist.*, 59, parte 1.ª, pg. 213-295. Rio, 1887, num artigo sob o titulo: *Cidades petrificadas e inscripções lapidares no Brasil.* — (G.). — O assumpto foi superiormente versado por Koch-Grünberg — *Südamerikanische Felszeichnungen* (Berlin, 1907), e Alfredo de Carvalho — *Prehistoria Sul-Americana* (Recife, 1910). — (G.).

varias partes, o chamado novo-continente não deixou de ter tido communicação com o antigo; já depois de primitivamente povoado por gentes da mesma raça mongolica do oriente da Asia, quer antes de se haverem separado os dois continentes pelo Estreito de Behring, quer passando os povos este exiguo estreito no tempo dos gelos, no que ainda hoje não encontram difficuldade.

Todas as inducções, porém, que offerecemos em um trabalho especial (18) nos levam a acreditar que os Tupis procediam, como os Guanches das Canarias, de povos navegadores do Mediterraneo, que aqui haviam aportado. Com as Canarias deve até haver sido frequente a navegação desde o norte d'Africa, visto que está hoje provado que a lingua dos Guanches tinha muito de berberesca e egypcio-antigo. E entretanto, essa navegação, provavelmente em virtude de frequentes invasões e *barbarisações* dos povos de uma ou outra parte, ou de ambas, se havia quasi perdido; e as ditas ilhas tiveram de ser de novo descobertas; facto que se repetiu depois com a Groenlandia, cuja navegação, que existira com o norte da Europa, chegára a interromper-se.

Os principaes caracteristicos que nos podem indicar a epocha das relações dessas ilhas com os navegadores do Mediterraneo, são: 1.° A falta completa do ferro, e o uso de machados e mais instrumentos de pedra polida, analogos aos que ainda na Europa se encontram nas excavações; 2.° O desconhecimento de moedas cunhadas, para o trato reciproco; 3.° O pintarem-se e riscarem-se os habitantes o corpo de vermelho e outras côres; 4.° O conhecimento da ceramica.

Todos esses caracteristicos eram identicos na America; e não só esses, que consideramos em separado por attenção á chronologia, como os seguintes; 1.° Os cantares monotonos tristes, e as danças em circulo, em uma fila; 2.° As festas *guatativas* ou bachanaes; 3.° As idéas de fatalismo e desprezo da morte, a resignação e impassibilidade apparente no soffrimento, e o valor para se mutilarem a si proprios; 4.° As industrias nas esteiras, redes, cestos e anzoes de espinhas e de osso; 5.° O uso de fisgar o peixe com dardos, e das *ostreiras* ou montões de ostras e cascas dos mariscos,

---

(18) *L'origine tourranienne des Américains Tupis-Caribes et des anciens Egyptiens indiquée par la Philologie comparée*, etc. — Vienna, 1876. — (A.).

que deixavam nas praias, nas epochas do anno em que os apanhavam; 6.° O da farinha feita de raiz do feto canario (*Pteris aquilina*), cuja idéa não deixa de ter analogia com a da yuca ou mandioca; 7.° O de dar gritos e urros, como os antigos, nos ataques, sempre intentados por surpreza e em ciladas; 8.° O das mumias postadas de cócaras.

Provada a existencia de antigas relações quasi historicas entre povos do Mediterraneo e as Canarias, ilhas de que até Ptolomeu e Plinio fazem menção, nomeando varias dellas, nada mais natural do que conceber, naquelles tempos de atrazo da navegação, frequentes esgarramentos de alguns barcos, que fossem parar, uns nas costas do Mexico, outros nas do Yucatan e Centro-America, e finalmente outros nas do Brasil e Antilhas. Destes ultimos, bons navegadores, conhecendo já o uso do arco e da frecha, o fabrico das bebidas fermentadas e dos venenos, a arte ceramica, certa agricultura; os instrumentos de pedra polida, e o uso de fogo para varios misteres, provieram os nossos *Tupis*, «os da primordial geração», segundo a significação desta palavra, conforme provámos.

O facto de se chamarem tambem *Caribs* ou *Carys*, de se denominarem *Caryyós* (Carioes escreve o chronista Herrera) os que se achavam na vanguarda da emigração, no sul do Brasil, e de designarem, como honra, com esse nome, aos europeos que depois aqui aportavam como amigos (donde proveio *Caryoca*), nos deu as suspeitas de que os primitivos immigrantes teriam este nome. E hoje temos quasi a convicção de que houve effectivamente para o Brasil uma grande emigração dos proprios Carios da Asia Menor, effectuada talvez depois da queda de Troia. Havendo elles estado, nesta guerra tremenda de dez annos entre a Europa e a Asia, contra os Gregos, e havendo ficado victoriosos os Gregos e senhores dos mares, é mais que possivel que os mesmos Carios nem nas suas colonias ao oeste de Africa se julgassem ao abrigo das crueldades que nesses tempos se praticavam com os prisioneiros de guerra, e que não se reduziam só á escravidão, mas ao sacrificio de muitos e á amputação das mãos e do proprio phallus. Sendo assim por ventura, preferiram confiar-se a esse elemento que lhes era tão familiar, e se lançaram no oceano á aventura... A fórma das canoas de guerra dos Tupis, semelhantes ás antigas pentecontores, o uso das

outras canoas de *periperis*, analogas, como dissemos, ás de papyros dos Egypcios, as pequenas canoinhas *ubás*, nome que tambem se encontrava no egypcio, sob a fórma de *bâa* e *uâa*, o uso do maracá, antigo *sistrum*, as superstições por uma ave nocturna, o serem curandeiros os sacerdotes, o uso da circumcisão, que hoje temos averiguado que havia chegado até aos proprios Guaranís do Paraguai, o finalmente certa semelhança entre o tupi e o egypcio antigo, não só nas fórmas grammaticaes, como especialmente em um grande numero de palavras (ás vezes até identicas), e significando objectos de uma natureza primitiva e não susceptiveis de soffrer a concorrencia de synonymos, taes como os com que designavam o sol, o fogo, a terra, o campo, a argila, o ouro (nas Antilhas), a agua, o caminho, o cão, a formiga, a arvore, a folha, o espinho, a frécha, e outros, fazem-nos crer que eram de raça aparentada com os Egypcios os ascendentes dos nossos Tupis. Muitos verbos têm tambem significação identica. Semelhantes eram os nomes para designar pae e chefe (em tupi *châb*); a palavra *taî* nas duas linguas designava «filho», só na accepção de «gerado»; e finalmente encontramos até que um adverbio de tres syllabas (em tupi *tequenó*, em egypcio *tekemmu*), tinha a mesma significação de «cis aqui». — Por estas analogias e por ventura outras que novos estudos farão apparecer em maior numero, inclinamo-nos a concluir que, em todo caso, os Tupis descenderiam de um povo do antigo Continente aparentado com os antigos Egypcios. Que os Carios não eram gregos, sabemo-lo por um verso da Iliada, dando á lingua o epiteto de barbara, o que é confirmado pelo testemunho de Strabo quando assegura que os mesmos Carios haviam introduzido na propria lingua muitos vocabulos gregos; sendo admiravel que tambem alguns se diria terem passado ao tupi; onde parecem proceder do grego as palavras *catú*, bom; *cunhã*, mulher; *oca*, habitação. De origem grega parecem tambem os *areitos*, ou cantos heroicos dos Caribs, e *cudinos* de officio analogo aos Κλεινός dos Cretenses, a cujo serviço haviam estado algum dia os Carios.

É mui possivel que o foco, neste continente, desta grande nação, que chamaremos indistinctamente *Tupi* ou *Carib*, fosse nos densos matos das margens do Amazonas; e que nas aguas deste poderoso rio e dos seus braços até as do Orinoco (que todas se communicam) se conservasse como na-

vegadora. A população em maior numero, que ainda os primeiros viajantes dão, sobretudo ao territorio tão cortado de canaes junto do Amazonas, desde o Japurá até o Rio Negro, deixa algumas apprehensões para crer-se que dahi partiram para quasi todo o continente meridional os conquistadores, trazendo comsigo, não só a dita navegação, como a industria da mandioca, a da cultura do milho, e a das sementeiras de feijão e aboboras gerimús; isto é, uma primitiva agricultura, além de varios instrumentos de pedra polida e de barro cozido, herdados de seus antepassados que haviam passado a este continente.

Para se manterem navegadores, tiveram em seu favor as mesmas cheias do grande rio, que lhes conduzia boiando, desde as cordilheiras do Perú (G. Soares, 2, 183. — Acuña, n.º 28) e lhes depunha nas praias (que lhes serviam de estaleiros) grandes cedros; de modo que nem tinham que cortalos, nem que transporta-los. A conquista, que effectuaram, de toda a costa do Brasil, a deveram seguramente como levamos dito, á superioridade da sua marinha, ou canoas de guerra (19) de que não faziam uso os Barbaros que anteriormente aqui residiam; — embora haja quem sustente que a navegação precedeu ao trato por terra, que os rios foram as primeiras vias de communicação dos povos não civilizados, e que a canoa existiu antes da rede ou serpentina, e o navio antes do carro. A proposição pode ser verdadeira para póvos ribeirinhos de aguas navegaveis, mas por ventura arriscar-se-iam logo á navegação, ao ver aguas, os barbaros oriundos de páramos secos? Os Aimorés, de que ao diante trataremos, nos decidirão pela negativa.

Em todo caso, para nós, não cabe a minima duvida que os Caribs ou Tupis haviam, com inauditas crueldades, invadido uma grande parte do lado oriental deste continente, cujos anteriores habitantes, bem que em maior atrazo, eram, em geral, mansos e timoratos. A seu turno devia chegar-lhes o dia da expiação. Veiu a trazo-lo o descobrimento e colonização, effectuados pela Europa christã.

(19) «Todos los que viven á las orillas de este gran rio (Amazonas) están poblados en grandes poblaciones y como venecianos y mejicanos: todo su trato es por aguas», etc. Acuña, n. 38. — «Andan derramados (los Guaranis) por esta tierra (la Plata), y por otras muchas, como corsarios á causa de ser enemigos de todas estotras naciones», etc. — Ramirez, carta em 1528, na *Rev. do Inst.*, 15, 287. — (A.). Veja nota 6 da secção II. — (O.).

NOTA DA SECÇÃO IV

I

(Pag. 55)

É a bulla *Veritas ipsa*, que Simão de Vasconcellos assim traduz nas *Noticias antecedentes, curiosas e necessarias das cousas do Brasil*, livro 2.º, 7.º, reproduzidas na *Chronica da Companhia*:

«Paulo, Papa terceiro a todos os fieis christãos que as presentes letras virem, saude e benção apostolica.

«A mesma verdade, que nem pode enganar nem ser enganada, quando mandava os Pregadores de sua Fé a exercitar este officio, sabemos que disse: Ide e ensinae a todas as gentes. A todas disse indifferentemente, por que todas são capazes de receber a doutrina de nossa Fé. Vendo isto e invejando-o o commum inimigo da geração humana, que nunca se oppõe ás boas obras para que pereçam, inventou um modo nunca dantes ouvido para estorvar que a palavra de Deus não se pregasse ás gentes nem ellas se salvassem. Para isso moveu alguns ministros seus, que desejosos de satisfazer as suas cobiças presumem affirmar a cada passo que os indios das partes occidentaes e os do Meio-Dia e as mais gentes que nestes nossos tempos têm chegado á nossa noticia, hão de ser tratados e reduzidos a nosso serviço como animaes brutos, a titulo de que são inhabeis para a Fé Catholica; e socapa de que são incapazes de recebe-la os põem em dura servidão e os affligem e opprimem tanto que ainda a servidão em que têm suas bestas, apenas é tão grande como aquella com que affligem esta gente. Nós outros, pois, que, ainda que indignos temos as vezes de Deus na terra e procuramos com todas as forças achar suas ovelhas que andam perdidas fóra do seu rebanho, para reduzi-las a elle, pois este é o nosso officio, conhecendo que aquelles mesmos indios como verdadeiros homens, não sómente são capazes da Fé de Christo, senão acodem a ella, correndo com grandissima promptidão, segundo consta: e querendo prover nestas cousas de remedio conveniente, com Autoridade Apostolica, pelo teôr da presente determinamos e declaramos que os ditos indios e todas as mais gentes que daqui em diante vierem á noticia dos Christãos, ainda que estejam fóra da Fé de Christo não estão privados nem devem ser-lo de sua liberdade, nem do dominio dos seus bens e não devem ser reduzidos á servidão, declarando que os ditos indios e as demais gentes hão de ser attrahidas e convidadas á dita Fé de Christo com a pregação da palavra divina e com o exemplo de bôa vida. E tudo o que em contrario desta determinação se fizer, seja em si de nem um valor, nem firmeza; não obstante quaesquer cousas em contrario, nem as sobreditas, nem outras em qualquer maneira. — Dada em Roma, anno de 1537 aos 9 de Junho (*quarto idus Junii*), no anno terceiro do nosso Pontificado.» — (C.).

SECÇÃO V

(I e parte da II da 1 edição)

DESCOBRIMENTO DA AMERICA E DO BRASIL

Raymundo Lull. D. João I. Ceuta. O Infante D. Henrique. Os Reis Catholicos. Os Malhorquinos. Circumnavegação d'Africa. Circumnavegação da Europa. Descobrimentos a loeste. Fernão Telles e Ulmo. Plano de Toscanelli. É realizado pela perseverança de Colombo. Seus estudos. Obra d'Ailly. Descobrimento da America. Indias Occidentaes. Opinião de Strabo. Bulla Pontificia. Justas queixas de Portugal. Convenção de Tordesilhas. Pouca precisão na redacção. Consequencia. Meridiano. Direitos de Portugal a colonizar o Brasil. Cabral. Vista de terra. Monte Paschoal. Pero Vaz de Caminha. Porto Seguro. Seus habitantes. Nome de Ilha da Vera-Cruz. Vasco da Gama. Mestre João. Pouca importancia dada ao Brasil. Descobrimento da costa do norte. Delta do Assú. Maranhão e Amazonas. Hojeda e Vespucci. Cabos de Consolacion e de Rostro Hermoso e Pinzon. Lepe. Opiniões de Martyr e de Enciso.

Os interesses do commercio, mais que a curiosidade natural ao homem, e que a sede das conquistas, tem sido em geral a causa da facilidade do trato e communicação dos individuos da especie humana entre si. Foi ao da especiaria do Oriente que originariamente se deveu o grande acontecimento que denominamos *Descobrimento do Novo-Continente*.

Quando a Grecia, herdeira da antiga civilização fenicia, babylonica e egypcia, era o foco da illustração da parte occidental e central do chamado Antigo Continente, e levava o seu commercio e semeava as suas colonias desde as costas do Bósforo até os portos do Atlantico, anciava ella por ver-se directamente em contacto com a Asia meridional e oriental, até que, com o poder das armas, lhe satisfez, em parte, essa anciedade o grande Alexandre.

Ambas as civilizações, grega e asiatica, começaram depois a auxiliar-se e a assimillar-se pelas propagandas religiosas do islamismo e das cruzadas. Peregrinos das duas religiões narravam o que observavam, e um dos que publicou observações mais profundas, e que deviam algum dia ter

maior influencia na historia da humanidade foi o beato malborquino Raymundo Lull (1).

Lull ou Lullio, como vulgarmente o appellidam, talvez o sabio mais encyclopedico da idade media (Navarrete, *Hist. de la Nautica*, 47 e seg.), depois de haver corrido grande parte do mundo, segundo elle ingenuamente diz, escreveu em principios do seculo XIV (1305) um livro intitulado *De fine*, no qual lembrou a conveniencia de acabarem os christãos com o improficuo systema das cruzadas maritimas, com que nunca ficariam por uma vez senhores da Terra-Santa; e propoz para aggredir os musulmanos um plano mais razoavel.

Consistia em ir rechassando passo a passo os infieis das terras por onde se avizinhavam da christandade, obrigando-os assim a abandonarem todas as conquistas feitas áquem da Arabia, e a retrocederem pelo mesmo caminho por que tinham avançado victoriosos. Insistia se começasse a nova cruzada terrestre pela conquista de Granada, sendo depois a guerra transferida a Ceuta, e dahi por toda a Africa septentrional, até o Egypté, paiz que se devia tratar desde logo de empobrecer por meio de um aturado bloqueio, que desviasse para outra parte o commercio da especiaria do Oriente; o qual os Catalães e Genovezes, que frequentavam Alexandria, se veriam obrigados a fazer de outro modo, indo inclusivamente em pessoa, dizia elle, a «Bagdad e á propria India». As obras de Lull adquiriram nome e fama, e até certa popularidade, no sul da Europa, muitos annos depois; e o dito projecto nellas contido só foi estudado e seguido dahi a um seculo, de maneira que pareceu então nascer de novo.

D. João I de Portugal, desejoso de estender mais o seu pequeno reino, por meio de conquistas sobre os infieis, passou a desaloja-los de Ceuta; e os seus herdeiros proseguiram depois nesse grande pensamento, apoderando-se de outras terras dos Algarves d'Africa.

---

(1) Raimon ou Ramon Lull, como realmente se chamava, ou Raimundo Lulio, como é geralmente conhecido, nasceu em Palma de Malhorca a 25 de Janeiro de 1235. Aprendeu a lingua arabica, fundou uma escola de freiras menores, que deviam empregar-se em estuda-la, teve diversas visões, viajou por terras da Europa, Africa e Asia, e entregou-se á alchimia e á conversão dos infieis. Com o seu nome existem 486 obras, muitas das quaes apocryphas ou ineditas. O Doctor illuminatus, como o denominavam, morreu apedrejado em Bugia (Africa) em 29 de Junho de 1315. Ha uma edição das *Lulio opera omnia*, Maguncia, 1721, em 10 vols. in-fol. — (C.).

O infante D. Henrique, filho daquelle rei, propoz-se a diminuir a riqueza e por consequencia a importancia do Egypto, bloqueando-lhe o seu rendoso commercio da especiaria, não do lado do Mediterraneo, mas, com muito maior ousadia, pelos mares do Oriente, que tratou de buscar, emprehendendo chegar á India por meio da circumnavegação d'Africa.

Mais tarde os reis catholicos, por instincto de conservação, tiveram tambem que realizar a idéa da expulsão total dos infieis, não só do territorio hispano, como de toda a Africa septentrional, até os Santos Logares (2), idéa que um homem, pela luz do seu genio, havia concebido quasi dois seculos antes. Tanto é certo, ainda que ao mesmo tempo lastimoso, pela pequenez nossa, que, na historia do progresso do espirito humano, as idéas mais fecundas necessitam de muito tempo para germinarem e fructificarem.

No fim, porém, do seculo XV, o pensamento de Lull estava tão aceito, e a politica de perseguir os musulmanos a ferro e fogo se havia por tal fórma encarnado nos dois reinos da Espanha, que, se os descobrimentos e conquistas no Oriente e no Occidente se não mettem de permeio, pode ser que ambos esses reinos (acaso reunidos por alguma combinação como a que naquelles tempos se mallogrou) tivessem invadido toda a costa africana do Mediterraneo, e conquistado pelo menos tudo até o Egypto e Arabia Feliz; se é que taes guerras não produzissem algum novo Alexandre ibéro, que victorioso penetrasse por terra, como o macedonico, até o Ganges; — ou até os confins da Asia, cujas riquezas a Europa agora conhecia melhor.

Nem nos admire que fosse originariamente devido aos escriptos de Lull o pensamento da conquista dos Algarves d'Africa, e do desvio do Egypto do commercio da especiaria; quando sabemos que as obras desse distincto escriptor são ainda hoje lidas em Malhorca, ilha que desde o seculo XIII se tornára «o foco dos conhecimentos scientificos na difficil arte do navegador», a ponto que os seus nautas, juntos talvez aos catalães, haviam já montado os promontorios Nam

(2) Podem consultar-se as negociações que a tal respeito tiveram logar entre Portugal e Castella, dirigidas pelo santo cardeal Cisneros. Torre do Tombo, *Corpo Chron.*, I, 5, 90 e 91, e Santarem, *Quad. Elem.*, vol. 15, pg. 7 a 9. — (A.).

e Bojador, antes que o emprehendessem os de Sagres (Humboldt, *Ex. crit.*, I, 283, 284 e 288), cujo preceptor primeiro foi a nosso ver outro malhorquino, mestre Jacome, «homem mui douto na arte de navegar, que fazia cartas e instrumentos (3); e que não deixaria de transmittir ao proprio infante Dom Henrique as idéas de Lull, com as quaes estaria familiarizado, como todos os seus patricios. Assim o trafico da especiaria veiu a estimular os Portuguezes a emprehender a circumnavegação d'Africa, como o do ambar havia milhares de annos antes, estimulado os Fenicios á circumnavegação da Europa, desde os confins do Mediterraneo até o Baltico.

Empresa, porém, tão ousada não podia ser obra de uma só geração. O infante D. Henrique morreu antes de ver realizados os seus planos; mas com elle não morreu o ardor de os levar avante. Descobertas e colonizadas por Portugal as ilhas dos Açores, obteve Fernão Telles, senhor das mais occidentaes dellas, em 28 de Janeiro de 1474 (4) uma doação do rei D. Affonso 5.º, filho do mencionado D. João 1.º, concedendo-lhe quaesquer ilhas despovoadas que encontrasse no Atlantico (5). E pedindo o mesmo Fernão Telles igualmente a doação da *ilha das Sete Cidades*, ordenou o mesmo rei ao conego da sé de Lisboa, Fernão Martins (seu grande valido, e que veiu até a acompanhal-o na viagem a França), que consultasse a tal respeito a opinião do celebre mathematico e cosmographo florentino Paolo Toscanelli. Respondeu este, em 25 de Junho desse mesmo anno de 1474 (1), que

(3) D. Michel Bonet publicou recentemente documentos sobre um judeu catalão chamado Jaffuda Cresques, que depois de baptizado tomou o nome de Jacome ou Jacob Ribes. Teve uma hospedaria no bairro de Malhorca e distinguiu-se como cartographo em Barcelona. E' possivel, mas não certo, que seja este o mesmo mestre Jacome, de que falla João de Barros, *Decadas*, I, liv. I, cap. 16 V. Roze, n. 318 do *Litteraturbericht* do *Pet. Mitt.* para 1889. Duarte Pacheco Pereira, no seu *Esmeraldo*, composto por 1506, assim escreve: isso mesmo mandou (D. Henrique) a ilha de Malhorca por um mestre Jacome, mestre de cartas de marear, na qual ilha primeiramente se fizeram as ditas cartas, e com muitas dadivas e mercês ho nove nestes Reynos, ho qual as ensinou a fazer aquelles de que os que em nosso tempo vivem aprenderam. — *Esmeraldo de Situ Orbis*, 58, Lisboa, 1892. — (C.).

(4) Todos os documentos que aqui citamos acham-se reproduzidos integralmente em nosso trabalho — *La verdadera Guanahani de Colón*, An. de la Univ. de Chile, 24. 1864. — (A.). — Essa monographia foi depois vertida para o allemão e publicada sob o titulo — *Das wahre Guanahani des Columbus*, Wien, 1869. — (G.).

(5) Reimpressa em *Alguns documentos do Torre do Tombo*, 38, Lisboa, 1892. A relação entre o pedido de Fernão Telles e a correspondencia de Fernão Martins, comquanto provavel, não passa de inferencia do autor. — (C.).

já por vezes havia sustentado a doutrina de que, seguindo-se pelo Atlantico em direitura ao poente, se chegaria á India, por um caminho mais directo e mais curto: que esta asserção se podia fazer bem sensivel, tendo uma poma ou pequeno globo á vista; mas que, em todo caso, lhe remettia um mappa ou carta, como as de marear, por elle desenhada, na qual havia marcado todo o *poente* (incluindo a Irlanda), designando nella o paiz da especiaria, e accrescenta: «Nem vos admire que chame *poente* ao paiz da especiaria, que commummente se diz nascer no levante; porque os que navegarem sem cessar para o poente acharão por essa banda os referidos logares». Conclue informando que, desde a *ilha das Sete Cidades ou Antilha* a Cipango, havia só a distancia de dez espaços, — no que por certo se illudia.

O recebimento destas informações daria provavelmente logar a que Fernão Telles, então governador e mordomo da princeza filha d'elrei, obtivesse, em 10 de Novembro do anno seguinte (6), uma nova concessão, ampliando a anterior a quaesquer ilhas povoadas, incluindo a das Sete Cidades, por cuidar o mesmo Fernão Telles que «de serem achadas podiam vir grandes proveitos aos seus reynos».

Não havendo resultado fructo algum destas concessões, ao cabo de perto de nove annos, apresentou-se ao rei D. João 2.º, successor do dito Affonso 5.º, um Fernão Domingues do Arco, da ilha da Madeira, pedindo a doação de uma ilha que julgava haver divisada ao Oeste, a qual lhe foi concedida em 30 de Junho de 1484 (7).

Não se haviam ainda passado dois annos, quando acudiu ao mesmo rei, em Santarém, o povoador e capitão da ilha Terceira Fernão d'Ulmo, pedindo e obtendo (em 3 de Março de 1486) a doação de uma grande ilha ou *terra firme*, que se propunha descobrir por sua conta (8). Afim de contar com mais recursos para a empresa, este novo concessionario se associou com João Affonso do Estreito, morador no Funchal; e ambos chegaram a emprehender a viagem, sem resultado algum, por falta de perseverança. Esses resultados havia Deus reservado conceder ao insigne genovez Christovão

(6) Reimpresso em *Alguns documentos*, 41. — (C.).
(7) *Ibidem*, 56. — (C.).
(8) *Ibidem*, 58-63. Fernão d'Ulmo é certamente o mesmo Fernão Dolim que incorrectamente mencionam alguns autores estrangeiros. — (C.).

Colombo, o qual no modo como resistiu, com a coragem da convicção, aos obstaculos que se lhe levantaram, e aos muitos desdens com que foram escutados os seus projectos, nos deixou a prova do seu genio.

Esses projectos levou elle á presença do mesmo rei D. João 2.º, o qual se dignou responder-lhe, convidando-o, com um salvo-conducto, do proprio punho, para vir á sua presença, em data de 20 de Março de 1488. Havia Colombo feito anteriormente varias viagens, algumas dellas em navios portuguezes, e não contente com o' instruir-se praticamente na arte da navegação, lia, ácerca dos ramos concernentes a ella, as obras antigas e modernas propagadas pela imprensa, e as commentava á margem, com observações de sua lettra, depois de as estudar e de sobre ellas meditar. Na Bibliotheca chamada *Colombina*, da cathedral de Sevilha, se guarda ainda hoje um desses impressos monumentaes; e a sua presença quasi nos faz remontar o espirito a admirar o grande Genovez concebendo a idéa do seu feito. É o livro um exemplar da obra *Imago Mundi* de um antigo bispo de Cambray, o cardeal Petrus Alliacus (*Pierre d'Ailly*) (9), compilada de varios autores antigos e daquella idade. Codice veneravel, que por assim dizer foi o catecismo onde o nauta ousado adquiriu talvez a maior parte dos seus conhecimentos cosmologicos, os quaes acaso não houvera chegado a possuir sem a propagação, pela imprensa, da dita *Imago Mundi*, em principios da ultima quadra do decimo quinto seculo. Além disso tinha tambem conhecimento da mencionada carta, escripta ao conego Martins pelo dito Toscanelli; pois que este cosmographo lhe mandára della cópia.

Não pertence a esta Historia relatar o modo como sendo as propostas e projectos do mesmo Colombo regeitados em Portugal, foram depois aceitos por Castella, a cujo serviço navegando com tres pequenas caravellas, com a proa no occidente, veiu a encontrar a Guanahani (10) e outras ilhas, das

(9) Nasceu em Champiègne em 1350, foi bispo de Cambray em 1393 e recebeu o chapéo cardinalicio em 6 de Junho de 1411; falleceu em Avignon entre 1420 e 1425. Seus contemporaneos lhe chamaram — Aguia dos Doutores da Egreja e Martello dos Hereticos. Da influencia que suas obras cosmographicas exerceram sobre o descobrimento do Novo-Mundo tratam as recentes monographias de Louis Salembier — *Pierre d'Ailly et la découverte de l'Amérique*, Paris, 1913, e Fortunato de Almeida — *La découverte de l'Amérique; Pierre d'Ailly et Christophe Colombe*, Coimbra, 1913. — (G.).

(10) «Em nossa opinião a *Mayaguana*, e não a *Watling*, nem a *Cat*. nem

chamadas hoje Antilhas, que tomou pela extrema oriental da Asia, na qual ainda se imaginava quando, mais tarde, abordou ao Continente. E na errada persuasão de haver abicado ás costas da Asia, havendo chegado a ellas desde a Espanha, sempre por mar, pelo rumo do occidente, morreu o grande homem que verdadeiramente se pode dizer que consummou a obra começada por Alexandre de pôr em communicação reciproca o genero humano.

Deste modo tiveram noticia os geographos europeos de um continente antes a elles desconhecido; e os zelosos propagadores da fé christã encontraram novas ovelhas para aggregar ao rebanho commum.

Apressemo-nos, porém, a lembrar que esse mesmo continente pelo lado mais septentrional fôra visitado por europeos (11) da Irlanda e da Islandia, desde obra de quatro seculos; passando-se, porém, isso como um facto extraviado, sem importancia alguma, desconhecido do resto da Europa (que era quasi toda ella), e sem nenhuma consequencia para a humanidade em geral, como teve o grande feito do audaz Ligurio, — a navegação de Colombo. Em virtude da grande autoridade deste homem extraordinario, que muitos julgaram como inspirado, começou-se a chamar India a toda a região que se explorava da outra banda do Atlantico, e por conseguinte Indios aos seus habitantes indigenas. Quando, poucos annos depois, os Portuguezes chegaram por mar á *verdadeira India*, e pelo exame dos ultimos confins della conheceram que era a mesma a que os viajantes tinham chegado por terra, antes de existir aberta a circumnavegação d'Africa, foi que todos reconheceram com maior evidencia o engano de Colombo; e Castella, para não se dar por enga-

---

os *Turcos*, etc. No *Diario* do proprio Colombo, que nos foi transmittido por uma cópia tirada por Las Casas, temos disso as provas. Os mappas posteriores, incluindo o de Juan de la Cosa, são de nenhuma autoridade ao lado do *Diario*, do qual se deduzem razões, pouco menos que mathematicas, de como a primeira ilha visitada foi a *Mayguana*. Veja-se, acompanhando a nova edição do dito *Diario*, a nossa memoria intitulada *La Verdadera Guanahani de Colón*, já citada. — (A.).

(11) Que os Irlandezes fizeram viagens para o N. e NO. não admitte duvida; duvidoso é que tenham chegado até a America. Zimmer (*Sitzungsberichte der K. preuss. Akademie der Wissenschaften*, 1891) rejeita a lenda de Maloc, e apenas admitte como provado que foram até Faroe e Islandia, donde se retiraram com a chegada dos Normandos pagãos. Já vimos que deve haver alguma relação entre estas viagens e o nome *Brasil* applicado a ilhas occidentaes. Tambem, segundo os trabalhos de Storm, os Normandos não passaram na America além de Nova Scotia, e depois de uma tentativa frustrada de colonisação, não recomeçaram. Rege, *Geographisches Jahrbuch*, 18, 5-6. Gotha, 1895. — (C.).

nada, começou a chamar ás suas conquistas — *Indias Occidentaes*.

Então se devia admirar a previsão ou o saber de Strabo, quando nos deixou escripto que no meio do Atlantico, distante da desembocadura do Mediterraneo bem poderiam jazer «um ou mais continentes, povoados de differentes raças humanas».

Em verdade, quando taes linhas se achavam em Strabo, não admira que os cosmographos mais entendidos não pudessem dar credito ás theorias de Colombo de estar a China, pelo lado do Atlantico, mais perto da Espanha do que pelo lado do Oriente. Admiremos no grande Genovez a sua fé e perseverança; mas não condemnemos, quando os não podemos chamar a defenderem-se, os cosmographos, que, com as razões que lhes dava a sua sciencia (12), não acreditaram nas do mesmo Colombo, as quaes, segundo hoje sabemos, não eram de bastante peso; embora o exito da empresa désse a Castella, não a mesma terra para cuja descoberta empenhára a catholica rainha Isabel as suas proprias jóias; mas uma verdadeira mina, que fez os sofregos de colher ouro della esquecerem-se do intento primitivo de quem a mostrou. — Fragilidade humana que, porque nisso ganhámos todos, chamamos sciencia o que não passou de ser um erro feliz!

Lisboa foi a primeira cidade da Europa onde pisou o heroe do Atlantico, apenas o seu feliz achado lhe acabara de grangear a gloria immortal. Logo os reis catholicos trataram de recorrer á Curia Romana, então arbitra suprema dos negocios entre os Principes Christãos, pedindo-lhes confirmasse o direito de posse das terras que, a expensas de Castella, acabavam de ser patenteadas á christandade. Alexandre VI não hesitou um momento em conceder quanto lhe era pedido. As concessões estenderam-se a todas as terras e ilhas descobertas e por descobrir, que ficassem a loeste da linha meridiana, imaginada a cem leguas das ilhas dos Açores e das de Cabo Verde. Citemos só o facto, e abstenhamo-nos de censuras á falta de clareza da linguagem da bulla ou bullas concessorias, que não vem a este logar, nem nos consente o respeito com que nos cumpre acatar esses do-

(12) Nas obras de Aristoteles e de Seneca se encontra o pensamento de que o Atlantico se estendia desde que nelle desembocca o Mediterraneo até a India. — (A.).

cumentos. Baste-nos saber que o rei de Portugal não podia deixar de resentir-se das concessões á Espanha, que iam aggredir de frente e quasi annullar as identicas a ellas, que haviam feito ao seu reino (como remuneração dos serviços prestados ao christianismo por alguns principes da dynastia d'Aviz), varios pontifices, maxime Nicolau V e Calixto III (13). Este ultimo declarára inherentes ao mestrado da ordem de Christo em Portugal a administração e padroado das terras adquiridas e por adquirir, desde o Cabo Bojador até a India (14) e Xisto IV (15) confirmára ao rei D. João 2.º as bullas de seus predecessores.

Julgando assim o rei portuguez postergadas as suas doações, e revalidadas em beneficio de outrem, depois de tentar debalde fazer valer os seus direitos junto da Curia Romana e dos reis catholicos (aos quaes enviou expressamente dois agentes, que foram Pero Dias e o celebre chronista Ruy de Pina), assentou que o unico modo que lhe restava de decidir a questão era o de provar a sorte da guerra nos proprios mares das regiões descobertas. Aprestava-se para isso uma armada, cujo mando chegou a ser confiado ao valoroso Francisco d'Almeida (Barros, *Asia*, I, IV, 11), que poucos annos depois tão temido se fez na Asia, quando os reis catholicos, informados do que se estava passando á foz do Tejo (Navarrete, 2, *Docs.* 14, 46, 50 e 54) e desejosos de não crearem deste lado difficuldades, quando tantos cuidados lhes davam então os negocios na Italia, mandaram a D. João 2.º dois embaixadores, encarregados de encaminhar tudo por meios pacificos, embora viesse Castella a ceder uma parte do que lhe outorgára o Papa. Foram encarregados destas propostas de conciliação Garcia de Carvajal e Pedro d'Ayala, que desde logo alcançaram, com suas promessas, sobrestar todos os preparativos de guerra, compromettendo-se a novos ajustes. Houve talvez idéa de se reformar a bulla, ou de fazel-a *emen-*

(13) A Bulla de Nicolau V é de 8 de Janeiro de 1454 e a de Calixto III de 13 de Março de 1455. — *Prov. da Hist. Ger.*, 1, 46. — (A.). — *Alguns documentos da Torre do Tombo*, 14-22. — (C.).

(14) «Ultra illam meridionalem plagam, usque ad Indos adquisitis et acquirendis», etc. *Manif. Leg.* de D. Luis Cerdeño, §§ 15 e 16. — (A.). — Esta obra de 94 folhas de folio, ainda que sem logar nem anno de impressão, diz o auctor em nota da 1.ª edição, deve provavelmente ser de Madrid e de 1681. Pelo titulo completo, que se pode ler no *Catalogo da Exposição de Historia do Brasil* (n. 10.368), vê-se que é de 1682. — (C.).

(15) *Alguns documentos da Torre do Tombo*, 47-55; *Prov. da Hist. Ger.*, 1, n. 29. — (C.).

dar, segundo a expressão dos reis catholicos a Colombo (16); porém vieram por fim as duas nações a entender-se, nomeando plenipotenciarios para uma convenção reguladora dos limites dos futuros dominios de uma e outra. Esta convenção foi effectivamente assignada em Tordesilhas em 7 de Junho de 1494 (17) e a Curia Romana alcançou por este meio sahir do apuro em que se via, sendo interpellada de haver feito uma doação de terras já por ella mesma doadas. O meridiano demarcador foi transportado muito para o occidente. Assentou-se que passaria a trezentas e setenta leguas ao poente do archipelago de Cabo Verde; e não, como havia sido dito na bulla do anno anterior, a cem deste archipelago e do dos Açores, o qual fica, respectivamente ao primeiro, em longitude mais occidental. Infelizmente, ainda com designar, para fixar a linha de demarcação, todo o archipelago de Cabo Verde, em vez de um ponto delle, não ficava rigorosamente determinada a mesma linha, e na convenção de Tordesilhas se deixavam germens de discordia que depois haviam de desenvolver-se, e promover questões de limites, das quaes nasceram outras, que ainda se não terminaram de todo. Isto apezar de haver-se estipulado que a demarcação effectiva tivesse logar dentro de dez mezes, e de haverem sido depois indicados outros arbitrios (18); e tambem apezàr das promessas feitas pelas duas partes contratantes para que esta negociação de verdadeira concordia se não quebrantasse no futuro.

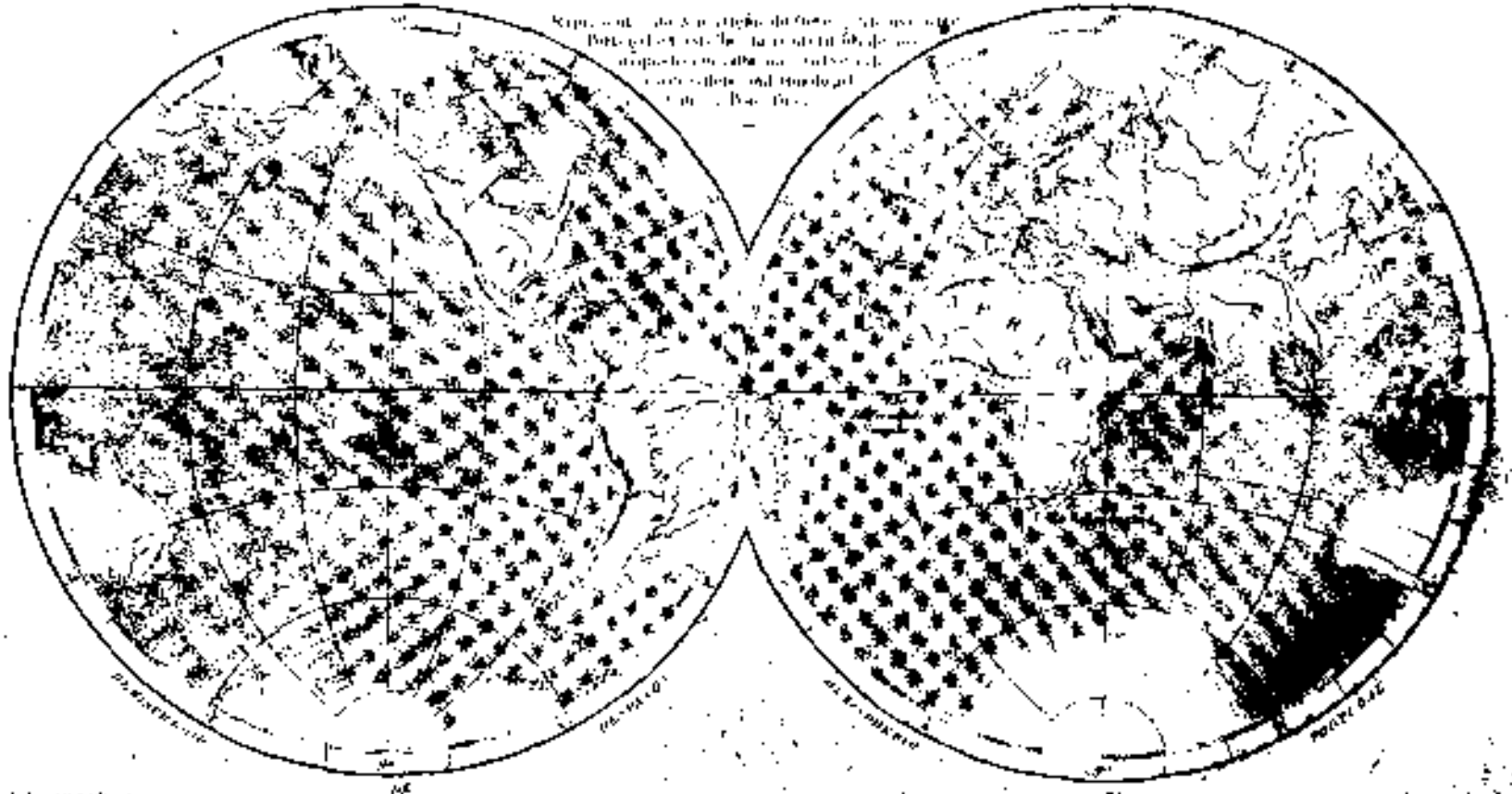
Sem prevenções de qualidade alguma, entendemos que, assim como a distancia de um continente a outro situado ao poente, se deve rasoavelmente começar a contar desde a paragem mais occidental do primeiro, assim tambem, ao afastarmo-nos de um archipelago, as leguas devem começar a contar-se do ultimo ponto do mesmo archipelago, isto é, do mais proximo ao rumo que vamos seguindo. Nesta conformidade a linha imaginaria deveria passar 370 leguas para o

(16) A primitiva concessão foi de facto ampliada, não emendada, por Bulla de 25 de Setembro, dando á Hespanha todas e quaesquer ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas e por descobrir, e as que, navegando ou caminhando para o Occidente ou Meio dia, são ou forem apparecendo, ou estejam nas partes occidentaes ou meridionaes da India. — (C.).

(17) Ratificada em Arévalo, aos 2 de Julho, em Setubal aos 5 de Setembro desse anno. — (A.).

(18) Navarrete, *Hist. de la Nautica*, ps. 12 a 123. — *Col. de Viaj.*, 2, ps. 103. Torre do Tombo, G. 10, 5, 4. — Bibl. R. de Madrid, t. VI da Col. d'Ayala. — (A.).

MAPPA-MUNDI



poente da ponta mais occidental da Ilha de Santo Antão, que é tambem a mais occidental do archipelago (19); vindo assim o meridiano de demarcação a cahir um pouco a loeste do Pará e da Laguna, na hypothese, pouco favoravel para o Brasil, de serem essas leguas das de dezeseis e dois terços (11) ao grau, e não de quinze, como as contavam Colombo, Vespucci, e outros navegantes daquella epoca.

As terras, pois, que se encontrassem desse meridiano para leste deveriam logo ser adjudicadas a Portugal; e neste caso, em virtude das anteriores bullas, tinham de ser administradas pela insigne ordem de Christo, da qual era grão-mestre, não já o Infante D. Henrique, fallecido trinta e tres annos antes (em 1460), mas sim o Duque de Viseu D. Manuel, seu primo, que depois herdou (em 1495) a corôa portugueza, reunindo em si a administração e padroado da dita ordem, e que, em tudo venturoso, recebera em Tordesilhas um legado, que se pode dizer se continha em um testamento, cujos sellos só em devido tempo se deveriam romper. Claro está que, desde que se entabolavam taes negociações em Tordesilhas, é porque se julgava mais que possivel a existencia de novas terras aquem da linha de demarcação, do lado do sul; e, portanto, não pode ser conceituada de menos fundamentada a opinião de que, tres annos depois (em 1497), Vasco da Gama, percorrendo o Atlantico ao longo d'Africa, suspeitaria (20) a existencia de terras a oeste.

Assim este legado, que abraugia grande parte do territorio do actual Imperio do Brasil, ainda desconhecido aos europeos, veiu a pertencer a Portugal, não em virtude do chamado direito de conquista, ou do de descobrimento, equivalente ao de primeiro occupante, mas sim em virtude de um tratado solemne, feito com a nação que descobrira as *Indias Occidentaes*, e sanccionado pelo Summo Pontifice, que então, perante as potencias christãs da Europa, ainda não dissidentes por scismas ou heresias, e formando todas como uma especie de confederação, de que era chefe o mesmo Pontifice, tinha para as mesmas a força e prestigio de um direito,

(19) De egual opinião foram o geographo Enciso em 1519, e o filho de Colombo (D. Fernando), nas juntas de Badajoz em 1524. — (Navarrete, 4, pg. 363). — (A.).

(20) «...á direita.
Não ha certeza d'outra, mas suspeita.»
Camões, *Lusiadas*, canto V, estr. 4.ª — (A.).

a que ellas proprias se haviam sujeitado. Os que criticam a ingerencia da Santa Sé neste negocio esquecem-se de que não vivem no seculo em que ella teve logar.

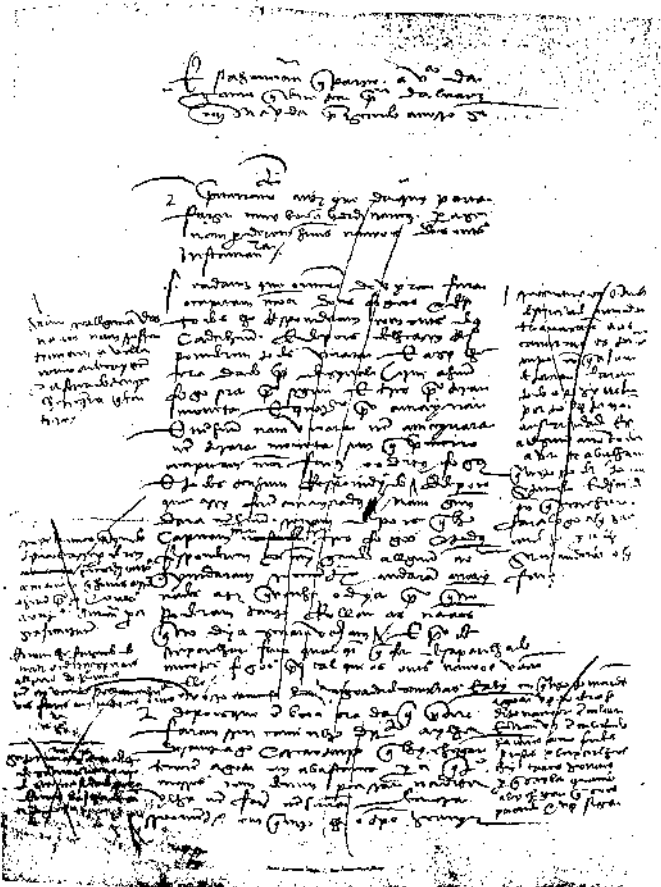
Como e quando se inteirou Portugal da existencia do legado, a que, com poucos annos de antecipação, dera herdeiro o tratado testamentario de Tordesilhas, como o descuidou a principio, e o beneficiou e aproveitou depois; e finalmente como, atravez de muitas vicissitudes (incluindo accommettimentos e guerras por parte de gentes das quatro nações, que, além de Portugal, mais se occuparam de colonias do seculo dezeseis para cá, isto é, da Espanha, França, Inglaterra e Hollanda), veiu a surgir, na extensão de territorio que o mesmo legado abarcava, um novo Imperio a figurar no Orbe entre as nações civilizadas, regido por uma das primeiras dynastias de nossos tempos... tal é o assumpto da presente Historia.

Da existencia de uma grande terra, na extensão que lhe coubera em partilha em Tordesilhas, só teve Portugal conhecimento seis annos depois do tratado, em 1500. Proseguindo no empenho de encontrar a India, dobrando a extrema meridional da Africa, viu resolvido esse problema, com a chegada de Vasco da Gama a Calecut, em 1498; com a qual se comprovou a possibilidade de cortar ao Egypto, pelos mares da India, o commercio da especiaria, dando-lhe outro rumo. Afim de assegurar esse commercio em favor de Portugal, por meio do estabelecimento de algumas feitorias, partiu da foz do Tejo, aos 9 de Março de 1500, uma esquadra de treze embarcações, armadas algumas por negociantes particulares (III), mas todas sujeitas á capitania-mór de Pedro Alvares Cabral, individuo de familia illustre, porém não afamado por feitos alguns anteriores. Nas instrucções escriptas que recebeu, e das quaes chegaram providencialmente a nossas mãos alguns fragmentos da maior importancia, foi-lhe recommendado (21) que, na altura de Guiné, se afastasse

(21) Veja-se o fac-simile da primeira folha do rascunho ou borrão dessas Instrucções, por nós encontrado, e mandado gravar; offerecendo depois o original á Torre do Tombo, onde hoje se conserva. — (A.).

Os *Fragmentos das Instrucções a Pedro Alvares Cabral, quando foi por capitão-mór de uma armada á India*, estão publicados em *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, etc., pg. 97-107, Lisboa, 1892.

Em face do fac-simile de Varnhagen foram feitas a reproducção e versão pe



INSTITUTO DE COIMBRA

quanto pudesse d'Africa, para evitar suas morosas e doentias calmas. Obediente a essas instrucções; que haviam sido redigidas pelas insinuações do Gama, Cabral se foi amarando d'Africa, e naturalmente ajudado a levar pelas correntes oceanas ou *pelagicas*, quando se achava com mais de quarenta dias de viagem, aos 22 de Abril, avistou a loeste terra desconhecida. O que desta se apresentou primeiro distinctamente aos olhos curiosos da gente dessa armada, agora constante só de doze embarcações, por se haver desgarrado dias antes uma dellas, foi um alto monte, que, em attenção á festa da paschoa que se acabava de solemnizar a bordo, foi chamado *Paschoal;* nome que ainda conserva esse monte, mui conhecido dos mareantes, que o consideram entre as melhores balizas para a conhecença dessa parte do littoral.

A esquadra approximou-se da costa no dia immediato. O capitão mór mandou um batel á terra, o qual, remando para uma praia em que havia gente, tentou communicar com ella. Mas baldados foram os esforços dos interpretes de linguas africanas e asiaticas, que iam no batel, para se fazerem entender. Assim, o primeiro trato com aquella gente se reduziu a algumas dadivas ou escambos feitos de parte a parte, e mediante as costumadas prevenções. Isto tinha logar no dia 23 de Abril, cujo anniversario (em virtude da correcção gregorianna em 1582) se deve celebrar dez dias depois, isto é, a 3 de Maio, conforme entre nós effectivamente se admitte.

Entendendo Cabral que lhe cumpria haver mais exacta informação da terra que tinha á vista, da qual se poderia aproveitar para fazer nova aguada, e por ventura refrescar os navios com algumas provisões, decidiu explora-la na manhã seguinte; começando desde logo por buscar uma enseada, em que a frota pudesse surgir com segurança. Encontrou-se esta, dez leguas mais ao norte; e de tão bom abrigo que lhe foi então dado o nome, que ainda conserva, de *Porto Seguro* (IV). Se a aragem, em vez de soprar do sul, levando a armada para o norte, vem deste lado e leva para o sul, gran-

---

lographica, publicadas na *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, vol. I, pg. XVI-XVIII. Porto, 1921, sendo a cópia não só quanto possivel *ipsis literis*, com abreviaturas desdobradas, como até subordinada á disposição de paginas e linhas do original. Do contexto deste documento deduziu o Dr. Antonio Baião «que estas supportas instrucções não são mais que notas tomadas pelo secretario de estado Alvaro Vaz Carneiro, ouvindo o parecer de Vasco da Gama como perito na viagem». — (G.).

de risco houvera ella corrido, entre os baixos e recifes dos Abrolhos, que começam justamente, com os de Itacolumi, logo ao sul do Monte Paschoal.

Não seguiremos agora passo a passo as acções do capitão mór e dos mais da armada, nem as dos nesta occasião hospitaleiros habitadores desta terra, nos oito dias que se demoraram os navegantes, até seguir sua rota para o Oriente. Dispensa-nos dessa tarefa o minucioso chronista deste descobrimento, o ingenuo Pero Vaz de Caminha, cuja narrativa epistolar (v) dirigida ao proprio rei, destas plagas virgens, tanto nos encanta. Não podemos, porém, deixar de transcrever aqui a sua narração do modo como o capitão mór tratou dois individuos da terra trazidos a bordo, como os mandou sentar no chão em uma alcatifa, á maneira dos orientaes, e como finalmente os agasalhou, até que no dia seguinte os devolveu á terra, ricos de insignificantes presentes. Eis as expressões de Caminha:

«O capitão, quando elles vieram, estava assentado em uma cadeira, com uma alcatifa aos pés por estrado, e bem vestido, com um collar de ouro mui grande ao pescoço; e Sancho de Toar, e Simão de Miranda, e Nicoláo Coelho, e Ayres Corrêa, e nós outros, que aqui na nau com elle imos, assentados no chão por essa alcatifa. Accenderam tochas; e entraram; e não fizeram nenhuma menção de cortezia, nem de falar ao capitão, nem a ninguem. Pero um delles poz olho no collar do capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o collar, como que nos dizia que havia em terra ouro. E tambem viu um castiçal de prata, e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que havia tambem prata. Mostraram-lhes um papagaio pardo, que aqui o capitão traz, tomaram-no logo na mão, e acenaram para a terra, como que os havia ahi. Mostraram-lhes uma gallinha; quasi haviam medo della e não lhe quizeram pôr a mão; e depois a tomaram como espantados. Deram-lhes ali de comer pão e pescado cozido, confeitos, farteis, mel e figos passados; não queriam comer daquillo quasi nada, e alguma cousa, se a provavam, lançavam-na logo fóra. Trouxeram-lhes vinho por uma taça; pozeram-lhes assim á boca tam-a-lavez, e não gostaram delle nada, nem o quizeram mais. Trouxeram-lhes agua por uma albarrada; tomaram della senhos bocados, e não beberam; sómente lavaram as bo-

cas e lançaram fóra. Viu um delles umas contas de rosario brancas; acenou que lh'as dessem, e folgou muito com ellas, e lançou-as ao pescoço. E depois tirou-as e embrulhou-as no braço; e acenava para a terra, e então para as contas e para o collar do capitão, como que dariam ouro por aquillo. Isto tomavamos nós assim pelo desejarmos, mas se elle queria dizer que levaria as contas e mais o collar, isso não queriamos nós entender; porque lh'o não haviamos de dar. E depois tornou as contas a quem lh'as deu. E então estiraram-se assim de costas na alcatifa a dormir... O capitão lhes mandou pôr ás suas cabeças senhos coxins..., e lançaram-lhes um manto em cima. E elles consentiram e jouveram e dormiram. »

Copiemos ainda do mesmo Caminha a seguinte pintura que faz dos habitantes:

« A feição delles é serem pardos, mancira de avermelhados, de bons rostos, e bons narizes, bem feitos; andam nús, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma coisa cobrir, nem mostrar suas vergonhas, e estão acerca disso com tanta innocencia como têm em mostrar o rosto; traziam ambos o beiço de baixo furado, e mettido por elle senhos ossos d'osso brancos de compridão de uma mão travessa, e de grossura de um fuzo d'algodão, e agudo na ponta, como furador. Mettem-nos pela parte de dentro do beiço, e o que lhe fica entre o beiço e os dentes é feito como roque d'enxadrez; e em tal maneira o trazem ali encaixado que lhes não dá paixão, nem lhes torva a fala, nem comer, nem beber. Os cabellos seus são corredios, e andavam tosquiados de trosquia alta, mais que de sobrepente, de boa grandura, e rapados até por cima das orelhas. E um delles trazia por baixo da sulapa, de fonte a fonte, para detraz, uma maneira de cabelleira de pennas d'ave amarellas, que seria de compridão de um couto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas; a qual andava pegada nos cabellos penna e penna com uma confeição branda como cera, e não no era... »

« Andavam ali muitos delles ou quasi a maior parte, que todos traziam aquelles bicos de osso nos beiços, e alguns que andavam sem elles traziam os beiços furados... E alguns delles traziam tres daquelles bicos a saber, um na metade e os dois nos cabos. E andavam ahi outros quartejados de co-

res; a saber, delles ametade da sua propria cor, e ametade de tintura negra, maneira azulada, e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre elles tres ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabellos mui pretos, compridos pelas espadoas...»

No dia 26 do mencionado Abril, que era domingo da Paschoela, foram todos os da armada assistir á missa que foi celebrada em um ilheu ou restinga, que se acha á entrada do dito *Porto Seguro*. Presencearam a solemnidade, cheios de espanto (que alguns dos nossos tomaram por devoção), muitos filhos da terra que ali vieram. Tambem cumpre fazer menção de que, no 1.º de Maio seguinte e no meio da solemnidade de outra missa, se effectuou a ceremonia da tomada de posse da nova região para a Corôa de Portugal, levantando-se num morro vizinho uma grande cruz de madeira, com a divisa do venturoso rei D. Manuel.

Do alto desse morro se descobria o mar fenecendo no horizonte; e os que, com o pensamento na patria, sobre a superficie das aguas estendiam saudosos os olhos, mal podiam imaginar a importancia e grandeza da terra, comprendida dentro da demarcação ajustada em Tordesilhas, cuja existencia iam revelar ao mundo civilizado. E menos por certo imaginariam que nessa terra, dentro de algumas gerações, se havia de organizar uma nação mais rica e mais consideravel do que a mãe patria. Pelas informações que pareciam dar os naturaes, se julgou ser a terra uma ilha. — Nessa hypothese, Cabral a denominou *Ilha da Vera Cruz*, commemorando por este nome a festa que ia celebrar a Igreja (22). O tempo veiu a descobrir quão pouco ha que fiar em informes dados por acenos, em que as mãos fazem o officio da lingua, e os olhos o dos ouvidos. Mais proximos da verdade estiveram os pilotos, arrumando em dezesete graus de latitude austral o porto, que jaz effectivamente em dezeseis graus e meio escassos.

Assim o descobrimento casual desta região, que era verdadeiramente uma porção remota do proprio continente que mais ao norte estava sendo visitado por Colombo e os mais capitães que na sua esteira successivamente navegaram de

(22) Mais provavelmente a cruz da Ordem de Christo que trazia na madeira entregue por el-rei D. Manuel. O nome foi dado a 28 de Abril. — (C.)

Castella, este descobrimento, dizemos, devido a causas que nada tinham que ver com as explorações do celebre Genovez, houvera agora feito conhecer esta quarta parte da terra ás tres, que antes umas ás outras se conheciam, se o discipulo de Toscanelli tivesse, por quaesquer tristes contrariedades, sido embargado, durante mais sete ou oito annos, na execução da sua empresa.

Desta fórma a Vasco da Gama, que dirigiu o rumo dos pilotos de Cabral, é que se deve verdadeiramente o feliz achamento desta terra, — achamento, que, se não se effectuára por esta primeira expedição que o seguiu, não poderia deixar de ter logar num dos annos immediatos, desde que a navegação da India se tornou frequente. Aberta uma vez aos navios europeos tal navegação, o cabo de Santo Agostinho, promontorio mui occidental desta região, não poderia subtrahir-se por muitos annos aos cruzadores da parte meridional do Atlantico; e o descobrimento desta terra maravilhosa houvera seguramente de realizar-se por qualquer outro capitão, durante o reinado do venturoso D. Manuel, que viveu depois de elle ter logar mais de vinte annos. A epocha do descobrimento, a origem delle e o reinado em que teve logar, vieram a ser perpetuados até no proprio escudo do paiz descoberto, que ainda se gloria de ter por brazão a esphera armillar e a cruz floreteada da ordem de Christo, que eram a divisa daquelle soberano.

Cabral, de accordo com os outros capitães, despachou para Portugal uma caravela (23) com a feliz noticia, comprovada por não poucas producções do paiz, distinguindo-se entre ellas algumas araras vivas, e tambem varios vestuarios, armas e utensilios dos hospedes, que tão bem tratára; e ordenou que em terra ficassem dois criminosos condemnados a degredo, afim de irem aprendendo a nova lingua de que

(23) Dizem varios escriptores que o commandante desta caravela se chamava Gaspar de Lemos. A um individuo desse nome era tempos depois (12 de Agosto de 1531) mandada abonar uma tença de 4008 réis (Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, maço 170, doc. 45). — (A.).

Veja-se a tal respeito a memoria de Candido Mendes de Almeida, na *Revista do Instituto Historico*, 39, parte 2.ª, 5-24, que baseado em Gaspar Corrêa, *Lendas da India*, 1, 153, conclue que André Gonçalves foi o commandante. — (C.).

A conclusão de Candido Mendes ficou invalidada por ulteriores pesquizas, conforme reconhece Capistrano de Abreu, *Prolegomenos á Historia do Brasil* de Fr. Vicente do Salvador, pg. 7, com os testemunhos de Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, pg. 36, Lisboa, 1898, e de Hümmerich, *Vasco da Gama und die Entdeckung des Seeweges nach Ostindien*, München, 1898. — (G.).

não havia interpretes; e no segundo dia de Maio fez-se de vela para o Oriente, com os onze navios que lhe restavam; alguns dos quaes triste fim vieram a ter dentro de pouco, antes de dobrarem o Cabo da Boa Esperança.

Os dois degradados ficaram na praia chorando a sua infeliz sorte, e acompanhando com os olhos as quilhas patrias até que ellas se haviam de todo sumido no horizonte (21). Acaso as saudades dos que até ali eram seus carcereiros, cresciam com o receio daquelles desconhecidos a cuja mercê ficaram. A caravela, que regressou, talvez percorreria ainda para o norte parte da costa; é, porém, certo que a nova que levou á Europa foi a do simples descobrimento de uma ilha, não de um continente.

Tambem nos consta que o aspecto e novidade das côres das grandes araras, enviadas a Lisboa por Cabral, impressionaram ahi a alguns de tal modo que chegaram a designar com o nome de **Terra dos Papagaios** o novo descobrimento. E este nome, que se encontra em alguns mappas antigos, era até o empregado em sua correspondencia (VI) pelo então agente em Lisboa da senhoria de Veneza, Lorenzo Cretico.

Não ha hoje noticia alguma da correspondencia que dirigiu á côrte Pedro Alvares Cabral (VII), mas não é sensivel a sua falta, quando possuimos a veneravel carta, que já o leitor conhece, de Pero Vaz de Caminha, além de outra do castelhano Mestre João (VIII), que ia por cirurgião da armada, e tinha presumpções de astronomo. Em ambas estas cartas, datadas do primeiro de Maio, se chama á terra encontrada *Ilha da Vera Cruz*: e o nome de *Ilha da Cruz* (sem *Vera*) consignava logo o governo no regimento dado a João da Nova, que com quatro caravelas, em parte de armadores (pois de uma dellas sabemos que era capitão Fernão Vinet, florentino, socio da casa de Bartholomeu Marchioni), e com a monção seguinte, ia mandado á India. E como ilha «mui util para refrescarem e fazerem aguada suas arma-

(21) «...E como primicias desta esperança, d'alguns degredados que hum n'Armada, leixou Pedralvares alli dois, hum dos quaes veio depois a este Reino, e servia de lingoa naquellas partes». — Barros, *Decadas*, I, liv. V, cap. II. Ao facto da ficada referem-se a carta de Caminha e a relação do piloto portuguez da armada de Cabral. Ficaram a chorar, dizem todos, «e os homens daquella terra os confortavam e mostravam ter piedade delles», accrescenta o piloto anonymo. Affonso Ribeiro é o nome de um dos degredados. Da armada, na vespera de zarpar para a India, fugiram dois grumetes, informa Caminha; mas é possivel que tivessem regressado antes da partida. — (G.).

das da India» dava o feliz monarcha conta do descobrimento aos reis catholicos, em uma carta que lhes escrevia (35), depois de haver regressado de Calecut o mencionado Pedro Alvares Cabral.

Cumpre, porém, declarar que, antes que a fortuna deste chefe fizesse conhecer a Portugal a existencia de terra nestas paragens, já varios nautas castelhanos a haviam encontrado e costeado mais para o norte. Com effeito: dez mezes antes, em fins de Junho de 1499, Alonso de Hojeda, navegando em companhia dos celebres pilotos Juan de la Cosa e Amerigo Vespucci (IX), se encontrára com terra, proximamente na latitude de cinco graus ao sul da Equinocial; a qual terra era baixa, alagada e de varios esteiros e braços de rios. Não pode ter sido outra senão a do delta do Assú, na actual provincia do Rio Grande do Norte. Intentou Hojeda proseguir pela costa, no rumo de lessueste; mas não lhe foi possivel vencer a força das correntes, e viu-se obrigado a seguir com estas na direcção de noroeste; e, navegando ao largo, foi sómente de novo aportar, segundo parece, em Cayena. No avistar terra junto á foz do Assú fôra o mesmo Hojeda protegido pela Providencia, de um modo analogo como depois o foi Cabral; pois se, durante a travessia do Atlantico, houvesse descaido um pouco menos para loeste, poderia ter naufragado nos perigosos escolhos e baixios (Urcas e Lavadeiras), que por ali jazem, um pouco mais a leste.

Sete mêzes depois de haver Hojeda avistado a costa no delta do Assú, Vicente Yañez Pinzon, navegando com uma flotilha de quatro caravellas, aportou á terra mais a loeste, em 26 de Janeiro de 1500, junto a um cabo, que denominou de *Santa Maria de la Consolacion*, cabo que, por muitas razões, julgamos hoje ter sido a chamada ponta de Mucuripe, vizinha ao porto da capital da provincia do Ceará, e não o de Santo Agostinho, como se chegou a acreditar. Desde esse cabo, proseguindo o mesmo Pinzon pela costa, no rumo de oeste-quarta-a-noroeste, avistou outro cabo, a que deu o nome do *Rostro-Hermoso*; e o qual, em nossa opinião, não

(35) Carta de D. Manuel, escripta aos Reis Catholicos, em 29 de Julho de 1501, achando-se em Cintra, e não em Santarém, conforme se lê no texto do documento impresso por Navarrete, *Col. de los viajes*, 3, ps. 94. — (A.).

O original acha-se reproduzido em fac-simile na *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, vol. II, ps. 155-161, e impresso em orthographia actual, ps. 165-167. — (G.).

pode ter sido senão a ponta de Jerecóacara, ainda hoje notada, entre os praticos da costa, pela sua formosura: e que, ao avistarmo-la por primeira vez de longe, da banda de sueste (em 1811), se nos figurou como um vermelho bico de cysne mergulhando-se no oceano. Logo seguiu Pinzon ao Amazonas, que denominou *Mar-Doce*, e depois foi navegando até o cabo de Orange; ao qual, com toda a probabilidade, chegou no dia 5 de Abril (1500); pelo que o denominou de S. Vicente, que era o orago desse dia, e ao mesmo tempo o santo do seu nome. (J. Cnet. da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazone*, §§ 2574 a 2582).

Que o cabo primeiro descoberto por Pinzon não pode haver sido o de Santo Agostinho o passamos a provar com toda a evidencia. Depuzeram judicialmente varios (26) dos da tripulação que a mencionada flotilha, desde as ilhas de Cabo Verde, tomou o rumo de sudoeste, e qualquer nauta entendido sabe que, com tal rumo, nenhum barco de vela viria ter ao cabo de Santo Agostinho. Demais: o proprio Pinzon declarou, que desde o primeiro cabo por elle descoberto, seguiu navegando pelo rumo de oeste-quarta-a-noroeste, rumo em que, segundo sua affirmativa, corria ahi a costa (27); o que não poderia ter logar partindo do cabo de Santo Agostinho, pois, logo um pouco para o norte delle, a costa pende antes para leste, e não para oeste. Além disso: contra uma tal interpretação, a favor do cabo de Santo Agostinho, militam, não só a confrontação do numero de leguas, nesta viagem navegadas pelo dito Pinzon, que officialmente (Navarrete, 3, pgs. 82) foram computadas em seiscentas, como tambem o testemunho dos cartographos antigos Juan de la Cosa e Diogo Ribeiro. Aquelle no seu celebre mappa feito no proprio anno de 1500, sitúa o «cabo descoberto por Pinzon» muito a oeste da terra que ahi se diz «descoberta por Portugal» (Porto Seguro); e todos sabemos que o cabo de Santo Agostinho fica bastante a leste dessa terra. E Diogo Ribeiro, em 1529, indicou o descobrimento de Pinzon para oeste do cabo de S. Roque, e não para o sul (x).

Para a probabilidade de ser o *Rostro Hermoso* a ponta

(26) Colmenero, Roquiros e Valdovinos. Veja-se Navarrete, 3, pg. 541, 550 e 552. — (A.).

(27) «Que asi se corre la tierra». — (A.).

de Jerecrécoara, nos abonamos até com o roteiro de Pimentel, que diz ser este «um monte *formoso*»; e não menos com as palavras do roteiro do pratico Joaquim Duarte de Sousa Aguiar, quando diz: «O morro de Jeraréquara bem conhecido pela sua fórma e belleza», etc. — Accresce que, a leste de Jerecrécoara, o promontorio mais notavel que se apresenta é a ponta de Mocuripe; a qual tem até a seu favor a circumstancia de haver podido, nessa paragem, ser a terra vista pelos navegantes, para sua *consolação*, de maior distancia; graças ás vizinhas serras de Maranguape, Pacatuba, Aratanha e Cahuhipe, que se avistam do mar, desde quinze a vinte leguas.

Um mez, proximamente, depois de Pinzon, aportou tambem, por essa banda, com duas caravelas, ao parecer mais para o poente de *Rostro Hermoso*, — o piloto Diego de Lepe. Travou peleja com os indios, e perdeu na refrega dez dos da tripulação. Este Lepe, encontrado, annos depois, pelos cruzeiros portuguezes, traficando na costa d'Africa, veiu a morrer enforcado (XI).

Estas navegações de navios castelhanos, ao longo da costa do norte, não produziam nenhum resultado de consequencia; e ás vezes até eram sonegadas, como succedeu á de Hojeda, que o foi por elle proprio; ou mal interpretadas, como passou com Pinzon, que, alguns annos depois, julgava haver sido o cabo de Santo Agostinho o por elle descoberto. Entretanto, é certo que das mesmas navegações resultou o terem sido os Castelhanos os primeiros a conhecer e a frequentar essa parte da costa; havendo sido não só, com toda a certeza, descobridores do *Mar Doce* ou Amazonas, como tambem, mui provavelmente, do porto ainda hoje chamado do Maranhão; nome que não será facil averiguar se proveiu, como disse Pedro Martyr (Epist. 532, de 18 de Dez. 1513), do indigena adulterado (XII) ou se de qualquer feito notavel, praticado nelle por algum dos da tripulação com esse appellido (Marañon), que já então existia em Espanha; ou, finalmente, se foi dado por ironia contra algum fanfarrão, que contasse do rio maranhas e proezas dos demais não acreditadas.

O que ora temos por sem duvida é que esse nome foi de principio dado ao proprio Maranhão de hoje; e que a este se referem com tal nome, não só o mesmo Martyr e o geo-

grapho Enciso (28), bem que este com engano na latitude (que, sem duvida por erro typographico, se diz de 7 1/2° em vez de 2 1/2°), mas tambem todos os cartographos antigos, sem excepctuar Diogo Ribeiro (29).

A navegação de Lepe se referem, quanto a nós, no mappa de Cosa, as duas significativas caravelas (30) e os dizeres proximos, a oeste do primeiro descobrimento de Pinzon; sendo para lastimar que um rasgão no original nos prive das indicações respectivas ao Maranhão de hoje, onde ainda a haste de uma bandeira indica que teria tido logar a tomada de posse, e por conseguinte a infeliz refrega. Pinzon, depois do segundo cabo, só fôra parar junto á ponta da Tigioca, onde, tambem em uma refrega, perdera parte dos seus; passando logo além do canal do norte, donde levou comsigo trinta e seis indios.

---

(28) Do Amazonas trata Enciso, com o nome de *Mar Dolce*, dando-lhe sessenta leguas da boca, ao passo que do Maranhão, que sitúa a *300 leguas além* do *Cabo de Santo Agostinho*, e com *baixos a Leste da entrada*, diz que tem na boca *mais de quinze leguas*. E Diego Ordaz, em 1531, e o pilôto João Affonso, em 1545, não fizeram mais que inventar terem ahi viajado, copiando exactamente o que encontraram no dito Enciso. — (A.).

(29) Temos disso a principal prova no designar o mesmo Ribeiro a ilha do seu Maranhão pelo nome de Trindade, que sabemos haver-lhe sido dado a principio, como adiante se dirá. — (A.).

(30) A primeira caravela, no mappa de Juan de la Cosa, assignala evidentemente a abordada e desembarque de *Pinzon* em *Rostro Hermoso*, que alli apparece *P. formoso*. O navio está como que amarrado á costa. A segunda, mais a Leste, é em tudo igual á primeira, com a differença de estar solta, sem nenhum traço que a ligue á terra. — (G.).

NOTAS DA SECÇÃO V

I

(Pag. 64)

Não se conhece o original da epistola de Toscanelli a Colombo. A copia, publicada por Henry Harrisse, encontrada na bibliotheca Colombina de Sevilha e escripta por letra de Colombo, não combina com a traducção dada por Las Casas. A carta maritima, como muito bem viu Sophus Ruge, deve ser identica ou quasi ao globo de Martin Behaim: é a primeira em que além da terra habitada se procura representar as extensões oceanicas. — Capistrano de Abreu, *O descobrimento do Brasil* in *Livro do Centenario*, I, ps. 16, nota 2, Rio, 1900.

No Congresso dos Americanistas reunido em Paris, 1900, Gonzalez de la Rosa e Henry Vignaud puzeram em duvida a autenticidade e o valor desses documentos. Em monographia notavel — *La lettre et la carte de Toscanelli sur la route des indes par l'Ouest adressées en 1474 au Portugais Fernam Martins et tranemises plus tard à Christophe Colomb*, Paris, 1901, Vignaud voltou a discutir a mesma these com argumentos que impressionaram fundamente a opinião sabia.

A inexistencia dos originaes da correspondencia attribuida a Toscanelli; o facto de Colombo, que tanto escreveu, jamais ter alludido ao sabio Florentino; a personalidade mythica do conego Martins, que não figura na lista dos funccionarios da côrte; a impossibilidade de ter sido escripta em 1471 a carta ao rei Affonso V, porque nessa epocha não se occupava absolutamente aquelle principe de procurar o caminho das Indias pelo Occidente; o atrazo de um seculo nos conhecimentos geographicos da Asia, que ainda eram os do Marco Polo, — tudo isso, para o critico americano, é indicio evidente da fraude que deu origem aos documentos referidos. «Demais, conclue elle, qualquer que seja o autor da falsificação e a data em que tenha sido commettida, que Colombo tenha della participado, ou a conhecesse sómente depois de consumada; que se abstivesse por prudencia de mencionar essa peça compromettedora, esperando aproveitar-se della, ou a tivesse julgado desde a origem inutil e perigosa, — o resultado é o mesmo e as conjecturas, que se podem fazer a respeito, têm apenas o interesse de curiosidade. O facto essencial, o facto novo, que este estudo tem por objecto estabelecer, é que tudo indica que a carta de Martins é apocrypha e que foi fabricada para fazer crer que o descobrimento do Novo Mundo derivava de uma theoria scientifica pertencente a Colombo e sanccionada por um grande sabio...»

Com relação ao conego Fernão Martins, parece não prevalecer o argumento de Vignaud, á vista da identificação que faz a *Historia da Colo-*

nização Portuguesa do Brasil, vol. II, ps. 443, com o conego Fernão Martins de Roriz, « presumivelmente parente do cardeal Antonio Martins, fundador do Hospicio de Santo Antonio dos Portugueses, em Roma, de cujo testamento foram testemunhas Paolo Toscanelli e o conego Fernão [Martins] de Roriz, em 6 de Agosto de 1464. E' este Fernão Martins que figura no *Tetralogus de non aliud*, do cardeal de Cusa, como um dos interlocutores: *Ferdinando Martin Portugalensi natione.* » — (G).

II

(Pag. 71)

Na extensão das leguas, bem que não seja ella indicada no tratado, nenhuma duvida temos de que se deviam entender de $16\,^2/_3$ ao grão equinocial (vejam-se as *Cosmographias* de Enciso, 1519, e de Francisco Falero, 1537), suppondo-se a circumferencia da terra de 6.000 leguas. Era nesta idéa que os antigos reduziam a 22° as 370 leguas. (Magalhães, em Navarrete — *Col. de viajes*, t. IV, ps. 188). Devendo, porém, as 370 leguas ser contadas no circulo da altura do ponto incoativo, hão de a elle reduzir-se; e estando a ponta do Tarrafal da ilha de Santo Antão em 17°,5 de lat. N., achamos por meio da conhecida proporção de *coseno das laboas*, etc., que equivalem naquella altura a 23°,14'51", e que, portanto, a linha meridiana rigorosamente calculada viria

$$\text{Cos. } 17°5 = 9.9804027$$

$$\text{Lg. } 16\frac{2}{3} = 1.2218314$$

$$\text{Lg. } 15{,}93 = 11.2022341$$

37000	15 93
514	23° etc.
581	

370..	15,93
514	23° 14' 51"
561	
6	
2166	
7730	
1358	
6	
8148	
1830	

a ser a que cortasse a ilha de Marajó desde 10'34" (ou proximamente tres leguas e meia maritimas) a Loéste do Pará, e viesse a passar do lado Sul 5'30" (ou quasi duas leguas maritimas) para dentro do posto da Embituba no isthmo da Laguna, se acaso não anda nas *laboas* maritimas inexacto o computo das longitudes desses logares. Barros, *Decadas*, I, liv. III, cap. 11, engana-se na conta das leguas, que suppõe trezentas e sessenta e tantas, como na dos graus, computando 21° pelos 23 e quasi um quarto.

Do calculo acima se pode conhecer que o verdadeiro dominio de Portugal do lado do Sul só se devia estender sobre a costa á altura de $28°\,^1/_3$ proximamente; visto que dahi para baixo sáe da linha de demarcação. Isto explicará por que D. João III, apezar de pugnar pela prioridade do descobrimento do rio da Prata, esquecendo-se de que este descobrimento, ainda que provado, não lhe garantia direito á posse, não se atreveu a fazer passar dos limites que marcámos as datas de terras e doações, etc. — (*Nota* do A. na 1.ª edição, omittida na 2.ª) — Veja-se:

d'Avezac, *Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil* (Paris, 1857); idem, *Les voyages d'Améric Vespuce au compte de l'Espagne* (Paris, 1858); Varnhagen, *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil* (Paris, 1858), em que a questão foi novamente debatida, em resposta a d'Avezac. De grande valor sobre o assumpto é a profunda monographia de Harrisse, *The diplomatic history of America. Its first chapter* (London, 1897). — (C.)

Veja-se ainda J. Denucé, *Magellan et la question des Moluques* (Bruxelles, 1911).' — (G.)

III

(Pag. 72)

Cremos que os nomes de sete destas embarcações, que da India regressaram, nos são dados em um documento (n. 300, m. 3 do arm. 26), que encontrámos, sem data, no Interior da Casa da Corôa (na Torre do Tombo), e que só podemos attribuir a esta expedição. Eis esses nomes: naus *Espirito Santo*, *Santa Cruz*, *Fror de la Mar*, *S. Pedro*, *Victoria* e *Espera*, e galeão *Trindade*. — (A.)

A esses nomes se podem juntar os dos navios *Annunciada*, mencionado, com o *S. Pedro*, que ali consta, por João de Barros, *Decadas*, I, liv. V, cap. VI, e *El-rei*, que figura na relação do piloto portuguez da armada de Cabral, publicada primeiro em italiano nas *Navigationi et viaggi* de Ramusio, 1, Veneza, 1554, fls. 152 e segs., e depois em portuguez, na *Collecção de noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas*, 2, Lisboa, 1812. Esse documento vem reproduzido, com a retraducção da versão italiana de Ramusio, na *Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil*, vol. II, ps. 112-117. Presume-se que uma das outras naus era a *Berrio*, que Nicolau Coelho commandára na armada de Vasco da Gama.

José Feliciano, *O descobrimento do Brasil*, S. Paulo, 1900, ps. 23, in nota, suggere que o documento achado por Varnhagen, supra indicado, não parece referir-se a uma armada do seculo XV, visto mencionar um galeão, especie de navio que, segundo Henrique Lopes de Mendonça, nos *Estudos sobre os navios portuguezes dos seculos XV e XVI*, in *Centenario do descobrimento da America*, Lisboa, 1892, ps. 26, só foi usado em Portugal no primeiro quartel do seculo XVI.

Os nomes dos capitães constam de Barros, *Decadas*, I, liv. V, cap. I: «A qual armada era de treze velas, entre naus, navios e caravelas, cujos capitães eram estes: Pedralvares Cabral, capitão mór; Sancho de Toar, filho de Martim Fernandes de Toar; Simão de Miranda, filho de Diogo de Azevedo; Aires Gomes da Silva, filho de Pero da Silva; Vasco de Taide e Pero de Taide, d'alcunha *Inferno*; Nicolau Coelho, que fôra com Vasco da Gama, Bartholomeu Dias, o que descobriu o Cabo da Boa Esperança, e seu irmão Pero Dias, Nuno Leitão, Gaspar de Lemos, Luiz Pires e Simão de Pina».

Sancho de Toar, ou de Tovar, era sota-capitão, ou immediato ao capitão-mór, segundo em mando, como estava expresso nas instrucções a Cabral, e confirma Damião de Góes, *Chronica do serenissimo senhor rei D. Emanuel*, parte I, cap. LIV.

Gaspar Corrêa, *Lendas da India*, 1, 151, omitte os nomes dos capi-

tães Aires Gomes da Silva e Pero de Athayde, que figuram nos outros chronistas, e accrescenta os de Braz Mattoso, André Gonçalves e Pero de Figueiró.

Das treze velas sahidas do Tejo, uma desarrou da armada na altura das ilhas do Cabo Verde e tornou ao ponto de partida; outra foi despachada a levar ao rei a nova do achamento da terra de Santa Cruz. A que se tresmalhou seria a de Vasco de Athayde, segundo a carta de Pero Vaz de Caminha, ou a de Luiz Pires, conforme Barros, *Decada*, I, liv. 1, cap. II, que conta aquella entre as quatro que se abysmaram com a tormenta, a 12 de Maio, nas cercanias do cabo da Boa-Esperança, com as de Bartholomeu Dias, Ayres Gomes da Silva e Simão de Pina. O navio de Pero Dias desappareceu nessa occasião e foi ter a Magadaxo, de onde, com fortuna vária, tornou aos mares occidentaes; Cabral, quando da India regressou com a sua armada reduzida a seis velas, encontrou-o em uma das ilhas do Cabo Verde.

Pero de Athayde e Nuno Leitão commandavam, respectivamente, os navios *S. Pedro* e *Annunciada*, Barros, *Decadas*, I, liv. 1, cap. IV. A nau *Frôr de la Mar* voltou á India em 1506 com Affonso de Albuquerque, e depois da conquista de Malaca, de cujos despojos opimos vinha carregada, naufragou em 1511.

Na armada de Cabral — diz Barros, *Decadas*, I, liv. V, cap. I — «alem das armas materiaes, que cada hum levara pera seu uso, mandava El rey outras espirituaes, que eram oito Frades da Ordem de S. Francisco, de que era Guardião Fr. Henrique de Coimbra...» Os nomes dos companheiros de Frei Henrique dá Frei Fernando da Soledade, *Historia Seraphica Chronologica de S. Francisco, Provincia de Portugal*, 3, 489-490. Foram elles: Frei Gaspar, Frei Francisco da Cruz, Frei Simão de Guimarães e Frei Luiz do Salvador, sacerdotes pregadores; Frei Matheu, sacerdote organista; Frei Pedro Neto, corista com ordens sacras, e Frei João da Victoria, frade leigo.

Frei Henrique Soares de Coimbra fôra desembargador da Casa de Supplicação e trocára a tôga pelo habito de Franciscano no convento de Alemquer. Na India recebeu algumas feridas pelas costas, no assalto que os indigenas deram á feitoria de Calecut; de regresso foi confessor do rei, seu embaixador em missão de pezames junto á princeza D. Joanna, bispo de Ceuta e inquisidor.

Outro notavel companheiro de Cabral foi Duarte Pacheco Pereira, o futuro autor do *Esmeraldo de Situ Orbis*. — (G.)

IV

(Pag. 73)

Cabral, quanto a nós, fundeou mais ao Sul, no porto entre a ponta Corda e a foz do Buranhem, ou rio do Porto Seguro, abrigado da banda do mar por varias restingas, na mais secca das quaes se effectuou o acto de posse. — (A.) — Sobre esse assumpto publicou o autor da *Historia Geral* uma memoria na *Revista do Instituto Historico*, 40, parte 2.ª, 1877, ps. 5-87, acompanhada da carta de Pero Vaz de Caminha. A materia foi depois discutida por Beaurepaire Rohan, Valerino Candido, Oliveira Catrum-

by, Salvador Pires, Ignacio Joaquim da Fonseca, este favoravel, aquelles contrarios á opinião do visconde de Porto Seguro. Com elle tambem não concordou quem escreve esta linha, em seu opusculo *O descobrimento do Brasil pelos Portuguezes*, Rio, 1900. — (C.) — Em sua these de concurso — *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no seculo XVI*, Rio, 1883, já Capistrano de Abreu dirimia assim a questão: «Os argumentos de que Varnhagen lança mão quebram-se todos diante destes dois factos: o primeiro é a tradição attestada por Gandavo, Gabriel Soares, Anchieta, Cardim e tantos outros; o segundo é que o Porto Seguro actual não corresponde á descripção de Caminha, por mais que se queira fazer de um recife um Pharo.» — (G.)

V

(Pag. 74)

Guarda-se o original na Torre do Tombo, em Lisboa (Gav. VIII, 2, 6), escripto em sete folhas de papel florete. E' documento digno de reproduzir-se por fac-simile. — (A.)

Tem sido publicado e traduzido em diversas linguas, como se pode ver nos artigos que Valle Cabral lhe consagrou em varios logares nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, especialmente, 11, 483-489. As edições originaes são sete: 1.ª de Ayres de Casal em 1817, em sua *Corographia*, no Rio de Janeiro; 2.ª, em Lisbôa, em 1826, no t. 4 da *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*; 3.ª por Varnhagen, no Rio, em 1877, na *Rev. do Inst. Hist.*; 4.ª e 5.ª, em Lisboa, nos volumes da Academia das Sciencias e da Torre do Tombo, publicados em 1892, para celebrar o descobrimento da America; 6.ª no *Livro do Centenario*, Rio, 1900; 7.ª na Bahia, em 1900, reproducção fac-simile do texto, com duas transcripções, uma em portuguez da epocha, outra em portuguez actual. — (C.)

Quem primeiro examinou esse documento na Torre do Tombo, cerca de 1793, foi Juan Batista Muñoz, que delle fez extractos, Navarrete, *Col. de los viajes*, 3, ps. 45, Madrid, 1827 (ps. 41 da edição de 1880).

Resenha bibliographica das varias edições da carta de Caminha, de 1817 até 1877, encontra-se nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 4, 7-17, Rio, 1878.

Foi ainda publicada na *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*, 1, 1894; por Candido Costa, *O descobrimento da America e do Brasil*, Pará, 1898; pelo mesmo, *As duas Americas*, 2.ª edição do precedente, Lisboa, 1900; Faustino da Fonseca, *A descoberta do Brasil*, Lisboa, 1900; Zeferino Candido, *O Brazil*, Rio, 1900; F. A. Pereira da Costa, na *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, n. 53, Recife, 1900; Rocha Pombo, *Historia do Brasil*, 1, Rio, 1906; João Ribeiro, com interessantes notas, n'*O Fabordão*, Rio-Paris, 1910; Braz do Amaral, nas *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*, de Accioli, 1, Bahia, 1919. Capistrano de Abreu, na *Revista do Instituto Historico*, 71, parte 2.ª, ps. 109-122, analysou esse precioso documento; seu estudo admiravel é maravilha de critica historica.

A primeira parte da carta está reproduzida em fac-simile na *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, vol. II, ps. 85, e a ultima, em fac-

simile reduzido, extra-texto. Versão em linguagem actual, com eruditas annotações da Dra. D. Carolina Michäelis de Vasconcellos, encontra-se às ps. 88-99 do citado volume. — Precedera-a João Francisco Lisbôa, *Obras*, 2, 430-450, São Luis do Maranhão, 1865.

Sobre Caminha, veja-se Sousa Viterbo, *Pero Vaz de Caminha e a primeira narrativa do descobrimento do Brasil*, Lisbôa, 1902, e a *Historia da Colonização*, vol. II, 80-84. — (G.).

VI

(Pag. 78)

Humboldt, *Exam. Crit.*, 5, ps. 78. — (A.) — Varnhagen, como outros autores, chama Lorenzo Cretico; mas J. Carlos Rodrigues, *O descobrimento do Brasil: Succinta noticia da Descripção Impressa mais antiga deste acontecimento*, Rio, 1905, ps. 5, affirma, segundo documentos da Universidade de Padua, aonde foi professor o agente em Lisboa da senhoria de Veneza, e da Bibliotheca Marciana, que seu nome é Giovanni Matteo Cretico. E' tambem chamado *Zuane* (João), no titulo de nomeação como secretario de Pisani, *orador* em Castella. Cretico, escrevendo de Lisboa em Julho de 1501, como testemunha occular da volta de Cabral, diz: «Scoperto una terra nova chiamâ delli Papaga per esser gente (*sic*) de longeza de brazo. I e mezo di varii calori: li quali ne haveno visto.» — *Paesi nouamente retrouati*, liv. VI, cap. CXXV, cit. por Harrisse, *The Discovery of North America*, Paris-London, 1892, ps. 303. — O nome *Brasil* já era usado antes de 8 de Abril de 1503, na relação de viagem que começou a escrever nessa data e terminou a 16 de Setembro de 1504, na qual diz: «la terra Della vera croce, ouer del *Brexil* cosi nominata». — Ramusio, *Navigationi et viagi*, 1, fl. 145 *verso*. Na cartographia o nome apparece mais tarde, no mappa de Marini de 1511, que pertence á nossa Secretaria das Relações Exteriores. — (G.)

VII

(Pag. 78)

Cabral vivia ainda em 1518, anno em que se lhe pagavam, de moradia, 2.437 réis, por mez. — (A.)

Braamcamp Freire, na *Revista de Historia*, 6, 281, Lisboa, 1917, dá noticia de uma carta de confirmação passada pela rainha D. Maria, segunda mulher de D. Manuel, em Lisboa, a 18 de Fevereiro de 1503, em favor de D. Constança, mulher de Fernando de Loronha, ou Noronha, a qual usufruia a renda das linhas de Torres Vedras e seu termo, para que permittisse o traspasse de dita renda em sua filha D. Isabel de Castro, «nossa donzella», emquanto sua mercê fosse. Essa carta foi confirmada pela infanta D. Isabel, successora de sua mãe, á mesma D. Isabel de Castro, então mulher de Pedro Alvares Cabral, por carta dada em Lisbôa a 14 de Julho de 1517. Prova esse documento que Cabral, em 1500, era ainda solteiro e só veio a casar-se dois annos, pelo menos, após o seu regresso da India. Com isso concorria o facto de todos os seus filhos com D. Isabel de Castro serem ainda menores em 1520, quando, depois do fallecimento do pae, lhes foram feitas certas mercês pelos serviços delle. Sobre Cabral, vejam-se os *Prolegomenos*, cit., ps. 8. — (G.)

VIII

(Pag. 78)

Publicada por Varnhagen em 1848, na *Revista do Instituto Historico*, 8, reimpressa na 1.ª edição deste livro, 1, 423. Outra edição, acompanhada de fac-simile, no *Centenario do descobrimento da America*, da Academia Real das Sciencias de Lisboa; nova no *Livro do Centenario*, I, Rio, 1900. — (C.)

Publicada tambem por Mello Moraes, *Chorographia Historica*, 1, Rio, 1858, ps. 60-61, nota; em *Alguns documentos da Torre do Tombo*, ps. 122-123, «aonde se corrigiu a assignatura do Johanes Emenelaus para Johanes artium et medicine bachalarius»; ainda por Braz do Amaral, *Memorias* de Accioli, 1, ps. 20, Bahia, 1919; reproduzida em fac-simile, com reducção do original, na *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, fóra do texto, e ahi impressa, ps. 104-105, conforme ao original pelo Dr. Antonio Baião, e em linguagem actual, pelo Dr. Luciano Pereira da Silva. — (G.)

IX

(Pag. 79)

Veja-se a relação da segunda viagem deste navegante, na sua grande epistola escripta a Pedro Soderini em 1504, e o nosso trabalho *Amerigo Vespucci*, etc., ps. 103. — (A.) — A viagem de Hojeda, em companhia de Vespucci e Juan de la Cosa, transcorreu de 16 de Maio de 1499 a 8 de Setembro do anno seguinte. A expedição compunha-se de tres navios, que zarparam de Cadix na primeira daquellas datas, alcançaram as ilhas do Cabo Verde e, com rumo SO., passando a linha, tiveram terra á vista a 27 de Junho, na latitude de 4° ou 5°. Sul. Essa terra, baixa e alagada, que Vespucci bem descreveu na *Lettera delle isole nouamente trouate in quattro suoi viaggi*, 1504, reproducção fac-simile da Princeton University, 1916, ps. 17-18, é, segundo Varnhagen, o delta do Assú, no Rio Grande do Norte, ou pouco adiante, cercanias do Aracati, no Ceará, a concordar com John Fiske, *The Discovery of America*, 2, Cambridge, 1902, ps. 319. Nessa altura Vespucci notou que o tamanho dos dias e das noites era igual. Dahi a flotilha velejou por algumas leguas para SO., provavelmente com o objectivo de reconhecer se o littoral avistado era de alguma ilha ou de terra-firme. Impedidos de proseguir por causa das correntes que repelliam os navios, Hojeda e seus companheiros navegaram para NO., correndo a costa até um golfo, em cuja entrada estava uma ilha — o golfo de Paria e a ilha da Trinidad, que Colombo descobrira em 1 de Agosto de 1498. Navegando para diante, alcançaram talvez o cabo de la Vela e resolveram regressar por via da Española, onde se demoraram algum tempo, aportando finalmente a Cadix a 8 de Setembro de 1500.

A expedição tinha percorrido o litoral americano desde cerca de 5° de latitude Sul até 15° de latitude Norte; sómente na costa de Surinam, como em geral se admitte, houve desembarque, mais ou menos a seiscentas milhas a E. da Trinidad.

O itinerario de Vespucci concorda substancialmente com o resumido

depoimento de Hojeda, prestado em 8 de Fevereiro de 1513, ás *Probanzas del Fiscal*, Navarrete, *Colección, de los viajes y descubrimientos*, 2, ps. 544. Hojeda não diz, como Pinzon, *ibidem*, ps. 551, que descobriu terras de Portugal; comprehende-se essa sua reserva como escarmento, porque na viagem que *fez* em 1502 fôra punido por esse facto, J. Fiske, *loc. cit.*

A opinião que Varnhagen sustentou nesta e em outras escriptas, foi em tempo combatida e hoje mesmo ainda encontra oppositores; mas a leitura attenta da segunda navegação de Vespucci na *Lettera* citada, parece-nos, deve afastar qualquer duvida em relação á abordagem de Hojeda em costa brasileira. «Tudo o que se pode censurar ao Florentino — pondera Henry Vignaud, *América Vespuce, ses voyages et ses découvertes devant la critique*, in *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, N. S., t. 8, fasc. I-II, 1911, ps. 91, — é não ter nomeado Hojeda, que era o chefe da expedição, o que não prova que a dirigisse nauticamente, e que Vespucci não tivesse parte consideravel na direcção da rota seguida, assim como na determinação dos logares reconhecidos e do caracter continental da costa.

O mappa de Juan de la Cosa, provavelmente de Outubro de 1500, encerra os resultados dessa expedição, como os da de Lepe e em parte os da de Pinzon. — (G.)

X

Pag. 80:

A opinião tradicional foi defendida pelo annotador em seu trabalho *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no seculo XVI*, Rio, 1883. — (C.) Pinzon, depondo nas *Probanzas del Fiscal*, em 21 de Março de 1513, positivamente affirmou que «era verdad que descubrió desde el cabo de Consolacion, que es en la parte de Portugal é agora se llama de S. Agustinho», Navarrete, *Colección de los viajes y descubrimientos*, t. III, ps. 551.

Varnhagen contesta essa identidade, e julga que o logar do descobrimento foi a ponta de Mucuripe, no Ceará. Por seu lado, Rio-Branco, *Second mémoire du Brésil*, t. I, Berne, 1899, ps. 25, fica em meio termo, acreditando que o cabo de Santa Maria de la Consolacion seja a ponta de Calcanhar, no Rio Grande do Norte, assim chamada porque fórma a NO. do cabo de São Roque a extremidade norte-oriental do litoral brasileiro, que Pinzon, nove annos depois, em companhia de Solis, perlongou de novo, em sentido inverso, quando regressou do golfo de Paria para a Hespanha.

A data do descobrimento do cabo de Santa Maria de la Consolación não pode ser fixada com absoluta certeza. A relação italiana sobre os *Paesi nouamente retrouati*, Vicenza 1507, Milano 1508 e 1512, dá 20 de Janeiro; Pedro Martyr, *De rebus Oceanis et Orbe novo decades tres*, Bâle, 1533, dec. II, liv. VIII, fls. 39, consigna a data de 26, que Varnhagen aceita e com elle a maioria dos historiadores. O sabio redactor do *Exposé historique* na *Sentence du Conseil Fédéral Suisse dans la Question des Frontières de la Guyane Française et du Brésil*, Berne, 1900, ps. 83, discutindo a controversia, opina que a abordagem de Pinzon ao litoral brasileiro se deu pouco antes ou pouco depois de 1 de Fevereiro; e como, segundo o uso corrente, o nome dera corresponder ao do santo do dia, e a 2 a egreja celebre a festa de Maria, conclue por essa data para o descobrimento do cabo de Santa Maria de la Consolación. — (G.)

XI

(Pag. 81)

Carta de Estevão Fróes, da ilha de São Domingos. — (A.)

Publicada, com a assignatura errada de Fernão Fróes, em *O Descobrimento do Brasil*, Rio, 1883. — (C.)

Em summula, *Alguns documentos da Torre do Tombo*, 361-362. Reproduzida em fac-simile na *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. I, ps. XXXIV-XLVI, Porto, 1921, acompanhada da versão intercalada do portuguez archaico e traducção para o portuguez moderno, pelo Dr. Antonio Baião. O original existe na Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte I, maço 51, doc. 99. Cópia autentica no Instituto Historico.

O Diego de Lepe, ahi mencionado, deve ser o mesmo de que se tratam as *Instrucções* dadas a Lope Hurtado de Mendonça, embaixador castelhano na côrte portugueza, em 4 de Agosto de 1513, publicadas na *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, ps. 325, appendice H. Desse diploma deduziu o Dr. Duarte Leite, *ubi supra*, ps. 190-191, que o Diego de Lepe mandado justiçar por D. João II, antes do fim de 1495, não pode ser aquelle a que allude o texto. Existiriam, portanto, dois personagens com o mesmo nome, ambos dados a navegações: um, que pereceu realmente ás mãos do carrasco, em Portugal, ao tempo referido, pelo crime de «forrear em seára alheia, captivando pretos nas costas da Guiné»; outro, «talvez filho ou sobrinho do primeiro, que vivia dez annos depois, e tambem morreu em Portugal, mas não na forca». — (G.)

XII

(Pag. 81)

Vvury! Mãrã, segundo Montoya (*Voc.*), quer dizer falta, e tambem calumnia: *Mãrandeçuára*, estrangeiro. — (A.)

A etymologia, geralmente aceita, é que Maranhão tem a mesma origem que *paraná*. Parece que se deve ao benemerito Charles Fr. Hartt. Entretanto contra ella milita o facto de *Marañon* se encontrar no Perú, fóra do dominio da lingua tupi. — (C.)

O etymo de *Maranhão* tem sido largamente discutido sem solução possivel. O erudito americanista José Toribio Medina, na introducção ao *Descubrimiento del Rio de las Amazonas, según la Relación de Fr. Gaspar de Carvajal*, Sevilla, 1894, ps. CCXXII-CCXXIX, tratou da questão com profundo saber para concluir que, ante os documentos que se conhecem, não se pode resolve-la satisfatoriamente. Orville A. Derby, em conscienciosa artigo publicado no *Almanaque Brasileiro* de Garnier para 1910, Rio, ps. 246-250, estudou o nome na Cartographia das primeiras decadas do descobrimento, na qual julga que elle appareceu demasiado cedo para que lhe possa ser attribuida origem indigena, «corruptella de *paraná*, que tem sido frequentemente lembrada». Para esse sabio, *Maranhão*, augmentativo de *maranha*, matagal, cousa enredada, teia de lã já tecida, seria applicavel ao local que ficou denominando, e o facto de ser commum ás duas linguas explicaria a sua prompta acceitação por espanhóes e portuguezes. Quanto a nós, temos apenas a allegar que o nome preexistia na Espanha sob as fórmas *Marañon*, de um logar na provincia de Navarra, e *Maraño*, na provincia de Pontevedra. — (G.)

SECÇÃO VI

(II da I edição)

EXPLORAÇÕES PRIMITIVAS DA COSTA BRASILICA

D. Nuno Manuel em 1501. Vespucci e Solis. Cabos de São Roque e Santo Agustinho. Portos ao sul: Bahia, Rio, São Vicente, Cananéa. Cabo de Santa Maria. Georgia Austral. Gonçalo Coelho em 1503. Ilha do Fernão de Noronha. Colonias em Cabo-Frio e Rio de Janeiro. Cari-oca. Bahia de São Mathias. Gonneville. Brasileiros. Nau Bretoa. Maranhão. Indias. Santa Cruz. Antartica. Mundo Novo, etc. Consequencias da partida de Americo. João Dias de Solís. Portugal descuida o Brasil pela Asia. Feitorias. Um pirata. As Molucas. Fernão de Magalhães. O meridiano da demarcação. Contracto de Saragoça. Origem do nome Rio da Prata. O Dourado.

Não sabemos ao certo em que data, do anno de 1500, foi recebida em Lisboa a nova do achamento, por Cabral, das terras de Porto Seguro (1). Em todo caso alguma demora houve em aprestar-se uma pequena frota, de tres caravelas, que foi destinada a reconhecer a qualidade, valor e extensão da nova terra descoberta. Só alcançaram os novos expedicionarios a partir em meiados de Maio do anno seguinte de 1501, antes do regresso de Cabral a Lisboa, vindo a encontra-lo no porto de Bezenégue (actual Gorée), junto do Cabo Verde.

Deveriam por ventura contribuir a tanta demora as pretenções do governo de mandar na pequena frota exploradora alguns dos pilotos praticos nas navegações anteriores dos Castelhanos a este novo continente, e que esperou chegassem de Sevilha, entrando neste numero o florentino Amerigo Vespucci, que acompanhára pouco antes a Hojeda, e em 1497 — 1498 havia estado em outra grande exploração, desde a costa de Honduras, por todo o golfo mexicano, até a Florida (2).

---

(1) Junho ou Julho, suppõe Harrisse, *The Discovery of North America*, pg. 687. — (O.).

(2) Veja-se o poco opusculo: «*Le premier voyage de Amerigo Vespucci définitivement expliqué*» etc. Vienna, 1869, in folio. — (A.).

Temos tambem por mui provavel que, para ir nesta exploração, se fizeram propostas vantajosas a João Dias de Solís, o Bofes de Bagaço, portuguez que se havia passado ao serviço de Castella.

A capitania da nova flotilha foi pelo rei D. Manuel, segundo as conjecturas mais admissiveis, confiada a um de seus favorecidos, D. Nuno Manuel, ao depois guarda mór e almotacé mór da sua casa, irmão do seu camareiro mór D. João Manuel, e ambos filhos de D. João, bispo da Guarda, e de Justa Rodrigues, ama que fôra do mesmo rei (1).

A circumstancia de não ser um nauta entendido o chefe da expedição, fez que, na direcção della, tivesse voto preponderante o mesmo Amerigo Vespucci, que a conduziu a buscar a costa proximo á paragem onde estivera com Hojeda. Assim, depois de aportar em Bezenégue, em Africa, veiu avistar terra, a 16 de Agosto, na latitude proximamente de cinco graus, junto do cabo que, em virtude da festa do calendario nesse dia, recebeu o nome de *São Roque*, com que ainda hoje é designado (2).

Dois jovens que então desembarcaram, a tratar com os habitantes, ficaram ahi victimas da barbaridade e anthropophagia delles. Assim, por este lado, a primeira ruptura e aggressão, entre os da terra e os futuros colonizadores, não partiu destes, os quaes, foram victimas da traição, e a deixaram absolutamente impune.

A esquadrilha seguiu para o sul; e o seu chefe, com o calendario na mão, foi successivamente baptizando as differentes paragens da costa, designando á posteridade o dia em que a ellas aportava, do modo seguinte:

---

(3) O primeiro ponto a que chegou a armada de 1501 foi, no entender de C. Mendes de Almeida, o cabo dos Marcos, entre as bahias Formosa e da Traição. *Revista Instituto Historico*, 40, parte II, 1877, ps. 185-198. Esta opinião parece, entretanto, pouco fundada. Os marcos que deram o nome á localidade não procedem da primeira expedição; de certo, são posteriores á divisão do Brasil em capitanias, e neste caso limitavam as de Pero Lopes de Sousa e João de Barros. Outros marcos, separando as terras de Pero Lopes das de Duarte Coelho existiam junto a Itamaracá. — (C.).

Frei Gaspar da Madre de Deus foi dos nossos chronistas o primeiro que fez notar o uso de nomearem os navegantes os logares que iam descobrindo pelos santos do dia, mostrando que do Rio de Janeiro a São Vicente os nomes dados aos differentes pontos da costa seguiam a ordem do calendario. — *Memorias para a Historia da Capitania de São Vicente*, ps. 116-119, São Paulo-Rio, 1920. Sobre esse mesmo uso, veja-se Sophus Ruge, *Die Entwickelung der Kartographie von Amerika bis 1570*, ps. 9, Gotha, 1892, e Rio Branco, *Second Mémoire*, 1, pg. 31, Berne, 1899. — (G.).

A 28 de agosto no Cabo de *S. Agostinho.*
» 29 de Setembro no rio de *São Miguel.*
» 30 do dito no rio de *São Jeronymo.*
» 4 de Outubro no rio de *São Francisco.*
» 21 do dito no rio das *Virgens.*
» 1 de Novembro na Bahia de *Todos os Santos.*
» 13 de Dezembro no rio *Santa Luzia* (Rio Doce?)
» 21 do dito no cabo de *São Thomé.*
» 25 do dito na Bahia do *Salvador.*
» 1 de Janeiro (1502) no Rio de Janeiro.
» 6 do dito na *Angra dos Reis.*
» 20 do dito na Ilha de *São Sebastião.*
» 22 do dito no Porto de *São Vicente.*

A maior parte destes nomes ainda hoje subsiste; e alguns foram, com o andar do tempo, substituidos por outros.

Do porto de São Vicente passou a esquadrilha ao da Cananéa, no qual deixou degradado um bacharel portuguez, que ainda ahi vivia trinta annos depois. Propendemos a crêr que seria este o bacharel sogro de Gonçalo da Costa, que ahi veiu a ser encontrado por Cabot (11).

Da Cananéa seguiu a flotilha para o sul até o cabo de *Santa Maria*, ao qual deu então talvez este nome, que pouco tempo depois encontramos dado tambem ao rio que hoje denominamos da *Prata;* por ventura por haverem a elle chegado a 2 de Fevereiro, dia da Purificação da Virgem (4). Apezar de que nesta parte mui pouco explicito seja Vespucci, na sua narração, unica que desta viagem nos resta, entendemos que, ao chegarem a esse cabo, imaginaram que ahi acabava este continente.

Em todo caso, diz-nos Vespucci que, esmorecendo o chefe, entregára á sua responsabilidade a futura direcção da viagem; pelo que elle, depois de prover como poude as caravelas do necessario, partiu dahi no dia 15 de Fevereiro (1502), e tomando, á ventura, o rumo de sueste, ao cabo de 30 dias de navegação, no dia 7 de Abril, descobriu e depois

(4) No mappa de Cantino vem marcado e escripto o «cabbo de Santa Maria», o que é prova em favor da supposição de Varnhagen. Aquelle planispherio, feito em Lisboa antes de 19 de Novembro de 1502, data da carta de Alberto Cantino a Hercules d'Este, duque de Ferrara, avisando-o da remessa (publicada por Harrisse, *The Discovery of North America*, pg. 423), devia ter recebido inspirações de algum dos companheiros de expedição de Antão Gonçalves (?) a Americo Vespucci, alli aportados a 22 de Julho do mesmo anno. — Conf. Rio Branco, *Epheme rides Brasilicæ*, pg. 94-95. — (G.).

costeou uma inhospita e grande terra, que não pode ter sido outra senão a ilha hoje denominada *Georgia Austral* (5), segundo a appellidou Cook ao visita-la, em Janeiro de 1775, julgando descobri-la então; sendo certo que além de descoberta por Vespucci, desta vez em 1502, havia ella já sido visitada (justamente um seculo antes de Cook) em 1675, por Antonio Rocha, vindo de Chiloe; pelo que a denominaram, algum tempo — *Ilha Grande de Rocha* (6).

Destas plagas inhospitas e tempestuosas, cobertas de nevoas e onde as noites eram mui grandes, resolveu Vespucci regressar a Portugal; e tomando rumo em direitura á Serra Leôa, e dahi aos Açores, veiu entrar em Lisboa, no dia 7 de Setembro, com duas caravelas, havendo-se resolvido queimar a outra em Serra Leôa (7).

As informações dadas por estes exploradores foram pouco favoraveis a uma tão grande extensão de terra; e o proprio Vespucci no-lo confirma, na carta que escreveu ao gonfaloneiro de Florença Pedro Soderini, seu antigo condiscipulo, e que corre impressa; não hesitando em assegurar-lhe que na terra não havia metaes alguns, nem mercadoria de aproveitar-se, mais que canafistola e o lenho de tinturaria.

Em presença de taes informações, a corôa limitou-se a abandonar a mesma terra á mercê dos especuladores particulares, os quaes á porfia começaram a vir a estes portos, principalmente a buscar tão productivas cargas do tal novo pau-brasil, a ponto que delle veiu a tomar o nome toda a região. Um desses especuladores deve haver sido Fernão de Noronha, o qual, provavelmente pelo São João de 1503, descobriu a ilha a que então deu o nome deste santo, e hoje é conhecida pelo proprio do descobridor, que foi tambem o primeiro donatario della (111).

Ao abandonar, porém, a corôa á especulação particular o tirar proveito da terra, concentrou os seus cuidados em

---

(5) Henry Vignaud, *Américo Vespucci, ses voyages*, etc., pg. 95, cita em contrario á hypothese do autor, a opinião de Bougainville, que acreditava tratar-se das Ilhas Malvinas, mais proximas do estreito de Magalhães, em vez da Georgia Austral, que se encontra a 54° 30' da latitude Sul. Entretanto, ajunta, Luigi Hugues, *Il terzo viaggio*, Firenze, 1898, pg. 28, adoptou o criterio de Varnhagen. — (C.).

(6) Veja-se o *Diario Nautico* do mesmo Rocha na *Descripción Geographica y Derrotero de la Region Austral Magellanica* por D. Francisco de Seixas y Lovera, Madrid 1690, in-4. — (A.).

(7) A armada chegou a Portugal em 22 de Julho de 1502 (*Raccolta Colombiana*, parte 3.ª, 1, pg. 91). — (C.).

preparar uma nova expedição mais consideravel, para seguir da extrema meridional deste novo continente (que então julgaria terminar-se no cabo de Santa Maria) até as plagas orientaes da Asia, donde já se sabia que provinham as especiarias, e ás quaes se contava chegar com mais facilidade seguindo pelo poente. Era um regresso ás idéas de Toscanelli, ensaiadas por Colombo, e depois realisadas por Fernão de Magalhães.

Organizou-se, pois, uma frota de seis navios, equipados provavelmente alguns por conta de armadores particulares; e o porto de Malaca, que na frase de João de Barros (I, 8, 1) era então «*emporio* e feira universal do Oriente», foi designado como o a que ella devia dirigir-se. Já antes de partir, Vespucci escrevia ao seu antigo patrão Lourenço de Pier Francesco de Medici, que contava ir breve «ao levante, passando pelo sul» (8).

O commando desta importante expedição foi confiado a um nauta mais experimentado. Tal era Gonçalo Coelho, que já no tempo de D. João 2.º encontramos a commandar um navio, indo em 1488 a Senegumbia, e conduzindo daqui um rei preto a Portugal. Amerigo Vespucci o acompanhou feito capitão de um dos navios; e temos por mui provavel que, na mesma esquadra, se embarcassem João Dias de Solis, e por ventura tambem João Lopes de Carvalho e João de Lisboa (9), que, annos depois, apparecem como praticos e conhecedores destas paragens.

Os novos expedicionarios não chegaram a partir senão em meiados de 1503; e depois de refrescarem na ilha de Santiago, principal das de Cabo Verde, se encontraram, a 10 de Agosto (10), em presença de outra ilha delles desconhecida, a qual era a mesma, que, poucos dias antes, havia sido

(8) «*Versus meridiem, a latere orientis... per ventum qui africus dicitur*», se lê na traducção latina que desta carta foi então publicada, feita pelo veneziano Giocondo. — (A.).

(9) João de Lisboa, segundo Gaspar Corrêa, descobriu o cabo de Santa Maria no anno de 1514 (*Lendas das Indias* 2, 628). Essa viagem parece a mesma da armada de D. Nuno Manuel. Segundo o autor, an 1.ª edição, I, 486, João de Lisboa chegou a piloto-mór em Portugal; em 1534 era fallecido e pedia seu logar Heitor Colombo, que estava na India. — (C.).

Clemente Brandenburger, na *Novo Gazeta do Terra do Brasil*, São Paulo, 1924, chegou a identicas conclusões, que fundamentou com solidos argumentos. Na *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, vol. II, pg. 367-381, o Sr. P. M. Esteves Pereira compendiou excellentes informações sobre João de Lisboa. — (G.).

(10) No *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, vem indicada uma ilha de São Lourenço, orago do dia 10 de Agosto. — (C.).

encontrada por Fernão de Noronha, como dissemos, e que ainda hoje leva este nome.

Em um cachopo proximo desta ilha naufragou a nau chefe; de modo que Gonçalo Coelho teve que passar-se com a demais tripulação a outro navio. Este triste acontecimento foi causa de se desmembrar desde logo a mesma esquadra, separando-se o navio de Vespucci e mais outro dos tres companheiros, os quaes, provavelmente, proseguiram juntos ás ordens do dito chefe Gonçalo Coelho.

O navio de Vespucci e o que se lhe aggregou fizeram rumo para a Bahia, paragem descoberta na viagem anterior, e que fôra antes assignada como ponto de juncção, em caso de esgarramento.

Depois de haverem ambos esperado em vão na mesma Bahia, durante dois mezes e quatro dias, sem que chegasse nenhum dos outros, assentaram de proseguir por sua conta, esperançados por ventura de ainda encontrarem os demais, ou de tomarem em outros portos alguma carga, com que indemnisassem em parte os gastos da viagem.

Nesta conformidade, seguiram para o sul, e foram entrando em differentes portos até chegarem ao do Cabo Frio. Havendo aqui feito boa carga de pau brasil, resolveram regressar com ella a Portugal, deixando no mesmo cabo estabelecida uma pequena feitoria, guarnecida de vinte e quatro homens (11); tendo Vespucci, antes de partir, effectuado uma excursão pela terra dentro, na distancia de umas quarenta leguas.

Os dois navios vieram a aportar a Lisboa aos 18 de Junho de 1504. E, um mez depois, em 16 de Julho, ahi entrava igualmente, «vinda do Brasil», a nau de Ruy Mendes. Não podemos suppôr que fosse esta, outra desgarrada da mesma expedição; pois tal circumstancia não deixaria de ser contemplada pelo dito Vespucci, na carta que, em 4 de Setembro dirigiu ao seu compatriota Soderini, quando ainda nenhumas noticias havia de Gonçalo Coelho, o qual o mesmo Vespucci julgava perdido (segundo elle) «para castigo da sua multa soberba».

---

(11) Os novos argumentos apresentados na obra — *Amerigo Vespucci* — confirmaram-se em 1868 á vista do — *Islario* de Santa Cruz, MS. da Bibl. I. de Vienna. Vej. a nossa mem. *Dell' Importanza*, etc., imp. pela Acad. I. das Sc. de Vienna. — (A.). — O exemplar do *Islario*, pertencente á Bibl. de Vienna, foi publicado com introducção critica pelo Dr. Franz R. von Wieser, Innsbruck, 1908. — (G.).

Não succedia, porém, assim. Gonçalo Coelho havia tambem seguido para o sul, e, segundo revelações deduzidas de alguns antigos portolanos (12), se recolhera nada menos que á bahia do Rio de Janeiro, e ahi assentára em terra um arraial, onde não tardaria em ter, pelos proprios selvagens, noticias da existencia do outro deixado em Cabo Frio. — Algumas suspeitas levam-nos até a suppôr que esse primitivo arraial ou alojamento teve logar junto do riacho que dahi tomou o nome de *Carioca* (casa do branco), e foi nelle que foram sacrificados á brutalidade dos Barbaros os dois religiosos arrabidos, que dos archivos da provincia constava (13) haverem passado a estas regiões em 1503. Cremos tambem que a demora de Gonçalo Coelho nestas plagas seria de dois a tres annos, que mandou explorar a costa do sul até a bahia de São Mathias; que regressaram os exploradores, sem persistir mais em busca da passagem, com que contavam para seguir, por esse lado, até Malaca; e que finalmente era da sua expedição a nau de que se trata em uma relação ou gazeta (IV) que por esse tempo se publicou, com muitas noticias destas paragens, e até das grandes riquezas e metaes de um paiz (o Perú) nas cabeceiras do Prata.

Julgamos de tal importancia alguns periodos dessa relação ou gazeta (que suppomos haver sido escripta em Lisboa por um estrangeiro e publicada por primeira vez em 1506) que nos não é possivel deixar de os transcrever aqui integralmente. Depois de dar conta de como um navio recolhera, no dia 12 de Outubro, falto de mantimentos, prosegue o autor:

«Tendo chegado á altura de quarenta graus, viram como o Brasil concluia por um Cabo que se prolonga pelo mar: e ao monta-lo acharam que a terra, como no meio-dia

(12) Veja — *Nouvelles Recherches* — etc. (acerca de Americo Vespucci) — (A.).

O autor funda-se na interpretação que Joaquim Caetano dá do dizer: *Penchulo delétio*, encontrado em cartas contemporaneas, de que a mais antiga parece a de Canerio, desenhada no começo da primeira decada. Essa opinião, ao dizer de Wieser, *Magalhaesstrasse*, Innbruck, 1882, tem contra si motivos paleographicos: Rio Branco, *Esquisse de l'histoire du Brésil*, combate-a egualmente por considerações linguisticas. — (C.).

(13) Veja o periodo da *Chron. da Arrabida*, por Frei Antonio da Piedade, pag. 1.ª Liv. 3. cap. 49. n. 603. Não cremos hoje provavel que em 1503 estivessem em Porto Seguro. — (A.). — Em carta escripta do Porto Seguro em 8 de Janeiro de 1550 assevera o Padre Manuel da Nobrega: «Entre esses (Tupiniquins de Ilhéos ou Porto Seguro) ha perto de 20 ou 30 christãos e alguns que foram baptisados por certos Padres que mandou a bôa memoria del rei D. Manuel a este paiz, os quaes Padres foram mortos por culpa dos mesmos christãos, segundo ouvi». — *Cartas*, ed. Valle Cabral, 77. — (C.).

da Europa, se dirigia de leste a oeste. É como se ao passar o estreito de Gibraltar, se proseguisse pela costa de Berberia. Quando teriam andado umas sessenta leguas além do Cabo, acharam-se com terra firme do outro lado, e tiveram que dirigir-se para o noroeste; mas veiu-lhes tal tormenta que não poderam continuar.»

«Obrigados pelos ventos tiveram que regressar para o Brasil (Presill). O piloto que dirigia este barco, meu intimo amigo, é o mais celebre de quantos pilotos tem elrei de Portugal. Tem feito varias viagens á India; e me asseguron que, segundo seu calculo, não pode haver mais de seiscentas leguas de distancia, desde o dito Cabo do Brasil, que se deve considerar o principio deste paiz, até Malaca. Diz tambem que, dentro em pouco, no commercio da especiaria, o rei de Portugal ganhará muito em aproveitar-se desta nova derrota para a navegação entre Lisboa e Malaca, terra esta para a qual, segundo elle, a costa do Brasil se ia afeiçoando.»

«Regressando ao Brasil os nossos viajantes descobriram bellissimos rios e portos de facil entrada, e um paiz tanto mais povoado quanto mais se approxima do Cabo. Os habitantes são de boa indole, sem leis, nem reis; e só obedecem aos mais anciãos. Têm sempre guerras, mas não se devoram uns aos outros, como no Brasil: matam, porém, aos prisioneiros sem remissão. A sua lingua differe da do Brasil inferior. Notam-se nesta gente reminiscencias de São Thomé, e os moradores pretenderam mostrar aos portuguezes, pela terra dentro, as suas pegadas...»

«Os naturaes carecem de ferro, e dão, como no Brasil, por um machado quanto possuem. Tambem tereis satisfação em saber que os viajantes annunciam haver obtido na embocadura de um rio (14) que fica na distancia de duzentas léguas áquem do Cabo para a Europa, noticias da existencia pelos sertões de muita prata, ouro e cobre. Asseguram até que o capitão do outro navio trará ao rei de Portugal um machado de prata. Os naturaes os tem de pedra. Trazem tambem um metal (15) da côr do latão, que não se oxida;

(14) Indubitavelmente o R. da Prata, o que serve a confirmar a estada na B. de São Mathias. — (A.). — Segundo Haebler a viagem descripta na gazeta allemã e realisada de 1513 a 1514 não deitou tão longe: perlongou, porém, bastante a costa da Patagonia e della trouxe a nova de montes nevados a Oeste. — (C.).

(15) Parece alludir a simples amostras de algum mineral, não a instrumento fabricado, ainda que tambem do Perú poderia ter vindo algum de bronze, com o

ignora-se que metal seja, quiçá ouro de baixo quilate. Ouviram falar de um povo das serras, rico de armaduras feitas de chapas de ouro, mui delgadas, que os combatentes levam sobre o peito e na testa. O capitão traz comsigo um morador do paiz, o qual quiz absolutamente ver o rei de Portugal, e dizer-lhe como se offerece a trazer-lhe tanto ouro e prata que apenas o poderão carregar seus navios.»

«Os moradores da costa disseram que, de quando em quando, ahi chegavam outros navios, cujas tripolações se vestiam como os nossos, e tinham quasi todos a barba ruiva. Os Portuguezes crêem put estes signaes serem Francezes...»

Deste modo ficaram ainda perdidos e mallogrados para o Estado, os gastos feitos com esta segunda expedição; o que daria ao governo poucos estimulos para empenhar-se tão depressa em outros novos, sem nenhuma esperança de resultados proficuos.

Entretanto, não deixaram de aportar nesta costa, como era natural, os navios das primeiras armadas que se dirigiam á India, taes como das commandadas por Affonso de Albuquerque, pelo almirante Gama, por Tristão da Cunha, e mui provavelmente tambem, antes destes, os de João da Nova (16). De nenhuma dessas frotas consta ao certo os portos em que entraram, nem o numero de dias que nelles se demoraram, nem os colonos que, contrariados ou por vontade propria, foram por ellas deixados em terra. Pela tradição sabemos que o porto geralmente frequentado pelas naus da India era o de Santa Cruz, ao norte de Porto Seguro, e de mais fundo que este. Tambem, desde os primeiros annos, alguns navios francezes, principalmente de Honfleur, trazendo comsigo portuguezes praticos destas viagens, começaram a frequentar o nosso litoral; e disso foi informado Portugal ao regressar a gente de Gonçalo Coelho em 1506. De um delles chamado *Espoir*, do porto de Honfleur, de cento e vinte toneladas, tendo por capitão Binot Paulmier de Gonneville, temos noticia circumstanciada, de cuja authenticidade não é possivel duvidar-se. Partindo, com destino para a India oriental, em

---

machado ou cunha de prata. Os pirites de ferro, tão communs, não amarellos côr de latão e não se oxidam facilmente. — (A.).

(16) Segundo Hammerich a ilha da Trindade foi descoberta a 18 de Maio de 1502 pela esquadra de Estevão da Gama, companheiro de D. Vasco na segunda expedição á India. — *Vasco da Gama und die Entdeckung des Seeweges nach Ostindien*, München, 1898. — (C.).

meiado de 1503, veio a arribar a estas costas; primeiro, ao que parece, entre os *Carijós* do Sul, e segunda vez ao norte do tropico, entre os ferozes *Tupinambas*, já visitados pelos europeos, talvez nas immediações de Cabo-Frio (v); e depois cem leguas mais ao norte, por ventura nas immediações de Porto Seguro, entre os mansos *Tupiniquins*, avistando finalmente, no regresso á Europa, a ilha de Fernão do Noronha. Iam a bordo dois portuguezes Bastião de Moura e Diogo de Côito (Cohinto).

Toda a costa, desde o cabo de São Roque para o sul, começou a ser visitada por um grande numero de navios de especuladores, vindo em busca do novo pau-brasil, que se vendia com grande vantagem. Os que se dedicavam a esse trafico começaram a ser chamados *brasileiros*, do mesmo modo que se dizem *baleeiros* os que vão á pesca das baleias, e que se chamaram *negreiros* aos que se occupavam do trafico dos africanos negros, e que algum dia se disseram *pimenteiros* os que andavam traficando em pimenta (17). Tal foi a origem de se haver adoptado este nome em portuguez, e de não nos chamarmos *Brasilenses* ou *Brasilienses*, como inquestionavelmente mais em regra, nos appellidam outras nações (18). Para os selvagens introduziram os Jesuitas a palavra *Brasis:* mas esta denominação, tão apropriada e laconica, caiu em desuso, supplantada pela mais seguida, bem que inexacta, de *índios;* da qual, com preferencia á de *indigenas*, igualmente inexacta, e menos usada, nos servimos nesta Historia. E affirmamos ser menos exacta a expressão *indigenas*, porque as gentes que possuiam, ou antes percorriam o territorio, eram apenas as ultimas invasoras delle. Quanto ao nome de indios, já admittido como dissemos nas conquistas dos Castelhanos, não fôra hoje facil explicar por que fórma se introduziu e fez tão familiar por toda a nossa costa; cremos, porém, que não é possivel pôr em duvida que foi dos mesmos Castelhanos que o recebemos e adoptámos. Aos navegadores da verdadeira India não occorreria por certo tal nome (19).

---

(17) Alvará de 18 de Março de 1621. O nome de Mineiros, aos de Minas, veio a derivar do mesmo principio. Na ilha de Cuba ainda designam por *Chineros* os que se empregam no trafico de *Coolis*. — (A.).

(18) Franc. *Brésilien*; ingl. *Brasilian*; allem. *Brasilianer*; cast. *Brasileño*, etc. — (A.).

(19) Algum tempo os Portuguezes chamaram-nos de preferencia *Negros*. — (C.).

O trato e o uso familiar fizeram, pois, que o nome de lenho lucrativo supplantasse o do lenho sagrado; e a designação do paiz por *Terra de Santa Cruz* apenas hoje se pode empregar na poesia ou no estilo elevado, havendo sido baldados os esforços dos que, esquecidos de quão justos e consequentes são os povos na preferencia das denominações, quizeram restaurar o antigo nome, para justificar o qual tão pouco havia concorrido o governo, que só cuidava de arrematar a quem mais dava o *trafico do brasil*. Os contratadores ou arrendatarios, mandavam por sua conta naus a esta *Terra do brasil*. Duma de taes naus, de que eram armadores Bartholomeu Marchioni, Benedicto Morelli, Francisco Martins e o mesmo Fernão de Noronha, de quem fizemos menção, e que a principio fôra contratador unico, se conserva o regimento dado ao seu capitão Christovão Pires, e o original do roteiro da viagem até o porto do cabo Frio. A nau chamava-se *Bretôa* (20), naturalmente porque nos estaleiros da Bretanha fôra construida (21). Era piloto João Lopes Carvalho, ao depois companheiro de Fernão de Magalhães na primeira navegação em redor do globo. Duarte Fernandes vinha por escrivão, e de sua lettra é o livro (22) inedito que encontrámos, e démos á luz, do qual consta que a viagem redonda da *Bretôa* durou oito mezes, contados do dia da partida. Consta igualmente que existia na ilha da enseada de Cabo Frio uma feitoria portugueza, e provavelmente seria a mesma que, em 1504, ahi havia deixado fundada Amerigo Vespucci, segundo vimos. Os da tripulação não podiam passar dessa ilha para o continente, afim de não se deixarem ficar nelle a com-

(20) Em 1502 havia em Portugal uma náu chamada *Bretôa*, como se vê em Gaspar Corrêa, *Lendas da India*, I, 269 — (C.).

(21) Partio-se (Magalhães) das Canarias de Tenerife e foi demandar o Cabo Verde, donde atravessou a costa do Brasil e foi entrar em um rio que se chama Janeiro. Ia por pilôto-mór um portuguez chamado João Lopes Carvalhinho, o qual neste rio já estivera e levou um filho que ahi ficara em uma mulher da terra, e daqui foram navegando até chegarem ao Cabo de Santa Maria. — Gaspar Corrêa, *Lendas da India*, I, 526. — (C.). — Pigafetta informa que João Lopes Carvalho, «nosso pilôto», passára quatro annos no Brasil; foi quem lhe referiu os habitos de anthropophagia dos indigenas. Joam Lopez Carbalho, portuguez, embarcou como piloto na nau *Conception*. Navarrete, *Col. de los viajes*, 4, 17. — (G.).

(22) «Livro da nao bertoa que vay para a terra do brazyll... que partio desta porto de Lix.ª a 22 de fev.º de 511.», etc. — Veja este doc. na nota 14 da 1.ª ed., desta obra, e reimpresso, juntamente com a 4.ª edição do *Diario de Pero Lopes de Sousa*, Rio de Janeiro, 1866, in-8.º — (A.).

Sahiu tambem na *Corographia Historica*, de Mello Moraes, muito incorrectamente, e na *Revista do Instituto*, 34, Rio, 1861; em facsimile vem a primeira pagina reproduzida na *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, vol. II, pg. 24; e em appendice, pg. 313-347, todo o documento. — (G.).

algumas vezes haviam feito». Recommendava o regimento que fossem os da terra bem tratados, não se levando delles nenhum para a Europa; ainda que para isso se offerecessem; porque, quando na ausencia falleciam, cuidavam os outros que alguem os matára, para os devorar, «segundo entre elles se costuma». — Apezar desta recommendação, importante por nos denunciar a politica do governo acerca dos indios, a Bretoa com a carga de cinco mil toros de brasil e alguns animaes e passaros vivos, levou para a Europa trinta e tantos captivos. Em vista das recommendações terminantes de que fizemos menção, devemos crer que seriam legitimamente *resgatados* de algum outro captiveiro não christão, segundo o que se praticava em Africa, donde veiu chamarem-se de resgate os artigos, taes como facas, machados, espelhos, cascaveis e avelorios, que nos escambos se empregavam. Assim não ha duvida que alguns indios eram então levados a Portugal (23), e o escriptor Damião de Góes nos dá fé de haverem sido varios apresentados a elrei D. Manuel, e até o comprova, mencionando que era então contratador do pau-brasil Jorge Lopes Bixorda (24); nome que depois encontramos envolvido entre os dos armadores e navegantes que em França se queixavam contra certas piratarias. Dos nossos generos, além de brasil, levavam tambem muitos navios pelles de animaes, algodão e a pimenta da terra, que começou a fazer concorrencia á *malagueta* da costa da Mina. O pau-brasil se vendia na Europa na razão de um a dois ducados por arroba.

Pelo que respeita á primitiva exploração das costas do norte, além do cabo de São Roque, por navios de Portugal, as noticias são mais vagas e escassas. Sabemos sómente que andou explorando a costa, por essas bandas, o piloto João de Lisboa, e que deu até o seu nome a um dos rios aquem do

(23) A *Nova Gazeta da Terra do Brasil*, de 1514, diz que os indios estavam sempre dispostos a embarcar, porque pensavam que iam para o céo. — (C.)

(24) Deste Jorge Lopes Bixorda, ou de outro de igual nome, vinho da India em companhia do vice-rei D. Francisco de Almeida, combatente na escaramuça tragica da armada de Saldanha, escreve João de Barros, *Dec.* 2ª, III, 9: «...e entre muitas feridas a mais notavel foi de Jorge Lopes Bixorda armador da não Santa Cruz, o qual de huma pedrada ficou com o casco mettido por dentro de maneira, que na comissura poderiam metter hum ovo; e tirado aquelle casco quebrado, estavam-lhe palpitando os miolos de baixo, e não havendo com que o curar em a não, acertou de pôr huma gallinha sua hum ovo, e huma Negra pario, com o leite da qual, e os ovos, que a gallinha pôz, em quanto houve necessidade, foi curado». — (C.)

Maranhão; porém não nos consta em que anno. Sabemos, tambem, por um documento de 1514 (25) que, algum tempo antes, percorrera parte da costa, suppomos que desse lado, um João Coelho, das Portas da Cruz em Lisboa, e que os indios haviam morto o arauto Diogo Ribeiro, que, com alvará regio, andava a descobrir. Em todo caso, é indubitavel que tambem por essas bandas começaram a navegar alguns navios de Portugal. Como, porém, se limitavam a traficar nas immediações das paragens onde aportavam, e não se propunham a explorar e correr toda essa costa, tanto em Portugal, como em Castella, estiveram por algum tempo na crença de que não havia, por ahi, mais que um unico grande rio, entrando pela terra dentro; pois os que reconheciam o verdadeiro Maranhão, não conheciam o Amazonas actual, e vice-versa; donde se originou confusão acerca destes dois rios, vindo ambos a ser designados com o nome de Maranhão; de modo que o proprio Pinzon, descobridor, não do verdadeiro Maranhão, descoberto por Lepe, mas, sim, da boca do grande rio de Santa Maria do *Mar Doce*, ou actual Amazonas, não duvidou assegurar a Oviedo haver elle sido o descobridor do *Marañon;* e mais tarde Orellana, baixando o mesmo Amazonas, não teve forças para fazer acreditar que não era o *Marañon* o rio por que baixára (Herrera, VI, 9, 6); e, para voltar ao mesmo rio, chegava a desejar pilotos portuguezes; «porque eram os unicos conhecedores da costa, que continuamente navegavam».

Amerigo Vespucci, que (com Hojeda) acompanhára a primeira das tres expedições que correram para loeste a parte septentrional da nossa costa, e que depois visitou por duas vezes o littoral, desde o cabo de São Roque para o sul, foi naturalmente o primeiro europeo que navegou por toda a extensão da fronteira maritima do actual imperio do Brasil, e foi tambem o primeiro que por si proprio se inteirou da grande extensão continental que hoje se chama America do Sul, e que sem injustiça se poderia chamar *America*, como os geographos, estranhos á Espanha e á patria daquelle navegador, propuzeram; pois que só ao continente austral se referia a indicação que, em 1507, fez a esse respeito, animado

(25) Carta de Estevão Frões a D. Manuel, escripta da Ilha de São Domingos, em 30 de Julho de 1514. — (A.). — Veja nota XI da secção V. — (G.).

pela grande voga que havia adquirido o nome de Amerigo Vespucci (em consequencia das muitas edições até então publicadas da traducção latina de uma carta sua ao seu antigo patrão Lorenzo de Pier Francesco dei Medici, a respeito da viagem em 1501 — 1502, em que lhe assegurava haver explorado um novo Continente), o allemão Martim Waldseemüller (*Hylacomilus*), indicação logo adoptada por Watt (*Vadianus*), por Schöner, por Pedro Margalho (26) por Benewitz (Apianus) e outros geographos (27) do 16.º seculo.

O mesmo Amerigo Vespucci, de simples socio de uma casa de commercio que era, chegou, por sua habilidade e applicação, a cosmographo ou a engenheiro geographo, como hoje diriamos; e, no sentir do grande Colombo, que se mostra seu amigo, era homem honrado. Não vemos, pois, justas razões para nos conspirarmos tanto contra o nome que o uso adoptou, no intento de designar a vigorosa companheira da bella Europa, da Asia opulenta, e da adusta Africa. Os que se rebellam, clamando contra a injustiça deste nome, e accusando a memoria do homem intelligente e activo, que prestou importantes serviços á civilização, commettem nesse mesmo acto de rebeldia outra injustiça; e quando querem que os contemporaneos conquistem o nome de *Colombia* para a quarta parte da terra, propõem, não diremos com alguns que uma utopia, mas quem sabe se uma nova injustiça. O nome dado áquellas terras pelo ousado Genovez foi o de *Indias*, ao qual Castella accrescentou depois a qualificação de *occidentaes*. E a designação de Indias Occidentaes nos perpetuaria melhor a obra de Colombo, e o seu genio perseverante numa grande idéa, e lembraria continuamente á humanidade como deve ella respeitar o engenho, ainda em seus grandes erros; porquanto destes se pode tanto chegar á verdade, como ao conhecimento della se chega, nas sciencias exactas, partindo ás vezes de hypotheses gratuitas.

O celebre chronista da Asia João de Barros ideou, segundo entendemos, ainda no meiado do seculo XVI, applicar por ampliação a todo o continente o nome «Santa Cruz»,

---

(26) *Phisices Compendium*, Salamanticæ. 1520. «Prima est Asia secunda Africa et tertia Europa... addenda tamen veteribus incognita America a Vespatio inuenta que occidentem versus», etc. — (A.).

(27) Veja-se o nosso trabalho, *Jo. Schöner e P. Benewitz (Apianus)*, etc., Vienna 1873; e *Rev. do Inst.*, 35, parte 2.ª, pg. 111 e segs. — (A.).

que pretendia essencialmente fazer prevalecer para o Brasil. A denominação de *America* acha-se hoje, quasi com exclusão, absorvida pelos Estados Unidos do norte, nem que a seu lado se eliminassem todas as outras nações de áquem do Atlantico, maxime as que constituimos verdadeiramente, na parte austral, outro continente da terra, para o qual já havia no seculo XVI quem mais apropriadamente propunha a denominação de *Antartica*, idéa que foi realizada com pequena alteração ao nomear-se a Australia. E talvez dia virá em que algum geographo de autoridade, reconhecendo que a actualmente chamada quarta parte da terra se compõe de dois continentes distinctos, mais marcados que o é da Africa a Asia, ou desta a Europa, se resolva a propôr que a Australia seja o sexto continente, passando ao quinto ou quarto logar á nossa *Antarctica;* já com este nome ou com o de *Atlantico* ou algum outro.

As designações de *Mundo-Novo* e de *Novo-Orbe* e até de *Novo-Continente* caem em desuso, por sua propria inexactidão; mas não deixaremos de emprega-las nesta historia.

O governo solicitára de Roma o reconhecimento dos seus direitos e do tratado de Tordesilhas; o que teve logar pela bulla de Julio II, de 24 de Janeiro (28) de 1506. O rei não se dignou accrescentar, aos titulos de seu dictado, algum novo pelo paiz de maior extensão e melhor clima que o de Guiné, donde se gloriava de se chamar senhor: mas hoje possuimos dados que nos comprovam como, durante o seu reinado, algumas providencias tomou para fazer colonizar o Brasil. Sabemos, que em 1516 ordenou, por um alvará, ao feitor e officiaes da Casa da India que dessem «machados e enchadas e toda a mais ferramenta ás pessoas que fossem a povoar o Brasil»; e que, por outro alvará, ordenou ao mesmo feitor e officiaes que «procurassem e elegessem um homem pratico e capaz de ir ao Brasil dar principio a um engenho de assucar; e que se lhe désse sua ajuda de custo, e tambem todo o cobre e ferro e mais cousas necessarias» para a factura do dito engenho (29).

---

(28) Kal. Feb. — *Fror. da Hist. Ger.*, II. n. 22. pg. 106 e 107. — (A.)

(29) O primeiro destes alvarás se achava registado no *Livro das Reformações da Casa da India*, á fol. 25 v. e o 2.º á fol. 42 do *Livro da Mina*, segundo consta de uma certidão, passada a 26 de Out. de 1757, pelo competente provedor Ber-

Segundo as bullas de que anteriormente fizemos menção as terras do Brasil foram a principio consideradas da ordem de Christo, e por conseguinte espiritualmente declaradas sujeitas ao vigario de Thomar, que, como delegado do Papa, tinha jurisdicção episcopal em todas as igrejas *nullius diocesis* da ordem de Christo. Por uma bulla de Leão X, de 7 de Junho de 1514 (30), foi concedido a elrei D. Manuel o direito do padroado e apresentação das igrejas e beneficios nas terras ao sul do Cabo do Bojador; e continuaria o espiritual sujeito á mesma ordem de Christo, se por outra bulla, de 12 de Junho do mesmo anno (31), não houvesse sido criado, para as ditas terras, o bispado do Funchal, reduzindo-se a cathedral a collegiada que havia nessa cidade. Assim o bispado do Funchal foi o primeiro, a que, depois da vigararia de Thomar, se consideraram espiritualmente sujeitos os primeiros colonos e indios christãos do Brasil.

A noticia de como o Brasil podia ir entestar em grande extensão com dominios que deviam ser de Castella, produziu, entretanto, neste ultimo reino, e com toda a razão, ciumes e cuidados. Foi por isso mandado a Lisboa o cosmographo Juan de la Cosa, de quem acima fizemos lembrança. A algumas providencias tomadas talvez em Lisboa por Cosa nesta missão, e á falta de premios e de novos incentivos a Amerigo, da parte de Portugal, ha que attribuir o seu regresso para Castella (32), o que foi nocivo tanto ao mesmo Portugal, como ao progresso da civilização do Brasil. Provavelmente levou comsigo as cartas geographicas que havia levantado; e naturalisado em Espanha, e ahi promovido a um cargo de importancia, devia, como homem de bem que era, cuidar de servir com lealdade a nação que assim o acolhia,

---

nardo de Almada Castro e Noronha, e escrivão Caetano Cordeiro Fialho, a qual temos presente, em publica fórma de 17 de Nov. do mesmo anno. — (A.).

A proposito destas providencias de D. Manuel, augere o Sr. F. M. Esteves Pereira, *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, vol. II, pg. 381, nota, que poderiam ter ellas alguma relação com a expedição de Christovão Jacques, e indaga se não teria derivado desta viagem o nome de Christovão Jacques dado a uma ilha na foz do Rio da Prata pelo cartographo Diogo Ribeiro, em seu mappa de 1529. — As conjecturas são verosimeis. — (G.).

(30) *Dum fidei constantiam*, etc. Sousa, Pr. II, n. 42, p. 317. — (A.).

(31) *Pro excellente prominenti*, Sousa, Pr. II, n. 56 p. 259. — (A.).

(32) Desde sua primeira viagem, Vespucci ficára descontente com Portugal, como attesta Rondinelli, na carta citada em outra nota: depois da segunda é provavel que fosse despedido do serviço portuguez pelo comportamento pouco correcto com os companheiros. Não é impossivel que tivesse fugido para evitar qualquer castigo. — (C.).

e nelle tanto confiava. Portugal perdeu um servidor activo, de muito prestimo e de grandes espiritos, cuja presença houvera de certo contribuido a auxiliar a memoria dos estadistas que influiam no governo, afim de não deixarem em abandono, como quasi deixaram, um paiz tão rico, e cujas scenas grandiosas não se apagam jamais da retentiva do mortal, cujos olhos viram uma só vez tantas maravilhas da criação.

Entrando Vespucci de novo ao serviço de Castella, figura-se-nos como mais que provavel, em presença de certos indicios e inducções, por nós em outra occasião (33) offerecidos, que inda fizesse mais duas viagens, ambas para as bandas do golfo de Urabá. O que não ha duvida é que o governo portuguez, com a idéa de attrahir a si mais pilotos, e por ventura outra vez o proprio Vespucci, despachou para a Andalusia a Alonso Alvares, o qual chegou a entrar em tratos com o piloto Juan Barbero, adiantando-lhe até vinte ducados. Porém, sendo taes planos descobertos, o dito Alonso Alvares foi preso, e o rei D. Fernando resolveu que um Alonso de la Puente passasse logo a Portugal, a representar contra semelhantes tentativas de seducção (34).

Mas a Espanha, ou para melhor dizer Castella, mal podia bastar com gente e actividade para tantas terras que se povoavam ao norte da equinocial, e não era possivel que sem algum grande impulso divergisse a sua attenção para este outro lado.

Fallecendo, porèm, Amerigo Vespucci em 1512, succedeu-lhe no posto de piloto mór o mencionado João Dias de Solis. Este nauta tratou de dar impulso a uma nova expedição, para seguir pela caminho do occidente até Malaca, isto é, para effectuar a circumnavegação proposta por Colombo e lembrada de novo, como vimos, em 1503. Pensava Solis partir em Abril de 1513, mas não conseguiu effectuar a viagem antes de 1515.

Avistou Solis a costa do Brasil nos cabos de São Roque e Santo Agostinho; e logo foi em busca do Cabo-Frio, e pelo

---

(33) *Nouvelles Recherches sur Amerigo Vespucci*, etc. Vienna, 1869. — (A.).

(34) Herrera, *Dec.*, I, 7.°, 13. — (A.). — As instrucções a Alonso de la Puente e a credencial apresentando-o, datada de 18 de Dezembro de 1516, encontram-se no livro de José Toribio Medina, *Juan Diaz de Solis*, I, ps. CCCIX-CCCXI. Santiago de Chile, 1897. A viagem devia ser ao Norte do Equador, ás terras descobertas por Solis e Pinzon em 1508. Juan de Barbero também se chamava João Rodrigues Mafra e Alonso Rodrigues. — (C.).

Rio de Janeiro e Cananéa (conforme fizera a flotilha de 1501, da qual julgamos fizera elle parte) (VI), seguiu para o rio da Prata, que subiu até uma ilha na latitude de trinta e quatro graus e dois terços; donde, passando ao Continente, e fiando-se nos indios, foi por estes morto á traição.

Os que com elle iam deliberaram logo regressar para a Europa, fazendo escala pelo cabo de Santo Agostinho, afim de levarem dahi á Espanha alguma carga de pau-brasil. Chegados a Pernambuco, e encontrando ahi uma feitoria com onze Portuguezes, os prenderam a todos, e os levaram comsigo (85).

Queixou-se a côrte portugueza, reclamando o castigo da gente dos navios que haviam acompanhado a Solís; e vieram por fim ambos os governos ao ajuste de serem entregues os ditos onze portuguezes, em cambio de uns sete Castelhanos, que estavam presos em Portugal, encontrados na bahia dos Innocentes, ao norte da Cananéa.

Donde proveiu, porém, o ter-se chamado *da Prata* o grande rio, em cujas margens o metal argentino não se tem encontrado? — A origem não foi outra senão a de haver sido por este lado que primeiro chegaram aos europeos as noticias mais averiguadas das riquezas do Perú, acompanhadas de amostras de prata, da mesma fórma que á foz do Amazonas chegariam com algumas mostras de ouro, para dar origem á fabula do El Dorado. Nem fóra verosimil que, com as aguas navegaveis que baixavam, desde tempos immemoriaes, dos ricos estados do Inca á foz desses dois grandes rios, não tivessem chegado de mão em mão alguns instrumentos dos dois metaes que lá abundavam. — Que vieram ao rio da Prata sabemos com toda a evidencia, pelas narrações contemporaneas; e, segundo se deduz da relação ou gazeta antes mencionada, o capitão mór da armada devia ter mostrado em Portugal um machado de prata, dahi trazido. Consta-nos tam-

(85) O autor equivocou-se. Os companheiros de Solís cortaram pau-brasil (quinhentos quintaes, calcula Medina), mas não aprisionaram ninguem; ao contrario, foram presos alguns delles na bahia dos Innocentes, que os tinham ficado de uma caravela que se perdeu, ou desertado ou desgarrado das duas que voltaram. Os onze Portuguezes eram os que tinham ido a Porto-rico e lá foram presos; ainda não estavam soltos a 30 de Março de 1517. Por ordem do governo espanhol tinham sido levados de São Domingos para Sevilha. Os documentos estão publicados no livro de Medina, cit., pg. CCCVI e segs. — (C.).

bem mui positivamente que cinco europeos vindos com Solís, informados pelos indios das riquezas existentes nas serras onde havia um «rei branco, que trazia bons vestidos como nós outros», se resolveram a ir lá. E emprehendendo a viagem, chegaram até uns «indios comarcãos á serra, que traziam na cabeça corôas de prata e umas pranchas de ouro dependuradas do pescoço e orelhas, e cingidos por cintas (36). Mandaram disto aviso por doze indios a varios companheiros, que os não haviam querido seguir; e voltavam carregados de metal, quando, achando-se já num dos affluentes do Paraguai, talvez no Pilcomayo, foram acommettidos, roubados e mortos pelos indios. Entre os que não tinham querido acompanhar os cinco aventureiros, mencionaremos a Henrique Montes e a Melchior Ramirez, que vieram estabelecer-se junto da ilha de Santa Catharina. Mais tres colonos deste tempo viviam ainda annos depois. Francisco del Puerto, que veremos servir de lingua aos navegadores do dito rio da Prata; Francisco de Chaves que se estabeleceu na Cananéa; e Aleixo Garcia, que segundo a tradição, aprisionado joven, veiu a prestar importantes serviços na colonização do Paraguai.

Anteriormente, em 1513, fôra ter á ilha de Porto Rico um navio de portuguezes, que haviam desamparado a paragem da nossa costa, onde se achavam, em consequencia de um levante dos indios, dirigidos por um Pero Gallego (37). O tal navio se encontrava sem leme, comido do gusano, e quasi impossibilitado de navegar. Em Porto Rico tomaram o mesmo navio, e mandaram a tripulação para a ilha de São Domingos, donde foram remettidos a Castella (38).

Não nos fôra hoje possivel dar noticia de todos os navios

(36) Estas noticias foram extrahidas da carta de Luis Ramirez, escripta do Rio da Prata, 10 de Julho de 1528, e primeiramente publicada pelo autor na *Rev. do Inst. Hist.* de 1852. — (G.). — Veja nota 6 da secção II.

(37) Por ventura o espanhol que no Norte do Brasil se fizera lotucodo. — (A.). — «Neste rio Grande [do Norte] achou Diogo Paes de Pernambuco, lingua do gentio, um Castelhano entre os Pitiguares, c'os beiços furados como elles, entre os quaes andava havia muito tempo, o qual se embarcou em uma nau para França porque servia de lingua aos Francezes entre o gentio nos seus resgates.» — Gabriel Soares, *Tratado descriptivo*, 26. — (G.).

(38) As ordens para que fossem mandados para a Europa são de 10 de Fevereiro de 1515 e estão publicadas no livro da Medina. Estes portuguezes foram os mesmos de que dá noticia Fróes. Por elles, e não por outros, como o autor affirma enganado, devem ter sido trocados os espanhóes presos no rio dos Innocentes. — (C.).

que naquelles tempos, para a nossa historia primitivos, aportavam nesta costa, ás vezes só para buscar abrigo do temporal, ou para refrescar, ou para descançar de longas fadigas; e que por conseguinte na terra não deixavam rasto algum de interesse na historia da civilização do paiz. — Neste numero devemos contar em 1519 o navio do castelhano D. Luis de Gusman (39), que em vez de seguir de conserva para a India, com Jorge de Albuquerque, veiu desertor e pirata ter aos nossos mares; mas nem sabemos (e quasi preferimos não sabe-lo) em que porto meridional buscou abrigo, para refazer-sê de leme, deixando nelle cincoenta e tres da tripulação sacrificados pelos indios. Façamos, porém, excepção em favor da pequena frota do primeiro circumnavegador Fernão de Magalhães. Em vão quiz elle mudar para bahia de Santa Luzia o nome do golfo em que aportou no dia do orago daquella santa, e ao qual os primeiros navegantes chamaram tão impropriamente *rio* de Janeiro. Deixemo-lo passar adiante sem detença; que o resoluto nauta portuense tem reservadas para si paginas mais brilhantes na historia das navegações em torno do globo, que elle emprehendeu levar avante, a preço da propria vida e do labéo (miseravelmente mal cabido, quando se trata de tão grande homem e de tão grande feito) de traidor a um rei e a um paiz que o não ajudavam, e que a applicar-se a Magalhães por parte de Portugal, poderia nada menos que ser tambem por Genova applicado ao grande Colombo. A navegação de Magalhães, com respeito á historia do Brasil, só interessa pelo facto da conquista das Molucas, que fez descobrir as primeiras duvidas na intelligencia dos pontos questionaveis do tratado de Tordesilhas, pontos que a historia hoje elucida; mas que em direito nunca se aclararam, apezar dos muitos gastos e esforços ostensivos feitos pelas duas corôas, como veremos.

Por parte de Portugal, já alguns pedidos para que se

---

(39) Quintella, *Annaes da Marinha*, I, 332; Castanheda, liv. V, cap. 15 e segs. As ordens de prisão contra D. Luis (12 de Janeiro de 1520) se podem ver na Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte I, maço 25, docs. 100 e 101; e tambem *ib.* III, 7.º. — (A.). — De outro corsario de nacionalidade portugueza, chamado D. João de Lima, em fins do seculo XVII, nas proximidades do Maranhão, de quem Beckmann e os companheiros esperavam auxilio, falam Francisco Teixeira de Moraes e Fr. Domingos Teixeira. — (C.).

fixasse a linha divisoria se haviam feito em 1512, em Logroño, sendo embaixador João Mendes de Vasconcellos (40). Entretanto foi-se isso adiando, até que a chegada dos navios castelhanos ás Molucas, pelo occidente, trouxe a questão de a quem tocava a legitima posse dellas. — É claro que passando a armilla ou meridiano da demarcação um pouco ao poente do Pará, devia cortar outra vez a equinocial dahi a cento e oitenta graus, e deixar no hemispherio gentilico-portuguez, digamos assim, não só as Molucas, como as Filippinas, e proximamente metade do continente, depois descoberto, a que se deu o nome de Nova-Hollanda. Entretanto o caso não era tão facil de decidir como hoje, naquelles tempos em que ás longitudes estavam ainda determinadas com pouca exactidão. Para tratar de resolver este ponto, foram nomeados, por parte das duas corôas de Portugal e de Castella, commissarios arbitros: — lettrados, cosmographos e astronomos. Porém havendo-se reunido na fronteira junto ao Caya, entre Elvas e Badajoz, nada concordaram; começando a duvida sobre qual devia ser a paragem no archipelago de Cabo Verde, a que se havia de considerar referente á lettra do ajustado em Tordesilhas: — os Castelhanos, com a idéa de favorecer a causa das Molucas, pretendiam que fosse o extremo da ilha mais occidental ou de Santo Antão; e os Portuguezes, esquecendo-se de quanto esta versão, doe era a unica logica, os favorecia com mais terras no Brasil, afim de que as ilhas Molucas, por essa pequena differença de longitude, não se lhes escapassem, repelliram-a com tanta energia, como nos seculos seguintes a sustentaram (VII). Finalmente, depois de muitas discussões sem nada se decidir, vendo-se Castella em apuros por dinheiro, resolveu, por contrato assignado em Saragoça, em 22 de Abril de 1529, ceder a Portugal, mediante a somma de trezentos e cincoenta mil ducados, os direitos que pudesse ter ás Molucas, obrigando-se a restituil-a, a todo tempo que se provasse que estas ilhas não estavam dentro da sua demarcação, mas sim da de Portugal. Em 1531 repetiu de novo em Castella infructuosamente, por parte de Portugal,

---

(40) Off. de João Mendes de Vasconcellos, de 7 de Set. desse anno. — (A.) Publicado por Navarrete, *Col. de los viajes*, I, 128-133, reproduzido por Medina, *Juan Diaz de Solis*, I, 88-96, e na *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, II, 386-389. — (G.).

as instancias para que se decidisse quem havia descoberto o Rio da Prata, se D. Nuno Manuel, se o dito Solís, o embaixador Alvaro Mendes de Vasconcellos (41). Segundo nossas conjecturas, a descoberta fôra simultanea em 1502. Mui provavelmente, Solís, o Bofes de Bagaço (42), fazia parte da pequena expedição commandada por D. Nuno Manuel.

---

(41) Off. deste embaixador, de 13 de Nov. e 14 de Dez. de 1531, ambos hoje impressos. — (A.). — Pelo autor, em um de seus livros sobre Vespucci. — (C.).

(42) Medina, pg. XXV, suggere que estas palavras, de evidente apodo, «quizas pudieran aludir al color encendido del rostro de aquel piloto». Não se vê facilmente como *Bagaço* daria antes a idéa de qualquer cousa desfibrada, esgarçada. — (C.).

Para F. M. Esteves Pereira, *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, vol. II, pg. 373, nota, seria dada ao piloto a alcunha por que, usando frequentemente como bebida a aguardente, que se extrae do bagaço das uvas, seu halito daria a impressão de que os pulmões (bofes) eram cheios de bagaço. — (C.).

NOTAS DA SECÇÃO VI

I

(Pag. 93)

O unico documento official relativo a D. Nuno Manuel é uma carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos escripta a D. João III, de Medina del Campo, a 14 de Dezembro de 1531, publicada pelo autor nas *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin, et le reste des documents et éclaircissements sur lui*, Vienna, 1870.

Narra uma conversa da Imperatriz, em que esta affirmou ser notorio que o Imperador tinha posse do rio da Prata antes do rei de Portugal. A isto entre outras cousas respondeu o embaixador portuguez: «que ella por parte do Imperador e sua mandasse averiguar em que tempo descobrira o dito rio, e que vossa alteza mandaria mui brevemente saber em que tempo descobrira uma armada de D. Nuno Manuel, que por mandado d'el-rei vosso pae que está em gloria, foi descobrir ao dito rio, e que quem se achasse por verdade que primeiro descobrira estivesse em posse até se lançar a linha» (de Tordesilhas).

Como os Espanhóes não pretendiam ter descoberto o rio da Prata antes de 1516, a affirmação de Alvaro Mendes de Vasconcellos apenas implicava que a armada de D. Nuno viria anteriormente. Que veio em 1514, demonstrou-o recentemente K. Haebler, por meio de uma cópia manuscripta da gazeta allemã, citada alhures, encontrada no archivo da familia Fugger.

Candido Mendes de Almeida, na *Revista do Instituto Historico*, 40, parte II, 1877, ps. 201, reparou bem que o facto de uma armada de D. Nuno Manuel ter vindo ao Brasil, não implicava a vinda de D. Nuno Manuel, preso á côrte pelos altos cargos que exercia. A mesma conclusão defendeu com muita força Zeferino Candido em seu livro *Brazil*, Rio, 1900.

De accordo com a data de 1514 deve ser alterada a de 1506, que o autor dá diversas vezes neste capitulo, ligando a gazeta allemã á viagem de Gonçalo Coelho, com a qual nada tem. — (C.)

A proposito da supposta chefia de D. Nuno Manuel na expedição de 1501, veja-se Harrisse, *The Discovery of North America*, ps. 349-351 e 686; Vignaud, *Américo Vespuce, ses voyages*, etc., ps. 92, que, com aquelle, acredita fosse «a empresa organizada por el-rei D. Manuel afim de confirmar e concluir o descobrimento accidental do Brasil feito a 22 de Abril de 1500 por Cabral». O commando dessa expedição deveria caber a André Gonçalves, se este foi quem levou ao reino a noticia do descobrimento, como se lê nas *Lendas da India* de Gaspar Corrêa.

Sobre D. Nuno Manuel, veja-se adiante, nota IV — (G.)

II

(Pag. 94)

Não havemos podido legitimar o nome de Duarte Peres, que dá um escriptor do seculo passado a certo bacharel degradado nessas paragens, de que faz menção, sem allegar titulos convenientes. — (A.)

O nome do bacharel Duarte Peres encontra-se pela primeira vez na *Argentina* de Ruy Diaz de Guzman, escripta em 1612, impressa e reimpressa muitas vezes no correr do seculo XIX. Candido Mendes de Almeida, em erudita memoria, procurou provar que o bacharel era João Ramalho, — *Quem era o bacharel de Cananéa*, na *Revista do Instituto Historico*, 40, parte II (1877), ps. 163-247. O autor, tendo noticia deste trabalho, publicou no fim do primeiro volume da *Historia Geral* uma nota que melhor cabe aqui. Na opinião dos entendidos, apezar de sua erudição e sagacidade, Candido Mendes não demonstrou sua these principal; deixou, porém, demonstrado que o bacharel de Cananéa não podia ser Gonçalo da Costa. De facto, Sebastião Cabot não esteve em Cananéa, e de Gonçalo da Costa não consta fosse bacharel. O que sobre elle se sabe contêm as seguintes linhas de Herrera, IV, 10, 6, referido ao anno de 1531: «Foi informada a Rainha que El-rei de Portugal havia escripto a Sevilha, a um portuguez chamado Gonçalo de Acosta, que havia estado muitos annos na provincia do Brasil entre os Indios e se veio com Sebastião Gavoto a Castella, offerecendo-lhe seguro e mercês por que fosse a Lisbôa; e que havendo-lhe perguntado muitas cousas do rio de Solis, que dizem da Prata, lhe rogaram que fosse em uma armada que se despachava para aquellas partes, fazendo-lhe crescidos partidos». Eis agora a nota do nosso autor:

«Em nossa opinião existiriam, de principio, na antiga capitania de S. Vicente, dois differentes colonos portuguezes, ambos com descendencia.

«Um era bacharel e fôra deixado degradado, mui provavelmente pela frota de 1501; visto que Pero Lopes, em 1531, diz, ao encontra-lo perto de Cananéa, que ahi estava havia trinta annos.

«Este bacharel percorria, com os seus indios, toda a costa vizinha para o Norte e para o Sul; pois tudo nos induz a crer que seria o mesmo encontrado quatro annos antes por Diego Garcia, embora já então avalie nos mesmos trinta annos (*que ha bien 30 annos*) o dito tempo de residencia, quando contratou com elle o acompanha-lo ao rio da Prata, e o fornecer-lhe 800 indios escravos para mandar a Espanha.

«O outro era o bem conhecido João Ramalho, que habitava e dominava nos elevados campos vizinhos á actual cidade de S. Paulo, e a quem Thomé de Sousa promoveu a capitão e alcaide-mór do campo, vindo a ser tambem vereador da camara de Santo André, em cujas vereanças de 1555 a 1558 se encontra o seu nome assignado *de cruz*, ou antes com uma simples risca em fórma de ferradura (sendo as palavras do seu nome em letra do escrivão), prova de como não sabia escrever, e por conseguinte que não seria bacharel. Este Ramalho devia ter vindo a estas terras em 1508; pois em uma carta escripta da propria capitania de S. Vicente, ao que parece de Piratininga, pelo jesuita Balthazar Fernandes, por commissão do padre reitôr Joseph de Anchieta, em 22 de Abril de 1568, a nosso ver só a elle se podem referir estas palavras: «Hum homem branco, que *ha 60 annos que está nesta terra* entre esta

gentio, que agora he quasi de 100 annos, estando entre os indios e vendo não sei de que maneira, e não querendo nada de nossas ajudas nem ministerio, deu-lhe Deus de rosto com hum accidente, além de muitos corrimentos, e pontadas que tinha. Veio em tanto um filho seu, que pousava daqui huma legua, a dizer-nos que seu pae morrera, e suspeitando nós que não seria ainda morto, foram dois Padres cedo a correr por aguas que estavam pelo campo por onde haviam de passar por ser grande chêa. Chegados á casa do miseravel velho que não queria nada de Deus veio Deus a visitar com os nossos, porque o que estava dantes já morrendo, em máo estado, acudio-lhe Deus com a confissão que fez ha, pondo-se em bom estado e commungando; mas não morreu daquelle accidente, sinão anda para isso apparelhado e posto na verdade, esperando por sua hora. Cedo lhe virán.

« Nem se diga que este mesmo João Ramalho seria o proprio designado como bacharel por Pero Lopes e Diego Garcia, e que um e outro lhe chamariam bacharel, porque seria este nome uma sua alcunha. O ultimo destes dois escriptores diz positivamente: « Allí vive un *bachiller* » o que não póde dar logar á dita interpretação, talvez admissivel no texto de Pero Lopes. Demais: sabemos que Cabot tambem veio a encontrar, por essas mesmas alturas, um pouco mais ao Sul, a um bacharel, cujo nome nos é revelado ser Gonçalo da Costa, conforme publicámos na pag. 83 do 1.º vol. da nova edição da *Hist. Geral* [ps. 94 da presente].

« Deste modo, se o texto jesuitico acima se applica, segundo cremos, a João Ramalho, de que parece não terem tido conhecimento os navegadores que se limitaram a correr a costa, bem que este não era fallecido em 22 de Abril de 1568, pouco mais tempo viveria; e não é impossivel o suppôr-se que o testamento de que dá fé Fr. Gaspar da Madre de Deus (*Revista do Instituto*, 2, 1840, ps. 428), como feito perante o tabellião Lourenço Vaz, em presença do juiz ordinario Pedro Dias, deva referir-se ao anno de mil quinhentos e *setenta* (não *oitenta*), e que nos annos de assistencia tambem tenha havido errada leitura, devendo ser *sessenta* e não *noventa*.

« Infelizmente foram inuteis todas as nossas averiguações em S. Paulo em 1840, para encontrar o texto ou notas originaes desse testamento. » — (3).

Candido Mendes, em outro estudo em que responde a algumas destas objecções, cita uma carta do jesuita Antonio de Sá, para demonstrar que João Ramalho morrera em fins de 1558 ou principios de 1559. Engana-se duplamente: a carta de Antonio de Sá foi escripta do Espirito Santo, não de São Vicente, como imagina; o João Ramalho, de cuja morte se fala, era do Espirito Santo, não do S. Vicente. A memoria intitulada — *João Ramalho, o bacharel de Cananéa, precedeu Christovão Colombo na descoberta da America?* — encontra-se na *Revista do Instituto*, 40, parte II, 1877, ps. 277-373. — (C.)

Nos *Prolegomenos* á *Historia do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, ps. 83-84, juntaram-se mais alguns elementos á questão do bacharel de Cananéa:

« Em 1527 Diego Garcia encontrou em São Vicente um bacharel que ali vivia haveria uns trinta annos, e tinha genros. Um destes chamava-se Gonçalo da Costa. Teria casado com filha do bacharel havida em Portugal antes do degredo? seriam sua mulher e filhos mamalucos? Ora

pela primeira hypothese J. T. Medina. A segunda não é impossivel, seria até a mais provavel, se não repugnasse admittir que Gonçalo levou para alem mar, como resulta dos documentos, mulher e filhos que só deviam falar a lingua brasilica.

«Cerca de 1540 escrevia um anonymo espanhol em relação de que a Bibl. Nac. tem copia: «en la ysla de Cananea y en la tierra firme della ay pobló el bachiller dexo muchas naranjeras y limones y zidras y otros muchos arbores y hizo muchas casas, que se desplobarõ despues por los pobladores do San Vicente que tuvierõ guerra los unos con los otros por que protendiã que el bachiller les avia dar obediencia.»

«Sobre essas guerras informa Ruy Dias de Guzman na *Argentina*, 1, 8, onde diz que o bacharel se chamava Duarte Peres, — melhor Pires. Esse nome, contra o qual nada se pode allegar, não tem sido geralmente aceito em São Paulo nem alhures. Um historiador de credito e conscienciosso, como J. T. Medina, confundiu *1526* com *1536*, Ayres da Cunha com D. Rodrigo de Acuña, Santa Catharina com Pernambuco, para chegar á conclusão imprevista de que o bacharel de Cananéa foi Duarte Coelho! — Conf. sua monographia — *El portugués Gonçalo de Acosta al servicio de España*, 18, 20, 22, 23, Santiago, 1908.»

A bibliographia relativa a João Ramalho e o bacharel de Cananéa é abundante; veja-se, sobretudo, in *Revista do Instituto de São Paulo*, 7, 1902, os artigos de Theodoro Sampaio, Pereira Guimarães, Horacio de Carvalho, Campos Andrade e Ernesto Young; e 9, 1904, o de Washington Luis.

Sobre João Ramalho informou Thomé de Sousa a el-rei, em carta datada da cidade do Salvador, ao primeiro de Junho de 1553, depois de ter corrido a costa: ...«é fiz capitão della (villa de Santo André) a Johão Ramalho naturall do termo de Coimbra que Martim Afonso ya achou nesta terra quando ca veyo. Tem tantos filhos e netos bisnetos e descendentes delle que ho nom ouso de dizer a V. A., não tem cãa na cabeça nem no rosto e anda nove leguoas antes de yantar...» — *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, ps. 366. — (G.)

III

(Pag. 95)

Por uma carta de Pero Rondinelli, escripta de Sevilha a 3 de Outubro de 1502, e publicada na *Raccolta Colombiana*, parte 3.ª, 2, ps. 121, sabemos que a terra do Brasil foi arrendada a alguns christãos novos, com a condição de todos os annos mandarem seus navios a descobrir trezentas leguas de terra para diante, fazerem uma fortaleza no descoberto e conservarem-na tres annos: no primeiro nada pagariam, no segundo pagariam um sexto, no terceiro um quarto do que levassem para o reino.

No relatorio de Cha de Masser, escripto de 1506 a 1507, e publicado no volume da Academia das Sciencias de Lisboa, commemorativo do descobrimento da America, lê-se que o arrendamento era de vinte mil quintaes de pau brasil, de que um custava meio ducado e se vendia por dois e meio a tres. O arrendatario, Fernão de Noronha, christão novo, fizha contracto por dez annos, e cada anno pagava quatro mil ducados.

Fernão de Noronha mandava todos os annos homens e navios á terra. É pouco provavel que aqui jamais viesse, embora a carta de doação da ilha, primitivamente de S. João e mais tarde de Fernão de Noronha, insinúe apparentemente o contrario. — (C.)

Essa carta, de 24 de Janeiro de 1504, fez doação a Fernão de Noronha da «ilha de San Johan que ele hora novamente achou e descobryo cincoenta leguas alla mar da nossa terra de Santa Cruz». Dahi inferiu Varnhagen, no trecho acima, haver sido Fernão de Noronha quem descobriu a ilha, provavelmente pelo São João de 1503 (24 de Junho). Esse — pondera Rio Branco, *Ephemerides Brasileiras*, ps. 44 — seria o segundo descobrimento da ilha (novamente achada, diz a carta régia), e houve mesmo um terceiro por Gonçalo Coelho e Amerigo Vespucci, que ali estiveram em Agosto de 1503; mas em 1502 já tinha sido descoberta, pois figura com o nome de Quaresma no mappa de Cantino. D. João III, por carta de 3 de Março de 1522, confirmou a doação feita por D. Manuel em favor de Fernão de Noronha. — *Alguns documentos da Torre do Tombo*, ps. 459-460. — (G.)

IV.

(Pag. 98)

Zeitung aus Presilig Landt — No opusculo *Nouvelles Recherches* (respeito a Vespucci), ps. 10, 11, 49 e 50, dizemos que essa relação seria escripta em 1506, anno, cremos, em que seria antes publicada em Italia, como o fôra a relação annexa de Pedro Affonso Malheiro, que segundo Panzer (X, ps. 24) foi publicada (em latim) em Roma por Joan Besicken em 7 de Novembro de 1506. É sabido como Alex. Humboldt acreditou que essa relação se referia a uma viagem ao estreito de Magalhães, e por conseguinte que só havia sido publicada depois de descoberto esse estreito; e como foi o autor desta *Historia* quem primeiro indicou que a especie de Mar Mediterraneo de que nella se faz menção, deve ter sido a grande bahia de S. Mathias, que no seculo XVI era considerada termo, por esse lado, das explorações portuguezas. — (A.)

O exemplar manuscripto achado no archivo da familia Fugger, fixa na ilha da Madeira o logar a que chegou o navio com as noticias e a data da gazeta em 1514. No anno seguinte Johannes Schöner traduzia della alguns trechos, e de accôrdo com ella traçava um globo, reproduzido por Wieser citado anteriormente, e tambem no prologo do annotador deste livro á *Historia topographica e bellica da Colonia do Sacramento*, Rio, 1900. — (C.)

A discussão, que vem de longe, a respeito desse importante documento, muita luz trouxeram as contribuições do mesmo indefesso annotador, a quem se deve, sobretudo, a identificação do Nono da gazeta allemã com o D. Nuno Manuel da carta ou officio do embaixador Alvaro Mendes de Vasconcellos a D. João III, que Varnhagen divulgou. Veja-se Capistrano de Abreu, *O Brasil no seculo XVI*, Rio, 1880, ps. 57-59, onde se encontra (ps. 70-76) a traducção franceza da gazeta, conforme Ternaux-Compans, *Archives des Voyages*, 2, Paris, 1840, ps. 306-309.

Veja-se tambem o que explanou J. Carlos Rodrigues, *Bibliotheca*

Brasiliense, Rio, 1907, ps. 179-184 com o historico da questão até o feliz achado de Konrad Haebler, em 1895, no archivo dos Principes Fugger, em Augsburg, de um manuscripto da gazeta.

Salvante a parte bibliographica, que é boa, pouco adianta a contribuição de Rodolpho R. Schuller, in *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 33, 1911.

O resultado das ultimas e definitivas pesquisas fixou eruditamente Clemente Brandenburger, em sua monographia *A nova Gazeta da Terra do Brasil* (*New zeitung ausz prosillandt*), São Paulo-Rio, 1922. Valendo-se da publicação in *Dokumente des Zeitungswesens*, n. 5, Leipzig, 1920, do apographo encontrado por Haebler, o indefesso investigador poude collacionar o texto impresso com o manuscripto para offerecer aos cultores da Historia uma edição que reuniu ambos, vertidos para o portuguez, com glossario e commentario altamente elucidativos. Serviço dessa ordem importa em titulo de benemerencia. — Em fac-simile a *Nova Gazeta* foi reproduzida pela *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, ps. 365-368. — (G.)

V

(Pag. 101)

Apartamo-nos aqui da opinião do Sr. d'Avezac, que julga terem sido estas novas arribadas, primeiro em Porto Seguro, e depois na Bahia. (*Annales des voyages*, de Junho e Julho de 1869) — (A.)

Veja-se na *Revista Brasileira*, 1, Rio, 1879, o artigo de Ramiz Galvão sobre um livro de Gaffarel. — (C.)

A viagem de um navio francez ao Brasil, no anno de 1504, está documentada por certidão passada aos herdeiros de Binot Paulmier de Gonneville, seu commandante, a 20 de Agosto de 1658, conforme minuta com data de 19 de Junho de 1505, então conservada no archivo do Conselho Geral do Almirantado de Rouen. D'Avezac publicou esse e outros documentos relativos á *Campagne du navire l'«Espoir» de Honfleur*, aos *Annales des voyages* citados, de que ha separata.

As incursões na Bahia e em Pernambuco provam-se com as referencias infra de Anchieta e de um Jesuita anonymo, que escreveu, cerca de 1591, das cousas notaveis do Brasil.

«Na era de 1504 vierão os francezes ao Brasil a primeira vez ao porto da Baya e entrarão no rio Paraguaçu que esta dentro da mesma Baya e fizerão seus resgates e tornarão com boas novas á França donde vierão despois tres naos e estando no mesmo logar em resgate entrarão quatro naos da armada de Portugal e queimarão lhe duas naos e outras lhe tomarão com matar muita gente algua da qual todavia escapou em hua lancha e achou na ponta da Itapuama 4 legoas da Baya hua nao dos seus que se tornou para França, e nuqua mais tornarão a Baya até agora porque sempre foi crescendo com o muito trato dos açuquares que vem de Portugal.» — Anchieta, *Enformação do Brasil e de suas Capitanias*, 1584, in *Revista do Instituto Historico*, 6, 420-421 (2.ª ed.).

«Na era de 1504 vierão francezes a Baya e Pernãobuco, logo os portuguezes lhe derão guerra, os botarão fora e lhe tomarão tres naos na Baya.» — *De algumas cousas mais notaveis do Brasil*, in *Archivo Biblio-*

graphico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra, 4, 14, Coimbra, 1904, reimpressas na *Revista do Instituto*, 94, de 1923.

Veja-se: Capistrano de Abreu, *O Brasil no seculo XVI*, ps. 48, Rio, 1880; Alencar Araripe, *Primeiro navio francez no Brasil*, in *Revista do Instituto Historico*, 49, parte 2.ª, ps. 315-360, com a traducção portugueza da *Relação Autentica*, que d'Avezac publicou; *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, ps. 352 e 457. Bastião de Moura e Diogo do Coito ou Couto, que estavam a bordo do *Espoir*, foram contratados em Lisboa para coadjuvar a direcção da empresa. — (C.)

VI

(Pag. 109)

Segundo Medina, a vida mysteriosa de João Dias de Solís antes de descoberto o Brasil pode resumir-se assim: era por linhagem oriundo de Asturias de Oviedo, donde seus ascendentes passaram para Portugal, que lhe foi patria; depois de ter feito algumas viagens á India como marinheiro, desgostoso por não lhe pagarem os salarios, abandonou o serviço portuguez; alistou-se, sem duvida como piloto, em navios corsarios francezes, e, segundo uma carta d'el-rei de Portugal, tomou parte no roubo de uma caravela, procedente da costa da Mina com 20.000 dobras. Fugiu depois para a Espanha, a cujo rei foi requisitada sua prisão em 1495. (Medina, *Juan Diaz de Solís, Estudio historico*, Santiago de Chile, 1897). Depois disto tornaria ao serviço do governo portuguez, que lhe perdoou faltas tão graves? É pouco provavel, porque ainda em 1517, depois de descoberto o rio da Prata, D. Manuel queixava-se que «João Dias de Solís, portuguez, veio fugindo a estes reinos de Castella desde Portugal por muitos crimes e excessos que lá havia feito.» A viagem de 1512, planejada e não realizada, tinha por fim achar a linha de demarcação entre as possessões espanholas e portuguezas; nella devia ser dobrado o Cabo da Boa-Esperança, visitada a illa de Ceilão: *era uma viagem para o Oriente*. No anno de 1513, porém, Vasco Nuñez de Balboa descobriu o mar do Sul ou oceano Pacifico; no de 1514 a armada de D. Nuno Manuel tornou annunciando o achamento de um estreito ao sul do continente; só então a *viagem de Solís voltou-se para o Occidente*. Na carta geographica attribuida a Leonardo da Vinci e no globo de Johannes Schöner encontra-se a imagem do mundo que appareceu aos espiritos depois de descobertos o mar do Sul e o pretenso estreito, pouco tempo antes de Solís. Sobre Solís o trabalho mais completo é o José Toribio Medina, em dois volumes, dos quaes um de documentos, publicado em Santiago de Chile, 1897. — (C.)

Tem a data de 29 de Outubro de 1495 a real requisitoria de D. Fernando e D. Isabel aos seus corregedores, assistentes, alcaides-móres, aguazis e outras justiças, para prender e pôr á disposição do rei de Portugal João Dias, piloto, chamado Bofes de Bagaço, natural de Portugal, o qual «andando en compañia de ciertos franceses robaron una carabela del dicho Rey que venia de la Mina, en que robaron más de 30.000 doblas, al cual dicho piloto diz que cupo su parte de este dinero, é que ha sabido que está en estos nuestros reinos, sobre lo cual me envió mu-

pesquisa que sobre ello se hizo, rogándonos que conformándonos con los capitulos de las paces que con el dicho Rey, nuestro hermano, teniamos fechas, le mandássemos prender é entregárgelo para que en su reino de Portugal se ficiese dél justicia...» — Navarrete, *Col. de los viajes*, 3, 504.

Em represalia àquelle assalto, D. João II fez apresar as naus francezas, que se encontravam em portos portuguezes; os proprietarios e armadores dessas embarcações, recorreram ao rei de França, e esse, tomando conhecimento do negocio, mandou restituir a caravela da Mina com todo o ouro roubado, e apresentou desculpas ao rei de Portugal. Fallecendo D. João II a 25 de Outubro de 1495, quatro dias antes da requisitoria dos reis catholicos, D. Manuel teria perdoado o crime de João Dias de Solís, senão logo, ao menos depois, fazendo-o voltar a Portugal. O que é certo é que, em principio de Abril de 1506, estava empregado no serviço das navegações portuguezas e devia seguir para a India na armada de Tristão da Cunha, como piloto da nau *Cisne*, commandada por Affonso de Albuquerque, que teve de demorar a partida, «esperando por hum piloto, que mandára pedir aos officiaes delRey (por aver dous dias que o seu chamado João de Solis fugira para Castela por matar sua molher).» — *Comentarios do grande Afonso de Albuquerque*, 1, ps. 20-21, Coimbra, 1923.

Segundo documento referido por Medina, *Juan Diaz de Solís*, I, CXV, seu ingresso ao serviço de Espanha, com titulo official, devera verificar-se nos primeiros dias do anno de 1508; residira antes no porto de Lepe, mas em Março daquelle mesmo anno, com Amerigo Vespucci, Juan de la Cosa e Vicente Yañez Pinzon, estava em Burgos, presente á conferencia que o rei D. Fernando, logo que regressou de Napoles, resolvera convocar para proseguimento das empresas maritimas, entibiadas durante sua ausencia dos reinos de Castella.

Dessa conferencia resultou que se apparelhassem com certo sigillo duas caravelas, em que deviam ir por capitães Solís e Pinzon, com as instrucções correspondentes, segundo as quaes ao primeiro competia a direcção da derrota e ao segundo o commando da expedição sempre que puzessem pé em terra. O objecto principal da viagem era «descobrir aquel canal ó mar abierto», que se suppunha existir ao Norte do Equador e por onde se esperava de futuro abrir caminho ao commercio das especiarias.

A expedição largou effectivamente do porto de San Lucar a 29 de Junho de 1508, dia de São Pedro e São Paulo, e, de accordo com a interpretação de Ph. J. J. Valentini, *Pinzon-Solís — 1508*, na *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, Bd. XXXIII, 1898, ps. 254-282, *apud* Capistrano de Abreu, na *Introducção* á *Historia Topographica e Bellica da Nova Colonia do Sacramento*, ps. XXIII, Rio, 1900 — explorou as costas de Cuba e do Yucatan, com abordadas a diversos pontos do continente. Dissidios entre os chefes teriam apressado a volta da expedição á Espanha, aonde chegava em fins de Outubro do anno seguinte. Intentaram-se pleitos judiciaes em Sevilha, dos quaes se apurou culpa em Solís, que foi enviado ao carcere da côrte, emquanto que a Pinzon se fizeram algumas mercês, em particular da ilha de S. Juan, ou Boriquen, embora depois não fossem cumpridas, diz Herrera.

Sómente dois annos depois recuperou Solís a liberdade, recebeu os

soldos atrazados, uma compensação pecuniaria pelos damnos soffridos durante o processo e, a 25 de Março de 1512, a nomeação para o cargo de piloto-mór da Espanha, vago por morte de Amerigo Vespucci. Nesse mesmo anno planejou-se a viagem ao Oriente para demarcação dos dominios castelhanos, na fórma do tratado de Tordesilhas. Os boatos dessa viagem chegaram alarmantes á côrte de D. Manuel, como se vê das cartas de João Mendes de Vasconcellos, embaixador portuguez junto á côrte espanhola, publicadas por Navarrete, *Col. de los viajes*, 3, ps. 126-133, reproduzidas por Medina, *Juan Diaz de Solis*, 2, ps. 85-98, e na *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, vol. II, ps. 387-389, ed. A viagem não se realizou, o que importou em victoria para a diplomacia portugueza.

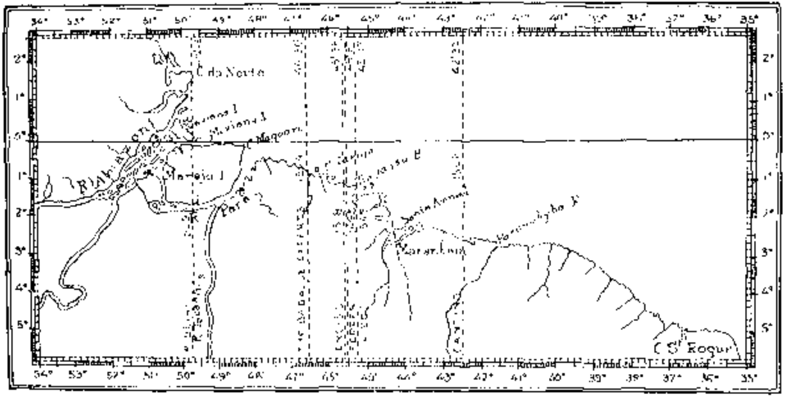
Sabida em Espanha a nova do descobrimento por Balboa, em Setembro de 1513, do mar do Sul, tratou-se de organizar uma expedição sob o commando de Solis, com o objectivo de procurar ao Sul uma passagem inter-oceanica. Os preparativos para essa expedição, feitos sempre em sigillo, consumiram quasi um anno, de 24 de Novembro de 1514, em que foi celebrada a capitulação com Solis, a 8 de Outubro de 1515, quando do porto de Sam Lucar zarpou a pequena armada de tres caravelas. A flotilha rumou para o Sul, perlongou o littoral brasileiro e em 20 de Janeiro, ou 2 do mez seguinte, avistou o rio que por algum tempo se chamou de Solis e depois da Prata. É conhecido o fim que teve a expedição: o chefe e companheiros, que desembarcaram, mortos ás frechadas dos Chartúas, a volta precipitada, o naufragio de uma das caravelas no porto dos Patos, as outras duas a forragear pau-brasil em dominios portuguezes...

Sobre Solis, veja-se a *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, vol. II, ps. 373-380, interessante capitulo pelo Sr. F. M. Esteves Pereira na revista *Lusitania*, vol. III, fasciculo IX (Abril de 1926), ps. 345-365, e bello estudo em que o Sr. Dr. Luciano Pereira da Silva sob o titulo *João Dias de Solis, piloto portuguez*, compendiou com erudição e alto senso critico quanto se sabe da historia accidentada e tragica do famoso navegador, liquidando de vez a questão de sua nacionalidade. — (G.)

VII

(Pag. 112)

Pergunta-se agora onde demorava a linha de demarcação? escreve K. Kretschmer, á p. 303 do seu livro sobre o descobrimento da America. Como uma legua continha quatro milhas romanas, e uma milha approximadamente 1480 metros, as 370 leguas equivaliam a cerca de 21.301 kilometros, o que no parallelo de Santo Antão, a ilha mais occidental do Cabo Verde, corresponde, mais ou menos, a 20 1/2 graus de longitude. Como Santo Antão demora 25 1/2 graus a Oeste de Greenwich, a linha de demarcação cahiria approximadamente em 46° W. de Greenwich. Em recente monographia, S. E. Dawson conclue que a legua combinada em Tordesilhas era uma legua usual e perfeitamente determinada; havia apenas duvidas quanto ao numero de leguas contidas no grau, porque não havia unanimidade quanto á circumferencia attribuida ao globo terrestre



Linha de Demarcação, como foi fixada pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e de accordo com Ferrer (1495), Cantino (1502), Enciso (1518), os Peritos de Badajoz (1524), Ribeiro (1529), e os Cartographos sevilhanos (cerca 1550) e Oviedo (1545).

(Apud H. Harrisse — *The diplomatic history of America*, London, 1897).

Naquella epocha por gráu contava-se 17 leguas e meia, o que colloca a linha fixada pelo tratado de Tordesilhas em alto mar a 45° 40' long. W. de Greenwich. Na realidade, em consequencia dos erros commettidos na determinação das longitudes, a linha tal qual está figurada nas cartas, cortava o continente e correspondia a cerca de 60°, o que autoriza dizer que é mesmo ali que queriam traça-la. Neste caso, como observa Kretschmer, as leguas seriam não 370, mas 480. — (C.) — Veja-se no mappa junto a linha de demarcação como foi traçada por diversos cartographos. — (G.)

SECÇÃO VII

(III da I edição)

ATTENDE-SE MAIS AO BRASIL, PENSAMENTO DE COLONIZA-LO EM MAIOR ESCALA

Os Portuguezes na Asia. Os Francezes no Brasil. Recursos do luxo e da diplomacia. Ango. Roger. Jacques. Igarassú e Pernambuco. Diego Garcia e Cabot. D. Rodrigo de Acuña. Porto de D. Rodrigo. Baixos de D. Rodrigo. Suas peregrinações. D. Rodrigo em Pernambuco. Christovão Jacques e os Francezes. Antonio Ribeiro. Idéa de colonização. Diogo de Gouvêa. Meritos de Gouvêa. Resolve-se a colonização do Brasil. Henrique. Montes. Martim Affonso de Sousa. Poderes que trazia. Pero Lopes de Sousa. Reclamações de França. Negociações diplomaticas importantes.

Vimos na secção precedente como já no reinado de D. Manuel, e pelo menos desde 1516, haviam sido dadas algumas providencias em favor da colonização e cultura do Brasil. Sabemos, além disso, que depois o mesmo rei, ou pelo menos o seu successor apenas começou a reinar, creou no Brasil algumas pequenas capitanias; e que de uma dellas foi capitão um Pero Capico, o qual chegou a juntar algum cabedal. Igualmente sabemos que os productos, que iam então do Brasil ao reino, pagavam de direitos, na casa da India, o quarto e vintena dos respectivos valores, e que, no numero desses productos entravam não só alguns escravos, como, em 1526, algum assucar «de Pernambuco e Tamaracá».

Decorriam, porém, os annos, e o Brasil seguia com o seu immenso littoral á mercê de qualquer navio que o procurava. — Não ha porque fazer censuras. Os esforços e os capitaes empregados na Asia produziam maior e mais immediato interesse, nessa epocha de crise commercial, em que se effectuava em favor da Europa um grande saque das riquezas empatadas no Oriente. Além de que, ainda sem considerar a questão sob miras economicas, é certo que Portugal, forçando os turcos a levar a guerra á Asia, alliviou por algum tempo a Europa do seu peso ameaçador, e sustentando o commercio da especiaria por mar, consummou o pensa-

mento de Lull de empobrecer bastante o Egypto. Ora, não fôra possivel durante essa luta distrahir muitos navios e forças para outro continente. Os adustos campos das então recentes glorias portuguezas, — a propria Africa, onde filhos de reis iam armar-se cavalleiros, começou a ser descuidada. E ainda suppondo que já então tivesse occorrido a idéa que depois (nesse mesmo seculo) occorreu (1), de que no Brasil poderia vir a organizar-se um grande Imperio, a metropole aguardava acaso para isso melhor occasião. A gloria que Portugal adquiriu na Asia custou-lhe, entretanto, a perda de muita da sua população, e o perverter em parte a indole dos seus habitantes, com tantas piratarias e crueldades. Em virtude dellas, o têm coberto de baldões, como se as crueldades e as piratarias não tivessem em todos os tempos sido apanagio das conquistas. Esses heroes da antiguidade, que, em geral, só contemplamos pelo aspecto maravilhoso, tambem praticaram muitas crueldades e muitas injustiças; porém como aos panegyristas, que nos transmittiram seus feitos, não faltou manhoso artificio para no-lo contarem a seu modo, occultando tudo quanto lhes não servia ao panegyrico, e nem todos os que lêem são pensadores, succede que muitos, inconsequentemente, louvam e admiram na historia como heroicidades feitos identicos aos que em outra epocha, ou em outro paiz, condemnam como miserias e pequenezas desta ou daquella geração. Se de todas as conquistas dos Gregos e dos Romanos tivessemos historias escriptas pelos seus inimigos ou rivaes, talvez que não admirasse o mundo tantas proezas, nem tantos heroes.

Emquanto, porém, Portugal se via a braços com grande numero de inimigos no littoral e mares da Asia, onde, em 1521, a sua armada constava nada menos que de uns oitenta e tantos vasos (Doc. da Torre do Tombo), muitos armadores da Bretanha e Normandia, já avesados á navegação das costas de Guiné e da Malagueta, passavam não só a alguns excessos de pirataria com os galeões que vinham da India, como a traficar nas terras do Brasil; onde adquiriam quasi de graça generos, que nos mercados europeos obti-

(1) A D. Pedro da Cunha, quando Portugal passou para o dominio da Hespanha, como se verá adiante, na secção XXI. Nos *Dialogos das grandezas do Brasil*, liv. 1.º, lê-se que, ao chegar a noticia do descobrimento a Portugal, um astrologo «levantára uma figura e achára que a terra descoberta havia de ser uma opulenta provincia, refugio e abrigo de gente portugueza». — (C.)

nham grandes valores, e os quaes lhes deviam produzir maiores vantagens do que aos contratadores portuguezes; por isso mesmo que não tinham, como estes, de indemnizar a corôa pela faculdade de commerciarem. — Debalde havia Portugal prohibido com duras penas aos seus «mestres de cartas de marear» o fazerem pumas ou espheras terrestres, e o marcarem nos mappas as terras ao sul do rio de Manicongo e das ilhas de São Thomé e Principe (Alv. de 13 de Nov. de 1504, na Torre do Tombo). Debalde prohibia que aceitassem seus pilotos e marinheiros (Ordenações Manuelinas, liv. V, tit. 98, § 2; tit. 88, § 11) o serviço de mar de outras nações, pensando talvez com isso obstar á propagação dos conhecimentos nauticos pela Europa. Os ousados navegadores de Honfleur e de Dieppe frequentavam cada dia mais os portos do Brasil. As guerras da França não faziam diminuir o ardor e a actividade dos seus homens do mar, estimulados por tantos lucros. Em 1516 haviam chegado a Portugal taes noticias de suas navegações ao Brasil, que elrei D. Manuel mandava por seus agentes representar contra ellas á corte de França (2). E digamos desde já que tão poderosos se tinham feito alguns armadores, que nem o mesmo governo francez podia sujeita-los, e que Portugal, depois de haver exhaurido na França, perante os tribunaes, os parlamentos e a propria corôa, todos os recursos do foro e da diplomacia, se viu obrigado a transigir e a negociar com os mais notaveis corsarios, que eram João Affonso e o celebre João Ango, ao depois visconde de Dieppe (3). Todos estes acontecimentos merecem uma historia especial que não duvidamos se escreverá algum dia; pois sobram para ella os documentos, dos quaes sómente aproveitaremos agora o que mais de perto nos interesse. Sabemos que, já em vida de elrei D. Manuel, fôra o seu subdito Jacome Monteiro nomeado embaixador junto a Francisco I, com instrucções para representar acerca das tomadias e das invasões nas suas conquistas, effectuadas umas e outras por Francezes. A Monteiro succedeu João da Silveira mandado por D. João III, ape-

(2) C. de P. Corrêa, de Bruxellas, em 5 de Fev. 1517, na Torre do Tombo Corp. Chron. I, 21, 24. — (A.).

(3) Ferdinand Denis, *Génie de la Navigation*, ps. 113-115. — (A.). — Equivoco do Autor, F. Denis declara não dar credito a essa absurda tradição de Dieppe. (Nota do Barão do Rio Branco, no exemplar da 1.ª ed. desta *Historia*, que se conserva na Bibl. do Itamaratí). — (G.).

nas subiu ao throno, com especial recommendação para que ponderasse quão triste era que se estivessem hostilizando no mar os subditos de dois reis e de duas nações que se diziam amigos (4). Apezar das reclamações que faziam, como levamos dito, os agentes portuguezes, emprehendera Hugues Roger com felicidade em 1521 uma viagem á nossa costa, e havia noticia de que se preparavam outros navios. Por fim, em 11 de Fevereiro de 1526, escrevia o embaixador João de Silveira, como em França se armavam dez navios para virem apoderar-se das embarcações que encontrassem.

Tal aviso, a nosso ver, decidiu Portugal a mandar ao Brasil de guarda-costa, neste mesmo anno, uma esquadrilha composta de uma nau e cinco caravelas, a qual findo certo prazo devia ser rendida por outra. Vinha por capitão mór Christovão Jacques (1), e trazia de chefes subalternos Diogo Leite, com seu irmão Gonçalo Leite, e Gaspar Correa. O mesmo Jacques era portador de um alvará, passado em Almeirim por Jorge Rodrigues, a 5 de Julho de 1526, autorizando a Pero Capico a retirar-se. Esse alvará era concebido nos seguintes termos: «Eu Elrei Faço saber a vós Christovão Jacques, que ora envio por Governador ás partes do Brasil, que Pero Capico, Capitam de *uma das capitanias* (5) do dito Brasil, me enviou dizer que lhe era acabado o tempo da sua capitania, e que queria vir para este Reyno, e trazer comsigo todas as peças de escravos e mais fazendas que tivesse, Hey por bem e me praz que, na primeira caravela ou navio que vier das ditas partes, o deixeis vir, com todas as suas peças de escravos e mais fazendas; comtanto que virão direitamente á casa da India, para nella pagarem os direitos de quarto e vintena, e o mais que a isso forem obrigados, na fórma que costumam pagar todas as fazendas que vêm das sobreditas partes» (6).

---

(4) As instrucções dadas a João da Silveira acerca de tomadias de naus feitas pelos Francezes, têm a data de 4 de Fevereiro de 1522. — *Alguns documentos do Torre do Tombo*, p. 169. — João da Silveira falleceu em 1530: Falbe, *A carta de marca de João Angu*, 13. — (C.).

(5) Prova que havia mais de uma. — (A.). — Haveria mais de uma capitania, sem duvida; é, porém, duvidoso se a capitania era de terra ou de navio. Esta ultima hypothese parece a mais aceitavel, sem embargo da carta de D. João III, extractada na secção seguinte. Pero Capico, ou outro de egual nome, appareceu depois na capitania de São Vicente como escrivão, sob o governo de Martim Affonso de Sousa. — Azevedo Marques, *Apontamentos historicos*, 2, 169, Rio, 1879. — (C.).

(6) *Liv. das Reformações da Casa da India*, fls. 25. Publica-fórma de uma certidão em 23 de Janeiro de 1755. — (A.).

Jacques alcançou a costa do Brasil no fim do dito anno; e fundeando no canal que separa do continente a ilha de Itamaracá, deu ali principio a uma casa de feitoria no sitio, que se chamou «dos Marcos», em virtude dos que ahi depois se collocaram para termos de demarcação, no proprio continente, quasi em frente da entrada do sul do mesmo canal, e da antiga villa da Conceição, situada a cavalleiro, na propria ilha. Esta feitoria, ou outra a par desta, passou ao que parece a ser estabelecida pelo mesmo Jacques no porto de Pernambuco ou antes *Paranámbuko*, nome que significa furo do mar, segundo alguns; mas que parece antes dever derivar-se de duas palavras equivalentes a «mar largo»; visto haver no littoral mais algum *Paranambuco*, sem nenhum furo ou ria (7).

Deixando fundada essa feitoria, passou Jacques a correr a costa até o Rio da Prata, onde pouco tempo se demorou, regressando outra vez para o norte, a commetter feitos que não tardaremos em commemorar. Primeiro nos cumpre dizer como por este mesmo tempo estacionavam ou navegavam nas aguas do nosso littoral, duas frotas, ambas de Castella. De uma, que constava de tres naus, era chefe Diego Garcia (8). Mandava a outra, com igual numero de navios redondos e mais uma caravela, Sebastião Cabot, filho do navegador de igual appellido, que descobrira por Inglaterra as costas do Norte deste grande continente. Estas duas frotas haviam deixado a Europa um pouco antes que Jacques. Diego Garcia, que partira primeiro, aportou em São Vicente; e tantos mezes ahi se demorou que parecia esquecer-se do seu destino, que era subir o Rio da Prata. Por meio da relação que de sua viagem nos transmittiu, não se nos recommenda como homem verdadeiro, nem polido, nem superior á mesquinha

(7) *Para-ná*, — rio tantas vezes, ou mar, e *bog* furo; ou antes *paraí*, largo, transformado em *mbuku* para a composição, segundo Montoya, *Arte*, cap. 22. — (A.)

Nos *Annaes da Bibliotheca Nacional* do Rio de Janeiro, 8, 1880-1881, ps. 215-219, Baptista Caetano e Valle Cabral colleccionaram as diversas etymologias de *Pernambuco*, que se encontram nos autores. Acham-se ahi nada menos de onze interpretações, inclusive a de Varnhagen; mas Baptista Caetano opina por *paraná-puka*, arrebentação do mar ou rio grande, allusão quiçá ao recife. — (G.).

(8) Diego Garcia era portuguez, e fôra ao rio da Prata em companhia de Solis, no anno de 1516. Tornando pela terceira vez a esse rio em companhia de D. Pedro de Mendoça, falleceu na ilha de Gorriera nos ultimos dias de Setembro de 1535. Medina, *J. D. de Solis*, CCCXXXI. Não é, portanto, o mesmo Diego Garcia que em 1538 commandou um navio da expedição de Hernando Soto e descobriu a ilha de Diego Garcia nos mares indios. Harrisse, com razão, defende sua memória contra os enthusiastas de Sebastião Caboto, que a deprimem. — (C.).

inveja, e deve ler-se com precaução. Cabot era mandado ás Molucas por este lado, reforçando outra armada maior que havia partido um anno antes, e da qual em breve daremos noticia. Aportou Cabot em Pernambuco (11), onde já encontrou a feitoria portugueza, e seguindo a navegação para o sul, só avistou de novo terra nas alturas da ilha, a que então poz o nome de Santa Catharina. Ahi fundeou Cabot, e logo de um porto vizinho da parte do sul vieram visita-lo muitos Castelhanos, dos quaes uns ali viviam desde muitos annos (9), e outros desde mui pouco tempo, não havendo querido seguir a D. Rodrigo, de quem passaremos a tratar.

Era D. Rodrigo de Acuña o commandante da nau S. Gabriel pertencente a uma armada (10) que, ás ordens do commendador Fr. Garcia Jofre de Loaysa, partira, antes de Cabot e de Diego Garcia, com direcção ás Molucas, seguindo derrota pelo occidente. Essa armada, largando da Coruña em 24 de Julho de 1525, avistára em principios de Dezembro a costa do Brasil, ao sul do cabo de São Thomé, e fôra, pela maior parte, desbaratar-se junto ao Estreito de Magalhães. Não é de nosso proposito contar esse desbarato, ao qual pouco depois seguiu-se a morte de Loaysa e do seu immediato Del Cano; e contentemo-nos de saber que D. Rodrigo achou refugio em um porto, ao sul da ilha de Santa Catharina, e encontrou varios companheiros de Solis, que abastecendo-o de agua, lenha e mantimentos, deram da terra taes informes que muitos da tripulação, alborotando-se, se determinaram a ficar nella, em vez de expôrem-se a novos perigos de mar. As exhortações de D. Rodrigo apenas puderam attrahir-lhe alguns poucos dos alborotadores.

Daqui proveiu a este porto o nome de *Porto de D. Rodrigo*, com que por muito tempo foi conhecido nos mappas e roteiros. Acaso seria o mesmo a que Solis, dez annos antes, chamára Bahia dos Perdidos, talvez em virtude dos mencionados seus companheiros que ahi lhe fugiram ou se

---

(9) Talvez em virtude de algum naufragio, na ponta da barra do sul, que ainda hoje se chama dos «*Naufragados*» (A.).

Eram os companheiros restantes de Solis; delles já faz menção a carta de Cañiga de 21 de Julho de 1524, citada na nota I no final desta secção. — (C.).

(10) Veja Herrera, *Dec.* III; 7.°; 5, 6 e 7. — Veja tambem Gav. 2, 10, 20. a C. de Antonio Ribeiro, de 28 de Fev. 1525, da Coruña, e a relação da Viagem de Fr. Garcia Jofre de Loaysa pelo capitão Andrés de Urdaneta, na *Coll. de doc. inéd.* de D. Luis Torres de Mendoza, Tom. 5.°. — (A.).

perderam; se é que esses individuos não houvessem effectivamente ficado por ahi, voluntariamente ou desgarrados, já desde alguns annos antes.

Com trinta e dois homens menos de tripulação, fez-se por fim D. Rodrigo de vela para o Rio de Janeiro. Neste porto convocou a sua gente a conselho: e nelle foi resolvido que a nau em vez de seguir para as Molucas, voltasse á Espanha, com alguma carregação de pau-brasil. Dirigiu, pois, D. Rodrigo o rumo para o norte e entrou na Bahia. — Ahi a tripulação se lhe diminuiu de nove homens, que, indo á terra, lá ficaram devorados pelos selvagens, segunao se julgou.

Sahindo da Bahia para o norte, pela muita agua que fazia a nau, tratou de arribar, e deu-se a casualidade de que, meiado Outubro, fosse entrar justamente num porto proximo do rio de São Francisco, no qual se achavam carregando de brasil duas naus e um galeão de França (11). Os capitães francezes ao principio offereceram protecção a D. Rodrigo, mandando-lhe até dois calafates; e quando, passados oito dias, se achava a nau espanhola virada de crena, e impossibilitada de navegar, cahiram na fraqueza de ir acommette-la, intimando a D. Rodrigo que se rendesse. Vendo este que a resistencia era impossivel, metteu-se no batel, foi ter com os Francezes, e conseguiu delles tregoas, ficando de lhes dar vinho e azeite que diziam carecer. Emquanto, porém, se negociavam estas tregoas, e os Francezes tendo o capitão castelhano em refens, se descuidavam da nau aggredida, ella conseguia, não só empinar-se e surgir boiante, como picar as amarras, e fazer-se de vela. Quando os Francezes despertaram do seu descuido, já a nau espanhola ia baria fóra, sem o capitão, nem os marinheiros que o haviam acompanhado. Em vão D. Rodrigo lhes bradava e fazia signaes, em vão os seguia, em um batel á vela. A nau São Gabriel já nem nas promessas do seu proprio capitão confiava, que a tanta desconfiança levam os desenganos das promessas não cumpridas.

Seguiu D. Rodrigo no batel todo aquelle dia e parte do immediato. Porém... baldados esforços! A nau tinha desapparecido no horizonte, e o seu legitimo commandante e fieis remeiros, exhaustos de forças, emproavam para terra e iam

(11) Eram «el galeon de Mosliense y Lomaria de la dicha villa, é otro navio de Normandia del rio de la Sena». — Navarrete, *Colección de los viajes*, 5, 331. — (C.).

varar á costa, a umas dez leguas para o norte do porto donde haviam partido; — naturalmente na paragem que se ficou até hoje chamando os *Baixos de D. Rodrigo*, quasi defronte do rio Cururipe. Dahi se dirigiram por terra, bastante expostos aos selvagens, ao porto que acabavam de deixar.

Já tinham delle partido as duas naus francezas, e só ficara o galeão. Neste se alojaram os tristes por mais de um mez; mas acabando o mesmo galeão de carregar, fez-se de vela, desamparando os miseros em um batel, sem mantimento algum!

Não havia, porém, soado a hora final aos pobres desamparados. Entregues á providencia, seguiram pelos mares durante vinte dias, nutrindo-se apenas de algum marisco e da pouca fruta que acertavam de colher pela costa, até que na ilha de Santo Aleixo lhes deparou Deus porto, onde puderam refazer-se. Nessa ilha tiveram a fortuna de encontrar alguma farinha de trigo, uma pipa de bolacha molhada, um forno, e anzoes com que apanharam muito pejxe (12). De Santo Aleixo passaram á feitoria de Pernambuco (13).

Christovão Jacques se negou a dar-lhes passagem para a Europa, primeiro em uma nau que enviava carregada de brasil, e na qual mui provavelmente se embarcou, com seus haveres Pero Capico, e depois numa caravela que igualmente mandou regressar ao reino. Pela primeira escreveu D. Rodrigo ao bispo d'Osma; porém a carta, em vez de seguir ao seu destino, foi apprehendida, e ainda hoje se guarda no archivo publico em Portugal (14). Dez mezes depois escreveu outras, uma das quaes para el rei D. João III; e estas chegaram a Lisboa, pela mencionada caravela, ao mando do capitão Gonçalo Leite. As que eram para Castella foram remettidas pelo embaixador em Lisboa (15) Lope Hurtado. Os

---

(12) Segundo Oviedo houve, por esse tempo approximadamente, uma feitoria de Francezes em Santo Aleixo, o que repete La Roncière.

Os companheiros de D. Rodrigo, que ainda em 2 de Novembro de 1528 existiam na feitoria de Pernambuco, chamavam-se Jorge de Catan (ou Catorico), Marchin Vizcaino, Bartholomé Vizcaino, Geronimo Ginoves, Alfonso de Napoles, Pascual de Negro (ou Negron) e Esteban Gomez. — Navarrete, *Col. cit.*, 5, 314, 321. — (C.).

(13) Em 30 de Abril de 1528 diz D. Rodrigo que havia 18 mezes que ali estava, e em 15 de Junho de 1527 diz que havia 7 mezes. — (A.).

(14) G. 18, 5, 20; Navarrete, 5, 238; *Visc. Prim. Rep. Diplomaticos*, p. 128. [*Revista do Instituto*, 66, 432]. — (A.).

(15) Off. do dito Embaixador (em Simancas) M. 368, fol. 5. — Torre do Tombo, P. 1, 39, 133 e G. 15, 10, 30. — (A.).

da nau S. Gabriel, depois de eleger por capitão ao piloto Juan de Pilola, não podendo montar o Cabo de Santo Agostinho, retrocederam á Bahia, para querenar; porém, inquietados ahi por outra nau franceza, passaram ao Cabo-Frio, e deste a um porto mais ao sul, do qual se fizeram afinal de vela para a Europa, chegando a Bayona de Galiza aos 28 de Maio de 1527 (16).

Quando a nau espanhola S. Gabriel, ao querenar, soffria as bombardadas dos tres navios francezes, navegava pelos mares brasilicos, por aquella altura, a armada de Sebastião Cabot, que deixára Pernambuco no mez anterior. — E ai dos aleivosos, se nessa occasião se approximára da costa a esquadra espanhola! — Porém Cabot seguia de largo, e só foi de novo avistar terra na ilha de Santa Catharina, como antes dissemos.

As informações que a Cabot deram os Castelhanos, que nesta ilha encontrou, das riquezas do Rio da Prata, o induziram, a pretexto de não poder emprehender maior viagem por se haver perdido a capitanea, a subir pelo mesmo Rio da Prata, em vez de proseguir para as Molucas (17).

Deixando, porém, os mais successos desta armada, bem como os outros da sua contemporanea castelhana ao mando de Diego Garcia, e que não pertencem á nossa historia, sigamos a Christovão Jacques em seus feitos. Vimos como, julgando que lhe bastava ter comsigo as cinco caravelas latinas, mandára para o reino a nau, com carga de brasil. Logo depois, andando a correr a costa, com quatro das ditas caravelas, travou peleja com tres navios de mercadores bretões, dois delles de cento e quarenta toneladas. Combateu um dia inteiro, e, sahindo vencedor, levou para Pernambuco os prisioneiros em numero de trezentos. Segundo nos consta por tradição este combate teve logar num reconcavo, pelo rio Paraguassú acima, junto á ilha ainda chamada dos Francezes. Sabendo, porém, positivamente, por outro lado, que as

(16) Nav., 3, 173 e 238: quanto ao dito porto ao sul de Cabo-Frio, ao qual na relação se chama *Rio do Extremo*, pode suppôr-se que fôra a Angra dos Reis ou a Bahia de Guanabára, em vista do logar que lhe assigna a carta de Diogo Ribeiro (1529). — (A.).

(17) Henriques Montes e Melchior Ramirez apenas confirmaram as noticias colhidas na feitoria de Pernambuco. Como evidencia Harrisse no livro citado supra, Caboto já levava desde então a idéa de ir ao Prata. — (C.).

hostilidades começaram de parte dos navios francezes contra uma das caravelas, pelos tempos contrarios esgarrada das outras, que depois acudiram, só teria o combate logar nessa paragem, se acaso a ella se foram refugiar os mesmos navios, depois de começadas as hostilidades. As queixas do attribulado D. Rodrigo de Acuña, os informes de Gonçalo Leite, que se nos denuncia como pouco affeiçoado ao chefe, e uma carta de Diogo Leite, em que parece censurar quanto no Brasil se fazia, decidiram o governo em apressar-se a dar por acabada a commissão de Jacques. Para lhe succeder foi escolhido Antonio Ribeiro. E Jacques recolheu ao Reino, com os trezentos prisioneiros estrangeiros que tinha comsigo na feitoria. Neste numero entrou talvez Acuña, em favor de quem se empenharia o mencionado embaixador espanhol Lope Hurtado (18).

Quanto a Ribeiro, nenhuma noticia encontramos dos seus feitos em nossos mares. Naturalmente abandonou pouco depois a costa com a esquadrilha, chamada talvez a outro serviço. O certo é que, ficando a feitoria desprotegida, cahiu sobre ella um galeão de França, que a saqueou, conseguindo apenas o feitor Diogo Dias escapar-se em uma caravela, que ali então passava com destino para Sofala.

Christovão Jacques, que havia tido occasião de estudar o paiz e de avaliar a sua riqueza, e que conhecia o estado florescente a que já nesse tempo tinham chegado as colonias portuguezas da Madeira, dos Açôres e de São Thomé, onde possuiam importantes solares varios senhores donatarios, cujos avós apenas eram conhecidos, propoz-se a ser tambem donatario no Brasil, offerecendo-se a levar comsigo mil colonos.

Achava-se então em Lisboa Diogo de Gouvêa, um dos Portuguezes mais illustrados daquelles tempos, estabelecido em Paris, onde dirigia o collegio de Santa Bárbara, do qual sahiram para o mundo litterario não poucos alumnos, que lhe deram gloria. Gouvêa, que desde 1513 prestava em França nos negocios das tomadias valiosos serviços, empenhou-se com elrei D. João III para que levasse avante os intentos de Christovão Jacques (19). Parece, porém, que ainda então

(18) De muitos factos narrados aqui pelo autor são desconhecidas as fontes: ao que vagamente chama tradição parece referir-se a Gabriel Soares, *Tratado descritivo do Brasil*, 16. — (C.).

não estava a côrte resolvida a seguir o seu parecer, como depois seguiu, apenas o tempo começou a deixar que se começassem a realizar as previsões do profundo pensador, por ventura antes tratado, como succede ordinariamente, de sonhador e de utopista, pelos que não pensam, ou pelos que não chegam a lobrigar o que elle vê ás claras. Digamos desde já que o de que tratamos é o mesmo doutor (ou mestre) Diogo de Gouvêa, que depois (1537) foi eleito regente da Universidade de Bordéos, e nesta lente de theologia, emquanto não passou a Coimbra com muitos outros professores que foi encarregado de ajustar (19).

Antes de proseguir, cumpre-nos dizer que os interessados (20) nos tres navios apresados por Christovão Jacques, requereram a Francisco I, por intermedio do conde de Laval, governador da Bretanha, cartas de marca para se indemnizarem de suas perdas, que orçavam em sessenta mil cruzados. Mandou Francisco I a Portugal para agenciar essas indemnizações o rei d'armas Helice Alesge de Angoulême. Chegou este a Lisboa em Janeiro de 1529; deu conta da missão, porém, não sendo despachado durante mais de dois mezes, regressou a França; e poucos dias depois assignava Francisco I uma carta patente de corso, em favor do celebre Ango, contra Portugal. Vendo-se, porém, mui necessitado de dinheiro, inclusivamente para pagar o resgate de seus filhos ao vencedor Carlos V, mandou o mestre Pedro de la Garde de embaixador a D. João III, offerecendo-se a cassar as cartas de corso, e pedindo-lhe trezentos mil cruzados emprestados. Respondeu o monarcha portuguez (com muitas desculpas e incumbindo de encarece-las em França o seu embaixador João da Silveira) que por obsequia-lo lhe emprestaria cem mil cruzados em dinheiro; e que o mais, que passava e muito de trezentos mil cruzados, lhe cedia tambem de emprestimo, se elle quizesse fazer justiça, obrigando muitos dos seus vassallos a restituir as tomadias ille-

(19) Barbosa e Mariz enganam-se, attribuindo alguns de seus actos a André de Gouvêa. Diogo falleceu, com mais de 90 annos, de conego em Lisboa, em 1537. — (A.).

(20) Yvon de Coctugar, François Guerret, Mathurin de Tournemouche, Jean Bureau e Jean Jamet. A traducção portugueza da carta de Francisco I, de 6 de Setembro de 1528, ao rei d'armas de Angoulême, para que reclamasse justiça de D. João III pelos attentados soffridos, existe na Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, I, 43, 25, e está publicada na *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, vol. III, ps. 74-76. — (G.).

gitimamente feitas. João da Silveira era autorizado, inclusivamente, a agenciar estes negocios concedendo aos individuos que assentasse «algum proveito secreto (21)». A este mesmo intento foram de embaixada os desembargadores Lourenço Garcez e Gaspar Vaz.

Entretanto, reconhecera-se que eram insufficientes as pequenas capitanias, antes fundadas no Brasil, e que as simples armadas de guarda-costa, além de muito dispendiosas, não promettiam toda segurança, sem uma forte colonia nalgum porto vizinho, a que ellas se pudessem recolher para refazer-se, não só de mantimento, como de gente, em caso de necessidade. Ao mesmo tempo a colonia, desenvolvendo-se e crescendo, poderia com seus proprios recursos sustentar tal armada, sem sobrecarregar o thesouro da mãe patria.

A idéa de fundar, pois, no Brasil uma colonia vigorosa começava a triumphar, quando se recebia em Lisboa uma carta escripta (22) de Sevilha por um Dr. Simão Affonso, dizendo como acabando Sebastião Cabot de chegar mui derrotado do rio Paraná, o haviam mandado ali prender, e de como pensava elle doutor que Espanha não tentaria para aquellas bandas novas emprezas.

O plano vago da fundação de uma povoação forte no aquem-mar se fixou então justamente sobre essa paragem de clima temperado, e de tantas apregoadas riquezas, que os Castelhanos escarmentados iam por ventura desamparar de todo: sobre as margens do Rio da Prata. Apromptou-se com mais rapidez a frota composta de duas naus, um galeão e duas caravelas. Além das competentes guarnições e tripulações, embarcaram-se nella familias inteiras... «Vão para o Rio da Prata!»... E bastava esta voz para não faltar quem quizesse alistar-se... Ao todo contam-se nas cinco velas (23) quatrocentas pessoas. Muitas destas diziam adeus á patria,

---

(21) C. R. a João da Silveira, de 16 de Janeiro de 1530; e sup. ao Arm. 26, m. 2.°, n. 31. — (A.). — Navarrete, *Col. de viajes*, 5, 236. — (C.).

(22) Em 2 de Agosto de 1530. — (A.). — Publicada pelo autor na 1.ª edição, 1, 439. — (C.).

(23) Em uma destas voltava ao Brasil o mesmo Diogo Leite, que estivera ás ordens de Christovão Jacques. — (A.). — A armada, como se vê do *Diario* de Pero Lopes, constava de nau maior capitanea, de dois galeões: um chamado *São Miguel*, commandado por Heitor de Sousa, outro *São Vicente*, commandado por Pero Lobo Pinheiro, e duas caravelas: *Princeza*, commandada por Balthazar Gonçalves, e *Rosa*, commandada por Diogo Leite. — Fr. Luiz de Sousa, *Ann. de D. João III*, 283, dá a armada como composta de tres naus e quatro caravelas. — (C.).

no momento em que por ventura sonhavam que dentro de pouco volveriam a ella com grossos cabedaes, — com rios de prata. Henrique Montes, que estivera com Cabot e que tinha passado a Portugal, regressava na armada (IV) feito *cavalleiro da casa*, e agraciado com o officio de provedor dos mantimentos, assim na viagem, como ao depois, «em terra, em qualquer logar onde assentassem» os que iam na armada, uns por obediencia ás soberanas ordens, outros por curiosidade, ou por ambição ou sede de riquezas, e alguns até por sua infelicidade, — seus vicios e crimes.

Para commandante fôra escolhido Martim Affonso de Sousa, que ao depois se fez celebre na Asia, obrando prodigios de valor (V). Contava então apenas trinta annos; mas já, por seu bom juizo, havia merecido a honra de fazer parte dos conselhos do rei. A amizade e o parentesco que com elle tinha o vedor da Fazenda D. Antonio de Athayde, depois Conde da Castanheira, deviam contribuir muito para a escolha; mas quem como nós teve occasião de conhecer tão cabalmente o dito Castanheira, por toda a sua correspondencia privada e de officio, incluindo a que ao depois por annos entreteve com o mesmo Martim Affonso, no serviço na Asia, não pode por um só instante suspeitar que, no animo do conde, a amizade preponderasse ao zelo pelo Estado, tratando-se de um empregado deste. Além de que: não era o Conde da Castanheira exclusivo no conselho, — e não se atreveria a fazer ao soberano qualquer recommendação, quando não tivesse o apoio de Antonio Carneiro, que era tambem secretario, mui influente na governação do Estado. Demais: o exito desta expedição e a successiva carreira de serviços de Martim Affonso justificam cabalmente a proposta que delle fez o seu primo e amigo a Sua Alteza,— que tal era o tratamento que se dava ainda ao rei.

Vinha Martim Affonso munido de poderes extraordinarios, tanto para o mar, como para reger a colonia que fundasse; e até autorizado com alçada e com mero e mixto imperio no civel e no crime, até morte natural inclusive; excepto quanto aos fidalgos, que, se delinquissem, deveria enviar para Portugal. Trazia autorização para tomar posse de todo o territorio situado até á linha meridiana demarcadora; para fazer lavrar autos, e pôr os marcos necessarios; para dar terras de sesmaria a quem as pedisse, e até para crear

tabelliães, officiaes de justiça e outros cargos. As sesmarias (24) deviam ser dadas em uma só vida, o que não parece coherente com o pensamento de ligar a terra á geração perpetuada de paes a filhos. Não sabemos que politica ou que miras envolvia esta disposição, que logo depois se modificou, com melhor conselho.

Com Martim Affonso vinha tambem nesta armada seu irmão Pero Lopes de Sousa, moço honrado e de grandes brios e valor, e igualmente muito bem conceituado perante o mesmo Conde da Castanheira (25). Á penna de Pero Lopes devemos hoje tudo quanto de mais averiguado sabemos dessa expedição, que se apresentou diante do Cabo de Santo Agostinho no ultimo de Janeiro de 1531, depois de haver tido alguns dias de demora, para se refazer de mais mantimentos, na Ribeira Grande, porto da cidade capital do archipelago de Cabo Verde.

Para não interrompermos dentro de pouco a narração que vai seguir-se, digamos já que, complicando-se as negociações em França, e havendo probabilidade de que mais se complicariam com alguns feitos da neva armada, foi lá de embaixador, em Maio de 1531, o proprio vedor da Fazenda D. Antonio d'Alhayde. E á presença nesse reino, durante poucos mezes, deste prudente estadista, a quem por certo não se faz geralmente a devida justiça, attribuimos não só as capitulações celebradas com Ango, mas tambem as boas disposições da parte do almirante de França (VI) e outros, para os accordos depois tomados, em virtude dos quaes, em 1537, se installaram em Irun e Fuenterrabia commissões mixtas de Portugal e França, para attenderem ás reclama-

---

(24) «Sesmarias são as dadas de terras... que foram ou são de alguns senhorios», etc. Ord. Man. IV. 67; e Filip. IV. 43. — (A.).

(25) A Martim Affonso escreveria de Pero Lopes o C. da Castanheira, em 1539: «Pero Lopes, vosso irmão, está feito um homem muito honrado, e outra vez vos affirmo muito honrado. E digo vo-lo assim porque póde ser que por sua pouca idade vos pareça que terá bons principios, mas que não será ainda de todo bem assentado nisso, como vo-lo eu aqui digo que é ainda menos do que o que delle cuidaes». — (A.).

A data 1538 não deve estar certa, pois não combina com o facto de Pero Lopes já ser então pae de familia e donatario de uma capitania de juro e herdade. Será 1528? Em todo caso, será posterior a 1521, reinado de D. João III. — (C.).

O Dr. Jordão de Freitas, *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, vol. III, pg. 120, nota 161, diz que não parece acceitavel a data de 1528, tanto mais que nessa época Martim Affonso de Sousa estava na côrte, com o futuro conde da Castanheira. Se ha erro de algarismo — accrescenta — possivel será que em vez de 1538 deva ler-se *1535*, anno em que Martim Affonso de Sousa já se achava na India, como capitão-mór do mar. — (C.).

ções de presas e tomadias, dos queixosos duma e outra parte. O proprio João Affonso, de appellido Francez, pratico do Brasil (26) (e que antes de fugir de Portugal fôra mestre de um navio de Duarte de Paz), recebeu d'elrei carta de seguro de que não seria demandado, nem perseguido (27) por incurso nas penas dos *naturaes* que aceitavam serviço do mar das outras nações, ou iam ás conquistas sem licença (VII).

---

(26) «Joannis Alfonsi *Francez*, qui erat expertus in viagiis ad brasilicas insulas». — (A.). — O documento citado, escreve Sousa Viterbo, se acha no Archivo Nacional da Torre do Tombo, num maço de libellos apresentados pelo Dr. João Nunes aos juizes commissarios, delegados para a divisão das presas feitas no mar entre Portuguezes e Francezes (Gav. 15, maço 24, doc. 3, libello 15). No segundo libello, logo em principio, tambem se fez referencias a João Affonso: «...adversus Rogerium Bansa Magistrum unius navigii qui erant de conserva Joannis Alfonsi Francez cognomento et contra Giles Philippes capitaneum navis aut navium dicte conserve Joannis Alfonsi et contra Joannem Ango vicinos de Anna Frol...». — (C).

(27) Casa da Corôa, Arm. 26, 3, 10. — (A.). Publicado pelo autor em *Amerigo Vespucci*, 115-116, Lima, 1865, e reproduzido por Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos dos Portuguezes nos seculos XVI e XVII*, 1, 16-17, Lisboa, 1898. — (C).

NOTAS DA SECÇÃO VII

I

(Pag. 137)

Do *Nobiliario ou Collecção de Titulos de diversas Familias*, por José Freire Montarroio Mascarenhas, códice da Bibliotheca Nacional de Lisboa, resumiu o Sr. F. M. Esteves Pereira, *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, vol. II, ps. 361-364, varias noticias acerca de Christovão Jacques, da procedencia de sua familia e da sua descendencia, como tambem de suas expedições ao Brasil.

Os Jacques, segundo essas noticias, eram originarios do reino de Aragão. Guilhelm Jacques, com seu filho Diogo Gil Jacques, passou a Portugal no tempo da menoridade de D. Affonso V, quando governou o reino D. Pedro, duque de Coimbra, que lhe fez mercê de terras no Algarve. Pero Jacques, filho de Diogo Gil, foi como seu pae fidalgo da casa real, teve as mesmas terras o morgado, e foi feito por D. Affonso V commendador de Bouças. Esse Pero Jacques foi o pae de Christovão Jacques, filho segundo, bastardo, porque os commendadores então não podiam casar, havido em Beatriz Affonso, mulher solteira, filha de lavrador honrado. Por carta de D. João II, datada de Montemór-o-novo, a 31 de Janeiro de 1495, Christovão Jacques foi legitimado; como na mesma carta o rei diga: «querendo fazer graça e mercê a Christovão, filho de Pero Jacques», observa o Sr. Esteves Pereira, *ib.*, 363, que «na data da legitimação Christovão Jacques devia ser mancebo de cerca de quinze annos, tendo nascido pelos annos de 1480.»

Não se casou no Algarve com D. Isabel de Paiva, filha de Gil Annes de Magalhães, o cavalleiro, e D. Isabel de Paiva, sua mulher, conforme se tem escripto; mas com uma filha de Francisco Porto Carreiro, da qual houve tres filhos, dois homens e uma mulher: Manuel Jacques Porto Carreiro, talvez o mesmo Manuel Jacques referido em outra nota; Francisco Porto Carreiro e Catharina Jacques, que foi casada com seu tio Henrique Jacques.

Das mesmas noticias consta que D. Manuel, sendo Christovão Jacques fidalgo de sua casa, o mandou ao Brasil, dando-lhe cem mil reaes para armar dois navios. Por outro mandado sabe-se que veiu ao Brasil e «gastou na viagem dois annos, quatro (aliás dez) mezes e dezoito dias, que começaram em 21 de Junho de 1516 e acabaram em 9 de Maio de 1519, com o ordenado de dezoito quintaes de pau-brasil por anno... e recebeu de Pedro Carloso, feitor das almandravas do reino do Algarve e cavalleiro da casa do rei, cento e vinte e cinco mil e quinhentos reaes, além do que cobrou depois os cem mil reaes que lhe haviam promettido», *ib.*, 363. Dessa ultima quantia passou-se alvará, em 2 de Setembro de

1521, para lhe ser paga pelo thesoureiro Pernão Alvares; mas é possivel que houvesse delongas no pagamento.

Foi nessa viagem, cujas instrucções deviam ser contra os castelhanos, que Christovão Jacques, depois de fundar uma feitoria em Pernambuco, encontrou ao Sul, em um porto de Santa Catharina, nove *dos* companheiros de Solís, e navegou até o Rio da Prata, conforme, baseado na carta de Luis Ramirez, presumiu Capistrano de Abreu (*Livros I e II da Historia do Brasil de Frei Vicente do Salvador*, pg. 35, nota, Rio, 1881; prefacio da *Historia Topographica e Bellica da Nova Colonia do Sacramento*, pg. XLIII-XLIV, nota B, Rio, 1900) e agora, como justamente reconhece o Sr. Esteves Pereira, vêm confirmar as noticias de Montarroio Mascarenhas.

A essa viagem devem referir-se as palavras do embaixador João da Silveira a D. João III, em carta de Paris de 24 de Dezembro de 1527, *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pg. 490, avisando-o da partida projectada de navios francezes para «hum grão rrio na costa do Brasil... creo que he o que achou Christovão Jaques.»

De uma carta ao imperador Carlos V, escripta pelo seu embaixador em Portugal, Juan de Çuñiga, datada de Evora, 27 de Julho de 1531, tem-se deduzido outra viagem de Christovão Jacques ao Brasil e ao Rio da Prata em 1521. O embaixador diz ter attrahido á sua pousada, uns quinze dias antes, um homem que não nomeia, e que, confiando em sua palavra, embora com grandes medos, lhe disse «que agora *tres* años, el Rey don Manuel le dió licencia que fuese á descubrir por aquella costa, prometiéndole grandes mercedes si hallase cobre y otras cosas que él deseaba, y dice que se fué derecho al Brasil con dos carabelas, y que siguió la costa del dicho Brasil por el sudoeste setecientas leguas de donde ellos toman el Brasil, y que halló á las CCC leguas, poco más ó ménos, nueve hombres de los que fueron con un Juan de Solís á descubrir, y habló con ellos, y están casados allí, y quisieran que él se los truxera, porque él no osó por ser castellano, y porque él sabia que al Rey le habia pesado de lo que iba á descubrir el dicho Juan de Solís, porque les prometió que si Dios allí le tornase, que los traeria. Dice que en la tierra que aquellos están no hay cosa de provecho, y que siguió su costa otras CCCL leguas, que son las DCC dichas, y que halló un rio de agua dulce, maravilloso, de anchura de cuatorce leguas, y que subió por el rio doce leguas y vió muy hermosos campos á todas partes, y que surgió allí y tomó lengua de la tierra, y que dijeron que aquel rio no sabian de donde venia sino que era de muy lejos...» Este homem, diz em começo de sua carta o embaixador, «andaba con el Rey (de Portugal) en demandas y respuestas para que le pagase su trabajo, ayudándole para que pudiese volver allá, á vista de lo que habia descubierto...» Medina, *Juan Diaz de Solís*, I, CCCXII-CCCXVI.

Do exposto, vê-se que a expedição descripta se effectuou tres annos antes de 1524, isto é, em 1521; que era castelhano quem a emprehendeu; que se compunha de duas caravelas; que a trezentas leguas, pouco mais ou menos, do logar onde os Portuguezes tomavam pau-brasil, isto é, do Pernambuco, seguindo para o Sul, achou os nove homens da armada de Solís, em Santa Catharina, e, continuando a navegar, foi ter a um rio maravilhoso, de quatorze leguas de largura, pelo qual segue

doze leguas. Vê-se tambem que, excluidas as duas primeiras circumstancias, as demais se ajustam perfeitamente á armada de Christovão Jacques, de 1516 a 1519; por outro lado, não se conhece nenhuma expedição portugueza que no ultimo anno do reinado de D. Manuel viesse ao Brasil e ao Rio da Prata. Pode-se, portanto, admittir seja elle o homem a quem Çuñiga se refere, embora contra essa hypothese militem as duas circumstancias apontadas: o tempo que o embaixador assignala para a navegação e a qualidade de castelhano que attribue ao navegador. Quanto á primeira, é possivel engano de Çuñiga, ou do proprio Christovão Jacques, dizendo *tres años*, em vez de *seis años*; o que daria 1518 ou 1519, para termo da viagem; quanto á segunda, é provavel que Christovão Jacques, talvez desgostoso pela demora das recompensas promettidas, ou por não ter commissão nos primeiros annos do reinado de D. João III, puzesse seus serviços á disposição da corôa de Castella e se dissesse castelhano para vê-los melhor acceitos.

Parece, pois, que se deve eliminar a expedição de 1521, fundida com a primeira de 1516 a 1519, sobre a qual não pairam duvidas.

Da segunda viagem sabe-se por Frei Luis de Sousa, *Annaes de elrei Dom João Terceiro*, ps. 178, Lisboa, 1844, que: «No mesmo (anno de 1526) despachou El Rey a primeyra Armada que foy em seu tempo ao Brasil; Capitão-mór Christovão Jaques. Foy correr aquella costa, e alimpalla de corsarios, que com teyma a continuavão pollo proveito do pau Brasil. E erão os mais dos portos de França do Mar Oceano.» Era uma armada de guarda-costa e destinava-se especialmente a impedir que os Francezes continuassem a forragear em nosso littoral. Além de Christovão Jacques, que commandava a nau capitanea, vinham como capitães de tres caravelas Diogo Leite, Gonçalo Leite e Gaspar Correia; mas não se conhece o numero exacto dos navios que compunham a esquadrilha.

Uma carta do embaixador João da Silveira, datada de Paris a 11 de Fevereiro de 1526, referida no texto, denunciava ao rei que se estavam armando nos portos de França dez navios para o corso no Brasil, e essa seria a razão decisiva para o apresto da armada. A data da sahida de Portugal não consta de documento algum conhecido. Da carta de Diogo Leite, de 30 de Abril de 1528, *Revista do Instituto Historico*, 6, ps. 222, deduz-se que o tempo da armada era limitado a dois annos, «des o dya que chegamos a esta costa», e já estava terminado; portanto, accrescentando-se áquelle tempo, pelo menos, cincoenta dias, que comportava a travessia oceanica, ter-se-ia para a partida os dez primeiros dias de Março de 1526. Mas, com essa supputação não concorda o facto de trazer o capitão-mór um alvará passado a 5 de Julho daquelle anno, que vem transcripto no texto, sobre a retirada de Pero Capico, além de que, se foi a carta de João da Silveira uma das causas determinantes da expedição, como parece, não é possivel conceber que em tão angusto praso — de 11 de Fevereiro a 10 de Março — sem contar o tempo que levaria a missiva do embaixador para chegar ás mãos do rei, fosse ella aprestada. O mais certo é que tenha zarpado em Setembro ou Outubro, que era a monção preferida, para alcançar em Dezembro a costa do Brasil, como diz o autor. Do modo por que foi cumprida a missão existem documentos varios que certificam sobretudo da guerra sem treguas feitas aos Francezes. Reclamações e queixas chegaram á presença de D. João III e por isso

talvez Christovão Jacques tivesse sido substituido no cargo por Antonio Ribeiro, que na feitoria de Pernambuco despachava a 26 de Outubro de 1528 uma petição de D. Rodrigo de Acuña, para que se tomassem as declarações de alguns marinheiros da nau *São Gabriel* sobre os desgraçados successos que experimentaram desde sua separação da armada de Loaysa, Navarrete, *Colección de los viajes*, 5, 313-321. Depois o nome de Christovão Jacques ainda apparece em uma proposta, talvez de 1530, para povoar o Brasil, introduzindo mil colonos, como consta de uma carta de Diogo de Gouveia, datada de Ruam, 29 de Fevereiro e 1 de Março de 1532, a D. João III.

«Entretanto, — observa Capistrano de Abreu, *Livros I e II da Historia de Frei Vicente do Salvador*, cits., — o seu offerecimento não foi aceito, nem seu nome figura entre os dos donatarios, ou porque não parecesse satisfatorio o seu desempenho de commissão, sobre o qual ha muitas queixas, fundadas ou não, ou por qualquer outro motivo não conhecido, e que teria antes valor biographico do que historico.»

Veja-se sobre Christovão Jacques: — F. M. Esteves Pereira, *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, ps. 361-364; Antonio Baião e C. Malheiro Dias, *ibidem*, vol. III, ps. 59-94. — (G.)

II

(Pag. 129)

Sebastião Caboto chegou a Pernambuco em 4 de Junho de 1526, por conseguinte um mez antes da nomeação de Christovão Jacques. Já encontrou fundada a feitoria e nella noticias das riquezas do rio da Prata, que o desviaram da projectada expedição ás Molucas. É mais uma prova da viagem de Christovão Jacques sob o reinado de D. Manuel, e de logo daquella vez ter sido fundada a feitoria. Nada autoriza a crêr que tivesse mudado de logar. Pernambuco parece ter sido primitivamente o nome do canal que separa Itamaracá do continente. De um trecho do membro da expedição Alonso de S. Cruz que Harrisse publicou em *John Cabot, the discoverer of North America*, etc., ps. 409, London, 1896, pode concluir-se que Itamaracá era chamada naquelle tempo ilha da Ascensão.

Em Pernambuco a primeira pessôa que se dirigiu para a nau capitanea foi João ou Jorge Gomes, que estava desterrado e dahi se incorporou á armada. Medina, *J. D. de Solís*, CCXCIII. O feitor chamava-se Manuel de Braga, como se vê do citado livro de Harrisse. — João de Mello da Camara descreve esses colonos como homens que se contentam «com terem quatro indias por mancebas e comerem do mantimento da terra», ao contrario dos que elle queria introduzir, «homens de muita sustancia e pessôas mui abastadas, que podem comsigo levar muitas eguas, cavallos e gados, e todalas outras cousas necessarias para o frutificamento da terra.» — (C.). — Manuel de Braga obteve carta de mercê «dos officios de feitor e almoxarifado da *capitania dos bytyguares* que Pero Lopes tem no Brasil», os quaes por seu fallecimento passaram a João Gonçalves, criado de Pero Lopes, por carta de mercê feita em 8 de Fevereiro de 1538. — Liv. 49, fls. 30 v. da Chancellaria

de D. João III, cit. pelo Dr. Jordão de Freitas, na *Lusitania*, vol. III, fasc. IX, ps. 324.

Em Dezembro de 1530, quando a feitoria foi saqueada por um galeão de França, o feitor era Diogo Dias, que Martim Affonso foi encontrar na Bahia. E' possivel que Manuel de Braga tivesse o cargo pela segunda vez, e desta com a carta de mercê a que se refere o documento supra citado. — (G.)

III

(Pag. 133)

Consta isso do seguinte trecho da carta que de Ruam escreveu a D. João III Diogo de Gouvêa, a 29 de Fevereiro e 1 de Março de 1532: «A verdade era dar, Senhor, as terras a vossos vassallos, que tres annos ha que si a Vossa Alteza dera aos dois que vos falei, a saber do irmão do Capitão da ilha de S. Miguel, que queria ir com dois mil moradores la a povoar, e de Christovão Jacques com mil, já agora houveca quatro ou cinco mil crianças nascidas e outros moradores da terra casados com as mussus, e é certo que após estes houveram de ir outros moradores o si vos, Senhor, estorvaram por dizerem que enriqueciam muito. Quando vossos vassallos forem ricos, os reinos non se perdem por isso, mas se ganham... porque quando la houver sete ou oito povoações estes serão abastantes pera defenderem aos da terra que não vendam o brasil a ninguem e non o vendendo as naus não hão de querer la ir pera virem do vasio.

«Depois disto aproveitarão a terra, na qual non se sabe si ha minas de metaes como deve haver, e converterão a gente á fé, que é o principal intento que deve de ser de Vossa Alteza, e non teremos pendença com esta *gente nem com outra*...» — Varnhagen, *Primeiras negociações*, 135. [*Revista do Instituto*, 65, 438].

O irmão do capitão da ilha de São Miguel chamava-se João de Mello da Camara: delle possuimos uma carta a D. João III, sem data, mas de 20 ou 30, como se vê do trecho acima de Gouvêa, em que allude á sua proposta. Mello da Camara assim se refere a Christovão Jacques: «...dá-me muita paixão darem pessôas informações a Vossa Alteza como querem, por onde o fazem assi estar perdendo tempo, e non tomar em nem uma cousa concrusão. E non sei, Senhor, quem lh'as dá, porque lhe non dizem que dê as terras que tem perdidas a seus vasalos e naturaes, que lhas ganhem e povôem, pagando-lhe aquelles direitos que Vossa Alteza ordenar e forem rezão, e não buscarem lhe cousas em que gaste dinheiro sem proveito, como agora me certificaram que dizia Christovão Jacques que lhe mandara Vossa Alteza dizer que nã fazia nada desta terra sem seu parecer, o que lhe havia de mandar ou mandara já por apontamentos. E que este meio buscara por terceira pessoa, que o dissesse como de si a Vossa Alteza, que eu nã sei que parecer pode ser o seu, pois que Vossa Alteza tem por experiencia nisto quanto foi. E diz que buscou este meio pera lhe dizer que nã dê sinã a tal parte a tal e que o mais guarde pera si pelo muito ouro, e prata, e metaes que ahi havia e que pera aquí havia de dar-me Vossa Alteza que o fizesse: mas até aqui não temos visto esta somma de metaes, nem quem nos visse, sinã

dizerem que um homem viu outro... (falta) que fosse assi porque os mais amigos nossos portuguezes e naturaes somos e leaes, e nã castelhanos nem francezes, e tudo como é servido de Vossa Alteza. E com isto diz que com estas cousas se ha de vingar dos que lhe pedem isto, e que os ha de fazer ficar nas montanhas e serranias pera que se percam, porque elle crê que toda esta terra lhe pertence de direito, e que aí lá de mandar Vossa Alteza outrem sinã a elle, e assi o anda dizendo que eu affirmo a Vossa Alteza que lho o ouvi, e eu, Senhor, lhe digo pera que saiba a verdade e a tenção e fundamento deste homem, e dalli pode fazer o que mais seu serviço for. E si Vossa Alteza quizer mais verdadeira informação da terra, aqui andam homens que o sabem tão bem como elle, porque foram nella mais vezes, e que lhe darão verdadeiramente, porque nã são partes no caso.» — Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos dos Portuguezes nos seculos XVI e XVII*, 1, 216-217, Lisboa, 1898. — (C.)

IV

(Pag. 136)

Torre do Tombo, Chancellaria de D. João III, liv. 56, fls. 130 r. — (A.) Da volta de Henrique Montes dá noticia Herrera, Dec. IV, l. I, c. 6. — (C.). — Henrique Montes era portuguez: Harrisse, *John Cabot and Sebastian his son*, London, 1896, ps. 239; Medina, *El veneciano Sebastian Caboto al servicio de España*, Santiago de Chile, 1908, t. I, ps. 251, citando a declaração de mestre Juan, *ibidem*, t. II, ps. 238. Teria quatorze ou quinze annos de edade, quando acompanhou a expedição de Solis ao rio da Prata. De volta, em 1516, naufragou o galeão em que vinha com dez companheiros, nas vizinhanças do porto dos Patos, e ficou entre os indios até regressar á Espanha na armada de Cabot. Nesse intervallo prestou bons serviços a D. Rodrigo de Acuña, o commandante da *São Gabriel*, quando, depois de abandonar a esquadra de Loaysa, tocou naquelle porto.

Montes levou comsigo para a Espanha duas indias forras, suas mulheres; com uma dellas passou a Portugal, a outra ficou em Castella.

Embarcou de novo na armada de Martim Affonso de Sousa, como consta de Herrera, no logar citado em principio desta nota.

Melchior Ramirez, natural de Lepe, era com Montes derelicto da armada de Solis, em que tinha a graduação de alferes. Voltou á Hespanha com Diego Garcia, que passou pelo porto de Patos pouco depois de Cabot.

Sobre Montes ha abundantes informações nos livros de Harrisse e Medina, citados supra, como tambem no deste ultimo — *Juan Diaz de Solis*, vol. I, aonde á p. CCCXXXVIII se encontra o fac-simile de sua assignatura. Veja-se ainda a carta de Luis Ramirez, na *Rev. do Inst. Hist.*, t. 15, 1852, ps. 14-41. — (G.)

V

(Pag. 136)

«Era Martim Affonso de Sousa um fidalgo principal e de alta linhagem, neto de Pedro de Sousa, senhor do Prado, e filho de Lopo

de Sousa, senhor do Prado, Pavia e Baltar, alcaide-mór de Bragança, e aio do duque de Bragança, D. Jayme. O proprio Martim Affonso de Sousa foi na sua primeira mocidade criado dos duques, passando depois para o serviço do principe herdeiro, D. João. Elle e seu primo co-irmão, D. Antonio de Athayde, foram os dois grandes validos e privados de D. João, chegando a tal este valimento que offuscou o animo cioso del-rei D. Manuel, o qual tratou de arredar os dois jovens fidalgos da companhia de seu filho... Martim Affonso de Sousa era «fantesioso e opiniatigo», e resentiu-se tanto desta intervenção do rei, e da fraca resistencia offerecida pelo principe ás determinações de seu pae, que se retirou para Castella. Visitou então Salamanca, e residiu mesmo durante algum tempo naquella cidade, vindo a casar alli com D. Anna Pimentel, filha de Aryas Maldonado, regedor de Salamanca e Talavera, e pertencendo a uma das mais nobres familias daquella provincia.

«Quando el-rei D. Manuel falleceu, ainda Martim Affonso se conservava em Espanha e alli se deteve até que o novo rei o mandou chamar; o que este não fez nem tão promptamente nem de tão bôa vontade quanto elle esperava e desejava. No animo fraco e volubel de D. João III estava já um tanto apagada a memoria da antiga amisade, «a privança era resfriada». Dominava-o além disso a influencia do outro valido, Antonio de Athayde, que depois foi conde da Castanheira, vedor de sua fazenda, e já então era, como continuava a ser, o seu principal e mais intimo conselheiro. Dados os habitos da côrte de então, podemos crer que Antonio de Athayde receiasse a presença do seu antigo amigo e rival, e desejaria conserva-lo arredado da pessôa do rei. Por isso vemos Martim Affonso encarregado depois de altas e honrosas, mas longinquas commissões.» — Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo*, 65-66, Lisboa, 1886. — (C.)

VI

(Pag. 137)

João Ango obteve duas cartas de marca. Uma, de 27 de Junho de 1530, autorizava-o a apresar bens de subditos portuguezes no valor de duzentos e cincoenta mil ducados. D. Antonio de Athayde, conde da Castanheira, conseguiu rehavê-la, pagando a Felippe do Chabot, conde de Charny, a quantia de 10.000 francos, e a João Ango, nos prasos que se fixassem, a quantia de 50.000. Em documento passado em Rouan a 29 de Fevereiro de 1531 (*sic*) João Ango reconhece juntamente com os consocios ter recebido do conde da Castanheira e Gaspar Vaz a quantia convencionada. Este dinheiro, aliás, não lhe deu fortuna. Morel, um dos socios, promoveu contra o grande armador uma acção que, iniciada em 1548, terminou em 1604, condemnando os herdeiros de Ango a pagarem aos de Morel a quantia de 30.000 ducados, com o juro de 14 % a partir de 1531.

A primeira carta de marca nada tem com o Brasil. A segunda, concedida em 3 de Fevereiro de 1543, refere-se a um navio tomado em 1531, segundo parece, e pode relacionar-se com a expedição de Martim Affonso. Ango allega que seu navio *La Michelle*, tendo de carregar na costa do Brasil em certa abra chamada *Asier*, — nome evidentemente

deturpado, porque não é europeo nem americano —, capitães e subditos portuguezes tomaram-no, e levaram-no a Portugal, onde ficou a serviço do dito rei. Da gente do *La Michelle*, parte refugiou-se entre os indios, parte foi levada para o reino, e lá conservada presa. Na longa detenção morreram alguns dos aprisionados.

A data desse successo não é positivamente declarada, mas não tendo entrado na primeira carta de marca, outorgada em 1530, e referindo a segunda carta, em seguida ao successo do *La Michelle* logo outro de 1532 (quiçá 1533), naturalmente foi nesse meio tempo, durante a assistencia de Martim Affonso no Brasil, que isso passou.

A expedição de Martim Affonso, como veremos na secção seguinte, tomou duas naus francezas a 31 de Janeiro de 1531: a gente de uma fugiu para terra; sobre a tomada da outra nem uma particularidade offerece o *Diario* de Pero Lopes. Terceiro navio tomou a 2 de Fevereiro depois de grande resistencia. Antes de deixar Pernambuco, Martim Affonso queimou um dos navios, outro mandou para Portugal por João de Sousa, no ultimo baptisado *Nossa Senhora das Candêas*, seguiu Pero Lopes para o Sul. *La Michelle* podia ser tanto o navio de João de Sousa, como o de Pero Lopes, ambos aproveitados no serviço real. Pode-se consultar sobre o assumpto, F. Palha, *A carta de marca de João Ango*, Lisboa, 1882, que trata só da primeira, e Eug. Guénin, *Ango et ses pilotes*, Paris, 1901, que publica ambos os documentos. — (C.)

VII

(Pag. 139)

Ordenações Manuelinas, liv. V, tits. 98 e 112. Veja-se tambem a 11 de maço 1.º das leis sem data. A respeito da naturalidade de João Affonso, posta em duvida pelo douto D'Avezac, vejam nos esclarecimentos que publicamos no escripto — *Amerigo Vespucci*, etc. — (A.)

Em carta de Gaspar Palha, de Paris, 1 de Maio de 1531, lê-se: «Depois de ser esta escrita, fui topar com um homem de Rochella que chegava então della, e me conheci informar delle, sem que me este conhecesse, das novas que lá havia; antre outras coisas lhe perguntei que era feito de João Affonso, aquelle piloto portuguez que ahi estava. Disse-me que andava homesiado, porque quando se perdera com tormenta na costa da Bretanha, que houvera razões com um filho que tinha já homem, e que o matara, e que por este caso andava agora homesiado, que lho ouuva parecer.» — *Raccolta Colombiana*, parte V, vol. II, ps. 296. Uma carta de Gaspar Vaz para D. João III, escripta de Honfleur em 18 de Outubro de 1691 e extractada por Santarem, *Quadro elementar*, III, 244, confirma a nacionalidade portugueza de João Affonso, do mesmo modo que um documento de 9 de Fevereiro de 1533, citado em Fr. Luis de Sousa, *Annaes de D. João III*, 377. Comtudo, Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos*, s. v., acha a questão duvidosa. — (C.)

SECÇÃO VIII

(IV. da I. edição).

RESULTADOS DA EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFFONSO

Seus feitos. Os Francezes. O Maranhão. A Bahia. Combate naval dos Indios. Martim Affonso na Bahia e no Rio. Ilha da Cananéa. Oitenta homens ao sertão. Padrões da Cananéa. Naufragio de Martim Affonso. Pero Lopes sóbe o Paraná. Martim Affonso fica na costa. Escolha do porto de São Vicente. Sua descripção. Estabelecimento da colonia. João Ramalho. Etymologia do nome Piratininga. Piracemas. Villas de São Vicente e de Piratininga. Concelhos das duas villas. Sesmarias. Direitos dos colonos. Jurisdicção ecclesiastica primitiva.

Acabava Martim Affonso de avistar a costa de Pernambuco, quando descobriu ao longe uma nau franceza. Pouco lhe custou dar-lhe caça, e rende-la; fugindo no batel para terra toda a tripulação, menos um só homem. Seguiu-se a esta presa a de outras duas naus, tambem francezas, e carregadas, como estava tambem a primeira, de brasil. De uma dellas coube o apresamento a Pero Lopes, que depois de a haver seguido com duas caravelas, e combatido um dia todo, conseguiu rende-la.

Feliz com tão boa estréa, dirigiu-se Martim Affonso ao proximo porto de Pernambuco; e dahi resolveu mandar a Portugal uma das naus apresadas, com a noticia do succedido (I), levando outra comsigo, caminho do Rio da Prata, e queimando a terceira por incapaz (II). Igualmente resolveu, talvez em virtude de ordens que tinha, mandar as duas caravelas para as bandas do Maranhão, afim de fazer explorar por ahi a costa, e de collocar nella padrões em signal de posse. Diogo Leite foi o capitão a quem Martim Affonso confiou o mando dessas duas caravelas. Sabemos que este chefe, percorrendo o littoral de leste-oeste, chegou pelo menos até a bahia de Gurupi, que por algum tempo se denominou «abra de Diogo Leite»; — nome este que já se

lê em um mappa em pergaminho de toda a costa, feito por Gaspar Viegas em 1534 (1).

Da nau franceza mandada a Portugal foi capitão João de Sousa. Além de umas setenta toneladas de brasil, levou trinta e tantos dos prisioneiros, e em fins de Julho estava a dita nau fundeada em Villa Nova de Portimão, no Algarve, onde se procedeu á venda da sua carga de brasil, á razão de 800 a 900 réis o quintal (2).

De Pernambuco seguiram os outros navios para o sul, e foram entrar na Bahia de Todos os Santos, descoberta em 1501. Aqui se apresentou ao capitão mór o portuguez Diogo Alvares, que em terra vivera entre os indios os vinte e dous annos anteriores, e que ahi tinha muitos filhos, havendo-se alliado a uma indiá, cujo nome primitivo corre haver sido Paraguassú, Catharina o da pia baptismal (3).

Por intervenção do mesmo Diogo Alvares, vieram todos os principaes visitar ao capitão mór, trazendo-lhe mantimentos, que foram retribuidos com as dadivas de costume. Admirou Pero Lopes na Bahia a alvura da gente, a boa disposição dos homens, e a formosura das mulheres, que não achou inferiores ás mais bellas de Lisboa.

Reservando-nos a tratar, mais ao diante, do colono Diogo Alvares e desta Bahia, nos limitaremos agora a dizer que, durante os quatro dias que fundeada se demorou a armada, tiveram os nautas occasião de presenciar um combate naval travado dentro do reconcavo; naturalmente entre os da ilha de Itaparica, e os do lado do norte que senhoreavam as

(1) Mais a Oeste se vê designada a bahia de S. João. Chegaria a ella Diogo Leite, no dia deste santo (24 de Junho), depois de haver entrado, a 19 de Maio, na bahia de S. José, e a 25 de Abril na de São Marcos: se é que estes nomes não haviam sido anteriormente dados por Diego Lepe, em 1500. — (A.).

Em 1537, estando Diogo Leite, cavalleiro da casa real, com uma armada de cinco caravelas pousado sobre ancoras no porto da ilha do Corvo á espera de uma náu da India, cinco navios francezes deram sobre ellas, e na tomaram e levaram com toda a artilharia, segundo uma carta de D. João III a Ruy Fernandes, de que existe cópia no Instituto Historico. Será o mesmo? — (C.).

(2) Veja (no Arm. 25, maç. 9, n.º 6 do interior da Casa da Corôa na Torre do Tombo) um livro rubricado por Diogo Tosonco, almoxarife e juiz da alfandega da dita villa. Consta desse livro que Lourenço Fernandes viera por mestre da nau franceza de que João de Bouen viera por capitão, sendo marinheiros Rodrigo Eanes e Affonso Vaz, e bombardeiro Ateixo Pinto. Parece que eram no todo 927 quintaes de brasil, dos quaes 17 foram dados de quebra. — (A.). — Copia na Bibl. Nacional. — (C.).

(3) Frei Vicente do Salvador, que ainda a alcançou, «vivia mui honrado, amigo de fazer esmolas aos pobres e outras obras de piedade», chama-a Luiza no *Hist. do Brasil*, livro III, cap. 1.º. (Pg. 150, da ed. paulista de 1918). — (C.).

terras onde se assentou depois a cidade do Salvador. Cada esquadrilha constava de cincoenta canoas, guarnecidas algumas destas de sessenta homens, todos escudados de pavezes de côres, semelhantes aos que usavam então os guerreiros maritimos portuguezes. O combate durou desde o meio dia até o sol posto; — os da armada europea conservaram-se impassiveis espectadores desta naumachia entretropica, e viram com gosto decidir-se o triumpho pelos que combatiam do lado em que elles estavam surtos. Muitos dos vencidos cahiram prisioneiros; e com estes praticaram os vencedores o costumado uso de os matarem, com grandes ceremonias, e de lhes tragarem depois — oh asqueroso horror! — as carnes.

Martim Affonso, deixando com Diogo Alvares dois homens e muitas sementes, para saber-se por experiencia o que a terra (que segundo doze annos antes publicára Enciso era *de pouco proveito*) poderia melhor produzir, velejava com sua pequena frota para o sul, quando, ao cabo de alguns dias, foi obrigado a arribar. Entrando na mesma Bahia, em 26 de março (1531), encontrou agora ahi fundeada a caravela que, com destino a Sofala, passára por Pernambuco, e recebera a bordo a Diogo Dias, feitor do estabelecimento ou feitoria, que o galeão francez havia, mezes antes, saqueado (4). Martim Affonso, vendo que esta caravela lhe podia servir, decidiu-se a leva-la comsigo. No dia immediato levantaram de novo ancoras todos os navios da armada, e seguiram navegando para o sul até que entraram, em 30 de Abril, no porto ou bahia já então conhecida pelo improprio nome de «Rio de Janeiro» (5). Para não deixarmos de aproveitar a minima eventualidade no pouco que sabemos do que então se passou nesta paragem, cujas menores circumstancias hoje interessam a todo o Imperio, transcreveremos fielmente quanto nos transmittiu um dos nautas, que logo veremos

(4) Em 17 de Fevereiro de 1531 havia dois mezes que o galeão francez saqueára a feitoria de Pernambuco: *Diario* de Pero Lopes, *Revista do Instituto Historico*, 24, 1861, p. 20. Esse galeão não podia ser o que depois foi tomado nas costas da Andaluzia pelas caravelas portuguezas que andavam na armada do Estreito; carregava brasil e foi levado a Lisbôa: carta de D. João III para Martim Affonso de Sousa, de Lisboa, 28 de Setembro de 1532, incluida na secção seguinte. — (C.).

(5) O nome de rio de Janeiro, já conhecido no tempo de Magalhães, *Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, 4, n. 2, Lisboa, 1826, *Raccolta Colombiana*, parte 3.ª, 1, 273, Roma, 1893, figura em mappas anteriores a 1530. Estes testemunhos bastariam a provar que não foi Martim Affonso de Sousa quem deu o nome de rio de Janeiro, se já não o soubessemos pelo *Diario* de Pero Lopes. — (C.).

donatario de Itamaracá, Santo Amaro e Santa Catharina. É Pero Lopes quem prosegue, em seu estylo, tão ingenuo como pittoresco: «Como fomos dentro (da bahia de Janeiro) mandou o capitão (Martim Affonso) fazer uma casa forte com cerca por derredor; e mandou sahir a gente em terra, e pôr em ordem a ferraria, para fazermos cousas de que tinhamos necessidade. Daqui mandou o capitão (Martim Affonso) quatro homens pela terra dentro: o foram e vieram em dois mezes; e andaram pela terra cento e quinze leguas, e as sessenta e cinco dellas foram por montanhas mui grandes; e as cincoenta foram por um campo mui grande; e foram até darem com um grande rei, senhor de todos aquelles campos; e lhes fez muita honra, e veiu com elles até os entregar ao capitão; e lhe trouxe muito cristal, e deu novas como no Rio de Peraguay havia muito ouro e prata (6). O capitão lhe fez muita honra, e lhe deu muitas dadivas, e o mandou tornar para as suas terras. A gente deste rio é como a da Bahia de Todos os Santos; senão quanto é mais gentil gente. Toda a terra deste rio é de montanhas e serras mui altas. A melhores aguas ha neste rio que podem ser. Aqui estivemos tres mezes tomando mantimentos para um anno, para quatrocentos homens que traziamos, e fizemos dois bergantins de quinze bancos».

Cumpre aqui accrescentar que o mencionado estabelecimento de Martim Affonso, nesta bahia, deve ter tido logar na enseada em que desemboca o rio Comprido; e em uma paragem que, ainda meio seculo depois, se denominava «porto de Martim Affonso» (G. Soares, 1, cap. 52).

Deixando o Rio de Janeiro foram os navios, ao cabo de doze dias de navegação, ancorar da banda de dentro da ilha chamada, «do Abrigo» junto do porto da Cananéa. Por este ultimo, cujas aguas, com o nome de «Mar pequeno», se estendem terra dentro (desde o rio de Iguape até o sul da barra de Ararapira, onde acaba a ilha que ora chamam do Cardoso) e quasi a communicam com a bahia de Paranaguá, mandou Martim Affonso ao piloto Pedro Annes, entendido na lingua dos indios, que fosse, em um bergantim, haver fala

(6) Orville A. Derby, *Revista do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo*, e José Luiz Baptista, *Primeiro Congr. de Hist. Nacional*, in *Rev. do Inst. Historico*, tomo especial, 2, 1914, pensam que podiam estes emissarios ter chegado a Minas Geraes. Parece preferivel admittir que tenham ido a terras de São Paulo, pois só nestas havia conhecimento das riquezas do rio Paraguai. — (C.).

dos que ali houvesse. Este piloto voltou cinco dias depois, conduzindo a bordo do bergantim um bacharel portuguez, que havia trinta annos que ali estava, isto é, como vimos, desde a primitiva exploração da costa em 1502, um tal Francisco de Chaves, e varios castelhanos.

Este Francisco de Chaves, naturalmente, era algum dos aventureiros que antes haviam chegado até as terras do Inca. O certo é que, pelas informações que deu e promessas que fez de trazer, dentro de dez mezes, quatrocentos escravos carregados de prata e ouro, Martim Affonso accedeu a mandal-o seguir de oitenta homens armados, metade de arcabuzes, e outra metade de béstas, da sorte dos quaes adiante trataremos.

Quarenta e quatro dias se demorou a esquadra junto da Cananéa, durante os quaes esteve sempre encoberto o sol, circumstancia pouco para admirar aos que saibam que ainda hoje raras vezes elle se mostra radiante aos habitantes desses contornos.

Tambem no ancoradouro se romperam muitas amarras e perderam-se varias ancoras, o que succede ainda agora nesse porto, cujo fundo tem rato, como dizem os mareantes daquelles que rompem as amarras, quando não são de elos de ferro.

Defronte da ilha da Cananéa sae da terra para o mar um pontal de pedra, que se chama hoje de *Itaquaruçá*, onde ainda existem tres padrões de marmore sacharoide, do que se encontra nas formações vulcanicas das immediações de Lisboa, os quaes, com toda a probabilidade, foram ali postos durante estes quarenta e quatro dias, apezar do silencio que a tal respeito guarda o (tantas vezes desesperantemente omisso) escriptor dos feitos desta expedição, que merece desculpa; porque não se propunha elle a ser chronista, mas sómente a consignar por escripto o seu roteiro ou diario maritimo. Os padrões da Cananéa que examinámos pessoalmente, são de quatro palmos de comprido, dois de largura e um de grossura; e têm esculpidas as quinas portuguezas, sem a esphera manuelina, nem castellos; e nenhuma data se lê em suas faces (1).

Com o pensamento sempre na colonização do Rio da

(1) Como asseveron o meritissimo Casal, 1, pg. 227 e 228. — Veja Fr. Gaspar, pg. 32. — *Annaes do Maranhão*, pg. 401. — Soares, 1, cap. 65 e tambem Varnhagen, na *Rev. do Inst. Hist.*, 12, pg. 374 e 375. Convem aqui notar que já no

Prata, seguiu Martim Affonso para o sul, e dahi a dias, 26 de Setembro, experimentou tão grande temporal que a capitanea deu á costa, junto ao riacho de Chuí, na actual fronteira meridional do Brasil; do que resultou perecerem sete pessoas.

Reunidos de novo todos os navios, exceptuando um bergantim tambem naufragado, chamou Martim Affonso a conselho todos os que para isso eram, e neste foi assentado que em virtude, não só da falta de mantimentos, originada da perda da capitanea, como do mau estado das outras duas naus, que se não poderiam expôr aos temporaes do Rio da Prata naquella estação (naturalmente os conhecidos pampeiros), se desistisse da empreza de ir coloniza-lo.

Apezar desta resolução, julgou Martim Affonso que, estando tão perto desse rio, não devia deixar para mais tarde o acto da posse delle, por meio dos padrões que levava. Julgando ser para isso sufficiente um bergantim com trinta homens, encarregou o commando deste, e a commissão de pôr os mesmos padrões, a seu irmão Pero Lopes (8), que se fez de vela em companhia de Pero de Góes, ao depois donatario da capitania de São Thomé ou Campos de Guaitacazes. — Desempenhou Pero Lopes o mandado, subindo pelo Paraná e Uruguai, e achando-se de volta, decorrido pouco mais de um mez. Desta exploração do Rio da Prata é que seu chefe Pero Lopes, a quem ella deu tantos trabalhos, se compraz de nos transmittir informações muito mais minuciosas do que costuma. Ainda mal, são justamente todas alheias á nossa historia, e mais poderão interessar á dos estados limitrophes do Brasil pelo sul.

Muito provavel é que no entremeio de tantos dias, em que Pero Lopes demarcava o Rio da Prata, não estivesse

---

seculo passado (XVIII) Affonso Botelho, visitando estes marcos, ou antes o que está visivel em cima, diz «que lhe não apparece letreiro algum». Veja a *Derrota do comboy de Portugal*, Ms. na Bib. do Porto, 437. — (A.).

Um destes marcos, com o respectivo tenente ou testemunha, foi em 1884 recolhido ao museu do Instituto Historico, por iniciativa do Dr. Guilherme Schuch de Capanema, depois barão de Capanema. Na *Revista*, tomo 49, parte 2ª, pp. 361-364, occorre noticia a respeito por Moreira de Azevedo. — (G.).

(8) O piloto Francisco Fernandes, espanhol, em Março de 1800, explorando a ilha de Maldonado, achou «una piedra que pesaria tres quintales con un escudo grande de Portugal y encima otro pequeño atravesado con una cruz», segundo P. Groussac, *Anales de la Biblioteca*, 4, pp. 315. Buenos Aires, 1905. Trata-se evidentemente de signaes deixados pela expedição de Martim Affonso de Sousa e Pero Lopes. Sobre estes pontos consulte-se o *Diario de Pero Lopes*, na edição de Eugenio de Castro. Rio, 1927. — (G.).

ociosos os pilotos que haviam ficado na costa com Martim Affonso. Em terra tiveram occasião de fazer frequentes observações astronomicas (9) sobre a latitude e longitude do logar e isso lhes daria a convicção, e ao capitão mór, de que aquella costa, e, com mais razão, todo o Rio da Prata, já se achavam fóra, isto é, mais a loeste, da raia até onde se estendia, pelo tratado de Tordesilhas, o dominio portuguez naquellas paragens. Ao conhecimento deste facto em Portugal devemos attribuir o não proseguirem em Madrid as reclamações acerca desse rio; o desistir aquelle reino de mandar mais frotas ás suas aguas; e até o não doar, quando doou outras terras, as que ficaram além das de Sant'Anna, ou da Laguna, onde terminava a courela que de direito ainda por ahi lhe tocava.

Talvez tambem pelo conhecimento desse facto, mais que por serem ahi as terras (no littoral) sáfias e arcentas, é que Martim Affonso não se deixou ficar nas plagas da actual provincia do Rio Grande, onde o lançára de si o proprio mar, e decidiu retroceder mais para o norte, a buscar outro local onde fixar-se de preferencia. Entrando no porto de São Vicente, o bom abrigo que nelle encontrou para as naus, a excellencia das aguas, a abundancia do arvoredo, encantador principalmente aos que acabavam de viver nos arcentos plainos do Chuí, a amenidade do clima, por certo mui preferivel ao do vizinho porto da Cananéa, onde nunca se vira o sol durante quarenta e quatro dias, e talvez, mais que todas estas razões, a presença de um colono portuguez, por nome João Ramalho, que ali contava já mais de vinte annos

(9) Assim no-lo confirma o mathematico Pedro Nunes, em uma de suas obras. — (A.). — Que elle (Martim Affonso) possuia um alto valor intellectual é facto sobre que tambem não pode haver duvida. Todos os escriptores do tempo, amigos como inimigos, se referem ao seu engenho agudo e subtil, á sua razão clara e á prudencia do seu conselho. Reunia aos dotes naturaes do espirito uma instrucção pouco vulgar. Era-lhe familiar a lingua latina como se fosse a sua propria e materna. Passava na India as raras horas de ocio em graves leituras de historia. Era como D. João de Castro perito nas questões de navegação e cosmographia. Quando voltou do Brasil deu a Pedro Nunes minuda relação da sua derrota, «contou-lhe com quanta diligencia e por quantas maneiras tomara a altura dos logares em que se achára e verificara as rotas por que fazia seus caminhos», e expoz-lhe algumas duvidas que tivera durante a navegação, as quaes o grande geometra tirou em tanta conta que expressamente compoz um tratado para as resolver. (*Tratado que o doutor Pedro Nunes fez sobre certas duvidas de navegação, dirigido a El-Rei Nosso Senhor.* — Anda annexo ao *Tratado da sphera*, Lisboa, 1537). Escreveu as suas memorias, — um Epitome da sua vida —, que provavelmente se perderam, mas ainda foram vistas pelo erudito investigador conde da Ericeira. — Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo*, ps. 69-70. — (C.).

de residencia, o que, naturalmente avisado pelos indios, pareceu dando razão da terra e de como toda ella pelo interior era de campos e clima semelhantes aos amenos de Coimbra onde nascera, — tudo concorreria á predispôr o animo do capitão mór em favor desta paragem para fundar nella, como fundou, a primeira colonia regular europea no Brasil. E dizemos a primeira, porque não podemos chamar colonias regulares ás pequenas feitorias provisorias fundadas antes, nenhuma das quaes vingou até chegar a ter as honras de povoação e de villa.

E' o porto de São Vicente por assim dizer formado em um canal, que convenientemente se afeiçoa entre duas ilhas de mediana extensão conchegadas á terra firme. Mais mettida por esta a dentro fica a que se diz de São Vicente, cuja planta apresenta alguma semelhança ao perfil de uma cabeça humana, vista pela face direita (10). Um pouco para o norte, se prolonga a vizinha ilha de Santo Amaro, que nesse rumo, vai fenecer na barra do canal chamado da Bertioga, corrupção de Buriqui-oca, que quer dizer covil de bogios; o que prova que ahi devia de haver muitos; pois eram os Tupis sinceros em taes denominações (11). Assim á dita ilha de Santo Amaro chamaram elles do *Guaimbé* (11), planta deste nome, que nella dava como verdadeira praga. A' ilha de São Vicente chamaram *Orpion* ou *Morpion* (12), nome que sómente podemos explicar como uma contracção de *Morubi-nhum*, isto é, Campo dos trabalhadores ou lidadores. O nome de São Vicente lhe proveiu da povoação nella construida, que o recebeu, em virtude de ser o que já tinha o porto.

---

(10) A boca se representa no Outeirinho; Monserrate no logar de olho [illegible]; Santos sobre o cavallete do nariz; a praia de Embaré na papada, etc. — (A.). — Na secção XII o autor emprega imagem semelhante para a ilha do Maranhão. — (C.).

(11) *Gaibé* escreve o jesuita Simão de Vasconcellos; *Guaybea* dis Thomé Grigs, em Hackluyt, 8, 701 e 100. — (A.). — 4, pg. 203, da edição de 1865. — (C.).

(12) Veja Thevet e Abbeville (Léry) [Cf. C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Hist.*, t. 40, parte 2.ª, 1877, pg. 231, nota, e 330 — (C.)]. Staden diz *Urbioneme*, *Orbion-êm*, ou *Orpion* [illegible], e na collecção Purchas (3, 1212) ha quem a denomine *Warapiemama*. Este ultimo nome alludiria aos guerás, que all se [illegible] vam. — (A.).

O nome *Urbioneme* transmittido por Staden, repara Theodoro Sampaio em nota á traducção do livro de Hans Staden commemorativa do quarto centenario do descobrimento do Brasil, deve estar alterado, se é que o devemos ter como de lingua tupi, como se deve inferir das proprias palavras do narrador. Muito se tem discutido a proposito deste vocabulo adulterado, parece-nos que elle não é senão corruptela de *Ypau-nema*, denominação tupi, que quer dizer — ilha imprestavel ou ruim, talvez em allusão a ser ella baixa em sua maxima extensão, lamacenta, alagada e coberta de mangues. — (C.).

O local desta ultima ilha, escolhido para assento da colonia, foi uma quasi insensivel eminencia fronteira á barra e á ilha de Santo Amaro, mui lavada de ares, e situada no meio do isthmo para um farilhão ou promontorio, em que ella remata por este lado. Os morros deste promontorio alimentariam os mananciaes de agua para a povoação; e dariam no principio pedra para as obras; e os matos, que ainda hoje os cobrem, forneceriam com a maior commodidade a necessaria lenha. Um pequeno regato, essencial para muito em qualquer povoação, corre para o lado da barra, e vai desaguar na deliciosa praia que segue contornando a ilha. — Para o rumo opposto, a quasi igual distancia, havia outra vez agua, um mar pequeno, com beiras mui a proposito para porto e varadouro das canoas. Finalmente, do local preferido se descobria, pela barra, o mar até perder-se no horizonte, o que permittiria aos moradores, sem atalaias de aviso, juntarem-se a tempo para acudir e qualquer rebate de pirata inimigo. O viajante que percorresse a ilha de São Vicente, em busca da melhor paragem para uma povoação, sobretudo no mez de Janeiro, em que a praia de Embaré, fronteira á barra, está alagada, ainda hoje não indicára outra mais adequada, se o porto de São Vicente pudesse competir com o de Santos, aliás abafadiço e tristonho (13).

Martim Affonso não quiz, porém, limitar-se a fundar uma só villa. A vista das informações que lhe deu João Ramalho, assentou de reforçar esta, contra qualquer tentativa de inimigo maritimo, com outra povoação sertaneja, que ao mesmo tempo servisse de guarda avançada para as futuras conquistas da civilização. As duas villas irmãs ficariam assim no caso de prestarem-se apoio uma á outra, segundo lhes viesse do mar ou da terra o inimigo, ao passo que a maritima receberia, ao mesmo tempo, soccorros das naus do reino, a quem por seu turno soccorreria.

De São Vicente para o interior, a umas tres leguas, se levanta o continente, apresentando para o mar um paredão, em fórma de serra, ás vezes elevada de mais de dois mil pés. Do cimo manam varios riachos, dos quaes um se despenha

(13) E' (São Vicente) situada em uma ilha que tira seis milhas em largo e nove em circuito, antigamente era porto de mar e nelle entrou Martim Affonso a primeira vez com sua frota, mas depois com a corrente das aguas de terra do monte se tem fechado o canal, nem podem chegar as embarcações por causa dos baixos e arrecifes. — Anchieta, *Informações e fragmentos historicos*, 11. — (C.).

com tal furia que de longe se vê branquejar a espuma de seus ferventes cachões. Chamavam-lhe os indios *Itú-tinga* ou cachoeira branca. As aguas desses riachos, promiscuando-se com as salgadas do mar, recortam todas as planicies debaixo, por tal fórma em esteiros, que, vistas estas dos altos ao longe, mais parecem marinhas de sal, que braços de mar ou de rios. — Á serra denominavam os indios, como nós hoje, Paraná-piacaba, o que quer dizer «de donde se vê o mar» (14).

Desde aquelles cimos elevadissimos, as aguas baixam com o terreno para o interior, quasi insensivelmente; pois este se reduz na essencia a uma extensa chapa ou chapada, que para o sertão se ramifica em varios sentidos até mui longe. A zona vizinha ao mar, o paredão de serra para o lado delle, reforçado por muitos espigões ainda o primeiro par de leguas para o interior, são vestidos de vegetação vigorosa de mato virgem, que alcança até um linde que chamam «Borda do Campo»; pois que dahi por diante a terra não é de matos, e apenas, de quando em quando, povoada de reboleiras e de pequenas boscagens, algumas dellas de pinheiros curis ou araucarios, que os indios muito apreciavam, pelo alimento que lhes forneciam seus grandes pinhões (15).

A algumas leguas da Borda do Campo, e proximo de uma ribeira, cujas margens não deixam de recordar as coimbrãs do placido Mondego, era a aldeia em que principalmente vivera João Ramalho, com a sua familia, já numerosa, como se pode imaginar, sabendo que vinte annos passára livremente entre aquella gente, á lei da natureza. Chamavam-se, tanto a aldeia como a ribeira, de *Pira-tininga* ou do Peixe-secco (16), nome que em outros logares do Brasil se pronunciava *Pira-sinunga*, e queria dizer o mesmo. A origem do nome explica a causa por que se fundára ahi a aldeia: provinha aquella das frequentes *pira-cemas* ou invasões do peixe, pelas

(14) Ruiz de Montoya, *Conq. Espiritual del Paraguay*, fol. 45 f.; se bem que «ver» se diga (*Dicc. Bras.* p. 78) *Cepidea*. — (A.). — Na edição da *Conquista Espiritual*, de Bilbao, 1892, á ps. 143. — (C.).

(15) O apreço do fructo ainda mais tarde, entre os moradores de lingua europêa, pode deduzir-se do facto que, ao tempo do padre Belchior de Pontes (1644-1719) pinhão servia para designar outono. — Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, ps. 98, Lisboa, 1752. — (C.).

(16) *Tining*, «seccar». Veja *Dicc. Bras.* nos voc. «*Secca*» e «*Murchar*». Por ventura a traducção litteral seria «secca do peixe». — (A.). — Segundo Theodoro Sampaio, *O Tupi na Geographia Nacional*, ps. 147, São Paulo, 1901, *Pirassununga*, corruptela de *piraoyninga*, significa peixe roncando, ou ronca peixe. — (C.).

margens principalmente do chamado *saguairú*, isto é, de certos enxurros e desenxurros, digamos assim, demasiado rapidos, a que era, e é ainda, sujeita a dita ribeira; em virtude dos quaes o peixe ficava em secco pelas margens, o que dava aos moradores destas grande fartura; como succede aos povos do littoral quando, com os temporaes, dão certos peixes á costa. O phenomeno das *pira-cemas* é frequente em varios rios do Imperio, sobretudo na proximidade de sua foz, donde se pode imaginar que vem tal phenomeno a ser como uma pequena pororoca, causada pelo desempate de suas aguas com as do monte do outro rio, em que affluc o da *piracema*. Foi a aldeia de Piratininga que Martim Affonso escolheu para fundar a colonia ou villa sertaneja, cujo governo militar confiou a João Ramalho, com o pomposo titulo de guarda-mór do campo. Eis a origem europea da actual cidade do São Paulo.

Ouçamos agora o que nos diz Pero Lopes de Sousa, testemunha de vista, durante os primeiros quatro mezes de vida das ditas duas colonias: «Repartiu o capitão mór a gente nestas duas villas, e fez nellas officiaes; e poz tudo em boa ordem de justiça; do que a gente toda tomou muita consolação, com verem povoar villas, e ter leis e sacrificios, celebrar matrimonios e viver em communicação das artes; a ser cada um senhor do seu; e investir as injurias particulares; e ter todos outros bens da vida segura e conversavel».

Nestas poucas palavras se encerram os pontos capitaes respectivos a qualquer sociedade constituida. Vemos as colonias e as suas competentes autoridades; vemos o reconhecimento das leis; vemos as praticas, assim do que respeita ás consciencias, pelas ceremonias dos sacrificios religiosos, como ao estado social pela celebração dos matrimonios; vemos garantida a segurança individual e a propriedade, e sem valhacouto as tropelias e injurias. Para nada faltar, como bem essencial na vida «segura e conversavel», diz-nos Pero Lopes que já viviam os colonos em «communicação das artes».

Tal era o estado florescente das duas colonias, quando Pero Lopes, por ordem de seu irmão, as deixou, fazendo-se de vela aos 12 de Maio de 1532.

Emfim Martim Affonso não se descuidou da empresa confiada á sua solicitude, e que mais no-lo recommenda, e o ha de recommendar á posteridade, que todos os outros seus feitos militares (apezar de mui brilhantes, de mais perecedoura me-

moria) praticados nesse Oriente por que tanto se afanava. Emquanto no Brasil, não dava elle nem um dia de féria a seu cuidado. A igreja, a casa da camara, o estaleiro, as sesmarias, o tombo competente para estas, tudo o trazia occupado, — a tudo acudia. Nem lhe consentiu o dever, nem talvez tão pouco a curiosidade, propria da sua idade, o deixar de emprehender uma jornada a Piratininga; e sesmarias chegaram até nós que elle ahi assignou. De falta de actividade nem sequer na velhice foi accusado. O seu caracter, se tinha defeito, era antes o da vivesa afanosa, e de alguma violencia.

Varias terras de São Vicente e de Piratininga destinou elle desde logo, como era natural, para rocios e logradouros dos dois concelhos, aos quaes fixou os termos que julgou razoaveis (17). — Escusamos dizer que estas villas foram fundadas sem differença alguma do que se passaria, tratando-se da installação de qualquer colonia, em uma paragem menos povoada de Portugal. Subentendeu-se que, em legislação e em tudo, os novos moradores e os descendentes destes teriam, em relação á metropole, os foros de *naturaes;* e seriam governados pelas mesmas leis vigentes, das quaes nos occuparemos mais no diante.

Quanto á jurisdicção ecclesiastica, vimos que em 1514 fôra o Brasil considerado sujeito á mitra do Funchal. Cumpre accrescentar que assim continuou ao declarar-se, em 1534, metropolitana a sua sé, tendo por suffraganeos os bispados de Angra, Cabo Verde, São Thomé e Gôa, então creados por Clemente VII; o que mais evidentemente se consignou na bulla — *Romani Pontificis* — de 8 de Julho de 1539, que reformou a anterior (18).

---

(17) O autor aproveita-se nesta secção do *Diario* de Pero Lopes, que publicou em Lisboa no anno de 1839 e depois reimprimiu na *Rev. do Inst. Hist.*, t. 24, 1861, e avulso. A autenticidade deste documento foi contestada por João Mendes de Almeida em uma memoria: *A Capitania de S. Vicente-S. Paulo. Sua origem: Ligeiro historico*, São Paulo, 1887, reproduzida na *Rev. do Inst., Hist.*, t. 52, parte 1.ª, 1890. Sua these é: «Manifestamente esse *Diario da navegação de Pero Lopes de Sousa* com referencia á expedição de 1530-1535, é um documento apocrypho, ou sem fundamento algum de autenticidade, podendo, pôrem, ser o *Diario da navegação de Martim Affonso de Sousa* para a India em 1533-1534, mudados para 1530-1531, com o ajuncto em fórma complementar da navegação de Pero Lopes de Sousa para o rio da Prata e do seu regresso para Portugal em 1531-1532». A argumentação de Mendes de Almeida difficilmente convencerá a quem ler o *Diario*, confirmado por tantos outros testemunhos independentes. Na *Série Eduardo Prado* está se imprimindo a 5.ª edição do *Diario de Pero Lopes*, annotado por Eugenio de Castro, da Marinha nacional. Por este tardo de ser aferidas todas as questões relativas á expedição de Martim Affonso. — (C.).

(18) *Provas da Hist. Geo.*, II, p. 122, ns. 128. — Nesta bulla se diz em latim *terras de brasil*, e *terrarum de Brasil*, em vez de *Brasilia*, como hoje, e como já se preferira escrever no hemispherio de J. Schöner (1520). — (A.).

NOTAS DA SECÇÃO VIII

I

(Pag. 117)

A Portugal a noticia do succedido chegou meiado Maio, como se vê da seguinte carta de D. João III ao conde da Castanheira, publicada por Fernando Palha, na *Carta de marca de João Anes*, 56-57:

«D. Antonio amigo. Eu el Rei vos envio muito saudar. Aqui se diz, e não porem por via nenhuma certa nem autentica que M. A. de Sousa topou com algumas naus francezas carregadas de brasil que as tomou: e, porem, porque isto M. Af. me não escreve nem disso sei mais que dizer-se, não o tenho por certo. E todavia me parecen necessario, por que la pode ir ter a mesma nova, dar-vos aviso disso, para que se vos nisso apontar alguem e la se disser isto mesmo, que vós digaes que o não credes, por que si assi fosse eu volo escreveria, que eu não tenho mandado tal nova, e como pessoa que totalmente haveis esta por falsa respondereis a quem vos nisso falar, sem vir a outra resão emquanto la na materia se não falar sinão como incerta. E porem, si apertarem mais comvosco e a nova for la per outra via e a tiverem por certa e disso fizerem caso, vós todavia direis que o não credes, nem vos parece que sendo assi eu o podera leixar de o saber e de outro volo escrever, e tambem que vós não credes que Francezes fossem aquella parte, e porem, si alguma cousa foi, que poderia mui bem ser que os Francezes fariam o que não deviam em algumas de minhas feitorias que eu la tenho muitas, ou tambem elles seriam os acomettedores, como se acontece, e que por certo tendes que M. Af. nem meus capitães não haviam de fazer nem uma cousa sinão com muita resão e de que possam dar boa conta a todo tempo e logar, e que vós sabeis mui bem quão apertadas levam as commissões todas minhas armadas e capitães que pelo mundo navegam pera nunca poderem errar guardando o que lhe por mim é mandado; e que, assi como isso tendes por certo, assi não duvidaes nada que si elles alguma cousa fizeram como não deviam e passaram meu mandado, que sabendo eu quem errou não passará sem castigo, mas que percima de tudo vos não parece que pode ser verdade, e si a for que ha de ser muito differente do que dizem, e meus capitães e gentes mui sem culpa. E como acima vai apontado podeis tocar em camanho trato e quantas casas de feitorias eu tenho em todos aquelles mares, como em partes mui proprias minhas, e que de tantos tempos atraz foram achadas, ganhadas e possuidas por mim e por a coroa destes reinos, onde ha tambem muita fazenda minha, e muita guarda assi do mar como da terra, como é resão que haja, e que não é maravilha quem destes logares e guardas e tratos tem cuidado não querer consentir nem uma torvação nelles. E tudo isto, porem,

ONTINENTAL AMERICANA

direis e apontareis aos tempos e nos logares e com as pessoas que vos parecer conveniente, mais e menos segundo vos nisso falarem, e segundo o caso tambem que vos disso fizerem mais ou menos grave, que em tudo isso que vós mui bem sabereis fazer e dizer, e todas estas deferenças e ensejos sabereis mui bem guardar, e porisso nesta carta não é necessario vos dizer mais. — Jorge Rodrigues o fez em Montemor-o-novo — a 17 de Maio de 1531.» — (C.)

II

(Pag. 147)

Só em Novembro chegou a propagar-se em França, em meio de grandes queixas e alaridos, a noticia dos tres navios apresados, com a circumstancia, não sabemos se verdadeira, de haver Martim Affonso mandado enforcar o piloto Pedro Serpa, que encontrou em um delles. Sendo certo que já então (principalmente desde a creação, em 2 de Agosto de 1525, do officio de Correio-mór em Portugal, officio em que foi provido Luiz Homem, que veio a ter á sua morte, por successor Luiz Affonso em 13 de Janeiro de 1533), havia correio publico cada oito dias de Lisboa a Burgos, e cada quinze dias de Burgos a Flandres, devemos crêr que os prisioneiros francezes estiveram incommunicaveis em Portugal por algum tempo. Gouvêa parecia assustado com a noticia, porém o embaixador Gaspar Vaz era de parecer que por fim o resultado seria favoravel a Portugal; não querendo outros expôr-se ao que acabava de succeder a tantos. — (A.)

O trecho da carta de Diogo de Gouvêa (cópia no Instituto Historico), escripta de Ruão a 17-18 de Novembro de 1531, é o seguinte:

«Eu me achei aqui hoje 17 de Novembro e o Almirante era vindo aqui... e fui ver o Almirante para lhe fazer a reverencia. Elle me mandou mostrar uma carta que no mesmo porto de sua chegada viera de Lisboa desses Francezes que la foram presos no Brasil por Martim Affonso de Sousa. E depois de elle aqui ser chegado as mulheres e parentes se foram lançar diante delle e lhe pedir justiça e principalmente a mulher de um piloto ou mestre que chamava Pedro Serpa. Elle me disse que rogava que visse este negocio e espravesse a Vossa Alteza que os mandasse soltar. Eu non sei o porque elles som presos porem sei que desto negocio não ha... (roto) provento. Si assi é como na carta diz, que o Capitão maor mandou enforcar este Pero Serpa, e que catou todo o navio para ver se achava algoma cousa afora bresil, e dizem que non achou nada, eu por o que devo a Deus e a V. A., e so proveito deste reino queria ver todas estas cousas postas em outro rumo e que se levassem por outra manha.» — (C.)

III

(Pag. 154)

A esse respeito escreve Theodoro Sampaio, em nota a Hans Staden: «Em nenhum documento antigo se encontra o nome do canal entre a ilha de Santo Amaro e a terra firme com a graphia *Brikiola*. O primeiro

r foi erroneamente substituido a um *t*. Examinando-se a estampa da pagina 28 (da edição de S. Paulo, 1900), vê-se que o nome escripto por sobre a figura no alto a á esquerda, tanto pode ser lido *Brikioka* como *Britioka*, sendo até mais admissivel a segunda hypothese, que de facto é a mais proxima da verdade.

«Frei Gaspar da Madre de Deus, que de certo conheceu a obra de Staden, donde tirou *Enguaguassú* por Iguáguaçupe (Iwawassupe), colheu tambem *Brikioka*, como *Britioka*, e sobre esse nome alterado pelos copistas ou traductores fez a lenda dos macacos buriquis, dizendo-nos que o nome foi primeiro applicado ao monte fronteiro ao forte, cuja matta era de continuo visitada por essa especie de simios vermelhos. Não discutiremos a autenticidade do documento indicado, nem a lenda que depois se formou. O que está averiguado é que o nome *Bertioga*, *Britioka*, *Bartioga*, sempre se applica ao canal que separa do continente a ilha de Santo Amaro, lendo-se sempre nos roteiros, cartas da costa e relações de viagens, assim como nas chronicas, *canal de Bertioga*, variando ás vezes para *Bartioga*.

«Evidente é que o nome *Bertioga* ou *Bartioga* é corruptela do tupi, não sendo difficil a sua restauração, uma vez conhecida a lei, segundo a qual em todas as linguas os vocabulos evoluem e se alteram. *Bertioga* é, de facto, corruptela de *Birati-oca*, ou melhor de *Pirati-oca*, que quer dizer paraleiro das tainhas, pelas muitas que nesse canal se encontravam naquelles tempos remotos. — (C.)

SECÇÃO IX

(V da 1.ª edição)

SUCCESSOS IMMEDIATOS Á EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFFONSO

Tomada de uma fortaleza e uma nau de França. Resolve-se a partição do Brasil em capitanias. Carta régia a Martim Affonso. Volta de Martim Affonso á Europa. Doze donatarios. Quinze quinhões. Irmãos Sousa. Pero de Góes. Vasco Fernandes. Pero do Campo. Jorge de Figueiredo. Francisco Pereira. Duarte Coelho. Pero Lopes. Fernand'Alvares. Ayres da Cunha. João de Barros. Antonio Cardoso de Barros. Poucos competidores. Extensão das differentes capitanias. Demasiada terra a cada donatario. Parallelo com a colonização da Madeira e Açôres. Vantagens que se propunha auferir Portugal desta colonização.

Deixemos, porém, por algum tempo a nascente colonia brasileira, e vejamos o que, entretanto, se passa no resto do Brasil, ou se decide a seu respeito no além-mar, isto é, na metropole.

Doloroso é ter que mencionar a sorte dos que da Cananéa partiram pela terra dentro com Francisco de Chaves. Seguindo na direcção do sudoeste, talvez a buscar o rio Paraguai, para naturalmente depois passarem aos estados do Inca, haviam chegado ás margens do Iguassú (Herrera, dec. VII, 2, 9) quando foram todos traiçoeiramente assassinados pelos indios. Ignoramos ao justo em que epocha chegaria a São Vicente a triste nova deste successo, presente ainda na memoria de seus habitantes, dahi a meio seculo (Fr. Gaspar, ps. 8), e transmittido além disso até nós pelo adiantado Cabeza de Vaca, que por esses campos passava, mais prevenido contra os indios, dez annos depois (1).

Em quanto Martim Affonso navegava pelo sul, fôra ter a Pernambuco uma nau de Marselha, com dezoito peças e cento

(1) Tambem desse infausto successo trata Oviedo, no Liv. 23, cap. 10 (t. 2.º p. 184). — (A.). — Sobre o caminho seguido por Cabeza de Vaca, interpretado de modos tão differentes, consulte-se Rio-Branco, *Exposição*, etc. 2, ps. 224-225. — (C.).

e vinte homens, denominada *La Pélerine*, e armada á custa do Barão de St. Blancard (2). Em logar da feitoria portugueza, de seis homens, que ahi haviam ficado, fez o capitão da *Pélerine*, Jean Duperet, construir uma fortaleza provisoria, que deixou guarnecida de trinta homens; e regressára á Europa, com uma carga, que (segundo as reclamações posteriores dos interessados, ás quaes nos cumpre dar algum desconto) montava a cinco mil quintaes de brasil, tresentos de algodão (*bombicis*) seiscentos papagaios, tres mil pelles de animaes, grande numero de macacos e muitas bugiarias.

Tanto a nau como a fortaleza franceza tinham de ser mui mal afortunadas. A primeira, entrando no Mediterraneo, se viu necessitada de arribar a Malaga; e, quando deste porto sahia, foi apresada pela armada de guarda-costa, que Portugal mantinha á boca do estreito de Gibraltar, e que, pela mencionada arribada da nau, soubera como vinha ella do Brasil. A fortaleza gallo-pernambucana (3), ou porque Pero Lopes teve conhecimento da sua existencia, ou porque necessitava ir no porto em que ella estava fazer aguada, antes de atravessar o Atlantico, foi por tal fórma pelo intrepido capitão combatida, durante dezoito dias consecutivos (I), que se lhe rendeu (II).

Então Pero Lopes, deixando a mesma fortaleza guarnecida de gente sua, ás ordens de um Paullos Nunes, fez-se de vela para Portugal, levando comsigo duas naus francezas que tomára, alguns indios, e trinta e tantos prisioneiros. No principio do anno immediato aportou em Faro; e desta cidade do Algarve, seguiu logo para Evora, onde então estava a côrte, e ahi chegou, ao que parece, a 20 de Janeiro de 1533. Suas naus se mandaram recolher com os Francezes a Lisboa; e quatro principaes da terra, que o soberano chegou a distinguir dando-lhes o nome de reis, foram por ordem regia vestidos de seda.

Já havia mezes que, pelos da mencionada nau apresada no Estreito, soubera o governo de como ella havia deixado em Pernambuco um forte com numerosa guarnição; e mandára ordens á costa da Malagueta afim de que Duarte Coelho,

---

(2) «Général des armées navales» — diz F. Denis, em seu interessante trabalho *Le Génie de la Navigation*, pg. 33. Tambem se escreveu Blanquart. — (A.). — Bertrand d'Ornessan em o nome do barão de Saint-Blancard. — (G.).

(3) Cremos que essa fortaleza seria em um dos morros de Olinda, nome que Duarte Coelho veio a substituir ao indigena de *Marim*, que tinha no tempo dos Francezes e de Paullos Nunes. — (A.).

capitão mór de uma esquadrilha ahi estacionada, passasse a Pernambuco para desalojar os intrusos (Carta d'elrei ao conde da Castanheira, de 25 de Janeiro de 1533). Com a chegada de Pero Lopes, foi ordenado que a mesma esquadrilha, em logar de ir ao Brasil, ficasse cruzando na altura dos Açôres, e para Pernambuco foi, segundo entendemos (Vol. II, fls. 206 da Coll. de cartas do conde da Castanheira) despachada (depois de 23 de Janeiro de 1534) uma caravela, ao mando de Vicente Martins, com ordens para Paulos Nunes (III).

Pouco antes, o governo portuguez, instado ainda de França pelo Dr. Diogo de Gouvêa, e receioso do demasiado desenvolvimento que os Francezes iam dando ao seu commercio com o Brasil, viu-se obrigado a adoptar o plano de colonizar, pelo simples meio de ceder essas terras a uma especie de novos senhores feudaes, que, por seus proprios esforços, as guardassem e cultivassem, povoando-as de colonos europeos, com a condição de prestarem preito e homenagem á Corôa. Providencias analogas tinham adoptado, com proveito, os reinos da Europa, para se povoarem com a necessaria disciplina, sobretudo nos logares fronteiriços aos inimigos, em que, para fugir da perigosa fraqueza, era necessaria toda a união e a maior subordinação; e para convocar colonizadores com alguns capitaes, era indispensavel conceder-lhes, sobre os colonos, que elles contratavam e levavam á sua custa, certo ascendente (4).

Foi, pois, resolvido que o Brasil se dividisse (5) em grandes capitanias, contando para cada uma, sobre a costa, cincoenta ou mais leguas; o que elrei participou logo a Martim Affonso, na resposta ás cartas que o mesmo Martim Affonso escrevera de Pernambuco, dando conta da tomada das naus francezas. Embora seja essa resposta bastante conhecida, por andar reproduzida em muitos livros, julgamo-la de tal importancia que não nos é possivel deixar de inclui-la tambem neste logar; diz assim:

---

(4) Para promover a colonização dos paizes aonde ella não ia expontaneamente não havia então, e bem talvez haja ainda hoje, outro meio: bem que se possam aperfeiçoar cada vez mais as condições, sempre em harmonia com o systema da emphyteuse romana. Sómente certos direitos sobre o colono podem estabelecer igualdade em contractos, onde um homem, sem fiador, faz promessa em virtude das quaes unicamente o donatario lhe abona o custo de seu transporte e outras despezas. — (A.).

(5) Este systema foi tambem seguido pelos Hollandezes quando, por 1614, colonizaram nos Estados Unidos, no Delaware, Hudson, etc. — (A.).

«Martim Affonso, amigo: Eu el-rei vos envio muito saudar.

«Vi as cartas que me escrevestes por João de Sousa; e por elle soube da vossa chegada a essa terra do Brasil, e como ieis correndo a costa, caminho do Rio da Prata; e assim do que passastes com as naus francezas, dos cossairos que tomastes, e tudo o que nisso fizestes vos agradeço muito; e foi tão bem feito como se de vós esperava; e sou certo qual a vontade que tendes para me servir.

«A nau que cá mandastes quizera que ficára antes lá, com todos os que nella vinham. Daqui em diante, quando outras taes naus de cossairos achardes, tereis com ellas e com a gente dellas a maneira que por outra provisão vos escrevo (7).

«Porque folgaria de saber as mais vezes novas de vós, e do que lá tendes feito, tinha mandado o anno passado fazer prestes um navio para se tornar João de Sousa para vós; e quando foi de todo prestes para poder partir, era tão tarde para lá poder correr a costa, e por isso se tornou a desarmar e não foi. Vai agora com duas caravelas armadas, para andarem comvosco o tempo que vos parecer necessario, e fazer o que lhes mandardes.

«E por até agora não ter algum recado vosso do feito, vos não posso escrever a determinação do que deveis fazer em vossa vinda ou estada, nem cousa que a isso toque: e somente encommendar-vos muito que vos lembre a gente e armada que lá tendes, e o custo que se com ella fez e faz: e segundo vos o tempo tem succedido, e o que tendes feito ou esperardes de fazer, assim vos determineis em vossa vinda ou estada, fazendo o que vos melhor e mais meu serviço parecer; porque eu confio de vós que no que assentardes será o melhor. Havendo de estar lá mais tempo, enviareis logo uma caravela com recado vosso, e me escrevereis muito largamente tudo o que até então tiverdes passado, e o que na terra achastes; e assim o que no Rio da Prata, tudo mui declaradamente, para eu por vossas cartas e informação saber o que se ao diante

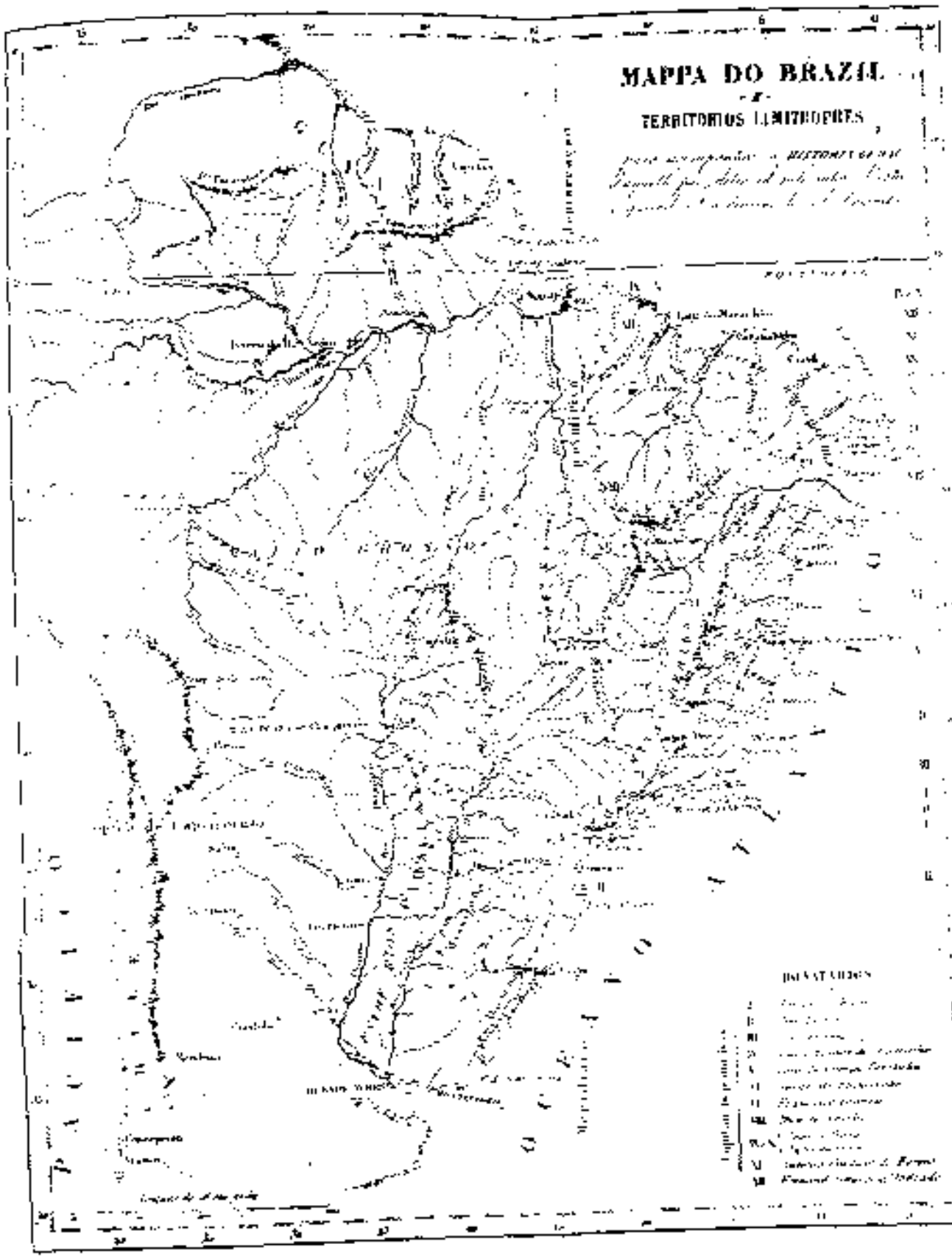
(7) Não encontrámos até hoje cópia desta provisão. — (A.) — Talvez seja o edicto publicado em 1526 ou 1527, no qual, segundo o barão de Saint-Blancard, se mandou que sob pena de morte fossem postas a pique as naus francezas que viessem ou tornassem do Brasil. De executa-lo, foi encarregado Antonio Correa, talvez filho de Ayres Correia, sumpanheiro de Pedralvares no descobrimento e posteriormente assassinado em Calecut. — (O.)

deverá fazer. E se vos parecer que não é necessario estardes lá mais, poder-vos-heis vir; porque, pela confiança que em vós tenho, o deixo a vós; — que sou certo que nisso fareis o que mais meu serviço for.

«Depois de vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pessoas me requeriam capitanias em terra della. Eu quizera, antes de nisso fazer cousa alguma, esperar por vossa vinda, para com vossa informação fazer o que me parecer, e que na repartição que disso se houver de fazer, escolhaes a melhor parte. E porém porque despois fui informado que de algumas partes faziam fundamento de povoar a terra do dito Brasil, considerando eu com quanto trabalho se lançaria fóra a gente que a povoasse, depois de estar assenteda na terra, e ter nella feitas algumas forças (como já em Pernambuco começava a fazer, segundo o Conde da Castanheira vos escreverá), determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cincoenta leguas de costa a cada capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem leguas, e para Pero Lopes, vosso irmão, cincoenta, nos melhores limites dessa costa, por parecer de pilotos e de outras pessoas de quem se o Conde, por meu mandado informou; como vereis pelas doações que logo mandei fazer, que vos enviará; e depois de escolhidas estas cento e cincoenta leguas de costa para vós e para vosso irmão, mandei dar a algumas pessoas que requeriam capitanias de cincoenta leguas cada uma; e segundo se requerem, parece que se dará a maior parte da costa; e todos fazem obrigações de levarem gente e navios á sua custa, em tempo certo, como vos o Conde mais largamente escreverá; porque elle tem cuidado de me requerer vossas cousas, e eu lhe mandei que vos escrevesse.

«Na costa da Andaluzia foi tomada agora pelas minhas caravelas, que andevam na armada do Estreito, uma nau franceza carregada de brasil, e trazida a esta cidade; a qual foi de Marselha a Pernambuco, e desembarcou gente em terra, o qual desfez uma feitoria minha que ahi estava, e deixou lá trinta (7) homens, com tenção de povoarem a terra e de se

(7) «Setenta» se lê nas cópias. Parece, porém, ter havido engano de algum copista: pois «trinta» se lê no processo autentico de St. Blancard. — (A.)


MAPPA DO BRAZIL
E
TERRITORIOS LIMITROPHES

defenderem. E o que eu tenho mandado que se nisso faça mandei ao Conde que vo-lo escrevesse, para serdes informado de tudo o que passa, e se hade fazer; e pareceu necessario fazer-vo-lo saber, para serdes avisado disso, e terdes tal vigia nessas partes, por onde andaes, que vos não possa acontecer nenhum mau recado: e que qualquer força ou fortaleza que tiverdes feita, quando nella não estiverdes, deixeis pessoa de quem confieis, que a tenha a bom recado; ainda que eu creio que elles não tornarão lá mais a fazer outra tal; pois lhe esta não succedeu como cuidavam.

«E mui declaradamente me avisai de tudo o que fizerdes; e me mandai novas de vosso irmão, e de toda a gente que levastes; porque com toda a boa que me enviardes, recebe-rei muito prazer» (8).

A recepção desta carta (9) devia apressar a partida do capitão mór para a Europa. Vê-se della que o rei, com o seu conselheiro, o Conde da Castanheira, anciava primeiro ouvir os votos de pessoas praticas, como o capitão mór do Brasil, para não ir tanto ás cegas, na doação das suas terras. Assim o entendeu tambem Martim Affonso; e deixando por seu logar-tenente, com os poderes que podia delegar, a Gonçalo Monteiro (*Rev. do Inst. Hist.* 9, 160) na colonia de São Vicente, partiu para Portugal, onde chegou naturalmente antes do meiadodo anno de 1533 (10).

Bem que, como se vê da carta acima transcripta, a resolução de se dividir o Brasil por donatarios foi tomada em 1532, e já então se fizeram alvarás de lembrança por algumas doações, só em Março de 1534, mez em que partia (11) Martim Affonso para a India, é que se começaram a passar as

(8) Segue: «Pero Anriques a fez em Lisboa aos 28 de Setembro de 1532 annos-REI. — (A.). — Santarem. *Quadro elementar*, 3, 241, equivoca-se, dando-a como escripta por Martim Affonso a D. João III. — (C.).

(9) Esta carta parece authentica; entretanto, o final dá que pensar. Significará que el-rei tinha tanta confiança nas medidas tomadas que de antemão já cantava victoria? Conterá referencia a algum facto de que não temos outra noticia? — (C.).

(10) Martim Affonso estava ainda em São Vicente a 1 de Março de 1533, segundo Taques, na *Rev. do Inst.*, 9 (1847), ps. 146. Reuniu-se a Duarte Coelho na Ilha Terceira, e naturalmente voltou com elle para Lisboa, depois de Julho do mesmo anno, como se vê de Fr. Luis de Sousa, *Annaes de D. João III*, ps. 378. Parece que primeiro governou como seu loco-tenente Pero de Góes, que teve com os Espanhóes de Iguape um conflicto, a que o autor se refere na secção XI — (C.).

(11) A doação a Duarte Coelho é de 14 de Março (1534) e teve apostilla em 25 de Set., concedendo-lhe metade da dizima do pescado, que pertencia de direito á ordem de Christo. — (A.).

cartas ou diplomas aos agraciados, que gosariam, de juro e herdade, do titulo e mando de governadores das suas terras as quaes tinham pela costa mais ou menos extensão; e por conseguinte eram maiores ou menores os quinhões, segundo o favor de que gosavam e talvez os meios de que podiam dispôr. Comprehendiam-se nas doações as ilhas que se achassem até á distancia de dez leguas da costa continental. As raias entre capitania e capitania se fixaram por linhas geographicas tiradas de um logar da mesma costa, em direcção a loeste. Assim o territorio ficou verdadeiramente dividido em zonas parallelas, porém umas mais largas que outras. Este meio de linhas rectas divisorias imaginarias, que ainda com os mais exactos instrumentos num terreno muito conhecido seriam quasi impossiveis de traçar, era o unico de que se podia lançar mão, pelo quasi nenhum conhecimento corographico que havia do paiz, além do seu littoral. Em algumas doações, nem foi possivel declarar o ponto em que principiavam ou acabavam. Incluía-se apenas a extensão da fronteira maritima, e designavam-se os nomes dos dois donatarios limitrophes.

Manifesta é a insufficiencia de uma tal demarcação, que, para algumas capitanias, veiu a dar origem a pleitos que duraram mais de um seculo.

Doze foram os donatarios: mas verdadeiramente quinze os quinhões, visto que os dois irmãos Sousa tinham só para si cento e oitenta leguas, distribuidas em cinco porções separadas, e não em duas inteiriças. Com razão deviam elles de ser, pelos serviços importantes que acabavam de prestar no proprio Brasil, os mais attendidos na partilha.

A Martim Affonso, a quem a carta régia acima fazia terminantemente a promessa, foram adjudicadas, naturalmente por sua propria escolha, as terras da colonia de São Vicente, e por conseguinte com ella os gastos já feitos pelo Estado para funda-la. O não se mencionar esta clausula fez que, em virtude da lettra da carta de doação, se entendesse tempos depois pertencer esta villa aos herdeiros de Pero Lopes, cuja doação começava do lado do norte da barra grande de São Vicente. Os dois quinhões de Martim Affonso comprehendiam as terras que correm desde a barra de São Vicente até doze leguas mais no sul da ilha da Cananéa, ou proximamente até uma das barras de Paranaguá; e para o lado opposto, as que

vão desde o Rio Juquiriquerê até treze leguas ao norte do Cabo-Frio, que depois se fixou pela barra de Macahé; ficando por conseguinte suas as magnificas terras de Angra dos Reis, as da soberba bahia de Janeiro, e do Cabo-Frio. Eram nada menos que cem leguas contadas sobre o littoral; mas em virtude do rumo, que durante essa extensão toma a costa, vieram a produzir, na totalidade, em leguas quadradas, alguns milhares de menos do que a varios dos outros, como se verá.

A extensão do Juquiriquerê até a barra de São Vicente, e a de Paranaguá para o sul até as immediações da Laguna, que chamavam terras de Sant'Anna (12), foi doada a Pero Lopes, que, além destas porções, que perfaziam cincoenta leguas sobre o littoral, recebeu, desde a ilha de Itamaracá inclusive para o norte, trinta leguas mais, como abaixo diremos, quando costeando, como vamos, o Brasil de sul a norte, chegarmos, com a nossa resenha, á paragem onde ellas se encontram.

Com a porção mais septentrional de Martim Affonso entestavam as trinta leguas doadas a Pero de Góes, e que iam terminar no baixo dos Pargos, ou antes em Itapemirim proximamente. Pero de Góes prestára tambem importantes serviços na armada de Martim Affonso, a cuja familia devia ser mui affeiçoado, e até foi elle quem se encarregou de escrever por sua lettra o diario de Pero Lopes, cujo original entregámos, em 1839, pela primeira vez, á imprensa (13). Essa affeição não deixaria de ser tomada em conta no repartimento da terra para evitar as demandas e pleitos que pudessem acaso resultar da falta irremediavel da precisão nas demarcações lateraes.

Contiguo a Pero de Góes, cincoenta leguas sobre a costa,

---

(12) «Em altura de vinte e oito graus e um terço». (Carta de doag.). — (A.).

(13) Se a letra é de Pero de Góes, segundo o autor affirma tambem na *Revista do Instituto*, 24 (1861), pg. 5, a copia foi extrahida alguns annos depois dos successos narrados, porque Pero de Góes ainda ficou no Brasil, como se vê do seguinte trecho de sua carta de doação passada a 28 de Janeiro de 1536: «havendo respeito aos serviços que me tem feito Pedro de Góes, fidalgo de minha casa, assim na armada que Martim Affonso de Sousa foi por capitão-mór na dita costa do Brasil como em alguns descobrimentos que o dito Martim Affonso fez no tempo em que lá andou, e em todas as mais cousas de meu serviço e a que se o dito Pedro de Góes achou, assim com o dito Martim Affonso como sem elle, depois de sua *vinda por ficar lá*. — Silva Lisbôa, *Annaes do Rio de Janeiro*, I, 351. Rio. 1834. — (C.). — Conf. nota V, no fim da secção XII.

as quaes alcançavam até o rio Mocuri, veiu a ficar Vasco Fernandes Coutinho, tambem fidalgo da casa real; e que havendo servido em Gôa, em Malaca e na China, ás ordens de Affonso d'Albuquerque (14), conforme recordam as historias da Asia, depois de juntar algum cabedal se havia retirado á Alemquer (villa situada, como sabemos, a algumas leguas de Lisboa, perto de Tejo) para ahi desfructar, com a ajuda da moradia, de uma tença que recebia do Estado. Naturalmente nessa villa, por intermedio de algum agente do Conde da Castanheira, proprietario vizinho seu, se recommendaria para entrar no numero dos da partilha.

Do Mocuri para o norte vinha a capitania de Porto Seguro, com outras cincoenta leguas concedidas a Pero do Campo Tourinho, rico proprietario de Vianna do Minho.

Seguiam-se os Ilhéus, nas cincoenta leguas até a barra da Bahia, doadas a Jorge de Figueiredo Corrêa, tambem fidalgo da casa real, e que exercia na côrte o cargo de escrivão da Fazenda, o qual lhe daria logar a estar informado do que se passava, e a pedir para si o que tão generosamente via conceder a outros. A raia entre esta capitania e a precedente não se indicava.

Tudo quanto se estende desde a barra da Bahia á foz do rio de São Francisco obteve para si Francisco Pereira Coutinho, exceptuando-se, porém, o mesmo rio que devia ficar exclusivamente a Duarte Coelho; e, segundo se diz na propria doação, foi-lhe conferida tal graça, em attenção aos *muitos serviços* que elle havia prestado, assim em Portugal, como «nas partes da India, onde servira muito tempo com o Conde Almirante (15) e com o Vice-Rei D. Francisco de Almeida, e com Affonso d'Albuquerque, e em todos feitos e cousas que os ditos capitães nas ditas partes fizeram, nos quaes dera sempre de si mui boa conta».

As Alagôas e parte do actual territorio da provincia de Pernambuco tocaram, na extensão de sessenta leguas, a Duarte Coelho, valente capitão que muito se distinguira por

---

(14) Liv. 7. de D. João III, fls. 113 e 167. — (A.). — O que se encontra em João de Barros (*Dec.* II liv. VI, cap. IV) sobre os feitos de Vasco Fernandes Coutinho compendiou Silva Lisbôa, *Annaes do Rio de Janeiro*, I, 351 e segs. — (C.). — Em Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Rio 1925, pg. 342, ha referencia áquelle Vasco Fernandes Coutinho, que fez «maravilhas em Malaca, detendo o elefante que trazia a espada na tromba». — (G.).

(15) Vasco da Gama. — (A.).

feitos no Oriente, em cujos fastos achamos mais de uma vez consignado honrosamente o seu nome, em missões ao reino de Sião e á China, no descobrimento da Cochinchina, no recontro que teve com duas armadas, conseguindo fazer-vinte e tantas presas, e em outras acções illustres (16). Havia sete annos que voltára do Oriente, e se casára com D. Brites, irmã de Jeronymo d'Albuquerque. Como, por occasião da primitiva repartição das terras, lhe haviam ido ordens para navegar até Pernambuco (da costa da Malagueta, onde se achava cruzando), afim de destruir a feitoria deixada pela nau de Marselha, é natural que dahi proviesse o ser preferido para esta parte da costa, de que por ventura chegaria a ter conhecimento previo.

Um pouco ao norte da foz do rio Igarassú ficava a extrema do dominio de Coelho. Á margem esquerda da foz deste rio, no canal de Itamaracá, fôra levantada a feitoria de Christovão Jacques. A uns cincoenta passos ao norte della, onde se diz «Os Marcos», em virtude dos que ahi se postaram, era o ponto donde partia designadamente a raia septentrional da mesma capitania. Para o norte se contavam as restantes trinta leguas da pertença do donatario Pero Lopes, as quaes alcançavam a Bahia da Traição, comprehendendo parte da actual provincia da Parahiba, e incluindo a fertil ilha de Itamaracá.

A extensão do littoral dahi para diante, o resto da actual Parahiba e Rio Grande do Norte, coube a João de Barros e a Ayres da Cunha, de parceria; contando-se-lhes cem leguas além da Bahia da Traição. Seguiam-se sobre o Ceará quarenta leguas para o cavalleiro fidalgo Antonio Cardoso de Barros (17), e depois de mediarem setenta e cinco para Fernando

---

(16) Barros, III, *passim*, e Couto, IV, *passim*. Veja tambem o t. V. das obras poeticas de Diniz, ps. 142 a 144, donde se colligo como a essa familia veio a entroncar-se um homem celebre. — (A.). — O Marquez de Pombal. Duarte Coelho passou á India em 1509, na armada em que foi por capitão-mór D. Fernando Coutinho: esteve na China, primeiro europeo que isto fez em navios europeos, em 1516-1517; em 1522 foi encarregado de ver com dois engenheiros os portos em Africa que deviam ser fortificados; em 1531 foi á França, de onde voltou pouco depois de lá ter chegado o conde da Castanheira [Fernando Palha, *Le lettre de marque de Jean Ango*, ps. 49, *et passim*, Rouen, 1890]. Frei Luis de Sousa, *Annaes de Dom João Terceiro*, 378, dá breve noticia dos seus serviços no Oriente. Quanto ao parentesco com o marquez de Pombal, veja-se a nota da secção XXV. — (C.).

Duarte Coelho era filho de Gonçalo Coelho, emissario de D. João II ao principe de Jalofo, capitão-mór da armada de 1503 e escrivão da fazenda real. Veja-se *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, vol. II, ps. 301-308. — (G.).

(17) Por carta de 19 de Novembro de 1535, attendendo aos serviços que Antonio Cardoso de Barros, cavalleiro fidalgo, tem feito assim no Reino como em

Alvares de Andrade, e que vinham a incluir parte da costa do Piauhí e Maranhão actual «desde o cabo de Todos os Santos, a leste do rio Maranhão, até junto ao rio da Cruz (IV)», competíam outra vez áquelles dois donatarios associados, Barros e Cunha, cincoenta leguas mais, começando a conta-las de loeste «desde a abra de Diogo Leite até o dito cabo de Todos os Santos».

Fernando Alvares de Andrade, do conselho do rei, era então Thesoureiro mór do Reino (Barros, Dec. I, VI, 1.º). — Emquanto viveu, diz-nos o Conde da Castanheira, foi solicitador acerrimo em favor de providencias a bem do Brasil.

Ayres da Cunha era um valente nauta que se distinguira como capitão mór do mar em Malaca (Barros, Dec. III, liv. 10, c. 6. — IV, liv. 1.º, cs. 9, 10 e 11. — Couto, IV, liv. 1.º, c. 6; liv. 2.º, cs. 2 e 3). Recolhendo dos Açôres, onde se achava com uma esquadrilha de caravelas de guarda-costa, e onde prestára serviços importantes, em Setembro de 1533 (V), chegára a Lisboa, commandando um galeão, com o qual se offerecera a destruir a feitoria que em Pernambuco fundára a nau de Marselha *La Pélerine*, commissão que não lhe foi incumbida, por chegar pouco depois Pero Lopes, deixando concluida essa empresa.

Quanto ao donatario João de Barros, escusado é dizer que se trata do que viria a ser historiador da India, com tanta gloria para a nação, e fortuna para a lingua, em que elle tão vigorosamente escrevia. Louve-se muito embora, nos historiadores portuguezes, a critica de Brandão, o colorido de Brito, o fraseado de Sousa, de Lucena, ou de Mendes Pinto, sempre haverá que conceder a Barros toda a pureza na linguagem, muita propriedade na frase, e um estilo elegante, principalmente quando descreve ou pinta certas paragens, ostentando as muitas noções que tinha das cousas do Oriente, como quem, aproveitando-se do seu officio de feitor da casa da India, não

---

Africa, etc., el-rei lhe fez mercê de quarenta leguas de costa do Brasil, que começarão da angra dos Negros, que está da banda do Leste em altura de 2°, e acabam no rio da Cruz, da banda de Loeste, que está em altura de 2° 1/3. — *Livro 21 das Doações de D. João III*, fls. 187. No dia seguinte (20 de Novembro) foi feito o foral. — *Livro 22 das Doações*, fls. 108. A carta de doação nunca foi impressa. — (G.).

(16) Se, como se lê ás pg. 163, já em Janeiro de 1533 Pero Lopes chegara a Europa depois de tomada a fortaleza gallo-pernambucana, como ainda em Setembro do mesmo anno poderia Ayres da Cunha se offerecer para desempenhar essa commissão? Evidentemente, onde está 1533, deve se ler 1532. — (C.).

praticava em outro assumpto com os que de lá chegavam. Bem alheias vereis sempre as Decadas da Asia, assim dos suporiferos contos de Castanheda e de Azurara, como das pregações homericas do velho Fernão Lopes; e por isso mereceram ellas a gloria de ser o livro portuguez que mais folheou o immortal cantor do Gama. O Conde da Castanheira tinha o erudito feitor da Casa da India em tão boa conta que a seu respeito dizia num relatorio (19) ou exposição ao monarcha:

«O feitor hei eu por tão fiel em seu officio que casi me parece que ainda que furtar fôra virtude elle o não fizera: entende o negocio muito bem, ha mister mais favor que sofreadas. Não fôra mau para o negocio da Casa (20) não ser elle inclinado a outros, os quaes, não somente não são illicitos, mas muito proveitosos á terra.» Estes outros negocios licitos, uteis á terra, a que se mostrava inclinado o pobre feitor, eram naturalmente as occupações de sua penna, que tanta gloria dão ao paiz, e que revertem em quem assim o protegia, para escrever suas obras, e colonizar a patria e o orbe com as suas criações. No numero destas contariamos hoje uma chronica do Brasil até o seu tempo, se havendo vivido mais annos, houvesse elle podido realizar (21) os seus intentos.

Resta-nos unicamente tratar do cavalleiro fidalgo Antonio Cardoso de Barros, cuja capitania, computada em quarenta leguas de costa, se estendia, aquem da de Fernando Alvares, desde o Rio da Cruz, em dois graus e um terço, correndo para leste, até a Angra dos Negros, em dois graus (22). Esta capitania tinha apenas seis leguas de espaço de latitude, pois seguia de dois graus a dois graus e um terço. — Dos precedentes deste donatario não encontramos noticias. — Segundo certos indicios de ruinas de pedra e cal, encontradas depois na Tutoia (23), ahi pretendeu estabelecer uma colonia, que se viu

---

(19) Este relatorio será opportunamente dado á luz. — (A.). — Esta promessa, já feita na 1.ª edição, 1. 82, nunca foi realizada pelo autor; o paradeiro do documento é desconhecido. — (C.).

(20) Da India, entende-se. — (A.).

(21) Varn. na *Rev. do Inst.*, 13, 396. Barros serviu tambem, interinamente, de thesoureiro da Casa da India, do 1.º de Maio de 1525 a fins de 1528. Rib. *Dias. Chr.*, Tom. 2.º ps. 265. Recebeu quitação em 20 de Out. de 1563. — (A.).

(22) Doaç. de Evora, em 19 de Nov. de 1535. — (A.).

(23) Na entrada tinha umas ruinas de pedra e cal, como que em algum tempo houvesse sido povoada de gente da Europa — lê-se na *Jornada do Maranhão*, ps. 185. Este trecho não implica, porém, que de Antonio Cardoso de Barros procedessem taes ruinas. — (C.).

obrigado a desamparar; e mais tarde aceitou da corôa um cargo de fazenda para a Bahia, e ao recolher-se ao Reino naufragou, e foi barbaramente assassinado pelos indios.

Por certas expressões, que lemos no relatorio mencionado do Conde da Castanheira, deduzimos que não houve, entre os poderosos da côrte, grande concorrencia, como dá a entender a carta regia a Martim Affonso, para alcançar taes capitanias, que nem sabiam alguns dos agraciados que coisa eram. Reconhece o Conde que a distribuição não tinha dado ainda tantos resultados como se esperava, e desculpa-se de que a tal respeito não se poude fazer mais, por o não consentirem os que queriam *ir*, «e serem poucos os que sobre isso competiam».

Embora pareça que nada ha que oppôr a estas reflexões, porque a necessidade era a lei, e porque urgia o estimulo aos emprehendedores, que naturalmente importam as condições, não podemos dissimular que, em nosso entender, o governador precipitado em distribuir logo toda a terra, de juro e herdade: reconhecemos a necessidade que havia de colonias por toda a extensão da costa; mas talvez estas se houvessem da mesma sorte obtido e outras muitas apoz ellas, se as doações se houvessem limitado, por então, a doze ou mais quinhões muito mais pequenos; e que constassem de algumas leguas quadradas, proximas aos portos principaes da costa, já então conhecidos e frequentados. A colonização não se teria disseminado tanto (chegando ás vezes a perder-se), e houvera sido mais proficua, e dado resultados mais promptos; e o governo poderia ter guardado um novo cofre de graças, para recompensar os serviços feitos pelos abastados do commercio que aspirassem a satisfazer a tendencia existente no coração humano de vincular, para seus successores, as fortunas adquiridas. — Com doações pequenas, a colonização se teria feito com mais gente, e naturalmente o Brasil estaria hoje mais povoado — talvez — do que os Estados-Unidos: sua povoação seria por ventura homogenea, e teriam entre si as provincias menos rivalidades, que, se ainda existem, procedem, em parte, das taes grandes capitanias. Pois é possivel crer que esses poucos que competiam para ser donatarios, como diz o Conde da Castanheira, se não contentassem sem a idéa do dominio de muita terra embora inutil, e sobre que nem sequer podiam saciar com os olhos, mas só com a imaginação, sua cobiça

quando na maior parte eram de sertão, onde não poderiam ir, nem forám, em sua vida? O mal foi fazer-se tudo á pressa! E o caso é que com isso, por ser mal feito, não se expulsaram de nossos mares os navios francezes, que era o resultado principal que se pretendia obter.

È certo que a mania de muita terra acompanhou sempre pelo tempo adiante os sesmeiros, e acompanha ainda os nossos fazendeiros, que se regalam de ter matos e campos em tal extensão que levem dias a percorrer-se, bem que ás vezes só a decima parte esteja aproveitada; mas se tivesse havido alguma resistencia em dar o mais, não faltaria quem se fosse apresentando a buscar o menos. Annos antes tinham apparecido colonizadores para os Açôres, com muito mais pequenas doações de terras; e os Açôres e a Madeira têm hoje, proporcionalmente, mais povoação que os districtos de Portugal, naturalmente porque foram as doações mais pequenas e em maior numero: e apezar de haverem sido muitos dos colonos estrangeiros, como os que levou Hürter para o Fayal e Bugres para a ilha Terceira, nem por isso a colonia, formada de flamengos, ficou flamenga, nem falando flamengo.

Na distribuição primitiva das terras, sem duvida se deram mui notaveis desigualdades, não tanto no avaliar as doações pelo maior ou menor numero de leguas sobre a costa, que esse foi em geral de cincoenta; bem que por excepção se estendesse a oitenta ou a cem, ou se restringisse a trinta. As maiores e mais caprichosas desigualdades se encontram, quando hoje vamos sobre o terreno apurar até onde chegavam, pelo sertão a dentro, os direitos senhoriaes concedidos; e medimos approximadamente os milhares de leguas quadradas, que, segundo a correspondente carta de doação, tocava a cada um destes estados, geralmente com maior extensão de territorio do que a mãe-patria; extremando de loeste, pela meridiana da raia que estabelecemos (24), na supposição de se contarem as leguas como de dezeseis graus e dois terços.

Procedendo a esta apuração, facil será conhecer que as doações, em milhares de leguas quadradas, vinham a guardar, pouco mais ou menos, as proporções seguintes:

---

(24) A raia que o autor dedus da interpretação do tratado de Tordesilhas. — (C.).

1.º — Duarte Coelho, doze milhares;
2.º — Pero Lopes, sete e meio;
3.º — Francisco Pereira, sete milhares;
4.º — Figueiredo, quasi o mesmo;
5.º — Tourinho, seis milhares e meio;
6.º e 7.º — Barros e Cunha, quasi o mesmo cada um;
8.º — Vasco Fernandes, cinco milhares e meio;
9.º — Martim Affonso, pouco mais de dois e meio;
10.º — Pero de Góes, menos de dois;
11.º — Fernando Alvares, menos de milhar e meio;
12.º — Antonio Cardoso, pouco mais de seiscentas leguas.

Deste modo a capitania de Martim Affonso, que talvez o doador pensou fazer maior que as outras, sahiu das mais pequenas. Ainda nos nossos tempos ha exemplos de disposições legislativas, em que da ignorancia de principios scientificos procedem resultados absurdos, ou contrarios á mente dos legisladores.

Em todo caso, por meio do estabelecimento destas capitanias, pensou o governo de D. João III, sem lesar directamente o thesouro da nação, não só assegurar esta grande extensão de terra que a fortuna lhe outorgára, como, com o tempo, recolher, por meio da cultura della, maiores vantagens. — Não ha duvida que por muito entraria no animo do soberano o pensamento de propagar o evangelho; mas elle o faria, faltando aos seus deveres, se o executasse empobrecendo, em gente e em recursos, o povo que regia, sem esperanças de retribuição. Uma colonia, diz um publicista que se occupou profissionalmente do assumpto, «é o resultado da emigração de individuos de que a metropole se priva, com a esperança de poder indemnisar-se mais tarde dos sacrificios que faz; sem o que, os estabelecimentos que fizesse só lhe causariam damno». Pelo que, o simples facto do estabelecimento de uma colonia por qualquer nação, que a funda com os seus filhos, «a defende com as suas armas e a mantem por suas leis, como diz Montesquieu, reclama a compensação nas vantagens do seu commercio, com exclusão de todas as outras nações, segundo o direito europeo, ainda praticado em nossos dias por alguns».

NOTAS DA SECÇÃO IX

I

(Pag. 163)

Processo do barão de Saint-Blancard contra Pero Lopes, na nota 32 da 1.ª edição desta *Historia*, e na 3.ª e 4.ª do *Diario* de Pero Lopes. — (A.) — Veja-se na *Lusitania*, vol. III, fasciculo IV, ps. 315-327, Lisboa, 1926, o erudito artigo do Dr. Jordão de Freitas sobre o achado na Torre do Tombo (*Corpo Chronologico*, I, 85, 13) de peças desse processo, que encerram «interessantes e valiosos elementos de informação não só relativamente ás condições da vida social, commercial, religiosa e militar dos habitantes da feitoria portugueza de Pernambuco em 1532, quando ali aportou a nau marselheza *Pélerine* (antiga nau portugueza *Sam-Thomé a estirada*, roubada pelos francezes a um André Affonso, da cidade do Porto), mas ainda acerca do assalto, destruição, roubos e mortes que os francezes ali fizeram então, bem como a respeito dos successos occorridos após a chegada de Pero Lopes de Sousa a Pernambuco no mesmo referido anno».

Alem de Pero Lopes de Sousa, Antonio Correia e o arcebispo D. Martinho de Portugal, mencionados no documento que o autor publicou na primeira edição deste livro e em duas successivas do *Diario* de Pero Lopes, reproduzido por Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, 366-372, — foram tambem accusados pelo barão de Saint-Blancard mais tres capitães portuguezes: Gonçalo Leite, Bartholomeu Ferraz e Gaspar Palha, que figuram nas peças do processo ultimamente encontradas.

O tribunal, que já funccionava em Bayona em 10 de Outubro de 1537, era constituido por dois juizes, deputados ou commissarios francezes, dois portuguezes e, em caso de empate, elegia-se um quinto juiz. A carta citatoria (informa Jordão de Freitas) havia sido trazida por um procurador do autor do processo, sendo o assumpto tratado em audiencia da correição do civil da côrte, presidida pelo licenciado Men de Sá e realizada no dia 16 de Junho de 1539. O Instituto Historico possue cópias photographicas destes documentos, impressos agora no *Diario de Pero Lopes*, de Eugenio de Castro. — (G.)

II

(Pag. 163)

...«Pernambuco onde achou os Francezes que tinham feito fortaleza e lha tomou a elles, e ficou pacificamente em poder dos Portuguezes.» — Primeira carta de el-rei ao conde da Castanheira, de 21 de Janeiro de 1533. Cópia ms. na Coll. do autor. — (A.) — Essa carta, conforme averiguou o Dr. Jordão de Freitas, *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, vol. III, ps. 117, nota 133, é de Evora, 20 de Janeiro de 1533; ha outra de 21, relativa á «vinda de pero lopes de sousa que veyo do

brasil», mas não é nesta, e sim na primeira, que se contém o trecho apontado. — (G.) — Frei Luis de Sousa, *Annaes de Dom João Terceiro*, pg. 377, escreve: «Consta por carta delRey ao Conde da Castanheira de 21 de Janeyro de 1533, que Martim Afonso de Sousa tomou na sua viagem (parece que foy do Brasil) duas naos de Francezes com trinta e tantos homens de França e quatro indios do Brasil, que chama Reys; manda El-Rey que os Francezes venhão presos ao limoeyro, e os mande a Lisboa; e os que chama Reys sejão bem tratados, e vestidos de seda.» — (C.) — Jordão de Freitas, *ubi supra*, encontrou duplo equivoco por parte do chronista, quanto á data da carta, conforme já se viu, e quanto ao nome de Martim Affonso de Sousa em logar de Pero Lopes de Sousa, que no Borrador archivado na Bibliotheca da Ajuda vem mencionado outras tres vezes.

As cartas de D. João III ao conde da Castanheira vêm annexas ao estudo do Dr. Jordão de Freitas sobre a *Expedição de Martim Affonso de Sousa*, no citado vol. da *Historia da Colonisação*. — (G.)

III

(Pag. 164)

Consta de uma certidão passada a 15 de Junho de 1535, por Braz de Barros, escrivão da feitoria de Pernambuco, sobre os serviços do bombardeiro Diogo Vaz, que «chegando a pernamboquo do Ryo da prata donde vynha foy necessariho ho dyto D.º Vaz fyquar ẽ ho dyto pernamboquo para servyço delRey nosso sõr ho quall p.º lopez mãdou e fez fyquar por cõdestabre da fortaleza que se foz de q. Vlc. miz [Martim] leRejlo [Ferreira] hera quapitã e quomesou a servyr no dyto pernamboquo aos trynta dyas do mes doutubro da era de myll e quinhẽtos e trynta e dos años [até] q. chegou palus anez [Paulos Nunes] na qaRavela espeRa pera ser quapitã do dyto pernamboquo quomo ho foy e fez cõdestabre da fortaleza a xp.º franq e ho dyto D.º Vaz servya de bombardeyRo de primeiRo de mayo da era de trynta e tres años atee esta de myll e quinhẽtos e trynta e cinquo ẽ q. estamos q. aquj chegou Duarte quoello a esta fortaleza a nove dyas do mes de março da dyta era ẽ q. lhe foy entregue a dyta fortaleza e lhe deu lyceosa pera q. se quizese jr pera ho Reyno». — Doc. da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, II, 202, 11, citado pelo Dr. Jordão de Freitas, *Lusitania*, vol. III, fasciculo II, pg. 326. — (G.)

IV

(Pag. 172)

«Affirma o gentio que nasce este rio de uma lagôa, ou de pouco della, onde tambem se criam perolas e chama-se este rio da Cruz, porque se metlem nelle perto do mar dois riachos em direito um do outro com que fica a agua em cruz.» — Gabriel Soares, *Trotado descriptivo*, 23. — O nome do rio da Cruz (*rio donde se hollô una cruz*) já se encontra no mappa de Juan de la Cosa; é o actual Camocim, como affirmava Pimentel em 1712. — (C.)

O pouco que sabemos a respeito da capitania de João de Barros e seus socios, condensou Capistrano de Abreu nos *Prolegomenos á Historia do Brasil* de Fr. Vicente do Salvador, ps. 78-79:

«Sobre João de Barros, Fernando Alvares de Andrade e Ayres da Cunha quasi só conhecemos o que contam documentos castelhanos. A armada fortemente organizada zarpou em fins de 35. Parece ter seguido para Pernambuco, donde parte desgarrou para as Antilhas e foi presa, Medina (*Diego Garcia de Moguer*, ps. 62); parte navegou para o Rio Grande, onde não demorou, porque a grande preoccupação era o ouro, isto é, as terras do Perú, já então invadidas por Pizarro e Almagro. «A morte de Ayres da Cunha não desanimou a expedição, que subiu por um rio e seu affluente «durante duzentas e cincoenta leguas até não poderem ir mais adiante por causa da agua ser pouca e o rio se ir estreitando de maneira que não podiam já por elle caber as embarcações», informa Gandavo, *Historia da Provincia Santa Cruz*, cap. 2. Um manuscripto espanhol contemporaneo (cópia na Bibl. Nac.), reduz as leguas a cento e cincoenta, diz que fizeram uma fortaleza na ilha em que ainda hoje está a capital do Maranhão, outra na confluencia de dois rios, outra finalmente no ultimo ponto do rio vindo da esquerda que puderam alcançar; este deve ser o Pindaré, mas o autor dá-lhe o nome de Maranhão. Antonio Baião acaba de publicar no *Bol. da Ac. das Sciencias* de Lisboa muitos documentos sobre João de Barros, que contêm ligeiras referencias ao Brasil.» Delles resulta que os filhos de João de Barros vieram depois de Ayres da Cunha, mais ou menos no tempo de Luis de Mello. — (G.).

SECÇÃO X

(VI da 1 edição)

DIREITOS DOS DONATARIOS E COLONOS. PORTUGAL NESTA EPOCHA

Privilegios ou foros dos donatarios. Privilegios feudaes. Desprezamento da carta. Foral. Deveres para com o rei e os colonos. Costa e Homisio. Estrangeiros christãos. Leis do Reino. Codigo Manoelino ou cinco livros das Ordenações. Administração dos Concelhos. Juizes de fóra. Mesa da Consciencia. Alçadas. Systema fiscal. O throno. A magistratura letrada. Aristocracias. Tratantes ou agiotas. Titulos. Fidalgos. Infanções. Moradias. Brazão. Fontes de legislação. Tres ordens militares. Nomes e Appellidos. Lingua portugueza. Escriptores antigos. Pronunciação brasileira. Cultura intellectual da metropole. Industria. Civilização arabe na Espanha. Architectura. Pintura. Typographia. Marinha. Nautica. Antiguidade do Astrolabio. Seculo XV. A imprensa. Livre exame. Protestantismo. Tribunal da Inquisição. Advertencia.

As concessões outorgadas pelas cartas de doação, passadas quasi por igual teor, são mais latas do que se devia esperar em uma epocha em que na Europa os reis tratavam de concentrar cada dia mais a autoridade, fazendo prevalecer o direito real dos imperadores, com detrimento dos antigos senhores, ou de certas corporações privilegiadas, mas a beneficio em geral do povo. Os meios *feudaes* tinham sido, porém, os mais proficuos para colonizar os paizes quasi ermos de gente: por isso mesmo que o desejo do poder existe na natureza humana, e é um estimulo vigoroso para convocar os ambiciosos a exporem no meio de trabalhos, quanto já têm, para adquirirem mais. E como eterno só é Deos, ao tempo cumpria corrigir o que antes fôra e agora era medida necessaria.

As doações são feitas pelo rei, não só como tal, senão como governador e perpetuo administrador da ordem e cavallaria do mestrado de Christo; e são declaradas validas apezar de irem contra as leis do reino que dispunham de outro modo, e principalmente contra a lei mental (Ord. do Reino, liv. 2.º, tit. 35), que, como é sabido, foi aquella com

que o rei D. Duarte (a pretexto de que o chorado Mestre d'Aviz, seu pae, a tinha *in mente*) deu o primeiro golpe nos privilegios senhoriaes. As referidas doações são vinculadas nas familias dos primeiros donatarios, obrigando aos successores herdeiros, sob pena de perdimento da capitania, a guardarem para sempre os mesmos appellidos.

Apezar desta concessão, claro está que, segundo a lei geral, cada herdeiro necessitava sempre da confirmação régia, e ás vezes o mesmo herdeiro a pedia cada vez que a corôa passava a novo rei. Os morgados, isto é, as capitanias, deviam seguir indivisivelmente, assim nos transversaes e ascendentes como nos bastardos, até pela linha feminina, o que fôra abolido pela dita lei mental. E isto com tanto empenho que, excepto no caso de traição á corôa, o vinculo seguia ao successor, quando o proprietario commettesse crime tal que pelas leis do reino devesse perde-lo.

O donatario da terra poderia perpetuamente:

Chamar-se capitão e governador della;

Possuir na mesma uma zona de dez e, alguns, até dezeseis leguas de extensão de terra sobre a costa, comtanto que fossem em quatro ou cinco porções separadas entre si duas leguas pelo menos, e nunca juntas; sem pagarem outro tributo mais que o dizimo;

Captivar gentios para seu serviço e de seus navios;

Mandar delles a vender a Lisboa até trinta e nove (a uns mais que a outros) cada anno, livres da siza que pagavam todos os que entravam;

Dar sesmarias, segundo as leis do reino, aos que as pedissem, sendo christãos; não ficando estes obrigados a mais tributo que o dizimo.

Competia-lhe:

O direito das barcas de passagem dos rios mais ou menos caudaes;

O dizimo do quinto dos metaes e pedras preciosas;

O crear villas, dando-lhes insignias e liberdades, e por conseguinte foros especiaes, e nomeando para governa-las, em nome delle donatario e de seu successor, os ouvidores, meirinhos e mais officiaes de justiça.

Prover, em seus nomes, as capitanias de tabelliães do publico e judicial, recebendo de cada um quinhentos réis de pensão por anno;

Delegar a alcaidaria ou governo militar das villas nos individuos que escolhessem, tomando-lhes a devida menagem ou juramento de fidelidade;

O monopolio das marinhas, moendas de agua e quaesquer outros engenhos, podendo cobrar tributos dos que se fizessem com sua licença;

A meia dizima ou vintena de todo o pescado; excepto Duarte Coelho, a quem foi concedida a outra meia dizima.

Redizima dos productos da terra ou o dizimo de todos os dizimos;

A vintena do producto do pau-brasil, ido da capitania que se vendesse em Portugal (1);

Alçada, sem appellação nem aggravo, em causas crimes até *morte natural, para os peões, escravos* e até gentios; dez annos de degredo, e cem cruzados de pena ás pessoas de maior qualidade; e nas causas civeis, com appellação e aggravo só quando os valores excedessem a cem mil réis;

Conhecer das appellações e aggravos de qualquer ponto da capitania;

Influir nas eleições dos juizes e mais officiaes dos concelhos das villas, apurando as listas dos homens bons, que os deviam eleger; e annuindo ou não ás ditas eleições dos juizes e mais officiaes, que se chamariam pelo dito capitão e governador, apezar do que em contrario dispunham as ordenações do reino.

O Soberano promettia além disso que nunca entrariam nas capitanias os seus corregedores, com alçada de natureza alguma, nem jamais seria o donatario suspenso ou sentenciado, sem ter sido primeiro ouvido por elle proprio soberano, que para isso o faria chamar á sua presença.

Deste modo a corôa chegava a ceder, em beneficio dos donatarios, a maior parte dos seus direitos magestaticos; e quasi conservava sobre as novas capitanias brasilicas um protectorado, com poderes mui limitados, a troco de poucos tributos, incluindo o do dizimo; do qual tributo ella mesma pagava o culto publico e a redizima aos senhores das terras. Quasi que podemos dizer que Portugal reconhecia a independencia do Brasil, antes delle se colonizar. Tal era o

(1) Esta parte foi revogada por alvará de 5 de Março de 1587. *Annaes Maritimos de Portugal*, por José Anastacio de Figueiredo, t. II, p. 18. — (A.)

empenho que devia levar, graças a Diogo de Gouvêa principalmente, em não ver passar a gente estranha o bello territorio que a sorte lhe dera em partilha! Quantas vezes um só homem, uma só idéa ou pensamento fecundo, pode salvar de todo um paiz!

Porém, as doações constituiram apenas a legitimidade da posse, e os direitos e privilegios do donatario. Falta, pois, que nos occupemos do titulo do pacto que fixava os deveres deste ultimo para com a corôa, e para com os colonos ou futuros habitadores do couto. Este pacto era o «*Foral* dos direitos, foros e tributos e cousas que na dita terra haviam os colonos de pagar» (2) ao rei e ao donatario. Era um contracto emphiteutico, em virtude do qual se constituiam perpetuos tributarios, da corôa e dos donatarios capitães mores, os solarengos que recebessem terras de sesmarias. A preferencia dada ao systema de ração (pensão do dizimo) a um foro certo, proveiu de ser elle o mais de accordo com as idéas religiosas dos colonos.

Cada capitania recebeu o seu foral. Nelle se confirmam as doações e privilegios feitos ao senhor da terra; estipulam-se os foros dos solarengos que a haviam de habitar, e as pouquissimas regalias, que a corôa se reservava. Estas se reduziam aos direitos das alfandegas, ao monopolio das drogas e especiaria, ao quinto dos metaes e pedras preciosas que se encontrassem, e, finalmente, ao dizimo de todos os productos pagos ao rei, que como chefe do mestrado e padroado da ordem de Christo, deveria prover, segundo dissemos, quanto respeitava ao culto divino. Para effectuar as cobranças nomearia o rei os competentes officiaes de Fazenda, equivalentes aos *mordomos* dos feudos antigos, como almoxarifes e feitores, com seus competentes escrivães.

Os foros concedidos aos colonos ou futuros moradores se reduziam:

A possuirem sesmarias sem mais tributos que o dizimo.

A isenção para sempre de quaesquer direitos de sizas, impostos sobre o sal ou saboarias, ou outros quaesquer tributos não constantes da doação e foral.

A garantia de que o capitão não protegeria com mais

(2) Palavras dos proprios forues. Veja Docs. VIII e IX. apps. ao *Diario* de Pero Lopes, publicado pelo autor em 1839. — (A.).

terras os seus parentes, nem illudiria as datas dellas, para augmentar as suas;

A ser declarada livre de direitos toda exportação para quaesquer terras de Portugal, pagando sómente a siza ordinaria quando se vendessem os productos;

A franquia de direitos dos artigos importados de Portugal, excepto por navios estrangeiros (tratadores estranhos), em cujo caso pagariam o dizimo de entrada;

Ao commercio livre dos povoadores entre si, ainda quando de differentes capitanias, e privilegio para só elles, quando não estivessem associados a estrangeiros, negociarem com os gentios da terra;

Além disso cada capitania era declarada couto e homisio, e ninguem poderia, portanto, ser nella perseguido, em virtude de crimes e delictos anteriores.

Desta fórma aos estrangeiros christãos (catholicos se entende) não ficava vedado o virem por colonos, como succedeu no principio do seculo immediato; e aos proprios navios estrangeiros se permittia o commercio directo com Portugal, bem que cumulados do grande direito differencial de dez por cento a toda importação, o que equivalia a não se expôr a que elles fossem depois carregados para seus paizes; o que segundo parece estivera nos intentos do legislador prohibir. Socialmente reconhecia o foral e doação, além do privilegiado donatario, tres classes distinctas: os fidalgos, os peões e os gentios.

Claro está em todos os pontos não especificados nas doações e foraes, se consideravam vigentes para o Brasil as leis geraes do reino.

Estas leis eram então as Ordenações, que, em virtude do nome do rei que as promulgou (fazendo reformar as *Affonsinas* do meiado do seculo anterior), se ficaram chamando *Manuelinas;* as quaes, additadas e melhor redigidas, se promulgaram de novo no principio do seculo seguinte, reinando um dos Felippes de Castella, pelo que se ficaram chamando *Filippinas*. As fontes originarias destas ordenações eram o codigo wisigothico (3), as leis promulgadas separadamente, desde o principio da monarchia portugueza, as das Partidas de Castella, e todo o direito justiniano e mais codigos re-

(3) «Codigo por que a Nação se havia regido» lhe chamava, já em 1814, Vicente A. de Carvalho, «Mem. sobre a *Emphyteuse*», p. 17. — (A.)

manos, explicados e commentados nas universidades de Bolonha e de Paris.

O codigo *Filippino* promulgado em principios do seguinte seculo, foi pouco mais do que uma nova edição correcta e augmentada do *Manuelino*, que como lei não chegou a vigorar por um seculo; se bem que na sua confecção presidissem muitos mais trabalhos e muitos maiores esforços de codificação que no que lhe usurpou o nome. Occupou-se do dito codigo manuelino, durante dezeseis annos, o honrado chanceller mór Ruy Bolto, e outros jurisconsultos distinctos; e o proprio rei ligava ao seu codigo tanta importancia que nem sequer o esquecera no testamento; pois recommendára em uma verba deste que obra tão gloriosa para o seu reinado se concluisse; verba com o cumprimento da qual nada tiveram que fazer seus successores, por haver Deus disposto que o mesmo rei só fallecesse depois de receber o codigo a ultima demão; ficando assim por sua morte publicada em terceira edição (4), em 1521, a collecção das leis patrias por que tanto se empenhava. Verdade é que muitos artigos do codigo manuelino sahiram diffusos e com redundancias, e que ás vezes comprehendem até explicações e glossas; de fórma que o legislador se apresenta de quando em quando convertido em lente de direito; mas estes pequenos defeitos, que em geral não prejudicam á clareza, são inherentes ao estilo da epocha, o qual aliás os reformadores filippinos deixaram muitas vezes como estava.

Constam as Ordenações manuelinas de cinco distinctos codigos chamados *Livros*, divididos em titulos.

O primeiro comprehende os regimentos de todos os magistrados do reino, os quaes estavam sujeitos ao magistrado supremo, o rei.

Trata o segundo livro dos direitos e bens da corôa, dos privilegios e jurisdicção dos donatarios, dos ecclesiasticos, das igrejas, dos mosteiros, das capellas e dos residuos dos testamentos.

O terceiro comprehende o codigo do processo judicial, já

(4) Já assim o affirmavamos em 1854, na p. 77 da 1.ª edição desta *Historia*. No opusculo *Ordenações do Reino* do Sr. Tito de Noronha, pub. em 1873, vem explicada (nas pp. 16 e 17) a razão da raridade das duas primeiras edições de 1512 e 1514: dellas foram mandadas romper todos os exemplares, com pena até de degredo aos que o não fizessem; isto por C. R. de 15 de Março de 1521. — (A.). — Para o historico das *Ordenações*, ver Innocencio, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 6, 324-327. — (G.).

no tempo (Lei de 5 de Julho de 1526) das nossas doações alterado.

O quarto vinha a ser o codigo civil. Nelle se estipula sobre successões e contractos, quasi tudo á maneira do direito romano com as modificações, que resultaram da *civilização* goda, os feudos e morgados, e os dotes e arrhas dos matrimonios.

O quinto livro abrangia o codigo penal, e o do processo das causas crimes; e tornou-se celebre pelo seu muito rigor, e pela frase lugubre, nelle muitas vezes repetida, de *morra per ello;* frase com que por ventura os legisladores haviam pensado amedrontar a sociedade que começava em Portugal a perverter-se moralmente.

Nos casos não previstos no codigo, dispunha um artigo (Liv. II, tit. 5.º) que fossem subsidiarios, envolvendo peccado, os sagrados canones; e, não o envolvendo, a antiga legislação romana, embora discorde com os mesmos canones. Na fallencia destas duas fontes de direito, seriam validas as glossas de Acursio, não reprovadas pelos doutores, e as opiniões de Bartolo não rebatidas pela opinião commum. A jurisdicção primaria em cada terra era exercida pelos *juizes ordinarios*, mudados annualmente, e eleitos de entre os «homens bons» ou pessoas mais gradas do concelho. — Nas cidades e villas eram geralmente dois, e se denominavam de *vara vermelha*, por ser desta côr o distinctivo que tinham obrigação de levar sempre comsigo. Os mesmos juizes juntos, pelo menos, a dois *vereadores* e a um *procurador* do concelho, constituiam a *camara* ou *senado*, que exercia o governo municipal e economico do mesmo concelho. O *procurador* servia, nas povoações menores, de *thesoureiro*. Aos vereadores competia o organizarem as *posturas* e vereações. Havia mais, em cada concelho, um escrivão e um *almotacé*; este encarregado da execução das posturas, determinadas pelos vereadores, e de fiscalizar a aferição dos pesos e medidas, os preços dos comestiveis, e de zelar pelo aceio e policia das povoações, etc.

A autoridade dos juizes ordinarios cessava, em parte onde havia, nomeados pelo rei, *juizes de fóra*, ou lettrados, chamados tambem de *vara branca;* e igualmente havendo juizes especiaes de orphãos, de defuntos e ausentes, do crime e outros, no que era da especial competencia destes.

As Ordenações prohibiam expressamente aos senhores das terras o transtornar ou quebrar o que ellas dispunham acerca das eleições dos officiaes das camaras; mas, segundo vimos, aos donatarios do Brasil fôra concedido o annuirem ou não ás eleições dos juizes ordinarios e mais officiaes, clausula que só durou emquanto não foram coartados os poderes illimitados, que a principio lhes foram concedidos.

Em cada concelho havia um *alcaide* pequeno, que respondia pelo socego, e fazia as prisões e as citações. Era escolhido pela camara entre os propostos pelo senhor da terra. Na propria casa da camara se dispunha de ordinario o carcere ou prisão municipal.

Nas causas julgadas em primeira instancia, se appellava no reino para a *Casa do Civel;* e desta se podia aggravar para a da Supplicação e Desembargo do Paço. Porém, para as capitanias do Brasil, foi primeiro concedido aos donatarios o terem alçada, e poderem conhecer das appellações e aggravos; depois passou esta prerogativa ao Governador Geral, e ao Conselho da India; e só pelo tempo em que se estabeleceram as relações é que puderam os colonos appellar dellas para o Desembargo do Paço.

Além do codigo manuelino, se haviam publicado, em 1516, o regimento e as ordenações da Fazenda, com as quaes se reformou de todo o systema antigo, e se adoptára um novo systema tributario, em harmonia com a transformação que se operára no Reino, depois das descobertas. Neste regimento se comprehendem o dos vedores da Fazenda, o dos contadores das comarcas e o dos almoxarifes e recebedores, que taes eram os cargos que constituiam a ordem dos fiscaes da renda do Estado.

Para aconselhar a Corôa acerca do regimen dos estabelecimentos de piedade e caridade, como os respectivos ás capellas, hospitaes, albergarias, mamposterias e resgate dos captivos, e tambem aos perdões, ás ordens religiosas, e a varias attribuições da universidade, etc., acabava de ser instituido (em Dezembro de 1532), um tribunal intitulado «*Mesa da Consciencia e Ordens*», composto de um presidente e cinco deputados theologos ou juristas.

Na gerarchia governativa, como paiz eminentemente monarchico, tudo ia convergir ao throno, ou antes tudo delle divergia; desde que os reis portuguezes, á imitação dos

outros do continente europeo, haviam feito mais dependentes da corôa, não só os antigos senhores das terras, como o proprio clero, restringindo-lhe, por meio de concordatas com a Santa Sé, suas liberdades, e apropriando-se os beneficios e nomeações delles. Sem esse poder quasi absoluto que se tinham adjudicado os reis, valendo-se da magistratura lettrada, classe média entre os grandes e o povo, que se formava nas universidades, talvez não fôra possivel a Portugal ter levado e mantido tão longe suas conquistas, em uma epocha de revolução social, como a que se operou pelo trato da America, e pela facilidade e frequencia do da Asia. Essa magistratura lettrada, por seu saber, por seus enredos, sua actividade, sua loquella e a protecção que lhe davam as Ordenações, redigidas por individuos de sua classe, veiu, pelo tempo adiante, a predominar no paiz; — e até a alistar-se no numero de seus primeiros aristocratas, depois de haver em geral hostilizado a classe, antes de chegar a ella. É a tendencia do espirito humano; e quem sabe se desgraçadamente originada por um principio de inveja que degenera em orgulho. Entretanto, por mais que corram os seculos, não ha paiz, embora blazone de mui republicano, que não aprecie a sua aristocracia, isto é, a nobreza hereditaria; — sendo que a tradição das familias vem, com o andar do tempo, a constituir a historia da patria. A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos individuos que lhe deram illustração e gloria, como nós em sociedade veneramos até as suas reliquias; e não só o cadaver, como a espada do heroe, que morreu pela independencia da patria, a penna do escriptor que a illustrou pelas lettras, o annel do prelado que foi modelo de saber e virtudes. Além de que, a experiencia prova que as aristocracias, sustentaculos dos thronos, são ao mesmo tempo a mais segura barreira contra as invasões e despotismos do poder, e contra os transbordamentos tyrannicos e intolerantes das democracias.

A aristocracia de serviços e a de nascimento ou de sangue (que não é outra coisa mais que a de serviços, com algumas gerações em cima) começava a mesclar-se bastante com a dos haveres. O que hoje chamamos agiotagem conseguiu nesta quadra monopolizar na Espanha e Portugal os suores e os trabalhos de toda a industria do lavrador, do

armador e até da renda do Estado. O rapido giro de fundos dado pelas lettras de cambio, a promptidão com que se passavam grandes creditos de Lisboa para Sevilha, para a feira de Medina, para Genova, para Flandres, deu aos desta classe, ajudados pelo estabelecimento dos correios, de que souberam tirar partido, tal superioridade nos negocios que ninguem podia com elles competir. Ás vezes acudiam nas urgencias do estado, e o soccorro era reputado um grande serviço, e recompensado como tal. Outras vezes era o herdeiro de um grande nome, e representante de muitos heroes quem, para poder ter com que acommodar-se ao luxo da epocha, não desdenhava alliar-se com a neta do sayão convertido, cujo descendente se fizera rico tratante, como então se dizia, sem que o vocabulo se tomasse em mau sentido, como as obras delles tratantes ou tratadores vieram a fazer que se tomasse.

A população livre em Portugal, no principio da monarchia, podia reduzir-se ás duas classes de nobres e plebeus. Os primeiros comprehendiam os *ricos-homens*, «senhores de pendão e caldeira», com' *vassallos* a seu serviço, e os *infanções*, que vinham a ser os nobres por linhagem (5) ou *fidalgos* (filhos d'algo), mas filhos segundos, e por conseguinte sem terras e pobres.

O titulo de *dom*, equivalente ao de senhor (de *dominus*) dava-se apenas a principio aos reis, principes e ricos-homens, vindo a ter quasi a mesma valia que ao depois o de duques. Mais tarde o fizeram os reis extensivos aos seus filhos naturaes e aos que muito se distinguiam por altos feitos, como o condestavel Nun'Alvares e o nauta Vasco da Gama. Tornado porém, mui familiar em Castella, e julgando-se autorizados a usa-lo todos os que de Castella procediam, veiu a ficar quasi sem valor, principalmente depois do tempo dos Filippes, ordenando-se, entretanto, por uma lei que, por caso nenhum, pudessem herdar tal titulo os filhos illegitimos.

Os titulos usados nas outras nações mais antigas da Europa, começando pelo de conde, foram pouco a pouco introduzidos em Portugal, a principio com tanta parcimonia que o rei D. Diniz apenas creou dois, D. Pedro o Justiceiro outros dois e D. Fernando cinco. Esse titulo, derivado do nome

(5) Veja Alv. Ferreira de Vera, Garibai, Zurita e outros. — (A.)

latinos *comes*, companheiro, andára associado em outros paizes aos principaes conselheiros e mais affectos servidores do rei.

D. João I, casado com ingleza, e muito imitador de Inglaterra, creou os dois primeiros ducados portuguezes, que foram os de Coimbra e de Vizeu, com o intuito de premiar os serviços de dois de seus filhos. D. Affonso V creou os dois ducados de Bragança e de Guimarães, e os dois primeiros marquezados (Valença e Villa Viçosa), bem como o primeiro viscondado (de Villa nova da Cerveira) e o primeiro baronato (d'Alvito). O titulo de marquez (Marcgraf) era originario da Allemanha, e correspondia ao dos antigos *Adiantados mores* das fronteiras em Portugal. Entre os cargos de primeira classe se contavam tambem os *alcaides mores*, ou governadores militares das villas ou cidades, ordinariamente hereditarios.

Elrei D. Manuel, para regularizar melhor as recompensas dos altos feitos, e dar á ordem hierarchica da nação certa disciplina, de accordo com a centralização monarchica, que triumphára de todo em Portugal, em tempo do seu predecessor D. João II, estabelecera pensões ou *moradias* da Casa real aos descendentes das tres classes de servidores do estado, que requeriam taes assentamentos. Os filhos dos grandes, ou antigos ricos-homens, eram admittidos por moços fidalgos, podendo passar a fidalgos cavalleiros, depois que, por algum feito, fossem armados: os dos simples fidalgos ou *infanções* entravam por moços da Camara, podendo subir, por accesso ordinario, a cavalleiros fidalgos: os dos simples plebeus por moços da estribeira, podendo passar a escudeiros e até subir a simples cavalleiros, como succedeu com o Caramuru da Bahia, com Henrique Montes e outros. Isto, bem entendido, como recompensas hereditarias aos que já se haviam distinguido, como entre nós ainda se concedem, pela nação, pensões ás viuvas e filhos, pelos serviços dos maridos e paes, mas sem prejuizo de elevar a estes ás classes superiores, quando prestassem taes serviços que viessem a dar gloria á mesma nação, e a proporcionar, ainda depois de mortos, estimulos vivos ás successivas gerações. Por esta razão os titulos que importavam glorias nacionaes, dignas de serem perpetuadas, como os concedidos a Vasco da Gama, eram com razão declarados hereditarios. Os grandes senhores e os prelados tinham tambem escudeiros a seu serviço.

As mencionadas honras na Casa Real vieram a ser mui empregadas para recompensar tambem serviços feitos no Brasil, como já vimos a respeito do Caramurú e de Henrique Montes; pelo que convem que fique desde já explicado em que consistiam; e, com maior razão, quando a natural aspiração de cada um a passar á classe superior serviu de estimulo a praticarem-se grandes feitos e trabalhos, e contribuiu a dar ao poder central a força e unidade, sem a qual não houvera obtido tantos triumphos em regiões tão afastadas do centro de sua acção...

O mesmo rei D. Manuel regularizou na monarchia o uso dos brazões, dando regimento ao rei d'armas, arautos e passavantes, depois de haver mandado tomar a tal respeito informes nas côrtes estrangeiras; convencido de que estava nos interesses da nação, com vantagem para o fisco; sendo mais um recurso de estimulo e paga de serviços, o regularizar o uso das distincções hieroglyphicas da arte heraldica, prohibindo que indevidamente se condecorassem a si proprios, com o seu uso, os que o não legitimassem com a competente licença ou diploma e a paga dos direitos.

Assim como as demais nações do meio dia da Europa, Portugal, que fizera parte do imperio romano, que fôra conquista dos Barbaros seus invasores e dos Mauro-arabes, vencedores destes, herdára de todos instituições e habitos. A legislação civil e as municipalidades eram romanas. Dos barbaros procediam originalmente os foraes e parte da legislação criminal; tambem delles, mais que do senado romano, provieram as antigas *Côrtes* ou congressos, convocados pelos reis, em que, com o andar do tempo, vieram a ter parte os procuradores dos povos, mas a que assistiam a principio só os magnatas, para resolverem o augmento de tributos ou as questões imprevistas. Dos Mauro-arabes foram adoptados os cargos de alcaides mores, alferes mores, almocadens, adais, almogavares e outros titulos da milicia. Esta veiu a reformar-se muito com as guerras das cruzadas, onde tiveram origem as ordens militares, isto é, as ordens de freires que faziam profissão de combater pela fé de Christo. Destas ordens havia tres em Portugal, a saber: 1.ª a de *Christo*, creada para substituir neste reino a supprimida dos Templarios, cujos bens foram em Portugal confirmados á de Christo em 1319,

pelo papa João XXII; 2.ª a de *Santiago* da Espada, a principio ramo da de igual nome no reino vizinho, donde foi desannexada, por bulla de Nicolau IV de 1288; 3.ª a de *São Bento* (vulgo d'Aviz), correspondente á castelhana de Calatrava, da qual só foi definitivamente separada pelo papa Eugenio IV.

Havendo o successor do mencionado rei D. Manuel (D. João III) associado á Corôa os grãos-mestrados destas tres ordens, vieram os seus bens a prestar-lhes muitos mais meios de galardoar os serviços; e cumpre dizer que, em meio de alguns abusos inevitaveis á condição humana, foi isso de grande recurso para que não deixassem de ser recompensados muitos trabalhos e boas acções, que então se praticaram, especialmente nas colonias.

Seguindo os usos da epocha e da nação, cada individuo, além do nome, tinha o sobrenome. Estes, a principio, haviam sido sempre *patronimicos*, ou derivados dos nomes dos paes, como ainda hoje usam os Russos. Assim o filho de Pedro (Pero), accrescentava o sobrenome de Perez, e o filho de Alvaro o de Alvarez. Porém, já este costume cahia em desuso, adoptando-se o cognome por mero arbitrio, ou contentando-se com o appellido dos paes, juntando tambem alguns, a modo dos Castelhanos, o materno. Quanto aos mesmos appellidos, uns haviam sido tomados ou se tomavam dos nomes das terras, donde procediam, nem sempre solares das respectivas familias, outros haviam provindo de simples alcunhas, taes como os de Leitão e Coelho (6).

Digamos agora duas palavras acerca do estado em que se achava a lingua, a litteratura e a instrucção no paiz em que se haviam creado os que vieram colonizar o nosso.

A lingua portugueza campeava já na virilidade. No tempo da dominação romana quasi toda a peninsula iberica havia abandonado as linguas anteriormente ahi faladas, aceitando com mais ou menos corrupção um latim, que depois não deixou naturalmente de soffrer ainda alguma degeneração, com expressões godas e arabicas. No condado portugalense, berço da monarchia de Affonso I, se falaria quasi a mesma lingua que em todo o reino de Leon, a que com a Gallisa e as Asturias pertencia, e até com pouca differença a mesma

(6) Alv. Fern. de Vera. — (A.)

que no Aragão, cujo dialecto ainda hoje se parece muito mais com o portuguez que o castelhano. Pouco a pouco, entretanto, se foi extremando a linguagem portugueza dos dialectos desses outros districtos.

Alguns trovadores provenças tinham nas côrtes dos reis D. Affonso III e D. Diniz estimulado o apparecimento de muitos trovadores no mesmo genero, no numero dos quaes devemos contar este ultimo rei, e um seu filho natural, o Conde de Barcellos. A creação da Universidade portugueza, devida ao mesmo rei D. Diniz, as continuas guerras civis, e o augmento das ordens religiosas, em tempos em que as estradas eram pessimas e os povos commerciavam em ponto muito pequeno, deram em grande parte azo á communicação delles uns com os outros, a qual tendia a uniformar a lingua. O praticarem-se altos feitos, que incitavam engenhos a escreve-los; e logo depois o renascimento da antiga litteratura classica grega e latina na Europa, tudo concorrera ao polimento da nossa lingua, que, no periodo que esboçamos, contava já: tres novellistas de cavallarias, Vasco de Lobeira, autor do *Amadiz de Gaula* (7), Bernardim Ribeiro, autor da novella contada na *Menina e Moça*, e João de Barros, o nosso donatario, autor do *Clarimundo*; aos quaes não tardou em associar-se Francisco de Moraes, como o *Palmeirim da Inglaterra*, tronco fecundo de uma familia de outras novellas de cavallarias de novos Palmeirins: alguns chronistas, como Fernão Lopes, Azurara, Vasco Fernandes de Lucena, Rui de Pina e Resende; alguns poetas, taes como Gil Vicente e o mencionado Bernardim Ribeiro: — sem mencionar os muitos versos de pouca inspiração do cancioneiro de Resende; nem as obras sobre a montaria, a gineta e a moral, attribuidas aos reis D. João I e D. Duarte e ao infante D. Pedro. Na philologia e na musica adquirira em Portugal celebridade Arias Barbosa, o amigo do physico Pedro Margalho e do celebre escriptor Pedro Martyr.

E a lingua portugueza, disse um illustre Brasileiro (8) polyglota e encyclopedico, «bella, rica e sonora; menos dura

(7) Em um opusculo especial acerca dos *Livros de Cavallarias*, que publicámos em 1872, provámos que o primeiro livro da novella que por si constitue já uma acção acabada, se deve attribuir, sem a minima duvida, a este autor. — (A.).

(8) José Bonifacio «Poesias avulsas d'Americo Elysio», Bordeos, 1825, pg. 110. — (A.).

e tarda que a allemã e a ingleza; mais energica e variada ao ouvido que a italiana, mais suave e natural que a castelhana, e superior em tudo á franceza».

Na passagem para o Brasil, antes de aqui se aclimar, modificou-se ella um pouco, sobretudo na pronunciação; já pela maneira como nosso differente clima operaria sobre os orgãos da fala, já pelo trato de muitos castelhanos, tambem colonos, e pelo do dos habitantes da terra; já finalmente pela necessidade de adoptar nomes novos para novas idéas; o que fez passar não só a Portugal, como a toda a Europa, muitos vocabulos que são exclusivamente do Brasil; taes como: tapioca, mandioca, cajú, guaiaba, jacaranda, copahiba, ananás, piassaba ou antes piassá, ipecacuanha, e outros muitos.

A cultura intellectual de Portugal, isto é, o estado das lettras e das sciencias, pode dizer-se que andava então a par do dos mais paizes da Europa. A Universidade era favorecida pelo soberano, que a doou com seus proprios paços em Coimbra, para onde a transferiu de Lisboa, «vendo que o trafego da côrte e grande commercio de mercadores (negociantes) naturaes e forasteiros condiziam mal com o reposso e quietação das lettras; e que em Coimbra ficava mais accommodada, tanto pelo sitio, que é quasi no meio do reino, como pela temperança e fartura da terra (Fr. Bern. de Brito)». As grandes riquezas que em Portugal então havia, e que facultavam os meios de se viajar pelo estrangeiro, a facilidade de entender o italiano e o castelhano, as dependencias de Roma e as pendencias com Castella, o frequente que já era o estudo do latim, o trato dos estrangeiros instruidos ambiciosos de adquirir gloria nas sciencias ou nas armas, ou cubiçosos de fortuna, que, embriagados pelas estupendas novas dos descobrimentos, iam a Portugal com intuito de passarem á India ou á America, — tudo concorria a nivelar este paiz com os outros mais adiantados nessa epocha, em todos os ramos dos conhecimentos humanos.

A industria agricola retrogradava porém; por isso mesmo que os habitos da guerra não permittiam o socego que exige a cultura do campo, nem os outros meios que haria de adquirir cabedaes, com mais facilidade, podiam estimular a que os braços se dedicassem áquella de preferencia.

Entretanto a civilização arabe deixára de si traços

deleveis por toda a Espanha, em differentes ramos que têm relação com a agricultura: na meteorologia, na astronomia, na medicina e na pharmacia. Todos estão hoje concordes em confessar o muito que a civilização europea deve á invasão arabe-mauritana, ou antes á cultura fermentada no proprio solo hispano, na côrte de Cordova, nos tempos do emirado e califado da dynastia Ommeyada; desde o fim do seculo oitavo até os principios do decimo primeiro; dessa civilização que produziu os industriosos Ebn-el-Awam, os philosophos Alfaraby, os alchimistas Alhacem, os astronomos Alfergan e os physicos Averroes (Aben-Roiz). Dos Arabes são até na nossa lingua os termos empregados em muitas applicações industriaes: o nome das *alcôrcovas* ou sanjas que se abriam para enxugar as *lizíras* ou margens dos rios: o das *acequias* ou *açacaias* e *noras*, com que estabeleciam as regas; o dos *açudes*, com que derivavam as aguas para fazer trabalhar as *azenhas* e *atafonas;* o dos *azerves* com que amparavam dos ventos frios os pomares; o das *beringelas*, *acelgas*, *tremoços* e *alfaces* que semeavam em *alfobres;* o das *almanjarras* que moviam para prensar a *azeitona;* o dos *azulejos* com que tão profusamente adornavam os *alizares* do seus *pateos*, plantados de arvores que davam o *azaar*, e adornados de *arrayans*, de *alelis*, *alecrim*, *alfazema*, *anémonas*, etc.; o das *açoteas* ou eirados de seus *alcáceres;* e afinal o das *azarolas*, *ameixas*, *alfarrobas*, *alpéreces* e *romans*, com que ornavam os seus *alfoujes*. Lembram-nos esses nomes de origem arabe, que vão em gripho, e não seria difficil, seguindo os livros que se têm publicado acerca dos vestigios da lingua algemia em Espanha e Portugal, descobrir nelles muitos outros vestigios da introducção dos methodos ou industrias, que ainda hoje, no uso vulgar, as etymologias das palavras nos comprovam. Limitar-nos-hemos, entretanto, ainda a citar, como puramente arabes, os vocabulos *seára*, *sáfra*, *tâmara*, *algodão*, *arroba* e *alqueire*. Diremos tambem que os mesmos Arabes consideravam em ponto de vista mesquinho a industria agricola, quando a limitaram á cultura só das terras de regadio; e não propagaram mais a plantação das arvores. Se em paizes humidos pelo solo ou pelos orvalhos, os praulos são a base e a riqueza dos lavradores, nos paizes aridos a cultura das arvores e das vinhas é de todo o proveito não só para se melhorar com estas plantas o clima,

mas para que ellas possam subsistir, indo muito ao seio da terra buscar, com as raizes, a frescura e a nutrição para sua seiva, que não têm á superficie, nem podem da arida atmosphera sorver pelas folhas.

Tambem na architectura deixou de si indeleveis vestigios na Espanha a civilização dos Arabes. Por elles tinham vindo de Constantinopla á Espanha, modificados em sua passagem por Damasco, inclusivamente lindos modelos de edificios, e certo gosto original de construcção, que as plantas exoticas dessa architectura, que podemos chamar pontaguda, não puderam desinçar de todo. E quando, no seculo dezeseis, o descobrimento das Indias, Occidentaes e Oriental, occasionou nos espiritos a grande energia, que se manifestou principalmente nas artes, produzindo uma nova epocha de grandes construcções, como o havia sido anteriormente a do triumpho do christianismo e como o está sendo, em nossos dias, a que inaugura facilidade das communicações proporcionadas pelo uso dos ferreos carris, ainda a influencia arabe se fez sentir. Esta tendencia de restauração introduziu em Portugal um estilo original, anterior ao *plateresco* espanhol imitado depois por João de Castilho, e á renascença em Italia. São typos desse estilo, (para que fomos o primeiro a indicar o nome de *manuelino*, que recebeu a sancção do eximio cantor de Camões, o illustre Garrett e do publico portuguez em geral), o mosteiro e a torre de Belem, que se levantavam ambos, quasi á foz do Tejo, quando o Brasil se descobria.

Não nos é possivel falar tão vantajosamente da arte da pintura, bem que alguns nomes de pintores portuguezes se conheciam já por esse tempo. Entretanto, em pintura não havia, nem ainda até hoje houve, escola que portugueza se chamasse.

A typographia corria sim parelhas com a de outros paizes da Europa; e basta ver a obra de Cataldus (9) Siculus, feita em Lisboa em 1500, isto é, no anno que Cabral aportava á terra de Santa Cruz, para conhecer que não se imprimia então em Portugal peor que na Allemanha ou na Italia. Poucos annos antes, em 1495, haviam dois allemães, Valentim de Moravia e Nicolau de Saxonia, impresso lam-

(9) Vimos deste livro o exemplar que possue o Sr. Ferdinand Denis. — (1)

bem em Lisboa os quatro magnificos volumes *incunabulos* da *Vita Christi*, em portuguez, os quaes são ainda em nossos dias um verdadeiro modelo de perfeita execução typographica.

A arte ou antes a sciencia em que Portugal, porém, se avantajava a todas as nações era a maritima; — sciencia caracteristica da actividade do engenho de qualquer povo, e que dá vida a uma arma, arbitra dos destinos dos estados, e até dos continentes, como a historia nos ensina pelos resultados que na sorte da Europa, e talvez da humanidade, tiveram as batalhas navaes de Salamina, Actium, Lepanto, La Hogue e Trafalgar.

Não seguiremos a trilha dos que têm até agora exaggerado os serviços feitos á nautica pelo infante descobridor, de melhoramentos na bussola, nas cartas geographicas e nos astrolabios, — instrumentos estes que já no seculo XI se construiam com a maior perfeição, segundo no-lo provam alguns que temos visto desses tempos. Limitar-nos-hemos, pois, a lembrar que os Portuguezes mostraram ás nações da Europa o caminho do mar da India, e que as armas todas pareciam ser em pequeno numero para, sem muita arte, chegar a realizar o pensamento de Affonso de Albuquerque de assenhorear todo o mar indico pelas simples occupações dos tres pontos: Ormuz, Gôa e Malaca. Foram as viagens da India que mais augmentaram a marinha portugueza; e tanto pedia a necessidade esse augmento que o governo tomou a resolução de proteger o fabrico, ou a compra a estranhos, de naus maiores de cento e trinta toneladas, por meio de gratificações (Reg. da Fazenda, cap. 232) e de privilegios para a preferencia de carga e impostos differenciaes. Assim consta que, em Maio de 1521, tinha Portugal nos mares da India, o seu serviço, suas fretadas, oitenta e tantas velas, segundo já em outro logar fica dito.

Moralmente todos os povos da Europa achavam-se então uns a par dos outros. O seculo decimo-quinto, todo de actividade, de investigação e de inventos, fôra um seculo dos chamados de transição, bem que todos os seculos se poderiam classificar com tal nome. A invenção da imprensa, antes de acabar a primeira metade delle, lançou em circulação milhares de obras, resultados do cogitar de homens de varias idades e de varias seitas, que entre os contemporaneos vi-

nham, segundo suas tendencias, a uns, exaltar a imaginação, fortalecer em outros á razão. Vimos como á imprensa devera Colombo em grande parte suas lucubrações, e devemos agora ajuntar que a leitura e o estudo nunca lhe entibiaram a fé. Outro tanto não succedia a grande numero dos sabios e eruditos desta epocha. A imprensa prestava-se a tudo, não só na Hollanda e na Allemanha, como na França e na Italia. O livre exame de quanto respeitava á religião, invadiu a autoridade do catholicismo, e organizou um sem numero de seitas protestantes, das quaes umas atacam reciprocamente, em prejuizo da fé de todas, os dogmas que as outras creem. Tal era a revolução que na Europa se operava nos animos, no principio do seculo decimo-sexto, e que não era mais que o preludio de aggressões, que se dirigiram á autoridade dos reis e dos governos, e até, como já então se viu com os anabaptistas da Allemanha, do proprio direito de propriedade, que nos estimula ao trabalho, e deu origem a tantas grandes acções.

A apprehensão de que se apoderou o governo portuguez acerca da invasão de heresias, nesta epocha febril, foi tal, que pediu de Roma, e, depois de muita opposição de parte da Curia de 1530 a 1536, chegou a obter no reino, a pretexto de combater o judaismo, a installação do Tribunal da Inquisição. — Triste foi o recurso, segundo a experiencia veiu a mostrar; mas as instancias feitas para obte-lo descobrem-nos que o governo tinha o instincto da necessidade de meios heroicos, — para metter nos eixos a roda da sociedade que se desgarrava e desgalgava.

A origem de semelhante instituição remonta ao 12.º seculo. Os progressos que, em França, faziam as heresias dos Albigenses e outras seitas, se haviam atalhado, organizando-se juntas de ecclesiasticos que *inquiriam* quem eram os aliciadores, e os denunciavam á justiça. — Chamavam-se, pois, *inquisidores*, aos individuos dessas juntas; e, em 1204, foram reconhecidos por Innocencio IV. Imitaram essa instituição os Aragoneses, e em Castella foi introduzida, só contra os Judeos e Mouriscos, em 1478, ou antes, em 1483, quando o celebre Torquemada, de maldita memoria, lhe deu a fórma de tribunal.

Quem como nós teve occasião de estudar, em varios autos, as fórmas de processos, que mais tarde se adoptaram para esse tribunal, não pode deixar de falar delle sem desde logo mal-

dize-lo. Entretanto, suas influencias perniciosas, que eram quasi todas, só passaram ao Brasil depois deste bastante colonizado e constituido; maxime desde o seculo passado (XVIII), em que as riquezas começaram a seduzir os cubiçosos fiscaes do chamado *Santo Officio*, — deste *Status in Statu*, cujos ditames, superiores a toda lei, diminuiam ao rei a magestade, ao governo o poder, aos tribunaes a justiça, aos prelados a autoridade ecclesiastica, e aos povos a liberdade, — não só de discutir, como até quasi de pensar. Para o Brasil nunca se creou uma inquisição especial; ficou elle sempre sujeito á de Lisboa (10).

(10) Vieram alguns visitadores: do primeiro em data, Heitor Furtado de Mendoça, existem varios livros de Confissões e Denunciações, de que se começou a publicação na *Série Eduardo Prado*, já correndo impressos os que se referem á Bahia e estando no prélo os de Pernambuco, Itamaracá e Parahiba. — (C.).

SECÇÃO XI

CHRONICA PRIMITIVA DAS SEIS CAPITANIAS, CUJA COLONIZAÇÃO VIMOS

Capitania de Martim Affonso. Ataque de Iguape. Derrota. Ataque á São Vicente. Invasão do mar. Villa de Santos. Monjolo. Sua procedencia da China. Engenhos de assucar. Sesmarias. Terras de Pero Lopes. Seus delegados em Santo Amaro. Itamaracá. Pero-Lopes vai á India. Sua morte. D. Isabel de Gamboa: seus delegados. Villa da Conceição. Itamaracá. Duarte Coelho. Marim ou Olinda. Recife. Porto de Pernambuco. Villa de Olinda. Sua situação. Desprezo do Recife. Tamandaré. Trabalho dos indios. Etymologia de Olinda. Nova Lusitania. Prospéra a colonia. Rigor do donatario. Queixas. Viagem á Europa. Rio de São Francisco. Cachoeira de Paulo Affonso. Cultura do assucar. Igarassú. Capitania do Espirito Santo. Sesmarias. Villa da Victoria. Principaes colonos. O donatario e seus vicios. Decadencia. Porto Seguro. Seu donatario. Primeira villa. Gentio. Colonos pescadores. Venda da capitania. Capitania dos Ilhéos. Romero, delegado do donatario. Morro de São Paulo. São Jorge dos Ilhéos. Descripção do paiz. Expulsão e reintegração do delegado. Resultados.

Vejamos, agora, como se conduziu cada um dos senhores isentos ou donatarios das capitanias.

De todos chama primeiro a nossa attenção Martim Affonso de Sousa, — o fundador da colonia de São Vicente, a quem ella fôra na partilha geral com tanta justiça e tanta politica adjudicada. E chama este donatario primeiro nossa attenção, não só porque a sua capitania prosperava, quando ainda estavam em embrião os preparativos para colonizar as outras, como porque, havendo já della começado a tratar anteriormente, afaremos por aqui melhor o fio da narração que devemos levar, passando successivamente a cada uma das outras, por ordem chronologica; segundo proximamente nos constar que foram sendo colonizadas pelos esforços dos donatarios ou de seus delegados.

Na capitania de Martim Affonso, que do nome da povoação capital se chamou de São Vicente, prosperam as duas villas fundadas. O vigario Gonçalo Monteiro rege na mat-

nha (1). O sertanejo João Ramalho capitanea no campo, e influe em Piratininga. É natural que desde logo em uma e outra villa se organizasse um simulacro de camaras municipaes, com seus vereadores: — estes provavelmente seriam a principio de nomeação, e não eleição; — pois não se poderia esta fazer, sem se apurarem os homens-bôns que, em conformidade das ordenações, deviam ser os eleitores.

Martim Affonso não voltou mais ao Brasil. Recolhendo a Lisboa partiu para a Asia. Lá se illustrou muito por seus feitos como capitão mór do mar, e depois como governador; e regressando a Portugal apenas de quando em quando se lembraria de acudir á sua capitania brasilica.

Acerca da administração do vigario Gonçalo Monteiro, mui escassos documentos nos foram transmittidos, por se haverem extraviado os livros do tombo da villa de São Vicente, e por não existir nos archivos da metropole communicação alguma sua. Provavelmente se limitaria elle a corresponder-se com Martim Affonso; mas os papeis deste passariam, com o seu morgado, aos Condes de Vimieiro; e naturalmente vieram a perecer nas chammas, com toda a escolhida bibliotheca dessa illustre casa.

Entretanto, de algumas indicações que aproveitamos de outros documentos, devemos crer que a nascente colonia maritima, logo nos primeiros annos, foi pouco afortunada, e soffreu até uma invasão da parte de outros colonos, estabelecidos em Iguape. Sabemos esta circumstancia pela apostilla de uma data de sesmaria concedida por Martim Affonso a Ruy Pinto (2). Dessa apostilla consta que em 20 de Agosto de 1537 não existia em São Vicente o livro do tombo, em consequencia de o «haverem levado os moradores de Iguape», o que só poderia ter logar, assenhoreando-se primeiro da dita villa. E o facto de hostilidades com os de Iguape se confirma por um livro da camara de São Paulo (3), onde lemos que a razão por que Pero de Góes e Ruy Pinto não foram contra os indios da Curitiba, que haviam assassinado

(1) Azevedo Marques publica duas sesmarias concedidas por Martim Affonso a Pero de Góes, uma de 10, outra de 16 de Outubro de 1532, e uma a Ruy Pinto, concedida em 10 de Fevereiro de 1533; esta não traz, porém, a apostilla que o autor publicou na primeira edição desta *Historia*, I, 440. — Veja-se adiante nota IV. — *Apontamentos Historicos*, 2.ª, 168-172. — (C.).

(2) Conf. *Actas da Camara da Villa de São Paulo*, I, 270, São Paulo, 1914. — (G.).

os oitenta exploradores partidos da Cananéa, foi por estarem occupados com as guerras de Iguapé (3).

Se havemos de dar credito a Charlevoix, escriptor que em outros assumptos nos não merece muito, viera das bandas do sul, com varios Castelhanos, até Iguape, um Ruy Mosquera, e ahi se estabelecera com o degradado bacharel portuguez, cujo nome nos diz que era Duarte Peres (11).

Por intimação do capitão de São Vicente, recolheu este ultimo á villa; mas havendo resistido Mosquera e os outros a obedecer á intimação, decidiram os nossos a obrigalos pela força. Em má hora, porém, os foram atacar, pois cahiram *numa* emboscada, e nem sequer puderam salvar os barcos ou canoas, dos quaes se aproveitaram Mosquera e os seus para irem de improviso sobre São Vicente, pilharem quanto encontraram, e retirarem-se, com os descontentes para o sul, até onde se julgaram seguros de não terem que dar contas de tanta insolencia. Reunindo-se, porém, depois desta surpreza, foram em seu alcance os de São Vicente, commandados pelos ditos Pero de Góes e Ruy Pinto.

O feitor e almoxarife régio Antonio de Oliveira (4) veiu depois a reunir em si os cargos de capitão e ouvidor do donatario. Em seu tempo soffreu a nobre villa de São Vicente o novo sinistro de uma invasão das ondas do mar, que lhe arruinou pelo menos as casas do concelho e o pelourinho. (Fr. Gaspar, ps. 37 e 38).

Além destes revezes, passou por outros que acabou com ella; e poucos annos depois quasi que já da primeira colonia do Brasil não existia mais que o campo *ubi illa fuit:* as roçadas ou derrubadas dos matos, que antes vestiam o solo e o asseguravam, permittiram que as enxurradas levassem comsigo muita terra até chegar, a entulhar o ancoradouro vizinho, phenomeno este que se passou em muitos outros

---

(3) A' vista destes dois factos nenhuma duvida tivemos em admittir, com prudente reserva, os que nos transmitte Charlevoix, *Hist. do Paraguay*, impr. em 1762, Paris,), ps. 51 e seguintes; embora tão combatidos por Fr. Gaspar, p. 8b e seguintes. — (A.). — Charlevoix apenas repetiu Ruy Diaz de Guzman, cujo *Argentina*, escripta em principios do seculo XVII, muitas vezes reimpressa no curso do seculo passado, o autor aqui e em outros pontos mostra não ter consultado. — (C.).

(4) A nomeação régia de feitor e almoxarife tivera lugar por provisão de 31 de Janeiro de 1537. Liv. 24, fls. 104 v. — (A.). — Antonio de Oliveira era ouvidor com alçada da capitania de São Vicente, em 1549. — Azevedo Marques, *Apontamentos*, 2.°, 110. — (C.).

dos nossos rios e bahias, e barras delles e dellas, á medida que as vertentes contiguas se cultivavam.

Esta circumstancia deu ao porto de Santos toda a superioridade ao de São Vicente: e bem depressa a soube fazer valer um dos colonos mais prestantes, que em seu principio teve esta terra, — Braz Cubas.

Este homem activo e emprehendedor, que veiu a ser na capitania não só procurador de Martim Affonso, com quem estivera na Asia e de quem era amigo, como provedor da fazenda real e alcaide mór, conheceu que, havendo-se entulhado, como dissemos, o porto de São Vicente, esta villa não poderia deixar de passar pouco a pouco para o outro lado da ilha, onde o ancoradouro era mais fundo, e onde a principio se haviam construido as tercenas para guarda das veias e enxarcias das naus de Martim Affonso, que ali haviam recebido concerto. Nesse logar adquiriu terras, e se estabeleceu, construindo ahi o primeiro monjolo que se conheceu no Brasil, e foi pelos indios denominado *Enguáguassú* (5) (pilão grande), nome que primitivamente teve o local, onde depois se fundou a villa chamada de Todos os Santos, hoje cidade de *Santos*, villa, que, por influencia do mesmo Cubas, desde logo teve hospital e casa de misericordia (6), com os privilegios da de Lisboa por alvará régio. Da parochia passou a ser vigario Gonçalo Monteiro, que antes o fôra de São Vicente.

A idéa do monjolo fôra sem duvida trazida por Cubas da Asia, e ainda hoje é conhecida na China; sendo-o na ilha Formosa, com o nome de *Chui toi* (7), que equivale a

---

(5) *Unguá* disse Anchieta, o que desconhecia o sr. Julio Platzmann, quando na sua traducção (§ 32), declarou este vocabulo *von unbekannter Bedeutung* (de significação ignorada). — (A.).

Na traducção de Hans Staden publicada em São Paulo, 1900, escreve Theodoro Sampaio: Os Tupis denominavam as bacias fluviaes, os estuarios ou lagamares, *ygoá*. Do vocabulo *Iwamasupe* (*igoagoa cupe*) mal escripto ou mal interpretado, originou-se o nome *Engua-guaçú*, que nos foi transmittido por Frei Gaspar da Madre de Deus, em allusão, diz o autor das *Memorias para a historia da capitania de São Vicente*, á fórma de pilão que a ilha simula para quem a observa dos montes elevados de Paranapiacaba (*Hans Staden, suas viagens*, etc., XIII, São Paulo, 1900. — Conf. C. M. de Almeida, *Rev. do Inst.*, 40, parte 1.ª, ps. 334). — (C.).

(6) Acerca desta instituição se tratará adiante, na Secç. XXIII. — (A.).

(7) Facto que conseguimos apurar em 1873, na Exposição Universal de Vienna, em vista dos modelos expostos na secção da China, junto aos quaes se lia o nome em caracteres chinezes, ou proximamente 水 臼. A primeira palavra (chui) quer dizer agua, e por ventura será o mesmo radical da segunda syllaba de mon-jo-lo, — nome que falta averiguar de que provincia seria tomado. — (A.).

«pilão d'agua». Apezar de ser um tanto primitiva, esta machina hydraulica prestou, e ainda está prestando, bons serviços em todo o Brasil (III).

Foi igualmente esta capitania a primeira que apresentou um engenho de assucar moente e corrente, havendo para esse fim o donatario feito sociedade com alguns estrangeiros entendidos neste ramo da mechanica agricola, como os Venistes, Erasmos (IV) e Adornos, sem duvida no Brasil mestres e propagadores de tal industria, que primeiro permittiu que o paiz se pudesse reger e pagar seus funccionarios, sem sobrecarregar o thesouro da metropole. Se alguns destes não eram já vindos das ilhas da Madeira e São Thomé, não ha duvida que muitos dos principaes operarios dahi vieram, não só para o Brasil, como para as colonias tropicaes da America espanhola, onde ainda são portuguezes muitos nomes nos engenhos, como safra, chumaceira, etc.

A capitania de São Vicente contava, aos dezeseis annos de fundada, seis engenhos, mais de seiscentos colonos, e muita escravaria africana (*); e a villa de Piratininga, dentro de dez annos mais, transferida para melhor local, conseguia do donatario um foral proprio, com a data de 5 de Abril de 1558. Os moradores se dilatavam, não só pelas duas villas mencionadas, como, para as praias meridionaes, pelas aldeias de Itanhaem e Peruibe, onde tambem se lhes concediam sesmarias. Para as bandas de Guaratiba, foi dada uma sesmaria de oito leguas de terra, depois herdada pela viuva Marqueza Ferreira, que deixou metade della aos Jesuitas e outra metade a seus filhos Eliseu, e Catharina Monteiro, casada, esta ultima, com José Adorno (*).

Se Martim Affonso seguia distrahido dos seus estados,

---

(8) Escravaria africana é pouco provavel. O que Luiz de Goes diz em sua carta de Santos, a 12 de Maio de 1548, é: Hoje Vossa Alteza possue de muitas almas christãs, que só nesta capitania entre homens e mulheres e meninos ha mais de seiscentas almas e de escravaria mais de tres mil, e seis engenhos e mais fazenda que nella se pode pender, afóra muita que é gastada, assi por nós que a povoamos como por muitos que ajudavam povoar... — (C.). — Esta carta, na integra, foi publicada por Pedro de Azevedo na *Revista de Historia*, 4.º vol., pg. 69, Lisboa, 1915. — (G.).

(9) Estes herdeiros venderam a sua metade aos Padres, em troco de terras na Bertioga, a 8 de Dez. 1589. Tal foi a base da Fazenda de Santa Cruz, á qual depois se agregaram mais algumas terras. — (A.). — A Fazenda de Santa Cruz a que o autor se refere, antiga propriedade dos Jesuitas, fica no Districto Federal e é servida pela E. de F. Central do Brasil, outr'ora E. de F. D. Pedro II.

Marqueza é nome de baptismo e não titulo, como já se tem implicado e affirmado. Os documentos aqui citados estão impressos em *O Tombo ou edição da medição da Fazenda Nacional de Santa Cruz*, Rio, 1922. — (C.).

para só cuidar de conquistar gloria no Oriente, não pensava nesta menos seu irmão Pero Lopes; ao qual, segundo parece, não deveram muita solicitude suas tres partições. — A carta de doação é de 1.º de Setembro de 1534: o foral do mez immediato, e ainda tres mezes depois, teve naquella um codicillo de novas graças. Logo se embarcou para a celebre expedição de Tunis, em que o Imperador Carlos V foi em pessoa contra Barba-roxa: voltando desta expedição, tratou subsequentemente de ajustar seu casamento com D. Isabel de Gamboa, rica herdeira na Côrte (10); e com esta dama se achava já enlaçado em 1536. Mezes depois, foi mandado aos Açôres esperar o comboio em que regressava da India o capitão Thomé de Sousa, que dahi a muitos annos viria governar o Brasil. Logo recebeu ordem para seguir áruzando, desde aquellas ilhas até as Berlengas (11); e durante este cruzeiro teve occasião de acommetter e apresar com gloria um galeão de França (12).

Com todos estes cuidados pouco poderia providenciar acerca do Brasil. Entretanto nas terras do sul, que entestavam com as de Martim Affonso, o vigario Gonçalo Monteiro, substituto deste chefe em São Vicente, ainda depois de saber como se tinham effectuado as doações, seguiu governando e dando sesmarias (13) nellas; no que lhe succedeu, na parte respectiva a Pero Lopes, um Gonçalo Affonso, encarregado de installar legitimamente a colonia, e de dar as ditas cartas de sesmaria.

Para primeiro assento da povoação escolheu este procurador do donatario, talvez por ordens que delle trazia, a ilha

---

(10) D. Isabel de Gamboa era filha de Thomé Lopes de Andrade ou Caiado, feitor da Casa da India e em Flandres no tempo de D. Manuel, e irmã do capitão Luis Caiado de Gamboa. Thomé Lopes fallecera em Antuerpia nos fins de Junho ou principios de Julho de 1516. — Conf. *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, vol. III, ps. 118-145. D. Isabel vivia a 22 de Setembro de 1557, na cidade de Lisboa, á rua do Outeiro junto da porta de Santa Catharina, data em que passou uma procuração a Antonio Rodrigues de Almeida, cavalleiro fidalgo da casa de el-rei, o qual «ora volta para São Vicente». — *Revista do Instituto Historico*, 9, 155-158. — (G.).

(11) Prov. de 12 de Agosto de 1536, na Coll. MS. do Conde da Castanheira, Tom. 2.º, fol. 4. — (Á.).

(12) Estas informações foram colhidas em Sousa, *Annaes de D. João III*, ps. 391, 398, 399 e 400. — (C.).

(13) Em 1536 a Estevam da Costa chegado ali no anno anterior deu terras na ilha de Guaibé ou Guaimbé, etc. Taques na *Rev. do Inst.*, IX, 160. — (Á.). — Este Estevam da Costa deu por algum tempo o nome á barra do rio São Vicente, «o qual rio tem a bocca grande e muito aberta onde se diz a barra de Estevam da Costa». — Gabriel Soares, *Tratado descriptivo*, 1.ª parte, cap. LIX. — (G.).

fronteira á já fundada colonia de São Vicente, isto é, a grande ilha que os indios denominavam Guaimbé, nome derivado da abundancia da planta aquatica, que dá em cacho o fructo, que em outras paragens do Brasil dizem *Aninga*. Nesta ilha, da banda de fóra, e a umas tres leguas ao norte de São Vicente, onde se faz uma enseada fronteira á Ilha do Arvoredo, se fundou a primeira povoação, com o nome de Villa de Santo Amaro, santo que naturalmente seria escolhido por orago da igreja primitiva. Da villa capital passou o nome por ampliação a toda a ilha, e até á capitania, como succedeu nas demais.

Chegaram poucos colonos; distribuiram-se-lhes algumas terras; mas infelizmente bem depressa começaram a ser offendidos pelas assaltadas dos indios navegadores, que habitavam para o norte até as ilhas de São Sebastião e Grande, e que estavam no costume de irem, em certas epochas do anno, áquellas paragens.

Para a capitania de Itamaracá, chamada de Santa Cruz, mandou Pero Lopes por seu loco-tenente a João Gonçalves, ao depois nomeado almoxarife e feitor régio, o qual (Fr. Gaspar, ps. 64) contratára a fabrica de um engenho de assucar, que não sabemos se levou a cabo (v).

Fundou João Gonçalves a villa capital, que denominou *da Conceição* na propria ilha que deu o nome á capitania. A importancia que terá em nossa Historia esta ilha, exige que desde já dediquemos á descripção della algumas linhas. — Itamaracá é nome formado de duas palavras típicas que significam «maracá de pedra»; chamando os indios, por pobreza de idéas, *ita* ou pedra a todos os metaes; e designando, em virtude da mesma pobreza, por *maracá* todos os instrumentos musicos, mais ou menos dissonantes, começando pelo sino (14), que provavelmente seria o primeiro que os mesmos indios ahi conheceram aos europeos, em

(14) Itamaraqua na lingua vodia é um sino. É uma ponta de terra com um cabo: a ponta corre meia milha pelo mar, e sobre ella os Portuguezes construiram uma cidade, pedis ancorar muito perto da praia, tanto da banda de fóra doeste como de Nordeste da cidade, em sete e oito braças (*fadoms*) de agua. Toda o paiz até chegardes ao cabo Agostinho é terra baixa, e para navegar dahi a Pernambuco não ha perigo, senão os recifes (*cliffs*) que demoram ao longo da costa até o rio de São Francisco, que são sempre vistos: os mares, quando ha maré viva, cobrem a terra que demora atraz; além disso se qualquer vento soprar de fóra bate o mar para os cabeços dos recifes, de modo que faz grande barulho. Por isso os indios chamaram-na a *terra do sino*. — Anthony Knivet, em *Purchas his Pilgrimes*, 4, 1238. London, 1625. — (C.).

algum barco ou capellinha. A algumas leguas ao norte de Olinda, a costa se recolhe pouco a pouco, formando um seio em que vão afogar-se uns cinco rios caudaes. Em toda essa distancia, desde a foz do primeiro, da banda do sul, até a do ultimo, ao norte, que é o Maçaranduba conhecido por seu ancoradouro, cnche por assim dizer o mencionado seio a ilha de Itamaracá, que um estreito, mas profundo canal, em voltas colleadas, aparta do continente. O desenho em planta da ilha lembra o de uma pera, ou antes o de um cajú. Cortado de meio a meio longitudinalmente, e deitado com a semente ou castanha para o lado do norte, vereis em ponto pequeno a ilha em relevo. No pé da fructa, do lado do sul, tendes a villa capital da Conceição, fundada pelo logar-tenente e ouvidor de Pero Lopes. Para o meio as elevações donde manam alguns rios. — Ao norte, no logar da escura semente ou castanha, concebei escuros tujucaes, mangues, e marinhas. — Passando, porém, da comparação á realidade, é de saber-se que a ilha estende-se em direcção quasi norte-sul, e para este ultimo rumo se alarga e espalma sensivelmente. Tem de comprido quasi quatro tantos da maior largura. Pelos dois extremos do canal entram os navios, por barras mais ou menos areadas; o fundeadouro para os mesmos é regular, maximé perto do rio, que dahi tomou o nome (*Igara-assú*). A parte septentrional é retalhada por esteiros, que se mettem bastante pelo interior; junto ao canal é baixa, paludosa e de mangues.

A circumstancia de ser esse primeiro nucleo de povoação em uma ilha, a tornava mais defensavel aos que nunca deixariam de ter por si pelo menos algum lanchão, armado de artilheria, percorrendo o canal, e impedindo que quaesquer indios inimigos, não dispondo senão de suas canoas e arcos, passassem á mesma ilha.

Infelizmente, porém, esta colonia, por estar tão vizinha á de Duarte Coelho, que não perdoava culpas, converteu-se em valhacouto de malfeitores e contrabandistas; e a tal ponto que, em 1543, constava que, nos tres annos anteriores, haviam despachado dahi para a Europa, de contrabando, pelo menos, seis barcos carregados de pau-brasil (15).

(15) Duarte Coelho o affirma em carta de 20 de Dezembro de 1546. — Fernandes Gama, *Memorias historicas da prov. de Pern.*, t. 71, Pernambuco, 1844. — *Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil*, III, 314-316. — (C.).

O activo e valente donatario era demasiado moço e ambicioso para ligar maior importancia a outros interesses além dos da gloria. Havia navegado parte da Europa, da Africa e da America, e não prestára ainda serviço algum no grande theatro dos mares da Asia, então o em que os Portuguezes alcançavam as melhores corôas. Lá se foi com uma armada; e, quando já de volta (1539), encontrou nas ondas a sepultura, perto da ilhá Madagascar, segundo se crê (16).

Faltou, pois, Pero Lopes do mundo no momento em que a sua perda era a todos mais sensivel. Depois de haver elle lobrigado a trilha que o devia conduzir ao templo da gloria, depois que a esposa cedendo a seu carinho, havia nelle, e só nelle, posto toda a esperança de gososa felicidade, e o de um bello renome para seus filhos, depois que as esperanças da patria começavam a desabrochar em favor deste joven pundonoroso... tudo perdido! Em verdade nada pode haver de mais triste, de mais cruel do que uma prematura morte. — Quão differente se nos apresenta o fim do ancião illustre, cuja falta successiva de forças physicas o tem ido pouco e pouco desprendendo do mundo, onde havendo cuidado de robustecer com o estudo, cada dia mais, a sua razão, vê na morte o sello da immortalidade de seu nome no porvir, ganha pelos serviços que teve tempo de legar aos seus semelhantes — á humanidade.

A desventurada viuva (e bem desventurada que não foi esta a unica perda que soffreu) de Pero Lopes ainda o chorava vinte e tantos annos depois, e quasi não podia acreditar que seu marido se houvesse deste mundo ido de todo, sem lhe haver dito o ultimo adeus.

Esta situação da, pobre senhora explica o abandono em que tinha as pingues terras, já então de seu filho maior, chamado, como o tio, Martim Affonso, as quaes, ella por ventura imaginava que ainda algum dia haviam de ser beneficiadas pela actividade do legitimo senhor primeiro. Deste modo, e só tres annos depois que seu marido devia ser

---

(16) A nau em que Pero Lopes se perdeu tinha o nome de *Galiega*, segundo Sousa, *Annaes de D. João III*, 432. — (G.).

Segundo apurou o Dr. Jordão de Freitas, *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, III, pg. 120-121, a nau em que se perdeu Pero Lopes chamava-se *Esperança Galliega*. A data exacta dessa perda não consta de nenhum documento ou de chronista; seria fins de 1539, de torna-viagem para o reino, nas alturas da ilha de São Lourenço para a maioria dos autores. — (G.).

fallecido, a desventurada D. Isabel de Camboa, «moradora na rua do Outeiro, junto ás Portas de Santa Catharina em Lisboa», se resolvia, á força de instancias, a assignar a nomeação de capitão e loco-tenente de seu filho na capitania, já meio abandonada de Santo Amaro de Guaibé (*Rev. do Inst.*, 9, 156) (17), em favor de Christovão de Aguiar de Altero, a quem succedeu Jorge Ferreira, e por fim por deposição que fez deste (que era tambem loco-tenente de Martim Affonso em São Vicente), o cavalleiro fidalgo Antonio Rodrigues de Almeida. Todos seguiram dando ou confirmando sesmarias para as bandas da Bertioga (18).

O territorio da ourela da costa, que ora faz parte das provincias de Paraná e Santa Catharina, constituia a terceira partição ou terceiro quinhão de Pero Lopes, abrangendo proximamente desde Paranaguá até o porto da Laguna. Por toda essa fralda de littoral nenhuma colonização foi então intentada que chegasse a nossa noticia.

Depois das duas anteriores capitanias por onde a colonização do Brasil começára, porque antes tivera nisso parte a Corôa, a que chama primeiro a nossa attenção é a do activo, severo e virtuoso Duarte Coelho: é Pernambuco. Tinha Coelho, além de um coração robusto, a necessaria ambição e mediano desejo de ganho, essenciaes para lidar com vantagem no campo de gloria e de fortuna, que se lhe apresentava; e augmentar assim os capitaes de uma e outra, que já na Asia lhe haviam cabido, por varias terras e navios que tomára ou apresára.

Encommendou de fóra alguns artigos que devia trazer comsigo, e para os quaes obteve franquia (19) na alfandega de Lisboa; e logo depois (Outubro de 1534) seguiu via-

(17) Na Torre do Tombo, *Corp. Chron.* P. 3.ª, m. 18, d. 68, se encontra uma carta de D. Isabel á Rainha, em que lhe agradece a mercê que lhe faz a ella viuva atormentada de trabalhos. Fala da morte de seu genro, que deixára sua filha tão joven com duas filhinhas, e pede a S. A. se lembre de sua filha e netas, e accrescenta: «que para mim que sam morta não quero nada». — (A.). — A procuração que se encontra no logar citado tem a data de 22 de Setembro de 1537 e dá poderes a *Antonio Rodrigues* de Almeida. — (C.).

(18) Mencionaremos as concedidas a um Jorge Grego, que deu seu nome á ilha assim chamada; a Paschoal Fernandes, condemnado da Bertioga, a Braz Cubas (a ilha de Maranacá, ao norte da de São Sebastião), e Dom. Garcohe e a outro. P. Taques, *Rev. do Inst.*, IX, 161. — (A.).

(19) Alvará de 2 de Outubro de 1534, Torre do Tombo, P. 1.ª, m. 33, d. 118. «mercê... dos direitos que havia de pagar dos ferros e cousas outras que mandára trazer de fóra do reino para provimento de seus navios em que «ora vae» para o Brasyll e isto té a quantia de quarenta cruzados do que montarem os ditos direitos». — (A.).

gem (20), com sua mulher, e muitos parentes seus e della. Tambem enviou ao mesmo tempo outros colonos, fazendo-lhes partidos, segundo seus merecimentos e exigencias.

Vimos como em extensão de territorio, o melhor aquinhoado fôra Duarte Coelho. Accrescentaremos que tambem o fôra igualmente pela maior vizinhança da Europa em que estavam suas terras, e pela bondade do clima; pois que proverbiaes são os ares de Pernambuco como preferiveis da nossa costa, apezar da equinocial que lhe fica a poucos graus do lado do norte. E ainda em outro sentido fôra elle dos mais favorecidos. Nessas terras suas, existia já o nucleo da pequena colonia que Pero Lopes deixára confiada a Paullos Nunes, e é natural que a ella se dirigisse desde logo Duarte Coelho, e que, por conseguinte, a primeira povoação por elle escolhida não fosse, como pretendem alguns, Igarassú. O nome de *Marim* ou *Mayr-y* (21), que primitivamente tinha a aldeia que depois cedeu a Olinda o posto, queria como dizer «Agua ou Rio dos Francezes»; e denuncia-nos que foram os mesmos Francezes os primeiros que ahi se estabeleceram.

A entrada para o porto é pela estreita barra, que offerece uma abertura ou boqueirão do mencionado recife, nem que de intento interrompido nessa curta distancia. — Da banda de dentro, se encontram os navios como em um remanso, ou doca natural; pois que ahi o arrecife, a logares com mais de dez braças de largo, segundo pessoalmente medimos, só no preamar em que fica ao lume d'agua, consente que as ondas o galguem, e vão fazer balouçar um tanto, por mui pouco tempo, os navios que no fundeadouro se acham delle mais chegados. A pedra do arrecife é um arenito amarellado, no qual não deixam de exercer alguma acção desgastadora as ondas do mar.

Fenece no ancoradouro, para dentro do boqueirão, um isthmo, esguio e encurvado, chão e areento, a modo de cabedelo, que vem do lado do norte, apertado entre as aguas

---

(20) Duarte Coelho chegou á sua capitania em 9 de Março de 1554. — Conf. nota III da secção IX. — (G.).

(21) «Marim» se disse pela adulteração natural portugueza. Aos Francezes chamavam os indios «Mair», mas não temos encontrado por que razão. Lembra-nos se, por serem louros e côr do mel, os denominariam *Mba-yra*. Em Venezuela damos os indios a qualquer pessoa loura o nome de *cutira*. — (A.). — Sobre os nomes Peró e Mair pelos indios da lingua geral dados aos Portuguezes e Francezes, escreveu C. Mendes de Almeida, na *Revista do Instituto Historico*, 41, parte 2ª (1878), ps. 71-141. — (C.).

do mar e as do rio Biberibe. A' distancia de uma legua, o chão se levanta em promontorio, com morros cobertos de vegetação de mato virgem, que seguem encapellando-se para o sertão, apresentando sempre ás aguas do Biberibe, pela margem esquerda, um marachão mais ou menos elevado. — Sobre esse promontorio, que fica além do cabedelo, foi que, em virtude da melhoria das aguas, dos ares e do torrão para a cultura, Duarte Coelho assentou a villa capital.

Emquanto, pois, se aproveitava dos tujupares da aldeota primitiva para o primeiro estabelecimento dos colonos, traçou no alto o assento da nova povoação; apezar de que mais commodo fôra que o porto em que fundeavam os navios lhe não ficasse na distancia de uma legua proximamente, e sim mais perto. Por ventura Coelho esqueceu-se de que effectivamente ia fundar uma colonia maritima, e que uma tal colonia é sempre uma verdadeira terracena, com mais ou menos desenvolvimento, fronteira ao porto dos navios, e tão proximo delle quanto possivel. Tambem deixou de attender a que assentava a povoação junto de um sitio, onde as margens do Biberibe se estagnam em certos mezes do anno. O tempo veiu a corrigir estas desattenções, mas a muí alto preço; pois a villa que se fundava, com tão bons auspicios, não chegou a ceder de suas prerogativas sobre a que por si mesma se foi desenvolvendo, junto ao porto do mencionado Recife (nome este que passou á povoação), senão á custa de muitos trabalhos e até de uma guerra civil, como veremos (22). É para lastimar, segundo alguns Pernambucanos, qdè o donatario não tivesse tido desde logo conhecimento do porto de Tamandaré; pois crêem que nelle houvera ficado melhor situada a capital.

Era no verão (23) e a intensidade do calor da torrida não fazia diminuir no donatario e seus socios o ardor e actividade com que todos se esmeravam, primeiro que tudo,

---

(22) Ver a secção XXXIX relativa á guerra dos Mascates, no principio do seculo XVIII. — (C.).

(23) Em Março de 1548 escrevia Coelho que havia treze annos que estava com elle em Pernambuco o feitor Vasco Fernandes, o que vai de accordo com o que diz o alvará que transcrevemos em uma nota anterior. — (A.). — Informa Coelho que Vasco Fernandes quer fazer um engenho num pedaço de terra que lhe deu e pede a S. A. que conceda licença para Vasco mandar algum brasil de cá para ajuda disto, o que virá fazer pela costa, onde não faça damno nem prejuizo. — Em carta de 24 de Novembro de 1550 escreve ainda D. Coelho que estava na terra havia dezesseis annos. — (C.).

em levantar por aduas uma especie de castello quadrado, á maneira das torres de menagem dos solares da idade média; pois succedia que neste paiz renasciam as suas instituições, quando na Europa morriam; porque havendo já preenchido sua alta missão, na civilização de tantos paizes, começavam a prejudicar á unidade nacional. Para ajudarem no trabalho da construcção da capellinha de São Pedro Martyr, que a devoção dos novos habitantes reclamava, e em outros edificios, tratou o donatario de attrahir os indios, recompensando-os com ferrinhos e cascaveis, e promettendo-lhes soccorros contra seus inimigos.

Os mesmos indios trabalhavam, pois, de mistura com os colonos, e os nomes dos chefes delles Itabira (24), Itagibe (25) e principalmente o de Uirá-uby, que traduzido se disse Arco-verde, ficaram memoraveis nos annaes pernambucanos, pelos serviços que prestaram, não só nesta occasião, como ao depois contra seus proprios companheiros, quando se alevantavam e vinham por vezes dar guerra á nascente colonia: e foram sempre repellidos, chegando a perder um olho o cunhado do donatario (26) e a ficar prisioneiro, escapando (diz-se) pela intervenção de uma filha do dito Arco-Verde.

Por fim dirigidos por Momboré e outros chefes, e seguidos de muitos Francezes e de criminosos Portuguezes, tiveram de refugiar-se ás serras de Ibiapaba (27). Do frequente uso dos Portuguezes dessa epocha de apodarem de «perros» aos seus inimigos, ou aquelles que pretendiam

---

(24) Simão de Vasconcellos, na *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, livro 1.º § 101 e segs., depois de se referir a Duarte Coelho, passa logo a tratar dos indios Tabira, Piragibá, Itajubá, etc. Conclue-se dahi, sem insinuação aliás do chronista, que foram auxiliares de Duarte Coelho. Pelo menos dois não foram: Piragibá só apparece nas guerras da Parahiba, que o autor trata na secção XXII; Tabira é ainda posterior a este, porque seus feitos são contemporaneos da fundação do Rio Grande, como se pode verificar em Frei Vicente do Salvador (que escreve Tavira), *Hist. do Brasil*, l. 4, cap. 32, pg. 156 (pg. 366 da ed. de 1918). Descontados os exageros de estylo de Simão de Vasconcellos, vê-se que o Tabira do Jesuita é o proprio Tavira do Franciscano. — (C.).

(25) *Itá* quer dizer pedra, metal ou materia dura; *gy*, machado, ou instrumento cortante; *uird*, arco. — (A.).

(26) Jeronymo de Albuquerque, mais de uma vez mencionado neste livro, tronco de numerosa descendencia. — (C.).

(27) Abbeville, cap. 12, fol. 76, 189 v. *Ibiapába* pode decifrar-se *Ibi-mbába* «fim da terra». — (A.). — *No Glossario* annexo á *Historia do Maranhão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão*, pg. 33, edição de Paris, 1923, de Sr. Eduardo Prado, quem escreve esta nota interpretou o vocabulo por «ybi, terra, e ypaba levantamento, elevação, que lhe pareceu melhor definir o objecto». — (G.).

injuriar, proveiu talvez aos indios o darem, tambem por injuria, este nome aos proprios Portuguezes; de modo que não temos por impossivel que desse uso, e não da ascendencia de um certo Pedro viesse aos Tupinambás a idéa de chamarem Perôs aos colonos portuguezes (VI).

Quanto á etymologia do nome Olinda, que deu Coelho á sua villa capital, os amigos de as indagar e de as achar em todas as palavras acreditam com seriedade que proveiu da simples exclamação O' lindā! proferida pelo donatario, admirando a sua obra, e vendo que ella era boa; exclamação que para ser logicos deveramos crer que desde logo se estampára milagrosamente na povoação, á maneira do O do caroço das tamaras, segundo a crença do vulgo.

Ridiculo (28) como nos parece este conto, temos por muito mais natural que aquelle nome fosse o de alguma quinta ou casa ou burgo, por qualquer titulo caro ao donatario na sua patria (29), e que elle no Brasil quizesse perpetuar; como sem tanta felicidade, quiz, tambem com o maior empenho, praticar acerca do de «Nova Lusitania» para toda a capitania; que alguem (30) depois, ainda com menos felicidade, indicou para o Brasil todo. Sabe-se tambem que Olinda era o nome de uma das bellas damas na novella do Amadiz de Gaula, cuja leitura estava então mui em voga, não faltando leitores que lhe davam tanta fé, como em nossos dias se dá á historia.

Para boa ordem da justiça mandou o donatario organizar um livro do tombo das terras que dava, e outro de matricula dos que se propunham a gosar dos foros de moradores da sua capitania. De taes assentos fez que tomasse conhecimento o feitor e almoxarife régio, Vasco Fernandes,

---

(28) Ridiculo ou não, este conto já apparece na *Hist. do Brasil* de Frei Vicente do Salvador: A villa se chama Olinda, nome que lhe poz um gallego, criado de Duarte Coelho, porque andando com outros por entre o mato buscando o sitio onde se edificasse, achando este que é um monte alto, disse com exclamação e alegria — *O' Linda!* — *Historia*, livro 2.º, cap. 8.º, pā. 45. (pg. 107, da ed. de 1918). Frei Vicente a respeito de Pernambuco parece ter consultado uma chronica antiga, perdida ou pelo menos até hoje desconhecida: a elle quasi exclusivamente deve-se o pouco que se sabe desta capitania anterior á guerra hollandeza. — (C.). — Sobre a etymologia de *Olinda*, veja-se Alfredo de Carvalho, *Pharoes e Faluas*, Londres, 1906, pg. 13-17. — (G.).

(29) Comprova-nos esta conjectura o modo como Duarte Coelho datava ordinariamente suas cartas: «Desta Olinda de Pernambuco», ou desta «Olinda da Nova-Lusitania». Perto de Lisboa existem freguezias com os nomes de «Linda-a-Pastora», «Linda-a-Velha», etc. — (A.).

(30) Francisco de Brito Freire, *Nova Lusitania*, etc., 1675. — (A.).

e o escrivão deste; por isso que seus attestados consulares deviam valer no Reino, afim de regularem os privilegios e franquias que teriam nas alfandegas os productos exportados para a capitania.

Promoveu tambem por todos os modos este chefe activo os casamentos dos primeiros colonos com as indias da terra (VII); e o mesmo continuou a fazer com outros que successivamente e por sua conta mandava vir, não só de Portugal, como das Canarias e da Galliza.

A colonia prosperava, como dizem, a olhos vistos; a industria se desenvolvia; e a renda do estado crescia, a par da do donatario e da dos particulares. As occupações de cada qual começavam a extremar-se definitivamente. — Uns cultivavam o algodão, outros a canna, muitos os mantimentos: estes eram oleiros ou pedreiros, aquelles ferreiros ou carpinteiros. Tanta paz e prosperidade deviam fazer attrahir a Pernambuco muitos colonos bons das outras capitanias, e sobretudo da de Porto Seguro, — que não se atemorizavam da reputação de rigoroso com os delinquentes, que em todas as outras capitanias adquirira Duarte Coelho, da qual reputação tinha noticia o soberano, a quem davam de tudo conta, não só o proprio donatario, como alguns dos colonos. Em nossa collecção guardamos o fragmento original da carta (31) ou requerimento de um que se diz «Paio Corteia, escudeiro», queixando-se-lhe, não só do donatario, que o havia condemnado em cincoenta cruzados e em tres annos de degredo, como do almoxarife e feitor da capitania.

Asseveram escriptores sisudos que Duarte Coelho, dera um foral a Olinda, com a data de 12 de Março de 1537, e que este foral tivera confirmação em 17 de Março de 1550; e igualmente asseveram que fôra 1.º juiz ordinario da villa um João Carneiro (32).

Vendo tudo em boa marcha, Duarte Coelho não duvidou emprehender uma viagem á Europa, para entabolar contractos com alguns ricos mercadores sobre a construcção de obras para o fabrico do assucar, mediante concessões que lhes fazia; e em poucos annos já tinha em sua capitania

(31) Acha-se impresso na pagina 148 do vol. I da 1.ª edição desta Historia. — (A.).

(32) Até hoje não nos tem sido possivel ver tal foral, nem saber nada mais acerca do 1.º juiz ordinario de Olinda. — (A.).

varios engenhos. Foi naturalmente nesta ida á côrte que o ousado donatario entrou em propostas para realizar o descobrimento do Rio de São Francisco, o que não teve effeito por serem excessivas as suas exigencias, sendo o resultado definitivo mais em favor delle que da metropole. Cremos, entretanto, hoje que foi ainda no seu tempo que Paulo Affonso chegou nesse rio á cachoeira, rival da Niágára, que ainda leva o seu nome, e que foi talvez tambem ainda no seu tempo que um Sebastião Alvares a devassou, ficando por lá, sem que delle, nem dos que o acompanhavam, houvesse mais noticia (33).

Dentro de alguns annos, já Coelho mandava ao soberano amostras dos seus melhores assucares, e lhe participava como fôra na capitania decidido em juizo que os senhores de engenhos pagariam o dizimo em assucar já feito; o que elles não queriam, em virtude da «negra cobiça do mundo ser tanta que turba o juizo dos homens, para não concederem no que é razão e justiça» (34).

Igualmente bem seguia a colonia de Igarassú, que ficava na fronteira septentrional da capitania; ainda que alguma vez os Barbaros lhe apertaram o sitio a tal ponto que acaso ella sucumbiria em 1548, se não chegasse a Pernambuco um navio, cuja tripulação foi convidada a ir em seu soccorro, ao que se prestaram todos, indo por mar, e depois pelo rio Igarassú, em uns lanchões, que tiveram de subir o dito rio, atravez de derribadas, em que eram frechados pelos inimigos.

Da dita tripulação fazia parte um certo Hans Staden, que do facto nos transmittiu noticia; e que cahindo prisioneiro dos gentios na capitania de São Vicente, passou entre elles trabalhos e perigos que se occupou a descrever ao regressar á patria. Como volveremos a tratar de Staden, limitemo-nos a dizer que, segundo elle, os defensores de Igarassú monta-

(33) Tanto Gabriel Soares como Vicente do Salvador collocam a entrada de Sebastião Alvares no governo de Luis de Brito e Almeida, quando já desde muito não existia Duarte Coelho. Tambem parece duvidoso se Paulo Affonso é contemporaneo do primeiro donatario. Provavelmente foi muito posterior, e não fez simples entrada, porém, estabeleceu-se proximo do grande salto, como se pode concluir da expressão *tapéra* de Paulo Affonso, que se vê na *Revista do Instituto Historico*, 20, 147. E' possivel que fosse parente dos descobridores do Piauhi, Domingos Affonso e Julião Affonso. Ha noticia de um capitão, Paulo Affonso de Monte, que, em 1704, descobriu a serra dos Cocos no Ceará. — *Revista* cit., 162. — (C.).

(34) D. Coelho, em carta de 20 de Dezembro de 1546, em que remettia os autos e sentença a el-rei. — (A.). — *Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil*, III, 314-316. — (C.).

vam a cento e sessenta homens, inclusos quarenta indios amigos. Não temos por impossivel que fosse a acção neste anno travada a que fizesse os da villa invocar para seu orago os Santos Cosme e Damião, em cujo dia sabemos que uma grande victoria foi alcançada pelos seus primeiros moradores (35).

Contemporanea á fundação da cabeça de colonia de Duarte Coelho foi a de que tratou Vasco Fernandes Coutinho.

Este donatario apenas agraciado, vendeu sua quinta de Alemquer á real fazenda, contrahiu alguns emprestimos, cedeu ao Estado a tença que desfructava, a troco de um navio e varios generos (36), angariou muitos colonos, entrando neste numero varios nobres, e disse adeus ao Tejo, com idéas de o fazer pela ultima vez; e a darmos credito aos que ao depois se declararam seus inimigos, levava comsigo o pensamento de vir a fazer-se algum potentado independente (37).

Seguindo o rumo para o Brasil, foi demandar a altura de sua capitania, e avistando a serra do Mestre-Alvaro, que os maritimos descobrem de longe, em fórma arredondada, emproou a buscar o porto, já antes conhecido dos navegadores destes mares, que se affeiçoa como enseada para dentro da ponta do Tubarão, ao norte, e do monte Moreno, da banda do sul. Apenas fundeado, desembarcou com toda a sua gente logo á entrada da enseada, á mão esquerda, numa especie de sacco que ella faz; e ahi principiou o assento da povoação, para a qual invocou a graça do Espirito Santo, dando-lhe este nome; bem que o Barbaro da terra começasse a denomina-la *Mboab* (38), como designando o sitio habitado pelos emboabas.

Passou á distribuição das sesmarias; entre estas deu a primeira ilha da enseada a D. Jorge de Menezes, e a outra

---

(35) Frei Vicente do Salvador dá noticia de um cerco de Igarassú, com circumstancias diversas das mencionadas por Hans Staden, e provavelmente posterior. — (C.).

(36) Torre do Tombo, P. 1.ª, 53, 29. — (A.). — Cópia no Instituto Historico. — (C.).

(37) *An. do Rio de Jan.*, I, ps. 340. — «E crea V. A. que já quando partyo... para este Brasill da primeira vez veio com este preposyto e será boa testimunha fernão vyllas e elle a mi mo cometeo e eu lhe dixe que nunqua Deus quysese que fose tredo (traidor) a V. A. e porque os tempos lhe não sosedeo nem Deos quis que elle tall desservyço lhe fisese, ho não fes, não porque não fosse boa sua ventade». — Cart. de Duarte de Lemos de 14 de Julho de 1550. — (A.). — *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, III, 267. — (C.).

(38) Léry, *Histoire d'un voyage*, cap. 5.º; nous nous trouvasme à l'endroit d'un fort des Portugais, nommé par eux *Spiritus Sanctus* (et par les sauvages *Moab*). — (C.).

immediata a Valentim Nunes. Por algum tempo, de um e outro guardaram essas ilhas os nomes. — O gentio quiz a principio resistir, porém foi vencido, apaziguou-se, e começou a concorrer para os trabalhos da colonia. Introduziu-se a cultura da canna, e construiu-se um engenho; mas a maioria dos colonos lavravam suas terras para mantimentos.

Apezar desta apparente prosperidade, a colonia continha de tal modo em si os elementos de dissolução que estes ganhavam terreno, á medida que parecia augmentar aquella prosperidade. A invocação do Espirito Santo estava só nos labios, procedera do habito, não nascera do coração.

Duarte de Lemos, um dos principaes colonos, que obrára na Asia feitos importantes, se desaveiu com o donatario, a quem acompanhára, e de quem recebera de sesmaria a ilha chamada antes de Santo Antonio (39); porém de Duarte de Lemos, apenas o teve por solarengo.

Foi para esta ilha que se passou depois a villa, com a invocação da Senhora da Victoria; situação triste, não só por ser ilhada, o que bem significa separação, como pelo aspecto melancolico, causado pelas altas serras e montes que a rodeiam.

A antiga povoação do Espirito Santo se ficou denominando Villa-Velha, — como na Bahia a da Victoria.

D. Jorge de Menezes, o das proezas nas Molucas e do descobrimento da Nova-Guiné, e o seu companheiro D. Simão de Castel-Branco, ambos fidalgos condemnados antes a degredo, seguiam conduzindo-se menos regradamente; e o donatario, como se não tivesse com elles já bastante que fazer, procurava estender o direito de homisio que tinha a sua capitania, acoitando nella os que nas antras commettiam crimes (40). É necessario confessar que Vasco Fernandes não era nascido para o mando. Como simples colono houvera sido um companheiro agradavel e obediente: — era um pessimo

(39) Confirmação régia a 8 de Janeiro de 1548. Liv. 97 de D. João 3.º, fls. 1 a 8, etc. — (A.). — *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, III, 265-266. — (C.).

(40) Em 1550 dera na villa de Santa Cruz de Porto Seguro abrigo em seu navio a certos criminosos fugidos da cadeia dos Ilhéus. — (A.). — «Vasco Fernandes Coutinho veio ter a este Porto Seguro e foi surgir junto da nau a Santa Cruz, fazenda do Duque de Aveiro, que é desta villa duas leguas, onde estava a nau de Vossa Alteza, á carga de brasil, dizendo que se queria ir nella ao reino. E estaria ahi oito dias ou o fui ver, e lhe pedi e requeri da parte de Vossa Alteza que não levasse uns homisiados que o Ouvidor geral prendeu nos Ilhéus, que fugiram da cadeia, os quaes estavam presos por lançarem dez, ou quinze, ou

chefe. Na Asia havia ganho celebridade pela proeza de investir em Malaca com um elephante que com a tromba esgrimia uma espada. Era de caracter docil e jocoso, mas de nenhuma severidade para com os delinquentes e criminosos. Sem pureza de costumes, não podia ser modelo de uns, nem terror de outros. Acabou por dedicar-se com excesso a bebidas espirituosas, e até se acostumou com os indios a fumar, ou a *beber fumo* (VIII); como então se chamava a esse habito, que naquelle tempo serviu de compendiar até onde tinha levado sua devassidão.

A desordem a que chegou esta capitania, e a falta de respeito ao donatario e governador, foram causa de que os gentios se animassem a assalta-la por vezes, e fizessem exular dahi os melhores colonos. De modo que a capitania do Espirito Santo, com tão boas terras, com um porto excellente, com rios navegaveis para o sertão, ficou até os nossos tempos sem desenvolver-se, e reduzida a uma população que não medra, e a um solo cujas matas virgens estão quasi todas sem romper-se.

Quasi simultaneamente com a pintoresca Olinda e a mal aventurada terra do Espirito Santo se colonizava Porto Seguro.

Seu nobre donatario, homem prudente, esforçado, e mui entendido nas cousas do mar, gosava de tal credito na populosa provincia do Minho, nas immediações de sua villa natal de Vianna, que apenas fez constar que daria terras aos que o quizessem acompanhar, se encontrou com tantos que não poude aceitar a todos, e preferiu, depois dos parentes pobres, os de que tinha mui seguras informações. Tendo vendido as propriedades que possuia em Vianna, ahi se embarcou levando comsigo mulher e filhos; e emproando direito ao Brasil, foi demandar o mesmo Porto Seguro, onde a armada do afortunado Cabral entrára sete lustros antes.

Segundo a tradição, o proprio monte onde Cabral deixára plantado o signal da redempção, foi o que Pero do Campo escolheu para assentar a primeira villa que fun-

---

vinte almas nos Peligues (sic) em terra e as deram a comer aos indios, e depois se elevantarem com o navio e lhe trouxeram suas fazendas roubadas e elles mortos, e assim um frances por nome Formão (sic) que veio narmada de Vosa Alteza degradado para sempre por ladrão do mar cosario. — Carta de Duarte de Lemos de 14 de Julho de 1550. — *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, III, 267. — (C.).

dou em seus estados. Além desse precedente, que devia influir muito na alma pia do donatario, era o local dos mais defensaveis na proximidade do porto; e nos tempos antigos os bons guerreiros nunca se esqueciam da maxima mui sabida de que a paz não é mais do que a sombra da guerra, isto é, de que o melhor modo de mantèr a paz é o de ter sempre presente o fantasma da guerra. Assentou, pois, a povoação na chapada de um monte, situado entre dois rios caudaes; e tão extensa era a dita chapada que pudera em si admittir, para o futuro, uma grande cidade (41).

Os gentios do paiz pareciam ainda mansos e trataveis, como se apresentaram aos primeiros descobridores; mas tão notoria era já sua volubilidade que, longe de se fiar nelles, o donatario se preveniu; e em pouco tempo conheceu que com razão o tinha feito; por quanto não tardaram elles em darem algumas assaltadas á nova colonia; mas vencidos, e levados depois com alguma politica, a capitania seguiu em paz, bem que modestamente; por isso que a ella tinham acudido mui poucos capitaes. A cultura e fabrico do assucar só mais tarde ahi começou e mui vagarosamente, de modo que ainda em 1550 com difficuldade podia a capitania dar carga annual para um navio, não sendo mui ajudado do pau-brasil (42) que nella se cortava.

Os colonos cultivavam apenas em suas roças o que restrictamente necessitavam para alimento; e, como homens do mar que pela maior parte eram na Europa, favorecidos pela proximidade dos baixos dos Abrolhos, tão abundante de garoupas, ao mar iam buscar a industria a que mais se dedicaram: — a da pesca. E não só levavam pescado ás capitanias vizinhas, como, devidamente preparado, ao proprio Reino. Os pescadores encontravam sempre entre os indios, pouco amigos de cultivar a terra, gente para suas campanhas. Esta vida habituou os Porto-segurenses a certa independencia e desprendimento de si, e ao espirito emprehendedor com que depois, sob a direcção de um sobrinho do donatario, se

---

(41) Cardim (*Narrativa epistolar*, Lisboa, 1847) ps. 25. — (A.). — *Revista do Instituto Historico*, 65, parte 1ª, ps. 22, Rio, 1902. — (C.). — *Tratados da terra e gente do Brasil*, ps. 228, Rio, 1925. — (G.).

(42) Duarte de Lemos, carta de 14 de Julho de 1550: «Os armadores desta capitania e moradores della, não tinhão outro reparo para pagarem fretes de seus navyos, por ainda haver pouquo assucre, se não ho brasill». — (A.). — *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, III, 267.

lançaram daqui, primeiro que de outra parte do Brasil, ao amago do sertão, em busca de minas.

Durante a vida do primeiro donatario a colonia seguiu feliz. Havia nella bons costumes, fazia-se justiça a todos, eram os habitantes tementes a Deus, e observadores da religião, sem a qual não ha sociedade possivel. Pero do Campo foi menos activo e emprehendedor que Duarte Coelho. Tinha deste todo o zelo religioso, mas faltavam-lhe outros poderosos estimulos da humanidade para emprehender obras grandes. Pernambucano é hoje uma provincia bastante rica e povoada: Porto Seguro ficou sempre pobre, e nem se quer constitue uma provincia, apezar de ter para isso territorio.

Pero do Campo não devia já existir, pelo menos em Porto Seguro, em 1560, quando ahi foi mandado por capitão Duarte de Lemos (IX).

Por morte do primeiro donatario, herdou a capitania seu filho Fernão do Campo, e deste passou ella á irman, D. Leonor do Campo, viuva de Gregorio da Pesqueira.

A capitania, em virtude de repetidas invasões dos cruentos Aimorés, não devidamente castigadas ou reprimidas, começou em decadencia, chegando a perder-se a villa de Santa Cruz (43), ao sul de Sernambitiba, depois da derrota que soffreram os moradores em Comagi (44), dalli a algumas leguas; e muitos povoadores della se passaram para Pernambuco, que prosperava.

Contraste notavel á capitania anterior apresentava a sua vizinha do lado do norte, doada a Jorge de Figueiredo. Aqui não faltavam colonos, com sufficientes capitaes, e as terras eram magnificas. O que faltava era governo. Se o houvesse, desde logo ter-se-hia a capitania desenvolvido, e preparado para resistir ás invasões dos Aimorés que a destruiam. A esta falta, na origem, devemos talvez attribuir a que tão pouca consideração alcançasse, desde ha tres seculos, este districto que apenas agora se vai um tanto alevantando. O donatario, em vez de resignar o cargo que tinha de escrivão da Fazenda na côrte, aproveitou-se por ventura das relações que elle lhe poderia proporcionar, para angariar os colonos da

(43) Ainda é mencionada por Gandavo e Cardim. — (C.).

(44) Desta derrota não fala o autor na 1.ª edição, e ignora o anotador da presente em que fonte foi bebida a noticia. — (C.).

OS ILHEOS

[illegible]

primeira expedição que mandou a este seu morgado, e os que pelo tempo adiante foi conseguindo attrahir.

Figueiredo escolheu para delegado, com o titulo de locotenente e ouvidor, a um Castelhano (45) por nome Francisco Romero, que era tido por homem bravo, e que lhe parecia completamente circumspecto. Embarcou-se este com os colonos, e, dirigindo-se á Bahia, proseguiu para o sul, em busca de um local para começar a povoar essas terras que faziam parte das da sua administração. Julgou achar esse local no cimo do morro de São Paulo, na ilha de Tinharé, e decidiu fundar ahi a povoação que lhe fôra incumbida.

Com muito trabalho e grande incommodo da gente que levava, tinha começado a lançar sobre o morro os fundamentos de uma villa mui regular, quando informado de que mais para o sul, e por conseguinte em paragem mais central da capitania, se encontrava o porto dos Ilhéus, em tudo superior áquelle, abandonou a sua primeira tentativa, e foi definitivamente fundar no dito porto a povoação a que deu o nome de São Jorge; não tanto por invocar como padroeiro este guerreiro da côrte celestial, como por adular a seu proprio patrono humano, que, como vimos, se chamava Jorge.

O porto dos Ilhéus era assim nomeado, em virtude de varios pequenos que lhe ficam de fôra (46), dos quaes um guarnecido de arvoredo, e os outros escalvados. No mesmo porto, da banda do sul, se mette no ancoradouro um rio navegavel, que hoje se diz Cachoeira, depois de dar uma grande volta, deixando formada uma peninsula elevada, que remata num pontal mui propriamente denominado *Focinho de Cão*. Foi na chapada desta peninsula, banhada, por um lado pelas ondas do porto, e pelo outro pelas aguas do rio, que, a alguma distancia ao norte do mesmo pontal e do morro (47) que lhe fica a cavalleiro, Romero e os seus compa-

(45) Outro Castelhano que desde 1540 se fixou nos Ilhéus foi Felippe de Guillen, cujo nome adiante encontraremos repetido. — (C.). — Sobre Francisco Romero veja-se a carta de Pero Borges, de Porto Seguro, a 7 de Fevereiro de 1550, nota X no fim desta secção. Como blasphemo vem referido na *Primeira Visitação do Santo Officio, Denunciações da Bahia*, pg. 274. — (G.).

(46) Ilhéu Grande, Itapitanga, Rapa e Itaipina. — (A.).

(47) Morro da Matriz Velha. Este nome faz suppôr que ahi se teria chegado a fazer algum primeiro ensaio de povoação; bem que as igrejas de São Jorge e São Sebastião sejam mais centraes; e que a igreja da Victoria, do outro lado, faça

nheiros assentaram a nova capital. Do outro lado do rio avança sobre o mar outro promontorio, chamado morro de Pernambuco, que concorre a abrigar o porto pela banda do sul. Todo o paiz vizinho era abundantissimo de mananciaes, sendos as chuvas mui frequentes; e o terreno montuoso e coberto de vegetação vigorosa, promettia a este districto, quando bem cultivado, toda a sorte de riqueza e de prosperidade. Passou-se á distribuição das terras. Entre os nomes dos que foram contemplados com sesmarias, encontramos o de Fernando Alvares, da Casa da India (Carta de Duarte de Lemos, 14 Julho 1550), o qual tendo por seu procurador a um Antonio Vaz chegou a alcançar lucros importantes. — Um escriptor antigo (Gabriel Soares, 2, 34) assegura que foi nesta capitania, e por conseguinte não em São Vicente, que primeiro se plantou a canna, trazida das ilhas da Madeira ou Cabo Verde. Sabendo, porém, nós hoje que, já antes da vinda de Martim Affonso, e da distribuição da costa entre os doze donatarios, e desde 1526 pelo menos, era do Brasil mandado algum assucar a Portugal, seria necessario conceder que houvera ahi uma das capitanias fundadas antes do dito anno de 1526.

Não deixou de se construir logo, com a mesma invocação de São Jorge, uma capellinha em que se pudessem celebrar os officios divinos; porém, tudo o mais respectivo á administração e justiça se descuidou. Romero, chefe excellente para commandar tropas em guerra, e para repellir as primeiras acommettidas dos indios, era completamente ignorante nos assumptos do governo politico; crendo que o seu arbitrio podia em tudo supprir a legislação do Reino, que desconhecia, avexava os colonos, os quaes, começando por suspeitar de sua probidade (x) chegaram contra elle a conspirar por tal modo que o agarraram e o remetteram de presente ao donatario.

Este, porém, movido de suas razões, commetteu a indiscreção de o restabelecer, e introduziu com isso na capitania o pomo da discordia, e concorreu a que ella, quando estava sendo de todas a que mais rendia, succumbisse vergonhosa-

---

pensar que ahi se alcançou alguma. Os archivos das camaras dos Ilhéos e de Porto Seguro ainda estão a espera de quem os examine, antes que acabem de perder-se com o cupim. — (A.).

mente, por falta de união e obediencia, ás piáras invasoras dos cruentos Aimorés, que assaltaram e arruinaram varios engenhos.

O primeiro donatario era já fallecido em 26 de Setembro de 1551 (18). O seu successor fez desistencia da capitania em favor de um irmão, Jeronymo d'Alarcão do Figueiredo, o que lhe foi confirmado (22 Nov. 1552).

---

(18) Segundo se declara na nomeação feita nesse data, em Almeirim, a Sebastião Martins, morador nos Ilhéus, para alcaide mór desta capitania; *Chanc. de D. João III*, Liv. 68. — (A.).

NOTAS DA SECÇÃO XI

1

(Pag. 201)

Gonçalo Monteiro ainda vivia em 1560, era vigario de Santos, ouvidor ecclesiastico, e funccionou no processo de Bolés, a quem alguem appellando para o Bispo, que era o commissario do Santo Officio no Brasil. Provavelmente a elle se refere Anchieta, quando fala de «um vigario muito velho e honrado, que conformava pouco com o proceder da Companhia no governo de suas ovelhas, que acharam nelle refugio para suas consciencias, com pouco escrupulo da verdade que dos Padres ouviam e criam. Com este pousava (Nobrega) muitas vezes e recebia suas esmolas, advertindo-o do que tocava á sua consciencia e de suas ovelhas. E tendo elle alguns tempos impedimentos de enfermidade e outros, suppria o Padre Nobrega por si e pelos Padres nas missas e em tudo o mais por elle, e depois pondo-lhe embargo em sua paga pelos officios d'Elrei lhe fez pagar tudo. Com estas bôas o Vigario se chegava cada vez mais aos Padres, até que, já no cabo da vida, fez uma confissão geral com um delles, e por seu conselho deixou muitos mezes de dizer missa por ser tremulo pela muita velhice, e fazer o mais do seu officio, deixando tudo aos Padres, e com isto acabou em paz, com muita edificação de todos os suas ovelhas, que com esta ocasião se deixavam tambem reger pelos da Companhia.» — Anchieta, *Informações e fragmentos historicos*, 67-68.

Na *Revista do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo*, 5, pg. 159 e segs., foram publicados uns apontamentos do pouco fidedigno Fr. Gaspar da Madre de Deus, de que se desentranha a seguinte lista de capitães móres do São Vicente, em vida do seu primeiro donatario:

1.º Gaspar Monteiro, que já governava em 1536;
2.º Antonio de Oliveira, que já governava em 1539;
3.º Christovão de Aguiar de Altero, que tomou posse a 29 de Março de 1543;
4.º Braz Cubas, que tomou posse a 8 de Junho de 1545;
5.º Antonio de Oliveira (pela 2.ª vez), que tomou posse em Maio de 1549;
6.º Braz Cubas (pela 2.ª vez), que governava em 1555 e 1556;
7.º Jorge Ferreira, que ainda governava em 1558;
8.º Francisco de Moraes Barreto, que tomou posse a 30 de Abril de 1558;
9.º Pero Collaço, que governava em 1563;
10.º Pedro Fernz Barreto, de 1582 a 1587;
11.º Jorge Ferreira (pela 2.ª vez), de 1587 em diante. — (C.)

Parece que entre Antonio de Oliveira, pela 2.ª vez, e Braz Cubas, tambem pela 2.ª vez, governou Pedro Ferraz Barreto pela 1.ª vez, porque em 1554, como se verá adiante (secção XVII), concedeu sesmarias na bahia do Rio de Janeiro a Jorge Pires, seu filho Simão Machado e outros. Pedro Ferraz Barreto é o penultimo capitão-mór da lista supra. — (G.)

II

(Pag. 202)

A historia passou-se do seguinte modo, conforme Ruy Diaz de Guzman:

«Ali (em Iguape) determinaram fazer assento, para o qual travaram amizade com os naturaes daquella costa, e com os Portuguezes circumvizinhos, com quem tinham correspondencia. Feitas, pois, as suas casas e sementeiras, viveram dois annos em boa conformidade, até que um fidalgo portuguez, chamado o bacharel Duarte Peres, se lhes veio a metter com toda a sua casa, filhos e criados, despeitado e queixoso dos de sua nação: o qual havia sido desterrado por el-rei D. Manuel a aquella costa, na qual havia padecido innumeraveis trabalhos. Pelo que falava com alguma liberdade, mais da que devia; do que resultou que o capitão daquella costa o enviou a notificar que fosse a cumprir seu desterro á parte e logar donde por seu rei foi mandado; e pelo conseguinte os Castelhanos que ali estavam foram requeridos que, se queriam permanecer naquella terra, désem logo obediencia a seu rei e senhor, cujo era aquelle districto e jurisdicção, e em seu nome ao governador Martim Affonso de Sousa, senão dentro de trinta dias deixassem aquella terra, sahindo della, sob pena de morte e perdimento de seus bens.

Os Castelhanos responderam que não conheciam ser aquella terra da corôa de Portugal, senão de Castella, e como tal estavam ali povoados em nome do imperador D. Carlos, cujos vassalos eram. De outras perguntas e respostas veio a resultar mui grande desconformidade entre uns e outros.

Neste tempo succedeu o chegar áquella costa um navio de Francezes corsarios, os quaes, chegados á Cananéa, entraram em aquelle porto. E sendo os Castelhanos avisados, se determinaram de acommetter o navio, e colhendo dois marinheiros que haviam saltado á terra a tomar provisão dos indios, uma noite mui obscura cercaram o navio com muitas canôas e balsas em que iam mais de 200 frecheiros, e levando comsigo os dois Francezes lhes mandaram que dissessem que vinham com o refresco e comida que haviam sahido a buscar, e que não havia de que recear-se porque estava tudo mui quieto. Com o qual os asseguraram, e foram deitando seus cabos ao navios, emquanto acabavam de chegar as canôas para deitar em riba suas escadas; e saltando dentro os Castelhanos e indios repentinamente, pelejaram com os Francezes, os renderam e tomaram o navio com muitas armas, munições e outras cousas que traziam, com cujo successo ficaram os Espanhóes mui bem petrechados para qualquer acontecimento. Passando adiante a discordia que com os Portuguezes tinham, determinaram lança-los daquella terra e porto, castigando-os com o rigor que seu atrevimento pedia. Desta determinação tiveram os Castelhanos aviso; e assim trataram entre si o modo que

haviam de ter para defender-se dos contrarios. E resolutos em o que haviam de fazer, souberam como dois capitães portuguezes vinham de facto com 80 homens a dar sobre elles, sem contar muitos indios que comsigo traziam com determinação, como digo, de lança-los daquelle porto, tirar-lhes suas fazendas, castigando-os nas pessoas. Para cujo resguardo os Castelhanos procuraram reparar e fortificar o porto com suas trincheiras da parte do mar, por onde tambem os haviam do acommetter, onde plantaram quatro peças de artilharia, e entre o porto e o logar fizeram uma emboscada de vinte soldados e cento e cincoenta indios frecheiros, para que vindo ás mãos com os da trincheira de improviso désem sobre os contrarios. Neste tempo chegaram os Portuguezes por mar e terra, e postos em boa ordem marcharam para o logar com suas bandeiras despregadas e, passando por perto da emboscada, chegaram a reconhecer a trincheira, da qual se lhes disparou a artilharia, e abrindo-lhes seu esquadrão a um lado e outro, perto de uma montanha, sahiram a elles os de emboscada, e dando-lhes uma surriada de arcabuzaria e flexatia, os Portuguezes se desordenaram, e disparando alguns arcabuzaços se retiraram com toda a pressa. Os do logar deram atraz delles, e ao passar num passo estreito que ali fazia um arroio, fizeram grande matança, prendendo alguns e entre elles ao capitão Pero de Góes, que foi ferido de um arcabuzaço. Continuando os Castelhanos a victoria por não perder a occasião, chegaram á villa de São Vicente, donde entrados nas tercenas del rei, saquearam e roubaram quanto havia no porto.

Feito este desconcerto, volveram a seu assento com alguns dos mesmos Portuguezes, que dissimuladamente os favoreceram; onde, mettidos todos em dois navios, desampararam a terra e se foram á ilha de Santa Catharina, que está oitenta leguas mais para o rio da Prata, por ser conhecidamente demarcação e territorio da corôa de Castella e alli fizeram assento por alguns dias, até que o capitão Gonçalo de Mendoça encontrou com elles... Passou este successo em o anno de 1534, o qual entendo que foi o primeiro que houve entre christãos em estas partes das Indias Occidentaes.» — *Argentina*, l. 1.º, cap. 8. — Como se vê Ruy Diaz não diz que Duarte Peres obedeceu á intimação; nem elle nem Charlevoix dão noticia da deforra tomada por Pero de Góes e Ruy Pinto. — (C.)

III

(Pag. 204)

O sabio philologo Rodolfo Dalgado, consultado a respeito do vocabulo *monjolo*, por intermedio de J. Lucio de Azevedo, escreveu a seguinte nota até agora inedita:

«*Monjolo* — «aparelho hidraulico, rudimentar, usado pelos pequenos lavradores para reduzirem a farinha.»

«O termo, se é peregrino, deve ligar-se ao sanscrito *musala*, por via dos prácritos modernos (maratá, guizarate, concani, etc.) *musal*, «pilão de descascar e limpar o arroz, feito de madeira pesada, tendo meio de comprido e cinco centimetros de diametro; um dos tres cilindros verticaes do engenho de açucar.»

«A equação fonética não offerece muita dificuldade, atento o sistema de transcrição dos nossos escritores antigos.

«O por *u* átono é muito commum: *muçupo* = árabe *mushop*, «al corão»; *modeliar* = tamul *mudaliyar*, «capitão»; *poleá* = malaiálim (lingua do Malabar) *pulayan*, «casta infima e impura.»

«A nazalização medial é muito frequente: *bonzo* = japonez *bōzes*; *biombo* = japonez *bióbu*; *monção* (ant.) = malaio *músong*, «almogávar de Malaca.»

«O *s* sibilante dental podia facilmente corromper-se em *j* palatal no Brasil.

«O por *a* representa melhor o soin da primeira letra do concani: *molloi* = concani *mālloy*, «arrozal situado no alto»; *mondolim* = concani *mandoli*, «molestia endemica dos coqueiros».

«O *o* final representa o *u* modo originario.

«Não possuo nenhum documento histórico da adopção do termo em português e da sua transmissão ao Brasil.

«Longe de Lisboa, não posso verificar, como suspeito, se o termo entrou, como tantos outros, no dialecto português do Macau, donde poderia ser levado para o Brasil juntamente com a máquina, ou com o seu conceito. Balas, 9 de Agosto de 1921. — *Rodolpho Dalgado*.» — (G.).

IV

(Pag. 201)

Frei Gaspar da Madre de Deus, que deve ser sempre lido com cautela, diz o seguinte nos §§ 104 e 105 da primeira parte das *Memorias para a Historia da Capitania de São Vicente*, Lisboa, 1792, reimpressas no Rio em 1847 [e São Paulo — Rio, 1920, com o estudo biographico do autor e notas de Affonso d'E. Taunay, editores Weiszflog Irmãos]:

«Consta por duas escripturas lavradas em Lisboa, registadas no cartorio da Fazenda Real de São Paulo, que Martim Affonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa celebraram contracto de sociedade com João Veniste, Francisco Lobo e o piloto-mór Vicente Gonçalves, para o effeito de se levantarem dois engenhos nas capitanias destes donatarios, obrigando-se elles a darem as terras para isso necessarias nas capitanias respectivas; de sorte que no engenho construido na capitania de Martim Affonso, teria elle a quarta parte e uma cada um dos tres socios João Veniste, Francisco Lobo e o Piloto-mór; da mesma fórma seriam tres partes dos mencionados tres socios, e uma de Pedro Lopes no outro engenho que se erigisse em suas terras. Consta mais expressamente que Martim Affonso satisfez a condição, assignando as terras no engenho de São Jorge, situado na ilha de São Vicente, e consignando mais para refeição do dito engenho as terras que haviam sido de Huy Pinto, as quaes ficam no fundo da ilha de Santo Amaro, ao Norte do rio da villa de Santos, aquelle rio que fórma a barra, a barra grande do meio... «Foram varios os appellidos do sobredito engenho por terem sido tambem diversos os seus donos em tempos differentes: no principio chamavam-lhe *Engenho do Senhor Governador*, por ser do donatario; ao depois *Engenho dos Armadores*; e ultimamente

São Jorge dos Erasmos, segundo tenho visto nos livros das vereações de São Vicente. Martim Affonso, Francisco Lobo e o Piloto-mór venderam suas partes ao Allemão Erasmo Scheter; ultimamente os filhos deste dos compraram tambem o quinhão de João Veniste, e por isso se ficou chamando o *Engenho São Jorge dos Erasmos*.»

Martim Affonso tinha poder de conceder terras ás pessoas que no Brasil quizessem viver e povoar, «e as terras que assim der lhes passará suas cartas que dentro de dois annos da data cada um aproveite a sua, e que se no dito tempo assim *não* fizer, as poderá dar a outras pessoas que as aproveitem com a dita condição», nos termos da carta-régia passada a 22 de Novembro de 1530.

Não tendo Ruy Pinto comprido estas condições, Martim Affonso juntamente com a Senhora D. Anna Pimentel deram sua sesmaria «a João Veniste, e Erasmos Esquetes e filhos para se refazerem das terras que lhes haviam dado para o engenho, como favor ao contracto da companhia que entre elles e Pero Lopes de Sousa, Vicente Gonçalo e Francisco Lobo fôra feito».

Tendo Francisco Pinto e Martim Pereira doado a Nicolau de Azevedo, fidalgo, morador no logar da Fonte Longa, termo da villa de Ancães, casado com Isabel Pinto, as terras que foram de Ruy Pinto, para evitarem duvidas futuras com elle entraram em trato João Veniste por sua parte e dos ditos Senhores Erasmos e filhos. Concordou-se vender por 50$000 os bens moveis e immoveis que lhe tocaram por morte de Ruy Pinto, cabendo, porém, a quarta parte do vendido a Pero Roso, «que ora está em São Vicente por feitor». O documento se acha publicado no 1.º volume da primeira edição deste livro, ps. 440.

Pero Roso é o Pedro Rosel de que falam os dois allemães Hans Staden e Ulrich Schmidel, a quem deu passagem para o reino. A familia Schetz ainda hoje existe na Belgica com o titulo do ducado de Ursel. — (C.) — Sobre os Schetz da capitania de São Vicente, veja-se Alcibiades Furtado, nas *Publicações do Archivo Nacional*, vol. XIV, 1914. — (G.).

V

(Pág. 206)

Frei Vicente do Salvador, que a respeito de Itamaracá e Pernambuco parece ter compulsado uma chronica antiga, diz que o primeiro loco-tenente de Pero Lopes foi Francisco de Braga, a quem Duarte Coelho por certas questões mandou dar uma cutilada no rosto, obrigando-o a, por isso, retirar-se da capitania, que durante algum tempo ficou quasi em abandono.

João Gonçalves, nomeado por D. Isabel de Gamboa já depois da morte do marido, foi aportar a São Domingos; em sua ausencia governou Pedro Vogado, commandante de tres navios, que mandou para o reino carregados de pau-brasil. Este foi logo substituido por um capitão, «mais para mandar uma barca», que se retirou deixando a terra em termos de se despovoar. O despovoamento não se deu graças a Miguel Alvares de Paiva, em cujo tempo a colonia prosperou. Era este o capitão quando houve a guerra de Igarassú, isto em 1548, se tal guerra é a narrada por Hans Staden. Hans Staden fala de uma familia Braga em Santo

Amaro, provavelmente aparentada com o primeiro capitão de Tamaracá. — (C.).

João Gonçalves, criado de Pero Lopes, ainda em vida desse donatario, em 8 de Fevereiro de 1538, teve «mercê dos officios de feitor e almoxarife da feitoria e almoxarifado da capitania dos *Bytygares*, que Pero Lopes tem no Brasil.» — *Chancelaria de D. João III*, livro 49, fls. 30 v., cit. pelo Dr. Jordão de Freitas, *Lusitania*, vol. III, fasc. IX, ps. 324. Devia estar no Brasil, porque lhe era ordenado na carta de mercê que prestasse juramento perante o ouvidor que Pero Lopes tinha na sua capitania primeiro que fosse mettido na posse dos ditos officios. — (G.)

VI

(Pag. 213)

Que muitos indios de Pernambuco passaram para o Norte, está fóra de duvida; não parece igualmente certo que Momboré fosse seu chefe, nem isto se deduz de Claude d'Abbeville. No cap. 24 de sua *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et Terres circonvoisines*, Paris, 1614, Claude d'Abbeville apenas diz que *Momboré Ouassou* tinha mais de 180 annos (*aagé de plus de neuf vingts ans*), e reproduz sua narrativa, muito curiosa, das primeiras relações entre Tupinambás e Perós, fls. 149 e segs. A historia da migração encontra-se no cap. 43, nos seguintes termos, fls. 259 e segs.: nella não apparece o nome de Momboré:

«Em primeiro logar convem saber que os indios de Maragnan affirmam que para o tropico de Capricornio ha um bello paiz que chamam *Cayeté*, o que quer dizer a grande floresta, porque neste logar ha porção de bosques e plantas cheias de arvores de incrivel grossura e admiravel altura: é ali que habitavam no passado. E como eram estimados os mais valorosos e os maiores guerreiros de todas as outras nações, traziam o nome de *Topinambá* que têm sempre retido até agora.

«Tendo os Portuguezes se assenhoreado do dito paiz de *Cayeté*, queriam do mesmo modo sujeitar todos os habitantes a suas leis, mas os *Topinambás*, que são de natureza livre e não querem ser forçados, preferiram deixar e abandonar seu proprio paiz a dar-se a elles e ser seus subditos. E de facto a maior parte delles o abandonaram desde então, retirando-se para os ocos do mato e para o mais profundo das brenhas. Mas ainda ahi não estando seguros, porque os inimigos os encalçavam de todas as partes e os perseguiam mortalmente, resolveram atravessar e passar os desertos e os campos; e caminharam tanto que por fim chegaram á linhá equinocial, onde encontraram o grande Oceano que os impediu de passar adiante, limitando-os á direita, como o grande rio das Amazonas os esbarrava á esquerda, de modo que não podendo passar mais adiante, e não ousando tambem recuar atraz, nem volver sobre seus passos com receio de seus inimigos, tomaram a resolução de ficar neste paiz e de habitar (como fizeram) uns ao longo do mar, se chamando por isso *Paranaeugouäre*, isto é, os habitantes do mar, os outros sobre a grande montanha de *Ibouyäpap*, que se chamaram *Ibouyäpap-eugouäre*, isto é, os habitantes de *Ibouyäpap*. Alguns se apoderaram da grande ilha do Ma-

ranhão, reconhecendo que era um ponto muito forte e um logar de segurança para elles, que este grande Deus talvez lhes preparára de toda a eternidade, para os conservar da perseguição de seus inimigos e do diabo e operar por meio dellos a salvação desta nação, querendo ser servido, adorado e glorificado entre este povo barbaro que se devia converter pela pregação do Evangelho antes do fim do mundo. Estes foram chamados *Maragnan-cugoaëre*, isto é, habitantes do Maragnan. Outros moravam ao longo do rio *Taboucourou*, os quaes se chamaram *Taboucourou-cugoaëre*, os habitantes do *Taboucourou*; os outros habitaram ao longo do rio *Miary*, chamados por esta occasião *Miary-cugoaëre*, os habitantes do *Miary*; os outros emfim ficaram em *Comma*, em *Pará de Este*, em *Pará de Oeste*, e em *Cayeté*, que está á beira-mar, dispersando-se assim pelos outros logares que estão ali, donde tiraram tambem seus nomes como os precedentes, retendo todos, entretanto, o nome de *Tupinambá*, do qual se têm sempre qualificado, assim como são ainda até agora.

« Muitos delles, que ainda são vivos, se lembram e dizem que algum tempo depois de sua vinda a este paiz, fizeram um vinho ou festim que chamam *cauim*, onde, os principaes e mais antigos se tendo reunido com a maior parte do povo, succedeu que estando todos embriagados, uma mulher deu em alguem da companhia, donde se levantou grande disturbio e motim que causou logo a divisão e separação de todo este povo: pois, uns esposando o partido daquelle que fôra batido, outros o da mulher, outros fazendo tambem bando à parte, tanto brigaram entre si que, de grandes amigos e alliados que eram, desde então tamanhos inimigos se tornaram e tanto se divitiram uns de outros que desde então se têm feito sempre guerra, dando-se uns a outros o nome de *Tobaiares*, que quer dizer grandes inimigos, ou para melhor dizer, segundo a etymologia da palavra: Tu és o meu inimigo e eu sou o teu; e, comquanto sejam todos da mesma nação, e se qualifiquem todos *Topinambá*, comtudo o diabo de tal modo os teve animado uns contra outros, que chegaram até entre-comerem-se...»

Ainda hoje no Pará empregam o suffixo *uara* para designar a procedencia: *Marajoara; Paraoara*. — (C.). — Conf. as etymologias supra no *Glossario* a Abbeville, citado. — (G.)

VII

(Pag. 214)

Resumindo a sua obra de quinze annos, que o autor parece antelatar, assim a 15 de Abril de 1549 escrevia Duarte Coelho a D. João III: «entre todos os moradores e povoadores uns fazem engenhos de açucar, porque são poderosos pera isso, outros canaviaes e outros algodões, e outros mantimentos que é a principal e mais necessaria cousa pera a terra, outros usam de pescar, que outro sim é muito necessario pera a terra, outros usam de navios que andam buscando mantimentos, e tratando pela terra conforme ao regimento que tenho posto, outros são mestres de engenhos, outros mestres de açucar, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, oleiros e officiaes de fôrmas e sinos para os açucares, e outros officiaes que ando trabalhando e gastando o meu por adquirir pera a terra, e os mando bus-

car a Portugal e a Galliza e ás Canarias ás minhas custas e alguns que os que vem a fazer os engenhos trazem e aqui moram e povoam, delles solteiros e delles casados aqui, e delles que cada dia caso e trabalho por casar na terra, porque toda esta ordem e maneira, Senhor, se ha de ter para povoar terras novas e tão alongadas do reino e tão grandes como estas, e de que se espera tanto proveito...» Fernandes Gama, *Memorias historicas da prov. de Pern.*, I, 81. — De Duarte Coelho dizer que «delles que cada dia caso e *trabalho por casar na terra*», terá o autor razão em concluir que «promoveu por todos os modos este chefe activo os casamentos dos primeiros colonos com as indias da terra?» — (C.)

VIII

(Pag. 218)

Vasco Fernandes Coutinho — escreva D. Duarte da Costa, da Bahia, em 20 de Maio de 1555, — chegou aqui velho e pobre e cançado, bem injuriado do Bispo (Sardinha) por que em Pernambuco lhe tolheu cadeira d'espaldas na igreja e apregoar por escommungado, de mistura com homens baixos, por beber fumo, segundo me elle disse; e eu o agasalhei em minha casa, e com minha fazenda lhe succorri a sua pobresa, pera se poder ir pera o Espirito Santo, e o Bispo o agasalhou com dizer no pulpito cousas delle tão descortezes, estando elle presente, que o fezeram em condição de se perder, do que eu o desviei e hei vergonha de declarar o que lhe disse, e por lhe defender a elle o fumo, sem o qual não tem vida, segundo elle diz, o defendeu nesta cidade com excommunhões e grandes penas, dizendo que era rito gentilico, sendo uma mezinha que nesta terra sarava os homens e as alimarias de muitas doenças, o que parece que não devia de defender. E por se achar que um pobre homem o bebia, o mandou por nu da cinta para cima na Sé, um domingo á missa, com os fumos ao pescoço, e condemnou a outro na mesma pena, o qual de vergonha de a cumprir fugiu para os gentios Tupinaes, e o mataram lá, e o Bispo foi causa desta morte e da guerra que pode soceder do troco que hei de tomar, como tiver tempo e certa informação da maneira de sua morte. — *Revista do Instituto Historico*, 48, parte 1.ª (1886), pg. 574-575. — Onde teria visto o autor que Vasco Fernandes Coutinho se entregava a bebidas espirituosas? — (C.) — Alberto Rangel, em seu livro — *Quando o Brasil amanhecia*, 29-40, Lisboa, 1919, aproveitou-se desse assumpto para uma interessante phantasia historica — *O vicio de Fernandes Coutinho*, em que figura o bispo a fumar ás escondidas. — (G.).

IX

(Pag. 220)

Pero do Campo Tourinho ainda vivia, provavelmente em Portugal, quando, a 19 de Novembro de 1554, com sua mulher D. Ignez Fernandes Pinta, renunciou a favor do seu filho Fernando, mandado logo metter de posse da capitania, e a quem, por fallecer sem herdeiros, substituiu sua irmã Leonor, confirmada a 30 de Maio de 1536.

Escrevendo da Bahia, em 17 de Março de 1552, o jesuita Vicente Rodrigues fala de um homem, «o qual está casado com uma filha de um capitão de Porto Seguro com a qual não teve copula, porque assi elle como ella são umas benditas almas dadas muito á oração».

É duvidoso se isto se refere a Leonor do Campo, que já era viuva a 16 de Julho de 1559, e por conseguinte, ao contrario do que affirma Gabriel Soares, *Tratado descriptivo*, ps. 64, casou pelo menos uma vez. Sobre os primeiros donatarios dessa capitania, pode-se consultar o impresso, sem data e sem logar de impressão, de que dá noticia o *Catalogo da Exposição da Historia do Brasil*, n. 5668: «Doação da capitania de Porto Seguro a favôr de Pero do Campo Tourinho», etc. — (C.)

Um neto de Pero do Campo Tourinho, do mesmo nome, condiscipulo de Frei Vicente do Salvador no estudo das artes e theologia, e depois deão da Sé da Bahia, *Historia do Brasil*, ps. 98, ed. de 1918, denunciando perante a mesa do Santo Officio, a 26 de Agosto de 1591, *Primeira Visitação*, II, ps. 470, disse ser filho de Gaspar Barbosa e de Branca de Andrade, que nada tinha com Ignez Pinta. Manteria Tourinho, pergunta Capistrano de Abreu, *Primeira Visitação*, cit., ps. 14, ao lado da familia legitima, que se extinguiu, outra bastarda, que se perpetuou?

Pero do Campo fôra denunciado á Inquisição de Lisboa, em 13 de Setembro de 1543, por João Barbosa Paes, porque se dizia papa e [illegible] e fazia trabalhar aos domingos. Em Porto Seguro, a 24 de Novembro de 1546, foi preso, logo submettido a longo processo e afinal remettido acorrentado ao tribunal da Inquisição de Lisboa, por crime de heresia e blasphemia, Capistrano de Abreu, *Prolegomenos* a Frei Vicente do Salvador, ps. 8. Perante a mesa do Santo Officio na Bahia, a 16 de Agosto de 1591, Gaspar Dias Barbosa denunciou que «averá quarenta e quatro annos pouco mais ou menos ouvio dizer publicamente a muitos que na capitania de Porto Seguro, André do Campo e Guaspar Fernandes escrivão e huns frades da Ordem de São Francisco e outras pessoas que lhe não lembrão ordenárão autos, e tirárão testemunhas e prenderão a Pero do Campo capitão e governador da dita capitania, pai do dito André do Campo e o enviarão preso ao Reino por parte da Santa Inquisição, dizendo que era hereje e despois ouvio dizer que fora aquillo inventado para o dito André do Campo ficar em logar de seu pai como ficou...» — *Primeira visitação*, cit., ps. 340.

Do tardo e desordenado processo a que foi submettido foram divulgadas algumas peças por Capistrano de Abreu, revista *Sciencia e Letras*, n. 6, 55-57, Rio, 1917, e por Borges de Barros, *Annaes do Archivo Publico da Bahia*, 1919. Na *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, II, 271-283, encontra-se a inquisição que o vigario de Porto Seguro, juntamente com o padre Manuel Colaço e o juiz ordinario Pero Annes Vicente, tirou sobre as heresias e blasphemias do donatario. Ainda em 1550 respondia elle, em Lisbôa, a interrogatorio. Os dizeres da denunciação de Gaspar Dias Barbosa não se ajustam em tudo aos dos excerptos publicados. Do que se conhece desse processo uma cousa resalta ao primeiro exame: é que Pero do Campo era homem de lingua solta e de mordacidade exagerada. — (G.).

X

(Pag. 222)

Carta de Pero Borges a D. João III, datada do primeiro anno do governo de Thomé de Sousa, de 7 de Fevereiro de 1550. (Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, I, 67, 8. — Publicada por Pedro de Azevedo, na *Revista de Historia*, 4.º vol., ps. 71-73, Lisboa, 1915):

«Senhor — Quando aguora vim com Pero de Góes por mandado do governador ao socorro dos ylheos como por outra escrevi a V. A. em quatro [dias] se ffizerão as paazes he me vagava tempo entendi em alguas cousas da Justiça e achei tantas cousas de que lançar mãoo que bem parecia terra desemparada da vossa Justiça.

Estaa ay na dita capitanya dos Ilheos hum capitão por Jorge de Figueiredo que tãobem serve de ouvidor a que chamão Francisco Romeiro que jaa aly esteve outra vez com ho mesmo careguo e foi preso no Limoeiro muitos dias por culpas que cometeo no mesmo officio, ho quall hé bôo homem mas nom para ter mando de Justiça porque hé ignorante e muito pobre, o que muitas vezes ffaz fazer aos homens o que nom devem. Hee pera cousas de gerra homem acordado e experimentado e de bôo conselho segundo me dizem. E porem achei lhe cousas mal feitas ymiguo com alguas pesoas principaes da terra e nas cousas da Justiça mal atentado e sendo jaa outra vez ouvidor como dise serve sem provisão de V. A. com outras cousas de que fuy enformado que são de mais qualidades das quaes nom devasey por que elle ade dar residentia acabados tres annos e antonce se ffaz e mais porque eu nom fazia correição que haa ey de ffazer quando vere deus querendo de São Vicente.

Parece me que devia V. A. mandar Jorge de Figueiredo e aos outros capitães que ao menos punem ouvidores homens entendidos porque nom fallo na alçada que dantes tinhão que era cousa despanto, mas pera ha alçada que agora lhes fiqua de vinte mil reaes hé muito necessario por que a vossa casa do civel tem pouquo mais he estão nella homens muito bôos letrados he experimentados e são sempre em hua sentença ao menos dous e aqui hum homem que nom sabe ler nem escrever da muitas sentenças sem ordem nem justiça e se se executão tem nas execuções muito nocres desordes, de maneira que mais tenho que ffazer em ordenar os processos e em o que ffazem nos inventarios e nas comarcas do que tenho que ffazer em despachar as causas e negocios principaes e ja sendo ouvidores entendidos sera a cousa posta per seu caminho e nom avera processos infinitos e negocios e ao menos pera os Ilheos hé necessario ouvidor e se quando ffizer correição lhe achar taees cousas por onde deva ser sospenso, proverna entanto do capitão e ouvidor o governador.

Aqui por estas capitanias avia quatro homens e todos eram officiaes por que os capitães ffazião trinta tabalães e trinta enqueredores e Juiz dos orffãos e escrivão dos orffãos de maneira que nom ay homens pera serem Juizes ordinarios nem vereadores e nestes hoffícios metião degradados por culpas de muita infamia e desorelhados e ffazião outras cousas muito fora de voso serviço e de rezão. Eu não consento agora que nenhũ

degradado sirva nenhũ officio e mando que nom ajaa Juiz dos orfãos nem escrivães por que nenhũa destas capitanias nom passa de iiije [400] vezinhos como diz a ordenação que ha de ser a villa em que ouver de aver Juiz dos orfãos.

Soo nesta villa que nem tem cem vezinhos avia quatro tabaliães dous enqueredores escrivão dos orfãos e outros officiaes e nom ha homens pera os officios do concelho por que nom haa senão hum Juiz ordinario e dous vereadores e hum procurador e thesoureiro do concelho, o quall Juiz com o ouvidor que conhece de auções novas basta ale aver mais gente e asy o hei de fazer por estoutras capitanias porque creo V. A. que muitos officiaes causão muitas demandas, falo como experimentado, porque estando por Vosso Corregedor no Reyno do Algarve estive a villa de Loulé perto de quatro meses sem nenhũa Justiça de nenhũa calidade porque falecera o Ifante Dom Fernando voeso irmão que deus tem eu quando por mandado de V. A. fuy tomar posse da dita villa nom avia acontecido naquelle tempo dos quatro em que estera vagua a villa cõusa de que se devesse tirar devassa nem tomar querella e loguo como ay fuy com a coreição ouve negocios que davão que fazer a cinquo escrivães que andavão na coreição e a mais se mais forão.

Eu aqui nesta capitania e na dos Ilheos pasey por algũas cousas do tempo passado por me dizer o guvernador que asy o avia V. A. por bem e porem per os que trouxerão muitos homẽs he molheres em hum navio do reyno averá seis ou sete annos e meninos he os lançarão em terra nos pitiguares e os comerão todos os gentios he elles vierão vender as roupas e fazenda destes haa Baia, nom pude desimular, porque fuy hum grande caso e desumano tenho preso o mestre e senhorio do navio que hé natural do Algarve e hum marinheiro os quaes prendi com grande trabalho nos Ilheos em serras e brenhas de noyte onde o mestre do navyo andava embranhado com hum clerigno de missa a que chamão o Bezera o quall na Baia fingio que trazia hũ alvara de V. A. pera prender a Francisco Pereira jaa defunto e o fez prender de feito e porque era clerigno e este casso que nom tinha jaa parte ho nom prendi e porem se V. A. mandar falho ey, porque ello nom vive bem.

Nem pude desimular com os tabaliães dos Ilheos e algũs dos daqui do Porto Seguro porque os achey servir delles sem cartas dos officios senão com huns alvaraes dos capitães, nenhũs tinhão livros de querellas antes algũs as tomavão em folhas de papell. Nenhũu tinha regimento, levavão o que querião as partes, como nom tinhão por onde se regerem, algũs servirão sem juramento, e porque isto hé hũa publica ladroice e grande malicia porque cuidavão que lhe nom avião de tomar nunqua conta vinião sem ley nem conhecião superior, procedo contra elles porque me pareceo pecado no spirito santo passar por isto.

Ha nesta terra muitos homẽs casados haa no Reyno os quaes ha muitos dias que andão qua e nom grãojeão muitos delles ou os mais fazendas, sendo estão amancebados com um par ao menos cada de guatinis, fazem pior vida que os mesmos gentios, a estes he bem por serviço do nosso senhor e por na terra que se agora começa a povoar nom aver tanto genero de pecados publicos que os manda hir pera suas molheres, nom sendo elles degradados, ou que mandam elles por ellas. V. A. mande prover.

A causa que principalmente ffazia a estes gentios ffazer guerra nos christãos era o salto que os navios que por esta costa andavão ffazião nolles. E neste negocio se ffazião cousas tão desordenadas, que o menos era salteallos porque ouve homem, que hum indio principal livrou de mãos de outros mal ffarido ho mal tratado e o teve em sua casa e o curou e o tornou a poer são das fferidas em salvo. Este homem tornou aly com hum navio e mandou dizer ao indio principal que o tivera em sua casa que o ffosse ver no navio, cuidando o jentio que vinha elle agradecer lho o bem que lhe tinha ffeito, como o teve no navio o cativou com outros que com elle forão e o ffoi vender por essas capitanias. E porem este homem nom ficou sem castiguo porque naquelle mesmo porto onde elle tornou este jentio que tão bõas obras lhe fez, vindo aly outra vez saltear, se perdeo o navio ho elle comerão no os peixes, e os gentios comerão os peixes que a este homem comerão, ffoi juizo divino que nom engana nem recebe engano. Agora que a requerimento destes padres apostolos que qua andão homẽs a quem nom fallece nenhũa vertude eu mando poer em sua liberdade os gentios que forão salteados e nom tomados em guerra. Estão os gentios contentes o parece que vay a cousa de verdade, e mais porque vẽm que se ffaz justiça e a ffazem a elles quando alguns christãos os agravou e parece-me que será causa de nom aver ay guerra.

No meu Regimento se contem que nos casos crimes conheça por ação nova he que tenha alçada até morte natural exclusive em scravos gentios ho pões christãos homens livres, e que naquelles casos em que per direito ou vosas ordenações aas pessoas das ditas calidades he posta pena de morte natural inclusive que eu proceda nos taes feitos até final e os despache com ho governador seu apellação, sendo ambos conformes e sendo diferentes que ponha cada hum seu parecer o mande os autos ao corregedor da corte com ho tall preso e que nas pessoas de mais calidade dos acima ditos tenha alçada em cinquo annos do degredo.

Diz outro capitulo do dito regimento que esté sempre na capitania onde estiver governador salvo quando for necessario hir fora ho me elle ordenar.

Acontecco vir a esta capitania por mandado do governador como escrevo a V. A. e vou por estoutras, achey aqui hum homem pião que matou outro he necesario que para o julgar e se retornar a Baya onde fiqua o governador he isto será em Junho ou Julho por razão da monção e que seria mais cedo virá caso que nom yrá desta capitania nem destoutras aa Baia navio daqui a hum anno porque asi hé que de Pernãobuquo nem do Espirito Santo nem de São Vicente nom ffoi ainda navio a Baia despois da vinda do governador e daqui hũa so vez, de maneira que estará este preso aguardando na cadea e será primeiro comido dos bichos que despachados, a myni parecia me que pois V. A. dava a hum capitão alçada toda nos crimes nos ffeitos dos piões, e nas outras pessoas dez annos, e a seus ouvidores homens simpleses e ignorantes que nem sabião nem sabem ler nom escrever, que com mais Razão ha avia de dar aos letrados he homes exprimentados, e que sua honra o deradeiro fim he servirvos, ou mandar que estas appellaçoens vão ao Reyno mais asinha navios a destas terras pera laa vão, virão mais asinha os despachos. E mais acontecem mil casos que nom estão determinados pellas ordenações e fiquão em alvidro do julgados e se neste se ouver de appellar

nom se pode ffazer Justiça e alo as vezes hãus casos tão leves que hé crueza appellar nelles he estarem os homens em terra tão pobre esperando por suas appellações, mande V. A. ver isto e mande prover se ffôr seu serviço.

Aqui nesta capitania de Porto Seguro querelou o meirinho da correição dalguns homens que tinhão e tem suas molheres no ceyno e nas ilhas has annos, he estão abaregados publicamente com gentias da terra christãa e outros com suas proprias escravas tambem gentias de que tem ffilhos, procedo contra elles e condenei os na pena da ordenação e mudei lhe o degredo que tinhão dAfriqua pera qua pera as capitanias como jaa escrepvi a V. A. que parecia bem ao governador he a mim por muitos respeitos que na carta ou cartas vãoo, e sem embarguo da ordenação dizer que estes baregeiros nem scião soltos sem especial mandado de V. A. eu os mãdey soltar pera yrem comprir seus degredos porque a dita ordenação nom se deve de entender em lugares tão alongados donde V. A. estaa he lugares onde estão de continuo como em gerra em que nenhũa cousa aproveitão os homens presos, senão que elles nom servem e ocupão quem os guarda, se V. A. nom ouver por bem o que neste caso ffaço em mandar soltar os baregeiros casados despois de pagarem suas penas pera yrem servir seus degredos, tornallos ey ha cadea e esperarão por recado de V. A., estaa terra senhor pera se conservar e hir avante haa mester nom se guardarem em algũas cousas has ordenações, que fforão ffeitas nom avendo respeito aos moradores dellas. De Porto Seguro a biij [7] de Fevereiro de 1550.

Sobrescripto: A el rey noso senhor do ouvidor geral do Brasil» — (G.).

SECÇÃO XII

CAPITANIAS CUJA PRIMITIVA COLONIZAÇÃO SE MALLOGROU

Capitanias septentrionaes. Associação trina. Intentos. Naufragio de Ayres da Cunha. Nazareth na Ilha da Trindade. Maranhão. Sua descripção. Sorte dos colonos. Orellana no Amazonas. Diogo Nuñes e João de Sande. Perós do Maranhão. Castelhano, Botocudo. Capitania de Cardoso de Barros. Ruinas de pedra e cal no porto de Camucim. Capitania de Góes. Ida a Portugal. Contractos. Perdas. Derrota. Evacuação da capitania. Francisco Pereira na Bahia. Estabelecimento. Vicios. Villa da Victoria. Sesmarias. Texto de uma a Diogo Alvares (Caramurú). Insubordinação. Perplexidade do donatario. Seu apuro e prisão. Sua morte. Ilha de Fernão de Noronha. Sua descripção e donataria.

A partição das terras da costa septentrional não entrára a principio nos intentos do Soberano, pois que na carta a Martim Affonso, que em outro logar fica transcripta, apenas se consigna a extensão desde Pernambuco para o sul. Naturalmente só se tratou do resto do littoral até o Amazonas ao regressar á côrte Diogo Leite, que, segundo vimos, fôra a explorar por esse lado em 1531. — Provavelmente eram insufficientes os exames por ahi feitos antes (1).

Como Fernando Alvares e João de Barros se não atrevessem a deixar a côrte, onde, segundo dissemos, exerciam cargos importantes, se associaram ao capitão do mar e tambem donatario, Ayres da Cunha, para que, com uma frota armada á custa desta associação trina, fosse tomar posse das terras dos tres, e dar principio a seu aproveitamento. — Por sua parte Barros mandava, para o representar, dois filhos, e Fernando Alvares um delegado de confiança.

Aviou-se em Lisboa a frota, que veiu a constar de nada menos do que de dez (1) navios, conduzindo novecentos ho-

(1) De facto, lê-se no mappa de Diogo Ribeiro que «nesta costa, desde o rio Doce (Amazonas) até o cabo de São Roque, não se achou cousa de proveito, e depois de visitada uma ou duas vezes, logo que foi descoberta, não se voltou mais a ella». — (C.).

mens, dos quaes mais de cem (2) de cavallo. Tanto ruido faziam os preparativos, que o embaixador espanhol Sarmiento chegou a acreditar que a expedição era mandada pelo governo contra os recentes estabelecimentos castelhanos no rio da Prata, duvidando até da palavra do monarcha portuguez — o piedoso João III, que lhe assegurára o contrario.

Sarmiento, na carta á sua côrte, pondera como os navios (nenhum dos quaes havia ainda regressado) anteriormente partidos para o Brasil, por conta de outros donatarios, não haviam levado, como estes, preparativos para a guerra, mas simplesmente gente para povoar, e o necessario á vida habitual e pacifica. E além disso participava, como se dizia, que os desta expedição, ao desembarcarem, se embrenhariam pela terra dentro até dar com o Perú.

Este ultimo boato devia, cremos nós, ter todo o fundamento. Já era sabido (3) que as costas da America do Sul contorneavam um grande continente, e nada mais natural do que colligir que, partindo-se do Brasil, sempre para o occidente, se chegaria aos dominios do Inca do Cuzco, cuja riqueza patenteada de todo pela atroz audacia de Pizarro, poucos annos antes, devia naturalmente excitar a cobiça de muita gente. Para nós é sobretudo grande argumento para crer no boato o terem levado cavallaria, arma esta que valeu mais a Pizarro para vencer que toda a sua audacia; como já noutros tempos tinha valido aos Arabes, para o exito feliz das suas conquistas.

Antes da partida dos navios, alcançaram os tres socios a doação especial (4) do ouro e prata que na terra descobrissem, no que tiveram mais favor que todos os demais donatarios. Porém, não só se não descobriram minas, apezar de não faltarem ellas no Turiuassú, como nem sequer a colonização e cultura da terra foi por diante, como vamos a ver.

---

(2) Galvão diz cento e trinta, e Barros, talvez porque faltaram alguns a embarcar, cento e trese. — (A.).

(3) Já pelo mappa de Diogo Ribeiro feito em 1529, em que partindo do isthmo de Panamá seguia a costa recosta marcada para o sul até a altura de 19°, se podia prevêr o facto de que, seguindo-se do Maranhão para oeste, se daria com o Perú. — (A.). — Desde 1526 Santiago de Guevara fôra do estreito de Magalhães, costeando o continente, até Tehuantepec, o que deixára provado que o continente não se prolongava tanto para Oéste, como se suppunha. — (C.).

(4) *Chancellaria de D. João III*, Liv. 21, fls. 73-74. — (A.).

A frota zarpou de Lisboa em Novembro, e dirigiu-se a Pernambuco, onde aportou com felicidade; e para maior fortuna o donatario Duarte Coelho pareceu como tomar empenho pelo bom exito de uma tão luzida expedição; e desde logo se prestou a dar linguas ou interpretes, e até a pôr á disposição de Ayres da Cunha uma fusta de remos, que pudesse ir adiante, sondando, nas paragens menos conhecidas e exploradas.

Com tão bons auspicios deixou Ayres da Cunha o ancoradouro de Pernambuco, seguindo para o norte; e primeiro resolveu desembarcar e estabelecer-se na actual provincia do Rio Grande do Norte, a qual fôra um dos quinhões que coubera em sorte a elle e a João de Barros, cujos filhos iam na armada. O proprio rio Grande, chamado depois pelos indios *Putigí*, estava já dentro do dito quinhão, e não sabemos por que foi desdenhado, indo Ayres da Cunha, com toda a frota, aportar tres leguas mais ao norte, ao rio chamado *Baquipe*, pelos indios, e Pequeno pelos nossos, dito hoje Ceará-mirim. Ahi chegou a desembarcar, com idéa de fundar uma colonia. Encontrou, porém, tão grande opposição de parte dos Petiguares, unidos a muitos Francezes, que com elles se achavam, que, depois de perder alguma gente, resolveu ir tentar fortuna na terra do seu terceiro socio, Fernando Alvares de Andrade (5).

Fizeram-se, pois, todos ao mar, tomando tambem comsigo alguns dos naufragos de um galeão de D. Pedro de Mendoza (conhecido por seus feitos no Rio da Prata), os quaes ainda ahi encontraram, havendo outros dos companheiros sido devorados pelos mesmos Petiguares.

Montaram, pois, o cabo de São Roque, com proposito de buscarem o porto do Maranhão; porém, por nova desdita, a fusta de remos, que devia conduzi-los, se lhes esgarrou, chegando a andar perdida, e já sem mantimentos nem agua, quando um navio espanhol a encontrou, e tomando a bordo os tripulantes, os levou á ilha de São Domingos.

Este incidente não deixaria de contribuir um tanto para os mallogrados successos que sobrevieram, em consequencia

(5) Esta informação deve-se a Gabriel Soares, *Tratado descriptivo*, 25, Rio, 1851. Dizendo, porém, que os filhos de João de Barros andaram por esta costa depois de se perderem, parece indicar que a ella vieram depois, não antes do mallogro do Maranhão. Segundo novos documentos divulgados por Antonio Baião, os filhos de João de Barros vieram no governo de D. Duarte da Costa. — (C.).

do naufragio e morte de Ayres da Cunha, nas aguas do Maranhão. Hoje sabemos que nove dos navios chegaram salvos a essas aguas em Março do 1536, e que em 15 de Julho desse anno (11), era já conhecida em Evora essa chegada, sem ser acompanhada de nenhuma noticia contristadora. — Provavelmente, só depois de despachado do Maranhão o barco para Portugal, com estas informações, chegaria ali a triste noticia do naufragio e morte do chefe da expedição; morte que sem duvida seria para ella um grande golpe, e que, em vista dos resultados, lhe veiu a ser funesta, talvez porque nenhum dos outros teria igual prestigio para infundir o necessario respeito a tanta gente, ainda mal disciplinada, e para conter pelo temor, suavizado pela caridade, um tão numeroso e tão vario gentio, como o que habitava a grande ilha, em que se encontra o ancoradouro. Nesta ilha procuraram estabelecer-se, formando uma villa a que, segundo em 1536 escreve o dito Sarmiento, embaixador castelhano em Evora, deram o nome de Nazareth, e admittindo para a grande ilha (do Maranhão) o nome da Trindade, que, se acaso já antes lhe havia sido dado (6), agora melhor devia caber-lhe, pela associação dos tres donatarios.

A quasi duas terças partes da distancia que vai do cabo de São Roque ao Amazonas, se engolfa a costa bastante para dentro, como se a alagassem ahi os muitos rios affluentes nesta paragem, que destinada a ser terra firme, como que se vinga de os rios lh'o não deixarem ser, apresentando tantos parceis e tantos escolhos, que pudera dizer-se que o mar aqui não se propoz de ser mar. Desses rios os mais caudalosos, e que mais rasgam a costa, são o Meary e o Itapicurú, os quaes, vindo da banda do sul desde certa distancia um tanto parallelamente, depois de encontrarem a agua salgada, seguem ainda a par, inclinando-se um pouco para leste, e formando as duas chamadas bahias de São Marcos ao poente, e a de São José, ao nascente, menos vasta do que a primeira. — Entre estes dois grandes rios e seus portos ou bahias, que como dissemos correm a pouca distancia e um tanto a par, se destaca naturalmente uma comprida peninsula ou nesga de

(6) No mappa de Diogo Ribeiro de 1529 vem este nome, mas bem pode ter sido accrescentado depois. — (A.). — O nome Trinidad dado a um rio do Maranhão já se encontra no mappa de Turim de 1513, reproduzido no primeiro Atlas do Barão do Rio Branco. — (C.).

terra, cujo extremo se esgarça do tronco principal, e por conseguinte do continente, por um canal chamado do Mosquito; deixando formada a dita ilha, cuja figura, mais que uma fórma trapesoidal, apresenta, quando vista na planta, a face de um enrugado velho. Desenhae, voltada para o lado esquerdo, a parte dianteira de um respeitavel carão, com o labio superior mui sumido e o inferior grande e cahido, boquiaberto, nariz grande e de cavalete, a testa fugindo em linha recta para traz, e o queixo mui reintrante, e tereis proximamente a figura da planta da ilha, voltada a noroeste; ficando-lhe na boca o porto ou ancoradouro, no labio superior, junto á venta, a actual povoação; — no proprio local, em que, depois de muitos exames e observações que pessoalmente (7) fizemos, cremos hoje que foi situada a povoação primitiva.

A extensão da ilha, de nordeste a sudoeste, é de umas sete leguas, tendo de largura no meio della, metade desta dimensão. É geralmente a mesma ilha mais elevada que a terra firme vizinha, á qual parece pertencer. Vestem-a frondosas matas, e regam-a muitas ribeiras. A principal que era a chamada então de Jeviré (8), e hoje se diz tambem, como a ilha, do Maranhão, desemboca na bahia de São Marcos, de modo que do lado da barra serve de abrigar o porto a propria terra do continente fronteiro. O littoral da ilha que corre do porto para leste, um tanto convexamente, e quasi parallelo ao canal do Mosquito, que contorna a mesma ilha do lado do sul, é desabrigado e tem diante o grande parcel chamado da Coróa Grande, no qual por ventura se perderia o dito Ayres da Cunha (9).

---

(7) Nos dias 6, 10, 11 e 12 de Abril de 1861, que estivemos percorrendo o porto, examinando Itaqui, a Guia e seus arredores, e havendo tido que arribar á ilha do Medo, no fragil bote em que nos soháv amos, em virtude de um tremendo temporal, que se levantou. — (A.).

(8) Seria mais exacto dizer que era chamada Jeviré no tempo em que os Francezes occuparam o Maranhão. — (C.). — Abbeville graphou *Iseiré* e Evreux *Yairet*; aquelle (*Histoire de la Mission*, fl. 184 v.) traduziu a palavra tupi por *fesses espaisées*. Essa significação faz reportar a *abiré*, de *ebi* trazeiro, as nadegas, e *é* diverso, differente, disfarçado. A rigor seria *tebiré*, porque *ebi*, em composição, vem sempre precedido de *t* generico ou absoluto, como em *tebiré* «nefandus», *tepitamboca* hemorrhoidas, e outras. — Conf. Rodolpho Garcia, *Glossario* annexo á *Histoire de la Mission*, ps. 34, Paris, 1922. — (G.).

(9) O sinistro de Ayres da Cunha, parece hoje bem provado, não se deu no Boqueirão. Tambem não acreditamos que fosse nos bancos da Coróa-Grande, mas nos recifes e parceis do littoral dos Lençóes-Grandes, delles muito abundantes. — C. M. de Almeida, *Rev. do Inst. Hist.*, 41, parte 1.ª, ps. 118. — (C.).

Não possuimos a historia da fundação desta primitiva colonia mallograda; e isso nos faz lamentar que João de Barros no-la não deixasse escripta, o que teria feito com tanto vigor, como era viva a lembrança que perpetuamente conservou desta, para elle, tão mal fadada empresa.

Sabemos sómente que, a principio, estiveram de pazes com os indios, que fizeram muitas roças, e que mandaram explorar os rios vizinhos (10). — Não tardaram, porém, os mesmos indios, com a sua proverbial volubilidade, a levantar-se, queimando e destruindo as plantações e sementeiras, e chegando a pôr em apertado sitio a povoação de Nazareth, a tomar-lhe a agua das fontes de beber; de modo que ficaram constrangidos a ir embarcados em busca desta e do necessario alimento, que se reduzia a palmitos, a algum peixe e caça, que conseguiam obter, e a alguns fructos selvagens. — Por fim, vendo-se nos ultimos apuros, e havendo já perdido muita gente, se resolveram a embarcar-se e a deixar de todo a terra.

Não sabemos se alguns cõnseguiram regressar directamente a Portugal; temos apenas a certeza de que tres caravelões, com muitos colonos e uns duzentos indios, foram ter ás Antilhas, em Agosto de 1538 (11), chegando á ilha de Porto Rico dois, com quarenta e cinco dos mesmos colonos, alguns delles casados, e cento e quarenta indios, entre es-

---

(10) «Aqui (barra do Maranhão) se metem dous rios que vem do sertam, por hum dos quaes entrárão alguns Portuguezes quando foi do descobrimento que forão fazer no anno de 35, e navegarão por elle acima duzentas e cincoenta legoas até que nam poderão ir mais por deante por causa da agoa ser pouca, e o rio se ir estreitando de maneira que nam podião já por elle caber as embarcações. Do outro nam descobrirão cousa alguma, e assi se nam sabe até agora donde procedem ambos». — Gandavo, *Hist. da Prov. Santa Cruz*, cap. II. — (C.). — Ps. 93, da ed. do Rio (1924).

Um manuscripto espanhol, do qual Capistrano de Abreu, *Prolegomenos á Historia de Frei Vicente do Salvador*, ps. 78-79, viu copia na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, reduz as legoas de Gandavo a cento e cincoenta, diz que os portuguezes fizeram uma fortaleza na ilha do Maranhão, outra na confluencia de dois rios, outra finalmente no ultimo ponto do rio visto da esquerda que poderam alcançar; este deve ser o Pindaré, mas o autor dá o nome de Maranhão. — (L.).

(11) Carta de Porto Rico, de Novembro desse anno. — (A.). — Não existe aqui copia desse documento; talvez possa, quanto a São Domingos, ser supprido pela seguinte informação de Oviedo, *Historia general y natural de las Indias*, II, 115, ed. 1852: «Estos portugueses despues, el año que pasó de mil é quinientos é treinta y nueve, dexaron aquellas tierras por temor de los indios, con daño é perdida de sus haciendas, e aun á algunos les costó las vidas; é se fueron con cinco caravelas, una de las quales vino al puerto desta cibdad de Santo Domingo con más de ciento é cincuénta personas entre portugueses é indios, muy perdidos é necesitados». — (C.).

cravos e livres. O outro caravelão foi aportar na de São Domingos. — Os desta ultima ilha, não só lançaram mão dos indios, como de todos os bens dos infelizes, os quaes, por ordem da metropole, foram mandados reter por colonos. João de Barros, só á custa de muitos trabalhos e despesas, poude rehaver seus dois filhos. E feliz com elles na pobreza, fazia dahi em diante protestos de não fundar mais vãs esperanças em vir a ser rico, e assim resignou inteiramente toda idéa de ser senhor donatario no Brasil. «O principio da milicia desta terra (diz este escriptor) amda que seja o ultimo de nossos trabalhos, na memoria eu o tenho mui vivo, por quão morto me leixou o grande custo desta armada sem fructo algum». Galvão accrescenta uma circumstancia que o chronista da Asia teve a virtude de calar, e vem a ser que elle, como de «condição larga, pagou por Ayres da Cunha e outros que lá falleceram, com piedade da mulher e filhos que lhes ficaram». — ElRei D. Sebastião perdoou depois a Barros a divida de uns 600.000 rs., em que estava alcançado pela artilheria, armas e munições, que lhe haviam sido fornecidas, pelo arsenal régio, para a expedição; e depois de elle fallecer (1570) fez mercê á viuva de 500.000 rs. de pensão. — E D. Belippe (I de Portugal) concedeu a Jeronymo de Barros, filho do nosso donatario, e talvez como indemnização dos direitos que tinha á capitania, uma tença de 100.000 rs., com faculdade para testar della até a quantia de 30.000 rs. (III).

Por desdita para o Maranhão, a mencionada perda não seria a unica reservada aos navegantes e colonos europeos, antes de chegarem de todo á convencer-se de que essa parte do littoral não se podia affrontar, sem praticos mui conhecedores della.

Pouco depois chegava ao conhecimento do governo portuguez a noticia da tão arriscada como feliz viagem, desde o Napo até a foz do Amazonas, feita pelo capitão Orellana. Esta viagem patenteava de todo, para nos servirmos da expressão da epocha, que o Brasil era a continuação do Perú.

Emquanto, pois, em Espanha se preparava Orellana, ou se entretinha com duvidas em juntar gente para a sua nova

expedição (que só veiu a poder realizar em 1545 (12), e com bem má fortuna), como governador e capitão general e adiantado das terras do Amazonas, a que se propunha denominar *Nova Andalusia*, e como tenente de suas fortalezas, com franquias por dez annos de todos os lucros (Cedulas de Valladolid, de 27 de Fev. de 1544), se apresentava em Portugal Diego Nuñes de Quesada, com projectos para uma expedição identica, afim de varar pelo sertão do Amazonas aos lindes dos Andes. Este Diego Nuñes estivera muitos annos no Perú, e trouxera de lá grandes cabedaes (13). Associou-se, pois, ao capitão portuguez João de Sande, e parece que os dois chegaram a ordenar quatro navios com ajuda do governo (Carta de Sevilha, de 3 de Out. de 1544). Pelos apontamentos que nos deixou Nuñes (*Rev. do Inst. Hist.*, 2, 365-369), vê-se que elle tinha cabal conhecimento do alto Amazonas, e da terra do *Machifaro*, de que tambem deram razão Orellana e Orsua.

Nenhumas noticias nos ficaram desta expedição, que, ou não se chegou a realizar, ou por ventura ainda devia mallograr-se, como as outras (IV).

Tão pouco temos até agora podido encontrar um documento historico que nos dê informações sufficientes e exactas acerca de um primeiro colono europeu, outro Ramalho ou Caramurú, — que, segundo a tradição no Maranhão, ficou entre os indios, e veiu a organizar uma grande tribu, conhecida pelo appellido de Perôs, nome com que, talvez por outro motivo, segundo dissemos, ao depois os Barbaros designavam aos Portuguezes (14). Assim não podemos aventurar se

(12) Segundo os trabalhos de Medina podem resumir-se os ultimos annos da vida de Orellana do seguinte modo: Separou-se de Gonçalo Pizarro em fins de 1541: desceu pelo Curaray ao Coca e ao Napo; entrou nas aguas do Marañon a 19 de Fevereiro; a 12 de Maio começou a passar as terras de Machifaro; a 3 de Junho avistou a barra do Negro, a 10 a do Madeira, a 24 combateu com as Amazonas, a 26 de Agosto desembocou no mar, a 11 de Setembro alcançou a ilha Cubagua, a 22 de Novembro chegou a São Domingos. Em meados de Maio de 1543 devia estar em Valladolid, na côrte; a 13 de Fevereiro de 1544 obteve a capitulação com as graças e mercês que pedia para a conquista da Nova Andalusia; a 11 de Maio de 45 largou de San Lucar para o Novo Mundo; a 20 de Dezembro novamente avistou o rio-mar. Falleceu em 1546, nas proximidades do mez de Novembro. — (C.).

(13) Carta do dominicano Fr. Pablo de Torres, de Sevilha, 20 de Novembro de 1544, publicada pelo autor (na 1.ª edição desta *Historia*, tomo I), devendo ler-se «Ebora» nas linhas 6 e 7 de pg. 457, onde se diz — «en V.ª» — «en ora» — (A.).

(14) Esta noticia, segundo parece, foi primeiramente publicada por Simão Estacio da Sylveira, na *Relação Sumaria das cousas do Maranhão*, Lisboa, 1624.

fôra este mesmo ou outro individuo o Castelhano do Rio Grande do Norte, que, segundo um antigo escriptor (G. Soares, ps. 25) se fez botocudo; e depois de effectuar uma visita á França, em um navio desta nação, voltou para o sertão, e ahi se assalvajou outra vez. De um Pero Gallego, mui mettido com os indios, e que foi causa de um alboroto destes, contra alguns colonos portuguezes, estabelecidos já por esta banda, antes do 1514, encontramos menção (Carta de Estevão Fróes).

De Antonio Cardoso de Barros, á quem coubera parte da actual provincia do Ceará, nenhuma noticia escripta nos ficou do que chegaria a emprehender, para colonizar e aproveitar a capitania que requerera. Temos, porém, por mais que provavel, segundo dissemos, que resultado de seus esforços seriam as ruinas de pedra e cal que, logo á entrada do porto de Camocim, se viam ainda em 1614 (15) e que, como indemnização desses esforços perdidos, é que veiu a acompanhar depois a Thomé de Sousa, juntamente com Pero de Góes, outro donatario mallogrado (16).

Pareceu esquecido até agora o fidalgo donatario de Campos, o nobre amigo de Martim Affonso, e ora senhor quasi feudal seu limitrophe, não pela escassez das suas trinta leguas, que não são ellas tão insignificantes quando ha principes soberanos que regem estados muito menores, mas sim porque effectivamente a doação dellas só se realizou posteriormente ás outras (17). Sabemos como tinha ficado por ordem de Martim Affonso em São Vicente, e naturalmente não lhe havia sido

---

Conf. Fr. Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil*, liv., 2.°, cap. 13 (ps. 130, ed. de 1918). — A *Relação sumaria* lê-se em C. Mendes de Almeida, *Memorias para a historia do extincto Estado do Maranhão*, t. II. — (C.).

(15) Diogo de Campos Moreno, *Jornada do Maranhão, feita por Jeronymo de Albuquerque em 1614*, na Coll. de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas, t. I, n. IV, ps. 28. — (A.). — A *Jornada* está reproduzida por C. Mendes de Almeida, *Memorias* cits., t. II.). — (C.).

(16) Ainda não foi publicada a carta de doação de Antonio Cardoso de Barros, nem o foral. No livro 1.° de provisões reaes da Bahia, de que a Bibliotheca Nacional guarda cópia, sob a rubrica: Titulo dos Registos das Provisoens que se passão de serviço a El-Rey Nosso Senhor, que tocam a fazenda de Sua Alteza, lê-se fls. 380 v.:

«A vinte e um de Junho do dito anno (1549) passou o provedor-mór (Antonio Cardoso de Barros) o trasladó de um foral de sua capitania que tem nestas partes, porque manda a Roirigo Argolo Provedor nesta Capitania da Cidade do Salvador para pôr em arrecadação todolos direitos e pensoens que pertencão ao Capitão para El-Rey Nosso Senhor; e bem assi todo o que pertence ao dito Senhor por bem do dito Foral e que se registassem no Livro do Registo dos Forães da Alfandega». — (C.).

(17) Liv. 21, fl. 65, e Liv. 23, fl. 141, da Chancellaria de D. João III. — (A.).

possivel fazer antes valer os seus direitos, apresentando para isso o alvará de lembrança que da mercê lhe fôra passado anteriormente.

Depois de attrahir a si o seu irmão Luiz de Góes, e alguns outros parentes e mais colonos, foi tomar posse das suas terras, e assentar nellas alguns ranchos e tujupares, a que deu o nome de *Villa da Rainha*. Tratou então de fixar com Vasco Fernandes a demarcação, que não estava bem deslindada nos respectivos titulos. O rio Itapemirim (18) foi por mutua convenção escolhido para servir de barreira ás pretenções futuras de seus descendentes. Cremos que já estaria estabelecido na capitania, ou que iria a partir para ella, no meado de 1536, em que se effectuava em um Antonio Teixeira (19) a nomeação de feitor e almoxarife régio na mesma.

O activo Pero de Góes, vendo-se de posse das fecundissimas liziras do Parahiba, cuidou desde logo de introduzir de São Vicente alguma planta de canna, e começou a cultiva-la, ainda antes de ter pensado no modo como conseguiria os meios para fazer um engenho. Convencido de que nada podia emprehender faltando-lhe os capitaes, resolveu passar ao Reino, e assim o executou (Carta de Duarte Coelho, de 27 Abr. 1542), deixando em seu logar por chefe a um Jorge Martins.

Em Portugal acertou de associar-se com alguns tratadores, aos quaes concedia mais vantagens em todo sentido, entrando no numero a melhor qualidade da terra, que as que se proporcionavam em São Vicente. Conseguiu principalmente entender-se com um mercador de ferragens, que lhe devia fornecer os generos e artigos de resgate, para pagar as roças que fizesse o gentio, e mandar-lhe novos operarios e colonos.

Ufano do bom exito desta ida ao Reino, entrava de novo o donatario pela barra do seu rio da Parahiba do Sul, quando logo soube quanto havia sido desastrosa a curta ausencia que de sua propriedade fizera o que para ve-la tem cem olhos, como diz a fabula antiga.

Tudo se desbaratára: os colonos tinham pela maior parte

---

(18) ...«que tem na bocca á entrada algumas ilhetas de pedras, e de baixamar descobre outras... accrescenta, como explicação a confirmação régia de 15 de Março de 1543. (Liv. 6 da Chancellaria de D. João III, fl. 61 v.). — (A.) — *Rev. do Inst. Hist.*, 24. — (C.).

(19) Liv. 21, fl. 139 da Chancellaria de D. João III. — (A.).

desertado, e á frente delles o administrador (v). Pero de Góes soffreu muito desgosto; mas de grandes animos e affeito aos trabalhos, não se descoroçoou: angariou de novo o gentio e emprehendeu outras plantações. Foi em pessoa ao Espirito Santo, e trouxe dahi um official de engenhos, com o qual começou a correr suas terras, e além de duas engenhocas de cavallos, que fez perto da costa, se deliberou a construir, na distancia de dez leguas pelo rio acima, onde havia bastante ferida de agua, um grande engenho; e dahi a pouco escrevia a seu socio que esperava dentro de um anno mandar-lhe duas mil arrobas de assucar. Instava, entretanto, por mais trabalhadores, e pedia sessenta escravos de Guiné (20).

Porém, novos trabalhos o esperavam. O insulto e traição feitos por um pirata da costa, Henrique Luís, ao chefe do gentio do districto, entregue pelo mesmo pirata aos seus maiores inimigos, valeu de toque de rebate: e os engenhos e povoações foram assaltados, os cannaviaes incendiados, e tudo destruido. Pero de Góes ainda juntou os seus, e offereceu resistencia; mas teve de ceder com a perda de vinte e cinco mortos, e com o ficar elle ferido e com um olho de menos. Quiz fazer pazes; mas os indios lh'as quebraram com mil traições. E como diariamente perdia alguns homens, e padecia mais fome, e ninguem o soccorria, foi constrangido a deixar a terra, — que de todo ficou despovoada de colonos (21).

Passando-se á vizinha capitania do Espirito Santo, e desta recolhendo a Portugal, deixou em poder dos Barbaros alguns edificios já feitos de pedra e cal; facto que nos pode ministrar clara idéa de como por ventura succederia em outras paragens da America, v. gr. no Yucatan e no valle de Mississipi, onde se encontraram mausoléus que eram, não obra dos Barbaros que senhoreavam a terra no seculo XVI, mas sim de outras gentes semi-civilizadas, e quem sabe se idas algum dia do velho Continente, e dahi expulsadas ou exterminadas por esses invasores vindos do norte, cujo numero infinito era sufficiente para triumphar, ainda de gentes mais fortes e mais civilizadas, quando em menor numero.

---

(20) Carta a Martim Ferreira: original na Bibl. Pub. ebornense. — (A.). — Impressa por Aug. de Carvalho, *Apontamentos para a hist. da capit. de São Thomé*. — (C.). — Cópia no Inst. Historico, Evora, vol. 19, ps. 94.

(21) Ignora-se onde o autor colheu estas ultimas informações. — (C.).

Parece que a penna se nos resiste a tratar do donatario da Bahia, nem que movida pela dor que nos punge o coração ao considerar seu triste fim.

Não ha duvida que é assumpto de que não nos podemos occupar, sem que se nos repasse a alma de magoa, que desejaramos poupar de repetir, se, pela importancia do assumpto, não foramos a isso obrigados, pela severa tarefa que nos impuzemos, desde que ousámos levantar o pensamento a ser fiel, bem que humilde, historiador da patria.

Todavia não é só o sinistro verificado com o primeiro donatario da Bahia que nos levou a deixa-lo para o ultimo logar. E' que elle, já velho e sem energia, não conseguiu, quanto a nós, preparar-se logo. Nem que a sua boa estrella o retivesse, creando-lhe difficuldades, para poupar-lhe os padecimentos e horrenda morte que veiu a experimentar.

Sabemos, porém, que já em Dezembro de 1536 se achava Francisco Pereira com seus colonos na Bahia de Todos os Santos, extremo meridional da sua capitania, e melhor porto della (VI). Pouco mais de um anno antes, em Agosto de 1535, haviam sido ahi encontrados apenas nove colonos europeos pelo espanhol João de Mori, que, com uma de duas naus sahidas de San Lucar, naufragára em Boipeba (22). No numero dos nove, se comprehendiam naturalmente Diogo Alvares, e seus genros Paulo Dias e Affonso Rodrigues, natural este de Obidos, e casado em 1534 com a sua filha Magdalena (23). Este seria provavelmente um dos dois deixados por Martim Affonso, ou dos tres que ficaram da nau de Pero Lopes, quando regressava ao Reino (VII).

Taes primeiros colonos, meio affeitos já aos habitos dos

(22) *Colección de documentos inedditos del Archivo de Indias*, tomo 3, p. 114 e seg., Madrid, 1866. — (C.).

(23) Este casamento consta de uma inscripção gravada na egreja da Victoria, Accioli, *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*, 1. pg. 102-103, Bahia, 1892 (edição de Hyppolito Cassiano de Miranda, que infelizmente não passou do primeiro volume da reimpressão). — (C.). — A indicação de paginas corresponde á pg. 157, da edição de Braz do Amaral, vol. 1, Bahia, 1919. A inscripção que se lê na capella-mór da egreja matriz da Victoria, segundo Accioli, reza: «Aqui jaz Affonso Rodriguez, natural de Obidos, o primeiro homem que casou nesta egreja, no anno de 1534, com Magdalena Alvares, filha de Diogo Alvares Correa, primeiro povoador desta capitania: falleceo o dito Affonso Rodrigues em 1561». Luis dos Santos Vilhena, *Noticias Soteropolitanas e Brasilicas* (annotadas e publicadas por Braz do Amaral), Bahia, 1922, vol. 1, pg. 26, transcreve differentemente essa inscripção, cujo local, na mesma egreja, não é o que lhe assignalou Accioli, assim: «Aqui jaz Affonço Rodrigues, natural de Obitos, o primeiro homem que casou nesta terra: falleceo na era de 1561.»

Paulo Dias casou com Felippa Alvares. — (C.).

Barbaros, enlaçados com suas familias, *tapejáras* ou vaqueanos de todo o reconcavo, e sem prestigio algum perante elles, foram a peor praga que podia cahir sobre a recente colonia, que Francisco Pereira tinha de fundar. A mesma facilidade de trato que, por intermedio desses christãos gentilizados, tinham os novos colonos para se derramarem pela terra, em virtude da excessiva viabilidade que ella offerecia nas communicações aquaticas, de umas paragens para outras, não só os pervertia, como os expunha a serem innocentemente sacrificados ás mãos dos gentios, quando se arredavam um pouco mais. A par destes males resultava outro maior. A colonia se dissolvia; os acostumados a obedecer perdiam o habito da disciplina; e o chefe começava a não ter força para fazer-se temer e respeitar.

Effectuára o donatario seu desembarque e primeiro estabelecimento logo da barra para dentro, á mão direita, na linda paragem que ainda hoje se chama da *Victoria*, pela primeira que ahi alcançaram os colonos, quando de surpreza os atacaram os Barbaros, e a piedade lhes suggeriu uma capellinha á Rainha dos Céus, invocando-a num feito que julgaram milagroso. Perto dessa povoação em que estava, e que depois se disse *Villa Velha*, deu tambem em fins de 1536, sesmarias a Pedro Affonso, bombardeiro, a Sebastião Aranha, a Francisco de Azevedo, a Fernão Dolores, a Paulo Dias, outro genro de Diogo Alvares, e finalmente a este, cujo texto de doação foi o unico que (com algumas pequenas faltas) chegou até nós, e aqui o transcrevemos, com a propria redacção menos correcta, obra de Rodrigo Fernandes, tendo tido por unica assignatura o sello do donatario, o que deixa suspeitas de que não saberia escrever. Eis (24) o mencionado documento:

«Saibam quantos esta carta de sesmaria virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1536, aos 20 do mez de Dezembro da dita era, Francisco Pereira Coutinho, fidalgo da casa delrei nosso senhor, capitão e

(24) Supprimos com reticencias certas phrases, onde suppomos ter havido erro de transcripção. Em todo caso, julgamos da maior importancia este documento, cujo teor possue o archivo dos Benedictinos da Bahia: porquanto do mesmo teor seriam provavelmente todas as primeiras cartas de sesmaria de Francisco Pereira. — (A.). — Conf. *Brasil-Historico*, 2.ª sério, 1, 115, de onde foi transcripto o documento. — (G.).

governador da Bahia de Todos os Santos, faço saber como por esta minha carta dou ora novamente a Diogo Alvares, morador em a dita Bahia, quatrocentas varas de terra de largo e quinhentas de comprido; convêm a saber: as quatrocentas de largo se começarão a contar da banda de leste do caminho do concelho, que vai pelas cabeçadas das terras dos moradores desta fortaleza: convêm a saber: Fernão Dolores, Pedro Alfonso, bombardeiro, e Sebastião Aranha; e dali a leste até o rio dos Seixos, que é o primeiro que está na dita..., o qual rio parte com Paulo Dias da banda de leste; e dali, do dito rio dos Seixos, do mar directamente ao norte..., as ditas quinhentas varas de comprido, e vai intestar com o outeiro grande, e torna d'ali a léste a partir com terra de Francisco de Azevedo, e d'ali directamente ao mar contra o sol, outras quinhentas varas. As quaes quatrocentas varas de largo se rezam largas por costa, como pelo meio, como por cima: as quaes varas acima conteudas é cada uma de duas varas e meia de medir o costumado, por onde foram medidas; de que está feito assento por padrão.

«A qual terra assim lhe dou e outorgo, com todas as entradas e sahidas, serventias e fontes e rios, mattos, arvoredos de toda a sorte e maneira, que dentro na dita terra houver, de que se aproveitar possa. E que o dito Diogo Alvares, deste dia para todo sempre, possua a dita terra, tudo inteiramente como cousa propria, e outros quaesquer bens seus em todos seus ascendentes, descendentes que delle succederem, e hajam e gozem livremente, e aproveitem, sem pagar outro nenhum foro nem direito que pagar possam, sómente o dizimo a Deus dos fructos e novidades que a dita terra der. E outrosim lhe dou e outorgo, pela mesma maneira, deste dia para sempre, ao dito Diogo Alvares, como herdeiros acima conteúdos, a cambôa de pescar, que está ao pé desta fortaleza; com tanto que elle, ou seus herdeiros, que a possuirem, paguem os direitos da posse, e do que na dita cambôa pescar ou matar, conforme ao foral d'el-rei nosso senhor. A qual terra e demarcação o dito Diogo Alvares, e herdeiros que a possuirem, serão obrigados de alimpar e aproveitar, para as novidados e fructos que lhe bem vier, de modo que dentro em cinco annos, do dia da feitura desta, aproveitem e façam bemfeitorias nella, conforme aos titulos d'el-rei nosso senhor das datas das terras e sesmarias, sob as penas

nelle contendas; roçando, alimpando e plantando na dita terra, para seu proveito, como dito é, e lhe aprouver... suas novidades e fructos, pela maneira sobredita, sem pagar cousa alguma, sómente o dizimo a Deus.

«E por assim haver por dada e entregada e outorgada... por bem de minha doação, e poder que me Sua Alteza deu e outorgou, lhe mandei... para sempre, para sua guarda, e possuimento e de todos seus herdeiros: a qual mando que seja sellada do sello de minhas armas que perante mim serve. Rodrigo Fernandes a fez, por meu mandado e autoridade. Feita na dita Bahia em o dito dia, mez e era acima escripto.»

Só mais tarde Francisco Pereira começou a conhecer o erro de ter deixado espalhar a sua gente, e de haver até para isso concorrido, chegando a dar sesmarias no Reconcavo, que devia guardar para mais tarde. Assim consta-nos que das terras do esteiro de Pirajá passou elle titulo ao colono João de Vellosa, que já no seu tempo começou a fazer ali um engenho.

Vendo-se com o inimigo tão perto, quiz ainda o donatario tocar a reunir, e a muitos obrigou a que assim o fizessem.

Outros desprezaram suas intimações, e á furia dos indios vieram depois dispersos a succumbir, e a pagar caro sua desobediencia. Os que obedeceram, não vendo como rudes que só nessa obediencia podiam encontrar salvação, gritavam contra o arbitrio, e introduziam na colonia já desmoralizada a insubordinação; e com a maior covardia chegavam a açular os Barbaros a aggredir; — á maneira dos miseraveis anões politicos de todas as nações, que desejam ás vezes a victoria dos inimigos da patria, pensando que com ella tomam vingança do partido a elles contrario que tem o poder. O donatario além de velho, estava achacoso, e, apezar da grande escola pratica que tivera na Asia, mostrava-se agora molle e falto de energia; e não sendo severo para com os maus, tornava taes os que dantes eram bons. Perplexo para castigar, e irresoluto para tomar uma grande decisão, qual seria a de uma arrancada a ferro e fogo atravez das fileiras dos inimigos; deixando-se pelo contrario envolver por estes, bem que defendendo o terreno palmo a palmo, teve que retirar-se sobre o

pontal da barra chamada de *Santo Antonio*, e naquelles tempos, *do Padrão*, — por um que ali haviam inaugurado os primeiros exploradores da costa. O apuro chegou a tal ponto que, faltos de agua, tinham de mandar caravelões por ella á vizinha capitania dos Ilhéus; e em vez de voltarem com agua, a matar a sede aos que pela escassez della tanto soffriam na trincheira da barra, alguns passavam de todo a outras capitanias.

Neste comenos fundeou no porto uma caravela, que se dizia chegar de Portugal, com um alvará régio para a prisão do velho chefe. Era portador do alvará um clerigo de missa, que chamavam o Bezerra (25), e que dali fugira mezes antes com outros descontentes. Apresentando-se com o alvará perante as autoridades inferiores da colonia, com quem estava naturalmente mancommunado, resultou dahi a prisão do donatario, apezar de suas immunidades. Desde logo, cada um ficou livre de seguir para onde melhor lhe pareceu. A resolução geral que tomaram foi a de passarem todos a acoutar-se (VIII) na proxima capitania dos Ilhéus.

O tal alvará era falso, e a acção praticada chega a ser infame, pelo escarneo feito a um velho contrariado; e mais se aggrava com a circumstancia de ser executada pelo ministro de uma religião toda de paz e de amor.

O donatario, assim desamparado, retirou-se para Porto Seguro, onde esteve mais de um anno (26), até que, instado por Pero do Campo e convidado de novo pelo gentio da Bahia e seus socios, os christãos gentilizados (que haviam contribuido a expulsa-lo, e que ora em sua busca mandaram a Diogo Alvares), voltava lá outra vez a estabelecer-se, quando o navio em que ia naufragou na costa fronteira á da antiga povoação, onde, depois de escapar do mar, não conseguiu

---

(25) Sobre esse clerigo, veja a carta de Pero Borges, nota X da Secção XI. — (G.).

(26) Carta de Pero do Campo Tourinho, de 26 de Julho de 1546, publicada pelo autor em sua memoria sobre Caramurú, *Rev. do Inst. Historico*, 10, (1848) pg. 134. Diz Tourinho que Diogo Alvares o informára que «se fora dahi (Bahia) uma nau de França havia dois ou tres dias, os quaes fizeram amizade com os Indios, e levou toda a artilharia e fazenda, e concertaram com os Brasis de tornarem ali com quatro ou cinco naus armadas, e muita gente a povoar a terra por causa do algodão e do brasil que nella ha e reedificarem as fazendas e engenhos que eram feitos». Hakluyt dá noticia vaga de certo Pudsey de Southampton, que foi a bahia de Todos os Santos, e ali construio um forte por esse tempo approximadamente. — *Collection of the early voyages, travels, and discoveries*, 4, 199. London, 1811. — (C.).

escapar-se das fauces dos Barbaros anthropophagos da Ilha de Itaparica, que o prenderam e devoraram (27), com quasi todos os que com elle iam, salvando-se, porém, habilmente o mesmo Diogo Alvares (28).

Primeiros martyres da civilização da terra bahiana! A grande obra que emprehendestes, e por que vos sacrificastes, veiu a realizar-se. O solo que regastes de vosso sangue é um dos mais populosos e mais productivos do Imperio de Santa Cruz; e os seus habitantes mais piedosos ainda se lembram de vós em suas orações ao Senhor dos justos, que distribue a quem os mereceu galardões sempiternos!

Depois das doze capitanias do continente, justo é que tratemos tambem da ilha adjacente, que, em virtude do nome do seu proprietario, passou a chamar-se de Fernão (ou Fernando) de Noronha, em vez de ilha de São João, como primitivamente. Jaz esta ilha, ao nordeste do cabo de São Roque, umas setenta leguas: tem tres de comprido, e é montuosa, de penedias e mui boas aguas, e com poucas porções de terras de cultura. Abundam nellas as rolas e os ratos, dos quaes tomou nome um ilhéu que fica ao norte, tendo mais tres, o do *Meio*, *Rasa* e *Grande:* — tudo é de formação vulcanica, segundo se pode ver dos basaltos e trachytes, chamados «seixos de Fernando», com que estão calçadas as ruas do Recife (29). Abundam os arbustos denominados *mulungú* e *burra*, planta excessivamente caustica, de virtudes por emquanto desconhecidas, e por ventura abundante em acido prussico.

---

(27) O donatario, a respeito-se na chronica jesuitica *De algumas cousas mais notaveis do Brasil*, in *Archivo bibliographico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra*, f. 15, Coimbra, 1904, «foi morto por mãd de um irmão do moço que elle mandára matar, de edade até de cinco annos, que o ajudaram a ter a espada, e segundo dizem o não commum. — A chronica vem reproduzida na *Revista do Instituto Historico*, 84, de 1923. — (C.).

(28) Não Francisco Alvares, como se lê em Maria, nem Lourenço Alvares, como se lê no *Peregrino da America*. — (A.).

(29) Uma das ilhas chamou-se algum tempo do *Fogo*, segundo Claude d'Abbeville, que por lá passou em Junho de 1612. Já ahi encontrou «force bons *Melons*, *Gyromons*, *Patates*, pois verds, febues & autres fruicts excellens, auec vne grande quantité de *Mays* & de Cotton, comme aussi des Boeufs, Cheures sauuages, Poules communes plus grosses que celles de *France*»... Tambem fala das mabiforcados e da famosa arvore da *burra*. Estavam ahi os Portuguezes com dezesete ou dezoito indios, homens, mulheres e meninos, todos escravos e desterrados naquelles logares pelos de Pernambuco. Esta gente seguiu com os Francezes para o Maranhão por sua vontade, assegura-nos o bom Capuchinho: á força, diz Alexandre de Moura. — C. d'Abbeville, *Hist. de la Mission des Pères Capucins*, cap. 8. Veja o estado da ilha, dez annos antes, em a nota IX no fim da secção. — (C.).

A doação fôra feita no reinado anterior, e confirmada por D. João III em 1522, afim de que o donatario na ilha lançasse gado e a rompesse e aproveitasse, segundo lhe aprouvesse, obrigando-se ao tributo do quarto e dizimo. Em 30 de Maio de 1559 foi confirmada a doação em outro Fernão de Noronha, neto do descobridor, outorgando-lhe elrei nova carta de doação, com todas as clausulas concedidas aos outros donatarios, incluindo *as respectivas aos indios*, apezar de não haver nenhum na dita ilha.

O primeiro donatario e seus successores apenas se limitaram ao goso de se chamarem donos da ilha; pois que nada fizeram, contentando-se de tirar a confirmação em cada novo reinado (IX). Não consta que mandassem colonos, nem investessem nella cabedaes, porquanto, annos depois, ainda estava deserta (30) e dahi a um seculo a encontraram tambem despovoada alguns vjajantes, e ainda mais de dois seculos depois (em 1737) estava quasi abandonada (X).

---

(30) Não podia ser outra a ilha «de seis leguas de comprido, em que havia só passaros em tanta quantidade que se matavam á mão e que, segundo diz Schmidel (cap. 4.º) aportaram, aos dois mezes de viagem, os navios da armada de D. Pedro de Mendoza» — (A.).

NOTAS DA SECÇÃO XII

I

(Pag. 237)

«Dez navios (aliás doze) e 1500 homens, dos quaes 120 de cavallo», diz um informe da ilha de S. Domingos de [2] Fev. de 1536. — (A.) — «Este mes de Noviembre pasado paresce que por las islas de Canaria pasó una armada del reino de Portogal, de doce naos, en que iban mill y quinientos hombres y ciento y veinte de á caballo, diz que á poblar le Rio de Marañón, que es de la demarcación de V. M.; yendo su viaje, una fusta de remos que llevaba para entrar por el rio se les perdió de vista en el golfo, y ansi anduvo por la mar más de dos meses sin poder tomar al dicho Rio de Marañón, e veniendo por el mismo golfo una nao de naturales de V. M. para esta isla, la halló sin mantenimiento ni agua, ni que sabian donde estabam, y la trajo consigo á este puerto, adonde fueron presos ocho marineros portogueses... Dicen los marineros desta fusta que llegaron cerca del rio de Marañón, y que á la sazón llegó ali un navio de la armada de D. Pedro de Mendoza, que iba al Rio de Plata, y que los indios da tierra mataron á algunos de los españoles que iban em aquel navio.» — Medina, *Descubrimiento del rio de las Amazonas*, CCXXXI, Sevilla, 1892. — A armada estava de partida em Dezembro de 1535, segundo informações de que ha cópia no archivo da 2.ª missão Rio Branco, *Espanha*, doc. 5, Secretaria do Exterior. — (C.).

II

(Pag. 240)

Carta de Luis Sarmiento, de Evora, em 15 de Julho de 1536: «Sacra Catolica Cesarea Magestad:

«El año pasado escreui a vuestra magestad de una armada que el serenisimo Rey ynvio de lisboa la qual dizian publicamente que era para yr a lo del Peru. Yo hable a su alteza entonces sobre ello y su alteza me certefico de lo contrario diziendo que com quatrocientas leguas no allegarian a cosa que fuese de la marcacion de esos reynos y asi yo lo escribi a su magestad y a vuestra magestad. Agora es venido a lisboa un piloto con cartas del capitan de ella que es uno que se llama de Acuña y yo he visto una carta particular que escriue uno de los que fueron en la armada que queda alla muy secretamente y aca esta muy escondido esto. El qual escriue como ellos fueron a dar en la costa del Brasil y

yendo por ella adelante toparon con un capitan del serenisimo rey que alla avita en cierta parte de la costa el qual se llama Duarte Coello y dice que savido a lo que estos yban les dixo como el tenia ciertos lenguas dela tiera que le certeficaban que en una sierra y provincia que estaba cabo del rio Marañon avia mucha cantidade de oro y que por otro rio que estaba mas cerca dezian estos lenguas que podian yr a dar en aquella sierra adonde dezian que avia el oro//

«Aquel capitan de aquella armada tomo aquellas lenguas y fuese por la costa adelante del Brasil a dar en aquel rio y llegado alli aunque llebaba mucha gente quiso tomar tierra junto aquel rio y la gente de la tierra dizen que acudio tanta gente y que son tan brabos que el capitan portugueses no fue poderoso de estar alli, dizen que se llama esta gente que esta cabo este rio los pitiguales que es gente muy braba y que alli supieron que un nabio que alli avia aportado en aquella costa de los castellanos que yban al Rio de la Plata se avia perdido y que alguna gente de ella avia salido en tierra y que los de la tierra avian comido y de algunos que los portugueses alli tomaron con las lenguas que llebaban todos les certeficaron que en aquella sierra y probincia que esta por donde pasa el rio Marañon que ay mucho y asi aquella armada fue a dar al rio Marañon y saltaron en una ysla junto al rrio y dizen que fueron vien rescividos de la gente que alli avitava y pusieronle nonbre a la dicha ysla de la Trenidad y enpeçaron a hedeficar un lugar y castillo y pusieron nonbre aquel lugar Nazaren. Escriue que los mismos de aquella certefican que ochenta leguas de alli por el rio del Marañon arriba ay infinito oro// llegaron alli los portugueses con su armada en este mes de março pasado llegaron nuebe nabios en que eran quatro naos y cinco carabelas, las que alli arribaron aca tiene esto en mucho y estan muy alegres con esta nueba y piensan que nadie lo saue y tiene los mas encubierto que pueden si esto es cosa que toca o no perjuizo de la marcacion de esos reynos yo no lo se.» — Segunda missão Rio Branco, *Espanha*, doc. n.º 6. Secretaria do Exterior. — (C.)

III

(Pag. 243)

Dos *Documentos sobre João de Barros*, publicados pelo Dr. Antonio Baião, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*, vol. XI (1916-1917), Coimbra, 1918, ps. 202-355, alguma cousa ha que respigar de referencia á sua capitania:

Um alvará de 5 de Março de 1561 allude a essa capitania «na costa do Brasil nas terras de Sãnta Cruz honde se chamâ os pitigares pera honde fez hũua armada averaa vinte annos ẽ que despendeo mujto de sua fazenda e averaa çinco que mando outra ẽ que forão dous filhos seus a povoar a dita terra o que não ouue efeito por os jintios della estarem escandillizados asy dos moradores das outras capitanias como de pesoas deste reyno que vão a dita capitania fazer salltos e roubos cativando os jintios da terra e fazendo lhe outros insultos de maneira que querendo seus filhos tomaar um porto na dita sua capitania pera se proverem do necesareo por os ditos jintios estarem escandillizados e de pouco

tempo atras salleados de jente portuguesa lhe matarão hũ lingoa com outro homẽ e lhe feryrão outros e trabalhão pellos matarem a todos por se vingarem dos malles e danos que tinhão recebido de nauios com que no dito porto lhe tinhão feitos saltos//... E avendo respeito ao que asy diz e ao informação que do dito caso se ouue em minha fazenda e dilligencias que sobre jso se fizerão// Ey por bem que daqui ẽ diante pessoa allgũa de qualquer callidade e cqudição que seja não vaa as ditas terras da capitania do dito João de Barros tratar resguatar nem sallltear sob pena de quem o contrairo fizer ẽcorrer nas penas contheudas nos fforaes das capitanias da dita costa do Brasil»... sem sua licença, ou de quem a puder dar, posto que na dita capitania não houvesse povoação.

Esse documento foi em resumo aproveitado por A. Tavares de Lyra, *Historia do Rio Grande do Norte*, ps. 22, Rio, 1921, qqe se refere a dois outros, tambem publicados por Antonio Baião. Um é a certidão de uma justificação processada perante o juiz ordinario da villa de Igarassú, Pernambuco, a 3 de Março de 1564, a requerimento de Antonio Pinheiro, procurador de João de Barros, na qual com o depoimento de testemunhas se faz prova de que o capitão João Gonçalves, da ilha de Itamaracá, concedera licenças para ser devastada a capitania de João de Barros, especialmente o porto dos Buzios, com prejuizo de seus direitos. Outro é o requerimento de Jeronimo de Barros ao rei para ir povoar sua capitania, mediante varios favores, com allegação dos serviços prestados na conquista da mesma capitania, e para esse effeito andou pela costa do Brasil, nos contornos do rio Maranhão, com seu irmão João de Barros, mais de cinco annos continuos, fazendo muitos serviços e passando muitos trabalhos. Seu requerimento apparece sem data, mas A. Tavares de Lyra bem conjectura que, sendo as capitanias inalienaveis e transmissiveis por herança ao filho mais velho varão, claro é que deve ser posterior a 1570, quando falleceu João de Barros. E mesmo possivel — adianta aquelle historiador — que elle tenha sido o ponto de partida para o accordo de que resultou a reversão da capitania á corôa, confirmando-se assim a presumpção do autor, no texto acima. — (G.)

IV

(Pag. 244)

A identidade parcial de nomes levou o autor a attribuir a um só os actos de dois Diogo Nunes.

O primeiro, Diego Nuñes de Quesada, talvez espanhol, levou abundancia de dinheiro para Portugal, e lá andava, em Outubro de 1544, tratando de uma expedição ás terras descobertas por Orellana. O commandante da expedição devia ser D. João de Sande que, chegado a Sevilha a 21 de Novembro, foi preso por espião e preso ficou até Abril do anno seguinte. Deste Diego Nuñes de Quesada é tudo o que se apura nos documentos publicados pelo autor na 1.ª edição da *Historia Geral* e por Medina no erudito livro consagrado a Orellana e ao descobrimento do rio das Amazonas. A fonte principal é Fr. Pablo de Torres, dominicano que devia acompanhar Orellana como vedor, e depois foi escolhido bispo de Castilla de Oro.

O segundo Diogo Nunes conhecemos de uns apontamentos offerecidos

a D. João III, e publicados pelo autor deste livro desde 1940 na *Revista do Instituto Historico*. O papel não é datado; mas, dizendo Diogo Nunes que em 1538 foi até Machifaro, e de lá trouxe um indio que ficou em sua companhia quatorze ou quinze annos, a data cáe de 1552 para diante. A data se confirma por muitas outras considerações faceis de apanhar no estudo attento da peça.

Depois de referir brevemente sua viagem a Machifaro, de dar algumas noticias sobre o grande rio que chama simplesmente das Amazonas, prova evidente de já terem passado alguns annos depois de Orellana, que deu este nome, Diogo Nunes expõe o systema empregado pelos espanhoes a respeito dos indios de suas conquistas, e se offereco para ir ás terras de Machifaro, onde os indios traziam armas e braceletes de ouro, sendo-lhe feitas concessões iguaes ás usadas nas colonias espanholas.

A este Diogo Nunes refere-se provavelmente um documento de que existe cópia no archivo da segunda missão Rio Branco, doc. n. 6, Secretaria do Exterior. Provavelmente, pode-se dizer, porque é mais facil existir no mesmo tempo, no mesmo logar, com os mesmos planos um só homem do que dois. Diogo Nunes diz que o capitão sob cujas ordens foi a Machifaro tinha o nome de Mercadillo e a seu respeito Jimenez de la Espada escreveu breve monographia. O nome reappareceu mais tarde nas lutas entre pisarristas e almagristas no Perú. Oviedo e Herrera falam de Gonçalo Dias, de Pinedo, que em 1530 passou a grande cordilheira e entrou na terra de Quijos e de Canella.

O documento applicavel a Diogo Nunes é uma carta de Luis Sarmiento, escripta ao Principe Real, de Lisboa, a 8 de Novembro de 1553, em que se lê o seguinte:

«Truxo (Thomé de Sousa) a un hombre hijo de un portugues, que dizen que lo hubo en una muger de alli del brasil, el qual se cryo por la tierra del brasil adelante, y este dice que ha bestado en el peru y que del peru bino alli por tierra y que esta mui cerca de aquello y que donde estan los Portugueses en el brasil en mui pocos dias por tierra yran donde dize que ay mas minas de oro y de plata que diez bezes en el Peru. Este hombre benido aqui lleuaronle a ablar al rrey y dizen quel quedó tan desconsolado de que el rey no le auia hecho aquel acogimento que su grande auiso merezia, e salido del rrey dizen que dixo quel se yria para Vuestra Alteza por que le gratificaria mexor su gran servizio y auiso que daua y partiose para alla e se supo luego como se auia partido para ir a Voestra Alteza, y el duque de avero hizo grandes alaracas de luego ir al rrey y dezille quanto ymportaua tener contento a beste bonbre y que luego el Rey lo escriuiese y que le mandase que luego tornase a el por que le queria azer merced. Beste bonbre boluio aqui luego por que pusiesen deligencia en alcançalle y agora bestan tal alborozados con el que les parece que beste les a de dar bonbres para que tengan otro Perus. — (C.)

V

(Pag. 247)

Pero de Góes teve alvará a 10 de Março de 1534, mas a carta de doação só lhe foi passada em 28 de Janeiro de 1536, quando tornou para o reino. A 24 de Abril do anno seguinte estava em São Vicente (donde

Marques, *Apontamentos*, 2, ps. 180). A 14 de Agosto assentou nos limites com Vasco Fernandes Coutinho, que reconhece os serviços prestados em occasião difficil «por ajudar-me e soccorrer-me e fazer, depois de Deos a minha capitania se sustivesse, e eu recebi grande bem com dar-me escravos e outras boas obras o dito Pero de Góes». (*Rev. do Inst. Historico*, 24, 205). Em Abril de 42 estava em Pernambuco, em viagem para o reino, segundo informa Duarte Coelho; no reino devia se achar ainda em Março do anno seguinte, pois a 12 desse mez obtinha fosse approvada a demarcação feita com os donatarios confinantes (*Rev. do Inst.*, ib. 209). Foi nessa occasião que deve ter feito contrato com Martim Ferreira. Em carta a este, de 18 de Agosto de 1545, mostra-se satisfeito com a situação, diz que está fazendo engenhos no Manajé, que, como Augusto de Carvalho notou, e se vê de Gabriel Soares, é o actual Itahopoana, a dez leguas do mar, e outros dois engenhos de cavallo á beira-mar. Contrasta com esta a carta dirigida a D. João III em 29 de Abril de 1546, em que narra todas as desgraças provocadas por Henrique Luis e outros. Não é facil atinar se os tristes successos passaram entre 18 de Agosto de 1545 e 29 de Abril do anno seguinte, ou se são anteriores á primeira data. Esta conclusão parece plausivel á vista da carta a el-rei, que começa: «Por uma que, *logo que a esta terra cheguei*, lhe escrevi, lhe dei conta de quão desbaratada a minha capitania ou antes alevantada, pois toda a gente que nella tinha deixado havia fugido com o capitão». Este capitão não póde, porém, ser Jorge Martins, como affirma o autor.

Ambos os documentos estão impressos no livro de Augusto de Carvalho, *Apontamentos para a historia da capitania de São Thomé*, Campos, 1888, e na *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, II, 262-263.

Segundo Carvalho, Pero de Góes elegeu «para seu ancoradouro a enseada do Retiro, poucas braças ao Sul do rio Manajé. Ahi assomando á terra, no sitio que ainda se conhece pela designação de barreiras do Retiro, lançou os lineamentos da nova povoação, começando por erigir uma capellinha sob a invocação de Santa Catharina». (*Obr. cit.*, 54). Infelizmente, Augusto de Carvalho não adduz os documentos em que se funda.

Na carta a D. João III diz Pero de Góes que os indios lhe tomaram artilharia. Em Janeiro de 1840 foi desenterrada no sertão de Cacimbas, municipio de São João da Barra, uma peça de bronze, «fundida no reinado de D. Manoel, ou com moldes desse tempo, por ter uma esphera armilar abaixo das armas portuguezas», como opina P. de A. Bellegarde. Seria das tomadas a Pero de Góes? Conf. *Rev. do Inst. Historico*, 2 (1840), ps. 267, 276, 399. — (C.).

VI

(Pag. 218)

Em uma collecção de papeis velhos da Bibliotheca Nacional [do Rio de Janeiro] se encontra a seguinte cópia:

«1536. Relação de Francisco Martins (sic) Coutinho, que chegando á terra do Brasil a primeira terra que viu foi um rio de agua doce tamanho como o de Lisboa, e não consente maré em si, que tamanha é esta corrente, e de comprido pelo certão nove mezes de jornada, e vindo deste

INSTITUTO DE CO

rio pela costa se acha a melhor e mais limpa terra do mundo. Ao outro dia achou um rio de agua doce pequeno e ao seguinte dia uma angra com dois rios de agua salgada e de muita frescura; dahi partindo-se ao outro dia foi ter a uma bahia em que agora está, que tem a entrada duas leguas de ponta a ponta, de baixa mar tem quatro braças e meia, sem restinga nem baixo, podem entrar quantos navios ha no mundo, sem nunca se viu porto melhor, nem mais seguro, e ha dentro desta bahia treze ilhas em que ha ilha de nove leguas em roda, a terra de barro e massapé muito boa; tem dentro cinco rios, em que ha dois de agua doce e delles esteiros, as melhores aguas e ares que nunca se viram. Poz a villa no melhor assento que achou, em que tem feito casas para cem moradores e tranqueiras de redor e uma torre já no primeiro sobrado.

«A terra muito pacifica; obra de uma legua daqui ha uma aldeia com 120 ou 130 pessoas muito pacificas que vêm a sua casa por ração (?) e o principe delles com sua mulher, filhos e gente querem já ser christãos. De uma parte de sua capitania se vêm quasi todos para elle, dizendo que querem ser christãos e não querem comer carne humana e trazem mantimentos: uma anta vale um vintem, um viado mesmo vintem, um porco monter mesmo vintem, um coelho dois vintans, e muitas outras caças de muitas maneiras. O peixe é tanto que val de graça, peixe de oito palmos e mais se toma ao anzol, muitas pescadas, salmunetes, lingoados, sardinhas. A costa tem muito coral mas não tem ainda com que o tirem. A terra dará tudo o que lhe deitarem, os algodões são os mais excellentes do mundo, o açucar se dará quanto quizerem.» — (C.).

VII

(Pag. 248)

Dos poucos documentos autenticos sobre filhos e genros de Caramuru é o seguinte, encontrado por Sousa Viterbo na Torre do Tombo e publicado em alguma folha de Portugal, donde o reproduziu o *Jornal do Commercio* do Rio: «Dom Johan & A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte de *Guaspar Alvarez*, filho de Diogue Alvarez Caramuru, que diz ser cavaleiro de minha casa, me foy apresentado hun alluara de Thomé de Sousa, do meu conselho, que estou por capitão geral do Brazil, feyto ha seis de Julho do ano passado de bc liij, pello que se mostrava que elle fizera e armara cavaleiro per vertude de seu Regimento que pera isso levara e do poder que por elle lhe outorguey ao dito Guaspar Alvarez por o merecer e me servir todo o tempo que o dito capitão nas ditas partes estene asy da guerra como na paz do mar e da terra e em todas as mais cousas que o encarregou de meu serviço o fez sempre muito bem de sua pessoa como delle esperava, segundo tudo mais largamente he contheudo e declarado no dito alluara; pidindome por merce que lho cõfirmase e mãdase que lhe fosem guardados os preuylegyos e liberdades dos cavalleiros e visto requerymento, e querendolhe fazer graça e merce, eu por bem e me praz de lho cõfirmar o dito alluara e per esta lho cõfirmo e quero que elle guoze e use daquy em diante de todolos preuylegyos e liberdades, graças e franquezas de que guozão e de direito de gouar e gouvir os cavalçiros per mim cõfirmados; e elle obriguado a ter assim

e caualo segundo forma da ordenação. Notifico asy a todas as minhas justiças, officiaes e pessoas a que esta carta for mostrada e o conhecimento della pertencer e lhe mãdo que a cumprão e guardem e fação inteiramente comprir e guardar como nella se contem sem a ello porem duuida nem ẽbarguo algun porque asy he minha merce. Dada em Lisboa a bij de feuereiro. — Baltesar Fernandes a fez — ano do nascimento de noso Senhor Jesus Christo de 1554. Joham de Castilho a fez espreuer.»

«D. J.º & outra tall carta de cõfirmação de caualeiro nem mais nem menos como acima a *Guabriel Aluares*, filho do sobredito Dioguo Aluarez Caramoru, feyta e sobresprita pellos ditos esprivaees na dita cidade no dito dia, mez e ano acima comtendo.»

«D. J.º & outra tall carta de cõfirmação de caualeiro nem mais nem menos como acima a *Johan de Figueiredo* jemro do sobredito Dioguo Aluares Caramoru, feyta e sobresprita pelos ditos esprivaees na dita cidade no dito dia mez e ano acima comtendo.»

«D. J.º & outra tall carta de cõfirmação de caualeiro nem mais nem menos como acima a *Jorge Aluarez* filho do sobredito Dioguo Aluarez Caramoru, feyta e sobresprita pelos ditos esprivaees na dita cidade no dito dia mez e ano acima comtendo.»

Oviedo, *Hist. General*, II, 164-165 da ed. de 1852, diz que os genros de Caramurú eram espanhoes. Isto não consta de nossas nobiliarchias, geralmente fide-indignas. — (C.).

VIII

(Pag. 252)

Carta de Pero Borges, de 7 de Fevereiro de 1550. [Nota X, secção XI]. Dita de Duarte Coelho, de 20 de Dezembro de 1546. — (A.) — Nesta se lê o seguinte: «Posto que Francisco Pereira tenha culpa de não saber usar com a gente como bom christão e ser mole para resistir ás doudices e desmandos dos doudos e mal ensinados que fazem e causam levantamento e uniões de que se elle não póde escusar de culpa, todavia, Senhor, cumpre e é necessario os que em tal erro cahiram por suas doudices e desordens e maus ensinos e desobediencias que com o dito Francisco Pereira tiveram serem mui bem castigados, porque affirmo a Vossa Alteza que foi uma cousa mui deshonesta e feia e digna de muito castigo, porque aquellas revoltas e levantamentos contra Francisco Pereira foi a causa de se a Bahia perder, e o clerigo que foi o principio daquelle damno e mal deve Vossa Alteza de o mandar ir preso para Portugal, e que nunca torne ao Brasil porque tenho sabido ser um grão ribaldo.» — *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, III, 314-316.

Regimento de Thomé de Sousa, *Rev. do Inst. Historico*, 61, parte 1.ª (1898), pg. 41:

«...Assi sou informado (D. João III) que no anno de quarenta e cinco estando Francisco Pereira Coutinho por capitão da dita Bahia alguma desta gente (Tupinambá) lhe fez guerra e o lançou da terra e estruio as fazendas e fez outros muitos damnos aos christãos.»

Carta de Nobrega, de 9 de Agosto de 1549: «De maravilha se achará terra em que os Christãos não fossem causa de guerra e dissenção,

e tanto que nesta Bahia, que é tida por um gentio dos peiores de todos, se levantou a guerra para os Christãos porque um Padre por lhe ter Principal destes negros não dar o que lhe pedia, lhe lançou a morte, o que tanto imaginou que morreu e mandou aos filhos que o vinguassem. — *Cartas do Brasil*, ed. Valle Cabral, ps. 55-56, Rio, 1886. — (C.)

IX

(Pag. 264)

A illa seguiu ainda por muito tempo na familia do donatario, a cujos herdeiros foi confirmada por alvará de 8 de Janeiro de 1693. Talvez só passou de todo á Corôa quando della fizeram entrega os Hollandezes, que foram os que mais cuidaram de seu aproveitamento. Em 1602 havia ali, talvez por conta do donatario, apenas um feitor com trezé escravos d'ambos os sexos. — Quintella, *Annaes da Marinha Portugueza*, 2, 159. (A.) — Quando os Francezes passaram para o Maranhão, levaram alguns dos moradores, o que ainda mais irritou Alexandre de Moura contra elles. *Annaes da Bibliotheca Nacional* 26, 198. — Melchior Estacio do Amaral, que lá foi ter no galeão *Santiago* em 1602, dá as seguintes noticias sobre a illa, nas quaes provavelmente se hasêa Quintella, citado pelo autor:

«Esta ilha está em tres graus e dois terços do polo antarctico, dista da costa do Brasil oitenta leguas, e alguns querem que cento; é pequena, aspera e pedragosa, tem alguns regatos de agua muito salobra e ruim, e alguns arvoredos silvestres e nem uns de fruto, e muitos de algodão, e não ha nella hervas algumas de comer; tem bom gado vaccum; cabras e porcos, tudo bravo e nem um domestico; tem muitos passaros marinhos e muitas rolas, mais pequenas que as que arribam á Espanha. Estavam treze ou quatorze escravos pretos, machos e femeas, e com elles um homem portuguez por feitor... Foi necessario aos nossos fazerem muitos mimos ao Feitor que estava na ilha com os negros pedindo-lhe que os não desamparasse... Padeciam os nossos nestes dias grandes necessidades que não podiam remediar por não terem com que matar gado, nem peixe, nem passaros, senão uns que eram chamados rabi-forcados, de feição de mainhotos, que se mantem de peixe, e eram por isso de malissima carne, e de tal natureza que se não deixavam depennar, senão esfolar como coelhos; destes ha muitos e nos primeiros dias esperavam que os tomassemos com a mão sem fugirem, de tal maneira que, trepando-se um homem com um pau na mão sobre uma arvore em que estava grande quantidade delles, ás pancadas derribou quarenta e oito mortos, e mais matara se lhe não foram á mão os companheiros. Outro homem deu no campo com um pau num destes passaros, e grasnando elle com a dôr da pancada lhe acudiram tantos que se não podia o homem valer, e por se defender delles matou doze. Não durou muito esta facilidade de tomar estes passaros, porque pondo elles cobro em si, se fizeram ariscos não se deixando tomar, nem com o pau; o que deu cuidado áquella gente, por que, se não eram estes passaros, não tinham com que passar, por a terra ser muito esteril, sem fruita nem herva de comer; e quando em maior cuidado estavam, começaram os campos de brotar beldroegas em quantidade, e cresceram brevemente, das quaes faziam pasto, crua e cozidas com os passaros, e com

cada um podia, ajuntando a isto alguns caramujos de que havia boa quantidade, como tambem havia caranguejos, que criavam e habitavam em terra, fora do mar, em covas, por cuja razão tinham grande asco delles e os não podiam comer.

«Ha tambem naquella ilha grande quantidade de ratos, que têm os pés tão curtos que não andam nem correm, e o seu fugir e meneio é em saltos como pulgas, e assim os matavam facilmente, e houve pareceres que os não matassem e os poupassem para comer, se tal fosse a necessidade a que receavam chegar. Ajudavam-se tambem de umas tartarugas, que tomavam de noite ao longo das praias, sahindo ellas á terra a pôr seus ovos, como têm por natureza e como fazem as emas, que os põem e encovam na área e nunca mais os vêem, e alli a natureza os choca, e tira a tartaruga e as emas, que por si depois se criam. Destas tartarugas tomaram algumas tão grandes que não podiam dois homens fazer mais que levar um quarto de uma.» — Brito, *Historia tragico-maritima*, II, 493-497, Lisboa, 1736. — (C.).

X

(Pag. 254)

Entre as capitanias doadas por D. João III, cumpre não esquecer a da ilha d'Ascensão, «que está através da vizinha costa do Brasil setenta e cinco leguas a la mar do dito Brasil, em altura de dezenove graus e um terço, qual ilha é deserta e haverá vinte e cinco annos pouco mais ou menos que descoberta.» Esta capitania foi doada em 22 de Agosto de 1539 a Belchior Camacho, cavalleiro da casa real, havendo respeito aos serviços «que el-rei meu Senhor e padre que Santa gloria haja e a mim tem feitos, assi nestes reinos, como em Africa e na India e em outras partes e á boa conta que sempre de si deu em todas as cousas em que serviu». — Cópia na Secretaria do Exterior.

Viu-se *supra*, nota 16 da secção VI, que a ilha da Ascensão ou Trindade fôra descoberta por Estevão da Gama a 18 de Maio de 1502. Isto não contradiz a carta de doação, que fixa o descobrimento por 1514, pouco mais ou menos: uma ilha oceanica e deserta póde ser descoberta mais de uma vez, haja vista a de Fernão de Noronha, primeiro chamada de São Lourenço, isto é, descoberta em Agosto, e depois de São João, isto é, descoberta em Junho ou Dezembro. A ilha da Trindade, mais de uma vez disputada pela Inglaterra, nos seculos 18 e 19, não tem ainda população permanente, e parece não admitti-la, como o prova sufficientemente a facilidade da Inglaterra em evacua-la. — (C.). — Ultimamente tem sido aproveitada como prisão politica.

SECÇAO XIII

VIDA DOS PRIMEIROS COLONOS E SUAS RELAçOES COM OS INDIOS

Adopçao dos alimentos, agricultura e utensilios. Adopçao das canoas da pesca e caça dos indios. A mulher, elemento de fusão. Caribocas, mamalucos, etc. Scenas primitivas. Trabalho dos indios. Festas religiosas. Festas publicas e das familias. Escravos indios. Crueldades exaggeradas. Governo dos indios. Sua ferocidade, indomavel por meios brandos. O emprego da força reconhecido necessario. Opinão de Pedro Martyr. Necessidade d'africanos. O pseudo-philantropo Las Casas, negreiro. Os Jesuitas. O trafico favorecido. Consequencia. Locuções viciosas.

Como nehum dos donatarios, tivesse os meios necessarios para beneficiar nem a centesima parte da terra que podiam tomar para si, o maior empenho de todos fora o de angariar moradores que levassem capitaes, e que se propuzessem a receber terras de sesmarias e a cultiva-las. Os artigos de exportação que primeiro mais se cultivaram foram o arroz e o assucar.

Vendo-se em pequeno numero e tão desamparados, os christaos em cada uma das capitanias comecaram por afazer-se a muitos usos dos Barbaros nos objectos domesticos e de primeira necessidade Destes adoptaram o uso do tabaco de fumo[1], e com tanto amor que se torno geral , e passeu a Europa, e ja no seculo seguinte constituia um dos ramos da industria e producção do Brasil. Quiz a igreja oppor-se a este uso, declarando-o rito gentilico; e prelado houve que chegou a prohibi-lo, com pena de excommunhão, dando alguma vez aos que fumavam na igreja de penitencia o trazerem os pytimbáos[2] ou grandes charutos ao pescoço; mas tudo foi debalde.

---

[1] O tabaco já era na Asia conhecido, e de lá nos veiu o vocabulo «charuto». — (A.). A these da exclusiva origem americana do fumo é sustentada por A. de Candole, *Origine des plantes cultivées*. — (C.).

[2] Moraes dá catimbáo por cachimbo pequeno. A origem é de p'ty', tabaco, donde p'ty'-mbába. — (A.).

Dos mesmos Barbaros adoptaram os colonos o uso do milho e da mandioca, e todos os meios de cultivar e preparar estas duas substancias alimenticias, bem como as aboboras, o feijão, etc. Delles, e não de Portugal, foi tomado o systema, ainda hoje seguido geralmente pelos nossos lavradores, de roçar e derrubar, cada dous ou tres annos, novos matos virgens, queima-los, encoivara-los, e por fim semea-los, ficando o terreno atravancado de tocos e madeiros, que pouco a pouco se vão apodrecendo, continuando a estrumar a terra, mas difficultando o passo aos trabalhadores, e roubando ás sementeiras muita superficie. Em Portugal não se roçavam matas para semear a terra de legumes: as matas eram raras, e por conseguinte uma riqueza por si sós. O proprio vocabulo *Coivára*, do qual tomámos o verbo *encoivarar*, é uma voz tupi, derivada de *Cog*, roça.

Dos indios adoptaram tambem o uso da farinha de *mandioca*, bem como o das folhas da planta ou *maniçoba* (3), como hortaliça; para o que usaram tambem das folhas do *tayá* ou *tayobas*, e dos olhos tenros das aboboreiras *gerimús*, cujos guisados chamaram *cambuquira* (4). Além disso cultivavam os carás e inhames, e ainda mais o excellente aipim ou mandioca doce, comido assado simplesmente ao borralho, e sem mais preparativos. — Dos indios adoptavam os nossos o *pirão*. *Mingau* é tambem nome dos Tupis, que chamavam ao caldo *migan* (5).

As bananas da terra foram tambem um dos primeiros alimentos que mais se generalizou, emquanto da ilha africana de São Thomé não se transplantaram as que por isso ainda hoje têm este nome. Alguns pés desta planta, ao abrigo da choupana ou tujupar (6) de um colono, lhe asseguravam a subsistencia sem o trabalho; pois que, como diz um con-

---

(3) «Oba» significa folha: ou, em geral, roupa. — (A.).

(4) Adulteração de *coan-kyra*, grelo ou olho de qualquer planta: *Dicc. Bras.*, ps. 74. — (A.). — Conf. Theodoro Sampaio, *O Tupi na Geographia Nacional*, ps. 118. — (C.). — Ps. 208 da segunda edição, São Paulo, 1914: corr. de *cod-ambikura*, brotos de herva, grelos, folhas tenras. — (G.).

(5) Nome indio do lingua francez, celebre na conquista do Maranhão, morto na batalha de Guaxinduba. — (G.).

(6) Nesta palavra preferimos sempre seguir a orthographia de P. Vieira admittida por Moraes. O *Dicc. Bras.* escreve *tejupaba*; Cardim, ps. 99, *teijupaba*; G. Soares, *tajupar*; Callado, *Valor. Lucid.*, 160, *tugipar*, e Abbeville *aioupaur*. Varn. *Comm.* a Soares, 241. — (A.). — Conf. Rodolpho Garcia, *Glossario* annexo á *Hist. de la Mission des Pères Capucins*, ps. 14, e *Notas* a Fernão Cardim, ps. 399. — (G.).

temporaneo, parece que a bananeira, que alguns crêem ser a figueira do Paraiso terreal, foi a planta dada ao homem para o deixar falhar ao preceito de ganhar o sustento com o suor de seu rosto. O vocabulo *banana* é africano: *musa* lhe chamavam os Arabes: *pacoba* os nossos indios (7).

Na primitiva construcção das casas, em vez de pregadura se adoptou o *cipó-embé*, para segurar as ripas, conforme usavam os indios. Tambem se adoptaram as proprias formas de suas cantaras ou vasos de barro, para trazerem agua do rio ou das fontes; e em outros artigos domesticos foi a adopção dos usos tão excessiva que até com ellos vieram os proprios vocabulos de lingua tupi, os quaes para sempre no Brasil accusarão a sua procedencia, como dissemos, acerca dos Arabes na Espanha. São tambem puramente indios os vocabulos *Chará*, *Guapiára*, *Apicum*, *Massapé*, *Cherapy*, *Coivára*, *Pipóca*, *Tipoia* (8), *Picumã* (9), *Chulé*, *Chué*, *Teteia*, *Tapejára* (10), *Pixuma*, *Tocayar*, *Coroca*, *Catapóra*, *Canhambóla* (11), *Pixaim*, *Cauîra*, *Piliú*, *Garajáu* e muitos outros.

Dos Tupis adoptaram os nossos quasi tudo quanto respeitava ao barquejar, bem como á pesca e até á caça.

A atrevida jangada (12) de Pernambuco, semelhavel aos pangaios da Africa oriental e da India, que ainda hoje acommette os nossos mares, com pasmo do viajante europeo, que mal concebe como haja quem arrisque a vida sobre uns toros ligeirissimos mal unidos, que vão quasi debaixo d'agua navegando dias e dias longe da terra, — as frageis ubás de cortiças que se deslizam sobre as aguas do Amazonas, — as soberbas canoas feitas de um só tronco cavado, que ás vezes se arrostam pelo alto mar, de umas para outras de nossas provincias, e que remadas a vinte pás por banda poderiam porfiar em velocidade com a galeota imperial, para não di-

---

(7) A proposição do autor combina bem com os dizeres de Thevet, Lery e Gabriel Soares; mas a opinião geral é que a banana procede do velho mundo. Carlos von den Steinen nega até que seja indigena a palavra *pacoba*, generica no tupi e usada ainda hoje nas terras do Norte; segundo este sabio viajante *pacova* deriva do portuguez *baga*, derivação impossivel evidentemente. — (C.).

(8) Verificamos ser voz tupi. — (A.). — Conf. Rodolpho Garcia, *Notas a Cardim*, ps. 396. — (G.).

(9) *Pi-cumã*, pó ou fuligem da panella. — (A.).

(10) Conf. Rodolpho Garcia, *Notas a Cardim*, ps. 382. — (G.).

(11) Aliás *Canhembóra*, o que anda fugido, de *canhé* fugir. — (A.).

(12) Que pelo menos o nome *jangada* é asiatico, facilmente se pode verificar em Castanheda e Barros; entretanto, Caminha refere-se a uma almadia de Porto Seguro, que evidentemente é uma especie de jangada. — (C.).

zemos com um vapor dos nossos dias, — bem como as balsas de molhos de timbó ou perîperî... o que vem a ser tudo senão remanescentes da industria selvagem? Tão pouco foi importação européa a humilde canoinha, pouco maior do que uma arteza caseira, e tal como ainda hoje a vemos nos saccos ou conchas em que remanseam as nossas pintorescas bahias ou caudalosos rios, movida brandamente pela yacumá do indolente pescador, sentado á popa, e apupando de quando em quando, com o rouco buzio *matapy*, qual fabuloso Tritão, pensando com isso chamar o vento.

O uso que ainda se faz desse buzio por buzina, o emprego do fortissimo fio do tucum, adoptado de preferencia para as linhas de pesca, e para a rede *puçá* ou *jereré*, a pratica de *tinguijar* os rios, e a dos *giquis* nos cuneiros, — tudo foi adoptado dos que estavam por esta terra.

Não ha ainda muitos annos que todos ouviamos aos pretos e pretas (africanos), que vendiam agua pelas ruas da capital, o apregoa-la gritando, com aspiração, *Reh!* Pois bem: esse monosyllabo era herança dos antigos escravos de ganho indios, que com tal exclamação, não ainda adulterada, apregoavam em sua lingua: *Agua!*

E o que dissemos da agricultura, da industria, da navegação e da pesca, com mais razão applicariamos á caça, se os colonos não viessem munidos dos instrumentos de invenção de recente data, — as armas de fogo; e, ainda assim, muito teve que aprender do Barbaro o colono caçador, não só para ser *mateiro*, isto é, para saber andar no mato, como para conhecer muitas industrias especiaes da mesma caça, tanto de monteria, como de volateria, e para moquea-la.

Assim forçoso nos é reconhecer que a nova industria se deixou absorver judiciosamente pela dos indios, em tudo quanto ella tinha de aproveitavel. O uso da rede e a frequencia dos banhos, tomados pelo menos duas vezes por dia, symbolizam ainda hoje o triumpho dos usos que pareceram de todo razoaveis.

Um dos elementos que mais aqui concorreu para a fusão das nacionalidades tupi e portugueza foi a mulher. Os primeiros colonos que vieram ao Brasil, e que se familiarizaram e alliaram com a cabilda vizinha do porto em que ficaram, juntavam-se logo, mesmo sem ser em lei da graça, com alguma india, que, segundo vimos, os proprios escriptores

não deixavam de achar bonitas. Por outro lado, ellas tinham, e têm ainda hoje as meio domesticadas, muita disposição para se unirem aos europeos, não só, como querem alguns, por causas physiologicas, que nos não pertence individuar, como por se libertarem assim do mais duro captiveiro, que lhes davam os seus maridos. Ás vezes deslizavam-se mesmo os colonos pelos abusos da polygamia, como fez João Ramalho em Piratininga; e os resultados, apezar de serem irreligiosos os meios, não podiam deixar de ser em favor da fusão das duas nacionalidades (13). Os nascidos das raças cruzadas diziam-se, em phrase tupi, *curibocas*, porém, o uso fez preferir o nome de *mamelucos*, que se dava em algumas terras da Peninsula aos filhos de christão e moura. Os descendentes dos primeiros colonizadores começaram a designar com a expressão africana *mazombos* (13a) os filhos dos chegados da Europa, reservando o termo portuguez *creoulos* para os filhos dos Africanos; chamando a estes *ladinos*, quando já instruidos na lingua e serviço da casa, etc. A abundancia que havia de mestiços e mamelucos, que, segundo os Jesuitas, eram os autores de tantas invasões de indios indomitos no sertão, vem em auxilio dos que cremos que o typo indio desappareceu, mais em virtude de cruzamentos successivos que de verdadeiro e cruel exterminio. Contra as allianças destas gentias com os christãos, nunca houve prevenções, como havia contra as das mouras e judias: naquellas o proprio acto do matrimonio religioso era um triumpho: quem não tinha outras creanças não deixaria de seguir as dos esposo. Todos os documentos dos tempos antigos e modernos nos descobrem, tanto

---

(13) Baptista Caetano de Almeida Nogueira descreve a transformação nos seguintes termos: «Desappareceu o indio (*abá*), o indigena autochtone (*t-yby-abá* = *typynaba*), o selvagem (*tapyya*), — mas ficou o caboclo, o perfilhado por branco (*caraiboca* = *cariboca*), o mameluco, o filho da mulher india (*memby-racá*), o pelo tostada (*caipira*), ou o homem corrido, envergonhado, abatido, submettido (*kaipira*). E esses mamelucos, caboclos e caipiras, falando a lingua do «*contra*», do estrangeiro, do homem lá de longe, do emboaba (*amõabá*), falando essa lingua corrompida pelo falar do africano, do selvagem negro (*tapyyñuna*), conservam no sotaque, no phraseado, reminiscencias da lingua geral... Foi proscripta a lingua do indio (o *abá-ñeenga*), mas na lingua do branco (no *caraí-ñeenga*), falada pelos mestiços e reproduzida ás vezes com bastante merito em escriptos literarios, subsistem dizem *sui-generis*, oriundos da lingua materna, certamente *materna*, pois que elles são os mamelucos, os filhos da mulher indigena, são os caboclos oriundos do homem branco». — *Annaes da Bibliotheca Nacional*, t. XII, Rio, 1879. — (C.).

(13-A) *Marombo*, termo de origem africana, segundo alguns, diz-se do crioulo nascido na terra, filho de portuguez e portugueza. Corresponde ao *criolo* francez, tão diverso do nosso *crioulo*. Talvez indique a differença de pronuncia entre o filho da terra e o alienigena. — (C.).

aqui como nas colonias dos Castelhanos, as tendencias dos europeos a este cruzamento successivo de raça, que fez que a americana não se exterminasse em parte alguma, mas antes se cruzasse e refundisse. O nome *curiboca* applica-se hoje no Pará aos descendentes mestiços das raças africana e americana: *cafusos* aos da raça africana e parda. *Canicurús* chamam os Barbaros aquelles dos seus que transigem com a civilização, começando por aldear-se.

Passavam-se nesses tempos primitivos, nas colonias brasileiras nascentes, analogas scenas ás que haverão tido logar em todos os paizes mais atrazados, que começam a ceder o passo á nacionalidade, que nelle se introduz com a superioridade e encantos da civilização sobre a barbaria. Os selvagens prestavam-se gostosos a trabalhar nas roças ou derrubadas, nas sementeiras e plantações, e na construcção das casas, a troco de uma vara de linho, ou de um anzol, ou de um pedaço de ferro ou enfeite de vidro, que reputavam de grande valor, só porque mediam este pela impossibilidade que teriam de produzir taes artigos, que lhes eram de tanta utilidade. Assim, o que delles se não alcançaria por punhados de ouro (14) ou de prata, se obtinha por algum ornato de vidro, ou por um pedaço desse metal que mais utilidade nos presta, e só desconsideramos pela abundancia com que se apresenta sobre a terra; e quem sabe se, ao realizarem elles esses primeiros contractos e escambos com os europeos, se persuadiam ficar de muito melhor partido e haver logrado aquelles que effectivamente os logravam.

Os habitos religiosos presidiam á vida dos moradores, especialmente nas colonias que mais prosperavam, como S. Vicente, Porto Seguro e Pernambuco (15). Os colonos, como quando estavam a bordo, se reuniam em terra todas as noites para rezar o terço; e introduziam a saudação do «Louvado seja Nosso Senhor Christo» que ainda hoje se usa proferir, ao render os quartos, em alguns dos nossos navios, e que

(14) E' digno de citar-se o facto passado em 1556 a uma frota da Nova Espanha, cujos indios, da prata que se achou em terra, [illegible] dos saccos, de modo que veio a encontrar-se, d'ahi a cinco mezes, na praia todo o metal. Deste facto nos conservou memória Fr. Thomas de Mercado, na sua obra, impressa em Salamanca em 1569, com o titulo: — *Tratos y contratos de mercaderes*, etc. fol. 18 v. — (A.).

(15) As cartas dos Jesuitas vindos com Thomé de Sousa não confirmam taes asserções, que não concordam bem com a secção seguinte. — (C.).

veiu a ser a que geralmente diziam nas differentes provincias os Africanos captivos.

Durante o anno, as festas do kalendario romano celebravam-se com o maior escrupulo, ainda naquelles usos em que a differença dos climas e dos productos do solo pediriam menos rigorosa observancia. Esta, porém, parecia aos colonos que os conchegava aos seus parentes no além-mar. O dia de anno-bom era festejado com o banquete que lhes permittia sua pobreza; no entrudo arrepedavam-se, perante os gentios, as loucas saturnaes de outros gentios antigos. Nem aquelles podiam entender donde vinha aos hospedes, de um dia para outro, e sem beberem vinhos, tanta embriaguez; — nem porque se offendiam os amigos mais intimos, lançando-se agua, ovos e farinhas; que então não eram taes accomettimentos feitos como depois com limõesinhos de cera e aguas de cheiro. Vinham as endoenças e suas consoadas de confeitos, e as igrejas juncadas de plantas balsamicas. Seguia a festa de Maio, com flores, e a do Espirito Santo, com a doçaina e a competente gaita de folle e o imperador de um só dia. As fogueiras e os foguetes de Santo Antonio, São João e São Pedro, e do padroeiro ou padroeira de logar, eram indispensaveis. Finalmente vinha cerrar o anno o Natal, com seus presepios, seus autos sacros representados, sua missa do gallo, e seu bacorinho morto.

Nas ceremonias religiosas consistia a principal parte da vida domestica desde o berço. — O baptizado do recemnascido fazia-se com a possivel pompa; o dia da primeira communhão era de grande festa na familia, como precursor do matrimonio, sacramento este ao qual os paés procuravam encaminhar seus filhos apenas entravam na puberdade (16). Os trajes, entre a gente de prez, eram identicos aos que se usavam na metropole, e as modas variavam como lá.

Não se envergonhavam os christãos de roçar mato ou de cavar com a enxada, ao lado dos indios, seus amigos, ou de algum escravo que destes adquiriam. No captivar o gentio da propria capitania foram os donatarios mui parcos, e só consideravam legitimamente seus os que haviam sido aprisionados na guerra. E devemos confessar que esta pratica,

(16) A importancia da primeira communhão parece exagerada e de epoca relativamente moderna; mais importante era a *desobriga* no interior. — (C.)

fundada no chamado direito dos vencedores, tinha tendencias civilizadoras, e em alguns pontos chegou a produzir o influxo benefico de poupar muitas vidas, fazendo que os mesmos vencedores guardassem, para resgatar com os nossos, os prisioneiros que segundo seus habitos deviam matar.

Quanto a nós, tem-se clamado demasiado injustamente contra as tendencias dos primeiros colonos de levarem a ferro e fogo os Barbaros da terra, agrilhoando-os, matando-os ou escravizando-os. Não sejamos tão injustos com os nossos antepassados, nem tão pouco generosos com os que da mudez dos sepulcros não se podem defender. Para provar a humanal fraqueza, os nossos instinctos de vingança, não necessitamos ir contender com os ossos dos antepassados, para os quaes só nos cumpre pedir paz e commiseração, quando até alguns (os dos devorados pelos Barbaros) nem sepultura tiveram. Houve sim, como adiante veremos, quem abusasse, quem sem caridade pretendesse conculcar as leis divinas e humanas, e introduzir, com piratarias e crueldades, a anarchia e a dissolução nas primeiras povoações que o christianismo fundava no Brasil. Mas taes monstros da sociedade eram a excepção, e muitos delles tiveram o merecido castigo.

Por via de regra, para com os indios, os donatarios conduziram-se ao principio do melhor modo que lhes era possivel. A frente de um limitadissimo numero de colonos, contando entre elles alguns escravos do Guiné, ou criminosos, senão inimigos figadaes, por castigos que se tinham visto obrigados a applicar-lhes ainda durante a viagem, passando em revista, ao pôrem os pés em terra, o maior numero de gentios que se reuniam de todos os contornos, para admirar aquellas canoas colossaes (igara-assú), que os haviam transportado, e para tratar de obter alguns cascaveis e outras frioleiras de resgate; e vendo diante de si guerreiros tão fortes e tão destros, que nunca deixavam o arco e a frecha, que acertavam com esta, a grande distancia, no passaro que voava, e no peixe que rapidamente fendia as aguas, os donatarios não podiam, excepto em caso de demencia, deixar de conhecer que a melhor e mais segura politica era a de attrahir a si, pelos meios da persuasão, taes elementos de força.

Neste intemo, começaram em geral a obsequiar e presentear os indios, seguindo a pratica que aos primeiros explo-

radores era recommendada pelo proprio Soberano. Passavam depois aos contractos; e da falta da execução destes, entre os particulares, procediam motivos de desintelligencia. O Barbaro, vaidoso e independente, desconhecendo os direitos da razão e a supremácia da consciencia, nem sequer admittia a admoestação que alguma vez, de parte de um ou outro colono e do proprio donatario, provinha de verdadeira caridade evangelica. Demais, dissimulado sempre, e tendo para si que é ardil de ataque e de desaffronta o que, á nossa razoavel maneira de ver, é traição e aleivosia, aproveitava-se da primeira occasião para commetter um assassinato, crime que o nosso direito pune com a pena de Talião.

Por outro lado, os mesmos Barbaros reputavam como a maior prova de covardía de um homem o não saber ser altivo e insultante contra os que o iam matar. Entre elles, como já vimos, o prisioneiro, seguro de que tinha de morrer, era obrigado a faze-lo a sangue frio, indo para o sacrificio de fronte levantada, como para o combate. Antes de succumbir lhe cumpria, com ameaças, vingar-se dos que o matavam: devia dizer-lhes como os seus companheiros o haviam algum dia de vingar, matando-os a elles todos, e como a elle proprio não o privavam da vida, senão quando já lhes tinha feito todo o mal que podia. O conhecido escriptor francez Montaigne transcreve, em seus *Ensaios* (Liv. 1.º cap. 30), a seguinte mostra de taes discursos: «Vinde bem hardidamente, e juntai-vos todos para me devorar. E comereis pedaços da carne de vossos pais e avós, que serviu de pasto ao meu corpo. Estes musculos, esta carne, e estas veias são as vossas, meus pobres tontos. Não encontrareis outra sustancia, senão de vossos progenitores. Saboreae bem; que saboreareis a vossa propria carne».

Podemos, pois, imaginar que pouco favoravel juizo faziam dos europeos, vendo-os chorosos e pusilanimes e covardes no acto para o qual elles reservavam a ostentação do seu maior valor. Os christãos, aprisionados ás vezes ao acabarem de chegar da Europa, ignorando os usos barbaros e a sorte que os esperava, quando levados ao sacrificio, alheios inteiramente a taes scenas horridas, não podiam deixar de atemorizar-se; e desconhecendo a nenhuma piedade destes homens ferozes e duros de coração (por isso mesmo que, gastando-se-lhes toda a sensibilidade nos proprios males, nenhuma lhes

ficava para os estranhos) e o facto de que o sacrificio do prisioneiro de geração contraria era para elles de religiosa vingança, bradavam misericordia aos céus e a elles, que desprezavam nessa occasião as lagrimas, como se fossem derramadas por pusilanimidade. O resultado era julgarem-se cada vez mais valentes e mais fortes que os europeos.

Da menor rixa se originava uma desordem; nesta cada um pugnava pelo seu companheiro, e pelo direito que julgava ter por si. A guerra estava declarada. Os indios retiravam-se e preparavam-se para, na forma de seu costume, dar a vingativa assaltada de surpreza. Os christãos ou se fortificavam, ou, depois que conheceram que os gentios tomavam por covardia quaesquer esforços para com elles se reconciliarem, e que, aleivosos, tinham a maior repugnancia de entrar em combate franco corpo a corpo, sahiam a aggredi-los: e os prisioneiros de guerra traziam-nos para captivos. E cumpre confessar que nem havia nesta pena retaliação; quando os mesmos gentios, logo que se declaravam inimigos dos nossos, os matavam e devoravam. — E a principio (emquanto se não fez frequente o uso dos saios ou gibões d'armas de seda acolchoados de algodão, introduzidos das Antilhas, menos pesados que as cotas de malha, e sufficientes para embotar as frechas) (17), tinham elles pelo numero grande superioridade.

Foi a experiencia e não o arbitrio nem a tyrannia, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os Barbaros, impondo-lhes á força a necessaria tutella, para aceitarem o christianismo, e adoptarem habitos civilizados; começando pelos de alguma resignação e caridade, fazendo-se moralmente melhores; aproveitando-se de mais bens, incluindo os da tranquillidade do espirito e da segurança individual, á sombra de leis protectoras.

Conheceu-se que ou se havia de seguir tal systema, ou de abandonar a terra, para evita-lo. Sabemos quanto cumpre na historia não desculpar os erros, e quanto os exemplos que

---

(17) Estes saios e gibões de que usaram os bandeirantes, acham-se representados na parvalva da viagem de Debret ao Brasil, vol. I, estampa 21, como reparou o Barão do Rio Branco, *Le Brésil en 1893*, 127. Com o correr do tempo, foram modificados de tal modo que só serviam para combates nocturnos. — Conf. Auguste de Saint-Hilaire, *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, 1, 435, Paris, 1830. — (C.).

nos levam a aborrecer o vicio são quasi de tanta instrucção, como os que nos fazem enamorar das acções virtuosas; mas temos que o habito de esquadrinhar o lado desfavoravel dos factos, para depois contar como verdade o que se malicia, é reprehensivel tendencia do animo, que em vez de artifício inculca existencia do peçonha.

Está, porém, reservada aos nossos vindouros a tarefa de condemnar ou de justificar o proceder dos antepassados, segundo por fim venham a conduzir-se com os indios que ainda temos. A experiencia de cada dia nos está provando que «sem o emprego da força... não é possivel repellir a aggressão dos mais ferozes (18), reprimir suas correrias; e mesmo evitar as represalias a que ellas dão logar. Entre os indios era tal a idéa dos beneficios da ameaça e do terror, que elles proprios pretendiam intimidar aos céus, disparando-lhes frechas, com intento de applaca-los. (*Rev. do Inst. Hist.*, 8, 361).

Com a jurisprudencia que se havia adoptado acerca do gentio barbaro da terra, aliás inteiramente em harmonia com a que ainda hoje aconselham os publicistas mais liberaes, houvera aquella seguido cultivando-se, sem a dependencia tão immediata dos braços dos pretos africanos, que as providencias philantropicas, ao depois adoptadas em favor das raças americanas, tornaram indispensaveis.

Já nesses tempos havia o illustre escriptor Pedro Martyr, numa carta (19) que escrevia ao arcebispo de Calabria, consignado estas memoraveis palavras: «Acerca da liberdade dos indios ainda não se sabe o que mais convêm... Uma longa experiencia ensina que a sujeição é necessaria aos que, quando privados de senhores e de tutores, voltam a seus antigos usos e idolatrias». Desde 1504 fôra em Castella declarado legitimo o captiveiro dos Canibaes, manchados não só pelo horror da anthropophagia, como pelos vicios de nefandas bestialidades. — Annos depois, defendiam e susten-

(18) Palavras do ministro do Imperio (Mont'Alegre), no seu relatorio á Assembléa geral legislativa em 1852. Veja-se a nota 63, na pagina 158 do 1.º vol. da 1.ª edição desta *Historia*. — (A.).

(19) Carta 806. — Veja Humboldt, *Ex. Crit.*, II, 283. — O pensamento de Martyr é o que depois paraphraseou o jesuita Vieira, comparando graciosamente o nosso gentio ás estatuas de murta dos jardins, as quaes, se bem que mui faceis de reduzir-se á conveniente fórma, vicejam continuamente, propendendo ao seu estado natural de arvores. (Vieira, *Serm.*, III, 403). — (A.).

tavam essa decretada escravidão muitos religiosos (Herrera, III, 8, 10) de São Domingos e de São Francisco; sendo certo que os meios coercivos, mais ou menos crueis, foram os que geralmente se empregaram para domar ou submetter á razão, quer as turbas de Barbaros na Asia e na Europa, quer (ainda nas melhores idades do christianismo...) as multidões desenfreadas ou semi-barbarizadas... Pelo que respeita aos demais indios, adoptou Castella o arbitrio de os confiar a encommendeiros que se obrigavam a cuidar de sua reducção, educação e conversão (20).

As providencias de mal entendida philantropia, decretadas depois pela piedade dos reis, e sustentadas pela politica dos Jesuitas, foram a causa de que os indios começassem pouco a pouco a ser unicamente chamados á civilização pelos demorados meios da catechese, e que ainda restem tantos nos sertões, devorando-se uns aos outros, vexando o paiz e degradando a humanidade. — Era uma verdadeira monomania do pseudo-philantropico Las Casas a de deixar aos Americanos todos no mesmo estado em que estavam; pois que a verdadeira philantropia ou o amor da humanidade não era quem o movia, quando elle por outro lado prégava a conveniencia da escravidão africana, e em 1511 lembrava, para haver mais escravos, que não pagassem direitos os Africanos que se levassem á America! Nem que o seu proposito fosse transportar á mesma America toda a Ethiopia.

Pelo que respeita aos Jesuitas, cumpre dizer que os primeiros, e principalmente os dois a quem o Brasil reconhece dever maiores serviços, Nobrega e Anchieta, não eram elles sectarios das idéas de Las Casas. Aquelle escrevia mui terminantemente a Thomé de Sousa (21): «Em mentes o gentio não for senhoreado por guerra e sujeito, como fazem os Castelhanos nas terras que conquistam, e no Paraguay o fizeram com mui pouca gente, senhoreando o maior gentio que ha na terra...» «E se o deixam em sua liberdade e vontade, como é gente brutal, não se faz nada com elles, como por experiencia vimos todo esse tempo que com elles tra-

(20) Herrera, I, 9, 14; I, 10, 12; II, 1, 1); II, 2, 8, etc. — (A.). — Uma rapida exposição do systema seguido pelos Castelhanos na segunda metade do seculo XVI se encontra no escripto de Diogo Nunes, a que já se fez referencia na secção anterior, *Rev. do Inst. Hist.*, 3, 365-369. — (C.).

(21) *Cartas*, 166, ed. Valle Cabral. — (C.).

tamos, com muito trabalho, sem delle tiramos mais fructo que poucas almas innocentes que aos céus mandamos».

De igual opinião era tambem Ruy Pereira, outro jesuita, que applaudia haver certo governador (22) deixado de seguir pseudo-philantropias com os indios: «Ajudou grandemente a esta conversão, diz, cahir o sr. governador na conta, e assentar que sem temor não se podia fazer fructo».

Anchieta (23) escrevia pouco depois que haviam projectado fazer a guerra aos indios contrarios «para que pudessem viver com alguma paz e socego, e juntamente começassem a abrir algum caminho para se poder prégar o evangelho, assim aos inimigos como a estes indios, sobre os quaes já temos sabido que *por temor se hão de converter mais que por amor*». E o proprio P. Antonio Vieira, tão apregoado defensor dos Barbaros, dizia, em carta do Pará, de 14 de Dezembro de 1655, ao secretario d'Estado Pedro Vieira da Silva (24) que André Vidal, a quem elogia, «ficava dispondo umas tropas, que hão-de ir ao sertão, do que esperamos *primeiro a quietação e paz, e depois uma grande conversão de almas*».

Se o uso e as leis tivessem continuado a permittir que a cobiça dos colonos bem encaminhada arrebanhasse os selvagens do Brasil, sujeitando-os primeiro, não se teria ido aquella exercitar, além dos mares, buscando nos porões dos navios, e entre os ferros do mais atroz captiveiro, colonos de nações igualmente barbaras e mais supersticiosas, essencialmente intolerantes, inimigas de toda liberdade, e que como que ostentam a raia da separação com que se extremam dos indios e dos seus civilizadores. Sem identidade de lingua, de usos e de religião entre si, só a côr e o infortunio vinha a unir estes infelizes, communicando-se na lingua do colono, estrangeira a todos, e por isso sempre por elles cada vez mais estropeada, em detrimento até da educação da mocidade, que, havendo começado por aprender com elles a falar erradamente tinha depois mais trabalho para se desarezar de muitas locuções viciosas.

Além das relações com os indios do districto em que se fixavam, emprehendiam os colonos, tanto por mar como ter-

(22) Men de Sá. — Set. 1560. — (A.).
(23) 1561, *An. do R. de Jan.*, VI, 57. — (A.).
(24) *Cartas do Padre Antonio Vieira*, coordenadas e annotadas por J. Lucio d'Azevedo, I, 457-458, Coimbra, 1925. — (G.).

ra dentro, algumas de trafico e resgate com outros indios mais distantes. A essas relações deveram os mesmos colonos o conhecimento, que prompto adquiriram, não só de toda a costa que percorriam em caravelões, em barcaças e até em jangadas, como dos proprios sertões, que devassavam em pequenas troças, chamadas bandeiras[25] ; pois não havia cabilda de indios, assaz numerosa, que se atrevesse a atacar quarante homens juntos, bem armados e de sobre-aviso. As colonizações das actuaes provincias de Sergipe e Alagoas, e das da Parahiba ao Pará, e das do sertão, foram precedidas de taes expedições, que, apezar de feitas com o intento principal de *resgatar* escravos, não deixavam de ser exploradoras[26].

[25] De uma indicação de Anchieta pode-se concluir que o uso das bandeiras já era conhecido dos Tupininquins de Piratininga como signal de guerra: «ainda que alguns dos seus (Martim Affonso Tibiricá) ficaram em uma aldeia sem o querer, seguir, e um delles vinha justamente com os inimigos, e lhe mandou incutir grande medo que eram muitos e que lhe haviam de destruir a villa, todavia teve em mais o amor de nós outros e dos Christãos do que o dos seus proprios, sobrinhos, que têm em conta de fillios, levantando logo bandeira contra todos elles, e uma espada de ferro mui pintada e ornada de pennas de diversas cores, que é o signal de guerra. — Rev. do Inst. Hist., 2, ps. 544. — (C.).

[26] Sobre este e o seguinte capitulo conf. a memoravel nota C de João Francisco Lisboa, *Obras*, III, 462-515, São Luiz do Maranhão, 1865, e o folheto do autor: *Os indios, bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3.*, Lima, 1867. — (C.).

SECÇÃO XIV

ESCRAVIDÃO DE AFRICANOS. PERIGOS AMEAÇADORES

Origem da escravatura africana. Condição do escravo. Tolerancia no Brasil. Raças africanas escravizadas. Jurisprudencia. Fecundidade. Caracter. Religiões. Bens e males provindos d'Africa e do captiveiro. Perigos imminentes do Brasil. Desmoralização. Piratas. Degradados. Humisios. Desmoralização e irreligiosidade. Naus Francezas. Eloquente brado de Luis de Góes. Providencias. Queixas dos donatarios. Sorte destes.

O principio da escravidão foi antigamente admittido por todos os povos, ainda o reconhecem algumas nações da Europa, e até o tolera o Evangelho. A introducção, porém, da escravatura dos Africanos foi em Portugal uma especie de continuação á da dos Mouriscos vencidos nas guerras de religião, em represalia ao que elles faziam. A necessidade de braços nas colonias portuguezas das ilhas da Madeira e de Cabo-Verde, a abundancia que delles havia na costa de Guiné, tão proxima, e senhoreada por Portugal, tinha induzido a muitos proprietarios a mandar por elles; porém, como foi estabelecido (Reg. da Fazenda) que nenhuns de taes escravos pudessem ir de umas colonias para as outras, sem darem primeiro entrada no porto da capital, afim de pagarem siza, converteu-se Lisboa em um grande mercado de escravos africanos, do qual não deixariam de aproveitar-se com algumas *peças* (como então se dizia e se disse por muito tempo (1) depois) os donatarios, que tanto necessitavam de braços, e que não sabiam se poderiam contar ou não com o gentio de suas capitanias. Os escravos eram considerados, como na legislação romana, *cousa* venal; e as Ordenações

(1) Vieira, *Sermões*, VI, 397. — (A.). — Não se encontra esse trecho no logar citado, nem disso se faria reparo, tão commum é o emprego do termo, se não cotasse aqui uma curiosidade lexicographica. Frei Domingos Vieira, *Dicc. Portuguez* IV, 714, Porto, 1873, sub-verbo, escreve: «Tantas peças, tantos navios. Já o anno passado se fez outra missão deste genero aos mesmos rios pelo Padre Francisco Velloso, em que se resgataram e desceram outras tantas peças em grande beneficio e augmento do Estado, posto que não é esta a maior utilidade e fructo desta missão». — Vieira, *Cartas*, ed. de 1854, n.° 17. — (C.).

Manuelinas tratam delles em uma secção, cujo titulo (Liv. 4, tit. 16) por si só nos revela a consideração em que os haviam; diz assim: «Como se podem engeitar os escravos e bêstas por os acharem doentes ou mancos». As Ordenações Filippinas, que as substituiram, alteram-o deste modo (Liv. 4. tit. 17): «Quando os que compram escravos, ou béstas os poderão engeitar por doenças, ou manqueiras».

Em nosso entender, os escravos africanos foram trazidos ao Brasil desde a sua primitiva colonização; e naturalmente muitos vieram, com seus senhores, a bordo dos primeiros navios que aqui aportaram, comprehendendo os da armada de Cabral. Porém, a verdadeira introducção dos escravos de Guiné, e depois de quasi toda a Africa, isto é, do trafico em ponto maior, proveiu, em primeiro logar como fica dito, de se haver promulgado como illegal a escravatura india, com raras excepções, das quaes se os poderosos abusavam (2), outros se receavam, só para não virem a achar-se no caso de ter que pleitear o seu direito. Em segundo logar proveiu de se haver já nas Antilhas conhecido por experiencia qué os Africanos eram mais fortes, e resistiam mais ao trabalho ataxado do sol do que os indios.

Os engenhos de assucar necessitavam, é verdade, arduo trabalho e muitos braços; mas talvez teria havido modo de se não dar, apezar disso, tanta latitude á introducção dos Africanos, ou de se haver aberto mão da cultura da canna.

Parece que, logo a principio, no Brasil, onde a natureza é tão fecunda que permitte conseguir talvez resultados iguaes aos de outros paizes com metade do trabalho, ninguem se lembrou de que bastava que os colonos ou os indios trabalhassem nas lavouras desde as cinco até ás oito ou nove da manhã, e desde as quatro ou cinco até ás seis e meia da tarde, descançando assim, ou empregando-se em casa, durante as sete horas mais calmosas do dia. E isto, apezar de que, segundo hoje sabemos, era esta, entre os proprios indios, a pratica geral, antes da chegada dos europeos.

O direito da siza dos escravos foi na metropole rematado por contracto; e a um pedido de Duarte Coelho para introduzir livres certo numero delles, respondeu-lhe o rei que não

(2) Veja-se o testamento de Jeronymo d'Albuquerque. — (A.). — Fernandes Gama, *Memorias historicas da Provincia de Pernambuco*. 1, 85-90, e *Rev. do Instituto Archeologico Pernambucano*, tomo IV, n. 28, pg. 111-120. — (C.).

lh a podia dar, emquanto o prazo do tal contracto não expirasse[3].

Como a colonização africana, distincta principalmente pela sua cor, veiu para o diante a ter tão grande entrada no Brasil, que se pode considerar hoje como um dos tres elementos de sua população, julgamos do nosso dever consagrar algumas linhas neste logar a tratar da origem desta gente, a cujo vigoroso braço deve o Brasil principalmente os trabalhos do fabrico do assucar, e modernamente os da cultura do café; mas fazemos votos para que chegue um dia em que as côres de tal modo se combinem que venham a desapparecer totalmente no nosso povo os caracteristicos da origem africana, e por conseguinte a accusação da procedencia de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro, e soffreram os grilhões da escravidão, embora talvez com mais suavidade do que em nenhum outro paiz da America, começando pelos Estados Unidos do Norte, onde o anathema acompanha não só a condição e a côr como a todas as suas gradações.

Não é nosso intento entrar aqui em explicações anatomicas sobre a apparencia physica dos povos da Africa, nem nos interessa agora indagar como a pelle parece preta, como o cabello se apresenta em fórma de carapinha (o que aliás não é symptoma infallivel das raças pretas), nem qual seja a theoria dos angulos *faciaes*, tudo o que deve ainda ser submettido a novas observações para dar resultados seguros e simples, capazes de serem aproveitados em uma historia civil.

Tão pouco temos por essencial dar um extenso catalogo das differentes nações de raça preta, que os novos colonos preferiram nesta ou naquella epocha, e para esta ou aquella provincia. Pode-se dizer que a importação dos colonos pretos para o Brasil, feita pelos traficantes, teve logar de todas as nações não só do littoral da Africa que decorre desde o Cabo Verde para o sul, e ainda além do Cabo da Boa Esperança, nos territorios e costas de Mocambique[4]: como tambem

---

[3] Carta de Duarte Coelho, de 27 de Abril de 1542. Cópia no Instituto Historico, impressa muito incorrectamente no Brasil Historico, 2.ª série, I, 170. — Historia da Colonização Portuguesa do Brasil, III, 313-314. — (C.).

[4] Os negros de Moçambique só começaram a ser exportados em numero avultado depois que os Hollandezes se estabeleceram na costa occidental da Africa, a partir de 1645m segundo Zimmermann, *Die europaeischen Kolonien*, I, 186, Berlin, 1896. — (C.).

não menos de outras dos sertões que com ellas estavam em guerra, e ás quaes faziam muitos prisioneiros, sem os matarem. Os mais conhecidos no Brasil (5) eram os provindos de Guiné (em cujo numero só comprehendiam Berberes, Jalofos, Felupos, Mandingas), do Congo, de Moçambique, e da costa da Mina, donde eram o maior numero dos que entravam na Bahia, que ficava fronteira e com muí facil navegação; motivo por que nesta cidade tantos escravos aprendiam menos o portuguez, entendendo-se uns com outros em *nagó*. Nessas nações a liberdade individual não estava assegurada; pelo que os mais fortes vendiam os fracos, os paes os filhos, e os vencedores, com muita maior razão, os inimigos vencidos. Assim, ainda passando taes gentes ao Brasil, com as condições da escravidão romana, isto é, de serem cousa venal ou bem movel, melhoravam ellas de sorte; bem que o acto de as escravizar era injusto, principalmente por não ser emprehendido por idéa alguma philantropica, e pelo contrario dar em resultado um insulto á humanidade, pelo ataque feito a um tempo ao individuo, á familia e ao estado donde eram arrancadas.

A fecundidade dessas raças, em seus paizes, era tal que permittiria até povoar o orbe todo de negreria, se de todo o orbe fossem navios por colonos-dellas. E o certo é que, passando á America, ainda em captiveiro, não só melhoravam de sorte, como se melhoravam socialmente, em contacto com gente mais polida, e com a civilização do christianismo. Assim a raça africana tem na America produzido mais homens prestimosos, e até notaveis, do que no Continente donde é oriunda.

Estes povos pertencentes em geral á região que os geographos antigos chamavam Nigricia, distinguiam-se sobretudo pela facilidade com que supportavam o trabalho no littoral do Brasil, facilidade proveniente da sua força physica, da semelhança dos climas, e não menos do seu genio alegre, talvez o maior dom com que a Providencia os dotou, para supportar a sorte que os esperava; pois que, com seu canto mo-

(5) Na obra *Naturalezia Politica* do P. Alonso de Sandoval, pub. em Sevilha em 1627, cap. 16, se encontra uma lista e nomenclatura com muitos informes dos Africanos que iam a Cartagena de Indias, em parte applicaveis ao Brasil. Podem ver-se os desenhos de varios individuos dessas raças na *Narrative* da viagem de C. Wilkes, Philadelphia, 1845, ps. 54 a 63. — (A.).

notono, mas sempre afinado e melodioso, disfarçam as maiores penas.

Dos mencionados povos negros, alguns havia com idéas religiosas de islamismo, e até já de christianismo, em virtude da vizinhança dos estabelecimentos e feitorias dos europeos; mas pela maior parte eram gentios ou idolatras: em geral andavam nús, lavavam-se a miudo, e, muitos delles, em pequenos, golpeavam a cara por distinctivo de nação. — Alguns adoravam idolos, outros animaes; acreditavam estes em calunduns, quigilas e feitiços, aquelles faziam sacrificios e offertas aos que tinham bastante charlatanismo para se inculcarem por seus sacerdotes (6).

Da Africa não recebemos só colonos africanos captivos. Ao trato da navegação, em alguns de seus portos, devemos a introducção de algumas plantas, como dos *quingombós* ou quiabos e maxixes, do feijão preto (segundo alguns), do capim de Angola, do coqueiro de dendê, dos guandús e da malagueta, bem como de algumas comidas e *quitutes*, conhecidos com nomes africanos, sobretudo na Bahia. A bebida do aloá pode ser introducção da Asia, mas alguns a têm por africana. São tambem da Africa as palavras quitanda, quenga, senzala, calundum, caçula, bunda, mocotó, tamina, moxinga, mocambo, quilombo, matombo, mazombo, marimbondo (7), quinguingú, curinga, mocotó, cabungo e outras muitas, incluindo varias que passaram á Europa, taes como: coco (8), papagaio, macaco, muringue, cacimba, tanga, quindins, gerebita, moleque e outras.

---

(6) Sobre este assumpto podem ser consultados os interessantes estudos de Nina Rodrigues na *Revista Brazileira* de 1896 e alhures. Veja-se tambem a memoria do Dr. Braz do Amaral, *Revista do Instituto Historico*, tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de Historia Nacional, 2, 661-690, Rio, 1915. — (C.).

(7) *Maribundo*, o Formigão, *Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua Bunda ou Angolense*, pg. 138, Lisboa, 1805. — (A.). — Para Baptista Caetano, *Vocabulario das palavras guaranis usadas pelo traductor da «Conquista Espiritual»* (*Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. VII, Rio, 1879, pg. 228), a palavra deriva de *mberú-ybó*, mosca que flecha, ou fere como flecha. — (G.).

(8) A palavra coco não deve ser africana. «Nós os Portuguezes, diz Garcia de Orta, *Colloquio* XVI, por ter aquelles tres buracos lhe puzemos o nome de coco, porque parece rosto de bugio ou de outro animal». Pelos estudos do conde de Ficalho em sua edição dos *Colloquios* (Lisboa, 1891-92), pode-se concluir (elle proprio não conclue) que o nome coco applicado a este fructo do Oriente foi dado pelos companheiros de Vasco da Gama entre 11 de Março e 21 de Setembro de 1498. Na primeira data escreve o autor do *Roteiro*, depois de sair de Moçambique: «As palmeiras desta terra dão um fructo tão grande como melões, e o miolo de dentro é o que comem, e sabe como junça avellanada». Na segunda, tratando de uma barca tomada nas ilhas Anjedivas, escreve: «Abalroamos logo com ella, e não achamos em ella salvo mantimentos e armas, e o mantimento era coquos e quartalhos de uns ovelhos de [illegible]» — (C.).

Se os colonos escravos africanos concorriam á augmentar a riqueza publica com o seu trabalho, por outro lado pervertiam os costumes, por seus habitos menos decorosos, seu pouco pudor, e sua tenaz audacia. A escravidão, como ella foi admittida entre nós, alheia á ternura da familia, endurecia o coração dos escravos, os quaes não queriam adquirir inclinações que de um a outro momento lhes seriam contrariadas, nem podiam interessar-se tanto pela prosperidade de seu proprio senhor, visto que della nada lhes cahia em sorte, desde o dia em que passavam a outro dono.

Passemos, porém, a apreciar outros vicios e miserias que tendo, como tiveram, melhor cura e remedio, eram os que, na infancia de todas as nossas capitanias, pareciam ameaça-las de perigos mais imminentes.

Provinham estes perigos:

Da extraordinaria desmoralização a que tinham chegado principalmente as colonias do Espirito Santo, Ilhéus, Itamaracá e Bahia (antes de perder-se); duas das quaes quasi que se haviam convertido em valhaconto de contrabandistas;

Da insubordinação e irreligiosidade que ia lavrando em todas as outras, em consequencia dos degradados que choviam da mãe patria;

Das expedições francezas, cada vez mais ameaçadoras.

O primeiro destes males, a desmoralização de algumas colonias, chegou a ser tal que nellas se armavam navios de contrabandistas, ou para melhor dizer de piratas, que iam a corso pela costa. Estavam os mares do Brasil ainda peor do que nesse tempo os de Tunes e de Argel. Seis caravelões, preparados numa das capitanias do sul, foram á Parahiba do Norte tratar por sua conta com os indios e *fazer brasil*, para vender não sabemos onde (1). O capitão de Itamaracá asylava naquella ilha aos que fugiam de Olinda, para escapar ao merecido castigo a que por seus delictos os condemnava o severo Duarte Coelho, que, apezar da repugnancia que tinha de desmoralizar perante os indios o prestigio dos seus patricios pervertidos, teve alguma vez de mandar enforcar alguns por incorrigiveis. Um certo Henrique Luis e outros da capitania do Espirito Santo foram a Campos (8-a); e sob pretextos de resgate, apanharam a bordo um chefe indio, e o foram entregar (na-

(8-a) Campos não era povoado: melhor caberia cabo de São Thomé, Parahiba do Sul, ou villa da Rainha. — (C.).

turalmente a troço de alguma vantagem) a seu maior inimigo. Todo o gentio de Campos se vingou da aleivosia, assaltando a colonia de Pero de Góes, queimando-lhe os cannaviaes, e hostilizando-o a tal ponto que se viu obrigado a evacuar, como fica dito precedentemente.

Alguns navios traziam de Portugal colonos contra sua vontade; e succedeu que estes se levantavam, deixando nalgum porto menos frequentado o capitão, e mais gente que se não associava a elles, e seguiam o rumo que lhes parecia. Um dos taes navios foi á Bahia vender roupas, e dahi se passou aos Ilhéus, e quem sabe se depois á Turquia, onde a pirataria contra os christãos seria por ventura virtude, como era heroicidade nos tempos dos primeiros povos da Grecia, que se deram á navegação. Desta praga de piratas provieram, por muito tempo, as queixas e rivalidades de umas capitanias para as outras, á custa das quaes viviam os inimigos.

Assim, a intelligencia que alguns donatarios queriam dar ao homisio e couto, fazendo-o extensivo aos crimes commettidos nas capitanias, apresentava por absurdo que um criminoso poderia só no Brasil perpetrar onze crimes, e ter igual numero de homisios successivos. Já em 1546 se queixára a tal respeito o velho Duarte Coelho, pedindo ao rei que ordenasse aos outros donatarios e seus capitães que satisfizessem ás precatorias para entregarem os criminosos; porém, nada tinha conseguido. — Dahi odios e rixas, entre os capitães e as capitanias, que infelizmente medraram, e alguns duravam ainda ha pouco, com grande prejuizo da causa popular.

Os degradados, que o mal entendido zelo do governo pelo Brasil agora começava a mandar em maior numero, concorriam a augmentar a triste situação das capitanias. Nas Ordenações Manuelinas ainda não ha degredos para o Brasil. Foi em 1535 que o governo ordenou que se entendessem para o Brasil os com que ellas presenteavam ás ilhas de São Thomé e Principe; numero que foi augmentado por outras providencias tomadas em 1551 e 1564. Verdade é que a Pernambuco é que cabiam mais geralmente em partilha as taes remessas, por ser conhecido o rigor com que os sabia levar seu velho donatario, que afinal se viu obrigado a representar contra esse abuso, em uma carta dirigida ao rei (9): «Certi-

(9) Carta de Duarte Coelho, de 20 de Dezembro de 1546. — (A). — Se

fico a V. A., e lh'o juro pela hora da morte, que nenhum fructo nem bem fazem na terra, mas muito mal. Creia V. A. que são peores cá na terra que peste; pelo que peço a V. A. que pelo amor de Deus tal peçonha me cá não mande». Alguns de taes degradados conseguiam fugir para as outras capitanias, sobretudo para aquellas onde não estavam os donatarios em pessoa. — Nellas se insinuavam com os capitães ou administradores, que, tendo em tudo a mesma alçada e autoridade que os donatarios, em certas causas mais que a Casa do civel da Côrte, ou os protegiam directamente, ou, pela protecção que davam aos seus amigos, com cargos ficticios de tabelliães, inquiridores e outros, concorriam a dispensar a estes dos mais trabalhosos e importantes naquelles tempos, como eram os do conselho; de modo que estes vinham ás vezes a ser desempenhados por degradados, por culpas de infamia, e *desorelhados* (10). Já se vê que impossivel fôra advogar a opinião de que para a colonização do Brasil não concorreram alguns degradados. Em Portugal os habitantes, pervertidos moralmente com tantas fortunas, bem ou mal adquiridas na Africa, e principalmente na India, já não eram os mesmos do seculo anterior. O espirito de cavallaria tinha perecido, e com elle o desinteresse, a bna fé e a ambição de gloria, nascida da elevação do espirito. O desejo de conquista nascia só da cobiça. Os crimes não tinham fim e os legisladores, conhecendo que eram insufficientes todos os esforços e rigores do Livro quinto das Ordenações para fazer barreira ao vicio, que estava menos no homem que na sociedade, viam-se obrigados a commutar em degredos muitas condemnações á morte.

Assim pensamos que, com narrar os factos como se passaram, em nada degraduamos a actualidade, tanto mais quando é bem sabido como nas aristocraticas capitanias de Pernambuco, São Vicente e, ao depois, na da Bahia, donde procederam os povoadores do Rio de Janeiro, Maranhão e Minas, as fami-

---

toria da Colonização Portugueza do Brasil, III, 314-316. Os degradados, observa Fr. Vicente do Salvador não eram como o pecego,

«O pomo, que da patria persia veio,
Melhor tornado no terreno alheio».

Camões, *Lusiadas*, canto IX, estr. 58. — (C.).

(10) Veja-se a carta de Fero Borges, de 7 de Fevereiro de 1550, nota X. secção XI. — (G.).

lias principaes, fazendo timbre da sua origem, se extremaram sempre, evitando allianças com individuos cujos precedentes não conheciam. Isto sem levar em conta que os povos não começam em geral aristocraticamente, e que a estirpe dos nobres patricios de Roma provinha dos estupros commettidos nas Sabinas, pelos bandidos que as roubaram. Se no seu tempo, Barros (Dec. II, 5.º, 11) ponderava a origem humilde da nobreza das ilhas adjacentes a Portugal (Madeira e Açôres), já enlaçada com os descendentes dos companheiros de Affonso Henriques, com igual razão pudera hoje notar a mescla genealogica, não só da raça portugueza com a asiatica, como da dos descendentes dos companheiros de Pelayo, com as dos caciques da America, ou com a do tecelão da opulenta patria dos Dorias, rival de Veneza. Por outro lado: tão rigorosas foram as penas, que no codigo Filippino, promulgado no principio do seculo seguinte, são castigadas com degredo para o Brasil culpas mui leves e até simples peccados, havendo quem, feita a conta, assegure que nas mesmas Ordenações são, de duzentos e cincoenta e seis casos de degredo, para o Brasil oitenta e sete, — mais de um terço (11).

Voltando, porém, ao nosso assumpto, cumpre saber que a desmoralização e irreligiosidade, em varias das capitanias nascentes, chegou a tal ponto que se commettiam assassinatos, entrando no numero dos criminosos alguns ecclesiasticos. Muitos destes, não só deixavam de cumprir os preceitos da igreja, como, ás escancaras, faltavam á sociedade, vivendo escandalosamente na polygamia. Colono houve em Pernambuco que se lançou á vida gentilica, da qual apenas sahiu, quando se lhe offereceu mais tarde occasião de ir ver seus paes em Portugal. Alguns indios, depois de já christianizados e domesticados, e de haverem até feito viagens á Europa, voltavam por qualquer capricho á selvageria (12). Em poucas palavras: a religião e a moral, primeiras columnas da humana felicidade, estavam abaladas, ou antes tombadas; a honradez, que deve presidir

(11) Conf. João Francisco Lisboa, *Obras*, 3, 119 e segs., São Luiz do Maranhão, 1865. — (C.).

(12) Veja o folheto *Cópia de unas cartas embiadas del Brasil por el Padre Nobrega, de la Compañia de Jesus, y otros padres que estan debaxo de su obediencia al Padre Maestre Simon, preposito de la dicha Compañia en Portugal, y a los Padres y hermanos de Jesus de Coimbra. Trasladadas de portugues en castellano. Recebidas el año de 1551.* — Sem data, logar e nome do impressor, in-4.º, de 27 fls. innumeradas. — Conf. Nobreza, *Cartas*, 87. — (C.).

nos negocios publicos, como nos particulares, cedia o passo ao cynico egoismo; e já quasi começava a justiça equitativa, e por conseguinte a boa fé e a confiança, a fugir desta terra.

Mas outro perigo crescente punha em maior risco toda a colonia, e ameaçava a ruina e a perda do Brasil. Eram as naus francezas, as quaes, não passando anteriormente do Cabo de Santo Agostinho, ou quando muito da Bahia, desde que estas terras tiveram donatarios, se avezaram ao Cabo Frio e Rio de Janeiro, Ilha Grande e Ubatuba, de modo que já por estes portos não ousavam mostrar vela os navios portuguezes. A Bretanha e a Normandia consideravam as terras do Brasil tão suas como o proprio Portugal. Até á França levavam indios, e em vez de torneio chegaram a representar em Ruão um combate e festim de nossos selvagens (13), nos dias 1 e 2 de Outubro de 1550.

A longinqua colonia de São Vicente, que até então tinha crescido com a paz em prosperidade, esteve, em consequencia do trato dos navios francezes, em termos de ver cortadas as suas relações com a mãe-patria.

Foi dessa capitania de São Vicente, que tão celebre devia um dia fazer-se nos annaes brasilienses, que partiu o brado mais energico, pelo qual a Côrte se inteirou bem ao vivo do perigo em que estava todo o Brasil. Levantou esse brado Luis de Góes, irmão do donatario de Campos, e ao depois jesuita, a quem a Europa deveu a primeira planta de tabaco que recebeu da America (11). Góes, em uma carta datada de Santos, depois de um preambulo de submissão e humildade, levanta assim a voz: «Se com tempo e brevidade V. A. não soccorre estas capitanias e costa do Brasil,... ainda que nós percamos as vidas e fazendas, V. A. perderá a terra». Como se não estivesse bem seguro do apreço que a Côrte daria á perda do Brasil, por muito embriagada com o Oriente, accrescenta: «e que nisto perca pouco aventura a perder muito... queira Deus não se vão (os Francezes) a dobrar o Cabo da Boa Esperança». E receoso ainda de que não fosse bastante o ter falado assim ao interesse, tenta tambem demover a piedade: «Soccorra V. A., e com «braço forte, que tudo se

(13) Veja o interessante folheto publicado em 1850 pelo Sr. F. Denis. *Une fête brésilienne*, etc. — (A.).

ha mister, e se não o mover a terra e os inconvenientes acima ditos, haja V. A. piedade de muitas almas christans.» Finalmente depois de ponderar que no Brasil tinha gasto mais do que possuia, e o melhor tempo de sua vida, conclue: «O que me fica para gastar é a minha vida e de minha mulher e de meus filhos, das quaes a aDeus e a V.A. farei sacrificio, e, em mentes nos durar, sempre rogaremos a Deus pela vida e estado de V.A.»[14]

A eloquentes instancias de Góes, já precedidas dos avisos prudentes de Coelho, e das noticias do desastroso caso do donatario da Bahia, levaram o Governo a adoptar afinal meios mais heroicos, para fazer articular de novo o corpo que se desmembrava. No principio do anno anterior (1547), com a chegada da noticia da perda da capitania da Bahia, o Governo, ou verdadeiramente então Fernando Alvares de Andrade, que tomára a si os negocios do Brasil, chegára a mandar armar um navio, no qual devia ir com socorros Jorge Pimentel, passando Henrique Mendes de Vasconcellos da costa da Malagueta ao mesmo Brasil. Depois houve plano de crear uma companhia de armadores em grande[15] , talvez semelhante ás de commercio que mais para o diante se estabeleceram; porém, afinal, graças á presença na Côrte de Pero de Góes, e á sua illustração e genio activo, se assentou, em fim do mencionado anno de 1548, no melhor partido, qual o de crear no Brasil um centro de poder, para acudir onde houvesse mais necessidade. Foi tambem resolvido que se retirassem aos donatarios algumas das prerogativas, de que não tinham sabido usar convenientemente, como a alçada que no civel e crime possuiam sobre os colonos; devendo, desde então entrar em suas terras corregedores e outras justiças, e podendo elles ser suspensos das suas jurisdicções.

Os donatarios não deixaram de aggravar; mas apenas foi attendido Duarte Coelho, que pouco tempo sobreviveu. E na verdade o não exceptua-lo fôra quebrarem-se-lhe doações

---

[14] Carta datada de 12 de Maio de 1548,na *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, III, 259. - (C.).

[15] Duarte Coelho estava informado em 14 de Abril de 1549 de que os armadores se offereeiam a povoar e ajudar as capitanias de baixo, isto é, as que ficavam ao Sul de Pernambuco, se a Corôa lhes concedesse durante vinte annos o pau-brasil da costa, e todos os dizimos e rendimentos. - *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, III, 318-320. - Das noticias sobre Jorge Pimentel, Henrique Mendes de Vasconcellos, e da chegada de Pero de Góes á corte não foi possivel descobrir a fonte. - (C.).

e promessas, quando sua boa administração e serviços mereciam antes novas recompensas e estimulos (16).

Aos outros donatarios só bens, e nenhuns males iam fazer as novas providencias. — Dos primitivos, tres já os levára Deus, todos por naufragio; outros haviam insensivelmente desistido de suas doações; dois (Martim Affonso e Figueiredo) se limitavam a assignar uma ou outra providencia, que lhes pediam seus loco-tenentes-ouvidores. Restavam, pois, além de Duarte Coelho, quatro: destes, um (Pero do Campo) morreu logo, dois (Pero de Góes e Cardoso de Barros) nada tinham de seu, e o quarto (Vasco Fernandes) já nenhuma influencia tinha nos seus subditos, e se considerava, por varios titulos, de todo perdido.

(16) Nem mesmo Duarte Coelho devia ser exceptuado na opinião de Nobrega. «Duarte Coelho e sua mulher são tão virtuosos como e a fama que tem (escrevia a el-rei de Oliuda a 14 de Setembro de 1551); e certo creio que por elles não castigou a justiça do Altissimo tantos males até agora, e, porém, é já velho e falta-lhe muito para o bom regimento da justiça e por isso a jurisdicção de toda a costa devia ser de Vossa Alteza». — *Cartas*, 91.

Como se vê da carta de Duarte de Lemos, Vasco Fernandes partiu de sua capitania para a de Pernambuco no intuito de protestar com Duarte Coelho contra o despreso de suas doações o privilegio que a creação do governo geral importava. O mesmo motivo leva-lo-ia a dar abrigo aos criminosos fugidos dos Ilhéus e presos pelo Ouvidor Geral, cuja autoridade não reconhecia. Em Pernambuco encontrou-se com o Bispo, que o desfeiteou, conforme escreveu D. Duarte da Costa, em carta de 20 de Maio de 1555, *Rev. do Instituto*, 48, parte I, 574, e *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, III, 375. — *Supra*, secção XI, nota 10. — (C.).

NOTAS DA SECÇÃO XIV

I

(Pag. 233)

«...este anno, Senhor, prezente vierão dellá adebaixo aqy ter seis Caravelloens como que me vinhão aver, e a tratar com minha jente; e quando entenderão que eu estou esperando a ora que Deos for Servido de medar pocebilidade para seguir esta empreza do sertão, que tanto dezejo por servir Vossa Alteza offerecerão-se a irem commigo promettendo-lhes eu grandes partidas, e me puz afazer Bragantins novos, e quando me não precatei todos apanharão o panete em pago das boas obras que de mim receberão, soube como forão Salteando per minha costa primeiro que a isso acodire, sem poder aver amão se não hum só que Salteou nos Petiguoarés, terra onde ora ha tres annos ouve por resgate vinte e cinquo, ou trinta Portuguezes, que se ha hi perderão, e todos quantos indios trazião Salteados lhos tomei e os tornei a mandar para suas terras; porque quando afortuna der com alguns Portuguezes ahi á Costa por ser ruim pareja terá homem esperança de hos aver per resgate, a estes Salteiadores dei ho castigo que me bem parecer.» — Duarte Coelho, carta de Olinda, 20 de Dezembro de 1546, apud *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, III, 314-316. — Toda a carta é digna de meditação e contém mais outros dados aproveitados no texto. — (C.).

II

(Pag. 287)

Confere Damião de Góes, *Chronica do Serenissimo Senhor rei D. Emanuel*, I, cap. 56. Houve muitos Góes nos primeiros tempos, e é difficil estabelecer as relações existentes entre elles. De um Luis de Góes de São Vicente conta o seguinte Gregorio de Acosta numa informação coeva de Rio da Prata dirigida a Sua Magestade e ao Conselho de Indias: «Item ha hecho (Ruy Diaz Melgarejo) cuando estuvo en San Vicente á donde se casó con su mujer, la que mató, despojó un ingenio de hacer azúcar y lo hizo echar a perder, que era de un caballeiro português que se llamava Luis de Góes; y engañó a sus dos hijos que eran mancebos con palavras y pormetimientos; de manera que se llevó toda la gente de esclavos e esclavas que Luis de Góes ten a en el ingenio; de manera que el ingenio y Luis de Góes quedaron perdidos; de manera que de enojo Luis de Góes se murió padre de los mozos; murió el y su mujer; y los mozos que llevó consigo, despues que los tuvo en el puerto de Piqueri, los trató muy mal y les quitó sus haciendas, y al uno su mujer y fué mal infamado con ella, siendo su comadre.» — *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias*, 10, 534-535, Madrid, 1868. — (C.).

SECÇÃO XV

ESTABELECIMENTO DE UM GOVERNO CENTRAL NA BAHIA

Thomé de Sousa, governador. Pero Borges, ouvidor geral. Antonio Cardoso, provedor mór. Provedorias parciaes. Seu regimento. Pero de Góes, capitão mór da costa. Milicia. Compra da capitania. Colonos. Descripção da Bahia. Ilhas. Paraguaçú. Iguape, Matoim, Pirajá. Desembarque. Assento mais proprio para a cidade. Itapagipe. Cidade do Salvador. Sua fundação e muralha. Suas armas. Villa Velha. Cidade baixa. Sesmarias. Gados. Braços. Os indios. Systema de terror. A religião. A musica. O novo Orfeo. O P. Navarro. O Caramurú. O Caramurú, origem desta alcunha. Emprego dos Jesuitas. Relaxação de costumes. Matrimonios. Cruzamentos de raças. Os Jesuítas contribuem á unidade brasileira. Correição do ouvidor geral e do provedor mór. Pero de Góes: Peleja em Cabo Frio com uma nau franceza.

Resolvido o governo da metropole a delegar parte da sua autoridade em todo o Estado do Brasil num governador geral, que pudesse cohibir os abusos e desmandos dos capitães móres donatarios, ou de seus loco-tenentes-ouvidores, que acudisse ás capitanias apartadas em caso de guerras dos inimigos ou de quaesquer arbitrios, autorizando que fiscalizasse emfim os direitos da Corôa, conciliando ao mesmo tempo os dos capitães e os dos colonos, determinou fixar a séde do governo geral na Bahia, por ser o porto mais central, com respeito a todas as capitanias. Assim o declara expressamente a carta régia de 7 de Janeiro de 1549: «Vendo em quanto cumpre ao serviço de Deus e meu conservar e enobrecer as capitanias e povoações que tenho nas minhas terras do Brasil, ordenei ora de mandar fazer uma fortaleza e uma povoação grande e forte na Bahia de Todos os Santos, por ser para isso o mais conveniente logar que ha nas terras do Brasil, para dahi se dar favor e ajuda ás outras povoações, e se ministrar justiça, e prover nas cousas que cumprem a meu serviço, e aos negocios da minha fazenda, e ao bem das partes».

Deste modo a centralização administrativa, propriamente

dita, era acompanhada da dos negocios da Justiça e da dos da Fazenda, sujeitos aos cargos de ouvidor geral e de provedor mór, que pela mesma occasião se instituiram. Igualmente foi nomeado para defender o littoral um capitão mór da costa, como havia na India. Mais ao diante, para mandar as armas na capital, se creou tambem o cargo de alcaide mór. Todos estes cargos eram providos só por tres annos, como estava em uso a respeito de alguns no reino e nas outras conquistas.

Para governador geral foi escolhido Thomé de Sousa, filho natural duma das primeiras casas do reino (1), distincto por seus grandes dotes governativos, e pelo valor e prudencia que provára em muitas occasiões difficeis na Africa e na Asia. Qualorze annos antes já este capitão merecia grande conceito ao Conde da Castanheira, quando (escrevendo a Martim Affonso) dizia delle, ao partir para a India, que «cada vez lhe ia achando mais qualidades boas, tendo sobre todas a de ser sisudo». — Para a colonia que ia fundar possuia ainda a de saber fazer-se querer: — a de ser superior sem deixar de ser companheiro. D. João de Castro confiara tanto na sua honradez e prudencia que, poucos annos antes, pedia com instancia ao rei que lh'o mandasse para o ajudar no governo da India. O regimento que, em data de 17 de Dezembro de 1548, lhe foi dado, constante de quarenta e um artigos, e mais sete supplementares (1), é um modelo de tino governativo, e prova o muito conhecimento que já seu redactor, o Conde da Castanheira, tinha do Brasil. Nelle se ordena a escolha de outro local, sem ser o preferido por Francisco Pereira, para se fundar a capital brasilica. Recommenda-se o bom tratamento dos gentios, estabelecendo-se alliança com os Tupiniquins, visto que os Tupinambás se haviam levantado. Impõe-se pena de morte aos colonos que fossem buscar indios para os escravizar, prohibindo-se tambem o vender-lhes armas, e o embrenharem-se os mesmos colonos pela terra dentro, communicando-se, pelo sertão, de umas capitanias ás outras. Fixa o regimento o termo da cidade a seis leguas, para cada lado. Estabelece o modo de se darem as sesmarias para os engenhos de assucar, de-

(1) Impresso na integra pelo autor, para fazer parte do seu *Archivo Diplomatico Brasilico Antigo*, [de que não ha noticia]. — (A.).

Vendo os proprietarios destes obrigar-se a moer as cannas dos lavradores vizinhos, sob as clausulas que o governador designasse. Tambem seriam obrigados os senhores dos engenhos a fortificar estes, fixando-lhes o regimento quanto armamento deviam ter, bem como o minimo que, em cada capitania, deviam ter os donatarios. Providencía contra os abusos de luxo nos vestuarios. Dispõe acerca da fortificação da cidade capital, da construcção de navios, da perseguição dos corsarios. Igualmente recommenda o estabelecimento de feiras periodicas, e a exploração e descobrimento de todo o rio de São Francisco. O governador poderia, aos que prestassem bons serviços, armar cavalleiros; prover os officios da justiça e fazenda, ainda quando fosse em degradados, por certos crimes; conceder donativos e adiantar ordenados. Nos casos omissos, deveria consultar os principaes empregados, e as pessoas mais idoneas, prevalecendo, porém, a sua opinião, em havendo discordancia; mas lavrando-se, da sessão da junta, um termo ou acta, que deveria ser enviado á côrte. Tal foi a origem das «juntas geraes», que tanta importancia vieram a ter no regimen colonial, o qual veio a governar-se mais constitucionalmente que a propria metropole[2] .

Para o cargo de ouvidor geral, com alcada e autoridade de passar provisões em nome d'elrei, foi nomeado o desembargador Pero Borges, que servira de corregedor no Algarve[3] , e que tinha reputação de homem justo, se bem que no Brasil veiu a adquirir a de excessivamente severo e pouco caridoso. No regimento que recebeu[4] , foi-lhe concedido conhecer nas causas crimes por acção nova; e teve alcada

---

[2] *Revista do Instituto Historico,* **61**, parte 1ª, ps. 39-57, Rio, 1898. Já fôra antes publicado no *Brasil Historico*, de Mello Moraes. Está impresso támbem na *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, III, 345-350. - (C.).

[3] Elle proprio o diz. Enganou-se, pois, o chronista Andrade, dizendo que o fôra em Elvas. - (A) - Confere, porém, carta de Pero Borges, *süpra*, ps. 234. - (C.).

[4] Não encontrámos até agora o teor deste regimento; porém, temos motivos para suppôr que, com pequenas differenças nos dezoito primeiros artigos e omissão dos cinco ultimos, era analogo ao de 14 de Abril de 1628, dado ao ouvidor géral Paulo Leitão de Abreu. - (A.).

As informações em que o autor se fundou existem na carta escripta por Pero Borges, de Porto Seguro, 7 de Fevereiro de 1550. (Nota X da secção XI). - Conf. J.F. Lisboa, *Obras*, 3, 318. As modificações feitas no regimen primitivo dos donatarios constam da posterior confirmação de doações antigas, ou de cartas de novas doações. Freí Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil,* liv. 3°, cap. I (de. de 1918, ps. 148-149), diz em resumo: os capitães proprietarios ficaram sem alçada no crime, devendo dar appellação para o Ouvidor geral; no civel sua alçada foi rebaixada a vinte mil réis; o Ouvidor geral ficou com o poder de entrar nas terras dos donatarios por correição, e ouvir nellas por acções novas e velhas. - Conf. João Mendes Junior *O proc. crim. Brasileiro,* **1**, 135 Rio, 1901 - (C.).

até morte natural, exclusive, nos escravos gentios e peões christãos livres; aos quaes, quando competisse pena de morte, poderia esta applicar-se sem appellação, concordando nella o governador geral, e não concordando, teria de remetter os autos ao corregedor da côrte, com o preso. Nas pessoas de mór qualidade teria o ouvidor alçada até cinco annos de degredo. Taes disposições, de mais rigor do que as contidas nas doações, não deixaram de apresentar alguns inconvenientes, que ao diante se corrigiram, modificando-as. No civel, foi dada ao ouvidor alçada até sessenta mil réis, isto é, até o dobro da que tinha o tribunal da côrte.

Estes poderes eram independentes do governador, que não foi autorizado a amnistiar nem a castigar; e o tempo veio tambem a provar que melhor houvera sido que a magistratura judicial não tivesse delle tanta independencia. Antes de partir, em 15 de Janeiro de 1549, recebeu Borges a promessa de ser feito desembargador da supplicação se bem servisse, e dois dias depois ordenou elrei que á sua mulher, Simoa da Costa, se mandassem abonar quarenta mil réis annuaes (4).

O cargo de provedor mór da Fazenda alcançou Antonio Cardoso de Barros, cujo nome não nos é estranho, pois foi elle o donatario mangrado de uma das doze capitanias da costa. Era a Antonio Cardoso mui recommendado em seu regimento o providenciar convenientemente, em cada uma das capitanias, acerca das casas da alfandega e dos contos (da thesouraria), e fazer pol em ordem a escripturação dellas, organizando, em livros separados, os lançamentos das differentes rendas e direitos; — emfim, cumpria-lhe prover e zelar tudo o que respeitasse á Fazenda publica.

Para este fim, o seu regimento foi acompanhado de outro da mesma data (5) aos provedores e officiaes das capitanias, os quaes até então faziam o que bem lhes parecia: e sem lei que os sujeitasse, não podiam zelar muito os interesses da Corôa, quando em alguns pontos, como Itamaracá e São Vicente, eram

(5) Cópias no Instituto Historico. — (C.).

(6) Datado de Almeirim, aos 17 de Dezembro de 1548. — (A.). — O regimento dado a Antonio Cardoso de Barros foi publicado na *Rev. do Inst. Historico*, 18, (1855); o dos provedores das capitanias foi dado em extracto por J. F. de Abreu; o *Brasil Historico* traz muitas das primeiras nomeações, segundo copias existentes no Instituto Historico, e extrahidas sob as vistas de A. Gonçalves Dias. — (C.). — O regimento de Antonio Cardoso de Barros e o dos provedores estão publicados na *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, III, 350-359. — O ultimo foi ainda na *Rev. do Inst. Historico*, 67, parte 1.ª, 189-204. — (G.).

elles ao mesmo tempo os delegados dos donatarios. A este regimento deveram todas as capitanias os livros das provedorias que, bem compulsados, serão a melhor fonte das historias parciaes de cada uma das provincias, que ainda os conservem, como os conserva a de São Paulo; os quaes, apezar de folheados por Taques e Fr. Gaspar, ainda podem offerecer á curiosidade publica e á chronica da provincia muitas noticias importantes (7). Com a organização das provedorias, não sómente ganhou o Estado, estabelecendo sua boa arrecadação, como gauharam muitos particulares, em terem em taes livros um tombo das suas sesmarias.

Os provedores são por esse regimento encarregados da cobrança do dizimo, e declarados juizes das respectivas alfandegas, acerca do melhor serviço das quaes se dedicam muitos artigos. As ordens dos provedores se deixam os escrivães, que ás vezes o eram igualmente das alfandegas, e tambem os recebedores e almoxarifes e seus escrivães. Para a cobrança dos direitos do dizimo da calda do assucar e outros, se obriga aos almoxarifes a ter um livro com os nomes dos lavradores (8). Dispõe-se acerca dos testamentos, e da fazenda dos defuntos e ausentes que devia ser enviada a Lisboa, por um dos primeiros navios, ao thesoureiro dos defuntos de Guiné. Concede-se aos provedores o julgarem, sem appellação nem aggravo, sobre as anteriores datas de sesmarias; havendo sómente a tal respeito appellação ao provedor mór, em valores maiores de dez mil réis. Prohibe-se aos colonos internarem-se pela terra, e communicarem por esta via de uma capitania ás outras, afim naturalmente de favorecer-se a navegação. Providencia-se acerca do commercio de cabotagem, estimulando sobretudo por meio de allivio dos tributos e de premios, os barcos de remos de mais de quinze bancos. Igualmente se procura promover já no Brasil, para que se aproveitem suas boas madeiras, a construcção de navios de cento e trinta toneis para cima. Declara-se finalmente independente da mais justiça da terra a administração da Fazenda.

---

(7) Deste aviso, que já se publicára na 1.ª edição (I, p. 194), resultaram muitos documentos obtidos na provedoria de Pernambuco, pelo fallecido commendador Mello. — (A.). — Antonio Joaquim de Mello, autor da *Biographia de alguns poetas e homens illustres da Provincia de Pernambuco*. — (C.).

(8) Se taes livros se encontrassem ainda em Porto Seguro e nos Ilhéos, que noticias não nos poderiam elles offerecer! — (A.).

Para o cargo de capitão mór da costa foi escolhido o mallogrado donatario de Campos, Pero de Góes, que, á custa dos trabalhos passados, tão bem conhecia as terras e os mares do Brasil; pelo que não trazia elle outro regimento mais do que o governar-se pelo que lhe désse Thomé de Sousa.

Além destes quatro chefes, foram desde logo nomeados, com os competentes estipendios:

Francisco Mendes da Costa, escrivão dante o provedor da Fazenda;

Antonio dos Reys, escrivão da provedoria, alfandega e defuntos;

Pedro Ferreira, thesoureiro das rendas;

Miguel Moniz, escrivão dos contos;

Christovão de Aguiar, almoxarife dos mantimentos, tendo seu escrivão;

Manuel Lourenço, vigario da igreja matriz;

Diogo de Crastro (sic), boticario;

Luis Dias, mestre das obras da fortaleza; ao qual depois succedeu Lopo Machado (9);

Miguel Martins, mestre de fazer cal;

Diogo Peres (sobrinho do anterior), mestre pedreiro, além de muitos outros; bastando-nos dizer que o numero total dos que se embarcaram, vencendo ordenados, subia a trezentas e vinte pessoas (10).

Para a segurança da terra ordenára elrei que cada donatario tivesse em sua capitania, com a polvora necessaria, pelo menos dois falcões, seis berços, seis meios-berços, vinte arcabuzes ou espingardas, vinte béstas, outras vinte lanças ou chuços, quarenta espadas e outros tantos gibões de armas de algodão, dos que se usavam.

Aos senhores de engenhos e fazendas obrigava a quatro terços de espingardas, vinte espadas, dez lanças ou chuços, vinte dos ditos gibões; e a todos os outros moradores ao menos a alguma arma; devendo, os que a não tivessem, tratar de have-la dentro de um anno. Ao provedor mór competia fazer este exame, e comminar as penas em caso de falta. Tal foi o começo da milicia regular de segunda linha no Brasil.

---

(9) Este veio em companhia de D. Duarte da Costa; Luis Dias só se mudou para o reino com Thomé de Sousa. — (C.).

(10) Destas nomeações existem cópias no Instituto Historico e na Bibliotheca Nacional. Diogo Peres, sobrinho de Luis Dias, não de Miguel Martins. — (C.).

O tempo veiu logo a confirmar o acerto de todas estas providencias, e ainda mais a escolha do varão avisado que foi incumbido de lhes dar cumprimento; sendo que muitas vezes as mais acertadas se mallogram ao ser a sua execução confiada a um individuo que não se acha na altura de quem as concebeu.

Porém a capitania da Bahia pertencia de direito ao filho do donatario. Este ficára pobrissimo, e sem meio algum para proseguir na malfadada empreza de seu pae, ainda quando para isso tivesse mais fortaleza de coração que elle. Contractou, pois, com a corôa de ceder-lhe a capitania, a troco de um padrão de quatrocentos mil réis de juro por anno, pagos pela redizima da mesma capitania, e vinculados para si e seus herdeiros (11). Antes de prompta a expedição, escreveu el-rei, por um barco que largava para o Brasil, a seguinte carta régia ao Caramurú: «Dioguo Alvares. Eu el-rey vos envio muyto saudar. Eu ora mando Thomé de Sousa, fidalgo de minha casa, a essa Babya de Todos os Santos, por capitão governador della, para na dita capitania, e mais outras desse Estado do Brasil, prover de justiça della e do mais que ao meu serviço cumprir; e mando que na dita Bahya faça hũa povoação e assento grande e outras cousas do meo serviço; e porque sou informado, pela muita pratica e experiencia que tendes dessas terras e da gente e costumes dellas, o sabereis bem ajudar e conciliar, vos mando que tanto o dito Thomé de Sousa lá chegar, vos vades para elle, e o ajudeis no que lhe deveis cumprir e vos elle encarregar; porque fareis nisso muito serviço. E porque o cumprimento e tempo de sua che-

(11) No Liv. 7.º f. 110 v. da Chancell. de D. João III, está lançada a portila por Christovão Benavente, mestre em artes e escrivão da Torre Tombo, em favor de Manuel Coutinho. A este ultimo foi passada a carta de juro, em 16 de Agosto de 1576; — e se constituin, em seus descendentes, o chamado *Morgado do Juro* que por descuido dos ultimos herdeiros chegára a prescrever, quando, em 1796, José de Seabra, *sendo ministro do reino*, alcançou o decreto de 13 de Maio, supprimindo por seus serviços a prescripção em favor de seu filho, e agraciando a este na qualidade de herdeiro de sua mãe. — (A.). — Esta se chamava D. Anna Felicia Coutinho Pereira de Sousa Tavares da Horta e Cerveira, 11.ª administradora do morgado de juro da redizima da Bahia, 12.ª do da Cerveira de Santarém e outros. O filho, Manuel Maria da Piedade Coutinho de Seabra, tem tambem o titulo de visconde da Bahia, sem memoria ao seu avô materno Francisco Pereira Coutinho, que em 16 de Agosto de *1560* lançou os fundamentos daquella antiga metropole do Brasil», escreve o marquez de Resende no *Elogio historico de José Seabra da Silva*, 19, cf. 71, Lisboa, 1863. — A data *1668* está evidentemente errada: se fosse *1586* em vez de *1668*, combinaria com a sesmaria concedida a Diogo Alvares, transcripta supra, secção XII, e podia bem ser exacta; parece, porém, que Resende confundiu a data da fundação da capitania com a do padrão de 400$000. — (C.).

gada, ache abastada de mantimentos da terra, para provimento da gente que com elle vay, escrevo sobre isso a Paulo Dias, vosso genro, procure se haverem, e os va buscar pelos portos dessa capitania de Jorge do Figueiredo, sendo necessario vossa companhya e ajuda, encommendo-vos que o ajudeis, no que virdes que cumpre, como creyo que o fareis» (12).

Apromptada a nova expedição colonizadora da Bahia e regeneradora do Brasil, partiu ella de Lisboa no primeiro de Fevereiro, e aportou no seu destino a 29 do seguinte mez (13). Constava a armada de tres naus (Conceição, Salvador e Ajuda), duas caravelas e um bergantim. Viera na primeira o proprio Thomé de Sousa, na segunda Antonio Cardoso, e capitaneava a terceira Duarte de Lemos. As caravelas eram mandadas por Pero de Góes e Francisco da Silva (14). Haviam acompanhado a Thomé de Sousa, além dos chefes mencionados e as outras pessoas notaveis, que deviam exercer cargos importantes, o padre Manuel da Nobrega, com outros religiosos da Companhia de Jesus (15), designados para fundarem o primeiro collegio na Bahia, muitos casaes que vinham ahi estabelecer-se, seiscentos homens de armas e quatrocentos degradados.

---

(12) Segue: Bertolameu Fernandes a fez em Lisboa a 19 de Novembro de 1548. — Rei. «Sobrescripto — Por El-Rei — A Diogno Alvares, cavalleyro de sua casa, na Bahya de Todos os Santos.» Veja a noticia do achado deste documento, pelo autor, no *Diario Official* do Rio de Janeiro de 13 de Dez. de 1872. — (A.) — Na 2.ª edição desta obra sahiu 13 de Nov., em vez de 13 do mez seguinte, como foi realmente. Candido Mendes põe em duvida a autenticidade deste documento, que, comquanto conhecido desde o seculo XVIII, parece suspeito. De facto, se em 1549 D. João III chamava Diogo Alvares cavalleiro de sua casa, difficilmente explica o facto de em 1564, *supra*, secção XII, nota VII, escrever em papel official: «Diogo Alvares Caramoru que *diz* ser cavalleiro da minha casa». — Cal. O. M. de Almeida. *Rev. do Inst. Historico*, 39, parte 2.ª, 23, Rio, 1876. Por carta de Thomé de Sousa sabemos que Fernand'Alvares de Andrade mandou antes da armada uma caravela para preparar mantimentos. Por ella poderia vir esta carta ou outra similhante. Fernand'Alvares de Andrade foi pae de tres escriptores: frei Thomé de Jesus, Diogo de Paiva de Andrade e Francisco de Andrade, autor da Chronica de *D. João III*, publicada em 1613. — (C.).

(13) Primeira carta de Nobrega escripta da Bahia. (Coll. na Bibl. Pub. de Evora, [aliás, Rio]). Na traducção italiana imp. em 1558, na Coll. *Diversi avisi*, etc., lemos que a viagem fôra de 56 dias, o que daria a chegada a 26 de Março. — (A.). — Valle Cabral, *Cartas de Nobrega*, 62, nota com razão que o autor esqueceu que Fevereiro tem 25 dias e o anno não era bissexto. — (C.).

(14) Francisco de Andrade, *Chronica de D. João III*, 4, 32. As duas caravelas, segundo se deduz dos assentamentos de Thomé de Sousa e Antonio Cardoso de Barros, chamavam-se *Leôa* e *Rainha*. O bergantim podia chamar-se *São Roque* ou *São Iago*. — Além disso, informa Thomé de Sousa em carta de 18 de Julho de 1551, Fernand'Alvares de Andrade fretou e mandou em sua companhia duas naus, que deviam tornar carregadas de brasil, mas foram de vasio. — (C.).

(15) Os companheiros de Nobrega foram os padres João de Aspilcueta Navarro, Leonardo Nunes, Antonio Pires, os irmãos Diogo Jacome e Vicente Rodrigues. — (C.).

Os Jesuitas estavam em Portugal recebendo todo o favor do governo, e já antes haviam passado alguns á Asia, contando-se no numero o padre Francisco Xavier, hoje canonizado pela Igreja (11).

Deixemos, porém, fundear successivamente todos os navios nessa espaçosa Bahia, e dediquemos a nossa attenção a percorre-la em todos os seus reconcavos, não só até onde os olhos podem alcançar, do ancoradouro para o interior, como pelo reconhecimento que vamos a emprehender de toda ella, para melhor fazermos idéa do local, onde ora nos achamos.

Chamaram os primitivos descobridores Bahia de Todos os Santos a um lagamar que se fórma na costa do Brasil, em altura de treze graus escassos, com a entrada voltada ao sul. E um mar povoado de muitas ilhas, e circumdado, na extensão de umas vinte leguas, de caprichosos remansos e portos, onde despejam suas aguas infinidade de regatos, que correm atravez de terras cobertas de viçosa vegetação, deixando o solo fertilizado e cortado, para um e outro lado, por frequentes igarapés ou esteiros. A maior das ilhas, e que se pode quasi considerar continuação da terra firme (sendo apenas desta separada por um canal coberto de pequenos ilhéus, que formam como a ossada da continuação de uma a outra) tapa e abriga de tal modo do lado de fóra o dito lagamar, que, em sua extensão de seis leguas, se reduz o contorno dessa ilha á costa bravia do mar.

Á mão esquerda de quem entra na Bahia, vêm affluir as aguas do rio Paraguassú, de margens pintorescas e elevadas, navegavel por barcos grandes até a Cachoeira, que deu nome á actual cidade perto della, que assim se nomeia. Antes de chegar á mesma cachoeira, as aguas se derramam pelos vastos e ferteis seios de Iguape e Maragogipe, separados por um grande lago, no meio do qual campeia a ilha chamada dos Francezes, que, segundo a tradição, presenciou a derrota que lhes deu Christovão Jacques. Á mão direita, ao entrar do mar na mesma bahia, em distancia de uma legua, se mette pela terra dentro um esteiro de muito fundo, e capacidade para naus de primeiro porte, denominado de Pirajá. Logo detraz deste, estão as vertentes de um ribeiro chamado então Camuriji (16), e hoje Vermelho, que indo com as suas

(16) Rio da Camuria, segundo Anchieta. — (A.)

aguas lançar-se na costa do mar, e por conseguinte fóra da barra, deixa como ilhada toda a extensão de terreno, geralmente montuoso, aquem delle, desde o Pirajá até á costa. Um dos pontos dessa extensão mais proximo ao mar tinha, com preferencia a qualquer outro, de ser escolhido para o primeiro assento da cidade, quando reunisse a circumstancia de não ficar longe do melhor ancoradouro dos navios. Para os fundos do Reconcavo, desde as bocas do Paraguassú e do Pirajá, ha uma infinidade de outros reconcavos menores, cujas terras são fertilissimas; distinguindo-se os valles do Acupe (17) e Santo Amaro, e tambem os de Mataripe, Paré e Cotegipe. A amenidade e primor destes terrenos, abundantes alguns de marisco, se realça com a presença de varias ilhas, taes como as de Cajaiba, Madre de Deus, Bimbarra, Maré, Frades e outras. É uma paragem, esta da Bahia, por muitos titulos analoga á da antiga Grecia, e se é verdade que a impressão do logar, em que se é creado, exerce no homem grande influencia, não se deve estranhar que, em todo o Brasil os Bahianos se tenham sempre distinguido pelo engenho.

Apenas fundeada a armada, acudiram de terra muitos colonos, antes nella estabelecidos, e que, apezar do triste successo do donatario Coutinho, haviam tido manha para conservar-se em meio dos gentios. Eram mais de quarenta (18), e entrava neste numero Diogo Alvares, ahi residente havia perto de quarenta annos, e de quem já em outro logar fizemos menção, e devemos mais adiante tratar de novo; visto que, com o nome de *Caramurú*, chegou a adquirir celebridade na nossa historia.

Os da armada foram logo aposentar-se junto da arruinada capellinha da Victoria, que concertaram, para nella começarem a celebrar suas praticas religiosas. Ficava esta

---

(17) O foro do Acupe, formado pelas aguas de Igoape, atravez de pedra de grés, que fórma a cosca da bahia, é um phenomeno geologico digno de estudo — (A.).

(18) Primeira carta de Nobrega na Bibl. Nac. (*Cartas*, 49). Outro colono de importancia, que já ahi encontrou Thomé de Sousa com filhos, foi Paulo Dias, por quem, em 7 de Agosto de 1558, escreveu o Dr. Pero Borges uma carta de recommendação a el-rei, relatando os serviços delle. F. d'Andrade conta trinta, e accrescenta que estavam ahi com Grammatão Telles. Todos serviriam de apoio aos recem-chegados, ainda não vagueando ou *tapejáras*, como elles. — (A.). — Conf. C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Historico*, 39, parte 2ª, pg. 20. De um Gramatão Telles na Africa, em 1527, fala Fr. Luis de Sousa, *Annaes de D. João III*, 215. — (C.).

logo á entrada da bahia, no local onde já antes fôra assentada a povoação, a qual igualmente estivera por algum tempo mais no fundo do Reconcavo, na defensavel peninsula de Paripe, entre a propria Bahia e o esteiro de Matuim; visto que, trinta e tantos annos (10) depois, era esse local considerado como o assento da primeira povoação neste porto.

Em todo caso, Thomé de Sousa tinha no seu proprio regimento, como vimos, instrucção de mudar a povoação do logar em que estava, se encontrasse outro melhor. E reconhecendo-se que a paragem da Victoria demasiado junto da barra, ao mar do ancoradouro, e falta de agua, não era a mais a proposito para a cidade, tratou da escolha de outro local, que não tivesse taes inconvenientes.

Estudada minuciosamente a topographia do terreno vizinho, apresentaram-se pareceres para que a nova cidade se assentasse sobre a peninsula de Itapagipe, que se fórma desde o ancoradouro até o esteiro de Pirajá, isto é, nas immediações do sitio, hoje chamado do Bomfim, para onde espontaneamente ora se vão agrupando muitos moradores (11). Ponderavam os de tal parecer, que nessa peninsula, começando a edificação desde o pontal, por ser o terreno plano, as ruas se traçariam melhor, as casas ficariam seguras e a abrigo de desmoronamentos, que pareciam imminentes nas immediações do ancoradouro, e a fortificação se executaria com mais facilidade, por isso que a defensa da banda da terra se limitava á de um pequeno isthmo. Accrescia que, quanto ao ancoradouro, mais seguros se achariam os navios, para aquella banda, dos ventos do quadrante do sul, visto que não seria difficil remover ou acautelar os inconvenientes de uma pequena restinga que por ali se estendia. Desse ancoradouro os navios descobririam ao longe a barra, entre a ponta do Padrão e a ilha de Itaparica, e pode-

(10) Segundo Gabriel Soares, *Paripe* tambem se dizia *Porto do Tubarão*. Era uma adulteração do *Iperú-Ipe*. — (A.). — Gabriel Soares diz effectivamente, *Tratado*, 133, 1.ª ed., 124, 2.ª ed.: «Paripe é a mais antiga povoação e *julgado* da Bahia». *Julgado* tem significação precisa: á, informa Bluteau em seu Vocabulario, e repete Moraes quasi nas mesmas palavras, «povoação que não tem pelourinho, nem goza dos privilegios de villa, mas tem justiça e juizes que julgam». Com isto concorda o que se lê em Gandavo, *Historia da Provincia Santa Cruz*, cap. 3.º: «Quatro leguas pela terra a dentro está outra povoação que se chama Paripe, que tambem tem jurisdicção sobre si». Gabriel Soares não implicou, pois, precedencia chronologica, nem relativamente a *Villa Velha*, nem á cidade do Salvador. — (C.).

riam prevenir-se a tempo contra os inimigos que se apresentassem a entra-la.

Apezar, porém, de tão judiciosas opiniões, prevaleceu a de subordinar-se o assento da cidade ao pouso até ali habitual dos navios, ajudando muito para isso a circumstancia de uma fonte na praia, e junto ao logar mais conveniente para o caes, da qual os mesmos navios faziam aguada. Vinha esta paragem a ficar situada á meia distancia, entre a reputada melhor e a povoação primitiva.

O tempo veiu a mostrar que ainda não era a mais a proposito; e a voz geral, que assim o apregoa, sirva de exemplo da muita circumspecção que devem ter aquelles a quem cabe a gloria de fundar uma cidade ou qualquer outra povoação, em paragem que ha que occupar ou que civilizar.

Ha que advertir que, do lado do norte da Bahia desde a barra, ou antes desde o local vizinho a esta junto á primitiva povoação, para dentro, o solo se eleva sobre a praia, apresentando uma serie de encostas pendoradas, cuja terra vermelha, então vestida ainda de mato virgem e em algumas partes já de capoeiras, originadas pelas roças dos colonos do primeiro donatario, se desmorona com facilidade. A chapada de uma dessas encostas mais vizinhas ao ancoradouro foi o sitio pelo qual Thomé de Sousa por fim se decidiu, talvez porque, devendo a nova cidade ser ao mesmo tempo praça forte, julgou conveniente a esta uma paragem tanto a cavalleiro sobre os contornos, com agua potavel perto, corrente por um lado e nascente por outro; circumstancia que tambem se não dava em Itapagipe, e que era importante a quem não podia começar por construir um aqueducto.

Sobre a encosta se abriram obliquamente duas ladeiras, hoje denominadas do Pau de Bandeira e da Misericordia, que conduziam desde a praia ás portas da cidade, de uma e outra parte della. A mesma cidade coroava a chapada de norte a sul, desde o local que foi dado para collegio dos Padres da Companhia, até o em que, sob a invocação de N. S. da Ajuda, se edificou a primeira capella-matriz (20). E

(20) A nova cidade, escreveu Valle Cabral, bahiano e muito conhecedor de sua terra, era comprehendida entre o logar que depois tomou o nome de terreiro de Jesus e o largo do Theatro, actual praça Castro Alves. — Nobrega. *Cartas*, 48, n. 3. — (C.).

ahi, roçado o mato, Thomé de Sousa, como prudente capitão que era, se foi aproveitando delle para construir uma forte tranqueira, com a qual desde logo ficassem os colonos ao abrigo das inconstancias do gentio. — Terraplenado um tanto o local, traçou as ruas e praças, fez a distribuição de differentes solares, marcando o dos paços do concelho, da casa do governo, e da dos contos. Para a primeira vivenda dos colonos, construiram-se provisoriamente, com ajuda de muitos indios, alguns como tujupares cobertos de palma. Depois tratou Thomé de Sousa de dar mais solidez á cerca, substituindo-a por uma forte muralha de taipa, com duas torres para o lado do mar e quatro pela banda da terra, de que já não restavam vestigios alguns manifestos nesse mesmo seculo, segundo Gabriel Soares.

A este arraial, ainda apenas em principio, deu o primeiro Governador Geral do Brasil o religioso nome de «*Cidade do Salvador* (21)», e assim se lhe chama em todos os documentos contemporaneos, e não cidade de São Salvador, como hoje dizem, talvez porque este nome foi o preferido na bulla da creação do bispado. — Ao mesmo tempo deu á *futura* cidade por armas em campo azul uma pombinha (22), tendo no bico um ramo de oliveira com a divisa «*Sic illa ad Arcam reversa est*». — E em verdade a cidade do Salvador era effectivamente o symbolo da paz com que o Senhor acudia ao Brasil. Ao logarejo primitivo junto á barra se ficou por muito tempo chamando *Villa Velha* (23), sendo que com tão poucos annos precedera a sua nascença á da sua orgulhosa vizinha. Esta, dentro de alguns mezes, já contava com casas regulares, todas no alto; pois que as da praia, tão expostas, apezar da muralha, a ser soterradas por algum desmoronamento, já se construiram muito depois, em virtude das exigencias do commercio, que se occupa

(21) Brito Freire andou correcto, designando a cidade com este nome, em vez de São Salvador, como outros já no seu tempo. — (A.).

(22) Segundo Gabriel Soares, *Tratado*, 115, foi D. Duarte da Costa quem deu por armas á cidade «uma pomba em campo verde com um rolo á roda branco, com letras de ouro que dizem — *Sic illa ad Arcam reversa est* — e a pomba tem tres folhas de oliva no bico». Informa Fr. Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil* (ed. de 1918, pg. 102-103), que os indios velhos comparavam o Brasil a uma pomba, cujo peito é a Bahia, e as asas as outras capitanias, porque diziam que na Bahia está a polpa da terra. — (C.).

(23) Tambem povoação do Pereira. — (C.).

mais do presente, que do futuro. O termo da cidade foi fixado, na conformidade do proprio regimento dado a Thomé de Sousa, á distancia de seis leguas para cada banda, exceptuando-se as terras já doadas.

Por tres capitulos do seu regimento, vinha o Governador Geral autorizado para conceder sesmarias nesta capitania, em nome d'elrei, com as mesmas clausulas que as davam os donatarios nas outras. Dellas se lavrava methodicamente um tombo, que não existe. Terras no esteiro de Pirajá sabemos, porém, que foram dadas a Simão da Gama de Andrade (IV), o qual tendo vindo por commandante do galeão S. João Baptista, preferiu ali ficar, recebendo uma legua de sesmaria, além da ilha dos Frades, em 17 de Janeiro de 1552. No Pirajá tiveram igualmente sesmarias Affonso de Torres e João de Velosa (24). A extensa ilha de Itaparica foi por Thomé de Sousa, ou por seu successor, doada a D. Violante de Tavora, mãe do Conde da Castanheira, então ministro da Corôa; mas nem a agraciada, nem os seus herdeiros vieram della a aproveitar-se, apezar da outorga pelo Soberano de um foral e de muitas confirmações régias, por se haver sempre opposto ao acto de posse a Camara da cidade, allegando uma clausula do dito regimento de que o Governador a cada pessoa só daria de sesmaria a terra que pudesse beneficiar, obrigando-se a ir nella viver dentro de tres annos, o que não se realizára com a mencionada D. Violante, nem com seus herdeiros. — A cultura progrediu de modo que nesse anno já a freguezia da terra recebeu setenta e seis mil réis de dizimo (25).

A falta de gados que depressa se fez sentir, como uma das necessidades mais urgentes das roças e lavouras, acudiu Thomé de Sousa, mandando desde logo que uma caravela, a

(24) A terra de João de Velosa fôra concedida por Francisco Pereira Coutinho. Nella fez começada obra para um engenho, que depois se deixou damnificar; em 1555 tinha apenas uma casa de taipa descoberta e roças de alguns mantimentos. A' vista disto el-rei mandou a D. Duarte da Costa que a tomasse para nella fazer um engenho por conta da fazenda. Constava então que João de Velosa estava na ilha da Madeira. — Livro 1.º dos *Provimentos seculares e ecclesiasticos*, folha 102. — Bibl. Nacional. — Cont. *Rev. do Inst. Historico*, 3 (1841), pg. 376. — (C.).

(25) Na carta do vigario do Salvador, de 3 de Agosto de 1550, lê-se o seguinte: «...agora quero lembrar a Vossa Alteza a mercê que me prometteu fazer (pelo bispo de São Thomé), pedindo-lhe eu um terço dos dizimos desta egreja que este anno de quinhentos e cincoenta estão arrendados em setenta e seis mil réis, e me despachou que me fazia, mas que primeiro queria ter informação de como eu governava o cargo que acceitára». — *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, III, 360-361. — (C.).

Galga por nome, fosse exclusivamente destinada a ir busca-los ás ilhas de Cabo Verde, levando para a permuta cargas de madeira, a qual obtinha nesse archipelago mui subido preço (26). Braços para o trabalho não escasseavam. Os indios comarcãos se acardumavam em torno da civilização, para desfructar della os beneficios, com o suor do seu rosto, conforme o divino preceito; e a troco de machados, tesouras, anzóes, espelhos ou avellorios, ajudavam ás roças e plantações. Porém não reconheciam autoridade nem direito algum, e a vida patriarchal não pode subsistir sem a obediencia mais ou menos cega da communidade. Os roubos eram frequentes, e os castigos reputados mui injuriosos ataques. Se, porém, a amizade durava, se era sincera a alliança com alguma cabilda, este só facto excitava o ciume de outra vizinha, dali duas ou tres leguas, que, declarando-se em hostilidade contra os amigos de seus rivaes, os assaltava quando descuidados. Deste modo foram victimás do cannibalismo quatro desgraçados colonos, que se atreveram a embrenhar-se um tanto pelo interior. — Soube-o Thomé de Sousa: e encarregou da desaffronta a Pero de Góes, o qual, conseguindo prender dois principaes dos culpados, os mandou fusilar á boca de um canhão (27), como primeiro ensaio do systema de terror, que os proprios padres da Companhia, começando por Nobrega, julgaram de boa fé que era o mais conveniente para a sujeição dos adultos; seguindo-se depois, e só depois, os esforços para a conversão pacifica pelos meios da caridade evangelica, e pelos mais de que dispõe a nossa religião, cujo chefe morreu por nos salvar, e cujos principios são axiomas de moral em qualquer paiz. Na verdade mais que nenhuma outra é ella «merecedora de converter a si as almas pelo resplandor da doutrina, pela nobreza do sacrificio, pela policia do culto, pela pureza dos costumes, pela justiça e justificação dos preceitos, pela magestade do premio», segundo se expressa

(26) «Este anno passado, veio a esta cidade a caravela *Galga* de Vossa Alteza com gado vaccum, que é a maior nobreza e fartura que pode haver nestas partes, e eu a mandei tornar a carregar no Cabo Verde do mesmo gado para tornar aqui, que isto era o que lhe a Casa da India dava por regimento, e a mandei carregada de madeira, porque val muito no Cabo Verde. Ha um anno que é partida daqui e nom tenho nova della. Se nom é arribada, deve ser perdida, que este anno passado de cincoenta se haverá medo delle nestas partes, emquanto houver memoria de homens». — Carta de Thomé de Sousa, de 18 de Julho de 1551, na *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, III, 361-362. — (C.).

(27) *Ibidem*. — (C.).

um dos primeiros escriptores (Lucena, 2, cap. 12) da nossa lingua. Para a conversão dos columins, ou crianças gentias, os meios que melhor se estrearam foram principalmente a musica, o canto e o apparato deslumbrador das ceremonias, que os enfeitiçava. Feitos acolytos os primeiros piás mansos, todos os mais caboclinhos lhes tinham inveja, do que se aproveitavam os jesuitas entrando com elles pelas aldeias em procissões, de cruz alçada, entoando a ladainha, cantando rezas e arrebanhando muitos; com o que se honravam ás vezes os paes. A musica attrahiu assim á civilização, do meio dos bosques, muitos que se estavam criando para homens-feras; e Nobrega foi quasi um segundo Orfeo em nosso paiz.

O P. João de Aspilcueta Navarro, aproveitando-se do trato de tantos piás, começou com assiduidade a estudar a lingua, a reduzi-la á grammatica, e por fim a prégar nella: e para que os sermões produzissem mais effeito, e não parecessem menos inspirados e persuasivos que as endemoninhadas praticas dos pajés, tratou até de imitar os usos destes, fazendo biocos e visagens, dando de quando em quando gritos mais agudos, batendo com o pé no chão, etc. (28) — Com isto não fazia mais do que, muito antes delle, haviam feito na Europa os apostolos do christianismo, que capitularam muitas vezes com o paganismo, admittindo varias praticas barbaras. — Ao mesmo tempo o P. Nobrega prégava aos colonos, e dirigia a escola, á qual concorriam não só os filhos destes, como varios meninos orphãos vindos de Lisboa, e até alguns piás da terra. O collegio jesuitico se estabeleceu num dos logares mais bellos da cidade, sobranceiro á bahia, com vistas não só para ella até mui longe, onde já apparecem pardo-azuladas algumas das ilhas que a povoam, como tambem para o mar á grande distancia (29).

---

(28) Navarro encontrou facilidade em aprender a lingua da terra por ser conhecedor do euskara. Referindo-se a um mestre João que devia estar no mesmo caso, escrevia Nobrega a Simão Rodrigues: «Tambem me parece que mestre João aproveitaria cá muito, porque a sua lingua é similhante a esta, e mais aproveitar-nos-emos cá de sua theologia», *Cartas*, 50. Em outra escreve: «e já sabe (Navarro) a lingua delles que, ao que parece, muito se conforma com a biscainha, de modo que com elles se entende», ib. 65. Navarro, em carta de 28 de Maio de 1550, informa que já tem traduzido «a creação do mundo e a encarnação e os demais artigos da fé e mandamentos da lei, e ainda outras orações, especialmente o Padre Nosso». E' interessante que a primeira grammatica da lingua brasilica fosse devida a Joseph de Anchieta, de origem igualmente biscainha. As relações entre o euskara e o abañeenga são de ordem morphologica; são ambas linguas incorporantes. — O modo de prégação de Navarro parece que não foi approvado pelo bispo D. Pero Fernandes: Nobrega, *Cartas*, 105. — (C.).

(29) Os Jesuitas quizeram se estabelecer primeiro no monte Calvario, onde

Favorecendo os padres foi que Diogo Alvares prestou serviços pelos quaes merece que neste logar lhe dediquemos algumas linhas. Morador na Bahia desde o anno 1510 (30), ahi resistira a todas as inconstancias dos gentios; porque, tendo-se criado entre elles desde moço, talvez fôra já outro gentio em tudo, menos na côr da pelle e no pouco que ainda se lembraria da sua lingua. Tinha muitos filhos, e estava assim aparentado por afinidade, ao modo da terra, com muitos da cabilda a que se aggregára. A tradição, em harmonia com alguns documentos, faz-nos crer que, em certa conjunctura, vendo-se em grande aperto e ameaçado do gentio, usou de um ardil que o salvou, e foi causa de receber dos indios a alcunha de *Caramurú*, por que ficou sendo conhecido. Vejamos qual foi este ardil, e deixemos de parte a questão secundaria de averiguar se teve logar por occasião do primeiro desembarque do colono e quando elle ainda seria muito moço, ou se depois, como imaginamos nós, quando foi arrojado com o donatario Coutinho na costa da ilha de Itaparica (31). Diz a tradição que, achando-se Diogo Alvares na praia, armado de uma espingarda, e vendo-se cercado de muitos gentios, julgou que os amedrontava disparando um tiro, e que tão bom effeito surtiu, que o julgaram munido de um poder sobrehumano, e estiveram logo por tudo quanto quiz. O nome *Caramurú* é o de certa enguia electrica (32), isto é, o de um peixe comprido e fino como uma espingarda, que por suas virtudes de fazer estremecer, e por damnar e ferir, pode-

---

esteve uma das portas da cidade, chamada de Santa Luzia, e mais tarde se fundou o convento do Carmo: «en este tiempo se recogeron los Padres para la ciudad por consejo de Thomé de Sousa por que no estaban seguros de los indios en el monte Calvario, y hizieron unas casas de tapia en el lugar donde agora se edifica el Collegio». *Annaes da Bibl. Nacional*, 19, 82, Rio, 1897. — (C.).

(30) *O Caramurú perante a Historia*, dissertação escripta pelo autor desta *Historia*, premiada pelo Instituto Hist. do Rio de Janeiro, na *Revista*, 14, 129. O mesmo autor cedeu o premio (uma medalha de ouro) para o mesmo Instituto o offerecer em novo concurso. — (A.). — Em 1917, o Instituto Historico instituiu novamente premios a trabalhos notaveis de Historia, Geographia e Ethnographia, e um desses (medalha de ouro) coube, com absoluta justiça, á *Lingua dos Caxinauás*, do eminente mestre, primeiro annotador deste livro, Capistrano de Abreu, que, prevalecendo-se do «precedente aberto pelo benemerito Francisco Adolpho de Varnhagen, gloria da Patria e lustre desta casa», offereceu ao Instituto o mesmo premio para outro concurso. — Conf. *Rev. do Inst. Historico*, 83 (1917), ps. 790-791. — (G.).

(31) E' pouco provavel a ultima supposição, porque em tão pouco tempo a alcunha se não teria divulgado tanto. — Conf. C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Historico*, 39, parte 2.ª, ps. 17 e segs. — (C.).

(32) O nome *caramurú* designava um peixe de mar (*Lycodontis moringa*), hoje mais vulgarmente conhecido por *moreia*. — Conf. Rodolpho Garcia, *Glossario* annexo á *Hist. de la Mission*, ps. 23. — (G.).

ria ser applicado ao tremendo instrumento (oriundo tambem agora do mar) e por uma facil e insensivel ampliação ao seu portador. Delle Caramurú se valeram muito os primeiros missionarios e o mesmo Thomé de Sousa, para angariar a si os Barbaros vizinhos, com ajuda do temor que se lhes chegou a inspirar.

Os Jesuitas encontraram na Bahia um dos principaes da terra que se dizia christão, e outro que em dois dias aprendeu o alphabeto, e que se propoz a segui-los em tudo. A ambos deram toda a protecção, o que serviu de estimulo a se converterem alguns mais. O padre Leonardo Nunes e o irmão Diogo Jacome foram mandados aos Ilhéus e a Porto Seguro, donde voltaram, depois de ahi colherem alguns fructos espirituaes, entre os colonos e seus escravos.

De volta, e emquanto não iam, como foram logo para S. Vicente, assistiram a uma pomposa festividade que se fez para celebrar o dia de Corpus. As ruas estavam enramadas; havia danças e invenções; jogava a artilheria da cerca do Collegio, e muitas trombetas acompanhavam o côro de vozes que regia o dito padre Leonardo. Com tudo isto se deslumbravam os indios, e a tal ponto que ao depois pediam aos Jesuitas que lhes cantassem, como faziam na procissão.

Maiores embaraços encontravam, porém, estes ecclesiasticos para acudir com remedio á relaxação de costumes, que começava a grassar entre os colonos, sobretudo no que respeitava ao sacramento do matrimonio, pelo exemplo dos gentios e de alguns europeos gentilizados. A falta de mulheres com quem os novamente chegados pudessem casar-se, provocados a isso pelo governador e pelos padres, promoviam nelles tendencias de requestarem as mulheres da terra. Viu-se um colono ir pedir ao governador por mulher uma escrava sua, propondo-se a forra-la; outros brigavam por ver quem havia de ficar com a criada ou ama de uma familia que viera na armada. A vista do que, o padre Nobrega (33) não fazia senão instar para que da côrte mandassem orphãs, ainda que fossem *erradas*, pois que todas casariam, visto ser a terra muito *grossa* (34).

(33) Carta de 9 de Agosto de 1549. — (A.). — Ps. 54-61 da ed. de Valle Cabral. — (C.).

(34) Nobrega empregava *grosso* no sentido de pingue, como se vê dos seguintes trechos: Na primeira carta da edição de Valle Cabral lê-se, ps. 51:

e *larga* (35). E outrosim instavam, tanto Nobrega como o governador, pela vinda de um bispo, para consagrar oleos e chrismar, ou pelo menos de um vigario geral, para castigar e emendar muitos abusos dos sacerdotes, que seguiam, em todas as capitanias, vivendo escandalosamente amancebados. Os seculares, dizia Nobrega (36), com toda a razão, tomam o exemplo dos sacerdotes, e os gentios o de todos. Da propria capitania de Pernambuco, apezar dos esforços do donatario, que ora por velho pouco mandava, diz elle que ali viviam mui seguramente nos peccados de todo genero, e tinham o peccado por lei e costume, e que entre os ecclesiasticos se fazia muito mais escandaloso. «O sertão, accrescentava, está cheio de filhos de christãos, grandes e pequenos, machos e femeas, com viverem e se criarem nos costumes do gentio. Ha grandes odios e bandos; as cousas da igreja mui mal regidas e as da justiça pelo conseguinte.»

Tudo mostrava a necessidade de acudir com prompto remedio á religião, poderosissimo instrumento de civilização e de moral...

Entretanto, os mencionados factos confirmam o que já em outro logar dissemos: que a gente de origem europea posta em contacto com a da terra não a exterminou, absorveu-a: — amalgamou-se com ella. Tal é a verdadeira razão por que de nossas provincias desappareceu quasi absolutamente o typo indio.

Nobrega apenas recebeu para o seu collegio mais padres, como tinha pedido, tratou de espalhar por todo o Brasil os seus combatentes; e com isso, favorecendo a ufoidade proverbial da Companhia, concorreu muito para favorecer tambem a do Brasil, entabolando mais frequencia de noticias e relações, de umas villas para as outras, e contribuindo, com as pacificadoras palavras do Evangelho, para estabelecer mais fraternidade entre os habitantes das differentes capitanias, e

---

em bem acho nesta terra... que é ser a terra *grossa* e todos têm bem o que hão mister, e a necessidade lhes não fará prejuizo algum». E alhures, ps. 54: «E' terra muito *grossa* e larga, e uma planta que se faz uma vez dura dez annos aquella novidade, porque assim como vão apanhando as raizes, plantam logo ramos e logo arrebentam». — (C.).

(35) Isto succedia ao principio. Pouco depois era necessario dar officio aos que quizessem com ellas casar; e Men de Sá o propunha em 1563, o que se não executára. Veja a Carta de Fr. André Torneiro de 20 de Fev. de 1564. Torre do Tombo, P. 1.ª, M. 106, D. 122. — (A.). — Cópia na Bibl. Nacional. — (C.).

(36) Carta de 8 de Agosto de 1549. — (A.). — *Cartas*, 57. — (C.).

para destruir o feio habito, resultante de falta de educação dos habitantes, de se estarem umas ás outras injuriando com doestos, ainda quando mais polidos que os de piratas, ladrões e quejandos. O padre Navarro foi mandado para Porto Seguro, onde estavam os melhores interpretes da lingua tupi (*), talvez ainda, em avançada idade, algum dos deixados por Cabral, e depois pela primeira armada exploradora. Logo o seguiram os irmãos Francisco Pires e Vicente Rodrigues. Este ultimo já ali tinha construido uma hermida, pela qual começava o povo a ter devoção, fazendo romarias; especialmente desde que correu a voz de que uma fonte vizinha era milagrosa para os enfermos. Affonso Braz e Simão Gonçalves foram mandados para o Espirito Santo; o padre Manuel de Paiva tinha ido aos Ilhéus, donde foi obrigado depois a voltar, para tomar conta do collegio da cidade, emquanto Nobrega ia visitar as capitanias do sul (v).

Esta visita se levou a effeito por ordem de Thomé de Sousa, que desejoso de ser informado de tudo, mandou que fossem igualmente para essas bandas o ouvidor geral e o provedor mór, em uma esquadrilha de duas caravelas e um bergantim, ás ordens de Pero de Góes; a qual, zarpando da Bahia, meiado o anno de 1549, entrou successivamente nos Ilhéus, em Porto Seguro, São Vicente; e depois, á volta, no Espirito Santo e outra vez nos Ilhéus.

Na primeira dessas capitanias foram presos alguns colonos, que se haviam refugiado, por crimes de pirataria ou pelo ultrage feito ao donatario da Bahia. Infelizmente, varios delles puderam depois escapar-se para Porto Seguro, onde lhes deu homisio, como dissemos (VI), o donatario do Espirito Santo, que ahi se achava surto no porto de Santa Cruz. Nas outras capitanias se occupou mui zelosamente o ouvidor geral de pôr em ordem as cousas da justiça, mandando que nenhum degradado servisse nos officios, e provendo que os cargos do concelho ficassem reduzidos a um juiz ordinario e dois vereadores, servindo um de provedor e outro de the-

(37) Entre estes devia estar Espinhosa, de quem fala o jesuita Antonio Marques, *Rev. do Inst. Historico*, 48, parte 1.ª, pg. 8: «um grande lingua que se chama Espinhoso, homem que entre ellas tem grande autoridade»; provavelmente é Francisco Bruza de Espinhosa, companheiro de Navarro na entrada no sertão mencionada na secção seguinte: «Castelhano, grande lingua, homem de bem e de virtude e de bons espiritos», segundo testemunha Mem de Sá. — *Rev. do Arch. Publico Mineiro*, 6, 1162, Bello Horizonte, 1902. — (O.).

soureiro; não só pela falta que havia de gente, como porque, dizia Borges, por propria experiencia sabia como as demandas eram em tanto maior numero, quantos mais juizes e escrivães havia. Metteu tambem na ordem alguns tabelliães, que nem estavam encartados, nem juramentados, nem tinham livros de querelas, e as tomavam em pedaços de papel, levando ás partes o que bem queriam. Degradou de umas para as outras capitanias alguns colonos, que viviam abarregados, deixando de o fazer para a costa d'Africa, como dispunham as Ordenações, porque em sua opinião, para a colonização desta terra ir avante, era necessario em muitos casos deixar de seguir estas, que haviam sido feitas «não havendo respeito aos moradores do Brasil».

O provedor mór tambem por sua parte tratou de dar ordem a todas as provedorias, nomeando para ellas pessoas de confiança, e entendendo-se com os donatarios, ou seus locotenentes sobre as melhoras necessitadas nas alfandegas, almoxarifados e collectorias.

Quando o ouvidor geral e o provedor mór haviam despachado de São Vicente, Pero de Góes voltou para o norte (38). Entrando no Rio de Janeiro, encontrou fazendo brasil dois Francezes, que logo prendeu e depois mandou á Bahia. Um era grande lingua, e bem aferrolhado foi mettido em um bergantim, para servir de interprete no commercio da costa. O outro era habil ferreiro, e ficou na cidade do Salvador, fazendo béstas e espingardas. Thomé de Sousa dizia mui tranquillamente delles ao rei que os não mandára enforcar, porque tinha necessidade de gente que não cobrasse do Thesouro.

Do Rio de Janeiro passou Góes ao Cabo Frio, onde encontrou uma nau franceza. Combateu com ella (39), durante dois dias e meio, mas não conseguiu apresa-la, não só pelo

(38) Ha duas versões differentes dos factos passados com Pero de Góes, uma destas em sua carta de 29 de Abril de 1551, publicada na *Rev. do Inst. Historico*, 3, pp. 471-475, com erro de data e de logar no titulo; outra na carta de Thomé de Sousa, de 18 de Julho do mesmo anno. Não combinam entre si: segundo Thomé de Sousa, Góes estave no Rio de Janeiro duas vezes, segundo o proprio Góes, apenas uma vez. Talvez as duas versões se conciliem, admittindo que em carta anterior á que se refere, escripta de São Vicente em Julho de 1550, Góes houvesse contado uma primeira excursão ao Rio, que se limitou á prisão de dois Francezes; por isso nella não falou nominalmente.

O combate não se travou exactamente no Cabo Frio, porém mais a Oeste. — (C.).

(39) Carta de Góes, de 29 de Abril de 1551, *Rev. do Inst. Historico*, 3. — (A.). — Ha tres edições deste tomo com paginação differente. Na 3ª, que é a mais frequente, a carta de Góes está ás pp. 471-475. — Conf. nota anterior. — (C.).

mau estado em que levava a sua esquadrilha, como por se haver apartado uma das caravelas, cujo capitão, Christovão Cabral (40), foi por isso deposto e preso no Espirito Santo, onde Góes teve que demorar-se alguns dias, soccorrendo o ouvidor geral, «por a terra estar quasi perdida com discordias e desvarios, por nom estar Vasco Fernandes nella e ser ido» (41). Seguindo pelos Ilhéus, onde o ouvidor geral se deixou ficar, para continuar na sua correição, veiu Góes a entrar na Bahia em Outubro. De Góes informava o governador, que cumpria em tudo seus deveres de boa vontade, que da terra, em que gastára mais do que tinha, conhecia as industrias melhor que ninguem, e que só por bem do serviço publico se havia dedicado na cidade do Salvador á construcção de uma das suas melhores casas (42).

---

(40) Christovão Cabral fôra nomeado capitão de um dos navios que deviam andar armados no Brasil, a 24 de Janeiro de 1548, segundo documento de que possue cópia a Bibl. Nacional. No governo de D. Duarte da Costa foi commandado um bergantim aos Ilhéus. *Rev. do Inst. Historico*, 49, parte 1.ª, 570, 575. — (C.).

(41) «Não sei se lá, se onde», accrescenta Góes, alludindo aos boatos de que desertára para França, como pensava Duarte de Lemos, em carta que escrevia ao rei, em 14 de Julho de 1550. — (A.). — *Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil*, III, 267. — (G.).

(42) A casa de Pero de Góes foi depois comprada para moradia do Bispo pelo preço de 80$000, dos quaes 40$ foram mandados pagar a 9 de Julho de 52 e 40$ a 6 de Maio de 53. — *Livro 1.º das Provisões*, fl. 313 r., 351 r. 86 depois desta data Pero de Góes partiu do Brasil. — (C.).

NOTAS DA SECÇÃO XV

I

(Pag. 292)

Pedro de Azevedo, na *Revista de História*, 3.º vol. (1911), pg. 68-81 e 137-211, e 4.º vol. (1912), pg. 61-76 e 354-361, publicou quatro importantes séries de documentos que interessam a Thomé de Sousa e sua família. Pensa o erudito investigador português que ha «alguma inexactidão» em affirmar Varnhagen que o primeiro governador do Brasil era filho natural de uma das primeiras casas do reino». No *Nobiliario da Torre do Tombo* (21-x-10), attribuido a Bernardo Pimenta de Avellar Portocarrero, pg. 649, copiou Pedro de Azevedo a respeito da descendencia do prior de Rates, pae de Thomé de Sousa:

«João de Sousa, filho á de Pedro de Sousa de Siabra, foi prior de Rates, e houve em Maria Rodrigues de Faria, de Entre Douro e Minho

Thomé de Sousa
João de Sousa, que morreo na India
Fr.... de Sousa, frade Jeronimo
Pedro de Sousa, clerigo de muita renda
Ellena de Sousa, mulher de... Pereira, corregedor de São Thomé, onde morreo.

Thomé de Sousa, filho deste João de Sousa, foi o 1.º governador do Brasil por el-Rey D. João o 3.º e depois seu vendor e del Rei D. Sebastiam, comendador de Rates da Ordem de Christo e da Arruda. Casou com D. Catarina da Costa, filha do Senhor de Fancas, teve

D. Ellena de Sousa, mulher de D. Diogo Lopes de Lima, senhor de Castro Daire. Bastardos.»

«Thomé de Sousa — accrescenta Pedro de Azevedo — era primo, ainda que não legitimo, de D. Antonio de Athayde, fallecido em 1563, e creado Conde da Castanheira por D. João III, de quem era valido, em 1523. Ao parentesco e á amizade do Conde deveu certamente Thomé de Sousa a bôa collocação na côrte, pois o nascimento irregular, se bem que essa circumstancia nunca cortasse em Portugal a obtenção dos mais altos logares, não lhe permittiria pelas proprias forças fazer carreira.»

Como atraz ficou notado, o prior de Rates, pae do governador Thomé de Sousa, era filho de Pedro de Sousa, dos Sousas do Prado, e de Maria Pinheiro. Esta Maria Pinheiro é a celebrada avó do Conde da Castanheira, a quem os contemporaneos cantavam:

«Mestre João sacerdote
de Barcellos natural
houve de uma moira tal
um filho de bôa sorte
Maria Pinheiro
mãe da mãe daquelle conde
e sua avó verdadeira.»

«Thomé de Sousa e o primeiro Conde da Castanheira, eram netos da pretendida judia e primos em primeiro grau ou carnaes, pois o prior de Ruães e D. Violante de Tavora eram irmãos.»

A data da morte de Thomé de Sousa era ignorada; mas um dos documentos publicados por Pedro de Azevedo (*Rev.* cit., 3.º vol., pg. 151), dá o dia do fallecimento em 28 de Janeiro de 1579. — Ao Conde da Castanheira deu de sesmaria Thomé de Sousa, sendo governador geral do Estado do Brasil, a ilha de Itaparica, o que lhe depois Sua Alteza confirmou, — diz Gabriel Soares, *Tratado*, 137. — (G.)

11

(Pag. 299)

A idéa de aproveitar os Jesuitas na Asia é anterior á approvação da ordem pelo Papa. Já a 17 de Fevereiro de 1538, o Dr. Gouvêa escrevia de Paris a D. João III:

«Eu mandei a carta ao mestre Simão Rodrigues que partiu daqui com seis outros para irem a Jerusalem; elle e seus companheiros fazem grandissimo fructo na Italia, e tal que temos cartas de Roma que o Papa mandou chamar dois delles a Roma, outros dois estão em Milão, dois em Bolonha la grassa, e um outro com certos Italianos que se com elles ajuntaram estão em Ferrara. Ora por que sua tenção era, quando daqui partiram vai em dois annos, de irem a Jerusalem não só pela romaria, mas para verem se podiam converter mouros, e não poderam passar por a armada do Turco, ficaram em Italia onde lhe fazem muito gasalhado e esmola. O principal delles é um mestre Pero Fabro, homem douto e de mui grande vida, e um outro é Inigo, Castelhano: se estes homens se podessem haver per irem a India, será um bem inestimavel. O mestre Simão foi creado do bispo adoaiam e é irmão de outro bolseiro chamado mestre Sebastião, que é um dos que cada domingo recebe nos Cartuxos. São homens proprios para esta obra e se Vossa Alteza deseja de fazer o que sempre mostrou, crea que não podia nem a pedir de boca achar homens mais autos pera converter toda a India. Elles são todos sacerdotes e de muito exempro e lettrados e não demandam nada por amor de Nosso Senhor. Que se spreva ao consul da nossa nação que está em Veneza e a quem por Vossa Alteza faz os negocios em Roma que lhe fale, por que vendo elles cartas de Vossa Alteza tanto mais se moverão, sprevendo ao mestre Simão Rodrigues e o mestre Pero Fabro e ao Inigo abastará, por que estes tres moveram os outros.» — Cópia no Instituto Historico. — (C.)

III

(Pag. 301)

Nesta ponta (de Tapagipe), quando se fundou a cidade, houve pareceres que ella se edificasse, por ficar mais segura e melhor assentada e muito forte, informa Gabriel Soares, *Tratado descriptivo*, 130.

Accrescenta Francisco de Andrade, *Chronica do muyto alto e muyto poderoso Rey deste reyno de Portugal D. João, o III deste nome*, 4, 32:

«O governador depois que viu o logar em que do reyno levava por regimento que edificasse a cidade, entendeu quão differente juizo faz das cousas a vista ou a informação dellas, e que era necessario mudar-se este edificio para outro sitio, porque aquelle não era tão accommodado para seu intento como trazia do reyno por informação, mas por não tomar sobre si só o peso dessa mudança, despois de mandar dizer uma missa ao Espirito Santo, que lhe inspirasse o melhor e o mais acertado, posto o negocio em conselho, a todos pareceu que a cidade se devia edificar meia legua afastada da povoação velha, num logar que todos houveram por convenientissimo para a defensão sua e offensa dos inimigos, quer viessem por mar quer por terra, e com esta determinação se poz logo mão na obra, a que se deu tanta pressa que ao derradeiro de Abril estava já acabada a fortaleza de madeira, com bastante cantidade de artilharia e a cidade quasi toda cercada em roda, provida de todos os officiaes ordenados para o governo della e com todas as officinas para isso necessarias.» — (C.)

IV

(Pag. 301)

Na sesmaria do Simão da Gama, dada a 17 de Janeiro de 1552, lê-se:

«Dou a Simão da Gama o que me pede... com as seguintes declarações, a saber: da ponta do rio do Pirajá para o Norte até ir dar com a dada de sesmaria que tem Affonso Torres e para o sertão uma legua que será o que alvidrar tres homens bons, ou aquella medida que melhor for para se saber a grandura da legua, e isto se entenderá tirando as terras que já tiver dado no dito limite ou meu antecessor (Francisco Pereira Coutinho), aproveitando-as as pessoas cujas forem, porque pedindo-as para as não aproveitarem por sua culpa serão do dito Simão da Gama, e havendo no dito limite que lhe assim nomeio aguas para engenhos, ou para quaesquer outras moendas eu lhas dou com tal declaração que não impida a moenda de João de Vellosa, nem lhe faça nojo algum, e havendo aguas onde se possa fazer engenho d'açucares, elle supplicante será obrigado de fazer moente e corrente dentro em tres annos, e não o fazendo assi poderá o dito Senhor ou quem meu cargo tiver dar a dita agua a quem a aproveite, e com as mais condições de meu regimento que serão todas trasladadas na mesma carta de sesmaria, e quando o dito Simão da Gama ordenar fazer o dito engenho ou engenhos lhe assignarei ou quem meu cargo tiver de que grandura será a fortaleza que fizer e que artilharia será obrigado a ter, o que tudo será segundo a disposição da terra onde fizer os ditos engenhos, e assim lhe dou

o chão das casas donde ora pousa que está no cabo da rua do Sousa e parte com Diogo Muniz Barreto de uma parte e da outra com a travessa que vai para a estrada dos soldados pela qual estrada parte o quintal das ditas casas, e assim lhe dou a ilha dos Frades que está nesta bahia, com todas as aguas que se nella acharem, e sendo para engenho com as condições acima declaradas que o dito supplicante viva nesta cidade ou em seus termos da feitura desta a um anno e meio.» — Cópia na Bibliotheca Nacional. — Simão da Gama ainda vivia em 1570 e tinha um engenho de assucar, o melhor que havia naquellas partes e muita criação de gado. Em 1587 o engenho pertencia á sua viuva D. Leonor Soares, como se lê em G. Soares. — *Tratado descriptivo*, 132, Rio, 1851. — (C.) — Simão da Gama, fidalgo e grande republico na Bahia, morreu de herpes que lhe deram em uma perna, informa Frei Vicente, *Historia*, 153, S. Paulo-Rio, 1918. Foi sepultado na egreja da Misericordia da cidade do Salvador, com um epitaphio que Frei Vicente, *ibidem*, conserva:

« Pela summa caridade
« De Christo Crucificado,
« Está aqui sepultado
« Simão da Gama dandrade,
« Pera ser resuscitado.

Sua viuva D. Leonor ainda vivia na Bahia, em Agosto de 1591, *Primeira Visitação do Santo Officio*, etc., 40, S. Paulo, 1922. — (G.).

V

(Pag. 310)

A 28 de Março de 1550 escrevia da Bahia o Jesuita Navarro: «Seis mezes ha que o Padre Nobrega partiu com a armada a visitar os christãos da costa de São Vicente, e com elle o Padre Leonardo Nunes e Diogo Jacome para ficar com uma terra de gentios chamados Carijós.» — Pelas provisões de Cardoso de Barros ainda existentes se estabelece o seguinte itinerario: Porto Seguro 11 de Janeiro a 5 de Fevereiro de 50; Espirito Santo 26 de Fevereiro a 4 de Março; São Vicente 28 de Abril a 1 de Agosto. — Conf. a carta citada de Pero de Góes, pela qual se vê que só tornaram á Bahia em Outubro do mesmo anno. Assim, Nobrega não se achava na Bahia quando chegaram os segundos Jesuitas, vindos em companhia de Simão da Gama, que foram os padres Salvador Rodrigues, Manuel de Paiva, Affonso Braz e Francisco Pires. Nesta viagem de 49-50 deve ter-se dado o seguinte episodio, mencionado por Antonio Franco, na *Imagem da Virtude no Collegio de Coimbra*:

«Contou delle um cavalleiro chamado Pero de Góes, o qual sendo capitão ou governador em aquellas partes se confessava com o mesmo padre e era muito devoto seu. Tinha este senhor superstição de não comer cabeça de nousa viva, á honra de S. João Baptista, porque nesse dia lhe tinham acontecido alguns desastres. Andando elle de armada e indo o padre ao visitar ao mar, sendo horas de jantar lhe fez o Capitão força que comesse com elle como fez; e trazendo-lhe uma cabeça de um porco estimado do capitão, a poz elle e deu ao mesmo padre, não a querendo comer; e fazendo o padre força que a comesse, elle lhe fez saber a sua

que tinha feito; e logo porfiou que comesse e não curasse disso; o que não querendo fazer, lhe prometteu que dahi por diante o faria. Chegando-se o dia de S. João Baptista, que parece estava perto ou era isso em sua vespera, lança o governador um anzol ao mar, atando a linha no braço; e ferrado logo um peixe do anzol o levava com grande furia ao mar; tanto que acudindo-lhe outra gente se embrulhou o cordel no pescoço de um marinheiro e o apertou de tal maneira que o houvera de afogar, metendo-se-lhe muito pela carne dentro. Emfim que tirando suavemente o cordel, veio no anzol a cabeça de um peixe cortada como com uma faca. E aqui entendeu ser vontade de Deus o que o padre lhe tinha mandado e ser superstição o que fazia.» — Nobrega, *Cartas*, ed. Valle Cabral, 11. — (C.)

Com respeito á fonte milagrosa de Porto Seguro, veja-se Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Rio, 1925, ps. 297 e 388. — (G.)

VI

(Pag. 310)

Veja nota 40 da secção XI. Como se vê da carta de Duarte de Lemos, Vasco Fernandes partiu de sua capitania para, juntamente com Duarte Coelho, senhor de Pernambuco, protestar contra o despreso de suas doações e privilegio que a creação do governo geral importava. O mesmo motivo leva-lo-ia a dar abrigo aos criminosos fugidos dos Ilhéus e presos pelo Ouvidor geral, cuja autoridade não reconhecia; o seu acto importava simples desforço.

A correição foi causa de uma provisão real a Thomé de Sousa, em que se lê: «são enformado que antes de vossa ida a essas partes muitos dos christãos que lá andavam commetteram delictos e fizeram erros em seus carregos e officios e tinham culpas por que eram obrigados a justiça, e que indo o meu Ouvidor geral no anno passado de 550 a fazer correição pelas villas e logares dessas Capitanias muitos dos que asi eram culpados se homisiaram e alguns se lançaram com os gentios da terra, e andam antre elles dando lhes mao exempro e usando de seus costumes e outros se vieram a estes reinos e se foram para as Antilhas e outras partes com receio de serem presos e castigados como per direito mereciam.» — Cópia no Instituto Historico.

A provisão passada em Almeirim, 6 de Agosto de 1551, perdôa a todos os crimes commettidos antes da chegada do Governador geral, não havendo parte que accuse e residindo o criminoso algum tempo nas povoações. A amnistia não abarcava os cinco casos de heresia, sodomia, traição, moeda falsa, ou morte de homem christão. — (C.).

SECÇÃO XVI

CREAÇÃO DE UM BISPADO, CONCLUE O GOVERNO DE THOMÉ DE SOUSA

O padroado. Primeiro bispo. Verdadeira data da bulla da creação do bispado. Partida immediata do bispo. Extensão da diocese. Indios. Ipero e Miranga. Visita Thomé de Sousa as capitanias do Sul. Pintura do Rio de Janeiro. São Vicente. Naufragio de Senabria. Communicação de São Vicente com o Paraguai por terra. Projectos de Thomé de Sousa. Noticias de minas. Vantagem de se não ter achado minas. Primeira exploração dos sertões de Minas. Thomé de Sousa. Seu regresso o destino. Armada de Luis de Mello. Sua perda.

Emquanto toda a actividade, de que démos conta na secção precedente, se desenvolvia no Brasil, a Côrte não estava ociosa, e continuava por sua parte a ajudar a que se levasse a cabo a obra da regeneração do novo Estado, que com a vinda de Thomé de Sousa havia cobrado os alentos de vida de que ia carecendo. — Ao embaixador em Roma Balthazar de Faria passaram-se ordens terminantes, em 31 de Julho de 1550 (1), afim de impetrar a bulla para a creação de um novo bispado, com a Sé na propria cidade do Salvador, accrescentando-se-lhe que impetrasse tambem o provimento da nova mitra em favor de Pero Fernandes Sardinha, que estudára em Paris, onde tomára o grau de bacharel, e nesse tempo era clerigo em Evora.

A bulla da creação do novo bispado, que se chamou de São Salvador, continha a um tempo o provimento e a confirmação do dito bispo; e foi expedida, segundo nossas finaes averiguações (2) aos 25 de Fevereiro do anno de 1551; e não do

(1) Nessa data o Rei escreveu ao Papa, pedindo a creação de um bispado para a Bahia e propondo para o cargo Pero Fernandes, mestre em Theologia. — Santarem, *Quadro Elementar*, t2, 298. Tanto esta, como a carta a Balthazar de Faria, está no *Corpo Diplomatico Portuguez*, 6. 376-378. Lisboa, 1884. — (C.)

(2) A bulla principia «*Super speculo militantis Ecclesiæ*». O seu original se guarda na Torre do Tombo (A. 12, m. 31, n. 1). Foi pela 1.ª vez impressa, em 1806, pelo Dr. Miguel Leitão na sua *Refutação* etc., e reimpressa em 1808 pelo bispo Azeredo. Reproduzio-a o sr. C. Mendes em 1866 no seu *Direito civil Eccles.*

de 1555, ou de 1550, como se chegou a acreditar. O bispo não se demorou muito em seguir para o seu destino, effectuando a sua partida de Lisboa em fins de Setembro (2); de modo que, antes do fim desse mesmo anno, se achava já na diocese (1).

Ficavam pertencendo á mesma diocese, declarada suffraganea do arcebispado de Lisboa, todas as terras do Brasil, desannexadas para este effeito da mitra do Funchal; — bem entendido, porém, que, como terras que eram do padroado da ordem de Christo, continuavam sujeitas *in spiritualibus et in temporalibus* ao seu grão-mestre, que era agora elrei D. João III, a quem, pela morte de elrei D. Manuel, o papa Adriano VI conferira essa dignidade em 1522; e depois vieram a te-la todos os reis successores. Pois que, fallecendo (em 22 de Julho de 1550) o mestre das ordens de Santiago e São Bento, D. Jorge, o Papa Julio III, imitando o que já a curia concedera á Espanha para augmentar o poder real, annexou e incorporou para sempre o grão-mestrado das tres ordens na Corôa; com o que, de então em diante, coube no Brasil aos reis a apresentação das igrejas e beneficios, e a cobrança e administração dos dizimos (4).

O nosso primeiro prelado, sem deixar de conhecer os abusos ecclesiasticos que iam pela sua diocese, sobretudo no que respeitava ao desejo do ganho (mal de que até padecia o que fazia as vezes de vigario á sua chegada) (5), não entrou

---

tico. 1, 521-529. Mas a apuração do verdadeiro anno da data, de ser 1551 e não 1550, só foi por nós feita, annunciando-a por 1.ª vez em 1874 no Postfacio da 2.ª ed. da *Hist. das Lutas*, pg. XI e segs. — (A.). — Nova edição da bulla no *Corpo Diplomatico Portuguez*, 7, 2-7, Lisboa, 1884. Conf. Candido Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Historico*, 40, parte 2.ª (1877), pg. 365-369, onde pela primeira vez foi apurada a data exacta da chegada do primeiro Bispo ao Brasil. — (C.).

(3) No alv. de 16 e c. régia de 22 deste mez (1551) se dizia que o bispo «ora vai» para a Bahia; onde J. F. Ribeiro assegurou (*Disa. Chr.*, III, 192) que chegára em fins do seguinte Outubro. — (A.). — Conf. C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Historico*, 40, parte 2.ª, 386 e segs. — (C.).

(4) Essa annexação e incorporação teve logar pela bulla *Praeclara charissimi* de 3.º das kal. de Janeiro de 1551, ou de 30 de Dez. de 1550, cujo texto se encontra na Torre do Tombo, Gav. IV, I, 18; V, I, 9, e V, 3, 4; havendo della varias edições; v. gr., H. G. [*Historia Genealogica, Provas*] 2, n. 121, 718; *Est. de Chr.*; duas do bispo Azeredo Coutinho, de Londres, 1817 e 1818, na *Cópia da carta Chr.*; duas do bispo Azeredo Coutinho, de Londres, 1817 e 1818, na *Cópia da carta Chr.*; duas do bispo Azeredo Coutinho, de Londres, 1817 e 1818, na *Cópia da analyse* etc., pg. 250. José de Seabra, que foi quem referendou a C. de lei de 18 de Junho de 1789, enganou-se, dizendo no preambulo que esta bulla fôra «dada aos 4 de Janeiro de 1551». — (A.).

(5) Carta do Bispo de 12 de Julho de 1552, na *Rev. do Instituto Historico*, 49, parte 1.ª, 582. Diz dissimular as vaccas, bois e grangeria que o vigario (Manuel Lourenço, como vimos) tem e outros trabs. Tambem annuncia o projecto de nomear deão da Sé Gomes Ribeiro, que fôra frade de São Domingos, e lembra nomear deão da Sé Gomes Ribeiro, que fôra frade de São Domingos, e lembra

nas reformas com excessiva severidade, por lhe parecer «que nos principios (assim o diz a carta ao rei) muitas mais cousas se hão de dissimular que castigar, maiormente em terra tão nova». Concorde com os Jesuitas sobre os effeitos prodigiosos da musica no coração humano, pediu que lhe mandassem orgãos para nova Sé. Ao mesmo tempo participava haverem chegado de São Vicente algumas noticias de descoberta de ouro, as quaes, no seu entender, muito convinha mandar assoalhar pela Europa (6), para que a cobiça delle estimulasse a vinda de muitos colonos. Quanto aos indios, sabemos que entregára a sua submissão ao governador; o qual não se descuidava de seguir acerca delles o systema de os amendrontar, com que tão bem se dera. Dois dos chefes mais poderosos dos arredores da Bahia, o Tubarão (Iperú) e Miranga (7) antes unidos, se desavieram e malquistaram por este tempo, com o que mais seguros ficaram os colonos.

Cumprindo as ordens do rei, empenhou-se Thomé de Sousa na construcção de uns modestos *paços* para o primeiro bispo, perto da nova cathedral; passou alguns alvarás de fiança e perdão a varios christãos que andavam *homisiados* entre os gentios; mandou pagar a Braz Cubas duzentos mil réis que despendera, guerreando o gentio levantado em São

---

para accedingo Francisco de Vargas, secular chegado dois dias antes do Espirito Santo, e grande musico; depois ambos se tornaram seus inimigos e foram a verdadeira causa de todas as desordens narradas adiante.

Manuel Lourenço ausentou-se em 1564 e para sua vaga foi nomeado interinamente Luis Dias, em 30 de Junho; a 29 de Maio de 1556, o vigario chamava-se João Lourenço. — *Livro 1.º de Prov. soc.*, fl. 72 r, 111 r. — (C.).

(6) Pelo reino, diz o bispo (*loc. cit.*) e é mais natural. O navio chegára de São Vicente a 11 de Julho. Sobre as minas de São Vicente escrevia em 1550 Juan Sanches, piloto da malloguada expedição de Diego de Senabria: «En la capitania de San Vicente, en toda su comarca, y á la parte donde nosotros poblamos los portugueses han hallado muchas minas de plata muy ricas, y esto digo porque en mi presencia hicieron muchas fundiciones, las quales todas envian al Rey de Portugal para que luego envie á poblar toda la costa». — Morla Vicuña, *Estudio historico sobre el descubrimiento y conquista de la Patagonia y de la tierra del Fuego*, 96. Leipzig, 1903. — (C.).

(7) Mirangaoba é o nome completo; foi o principal da aldeia de São João fundada em tempo de Men de Sá; receioso de ser punido por ter morto um filho de Caramurú, fugiu com a maior parte de seus companheiros, quando aquelle governador partiu na primeira expedição ao Rio de Janeiro. *Rev. do Inst. Historico*, II. parte 1.ª, 216. «Bem alembrará a Vossa Mercê, escreveu Nobrega a Thomé de Sousa, como em seu tempo se dividiram estes indios da Bahia, scilicet: os de Tatuapara com os do Mirangaoba, com que Vossa Mercê folgou muito e os Christãos assi e em tempo de D. Duarte se encarniçaram tanto em tão grande crueldade, que cada dia só matavam e comiam, porque não estavam mais de meia legua um dos outros e desta cidade duas ou tres, e tão desassocegados andavam que não era possivel poder-se-lhes ensinar doutrina a uns nem a outros». — *Cartas*, 158. — (C.).

Vicente (8). Coube-lhe igualmente dar cumprimento a uma ordem, de 20 de Julho (1551), dispondo que os que, nesse anno e no immediato, passassem á Bahia, ou ao Espirito Santo, á propria custa, tivessem isenção dos dizimos por cinco annos, e concedendo aos lavradores, vindos das Ilhas, viagem gratis e a dita isenção por tres annos; e quando fossem carpinteiros, calafates, tanoeiros, ferreiros, serralheiros, bésteiros, pedreiros, cavouqueiros, serradores ou oleiros, gosariam da dita isenção pelos cinco annos; pagando, porém, a redizima e os demais direitos.

Por esse tempo já a cidade capital se achava bastante bem fortificada, e toda muralhada de taipa, tendo dois baluartes, um delles de madeira de mangue, junto á praia, guarnecido com dois camelos, dois falcões e uma duzia de berços. A dita muralha de taipa sahiu um pouco alta, e não deixou de soffrer na invernada desse anno, mas logo se reparou, fazendo-se, para mais segurança, rebocar de cal. A casa da camara e cadeia bem como, na ribeira, a da alfandega, armazens e ferrarias, tudo estava já acabado e coberto de telha (9).

A petição de Francisco Rodrigues, procurador do conselho da cidade, veiu Thomé de Sousa a resolver, em 31 de Maio de 1552, que, além das seis leguas designadas para termo da mesma cidade, de cada lado, a camara houvesse mais uma sesmaria de tres leguas ao longo do mar; começando a conta-las desde duas leguas além do Rio Vermelho, e indo para o sertão todo o espaço que fosse de campo bom para pastos; e exceptuando as matas e as aguas (10).

---

(8) Relativos a este assumpto o Instituto Historico possue cópias de dois alvarás dirigidos a Thomé de Sousa, em 25 de Junho e 4 de Dezembro de 1551. Consta do primeiro que nas guerras havidas até 1549 despenderam-se 1.800 cruzados da fazenda real. Pediram os officiaes e moradores da capitania de São Vicente que lhes fosse dada quitação dessa quantia, e el-rei concedeu, comtanto que tomassem a si as despesas com a fortaleza de Bertioga, que mandára construir, até de todo ser acabada; se não estivessem por isso, teriam de entrar com o dinheiro.

O segundo manda verificar se de facto Braz Cubas gastou, como allega duzentos mil réis de sua fazenda nas guerras com os indios, sendo capitão e ouvidor com alçada em 1546; caso isso se verificasse, Thomé de Sousa tinha ordem de fazer o pagamento. — (C.).

(9) Carta do mestre de obras Luis Dias, de 15 de Ag. de 1551, em que pede licença para regressar ao Reino, por já ser velho e mal disposto, e para amparo de «uma velha, que tinha». — (A.). — O documento foi publicado por Sousa Viterbo, *Dico. dos Architectos Portuguezes*, 1, 852, Lisboa, 1899; Conf. ib. 279 ter. Luis Dias, que só tornou em 1553 com Thomé de Sousa, trouxera um filho chamado Custodio. — (C.). — A carta do mestre de obras Luis Dias lê-se tambem na *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, III, 362-363. — (G.).

(10) A Camara só veio a tomar posse desta concessão, em Itapoã, aos 16 de Nov. de 1557. — (A.). — Não são conhecidos no Rio os documentos relativos a este ponto. — (C.).

As informações que deram ao governador Thomé de Sousa os chefes das repartições da Justiça, da Fazenda e da Marinha, puzeram-no em circumstancias de administrar desde logo com mais confiança, tendo junto a si pessoas de tanto voto com quem aconselhar-se. Entretanto, não deixavam as proprias relações desses conselheiros de lhe crear desejos de por si mesmo avaliar e conhecer tudo, até porque havendo já associado o seu nome a este paiz, e desejando que a sua obra não ficasse perdida, contava segui-la com os olhos ainda depois de recolher á patria, e estar nas circumstancias de apreciar de lá os factos, e de informar o governo acerca delles. Além disso, as noticias que haviam chegado á côrte da costumada frequencia dos navios francezes, maxime no porto do Rio de Janeiro, haviam produzido uma ordem expressa para o fortificar, e convinha-lhe indagar se nas capitanias do sul adquiriria gente e meios para faze-lo, pois ali da Bahia nada podia então dispensar.

Determinado assim a correr as capitanias, só o poude verificar no fim do anno de 1552. E com uma nau e duas caravelas, sob o mando de Pero de Góes, e em companhia do padre Nobrega (11), que pela segunda vez passava ao Sul, abalou o primeiro governador do porto da povoação que deixava fundada.

Nos Ilhéus destituiu ao capitão que estava, e nomeou em seu logar a João Gonçalves Drummond (12), «fidalgo de cota d'armas», procedente da Ilha da Madeira. Aqui, e nas outras terras para o sul, foi provendo á segurança das povoações e dos engenhos, mandando levantar muros ou tranqueiras e deixando alguma artilheria á responsabilidade dos almoxarifes. Fez igualmente levantar pelourinhos nas villas, e construir cadêas e casas de audiencia, onde as não havia, e até n'alguns pontos providenciou acerca do endireitamento das ruas, quando isso se podia conseguir sem opprimir muito os povos.

---

(11) Carta deste P. a Thomé de Sousa em 1559. — (A.). — *Cartas*, 148-148. — (C.).

(12) Já estava provido a 21 de Novembro de 1552; o loco-tenente do [illegible] a quem substituiu chamava-se Francisco Lopes Raposo. — *Livro 1.º de Provisões*, 340 r. A 18 fôra nomeado provedor da fazenda real no impedimento de Alfonso Alvares Furtado. — *Livro 1.º dos Provimentos secul. e eccl.*, 50 v. — (C.). — Ainda vivia em Agosto de 1591 na villa de Ilhéus; era casado com D. [illegible] de Sousa e tinha pelo menos dois filhos: Gaspar Lobo de Sousa e Belchior de Sousa, então com 37 e 33 annos de edade, respectivamente, ambos nascidos na mesma villa de Ilhéus. — Conf. *Primeira Visitação do Santo Officio ás Partes do Brasil* — *Denunciações da Bahia*, ps. 273, 236 e 332; S. Paulo, 1925. — (G.).

Ao entrar de passagem no porto do Rio de Janeiro, Thomé de Sousa parece não ter expressões com que encarecer a sua importancia. Ouçamos o que escreve ao rei: «Mando o dihuxo delle (Rio de Janeiro) a V. A., mas tudo é graça o que delle se pode dizer, senão que pinte quem quizer como deseje um rio, — isso tem este de Janeiro. Parece-me, que V. A. deve mandar fazer ali uma povoação honrada e boa; porque já nesta costa não ha rio em que entrem Francezes senão neste. E tiram delle muita pimenta; e fui sabedor que um anno tiraram cincoenta pipas; e tirarão quanta quizerem; porque os matos a dão da qualidade desta de cá, de que V. A. deve ter informação. E escusar-se-hia, com esta povoação, armada nesta costa. E não ponha V. A. isto em traspasso... E se eu não fiz fortaleza este anno no dito rio, como V. A. me escrevia, foi porque o não pude fazer, por ter pouca gente, e não me parecer siso derramar-me por tantas partes. E acerca deste caso e de outra bahia que se chama Angra dos Reis dará a V. A. larga informação Pero de Góes (13)».

Na capitania de Martim Affonso (14) approvou o governador a fundação da villa de Santos, onde se achava já a alfandega, defronte do melhor porto da ilha: e sem deixar de reconhecer que esta, com só tres leguas de extensão, era pequena para duas villas, não se atreveu a abolir a de São Vicente, por ser a primeira fundada no Brasil, e ter muito boas casas de pedra, e uma honrada igreja, e um collegio da Companhia de Jesus, pouco antes estabelecido.

Tambem preveniu as duas povoações das assaltadas que em suas canoas continuamente davam os gentios vizinhos, pela barra da Bertioga, fundando uma villa, e fazendo fortaleza (15), da qual mandou a planta a elrei. Era uma torre quadrada com tres andares de frestas ou séteiras, flanqueadas por duas como guaritas circulares da mesma altura.

Emquanto nesta capitania parava Thomé de Sousa, vieram informa-lo de que uma armada de D. Fernando de Se-

---

(13) Conf. nota X da secção XI. — (G.).

(14) Devia estar ali em 8 de Fevereiro, em que tambem se achava P. de Góes, segundo Fr. Gaspar, pg. 42 e 43. — (A.). — Conf. 3.ª ed., Weizflog Irmãos, São Paulo-Rio, 1920, revista pelo erudito Affonso d'E. Taunay, pg. 146. — (G.).

(15) A' vista disto parece inventada a provisão de 25 de Junho de 1551, que cita Fr. Gaspar (225 e 226), todo empenhado em fazer crer que a divisão dos dois donatarios irmãos tivera logar pela barra da Bertioga, e não pela de São Vicente, como succedia. — (A.). — A provisão vem referida ás pg. 339-340, da citada 3.ª ed. — (G.).

nabria (11), que ia para o Rio da Prata, naufragára perto da ilha de Santa Catharina, e de como para aquellas bandas estavam ao desamparo umas sessenta pessoas, das quaes metade mulheres. Fez buscar a todos; e vendo que entravam no numero dos que haviam salvado só as vidas a viuva e filhas de Senabria, e mais nove ou dez nobres, repartiu com elles e ellas quanto á custa de seu trabalho havia junto, diz elle, durante trinta e cinco annos. Parte da gente que se salvou foi dali por terra até a cidade da Assumpção no Paraguai, que, segundo affirmavam, devia estar quasi naquella altura, e na distancia de menos de cem leguas. Sabemos que a communicação, desde as proximidades da ilha de Santa Catharina, já havia sido levada a effeito pela expedição de Cabeza de Vaca, que do porto do rio de São Francisco havia subido ás cabeceiras do Iguassú, e chegado por este até o Piquerí (Herrera, VII, cap. 2, p. 8), e tambem temos hoje a certeza do facto da viagem que fez o allemão Ulrico Schmidel, do Paraná até as terras de João Ramalho, na capitania de São Vicente (16). Esta communicação para o Paraguai, por via de São Vicente, tinha-se feito tão frequente que no anno de 1552 a alfandega deste porto havia rendido cem cruzados mais, de cousas que ali traziam os Castelhanos a vender (17). Thomé de Sousa tomou providencias para vedar esta communicação, e exclama, dirigindo-se ao rei: «Parece por constellação não se poderem os Portuguezes em nenhuma parte desapegar dos Castelhanos». Accrescenta que embora o julgassem mau *espherico* e peor cosmographo, elle «não sabia disso nada, senão desejar que o mundo todo fosse de seu rei». Esta informação levou a côrte de Portugal a prevenir em Castella ao seu representante João Rodrigues Corrêa que reclamasse contra os Castelhanos da Assumpção, que entravam nas terras do Brasil, com morte de muita gente (18); ao passo que, pouco depois,

---

(16) Southey, I, 350 (2.ª edição) e I, 473 da (trad. em portuguez, onde o deve ler *Borde do Campo*, por *Força do Campo*. Schmidel designa João Ramalho por João *Reivielle*. — (A.). — Cont. C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Historico*, 40, parte 2.ª, 181 e seg. — (C.).

(17) A *Cartas de Indias* notam as seguintes viagens: em 51 de Christovam Saavedra, pelo mesmo caminho de Cabeça de Vaca; em 52 de Hernando de Salazar pelo rio Itabuca e Hubay; em 54 chegam ao Paraguai cartas e avisos de São Vicente: em 55 Irala recebeu cartas de São Vicente e Francisco Gamboa foi de Paraguai a São Vicente; em 56 chegam ao Paraguai Juan de Salazar e Cypriano de Góes. — (C.).

(18) Da Coll. de São Vicente, III, fls. 49 e 313. — (A.).

escrevia a côrte de Castella á de Lisboa (19) representando contra «os maus tratamentos e oppressões que o governador e outras justiças da costa do Brasil faziam a seus subditos, que jam e vinham do Rio da Prata».

Por esta occasião, creou Thomé de Sousa a villa da Conceição de Itanhaem, á qual mandou reunir toda a gente derramada por aquellas praias meridionaes da capitania.

Subindo serra-acima, faz tambem juntar á Borda do Campo todos os povoadores por ali dispersos, erigindo a villa de Santo André (20); no logar em que estava uma hermida de igual invocação. Cercou-a, e nomeou capitão della a João Ramalho, de quem já nos occupámos, e que naquelles sitios vivia desde mais de quarenta annos antes, o que tinha filhos e netos sem conta. Um dos fins desta povoação era o de impedir que por ali se fizesse frequente o commercio para o Paraguai; seguindo-se assim no Brasil, a respeito da Castella, a mesma politica reservada que usava a metropole. Dadas estas e outras providencias, regressou Thomé de Sousa á cidade do Salvador que fundára, e que já estava anciosa de o ter de volta.

Apenas chegado, despachou para Portugal a Pero de Góes, encarregando-lhe de informar minuciosamente á côrte de tudo quanto passava, e de solicitar a realização das providencias que elle governador, por escripto, propunha. Estas se reduziam a pedir: 1.º O reforço de dez individuos habeis e honestos, em quem pudesse confiar, para os fazer capitães das terras e officiaes da Fazenda; 2.º Que se resolvesse que todos os donatarios viessem morar nas suas capitanias, a não terem motivo muito justo que os impedisse; 3.º Que se enviasse para a cidade do Salvador um capitão especial ou alcaide mór, que pudesse pela mesma ci-

---

(19) Valladolid, 24 de Novembro de 1555. (1, 97, 21). — (A.).

(20) Diz Fr. Gaspar da Madre de Deus que Thomé de Sousa mandou crear uma villa no Campo, comtanto, porém, que antes disso a fortificassem com uma trincheira e quatro baluartes, onde se cavalgasse artilharia. Deu João Ramalho cumprimento a estas condições, fazendo á sua custa a trincheira, baluartes, egreja, cadeia e mais obras publicas necessarias. Depois de tudo concluido, subiu a serra Antonio de Oliveira, loco-tenente de Martim Affonso, acompanhado do provedor da fazenda real Braz Cubas, e levantou pelourinho na povoação de Ramalho, aos 8 de Abril de 1553, em nome daquelle donatario, dando-lhe o titulo de villa de Santo André. Della ficou sendo alcaide-mór o referido João Ramalho, que já exercitava o cargo de guarda-mór do campo. — *Memorias da Capitania de S. Vicente*, I, 168. — (G.). — Ps. 219, da 3.ª ed. Veja a carta de Thomé de Sousa, de 1 de Junho de 1553, in *Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil*, III. 364-366. — (G.).

dade responder, durante a ausencia do Governador geral em suas visitas ás outras capitanias; 4.º Que se lhe mandassem recursos para povoar o Rio de Janeiro, onde, em seu entender, conviria ter outro ouvidor; 5.º Que se ordenasse que nas villas de Santos e São Vicente se construissem castellos, por isso que, por muito derramadas as povoações, não era possivel mura-las.

Igualmente propunha Thomé de Sousa a suppressão dos cargos de provedor mór e de capitão mór do mar. Tudo quanto correspondia áquelle podia, em sua opinião, ficar unido ao ouvidor geral, não só por maior economia, como por mais autoridade, conservando, para regularidade do serviço, ás suas ordens um escrivão da Fazenda e outro da Justiça (21).

Quasi todas estas propostas vieram a aceitar-se; umas logo, outras pelo tempo adiante; ou pelo influxo que ficaria tendo Thomé de Sousa nos negocios do Brasil, ainda depois de regressar á Europa, ou porque a experiencia comprovara a sua necessidade.

Entretanto, outro assumpto chamava agora as attenções do Governador geral. Os rumores da existencia de minas de ouro, cuja descoberta tanto lhe estava recommendada, cresciam todos os dias.

As noticias vindas de São Vicente, e de que á Côrte dera conta o bispo, se tinham seguido outras mandadas de Pernambuco pelo provedor mór (22); mas eram especialmente as

---

(21) O autor aproveitou duas cartas de Thomé de Sousa: uma, de 15 de Julho de 1551, é conhecida e está publicada; a outra, de 1 de Junho de 1553, só o foi recentemente, na *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, III, 364-368. Na primeira o governador refere-se á galéra de Miguel Antiques, á expedição do Ouvidor geral e Provedor-mór ao Sul, á caravéla *Galga*, aos francezes aprisionados, ás noticias de minas, a Pero de Góes e a Fernand'Alvares de Andrade, o homem de melhor edição (e edificação) que viu; propõe tambem nella a separação do Provedor-mór da Fazenda quando não fôr letrado, e a do capitão de cada. Foi publicada muito incorrectamente no *Brasil Historico*, I, 219, 220, 233, 1.ª série, 1866, e, parcialmente, na *Revista do Archivo Publico Mineiro*, 7, 568, Bello Horizonte, 1902. — (C.).

(22) Cardoso de Barros foi a Pernambuco na monção do solsticio de Junho de 1549. Ha nomeações assignadas por elle, datadas de Agosto e Setembro, em Olinda e Iramaracá. Em Pernambuco teve conflictos com Duarte Coelho e Jeronymo de Albuquerque, a que o primeiro se refere, sem esmiuçar as circumstancias, na carta de 24 de Novembro de 1550. Querendo evitar novos attritos, Thomé de Sousa deixou de mandá-lo outra vez á capitania de D. Coelho em 51, para prover sobre as rendas da terra e a fazenda do baleão S. João, ali perdido. De Pernambuco, em 1549, isto é, antes de se pensar em crear bispado mandou mostras de metal, como na citada carta informa o Governador geral, nos seguintes termos: «Antonio Cardoso escreve a Vossa Alteza, acerca das mostras do metal que mandou de Pernam-

recemchegadas de Porto Seguro, onde estava por capitão Duarte de Lemos, que mais visos tinham de verdadeiras. Uma partida de gentios, ali arribada do sertão, dava conta de que, para as bandas do grande rio de São Francisco, se encontravam serras com esse metal amarello, cujos pedaços iam *ter aos rios; e ao mesmo tempo apresentavam mostras* de varias pedras finas, entrando neste numero algumas verdes *como esmeraldas*.

Thomé de Sousa, apezar de pratico e maduro para se deixar levar por exaggerações, havia no anno anterior mandado uma galé para o norte, a ver, se entrando pelos rios dentro, «na direcção donde ficava o Perú», se encontravam alguns indicios de minas. Dessa galé, cujo mando dera a Miguel Henriques, e de que fôra por comitre Pedro Rebello (23), piloto da costa, não tivera mais noticia. Pelo que, escrevia agora á côrte que não falaria outra vez em ouro, emquanto não o mandasse devéras, e que, nas diligencias por elle, andaria «com muito tento, e pouca perda de gente e fazenda», esperando antes que Deus o ordenasse, como e quando quizesse; pois que, empreguemos ainda suas expressões embora familiares, «por muito madrugar não é que havia de amanhecer mais cedo». Entretanto chegava desta vez a persuadir-se de que taes noticias, acompanhadas de tantos signaes, bem que exaggerados pela imaginação do povo, deviam ter fundamento, sobretudo desde que houve a convicção de que a «terra do Brasil e a do Perú eram a mesma (24)». O tempo veiu a confirmar que tinham todo o fundamento as novas acreditadas pelo acautelado capitão; mas Deus não havia querido ordenar que ellas se confirmassem, antes de estar mais assegurado o Brasil. As expedições que se emprehenderam não tiveram exito. E felizmente que o não tiveram,

---

buco, que se perderam no recife d'Arrella, que eu não hei de falar mais em ouro se não se o mandar Vosse Alteza». — (C.).

(23) Pedro Rebello não appareceu mais tarde, ou falleceu logo, como Thomé de Sousa previa: por sua morte foi nomeado capitão-mór da ribeira, a 1 de Julho de 52, Estevão Lopes, confirmado por C. R. de 13 de Fevereiro de 53, com o ordenado de 24$000 annuaes. — *Livro 1.º dos Provimentos* etc. e acct. fl. 81 r. A 9 de Outubro de 50 mandára-se pagar a Pedro Rebello 10$000 em mercadorias correspondentes aos mezes de Novembro e Dezembro de 49 e Janeiro a Maio de 50, á razão de 2$000 que tinha de ordenado. — *Livro 1.º dos Provisões*, fl. 264 v. — Bibl. Nacional. — (C.).

(24) Estas idéas de Thomé de Sousa eram as mesmas de Duarte de Lemos, por elle nomeado capitão de Porto Seguro, desde em carta de 14 de Julho de 1550 dizia: «Como está um conquanto de V. A. todo e a mór parte que vay do Perú, e que está nesta altura de desaseis graus que he sendo esta capitania está». — (A.).

pois a descoberta de minas no sertão, quando ainda existia tão pouca gente na costa, a teria deixado deserta, e della se haveriam talvez apoderado os Francezes.

A primeira pessoa indicada pelo capitão de Porto Seguro, Duarte de Lemos, e que devia ir com vinte homens, foi o piloto *Jorge Dias* (25), sobrinho de Pero do Campo; porém depois Thomé de Sousa chegou a querer para chefe da expedição, por se offerecer para ella com muito enthusiasmo, um espanhol chamado Felippe Guillen (26), homem de bastante capacidade e engenho, e entendido em mineralogia e em tomar as alturas. Este Guillen havia sido boticario na Andaluzia, e chegára a adquirir reputação como grande jogador do xadrez. Havendo descoberto um novo meio para observar as longitudes, passou-se em 1525, a Portugal, esperando que ahi lhe premiassem e adoptassem o invento (Navarrete, *Hist. Naut.*, 178, 182 e segs.). Foi primeiro, em 1527 empregado na casa da India. Em 1538 passou ao Brasil, com Vasco Fernandes. Em 1551 partiu para a Bahia, e ahi perdeu a mulher e um filho que tinha, e foi com as tres filhas que lhe ficaram, exercer em Porto Seguro um emprego de Fazenda. Com as novas do ouro, que ahi teve, enthusiasmou-se; e escreveu a Thomé de Sousa inculcando-se para a empresa. Mas Guillen já tinha sessenta e tres annos; adoeceu dos olhos, e nada realizou (27). Pelo que, mui provavelmente, foi encarregado della o dito *Jorge Dias*, que partiu com doze homens, aos quaes acompanhou o padre Navarro, da Companhia de Jesus, que nos deixou da viagem succinta narração, em uma carta impressa em espanhol em 1555 (28). Depois de andarem tres mezes por entre matos e terras humidas, atravessando muitos rios, subiram a serra do Mar, da qual baixaram até o Rio de São Francisco (29). Num affluente deste cha-

---

(25) Carta de Duarte de Lemos acima citada. — (A.). — *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, III. 267. — (G.).

(26) Em 1551, havia sido feito Cavalleiro de Christo, com a tença annual de 30$000 réis. — Cremos que houve engano, affirmando-se nas obras de Gil Vicente que Guillen passára a Portugal em 1519. Pelo que ahi se lê, fôra Guillen boticario, não em Sevilha, mas no Porto de Santa Maria. Ahi se diz tambem que era grande logico e muito eloquente, de muito boa pratica, que antre muitos sabedores o folgarão de ouvir: disse a elrei que lhe queria dar a arte de leste á oeste, que tinha achada.. fez-lhe elrei por isso mercê de cem mil reis de tença, do habito e correiagem da casa da India, que valia muito». — (A.).

(27) Traducida, publicada pelo autor desta *Historia*, na nota 70, pp. 461 a 462 da 1ª ed. desta obra. — (A.). — Reimpressa na *Revista do Archivo Publico Mineiro*, 4, 1159. Bello Horizonte. 1902. — (C.).

(28) O roteiro desta expedição, sahido em Março de 54, foi estudado pelo

mado *Monayl*, construiram canôas, nas quaes desceram algumas leguas pelo dito grande rio. Conhecendo, porém, que era imprudente seguir por elle, pelo muito gentio inimigo que encontravam, resolveram-se a retroceder a Porto Seguro, quando já Thomé de Sousa havia partido para o reino (29). O padre Navarro falleceu pouco depois, do cançaço destes trabalhos (IV).

Tal foi a primeira excursão de maior consideração com que os nossos colonos devassaram os sertões do Brasil, pela parte em que ainda hoje a natureza está indicando a mais facil communicação deste lado da costa para o seu amago; circumstancia esta a que então se reunia o ser o gentio do mais pacifico do littoral (30).

A expedição de *Jorge Dias* seguiu-se outra, á frente da qual foi Sebastião Fernandes Tourinho. Entrou pelo Rio Doce, e depois de subir o Aceci quatro leguas, andou onze dias por terra no rumo de N. O., e chegou á serra que chamou das *Esmeraldas*, por haver nella encontrado umas pedras verdes, que sem duvida seriam turmalinas (31).

---

annotador desta edição, por Orville Derby, Leite Pereira e ultimamente por Calogeras, *As Minas do Brasil e sua Legislação*, 1. 372-377; conf. a literatura, ib. 433-434. Os resultados a que chegou Calogeras são os seguintes: acompanhando o Jequitinhonha, chegaram a serra do Espinhaço, na zona dos quartzitos brancos de Diamantina e do Serro; dos arredores de Diamantina, transpuseram a divisoria do São Francisco, que attingiram, seguindo provavelmente um dos seus affluentes da margem direita, por ventura o Jequitahi, até alcançar uma aldeia situada no rio Mangahi; ahi fizeram canoas e intentaram voltar para a Bahia, mas desistiram da idéa, atravessando por terra desde o São Francisco ao rio Verde, até passar para a bacia do rio Pardo, por onde desceram até o mar. — (C.).

(29) A expedição só partiu em Março de 1554, informa Anchieta, *Annaes da Bibl. Nacional*, 19, 51, já no governo de D. Duarte. — (C.).

(30) ...ra terra onde está ho ouro; porque por nenhuma terra d'estas partes podem mylhor yr a elle que por esta de porto seguro por ho gentio della estar mui de paz e muito nossos amigos mormente despois que V. A. mandou a sua armada a esta terra». C. de Duarte de Lemos, de 14 de Julho de 1550. — (A.).

(31) O roteiro de Sebastião Fernandes Tourinho foi objecto dos mesmos estudos que o de Espinhosa e Navarro. Calogeras, o ultimo a tratar do assumpto, interpreta do seguinte modo: Os companheiros de Tourinho entraram pelo rio São Mathens, interpreta do seguinte modo: Os companheiros de Tourinho entraram pelo rio São Mathens, seguiram um affluente meridional deste, donde foram por terra ao desaguadouro oriental da lagôa Juparanan, desaguadouro que liga este vasto lençol dagua ás lagoas da Testa, de São Martim e outras. Continuando, chegaram ao rio Doce junto á barra; por elle subiram, margeando-o durante quarenta dias, numa distancia estimada em setenta leguas; tomaram depois o Sassuhi na margem esquerda; passaram finalmente ao Itamarandiba, affluente do Arassuahi, que os levou ao Jequitinhonha, por onde desceram até ao mar. — *As Minas do Brasil e sua Legislação*, 1, pg. 380-388.

E' certo que a entrada de Sebastião Fernandes Tourinho não foi em tempo de Thomé de Sousa, nem mesmo no de D. Duarte: é posterior á de Vasco Rodrigues e Thomé de Sousa, nem mesmo no de D. Duarte: é posterior á de Vasco Rodrigues de Caldas, realizada em 1560; deve ter precedido de pouco á de Antonio Dias Adorno, realizada em 1573. Onde o autor escreveu *Jorge Dias*, deve ler-se Espinhosa. — (C.).

Thomé de Sousa governou até 13 de Julho de 1553, vindo nesta data a entregar o bastão a seu successor D. Duarte da Costa, do Conselho de D. João 3.º, e filho de um embaixador de Portugal junto a Carlos V. Foi nomeado por tres annos, por carta régia de Março de 1553, analoga á da nomeação de Thomé de Sousa. Desde 1551 lembrava este illustre governador que em Janeiro do anno seguinte se acabavam os tres annos por que viera, e pedia ser rendido, para se reunir á sua velha esposa, e a uma filha moça que deixára em Portugal, se ainda vivessem; no que não fiava, quando lhe havia acontecido escrever do Brasil a pessoas que já estavam no outro mundo. O rei não annuiu logo ao seu pedido, e o releve por anno e meio mais do que lhe promettera, mas depois recompensou-o amplamente, segundo mereciam os seus serviços. Além de ser feito vedor da Casa Real, em 12 de Janeiro de 1558, deu-lhe uma commenda lucrativa na ordem de Christo. E pouco depois foram-lhe concedidas seis leguas de terra para as bandas da Pojuca, ao norte da Bahia (v), e esta concessão, logo dez dias depois (20 Out. 1563), se fez extensiva a mais oito leguas até o Rio Real. Provavelmente as passaria, depois por venda, ao seu antigo *criado* Garcia d'Avila (32), donde procederia o ter este vindo a possuir tão grande cabedal.

Thomé de Sousa havia cumprido a sua missão. O Brasil ficava constituido: a autoridade e a lei já haviam feito sentir suas forças beneficas: ganhára muito a moral publica. Ficando assim na Côrte, teve pelo tempo adiante muitas occasiões de dar conselhos em favor do Brasil, pois tanto o ficou amando que estimava delle todas as noticias, para o que conservou sempre correspondencia com o padre Nobrega. Uma das providencias que logo se lhe attribuiu, e que, portanto, consideramos ainda como do seu governo, e por isso aqui a contemplamos, foi a de uma nova expedição, mallograda infelizmente, no norte do Brasil.

Luis de Mello, com trezentos homens de pé e cincoenta de cavallo, além de muitas mulheres, deixou Lisboa em 1554, á frente desta expedição (33), a qual, segundo o embaixador espanhol em Portugal, tivera origem das noticias de minas que

(32) Segundo Bluteau, *Vocabulario*, antigamente em Portugal costumavam chamar criados ou criadas a alguns parentes que criavam em suas casas. Moraes, *Diccionario*: o moço que recebeu criação, e educação de alguem, se dizia seu criado. — (A.)

(33) Gabriel Soares diz-nos que esta constava de tres naus e duas caravelas. — (A.)

dera o dito Thomé de Sousa (31): — naturalmente pelos da mencionada galé de Miguel Henriques (VI). Ha probabilidades de que essa expedição se dirigiu ás aguas do Amazonas, não ás do verdadeiro Maranhão.

Porém ainda então não tinha de começar a colonização das terras por essa banda. Da armada que (segundo o dito embaixador, não concorde com Soares) se compunha de oito ou nove caravelas e alguns bergantins, tudo á custa da Real Fazenda, apenas conseguiram escapar-se Luís de Mello, com alguns dos companheiros, que foram, como os seus predecessores de naufragio, ter ás Antilhas.

Voltando Mello a Portugal, passou á India, onde obrou feitos distinctos; e regressando á Europa com grossos cabedaes, projectava tornar a estabelecer-se no Brasil, quando no mar desappareceu, na nau São Francisco, em que navegava. (Couto, *Dec.* VII, 5, 2; IX, cap. 27).

---

(31) Officio do dito embaixador espanhol D. Luís Hurtado de Mendoza, escripto em Lisboa a 26 de Fevereiro de 1554. Ainda não era partido. Do capitão Luís de Mello informa Hurtado que era irmão de D. Joanna de Lorosha, dama que fôra da imperatriz, casada com D. Juan Manrique. — (A.).

NOTAS DA SECÇÃO XVI

I

(Pag. 319)

A respeito da partida do primeiro Bispo e da sua chegada ao Brasil, dissipam quaesquer duvidas os seguintes documentos. O primeiro é uma carta do proprio Bispo, escripta de Cabo Verde a 11 de Abril de 1552, que, por sua importancia, aqui inserimos na integra:

«Senhor. Parecia-me resão loguo daquy começar de cumprir o que Vosa Altesa me mandou, quando dele me despedy, que sempre lhe escrevese do que soccedese nesta viagem.

Item: Partimos de Belém a vinte e quatro de Março e aos vinte e sete viemos á vista da ilha da Madeira com nortes, nordestes, e lestes tão rijos que paresiam que falavão, e com eles coremos ate altura das Canarias; daqui por diante viemos com ventos gualernos e brandos ate esta ilha de São Tiaguo do Cabo Verde, onde sorgimos a oito de Abril tres dias ante monsão eu conjução que dous navios davão a vela pera o Reino, e por cuidarem que eramos franceses tornarão amaynar ate que foi de dia que nos conhecerão. Muito mais cedo cheguaramos a esta ilha se corrermos com todas as velas, mas por esperar polas naos da India e em especial pela nao Barileira, que nunqua ade perder o norte do Zoreira, não corriamos senão com o papafigeo e com o traquete de proa; eu não quisera tomar esta ilha nem apartarme das naos, mas a muita emportunação dos padres que vinhão muito enjoados, e a instancia do mestre e piloto que desejavão de vender suas farinhas, mo fez fazer eles larguaram-se das naos da India na passajem das Canarias, segundo os ventos frescos que trouxemos; as naos da India devem de ser aguora nesta parajem. Hum navio de Afonso de Torres, que chegou ontem da outra costa, deu novas que tivera vista de huma nao grande que lhe pareceo o Zambuquo.

Item: Estivemos nesta ilha quatro dias, no qual tempo sentj ser esta terra mais riqua de dinheiro que de vertudes, e não he muito de espantar, pois ha tantos annos que carece de pastor: se a absencia de Mouses (*Moysés*) em quarenta foy causa que o povo idolatrasse, que se pode cuidar de huma terra onde nunqua entrou pastor, e se entrou não durou mais de hum mez. Polo que Vosa Altesa devia de prover esta terra antes que se acabem de estragnar as conciencias, que nela são muy larguas. Hum dos meios que me a mym parece em que esta terra se podia reformar e muito emmendar he virem a ela Sopiritores, asi no espirituall como no temporall, que fosem muy isentos de cobiça, e zelosos da justiça (cuidando nisto me alembrou o que conta Plutarco de Trajano e Antonino Pio, ambos emperadores romanos, os quais quando mandavão governadores as provincias

muito distantes capitulavão com eles que não avião de sair de suas guovernanças com mais fazenda da que tinhão quando entrarão nelas e depois que acabavão seus carguos casavão-lhes as filhas, e honravão-lhes os filhos), e pois Vosa Altesa, é tão poderoso como Trajano e Antonino Pio, seria eu de parecer que usase de este istilo trajaniquo, pois não tem menos animo pera fazer mercês a quem o serve do que ele teve, e desta maneira servião os homens pera receberem mercê e não se entreguarião antes de servir.

Item: Muito fuy enportunado que quisese dar ordões nesta terra e dalguns fuy grosado e notado do pequo, porque não trouxe licença de Vosa Altesa e do Nuncio pera as dar, disendo que podera daqui levar huns mill crusados; mas eu muy de milhor sofro titolo de nescio que nome de cobiçoso e muito mais folguo com onesta probesa que com fazenda ganhada a custa da conciencia; a soos dous dey ordões menores por terem breves de Roma, crismey algumas quinhentas ou seiscentas pessôas, e mais crismara se não estivera tanto de caminho.

Item: O cabido e povo me pedio que lenbrase a Vosa Altesa de lhe mandar fazer huma igreja de que ja pasou provisão; eu confeso que eles tem muita necesidade desta igreja, mas muito maior tem de emmendarem suas vidas e coregerem seus costumes gentiliquos. Todos estão espantados da grande destruição e perda que qua fez hum grande deluvio de augoas ho aguosto pasado, mas pouquos entendem em reformar suas vidas; prasa a Noso Senhor que os toque da sua mão e lhes dê sua graça pera que o fação antes que venha outro castiguo mais grande. Dos padres que qua fazem o que devem, segundo meo parecer, he o padre adaião; Vosa Altesa devia de o favorecer com suas cartas emquanto o não provê de perlado, pera que não lhe levantem a obediencia, porque esta gente insular por pouqua cousa poem a barca no monte.

Item: Nosa partida daquy sera esta noite com ho terrenho; prasera Noso Senhor, per cujo serviço e fee Vosa Altesa me manda nesta empresa que ele que ate qui me deu tempo, nolo dera pera cheguarmos ao Brasill a salvamento, e a Vosa Altesa, Rainha e Princepe e Princesa dara muita vida com grandissima prosperidade.

— Desta ilha de São Tiaguo do Cabo Verde, onze de Abril de 1552. — Orador e criado de Vosa Altesa — *O bispo do Salvador.*» — Cópia no Instituto Historico. Publicada, com suppressão de penultimo *item*, na *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, II, 363.

O outro documento é uma carta de Manuel da Nobrega, escripta em Julho ou Agosto de 1552, em que se lê: «Vespora da vespora de São João chegou o bispo a esta bahia, com toda a nau e gente de saude, posto que trouxeram prolixa viagem...» — *Cartas*, 94.

Da armada, em cuja companhia partiu o bispo, dá a seguinte noticia Diogo do Couto, *Decadas*, dec., VI, liv. X, cap. VI, que aliás se engana, fazendo-a partir em Abril:

«Andando o Viso-Rey (D. Affonso de Noronha) dando pressa á sua embarcação, sendo oito de Setembro, chegaram á barra de Goa tres naus, de seis que este Abril (*sic*) passado de cincoenta e dous tinham partido do Reyno, de que era Capitão mór Fernão Soares de Albergaria, que vinha na nau São Boaventura. Os outros Capitães que com elle chegaram, foram Francisco da Cunha, na nau *S. Pedro*; Braz da Silva de

Santarem em *S. Felippe*. As tres naus que faltavam eram a *Barrileira*, de que era Capitão D. Jorge de Menezes Baroche; o *Sant-Iago*, em que vinha Antonio Dias de Figueiredo; que ambos ficaram invernando em Moçambique. Da outra nau, que era o Zamboco, vinha por Capitão Antonio Moniz Barreto, despachado com a fortaleza de Baçaim; e vindo demandar a costa da India, foi varar no rio de Seitapór, trinta leguas de Goa, e a gente toda se salvou em terra com a mór parte da fazenda.»

Juntaremos as poucas notas biographicas conhecidas sobre o primeiro bispo do Brasil e reunidas por Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, III, Lisboa, 1752:

Nasceu em Evora, provavelmente no seculo 15.º, pois Nobrega, que não era moço, refere-se á sua edade avançada, e D. Duarte da Costa, em 1556, dava-lhe sessenta annos, *Rev. do Inst. Historico*, 49, parte 1.ª. Foram seus paes Gil Fernandes Sardinha e Lourença Fernandes, seu irmão Alvaro Gomes, famoso theologo, mais tarde confessor de D. João III. Estudou na universidade de Paris, ensinou na de Salamanca. Em Paris estava cerca de 1528. Foi na India provisor e vigario geral, provavelmente depois da morte de Miguel Vaz, em 1546. — (C.)

Dos *Monumenta Historica Societatis Jesu*, — *Monumenta Xaveriana*, tom. I, extrahiu e nos forneceu o erudito Padre J. M. de Madureira os seguintes dados sobre Pedro Fernandes Sardinha na India:

I — Ps. 465, in nota: «Praeterea, in ep. 74 Xaverii ad P. Simonem Rodrigues, Cochini, 25 Januarii 1549 data, asserit Petrum Fernandes olim Indiae Vicarium generalem, in Lusitaniam rediisse, et ex contextu erui hunc Cochini navigationis tempus expectare.

II — Ps. 467. Carta 68: «P. Franciscus Xaverius — Gaonus Vicarius et duo religiosi O. S. Fr. — Joanni III, Lusitaniae Regi — [Cochim] 22 Octobris 1548. — Senhor. Estando ho Viso-rey Dom Joam de Castro para fallecer nos disse a nós quatro, Mtre. Pedro, Vigairo geral... (Nota (2) do editor, ps. 467-468): Petrus Fernandes, qui Michaëli Vaz successit, de quo haec juvat exscribere: «Depois de fal.do Miguel Vaz, veo do reino exercitar os logares de provis. e visit. g. em Goa, dr. Pedro Fernandes Sardinha, nat. de Evora, lente na univ. de Paris, Coimbra e Salamanca, as quaes incumbencias desempenhou com universal satisfação: assistiu a D. Jo. de Castro nos derradeiros momentos. El. em 1551 1.º Ep. do Brasil, partiu com muitos ministros, e depois de exercitar o off.º pastoral com ardente zelo, voltando a Portugal no caminho fal. em 1556.» — Nazareth, *Mitras lusitanas no Oriente*, 2.ª per., ps. 37 (2.ª ed.).

III — Ps. 508, lê-se na Carta 74: Patri Simoni Rodrigues in Lusitaniam. Cochim, 25 Januarii 1549: «Despues de aver escrito todas las cartas para Portugal, las quales lleva M.º Pedro Hernández, Vicario general, que fué destas partes de la India»... Nota do editor, ps. 508: Petrus Fernandes Sardinha. Vide ep. 68, annot. 2. Hinc corrige Tursell., qui eum vocat Emmanuelem Petrum.

IV — Ps. 650-651. Lê-se na carta 94: «P. Antonio Gomes, Goam. — Cangoxima 5 Novembris 1549: — (2... Sed mucho grande amigo del señor Bispo y del Vicario general...

V — Ps. 807 — Lê-se na carta 138: PP. Francisco Perez, Malacam, et Gaspari Barzaeo, Goam. E. Sancians 13 Novembris. 1553 (sic): Encommendo-vos muito que com muita deligencia deis ordem como o

senhor Bispo veja as Lultas da Companhia, e tambem o Vigario geral... Nota do Editor: «Petrus Fernandes Sardinha, qui Michaëli Vaz succedit». No fim do tomo I, o mesmo editor se retrata desta nota, corrigindo-se do erro e dizendo que Sardinha foi posto ahi erradamente, não sendo mais nessa epocha Vigario geral na India, e sim o seu successor. A retratação está nestas palavras do Index: — P. Fernandes Sardinha *perperam* (fóra de proposito) *positus pro ejus successore*, ps. 807-808. Além disso, nos *Addenda et corrigenda*, postos depois do *Index*, ps. 1019, ainda mais claramente diz: «Delenda est annot. (ps. 807), nam Fernandes Sardinha anno 1548 in Lusitaniam *reversus est*, anno autem 1551 Bahiæ episcopus fuit consecratus, atque hoc tempore, de quo nunc est sermo, scil. anno 1556, e Brasilia in Lusitaniam rediens, supremum diem obiit. Anno 1552 Vicarius generalis erat Ambrosius Ribeiro. Vide, inter alia, testimonium, quod affert Lucena, opere cit. lib. X, cap. XXIV: «Certifico eu, o Doutor Ambrosio Ribeiro Provisor, e Vigario geral, e administrador deste Bispado de Goa e mais partes da India pelo juramento de meu cargo que he verdade que vai em *nove annos*, que vim a estas partes da India, e sirvo os sobreditos cargos...» Hoc testimonium datum fuit anno 1556: «e eu assinei de minha mam ao primeiro de Dezembro de mil, e quinhentos, e cincoenta, e seis.»

Do que fica exposto, pode-se concluir que não é exacto que Sardinha *reversus est in Lusitaniam* em 1548. Na carta 74, citada nos numeros I e III, diz São Francisco Xavier que assignou com Sardinha e dois Frades de São Francisco o papel das ultimas vontades escriptas de D. João de Castro, que falleceu a 6 de Junho daquelle anno; e escrevendo cartas em Janeiro de 1549, diz que Sardinha *as Reis* (III) *para Portugal*, o que era impossivel se *reversus esset* em 1548. O que parece claro é que deixou o cargo ao successor Ambrosio Ribeiro (V) em 1548, fins do anno, partiu logo de Góa para Cochim, onde, esperando a navegação, ficou até Janeiro, pelo menos, de 1549. — (G.)

II

(Pag. 324)

Chamava-se Juan de Senabria o governador nomeado para o Rio da Prata, que falleceu antes de partir. Succedeu-lhe no mesmo cárgo Diego de Senabria, seu filho. Sahindo, com uma armada de tres navios, de San Lucar, em Abril de 1549, seu navio desgarrou e foi dar no cabo de São Roque e na costa Este-Oeste, onde se perdeu; com alguns companheiros, chegou num bergantim muito desbaratado á ilha Margarida, donde escreveu a Sacra C.C. Magestade, a 26 de Dezembro de 1551, uma carta contando suas miserias, publicada por Morla Vicuña, *Estudio historico*, cit., 301-302.

Os outros dois navios, em que vieram D. Mencia de Calderon, mãe de Diego, suas irmãs, Juan de Salazar, o allemão Hans Staden, naufragaram na costa brasileira. Sua illiada, que não interessa á nossa historia, pode ser estudada no livro de Morla Vicuña e nas *Cartas de Indias*, Madrid, 1877. D. Mencia de Calderon informa que nos quatorze mezes que assistiu em São Vicente ficou devendo mais de duzentos cruzados

a Pedro Rosel, feitor de Erasmo Schetz, já nosso conhecido. Por fim decidiu-se a ir ao Paraguai por terra. A 20 de Março de 1556 constava em Assumpção que já chegára ao Guaira. — *Cartas de Indias*, 582.

Os naufragos espanhóes queixam-se do modo por que foram tratados em São Vicente. Dos documentos portuguezes apenas consta que ás naufragas fidalgas, que fizera vir do porto dos Patos, Thomé de Sousa mandou dar cem cruzados por conta da fazenda real; posteriormente D. Duarte da Costa favoreceu-as com mais cem cruzados e alguns panno e deo resgate ao capitão Salazar. Este fornecimento foi suspenso por ordem real a 10 de Abril de 1556 — *Livro 1.º das Proc. sec.*, fl. 109 r. — Bibl. Nacional. — (C.)

III

(Pag. 328)

Dos documentos publicados por Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos dos Portuguezes nos seculos XVI e XVII*, I, 138-156, apura-se o seguinte sobre Felippe de Guillen:

Nasceu na Espanha por 1487; foi boticario em Sevilha ou no porto de Santa Maria; veio a Portugal offerecer um instrumento de sua invenção para determinar longitudes.

Nomeado vedor e avaliador dos cargos das casas de India e Mina em 1527, obteve no anno seguinte uma tença de quinze mil réis com o habito de Christo e o ordenado annual de vinte e cinco mil reaes por certos instrumentos que inventou, e cujo uso havia de ensinar gratuitamente a quem por el-rei fosse indicado. Simão Fernandes, grande astrologo portuguez, mostrou a falsidade do invento e Guillen pretendia fugir para a Espanha, quando foi preso. A este facto alludem os versos de Gil Vicente, que os encabeça no anno de 1519: é mais provavel occorressem em 1529.

Passou nove annos em casa de Vasco Fernandes Cesar; depois veio para o Brasil, provavelmente em 1537. Esteve primeiramente na capitania de Francisco Pereira Coutinho; passou-se depois á de Porto Seguro, attrahido pelas noticias de entradas de ouro; fixou-se finalmente na dos Ilhéus, «onde estava havia dez annos ajudando-a a sustentar e governar», quando veio á Bahia por chamado de Thomé de Sousa. Provavelmente nunca esteve no Espirito Santo, como pretende o autor.

Na cidade do Salvador até Novembro de 49, quando Pero Borges sahiu a visitar as capitanias do Sul, esteve occupado em fazer o caminho da Ribeira para a cidade; depois occupou-o Thomé de Sousa para ter cargo de justiça por ser o mais velho na terra e experimentado. «Ha doze annos que nunca deixei de servir ora de juiz, ora de vereador e assim outros officios, pela qual razão fui mui pobre e não tive logar pera fazer uma roça de mantimentos», escreve em sua carta a el-rei de 20 de Julho de 50. Thomé de Sousa nomeou-o Provedor da fazenda de Porto Seguro a 14 de Setembro de 1551 por tempo de tres annos sem ordenado; esta mercê confirmaram D. João III em 57 e D. Sebastião em 61. Em 1563 um alvará régio mandou que seu ordenado de Provedor da fazenda de Porto Seguro fosse pago no almoxarifado desta capitania e não na thesouraria de Salvador. São as ultimas noticias que temos deste ar-

tigo colono, Sousa Viterbo publica delle tres cartas: na primeira datada de 20 de Julho de 1550, escreve o seguinte a el-rei:

«Succedeu agora que este Março passado (1550) vieram a Porto Seguro negros dos que vivem junto de um grande rio, além do qual dizem que está uma serra junto delle que resprandece muito e é muito amarella, da qual serra vão ter ao dito rio pedras da mesma cor, a que nos chamamos pedaços d'ouro que della caem e os negros quando vão a guerra pola banda de aquem, apanham do dito rio os ditos pedaços, do que dizem que fazem gamelas para nellas darem de comer aos porcos, que pera si não ousam fazer cousa alguma, porque dizem que aquelle metal endoença, pela qual rezão não ousam passar a ella, e dizem que muito temerosa por causa do sèu resprandor, e chamam-lhe sol da terra.

«E com esta nova esteve toda a gente de Porto Seguro demovida, ou a mais della, pera o irem buscar, todavia não ousaram sem o fazer saber a Thomé de Sousa: elle me demandou meu parecer, eu lhe disse e dei por escripto os itens de que me parecia que devia mandar e fazer pera se melhor achar e com menos perigo e despesa, em tanto que o tempo de verão se chegava pera poderem ir.

«Elle esteve detreminado pera me mandar ao descobrir, porque é necessario pera isso um homem de muito siso e cuidado, e que saiba tomar a altura e fazer roteiro de ida e vinda e olhar a disposição da terra e o que nella ha, porque sem duvida ha lá esmeraldas e outras pedras finas, e como eu não deseje mais que gastar a vida em serviço de Deus e de Vossa Alteza disse que ia, enganando-me a vontade no que a idade me tem desenganado: adoeci muito mal dos olhos e assim ficou.»

Escreve ainda: «Vossa Alteza saberá que o anno que pera estas partes me mandou (1537, como já ficou dito), morreu minha mulher e filho, ambos em uma semana: ficaram-me tres filhas já mulheres, pois, a mais moça é de desasete annos, sem amparo nem remedio algum mais que o de Deus, e serem filhas de mãe virtuosa. — (C.)

Felippe de Guillen ainda vivia cerca de 1571, conforme testemunho do padre Antonio Dias, da Companhia de Jesus, que, denunciando perante a mesa do Santo Officio, na Bahia, a 16 de Agosto de 1591, disse que «no ditto tempo mesmo (haverão vinte annos) em Porto Seguro ouvio dizer segundo lhe pareçe a outro padre da Companhia Braz Lourenço, que Phelipe Guillem cavaleiro do ábito de Noso Senhor Jesus Cristo, segundo deziam cristão novo provedor que foi da fazenda del rei em Porto Seguro, quando se benzia se benzia com uma figa e que dava por desculpa que tinha o dedo polegar comprido e que por isso se lhe fazia na mão figa, e que elle mesmo Phelipe Guillem castelhano de nação tinha onde se assentava hũa taboa no chão sobre que punha os pees, na qual estava hũa cruz, asinada na parte debaixo...» — *Primeira Visitação do Santo Officio — Denunciações da Bahia*, ps. 398.

A carta de 2 de Novembro de 1528 por que el rei D. João III fez mercê a Felippe de Guillen, provedor da fazenda de Porto Seguro, de 25$000 de ordenado annual para servir com os instrumentos que inventára para tomar a altura do Sol a todas as horas, e outros, encontra-se na integra em *Alguns documentos da Torre do Tombo*, ps. 491. A carta de Guillen, de 20 de Julho de 1550, está publicada na *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, III, 359-360, onde tambem se lê o alvará de 25 de

Janeiro de 1557, que lhe faz mercê do officio de provedor da fazenda real da capitania do Porto Seguro em dias de sua vida, no qual havia sido provido por Thomé de Sousa, *ibidem*, 382.

As trovas satiricas por Gil Vicente dirigidas a Felippe de Guillen, podem ser lidas nas *Obras* do poeta, edição Barreto Feio e Monteiro, 3, ps. 377-379, Hamburgo, 1834.

Sobre Guillen, veja: Navarrete, *Colección de opusculos*, 2, ps. 67 segs., Madrid, 1849; Mello Moraes, *Brasil-Historico*, 2.ª série, 1, Rio, 1866; Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos dos Portuguezes nos seculos XVI XVII*, segunda série, Coimbra, 1914, ps. 19-27; Henry Harrisse, *The Discovery of North America*, Paris-London, 1892, ps. 72; o mesmo, *John Cabot and Sebastian his son*, London, 1896, ps. 295-296. — (G.)

IV

(Pag. 329)

Navarro falleceu a 30 de Abril de 1557, *Livro 1.º de Provimentos sec e ecl.*, fl. 31 r. — Bibl. Nacional. — Valle Cabral já o presentira em uma nota ás *Cartas* de Nobrega, ps. 158. Sentida descripção dos ultimos dias de Navarro encontra-se na *Rev. do Inst. Historico*, 43, parte 1.ª, 152-155.

O nome do chefe dessa expedição consta de uma provisão passada por Mem de Sá a 24 de Dezembro de 1564, em que diz que governando Thomé de Sousa «Francisco Bruzo de Espinhoso, castelhano, por ser grande lingua e homem de bem e de verdade e de bons espiritos falara e se concertara com elle pera ir descobrir as ditas minas, e nesse tempo succedeu ir-se pera o reino e veio D. Duarte da Costa por capitão da dita cidade e Governador geral destas partes do Brasil, o qual outrosim por esta causa mandara ao dito Francisco Bruzo de Espinhosa com doze homens por terra dentro, o qual achara muitas informações boas de haver entre o gentio ouro e prata e por ser a gente pouca não fôra mais pela terra a dentro que duzentas e tantas leguas e a não acabaram de descobrir». — *Rev do Arch. Publ. Mineiro*, 6, 1163.

Sobre Espinhosa encontra-se ainda a seguinte informação: «A 8 de Março de 1553 passou o Provedor-mór dois mandados para Pero de Pina, feitor da capitania do Porto Seguro, que désse ao Espinhoso emfegera (?), castelhano na dita capitania morador; todo o resgate que houvesse mister para ir pelo sertão a descobrir por mandado do Governador Thomé de Sousa, e bem assim para Francisco de Oliveira feitor e almoxarife do Espirito Santo que da mesma maneira désse a Manuel Ramalho... morador na dita capitania todo o resgate que houvesse mister para ir outrosim ao sertão por mandado do dito Governador, e que por elle e seus conhecimentos feitos pelo escrivão de seus cargos assignados por ambos, em que declarassem a somma que os ditos feitores recebessem, lhe sejam levados em conta. — (C.)

V

(Pag. 330)

Thomé de Sousa não quiz tomar terras para si emquanto foi Governador, e seu gado ficou em terras alheias; por isso pediu e obteve uma sesmaria de seis leguas a 10 de Dezembro de 1563, começando «do um rio pequeno que está dez leguas da cidade para o Norte, que se chama Poojuca, pera a parte do Sul ao longo do mar duas leguas, e pera a parte do Norte quatro leguas ao longo da costa do mar e pera o sertão dez leguas».

Estas terras já estavam dadas ao conde da Castanheira e a mercê não houve effeito. A 20 de Outubro de 1565 foi-lhe concedida outra sesmaria, começando «donde se acaba a terra de que el-rei meu senhor e avô que santa gloria haja fez mercê ao dito conde, que é de tres leguas do posto... até o rio Real pera contra o Norte que podem ser oito leguas ao longo da costa pouco mais ou menos e pelo sertão dentro cinco leguas».

Por alvará de 10 de Dezembro de 53 fôra concedido a Thomé de Sousa poder do gado que tinha na Bahia tirar até a terça parte para qualquer outra capitania. Ha cópias no Instituto Historico de todos estes documentos. Em 11 de Fevereiro de 1577 Luis de Brito e Almeida, verificando as terras de Thomé de Sousa, achou «a data do dito Thomé de Sousa não alcançar a tanto como em sua provisão se dizia», parecendo «não chegar mais que duas leguas pouco mais ou menos antes de chegarem ao rio Itapicurú»; em consequencia disto foram dadas doze leguas de terra a Luis Dias, até o rio Real. — *Liv. 1.º de Provisões*, fl. 411. v. — Bibl. Nacional.

Nobrega escrevera em 1552 a D. João III: «Temos por nova que manda V. A. ir para o anno a Thomé de Sousa; obriga-me Nosso Senhor a dizer o muito que temo vir outro, que destrua isso pouco que está feito, e que favoreça mais os peccados, vicios que este, e que queira ir aproveitado á custa da terra; sei que folgará muito de viver nesta terra si cá tivesse sua mulher, ainda que não fosse Governador, si uma filha que tem a tivesse casada». — *Cartas*, 99; conf. 97. A mulher de Thomé de Sousa já em 1559 era fallecida, *ib.*, 146; chamava-se Maria da Costa; a filha, D. Helena de Sousa, casou com Diogo Lopes de Lima, morto na batalha de Alcacerquibir; não tiveram successão, e talvez por este motivo fossem vendidas as terras da Bahia a Garcia d'Avila. Thomé de Sousa *morreu* pouco mais ou menos ao mesmo tempo que o genro: Sousa, *Historia Genealogica*, 12, 1118-1119. — (C.)

VI

(Pag. 331)

Não é conhecido aqui no Rio o officio de Luis Hurtado de Mendoza citado pelo autor; mas, no archivo da segunda missão Rio Branco, *Espanha*, 1, encontramos os seguintes documentos que contêm muitas novidades:

Em carta de Luis Sarmiento, de 6 de Abril de 1554, conhecida só do extracto por uma carta do Principe de 21 do mesmo mez, se lê: «como uno que se dize luis de melo ha armado ciertos navios en que lleva mas de trezientos hombres e cincoenta o sesenta de acaballo y que van todos a su costa, a descubrir con licencia del Serenisimo Rey de Portugal». — Carta do Principe, de Valladolid, 21 de Abril de 1554.

Em carta sem data, extractada numa do Principe, de 13 de Junho de 1554, Luis Sarmiento escreve: «cerca de la armada que el Serenisimo Rey avia enbiado al brasil con un capitan que se dizia antonio dolorero con muchos casados para poblar en la costa della y la que postreramente estaba para partir de que es capitan luis de melo en ciertos navios que avia armado, en que llevaba mas de trezientos hombres los cincoenta o sesenta de acaballo los quales van todos a sus costas a descubrir con licencia del dicho Serenisimo Rey.» — Carta do Principe, de Penfertada, 13 de Junho de 1554.

Carta de Joan de Samano, escripta por mandado do Principe, de Valladolid, a 9 de Março de 1554, em resposta a outra de 5 de Fevereiro: «He visto lo que dezis cerca del armada que el Serenisimo Rey enbia al brasil de que va por capitan antunio lourero, y que lleba mucha gente y casados con sus mugeres è hijos para poblar por aquellas partes y outra gente para descubrir y que se dize alla en el brasil que tiene mucha gente por aquella costa en lo que tiene poblado y que aveis procurado por aver traslado dela ynstruccion que lleban y que no abeis allado horden de poder la aver».

Em carta de 26 de Julho de 1554, diz Sarmiento que foram com Luis de Mello alguns castelhanos amotinados no Perú, e accrescenta:

«El capitan luis de melo ha mas ya de un mes que se fue con su armada en que yvan mas de cincuenta castellanos y un clerigo que avia de yr con ellos castellano que se quedo aqui ha estado y esta a la muerte yo he enbiado a saber del muchas veses para hablarle, y que me diese los que conocia de aquellos castellanos que alli van y a me respondido a ya mas de quinze dias que el esta tan malo que no esta para hablar en nada que en levantandose el me dara una memoria de los que el supo como se llamavan y donde eran... Este clerigo tambien yva con el y tornose a desembarcar por la desorden que dize que llevava.»

Carta de Luis Sarmiento, de 31 de Julho de 1554:

«Ayer viño aqui una carabela del brasil... dixome mas este hombre por que yo le hablé que luys de melo el capitan que de aqui fue con aquella armada que avia avido ya tantas diferencias entrel y los que llevava que fueron a dar en la ysla de la madera y que alli los marineros que llevava se le avian salido de los navios diziendo que no querian yr mas con el y quel andava alli con el capitan de la ysla de la madera a que los apremyase a que fuesen con el que estaban muy rebueltos los unos y los otros que le parecia que haria mal su viaje.»

Carta de Luis Sarmiento, de 10 de Agosto de 1554:

«Aquel clerigo que dixe que estaba malo que abia de yr con luys de melo sanó, y no dize cosa ni sabe nada de adonde yban mas de que parece que yban tan desconcertados que no llegarian al brasil. Y ansi a parecido por que aqui se sabe que llegó el dicho luys de melo a la ysla de la madera muy desbaratado, y ansi dizen que estaba alli y que se

querian pasar d'allí con el los marineros que llebava y no puede dexar de aver entrellos mill descocciertos por que llevo mas de cincuenta castellanos y mas de quarenta franceses de aqui oficiales que avia y los otros portugueses y yo he dicho a Serenisimo Rey de quan mal fue consentir que fuesen franceses con el por que aquellos seran causa de guiar a otros muchos mas franceses andando el tiempo que vayan por aquellas partes.»

Em uma carta geographica espanhola, impressa em *Cartas de Indias*, Madrid, 1877, e reimpressa no primeiro *Atlas* de Rio Branco (n.º 13), encontra-se o seguinte dizer: «Ano de 1554. dia de S. martin, se perdio nesta costa al lest. ala boca de marañon Luis de Mello, portugues cõ 600 hõbres q' llevaua en 6 navios sin torm.ª sino q' surgierõ ala noche en 7 braças y de noche baxo el agua y q'darõ en seco».

Completa estes apontamentos o seguinte trecho de Fr. Vicente do Salvador: «No tempo que se começou a descobrir o Brasil veio Luis de Mello da Silva, filho do Alcaide-mór de Elvas, como aventureiro, em uma caravela a correr esta costa, para descobrir alguma boa Capitania que pedir a el-rei, e não podendo passar de Pernambuco, desgarrou com o tempo e aguas e se foi entrar no Maranhão, do qual se contentou muito, e tomou lingua de gentio, e depois na Margarita de alguns soldados que haviam ficado da companhia de Francisco de Orellana, que como testemunhas de vista muito lha gabaram, e prometteram muitos haveres de ouro e prata pela terra dentro. Do que movido Luis de Mello se foi a Portugal pedir a el-rei aquella Capitania para a conquistar e povoar e, sendo-lhe concedida, se fez prestes em a cidade de Lisboa e partiu della em tres naus e duas caravelas, com que chegando ao Maranhão se perdeu nos esparceis e baixios da barra, e morreu a maior parte da gente que levava, escapando so elle com alguns em uma caravela, que ficou fóra do perigo, e dezoito homens em um batel, que foi ter á ilha de São Domingos. Dos quaes foi um meu pai, que Nosso Senhor tenha em sua gloria, o qual sendo moço, por fugir de uma madrasta e ser alemtejano, como o capitão, da geração dos Palhas e com pouco grão para sustentar a vida, se embarcou então para o Maranhão, e depois para esta bahia, onde se casou e me houve e a outros filhos e filhas». — *Historia*, liv. II. cap. XIV. (Ps. 132-133, da ed. de 1918). Luís de Mello esteve outra vez no Brasil, de passagem para a India, em 1556, como informa Fr. Vicente, *Historia*, liv. III, cap. V (Ps. 162, da ed. de 1918).

É muito provavel que sobre os planos de Luis de Mello influissem as informações de Diogo Nunes, ido para o reino em companhia de Thomé de Sousa, e que recommenda a preferencia do Amazonas para a exploração do interior. «Por este rio se ha de prover esta terra, porque podem ir navios por elle até onde se podia povoar uma villa, que seja porto e escala de toda esta terra, por que sobe a maré duzentas leguas o rio acima, e deste porto onde se povoar a primeira villa subirão bergantins mais de trezentas leguas, porque o rio vae chão e muito bom. Haverá trezentas leguas desta provincia até o mar e sae este rio á costa do Brasil. Tambem podem ir por São Vicente, atravessando pelas cabeçadas do Brasil tudo por terra firme, porém ha muita terra que andar e não se pode levar as cousas necessarias para conquistar, povoar como por este rio, ainda que a terra é bem povoada.» — *Rev. do Inst. Historico*, 2, ps. 367, Rio, 1840.

A continuação dos apontamentos é digna de attenção, porque contém um plano da expedição que pode ter servido a Luis de Mello. Se Diogo Nunes descendia de pae portuguez e mãe india, é provavel que fosse natural da capitania de São Vicente. Nesse caso um brasileiro teria tomado parte no descobrimento das cabeceiras do Amazonas, pois Diogo Nunes assegura ter estado na feira de Machifaro com o capitão Mercadillo em 1538, portanto antes de Orellana. — (C.)

Sobre Luis de Mello, suas expedições e sua capitania veja-se ainda Gabriel Soares, *Tratado descriptivo*, ps. 19, Rio, 1851; Frei Vicente do Salvador, *loc. cit. supra*; Hakluyt, reimpressão de 1811, 4, ps. 294-295; e entre os historiadores modernos: Rio Branco, *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française*, 1er. *Mémoire*, t. I, ps. 63-64; e Capistrano de Abreu, *Prolegomenos á Historia do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, ps. 79.

O pae de Fr. Vicente chamava-se João Rodrigues Pinha e a mãe Maria de Lemos; viviam ainda em Janeiro de 1592, *Primeira Visitação do Santo Officio, Confissões da Bahia*, ps. 158. Elle declarava ter sessenta e dois annos e ser lavrador na freguezia de Nossa Senhora da Piedade, no engenho de Bernaldo ou Bernardo Pimentel. Esse, por sua vez denunciou perante a mesa do Santo Officio, em 27 de Agosto de 1591: era christão velho, natural de Lisboa, filho de Agostinho Caldeira, vedor que fora de D. Antonio, Prior do Crato; tinha de edade quarenta annos pouco mais ou menos, casado com D. Custodia de Faria e morava no seu engenho de Matoim. — *Primeira Visitação* citada, *Denunciações da Bahia*, 487. Denunciando outra vez, *ib.*, 560, deu o nome de Bernardo Pimentel de Almeida. Era sobrinho do governador Luis de Brito de Almeida, *infra*, secção XXI, e *Revista do Instituto Historico*, 36, 16. Seu engenho de Matoim havia de ser acquisição recente, porque ainda não o menciona Gabriel Soares. — (G.)

SECÇAO XVII

GOVERNO DE D. DUARTE DA COSTA. TENTATIVA DE VILLEGAIGNON

Concessões feitas ao novo governador. S. Paulo de Piratininga. Seu bello clima. Tibiriçá e Caubí. D. Alvaro, filho do governador, origem de males. Alcaide mór da cidade. Physico. Cirurgião. Outros novos empregados. Ordenados. Más novas. Naufragio e assassinato do primeiro bispo e outros. Rebates dos indios contra a cidade. D. Alvaro os derrota. Fuga dos Barbaros. Humildade dos vencidos. Sua submissão. Esquadras de tropa permanente. Queixas do povo. Situação do Espirito Santo e de Pernambuco. Capitanias do sul. Morubixaba Cunhambebe. Seu retrato. O allemão Hans-Staden e seu captiveiro. Peregrinações de Staden. Navios Francezes. Villegaignon no Rio de Janeiro. Fortalezas francezas na Lage e no ilhéu immediato. Motim. Reforço de Bois le Comte. Escriptor Léry. Insta o povo por outro governador. Morte do Caramurú.

A D. Duarte da Costa (1) haviam sido concedidos mais 200$000 de ordenado, além dos 400$ que tinha Thomé de Sousa; trazia a concessão de liberdade de direitos, por tres annos (1) aos novos colonos; e vinha autorizado a apparelhar, para guarda costa, os navios que necessitasse, dos muitos que já havia «feitos na terra».

Os dias amenos que passára o Brasil, e principalmente a cidade do Salvador, durante a administração de Thomé de Sousa, se embruscaram pouco depois da sua partida; e o governo de D. Duarte da Costa póde citar-se para exemplo do mal que deve causar a um povo inteiro a desunião entre um chefe da administração e o da diocese (2), e de quanto tal des-

(1) Alv. de 23 de Julho de 1553, ampliação do de 20 de Julho de 1551. — (A.). — Cópia de documento congenere, mas datado de 22 de Junho de 1554, existe na Bibl. Nacional. — (C.).

(2) «Não deixarei de relatar o açoute de Nosso Senhor que deu a esta Bahia nas guerras que permittiu que houvesse entre o bispo e o governador D. Duarte, o qual não tenho por o mais somenos castigo, e que mais damno fizeram na terra que as guerras que se teve com o gentio porque... se engendrou a morte a muitos e perderam a honra e fazenda e a terra perdeu a muitos povoadores». — Nobrega, Carta a Thomé de Sousa, 1559. — (A.). — Nem Thomé de Sousa, nem Nobrega eram favoraveis ao bispo, ou pelo menos ao clero que trouxe o cujo procedimento escandaloso não soube cohibir. Leia-se toda a carta deste áquelle, na edição de Valle Cabral (ps. 146-168), unica que merece fé: é um documento capi-

união é facil de fomentar-se, quando homens tão elevados, em vez de perdoarem reciprocamente com caridade alguma leve falta ou indiscreção, se tomam de ira e se deixam levar pelas mesquinhas intrigas de aduladores ainda mais mesquinhos que ellas.

Antes de continuarmos a tratar do novo governador, convem dizer que com elle viera para a Companhia de Jesus um poderoso reforço (2), não só pelo que respeitava ao pessoal (em que se comprehendia o ex-reitor do collegio de Coimbra Luis da Grã, o irmão José de Anchieta, ao depois tão celebre que passou a ser tido por thaumaturgo) como pela resolução que chegára da instituição no Brasil de uma provincia aparte, para fundar a qual vinham poderes ao P. Nobrega (II). Este zeloso jesuita, que até então não se havia descuidado de cumprir seus deveres, pareceu cobrar novo ardor ao ver-se provincial. Do collegio de São Vicente, onde se achava, passou com alguns dos novos socios a Piratininga, com projecto de fundar ahi para a Companhia uma casa, ou principio de um novo collegio, no meio desses campos tão amenos, e de um clima que, mais que ao da Europa, é comparavel ao da pitoresca ilha do Atlantico que alguem poeticamente chamou «Flor Oceana». Ahi nunca são excessivos nem o frio nem o calor; e o ananaz sazona á sombra da pereira, e os sarmentos dos vidonhos se entresacham nos caramancheis com as hastes trepadoras dos maracujazeiros; — de modo que ao lado do cacho de uvas recende muitas vezes dependurado o aromatico maracujá. Effectivamente deram logo traça á edificação da nova casa (III), não na propria villa antiga de Piratininga, á margem do Tietê, mas sim no cimo de um morro sobranceiro a ella, e ilhado pelos valles de dois pequenos ribeiros, que com os nomes de *Taîbatâî* e de *Anhangába-hy*, isto é, de Apertado (Montoya, fls. 354) e de «Agua da diabrura», vão

---

sal, em que o venerando Jesuita abre toda a alma ao seu velho companheiro e amigo. Ahi se vê que entre outros motivos, Nobrega deixou-se ficar em São Vicente durante tres annos para não assistir aos escandalos da nova diocese. — (C.).

(3) Com D. Duarte da Costa vieram os padres Luis da Grã, Braz Lourenço e Ambrosio Pires, e os irmãos João Gonçalves, Antonio Blasques, Gregorio Serrão e José de Anchieta. Ambrosio Pires tornou para o reino em 1558, em companhia de D. Duarte. Na Bahia encontraram apenas o padre Salvador Pires, vindo em 1550, que logo falleceu a 15 de Agosto, e o irmão Vicente Rodrigues, vindo em 1552. No mesmo anno de 53, Leonardo Nunes foi de São Vicente buscar reforço e levou Vicente Rodrigues, Gregorio Serrão e José de Anchieta, que, em carta, descreve a tempestade que acommetteu o navio em que vinham, vespera da Apresentação da Virgem (20 de Novembro) nas alturas dos Abrolhos. — *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 1, 279-281. — (C.).

affluir no mesmo Tietê, cuja veiga toda do mencionado morro se domina. Para orago da nova casa foi invocado o intrepido apostolo das gentes São Paulo, dizendo-se a primeira missa no proprio dia em que a Igreja celebrava a sua conversão. Depois, os Jesuitas conseguiram que os moradores da villa baixa passassem para perto de seu Collegio de São Paulo; e que a antiga e primitiva villa Piratininga viesse toda a transferir-se para o alto, e a chamar-se de São Paulo, nome este que, em vez de São Vicente, veiu depois a estender-se á toda a capitania, desde que para essa villa foi levada a séde da mesma capitania.

Entre os morubixabas ou principaes dos campos vizinhos nos conserva a historia os nomes de dois a que muito deveram os nossos colonos; — Tibiriçá e Caubí (4); — o primeiro dos quaes tomou no baptismo o nome de Martim Affonso, e o segundo o de João, — naturalmente este em attenção ao nome do rei João III, ao do donatario aquelle.

Deixemos, porém, já os de São Paulo, e voltemos a tratar de D. Duarte e do seu governo, contra o qual tudo se conspirava.

É possivel que D. Duarte chegasse ao Brasil animado de muitos bons desejos; mas do seu governo não o podemos nós deduzir. Trouxera comsigo um filho, D. Alvaro da Costa, moço que havia servido em Africa e que, pela idade ou pelo caracter, não reunia os dotes que devem suavizar as maneiras de todos os jovens, principalmente dos que se dedicam á vida publica, quando são mais vivos e talentosos. O bispo que, segundo já sabemos, era de parecer que se não devia ser na terra demasiado rigoroso, viu-se obrigado a admoestar ao dito moço, ou a fazer numa pratica allusão a certo facto escandaloso pelo mesmo commettido. Protestou D. Alvaro tomar vingança; e valendo-se da predilecção natural da paternidade, e da cega prevenção do juiz que é ao mesmo tempo pae, conseguiu alborotar a cidade, fazendo que o governador hos-

(4) «Tebiriçá» poderia significar «Içá (formiga) dos velhacos» e «Cá-uby» «Mato Verde». — (A.). — Não se deve escrever *Tebiriçá*, que tem mau sentido, diz Theodoro Sampaio, *O Tupi na Geographia Nacional*, 272, S. Paulo, 1914. O nome é *tibiriçá*, de *t-yby-yçá* o que é principal na terra, conforme Baptista Caetano, *Annaes da Bibl. Nacional*, 7, 524, Rio, 1879. — *Caubí* vem de *cad* herva, planta, mato, folha, e *oby* verde. — Conf. Anchieta, *Informação dos casamentos dos indios do Brasil*, *Rev. do Inst. Hist.*, 8, 245. — (G.).

tilizasse todos os que se mostravam partidarios do bispo, que era homem já de sessenta annos, e que só fizera advertencias ao governador ou ao seu filho, porque assim julgava cumprir com os deveres da caridade evangelica; não só em respeito a elles, como principalmente ao povo que arbitrariamente tyrannizavam. A desordem foi crescendo, graças a certos sujeitos que sempre apparecem em taes occasiões, contando tudo quanto ouvem, e inventando até o que não ouvem.

As consequencias das desordens eram aggravos continuados de D. Alvaro, e vexações injustas do governador, que fez com que o bispo fosse chamado á côrte. Dá pena ler as cartas que ainda hoje se guardam na Torre do Tombo, todas asseladas com o cunho do partido a que pertencia o que as dictava e assignava (5). A camara da cidade, presidida pelo successor de Pero de Góes na capitania mór da costa, Francisco de Porto-Carreiro (6), o licenciado Jorge Fernandes (7), e algumas outras pessoas principaes, eram contra o governador, e por conseguinte em favor do bispo. Igualmente os seguia Antonio Cardoso; mas a este o daremos se quizerem por suspeito, como queixoso do governador, por lhe haver feito sus-

---

(5) Os documentos publicados na *Rev. do Inst. Historico*, 49, parte 1.ª não permittem formar juizo definitivo sobre as luzes que separavam os chefes do poder civil e ecclesiastico. Contas e nomeações guardadas na Bibliotheca Nacional deixam, porém, fóra de duvida que, antes de se voltar contra D. Duarte, já D. Pero Fernandes tinha tido questões muito graves e pouco edificantes com o ilhéo Gomes Ribeiro, o chantre Francisco de Vacas, etc. — (C.).

(6) Nomeado em 18 de Abril de 1553. Dois dias depois era nomeado Christovão Cabral para capitão de uma caravela ou navio de remo. — (A.). — Cf. Rev. do Instituto Historico. — (C.). — O segundo filho de Christovão Jacques com uma filha de Francisco de Porto Carreiro herdou o nome do avô. — *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, II, 303. — (G.).

(7) Jorge Fernandes veio em companhia de D. Duarte da Costa e serviu de physico durante tres annos. A 1 de Julho de 1556 mandou o governador riscal-o da folha de pagamento, mas a 22 mandou readmittil-o. Falleceu em Junho de 1567, segundo se vê do *Livro 1.º dos Provimentos* sec. e encl., fl. 114. Teve questões com D. Duarte, como conta em carta, *Rev. do Inst. Historico*, 49, parte 1.ª, 379; mas não era amigo do bispo: «as qualidades do Bispo bastam para desprovar um reino, quanto mais uma ribalde tão pobre como este», escreve, ib., 381. Mais tarde andou ás voltas com a Inquisição, escapando sem grande damno, como se vê do processo de Bahia, *Annaes da Bibl. Nacional*, 23, 238, Rio, 1901. — (C.). — Fernão Ribeiro de Sousa, denunciando perante a mesa do Santo Officio, em 6 de Agosto de 1591, disse «que averá vinte e cinco annos que nesta cidade morreo Jorge Fernandes, fisico, christão-novo, o qual na doença disse a hũa sua ama que o curava que quando elle morresse a lavasse e o amortalhasse no modo judaico e que a dita sua ama o fizera assi». — *Primeira Visitação do Santo Officio, Denunciações da Bahia*, pg. 268. O Padre Luis da Grã tambem denunciou, em 14 do mesmo mez e anno, que «averá trinta e cinco annos pouco mais ou menos que nesta cidade foi preso Jorge Fernandes, fisico, mestre christão-novo, por dizer que Christo nosso Senhor nascera com corpo glorioso, immortal e impassivel, e estando preso e perguntado a elle denunciante por duvida se era aquillo verdade ou não, depois o vio solto, não sabe como, e he já defunto». — *Ib.*, pg. 329-330. — (G.).

pender seus ordenados de provedor mór, apenas terminára o praso de um anno, em que no dito cargo havia sido reconduzido; e por mais algumas accusações que nos dispensaremos de mencionar, por não termos dellas provas para mancharmos a memoria de um dos doze primeiros donatarios, e do primeiro provedor mór deste Estado, que tão tristemente veiu findar seus dias. Ás funcções de seu cargo passaram a ser exercidas pelo ouvidor Pero de Borges (8), conforme propuzera Thomé de Sousa, e seguiu com elle o successor do dito Borges (9), até que a experiencia provou alguns inconvenientes, na reunião dos dois cargos. Segundo tambem propuzera Thomé de Sousa, havia sido approvada a separação do cargo de capitão da cidade do de governador do Estado, e em tal conjunctura, fôra nomeado alcaide mór da mesma cidade Diogo Moniz Barreto (10). Tambem não deixaremos para depois o dar conta da instituição de um protomedicato, ou antes nomeação pela corôa de um physico para a nova colonia. (Em 20 de Abril de 1553). Foi o dito licenciado Jorge Fernandes o primeiro que exerceu o cargo, cujo ordenado annual não passava de sessenta mil réis, — somma que não deixava de guardar proporção com a de duzentos mil réis, a que montava a congrua do bispo. Fôra igualmente nomeado (11) um mestre Pedro, cirurgião, para a capital do novo Estado, um Rodrigo

(8). D. Duarte nomeou o Dr. Pero Borges provedor-mór da fazenda a 16 de Novembro de 1554; a confirmação régia traz a data de 2 de Maio de 1555. — *Livro 1.º dos provim. sec. e ecc.*, fls. 75 v. e 88 v. — Bibl. Nacional. — (C.).

(9) O licenciado Braz Fragoso, mandando-se-lhe abonar (3 Ag. 1557) mais 60$, por servir de provedor-mór, além dos 200$ que recebia como ouvidor geral. — (A.). — Veio com o bispo D. Pero Leitão, e tomou posse a 4 de Dezembro de 59. — (C.).

(10) Nomeado, por carta de 2 de Maio de 1554, *Chanc. de D. João III, Lic. 39, fl. 13 v.* — (A.). — Esta data não deve, porém, estar certa, se, como se lê em apostilla, foi Thomé de Sousa que lhe tomou a homenagem quando governador. A 22 de Junho de 1556 prestou juramento e foi mettido de posse do cargo. Durante o tempo de Men de Sá servin mais de uma vez de governador interino. Renunciou o cargo de alcaide-mór em seu sobrinho Duarte Munis a 27 de Agosto de 1573, a quem substituiu em 1627 Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. *Liv. 2.º do Provi.*, fl. 70. — Bibl. Nacional. — (C.).

(11) 2$ de Abril dito. *De mais outro salario* da primitiva cidade cheiros o anno até nós; — o mestre Jorge de Valladares, ao qual em 10 de Março de 1557 se mandaram liquidar contas. — (A.). — O *Livro 1.º das Provisões* contém diversas ordens de pagamento a Jorge de Valladares, á razão de 24$000 o mez. Foi alvará de 5 de Fevereiro de 1557, o bacharel-mestre Affonso, cirurgião-mór da cidade de Lisboa, filho de Alvaro Mendes, morador em Portel, foi nomeado cirurgião das partes do Brasil com o ordenado de 18$000. Veio provavelmente com Men de Sá, que depois mandou dar-lhe mais 6$000 annuaes, para tomar conta da botica. — *Livro 1.º dos Provim. sec. e ecc.*, fls. 131, 159. — (C.).

O alvará mandando que se fizesse passar certidão em fórma de todo o dinheiro que liquidamente fosse devido ao licenciado Jorge de Valladares, do tempo em que servio de cirurgião, assi de seu ordenado, como de seu soldo, para por ella seus her-

de Freitas para thesoureiro de rendas, um Pero Carvalho para seu escrivão, e um Diogo Gonçalves Vieira, para provedor e contador.

Lamentando os tristes acontecimentos que tiveram logar durante a administração de D. Duarte, apressemo-nos a dizer que alguns não se devem tanto attribuir a ella, como á sua má fortuna. Os Francezes appareciam no Brasil em maior força que nunca, e chegaram a estabelecer-se no Rio de Janeiro. Os gentios do Espirito Santo e de Pernambuco cobravam alento, e vinham assolando e ameaçando ás povoações. Os indios da costa, desde Cabo Frio até São Vicente, atreviam-se a ir em suas canoas de voga arrancada prender á vista de terra as caravelas que velejavam para São Vicente. E, por fim, para que as calamidades se fizessem tambem sensiveis na capital, esteve esta ameaçada pelo gentio, que lhe bateu ás proprias portas; e depois chegou a enlutar-se com a noticia de que o seu primeiro prelado, acompanhado de alguns ecclesiasticos e de muitos principaes da terra, e familias que iam para Portugal, na nau *Nossa Senhora d'Ajuda* (IV), haviam naufragado, não longe, sendo logo devorados pelo gentio. «Ali acabaram, diz Nobrega, clerigos e leigos, casados e solteiros, mulheres e meninos. Ainda escrevendo isto, se me renova a dor que tive quando vi que não havia casa em que não houvesse prantos e muitas viuvas e orphãos». Lamentemos sua tristissima morte, e console-nos ao menos, além da idéa de que Deus os terá em sua presença no numero dos martyres, a justa esperança de que dia virá em que algum digno successor do primeiro prelado do Brasil se illustre, dedicando á memoria deste e dos seus companheiros no martyrio, um monumento de piedade; — uma capellinha gothica nessa paragem em

---

deiros haverem pagamento, lê-se no archivo do Instituto Historico, *Conselho Ultramarino — Registos*, 1. fl. 221 v.

Devia ter fallecido antes daquella data.

O bacharel mestre Affonso foi uma das testemunhas que depuzeram no *Instrumento* passado a Mem de Sá, na cidade do Salvador, em 1570. — *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 27, ps. 165-172.

Em 21 de Agosto de 1591, Jacome de Queiroz, conego da Sé da Bahia, denunciando perante a mesa do Santo Officio, accusou-o de ser christão-novo e de acoitar um crucifixo que possuia, conforme havia vinte annos pouco mais ou menos era fama publica geralmente tida por verdadeira. Por occasião da denuncia já era fallecido; mas viviam ainda sua mulher Maria Lopes, seu filho Alvaro Pacheco, e uma filha casada em Pernambuco com Gaspar de Almeida. *Primeira Visitação do Santo Officio, Denunciações da Bahia*, 399. Seu nome era Affonso Mendes; outro seu filho, chamado Manuel Affonso, foi meio conego na Sé da cidade do Salvador. *ib. Confissões da Bahia*, 40. — (G.).

MATANÇA DO 1.º BISPO DA BAHIA E DE SEUS COMPANHEIROS

que morreram tantas victimas dos arbitrios de um governador, e do cannibalismo das gentes que o christianismo veiu a converter e a reduzir ao gremio da civilização. Já é tempo de abandonarmos nossa apathia pelo passado; e o melhor modo de fazermos que o povo não seja indifferente é o de lhe despertar e avivar, por meio de monumentos d'arte, os factos mais notaveis. Os monumentos são as pegadas da civilização em qualquer territorio: são as barreiras que devem extremar os tempos historicos desses de barbaridade, de cujas rixas cannibaes se não levantavam, e ainda bem, nem sequer provisorios trophéus.

O naufragio teve logar nos baixos chamados de D. Rodrigo, quasi á foz do Rio Coruripe; e a matança dos naufragos um pouco mais ao norte, em um local, na margem esquerda do Rio de São Miguel, que ainda hoje é indicado pela crença popular, a qual accrescenta a observação de que o sangue do primeiro bispo do Brasil tornou esteril todo o territorio (12).

Durante a séde vacante, de alguns annos, ficou ao vigario geral do bispado, o Dr. Francisco Fernandes (v), o cuidado deste rebanho; e, a nos regularmos pela conta que deu o segundo bispo, importantes serviços prestou ao Brasil, cujas differentes capitanias visitou.

Antes do fatalissimo naufragio, tinham tido logar os factos que apontámos, e de que nos iremos successivamente occupando, senão pela ordem em que succederam, ao menos pela que melhor pareça accommodar á nossa relação.

O ataque do gentio contra a cidade veiu nem que de molde para que o joven D. Alvaro tivesse occasião de remir em parte as faltas que commettera. É por isso que nos daremos pressa a tratar delle primeiro, desejosos de allivia-lo um tanto da tremenda reprovação moral em que o deixámos.

Deram os gentios rebate (vi) contra o seu costume, ao meio dia, começando por investir o engenho de Pirajá, donde passaram a fortificar-se no Porto Grande, entre esse engenho e a cidade; porém, ao mesmo tempo que uns, com esta investida, aprisionaram muitos christãos, iam outros assaltar em Itapoam as manadas e os vaqueiros de Garcia d'Avila, joven

(12) *Rev. do Inst.*, 8, pg. 112. — (A.)

criado de Thomé de Sousa, e que chegando com este governador á Bahia sem cabedaes, era agora um dos primeiros proprietarios do districto.

Fôra o ataque dirigido com toda a premeditação pelos Barbaros; por isso mesmo que o executavam quando o governador, chamado a Pernambuco pelo perigo em que estava a capitania, tinha poucos dias antes deixado a Bahia, onde, em virtude do temporal, se vira obrigado a arribar e a ter alguma demora, o que lhe permittiu dar as necessarias providencias.

Foi, como dissemos, seu filho D. Alvaro o encarregado de castigar o insulto que se estava fazendo á cidade. O joven capitão, naquella mesma noite, á frente de setenta homens de pé e seis de cavallo, acommetteu a trincheira que já haviam feito os gentios, e depois de alguma resistencia a entrou, apezar das cavas estrepadas com que estava defendida. O chefe dos Barbaros ficou prisioneiro, e a derrota veiu a ser maior, porque, quando aquelles iam a retirar-se, se acharam sem as canoas, que haviam sido tomadas ou queimadas por Christovão d'Oliveira, capitão da nau *Esperança*, fundeada na Bahia; e o qual, com os bateis artilhados, fôra tornear o inimigo pelo lado do esteiro que além de Itapagipe se espreguiça pela terra dentro.

Logo o governador mandou D. Alvaro a Itapoam, com cento e sessenta homens; porém, os gentios dessa banda, já inteirados do que succedera aos outros, faziam pé atraz, cedendo humildemente, e entregando o gado que haviam tomado, e os prisioneiros que retinham.

Os do lado do Pirajá voltaram no dia immediato em numero muito maior, — de mais de mil, e circumvallaram de tres cercas o dito engenho, em que estava seu dono o provedor mór que fôra (13). De novo lá acudiu, com quanta gente poude juntar, o mesmo D. Alvaro, e foi dar em cinco aldeias, em uma das quaes se fizeram os inimigos firmes. Passou D. Alvaro a desaloja-los de uma grande cerca, a que se haviam recolhido, e na qual apresentaram tal resistencia que Chris-

(13) Antonio Cardoso de Barros. Seu engenho, se o mesmo parece ser seu filho Christovão de Barros, ficava na enseada de Jararacanga, entre Matoim e Matacipe, como informa Gabriel Soares (*Tratado descriptivo*, 135, Rio, 1851). O engenho vulgarmente chamado de Pirajá era, porém, o de el-rei, começado por D. Duarte, terminado por Mem de Sá, de que tambem dá noticia Gabriel Soares, ib., 131. — (C.).

tovão d'Oliveira, que commandava a dianteira, teve o braço atravessado de uma frecha, o escrivão dos contos Pero Fernandes recebeu outra na testa, sendo igualmente feridos de frechadas, dentre os principaes, Manuel Jacques (14), capitão de um navio que fôra soccorrer Pernambuco, Fernão Vaz e Ayres Quinteiro. D. Alvaro foi mais afortunado, pois todas as feridas recebeu no cavallo que montava. Os vencidos retiraram-se para a banda do Rio Vermelho. Mas constando na cidade que se começavam a reunir em quatro ou cinco tabas, guarnecendo-as de cahiçáras, lá foi ainda D. Alvaro; porém, á sua approximação, *fugiram todos espavoridos*, e seus trabalhos foram desfeitos e as aldeias incendiadas.

Estes acontecimentos, talvez crueldades, longe de incitarem os gentios a tomarem vingança, produziam o effeito contrario. Os mesmos que conhecidamente haviam estado nas conjurações, e ás vezes já no campo, apenas ellas se mallogravam, prostravam-se ante o vencedor, de um modo para nós ideoso e ignobil, porém astucioso para elles, que desconheciam o brio e as nossas leis de honra.

Apenas correu a noticia do desbarato causado por D. Alvaro, vinham ou mandavam de todas as partes os principaes dar preito ao governador, assegurando-lhe que sempre haviam sido seus amigos, e fazendo entrega da gente que em suas aldeias detinham captiva. No numero se incluia por esta occasião o Tubarão (Iperú), um dos mais temidos principaes daquelles contornos, e que era vizinho dos levantados, e por ventura com elles mancommunado.

Apezar de tanta submissão, o governador tratou logo de organizar seis companhias ou antes esquadras; e deu o mando dellas a alguns dos mais notaveis da terra, que eram de sua parcialidade. Ao mesmo tempo requereu, pela armada que fazia regressar ao reino, por não ter meios para paga-la, que se lhe mandassem com que manter de soldada uns oitenta homens d'armas, ou ao menos os do pequeno numero já orga-

(14) A este Manuel Jacques, como capitão do navio *Santo-Antonio* que se fazia prestes, em 1551, para vir ao Brasil se mandava dar regimento, em carta datada de Almeirim em 6 de Março desse anno. — (A.). — Christovão Jacques foi casado com uma filha de Francisco de Porto Carreiro, da qual houve dois filhos e uma filha. O primogenito chamou-se Manuel Jacques Porto Carreiro, talvez o mesmo capitão referido no texto. — Cont. Livros I e II da *Historia do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, pg. 55, nota de Capistrano de Abreu, Rio, 1887; e *Historia da Colonisação Portugueza do Brasil*, II, 363. — Veja tambem a nota 6 desta secção. — (G.).

nizado, quando sahissem a pelejar. — Eis a origem de um primeiro contingente de exercito no Brasil.

As mencionadas victorias não faziam o governador nem seu filho mais populares. Queixou-se o povo de que elles decidiam a guerra, sem tomar accordo com os que em taes negocios deviam ser mais interessados, e pediam por isso ao rei que o novo governador que fosse nomeado trouxesse a mulher, mas não filho homem solteiro, se o tivesse; pois agora pae e filho abusavam de tal modo, que só cuidavam de seus lucros, assim no conceder as licenças para o resgate com o gentio, e em occupar nisso os bergantins do Estado que deviam estar correndo a costa, como no dar officios de escrivão da camara, juiz e escrivão dos orphãos, inquiridor e escrivão d'almotaceria, alcaide do campo e carcereiro; e em distribuir as terras a *forasteiros* que as tornavam a vender aos colonos, concedendo-as até do rocio da cidade, o qual chegou a reduzir-se a quarenta braças. Além disso queixava-se de commetter o governador o arbitrio de não deixar sahir para o Reino os que, não sendo seus apaniguados, podessem ir representar contra elle, chegando a prende-los, quando julgava que ás escondidas o queriam fazer.

O povo estava vexado, e só tinha em seu favor o recurso da ordenação de dar por suspeito o proprio ouvidor, mui ligado ao governador. — Mas este recurso custava-lhe caro, pois que, para evita-lo, havia o mesmo ouvidor proposto e conseguido que por cada suspeição se deviam depositar dez cruzados, somma que muitos pobres não tinham (15).

Na capitania do Espirito Santo, onde mais que nas outras se havia admittido o uso da idade média de se vender o gentio a si ou de se *furtar a si mesmo*, como dizia Nobrega (VII), tanto dessa pratica abusaram os colonos, que sendo os vendidos voluveis e em grande numero, se levantaram, destruiram muitas fazendas e mataram os principaes, a saber: D. Jorge de Menezes, D. Simão de Castello Branco, Bernardo Pimenta e Manuel Ramalho (16). Depois continuou a mesma

(15) Os motivos da exigencia de deposito de quem apresentasse suspeição expõe D. Duarte da Costa, em sua carta de 21 de Abril de 1555, *Rev. do Inst. Historico*, 38, parte I.ª, 180. Thomé de Sousa procedera de modo similhante. — (G.)

(16) Manuel Ramalho houve um filho de Antonia Paes, o conego Jacome de Queirós, superiore de missa, mamaluco, natural da capitania do Espirito Santo com 16 annos de edade em 1591, o qual figura tristemente no *Primeiro Visitador do Santo Officio, Confissões da Bahia*, ps. 39, e *Denunciações* ps. 399. — (G.)

capitania apouquentada dos Barbaros vizinhos, ameaçada dos Francezes, e por fim, sempre em contendas e guerras civis taes, que deixou de medrar. Se a colonização tem caminhado de outro modo, se é levada a cabo com mais gente, e emprehendida pela corôa (como maior capitalista) á maneira da Bahia e do Rio, talvez seria hoje a provincia do Espirito Santo uma das mais ricas do Brasil, e a cidade da Victoria, ou alguma outra construida em sitio apropriado no continente, um dos seus emporios. Nesse caso houveram, quem sabe? os habitantes dessa privincia sido os descobridores das Minas, a parte de cujo territorio se acha geographicamente ligada.

Em Pernambuco, depois da morte do donatario Duarte Coelho (VIII), ficou sua mulher D. Brites d'Albuquerque por governadora e administradora da capitania, e ahi se achava em 26 de Março de 1577, em que encontramos o seu nome em uma doação. O joven segundo donatario Duarte Coelho d'Albuquerque e seu irmão Jorge d'Albuquerque Coelho, já nascido no Brasil (em 23 de Abril de 1539), estavam então educando-se em Portugal (IX).

O gentio que tanto havia experimentado a tempera do velho capitão, ao saber que elle deixára do existir, juntou-se em grande numero, e veiu assolando e incendiando quanto topava. Assaltou Igarassú, e destruiu inteiramente um engenho já ali acabado. Outro engenho (de Santiago), feito por Diogo Fernandes e seus socios, naturaes de Vianna do Minho, com mui boas terras, excellentes aguas, madeiras e lenhas, e em que se fabricavam por anno dez mil arrobas de assucar (17), foi abandonado por falta de gente e armas com que se defendesse. Em vista do que D. Brites confiou a seu irmão Jeronymo d'Albuquerque o governo da capitania. Este capitão, apenas se desenganou de que era necessario conter a insolencia do gentio, reuniu quantos dos seus poude; deu nelle devéras, e em 28 de Agosto de 1555 já o julgava submettido, atemorizado, e «callado», segundo se expressa na carta que então escrevia ao rei. (*Rev. do Inst. Hist.*, 49,

(17) Jeronymo de Albuquerque não diz que já se fabricavam, mas que se podiam fabricar dez mil arrobas de assucar. Eis suas palavras: «nelle (engenho Santiago) se podem assentar dentro da cerca dois engenhos de assucar, e tem boas terras e muitas madeiras e lenhas e outras cousas necessarias; os quaes, andando bem providos do necessario e escravaria, como cumpre, se farão nellas cada anno dez mil arrobas de assucar». — *Rev. do Inst. Historico*, 49, parte 1.ª, 585, Rio, 1886. — (C.).

parte 1.ª, 584-586). Este bravo chefe teve ainda para o diante (18), occasião de prestar muitos serviços á terra que adoptára por patria, e á qual legou, com sufficientes bens, vinte e quatro filhos, entre legitimos e naturaes (x).

Se pela banda do norte os Barbaros não levavam a melhor, outro tanto não succedia para o sul, a contar do Espirito Santo. Todos os morubixabas ou chefes dos mesmos Barbaros, desde o Cabo Frio até a Bertioga, estavam unidos e prestavam odediencia a outro chefe maior que chamavam Cunhambebe (19), o qual se gabava da proeza de haver trincado carnes de uns dez mil dos seus inimigos, para cuja morte concorrera (20). Se bem que a presença dos europeos, tão superiores aos indios nos meios de ataque e defensa, lhes poderia instinctivamente haver aconselhado esta harmonia ou alliança contra o inimigo commum, somos antes propensos a crer que ella não procedia tanto da abnegação dos chefes subalternos, como do ascendente que sobre elles exercia o grande Cunhambebe, que todos tinham razão para temer. Cunhambebe foi, dos chefes que dominavam com a sua marinha de canoas todos os reconcavos e angras desde a dos Reis até ás da ilha de S. Sebastião, o que mais fortuna conseguiu em suas tentativas, não só de arremettidas por mar ás colonias de São Vicente e de Santos, pela barra de Bertioga, e a esta mesma barra depois que teve fortaleza; como nos ataques e abordagens que ousava dar ás galés e caravelas que por ali passavam sem artilheria, e até ás artilhadas e mui bem guarnecidas, que fundeavam e se descuidavam durante a noite (21). As primeiras victorias lhe tinham

---

(18) Segundo Jaboatão, *Orbe Seraphico*, I, 146, Rio, 1858, falleceu em 1594, e seguramente depois de 18 de Novembro de 1584, em que assignou o testamento, do qual se collige parte de sua vida e de sua descendencia. — (A.). — O testamento, publicado por Fernandes Gama, *Memorias historicas da Prov. de Pernambuco*, I, 65-90, Pernambuco, 1844, foi reimpresso na *Rev. do Inst. Arch. e Geogr. Pernambucano*, n. 28, 111-119, Recife, 1883. — (C.).

(19) *Quoniambebe* diz Studen (aliás *Koniam-Bebe*). Este nome pode traduzir-se: «O voar da mulher», *Cunhã-bébé*. — (A.). — Thevet escreveu *Quoniambec*, Léry, *Koniam-Bebe*; Simão de Vasconcellos e outros chronistas portuguezes grapharam *Cunhambeba*.

Das etymologias que se offerecem a esse nome parece mais aceitavel a do sabio tupinologo Dr. Theodoro Sampaio, por *cá-nhã-bêba*, lingua que corre rosteira, allusão ao individuo que arrasta no falar. — (G.).

(20) Não consta o autor que isto atteste. — (C.).

(21) Um exemplo do ataque de indios nos navios que passavam fornece a carta do jesuita Leonardo Nunes, escripta em São Vicente a 24 de Agosto de 1551. Pouco importa ao caso que os assaltantes fossem amigos dos Portuguezes e julgassem a embarcação franceza. — (C.).

augmentado a audacia, e seu nome se repetia na colonia de São Vicente e nas galés de toda a costa com tanto terror como pouco antes, nas aguas e costas do Mediterraneo, se proferira o do celebre Hariadam Barba-Roxa. Cunhambebe já não temia a artilheria, e de tal modo com ella se familiarizou que se contava que, havendo-se apoderado de dois falcões, os levava comsigo carregados, e sobre os proprios hombros lhes dava fogo em retirada, se era necessario, aguentando elle o recúo (22).

O escriptor francez André Thevet quiz-nos deixar deste temivel chefe tão exacta pintura que até o retrato possuimos (23), com a perfeição proverbial de todos os dos personagens do tempo que incluiu na sua cosmographia. Era Cunhambebe bastante alto, membrudo, e de horrenda catadura: levava furado e com um botoque no sentido vertical o labio inferior: nas orelhas arrecadas não desproporcionadas, e ao pescoço um collar de busios em volta dobre, do qual pendia, na dianteira, um grande caramujo. Era de feições grandes e grosseiras: as rugas da fronte e das faces descobriam quantas vezes em vida conhecera o perigo a que se arrojára. A expressão do rosto podemos dizer que respirava uma melancolia feroz.

Todos os chefes dos contornos prestavam, como diziamos, cega obediencia a este Barbaro temivel, que era o primeiro a sacrificar-se na occasião do perigo, e que, apezar de implacavel sempre para os inimigos e orgulhoso dos proprios feitos de um modo insupportavel, não deixava de prestar-se a certos armisticios com os navios portuguezes, que, devidamente prevenidos, vinham fazer resgates ou propor conciliações, como succedeu com os Jesuitas, cuja roupeta acataram sempre elle e os seus successores.

Podemos ter uma perfeita idéa do que era o governo e o dictatorado de Cunhambebe, pela peregrinação que ahi fez como captivo Hans Staden, o qual, conseguindo escapar-se,

---

(22) Thevet dá deste facto uma gravura na sua celebre *Cosmographia*. — (A.). — Ha mais de um Cunhambebe: o de que fala Anchieta, quando descreve seus trabalhos em Iperoig, nada tem com o de Thevet: este morreu de peste, logo depois da chegada de Villegaignon. Heulhard, *Villegagnon, roi de l'Amérique*, 114. Tinha em sua aldeia seis canhões tomados a duas caravelas, e a vestimenta e a cruz de um cavalleiro de Christo, que com muito fundamento Rio Branco julga pertencentes a Ruy Pinto, *Le Brésil en 1889*: 142 n., Paris, 1889. — (C.).

(23) Esse retrato encontra-se na *Cosmographia* de Thevet e foi reproduzido na *Rev. do Inst. Historico*, 18, mas só nos exemplares da 1.ª edição, Rio, 1850. — (G.).

voltou a Hesse, sua patria, e em Marburg (24), publicou em allemão a narrativa de quanto soffrera e observára, e merece que lhes dediquemos algumas linhas.

Staden, que pela segunda vez viajava para estas paragens, havendo estado da primeira vez em Pernambuco (donde fôra, como vimos, de soccorro a Igarassú) havia sido um dos naufragos da mallograda expedição do espanhol Senabria, e em São Vicente se aposentára em casa de seu patricio Heliodoro Eoban, filho do poeta allemão deste appellido (25), e feitor do engenho do genovez José Adorno. Mandado por Thomé de Sousa para servir de bombardeiro na fortaleza da Bertioga, um dia que se descuidou pelo mato foi assalteado pela gente de Cunhambebe. Despiram-o, levaram-o por mar a Ubatuba, então simples aldeia de indios, onde, depois de lhe raparem as sobrancelhas e cortarem-lhe as barbas, lhe fizeram a ceremonia do *poracé*. Ahi ficou por escravo do chefe Iperuassú ou Tubarão-grande, e passou a ser apresentado a Cunhambebe, que se desvanecia ao ouvir da propria bocca do prisioneiro quanto o seu nome era conhecido e temido na terra de *Morpion* (26), ou de São Vicente.

Seria demasiado longo e alheio a nosso fim acompanhar o prisioneiro em todas as suas peregrinações obrigadas. Basta-nos saber que os indios não o mataram, pelos continuos protestos que elle fazia de não ter que ver com os Portuguezes, aos quaes foi pelos indios obrigado a fazer fogo com a sua espingarda. A obra de Staden nos informa de um incendio lançado pelas canoas da Bertioga á aldeia india Mambu-

---

(24) Do livro de Hans Staden ha duas traducções em nossa lingua: uma de Alencar Araripe, feita da versão franceza de Ternaux-Compans, e publicada em 1892 na *Rev. do Inst. Historico*, 55, parte 1.ª; outra feita por Alberto Löfgren, da edição original, impressa em São Paulo para commemorar o quarto centenario do descobrimento do Brasil. Esta dá uma bibliographia da obra, reproduz as estampas que acompanham a edição de Marburg e traz notas de Theodoro Sampaio. Uma traducção ingleza, devida a Albert Tootal e annotada pelo celebre viajante R. F. Burton, editou a Hakluyt Society de Londres, em 1874. — (C.). — A rarissima obra de Hans Just Wynkelmann, *Der Amerikanischen Neuer Welt Beschreibung*, Oldenburg, 1644, além de curiosa descripção da America, inclue o texto da relação de Hans Staden, com as gravuras sobre madeira da primeira edição. Entre as reimpressões modernas, devemos mencionar: a do Dr. R. Lehmann Nitsche, Buenos Aires, 1921, conforme á 3.ª edição de Frankfort sobre o Meno, 1557; e a edição lac-similo da de Marburg, impressa naquella cidade, 1925. Da série «Brasil-Antigo» o primeiro volume que deu a Companhia Editora Nacional foi o livro de Hans Staden, com o texto ordenado literariamente por Monteiro Lobato, Rio-São Paulo, 1925, 2.ª edição, 1926. — (G.).

(25) Hello. Eoban, que nasceu em 1488 e falleceu em 1540. — (A.).

(26) Veja nota 12 da secção VIII. — (G.).

caba (27), de uma victoria ganha pelos de Cunhambebe, em certa expedição que fez com trinta canoas, guarnecida cada uma de mais de vinte combatentes; e nos dá afinal clara idéa da frequencia com que visitavam os navios francezes estas paragens, — principalmente o Rio de Janeiro.

Tal frequencia dos navios francezes não era desconhecida na cidade do Salvador, onde por outro lado se sabia que as naus dessa nação ousavam até chegar dali doze leguas, a Tatú-apára, — não falando em tres junto ao Porto dos Francezes, duas das quaes avistára o donatario do Espirito Santo vindo de Pernambuco. Um Gaspar Gomes, dos Ilhéus, sahido de São Vicente, fôra por outro lado detido dois mezes e meio no Rio de Janeiro por uma nau franceza, cujo commandante o não deixou seguir, emquanto não acabou de carregar obra de sessenta moios de pimenta e algum brasil. O mesmo Gaspar Gomes dava razão do que ali tinham ficado linguas e feitores preparando mais carga, e de que em Cabo Frio carregava outra nau. Estas noticias (28) confirmava o ouvidor geral, que chegára de nova correição, e Luis Alvares, morador em São Vicente, que dizia haver encontrado uma nau de trezentos homens, da qual se escapára fugindo; e finalmente Braz Cubas, vindo de Santos, dava noticia de uma fortaleza que se construia em Cabo Frio (29). Pouco tempo depois chegava tambem a noticia de que ficavam muitos da mesma nação estabelecidos em uma ilha á boca da enseada do Rio de Janeiro, com a circumstancia de não serem catholicos, como até então, porém sim hereges da seita de Calvino. Era já a noticia da empresa de Nicolão Durand de Villegaignon.

Este ousado nauta, natural de Provins, tinha-se antes feito celebre principalmente pelo modo com que, apezar dos cruzeiros inglezes, havia atrevidamente transportado para França a Rainha Maria de Escocia, que estava em Dunberton (30), porto

(27) Do *Mbocabog* que, segundo Montoya. (Vocab., 241) significa fortaleza ou sitio fortificado. — (A.). — E segundo Theodoro Sampaio, o furo, a aberta, a passagem, o rasgão. — *O Tupi na Geographia Nacional*, 2ª edição, pg. 243. — (C.).

(28) Quasi todas essas noticias se encontram em carta de Francisco Porto Carreiro, escripta da Bahia a 20 de Abril de 1555, de que existe cópia na Bibliotheca Nacional. — (C.).

(29) Essa noticia é confirmada pelo que nos diz Thevet, fl. 909. Os Francezes começaram por estabelecer-se em Cabo-Frio. — (A.). — Não quando vieram com Villegaignon, que desembarcou directamente na Guanabara. — (C.).

(30) Thuanus, citado por Southey, 1, 128. — (A.). — O trecho da vida de

de seu reino. Espirito emprehendedor e amigo da celebridade, teve occasião de saber o que era o Brasil, e como tanta riqueza e tanta terra e tantos portos estavam desattendidos. Ideou, pois, uma colonização em ponto grande nestas paragens, escolhendo desde logo para o assento della a portentosa bahia do Janeiro, chamada por alguns do paiz *Iterone* ou *Niteroi* e por outros *Guánabará* (31). Deve, porém, advertir-se que já, pelo menos desde 1554, haviam sido na mesma bahia concedidas sesmarias por Pedro Ferraz Barreto, loco tenente de M. Affonso, a Jorge Pires, seu filho Simão Machado e outros.

Para levar avante o seu plano, ideou Villegaignon angariar em favor delle ao almirante de França Gaspar de Coligny, representando-lhe como se podia no Brasil crear um asylo para os emigrados protestantes, do qual, a todo tempo, haveria facilidade de hostilizar os Espanhoes, afim de fazer-lhes divergir para estas bandas os seus recursos bellicos. O projecto agradou a Coligny, e, approvado por Henrique II, foram a Villegaignon cedidos dois navios, com os quaes partiu do Havre; e ao cabo de uma pessima viagem, no principio da qual se vira forçado a arribar a Dieppe, alcançou o desejado porto.

Reservando para quando nos occuparmos adiante da fundação da nossa cidade capital a descripção da magnifica bahia chamada Rio de Janeiro, saibamos por agora, e tanto nos basta, que perto do meio da barra desta bahia existe um ilhéo quasi raso com o mar, e a modo de uma grande lage, que na verdade parece que a poz naquelle sitio a mão de Deus, para servir como fortaleza á defensa de todo o porto (32).

Villegaignon anterior á empreza do Brasil é largamente estudada na obra de Heulhard. — (C.).

(31) Só é que da parte de quem primeiro escreveu esta palavra (que assim foi impressa em 1557, em França, nas datas de quaes cartas) não houve algum equivoco em vez de «Guá-nã-pará» ou «Pará-nã-guá»; nome este com que se commummente os Indios designavam os lagos ou os lagamares no Brasil, e que quer como dizer «Seio do mar». Quanto ao nome *Niteroi* parece-nos que a verdadeira etymologia deve ser «Rio da agua fria»: *ig*, agua; *teroug*, frio. Não podemos comprehender como outros descobriram nesta palavra o significado de «aguas escondidas». — (A.). — Os Francezes escreveram Genebara, Ganabara; Guanabara é adulteração posterior. Theodoro Sampaio explica *Niteroi*, agua em seio afogado, bahia sinuosa (nhê-terô-y), e *Guanabara*, barra da bahia (guaná-pará). Estas e outras etymologias devem ser recebidas com cautela. Partem sempre da premissa de que é tupi a palavra a explicar, esquecendo que o litoral fôra antes habitado pelos chamados Tapuyas, como ainda agora attestam muitos nomes de logares, lembra Anchieta, *Informações*. — (C.).

(32) A versão de Léry, *Histoire d'un voyage*, cap. VII, é que o primeiro

Foi ahi que primeiro desembarcou o ambicioso e hypocrita aventureiro, e tentou construir uma bateria de madeira (XI). Vendo, porém, que o ilhéu ou *Lage* se alagava com as marés enchentes, e que não tinha recursos bastantes para domar então a furia das ondas e construir fortaleza com muralhas nesse logar, passou a fortificar-se noutro ilhéu maior um pouco mais dentro á mão esquerda, ao qual então denominavam de *Serigipe* (33). Dahi veiu o ter-se chamado, a este ilhéu maior e á fortaleza, *de Villegaignon*. O fundador havia-lhe dado o nome de Coligny, em honra de seu protector, e reservára o de Villa-Henrique (Henryville) para o estabelecimento sobre a praia vizinha na terra firme (34), onde principiaria a cidade, se elle persistisse. O cosmographo André Thevet pretendeu que o paiz se ficasse chamando *França Antartica*, e assim o designou já no proprio titulo do livro das cousas singulares do Brasil que publicou em 1558 (35).

Apenas estabelecido, despachou Villegaignon para a Europa um navio, e ponderava a Coligny o exito da expedição, e as boas disposições que encontrava na gente da terra, para a qual pedia missionarios da seita de que se queria fazer patrono, antes ainda de nella se alistar de coração.

---

logar de desembarque de Villegaignon foi a Lage ou *Rattier*, como os Francezes chamavam. Em um manuscripto da Bibliotheca Nacional de Paris, que Rio Branco viu, *Ephemerides Brasileiras*, 530, Thevet ridicularisa essa invenção, mostrando que no pequeno alagado rochedo da barra não havia espaço para a colonia. Villegaignon desembarcou na ilha que ainda hoje conserva seu nome, chamada então *Seregipe* pelos indios, e das Palmeiras pelos Portuguezes. Para Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, 187, Villegaignon quiz fazer do *Rattier* simples posto de observação e de defesa, e não pensou jamais em fundar ali seu principal estabelecimento. — (G.).

(33) Consta dos apontamentos das informações que Meu de Sá obteve dos linguas em 1558, e que remetteu á côrte, os quaes desgarrados do documento original, que se guarda na Torre do Tombo, vieram casualmente a nosso poder, mui sumidos de lettras. «Serigipe» composta de «Seri» caranguejo deste nome, «gy-pe» (cabo de machado ou instrumento cortante), applicado ao caranguejo quer dizer os seus ferrões. — (A.). — *Sergipe*, rio dos siris, segundo Theodoro Sampaio. Pertencerá a palavra á lingua geral? Parece muito pouco natural dar o nome de rio a uma ilha privada de agua nativa. — (C.).

(34) Provavelmente no local onde hoje está assentado o edificio da Santa Casa da Misericordia. — (A.).

(35) *Les Singularités de la France-Antartique*. — O original desta obra guarda a Bibliotheca Publica de Paris, segundo fez conhecer o Sr. Ferdinand Denis — (A.). — Traduzida em italiano, e parece que tambem em inglez. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, IV, 19, illudido pela versão italiana, conta entre os escriptores portuguezes «André de Teive, cuja patria e estado de vida se ignoram». *Les Singularités* foram reimpressas em edição annotada por Paul Gaffarel, Paris, 1880. *Singularités*, na linguagem do tempo, correspondia a monographia. — (C.). — A primeira edição das *Singularités* é de 1557, como mostrou J. Carlos Rodrigues, *Bibliotheca Brasiliense*, ps. 601. Ha outra, de 1558, que era tida geralmente como primeira, em tudo igual a ella. Da versão italiana de Veneza, 1561, possue a bibliotheca do Instituto Historico um lindo exemplar. — (G.).

INSTITUTO DE COOPERAÇ

Se nessa colonia tem desde o principio reinado a necessaria harmonia, e se os colonos francezes, já seguros dos Barbaros, passam para o continente, á chegada dos reforços esperados, e fazem algumas plantações, e adquirem por meio destas o amor á terra que dá a propriedade della, quando amanhada com o proprio suor, talvez ninguem houvesse podido mais desaloja-los; e o Rio de Janeiro e seus contornos, pelo menos, pertenceriam hoje, como Cayenna, á França ou formariam acaso uma nação independente de colonização franceza, ou, Deus sabe! quasi africana, como o Haiti, se é verdadeira a idéa que alguns têm de que os Francezes, com excesso amigos da sua França, não são um povo colonizador. Mas melhor o tinha disposto a Providencia, em favor da futura unidade da actual nação brasileira, que fala toda a mesma lingua, e professa, Deus louvado, a mesma religião.

A ilha não continha mananciał algum, o que obrigava, aos moradores, ao trabalho de irem todos os dias por agua. Os viveres começaram a escassear, e os colonos se viram necessitados, para não morrerem á fome, de sustentar-se da mandioca e outro mantimento do paiz, a que não estavam habituados. A colonia vivia descontente. Neste comenos quiz Villegaignon obrigar a um Normando, grande lingua dos indios, a casar-se com uma gentia com quem estava em relações, segundo o uso adquirido no paiz, onde havia tanto tempo residira. Tanto bastou para que esse homem se declarasse cabeça de motim contra o chefe. Este, descobrindo uma conspiração de uns vinte e seis individuos, mandou enforcar e estrangular o cabecilha, poz dois em ferros, um dos quaes se afogou no mar. Aos mais perdoou, — naturalmente depois de lhes exigir juramento de fidelidade (36).

Entretanto, chegava á colonia um reforço de perto de trezentos homens, em tres navios armados por conta da corôa. Commandava-os Bois le Comte, sobrinho de Villegaignon; e vinham juntamente dois theologos calvinistas; vinha como auxiliar Jean de Léry, Borgonhez (37), a cuja penna devemos

(36) Os presos foram quatro, dos quaes um se afogou, outro foi executado: «aux deux autres nous avons fait grâce, en sorte néanmoins qu'étant embarqués ils labourent la terre», — escreveu Villegaignon a Calvino [Guilhard, *Hist. Franç.*, 395]. — (C.).

(37) Os dois theologos chamavam-se Pierre Richier e Guillaume Chartier. Léry só recebeu a consagração depois de voltar do Brasil. A expedição compunha-se de tres embarcações: *la Grande Roberge*, capitão Sainte-Marie de l'Epine, pilote Jean Hambert, equipagem 120 pessoas; *la Petite Roberge*, com o pavilhão de Bois-

um importante livro acerca desta expedição, com muitas noticias sobre a ethnographia dos indios, livro que só mais de vinte annos depois se imprimiu ([38]). O reforço, longe de trazer á colonia franceza paz e concordia, como julgava Villegaignon, em uma carta que escrevia a Calvino, veiu augmentar o numero dos queixosos contra aquelle chefe, e descobriu que elle, pelo seu caracter despotico e bulhento, daria pouco que fazer aos legitimos dominadores da costa do Brasil (XII).

Porém, nem em S. Vicente, nem na Bahia, se conheciam estas desordens, que lavravam na colonia, ainda apenas nascida; e naturalmente só se teria noticia do partido que entre os gentios ganhava Villegaignon, tão em extremo justo e liberal com elles (aos quaes mandava ensinar «todo genero de officios e d'armas»), quão rigido com os seus, que fazia enforcar sem processos ([39]). D. Duarte da Costa, conhecendo, em todo caso, que cumpria desaloja-los, pedia reforço a Portugal, onde, pela morte de D. João III, fôra acclamado rei seu neto D. Sebastião, e durante a menoridade, regente do reino a Rainha D. Catharina, sua avó. Ao mesmo tempo, não cessavam as representações do povo contra elle governador e seu filho, e contra o ouvidor geral, pelos vexames que

---

le-Comte e 80 pessoas de equipagem: la *Rosée*, capitão do mesmo nome e 50 pessoas de equipagem. A bordo vinham cinco rapazes destinados a aprender a lingua dos indigenas para servir de interpretes, cinco moças que deviam casar no Brasil, e João Cointa, senhor de Bolés, de que se tratará em outra nota. Partiram de Honfleur a 20 de Novembro de 1556, avistaram terra a 26 de Fevereiro, chegaram ao Rio em 7 de Março do anno seguinte. — (C.). — Alguns desses Francezes ficaram no Brasil. Em 1592 vivia em Seregipe do Conde Pero de Villa Nova, que viera na frota de Bois le Comte; contava então 55 annos de idade, mais ou menos, casado com Lianor de Mendonça, christã velha. Era maneta. Confessou-se no tempo da graça, em 17 de Janeiro de 1592, perante a mesa do Santo Officio, na Bahia. De seus antigos companheiros sabia de dois: Marim Paris, que diziam casado no Rio de Janeiro, e André de Fontes, que vivia no mesmo estado em São Vicente. — *Primeira Visitação do Santo Officio.* — *Confissões*, ps. 117-119. Dizia-se catholico, mas o Padre Luis da Grã denunciou-o como lutherano. ib., *Denunciações*, ps. 331. — (G.).

(38) La Rochelle, 1578; Rouen, idem; e depois Génève, 1580, La Rochelle, 1585; e Paris, 1586. — (A.). — Trad. por Alencar Araripe, na *Revista do Instituto Historico*, 52, parte 2.ª; reimpressa em dois pequenos volumes por Gaffarel, Paris, 1880: o importante colloquio tupi-francez, um dos mais curiosos capitulos, editado criticamente por B. C. de Almeida Nogueira, nos *Ensaios de Sciencia*, Rio, 1876. — (C.). — A primeira edição latina, por Eustathius Vignon, s/l. (Génève), é de 1586, segundo Brunet mais rara do que a edição original franceza; ha segunda, pelo mesmo editor, Génève, 1594; traducção hollandeza, Leiden, 1706; allemã, Munster, 1794. Conf. J. Carlos Rodrigues, *Bibliotheca Brasiliense*, ns. 1391-1401. Com traducção ordenada literariamente por Monteiro Lobato, constitue o segundo volume da série «Brasil-Antigo», Rio-São Paulo, 1926. — (G.).

(39) Carta de Meu de Sá, Pizarro, 1, 14. — (A.). — Esta carta, varias vezes publicada, não se deve ler nos livros de Pizarro e Silva Lisboa, que a deturparam em ponto importante, como se verá na secção seguinte, nota V. — (C.).

lhe faziam. Em 1556 pedia a camara da Bahia, a altos brados, «em nome de todo o povo que, *pelas chagas de Christo*», mandasse a metropole com brevidade governador e ouvidor geral, retirando os que estavam, pois para penitencia de peccados já bastava tanto tempo (40). Essas repetidas representações nem por isso faziam que mais depressa se apromptasse a partir o individuo designado tempo antes para desempenhar o primeiro daquelles cargos. O mencionado segundo governador, antes de largar o mando, em 16 de Janeiro de 1557, doou a seu filho e successores uma sesmaria de quatro leguas de terra, entre os rios Paraguassú e Jaguaripe (41), que elrei elevou, em 1565, a uma capitania, com parte das clausulas concedidas aos primeiros donatarios (42).

— Nos ultimos mezes do governo de D. Duarte falleceu na povoação do Pereira, junto á Bahia, o celebre Diogo Alvares, Caramurú (43).

Quando as noticias da communicação dos colonos da Assumpção para o rio de São Francisco do sul, e da occupação do Rio de Janeiro pelos Francezes chegaram á Côrte de Castella, baixaram dali ordem em 1557, ao governador do Rio da Prata, no mez de Fevereiro, para fazer uma povoação no dito rio de São Francisco, e em Maio para desalojar os Francezes, fazendo igualmente alguma povoação onde assentasse melhor, se assim o julgasse necessario (44)

---

(40) Desta representação não possuem cópias nem a Bibliotheca Nacional nem o Instituto Historico. — (C.).

(41) Conf. a Alvaro da Costa em 27 de Novembro de 1565 — Liv. 17 *D. Seb.* e *D. Henr.*, fl. 61. — (A.). — Cópia no Instituto Historico. — (C.).

(42) A julgar pelo seguinte trecho de Frei Vicente do Salvador, D. Duarte da Costa não deixou má impressão na colonia: «Teve D. Duarte da Costa, alem de ser grande servidor de el-rei, uma virtude singular, que por ser muito importante aos que governam, não é bem que se cale, e é que soffria com paciencia as murmurações que de si ouvia, tratando mais de emendar-se que de vingar-se dos murmuradores, como lhe aconteceu uma noite que andando rondando a cidade, ouviu que em casa de um cidadão se estava murmurando delle altissimamente, e depois que ouviu muito lhes disse de fóra: Senhores, falem baixo, que os ouve o governador. Conheceram-no ellos na fala, e ficaram mui medrosos que os castigaria, mas nunca mais lhes falou nisso, nem lhes mostrou máu rosto ou semblante». — *Historia do Brasil*, liv. III, cap. 5.º, — Pagina 163, da edição de 1918. — (C.).

(43) Accioli, *Memorias da Bahia*, III, 205. — (A.). — «Aos cinco dias do mez de Outubro de 1557 falleceu Diogo Alvares Correia, Caramurú, da povoação de Pereira; foi enterrado no mosteiro de Jesus. Ficára por seu testamenteiro João de Figueiredo seu genro» — isto escreveu o cura João Lourenço, a folhas 70, de um caderno antigo de obitos da Sé da Bahia, como assegura Jaboatão. *Orbe Seraphico*, 18, Rio 1859. — (C.).

(44) Lib. *Rio de la Plata* (Acad. de la Hist. en Madrid) B. fol. 29 e 33. — (A.).

NOTAS DA SECÇÃO XVII

I

(Pag. 343)

D. Duarte da Costa era filho de D. Alvaro da Costa (embaixador que tratou o casamento de D. Leonor com el-rei D. Manuel, e de D. Beatriz, filha de D. Manuel, com o duque de Saboia) e de D. Beatriz de Paiva, que depois foi ama de leite de el-rei D. João III. D. Duarte da Costa foi armeiro-mór desde 1523, presidente do Senado de Lisboa, governador do Brasil, cunhado de D. Joanna de Mendonça, segunda mulher de D. Jayme de Bragança. Acompanhou a infanta D. Beatriz, filha de D. Manuel, a Saboia (1522); deixou a seus descendentes o cargo de armeiro-mór, que nelles se perpetuou, chegando a denominar-se os *Costas do armeiro-mór*.

«São seus ultimos descendentes os Costas, Sousas Macedo, familia que em nossos dias era constituida pelos quatro irmãos: D. João, duque de Albuquerque, que falleceu sem descendencia; D. Luis (de quem são filhos o actual Sr. conde de Mesquitela e o Sr. D. Bernardo da Costa); D. Pedro, conde de Villa Franca, nosso ministro em Hespanha (com seus filhos Dario, que falleceu consul, e o Sr. D. João, medico, engenheiro e lente da Escola Polytechnica) e finalmente D. Antonio da Costa (falleceu sem successão). Os Costas até este ultimo fidalgo, duque de Albuquerque, conservaram na côrte a dignidade de armeiros-móres, continuada nos seus dois successores.» — Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, 292, Lisboa, 1902. D. Duarte da Costa foi provedor da Misericordia de Lisboa em 1541 e em 1569, *ibidem*, 302. — (C.)

II

(Pag. 344)

Extrahidas dos *Monumenta Historica Societatis Jesu*. — Mon. Ignatiana, ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta — Series prima — Sancti Ignatii de Loyola, Societatis Jesu Fundatoris, Epistolae et Instructionis — Tomus quintus, Matriti, 1907 — damos aqui, por diligencia captivante do Rev. Padre J. M. de Madureira, S. J., as cartas do Padre Geral Santo Ignacio ao Padre Manuel da Nobrega, creando a Provincia do Brasil e dando por *Colleteral* (ou, como hoje se diz, *Socio* do Provincial) ao Padre Luis da Grã:

PATRI EMMANUELI NOBREGAE — Roma, 9 Julii 1553.

Emmanuel Nobrega Brasiliae provincialis praepositus constituitur.

JHS

Ignatius de Loyola, Societatis Jesu praepositus generalis.

Dilecto in Christo fratri P. Emmanueli de Nobrega, presbytero eiusdem Societatis, salutem in Domino sempiternam.

Cum, crescente in dies diuersis in regionibus numero eorum, qui nostrum institutum sequuntur, per D. N. Jesu Christi gratiam, crescat etiam rebus multis prouidendi, et consequenter hoc honus cum aliis partiendo necessitas, uisum est in Domino expedire ut, aliquem ex fratribus nostris nobis substituendo, et praepositum omnium illorum, qui in India Brassilia, serenissimo regi Portugalliae subdita, et aliis ulterioribus regionibus, sub obedientia Societatis nostrae uiuunt, constituendo, eidem caetera omnia, quae nostri officii essent, committeremus.

Nos ergo, cum de tua pietate et prudentia, quae est in Christo Jesu, plurimum in eodem confidimus, te in praepositum prouincialem omnium nostrorum, qui in predictis regionibus uersantur, cum omni ea authoritate, quam sedes apostolica nobis concessit, et constitutiones nostrae Societatis nobis tribuunt, creamus et instituimus, ac in uirtute sanctae obedientiae, ut hanc curae nostrae partem et authoritatis suscipiendo, eadem ad inquirendum, ordinandum, reformandum, inhibendum, prohibendum, admittendum in Societatem ad probationem, et ad eadem repellendum, quos uidebitur, constituendum etiam in quouis officio, et deponendum, et in summa ad disponendum de omnibus, quae nos, si praesentes essemus, circa loca, res et personas, quae ad Societatem pertinent, possemus disponere, et ad Dei gloriam facere judicabis, plenissime utaris. Hoc enim, gratiam Dei consyderantes, ad ipsius honorem, et ad eorum spiritualem profectum, qui nostrae curae sunt commissi, et ad communem animarum salutem fore in Domino speramus.

Datum Romae 7.o idus Julii 1553.

Inscriptio. Creatio in prouincialem Brassiliae.

PATRI EMMANUELI NOBREGAE — Roma, 9 Julii 1553.

Brasiliae provincialis praepositus Nobrega renuntiatur, cui Ludovicus de Grana collateralis adjungitur. — Utrique potestas emittendi professionem tribuitur. — De collateralibus et consultoribus designandis. — Quae requirantur ad professionem faciendam.

La summa gracia, etc.

Viendo que Dios, nuestro criador y señor, en muchas partes de esa India del Brasil va encendiendo aquel santo fuego, que vino a poner en la tierra su unigénito hijo y Señor nuestro, y que en muchas partes él mesmo se sirue del flaco ministerio de nuestra mínima Compañía, en manera que, ultra del cuydado que se pone en trabajar cada de por sí en la viña de Christo N. S., es menester que (le) aya en el gouierno general de todas las casas y collegios y personas que ay debaxo de la obediencia de la Compañía, ha parezido conueniente en el diuino acatamiento que uno tubiese cargo de prouincial en esas partes, el qual, aunque tenga consi-

cation mucha y intelligentia con Portugal, esté todauia immediatamente debaxo del prepósito general, como lo está el de la India de Goa. Y por la esperientia que se tiene de uuestra persona, y la nos tenéys de esa tierra, sin otros motiuos que en el Señor nuestro parezcu bástantes, me he determinado de hazeros prepósito prouincial: y así os mando en virtud de santa obedientia acetéys el cargo; y ruego a la diuiña sapientia se os comunique mucho, y guie todas uuestras cosas como sean mayor gloria y seruitio suyo.

Y porque en las prouincias comúnmente se pone un colateral del prepósito, pareze que debia ser el P. Luys de Grana, y así se lo diréys de mí parte; y el officio del uno para con el otro yrá aquí escritto para mayor claridad.

También en los collegios, si ubiese multitud de personas de la Compañía, uno de los más confiados podréys poner por collateral; y aora los rectores tengan collateral, aora no, será bien que les asignéys, según la importantia y dificultad de las obras en que entienden, alguna ó algunas ayudas para consejo.

Y tomadlaa uos también para uos, escogiendo (como usamos por acá) algunos de los más inteligentes y de mayor confianza por consejeros; y aunque no os acompañen siempre, alguno os acompañará. Y en las cosas más arduas será bien comuniquéys con ellos de palabra ó por escritto lo que quereys ordenar ó hazer.

También me ha parezido será seruido Dios N. S. de que dos de los que allá estáys hagan professión. Y uos seréys el uno, y el otro será el P. Luys de Grana; y auisadme para adelante con otras cosas también desta, si os pareze que por allá otro alguno debia de admittirse á professión, presupuesto que, para tener las partes enteras vn professo, después de la uirtud que á la larga se conoce, es menester tenga letras, y, según las constituciones se limitan, después de las artes, 4 años de theologia á lo menos: y en algunos podría la gracia de predicar suplir algo desto de las letras.

La professión, no ubiendo allá ninguno de la Compañía que sea professo, la podreys hazer en manos de algún perlado, como otros muchos lo han hecho.

No diré otro por esta, sino que me encomiendo mucho en las oraciones uuestras y de todos uuestros hermanos y míos, que allá están; y ruego á Dios, nuestro criador y señor, os dé á todos su gracia muy abundante para que siempre seáys instrumentos útiles de su diuina prouidentia para ayudar á la saluation nuestra y de vuestros prósimos. Amén.

Da Roma 9 di Julio 1553.

Inscriptio, P. Polanci manu. Brasil. Para el P. Nobrega en el Brassil.

As cópias supra, affirma-nos o Rev. Padre J. M. de Madureira, reproduzem fielmente o texto dos *Monumenta*, até com as suas incorrecções e falta de uniformidade na graphia. — (G.).

III

(Pag. 344)

Os motivos desta mudança explica-os do seguinte modo o joven José de Anchieta, *Annaes da Bibl. Nacional*, **1**, 63:

«Todos estes (Jesuitas) residiam com os Portuguezes em São Vi-

cente, onde ajuntaram de diversas partes muitos filhos dos indios e os instruiram optimamente nos rudimentos da fé christã, no estudo dos elementos e no escrever. Para a sustentação da vida destes meninos traziam-se do sertão, na distancia de trinta milhas, farinha de pau, o que lhes custava grande trabalho e difficuldade, por causa da ardua aspereza do caminho; pareceu mais conveniente ao Padre N. Senhor (Nobrega) que nos passassemos para esta habitação dos indios e isto por muitas causas; primeiro, seguramente, por falta de viveres; depois porque pouco aproveitava aos Portuguezes, embora logo ao principio grandes resultados trouxe aos mesmos a frequencia dos Padres, como do Padre Leonardo, primeiro da Companhia que aqui veio, será facil saber; maxime, finalmente, porque se patenteava por esta parte entrada a innumeras nações sujeitas ao jugo da razão. Assim alguns dos Irmãos mandados para esta aldeia (que se chama Piratininga) chegámos a 25 de Janeiro do anno do Senhor 1554, e celebrámos em pauperrima e estreitissima casinha a primeira missa no dia da Conversão do Apostolo S. Paulo, e por isso dedicámos a elle nossa casa».

Sujeitas ao jugo da razão consideravam certas tribus que corria terem rei.

Os Jesuitas que naquelle tempo assistiam na capitania de São Vicente eram Manuel da Nobrega, Leonardo Nunes, Vicente Rodrigues, Diogo Jacome, vindos em 49; Manuel de Paiva, Francisco Pires, Affonso Braz, vindos em 50; Gregorio Serrão, José de Anchieta, vindos em 53; Pero Correia, Antonio Rodrigues, Manuel de Chaves, Fabiano, Antonio, interpretes dos indios, Matheus Nogueira, João de Sousa, Gonçalo Alves; estes oito admittidos no Brasil. — (C.)

IV

(Pag. 348)

Eis a lista que mandava a camara da Bahia na representação contra o governador, de 18 de Dezembro de 1550:

O bispo, com o deão e dois conegos, Antonio Cardoso de Barros, Lazaro Ferreira, Francisco Mendes da Costa, Sebastião Ferreira (que ia por procurador da cidade), marido de Clemencia Doria, a sogra de Rodrigo de Freitas, a mulher de Braz Fernandes, seu pae Antonio Pinheiro e a «velha que veio com as orfãs». — (A.)

O documento accrescenta mais: «o capitão Lloas». O deão chamava-se Fernão Pires; um dos conegos Luis d'Avala; o capitão Lloas deve ser João de Leaes (Valle Cabral leu Boas). A morte de todos occorreu a 16 de Junho de 1556. Da queixa, ainda inedita, dos moradores possue cópia a Bibliotheca Nacional, assignada por Simão da Gama d'Andrade, Vicente Dias, Francisco Porto Carreiro, João Velho Galvão, Damião Lopes de Mesquita, Pero Teixeira. Dá o nome de alguns partidarios de D. Duarte o seguinte trecho: «E pera isso damos a v. Alteza por lembrança que si lá vir carta da Camara em que vão assignados por officiaes João d'Araujo, Gaspar Lamego, Christovão d'Aguiar, Antonio do Rego, Sebastião Alvares, Antonio Ribeiro, Diogo Moniz Barreto, Bernaldo d'Avellar e Lopo Machado, que a cousa destes homens não de nem um credito, porque estes tem o Governador da sua mão a costa de fr-

zenda de v. Alteza, e alem disso nem um só é casado nam morador na terra, e são as proprias pessoas que de sua mão tem pera ajudarem a tirar as fazendas e honras aos moradores com outros de menos qualidade pera juramentos falsos e destes e de todos os outros pedimos a v. Alteza muito por mercê mande juntamente devassar com o Governador e Ouvidor e então saberá a quem deve mandar castigar ou fazer mercê, pois quizeram nossos peccados que o não soubesse pelas pessoas que pera isso tinham consciencia e vontade pera o dizer». — (C.)

V

(Pag. 349)

Francisco Fernandes foi mandado para a Bahia a servir de vigario geral por alvará de 17 de Setembro de 1555, com ordenado de 60$000. Por alvará da mesma data foi-lhe mandado pagar mais 20$000 emquanto exercesse o emprego. A 17 de Fevereiro de 56, o bispo nomeou-o provisor, vigario geral e visitador da diocese — *Livro 1.º dos Provis.*, fls. 105 e seg. A 4 de Fevereiro de 57 participa-lhe el-rei que, satisfeito com as noticias dadas pelo Dr. Antonio Pinheiro, escreve ás dignidades e conegos da Sé que o façam provisor e vigario geral no espiritual e temporal séde vacante, se fôr exacta a noticia da morte de D. Pero Fernandes; a eleição, de facto, foi realizada a 26 de Agosto, *ib.*, 176-177. A 2 de Setembro de 59 mandou-se-lhe pagar 100 cruzados gastos na visitação, *ib.*, 158, v. A 13 de Setembro mandou-se dar passagem a elle e a tres criados seus, em um dos navios de que era capitão-mór Bartholomeu de Vasconcellos, *ib.* 175. A 14 el-rei lhe escreve, a pedido do bispo, que se demore depois da chegada deste, não passando de um anno, para dar-lhe informações a respeito da terra. O novo bispo nomeou-o seu vigario geral, logar que exerceu de 4 de Dezembro de 59 a 1 de Agosto de 60, quando o deixou, por andar occupado em sua embarcação, *ib.*, 177. Deve ter embarcado para o reino com o Dr. Pero Borges. A 13 de Setembro de 60, o bispo escrevia elogiando os seus serviços e pedindo á Rainha que o despachasse muito bem, porque foi elle «o primeiro que a esta terra veio a servir este cargo, com tantos perigos de mar e trabalhos de terra, porque enxerguem e vejam os que lhe houverem de succeder quão bem agalardoados hão de ser, quão favorecidos de Vossa Alteza, porque não vendo isto não acharei pessoa que queira vir á terra tão pobre sem esperança de ser remunerado de seus serviços» — *Rev. do Inst. Historico*, 49, parte 1.ª, 589. — (C.)

VI

(Pag. 349)

A guerra dos judios na Bahia é narrada na seguinte e importante carta de D. Duarte da Costa, de 10 de Junho de 1555:

«Senhor — Eu embarquei pera Pernambuc domingno de Pascoella por a necessidade, que me de lá screpverão que havia de justiça, e por estar em Guerra; como largamente tenho scrito á Vossa Alteza, e quiz Nosso Senhor, que estivesse embarcado oito dias, sem me nunca fazer tempo pera partir, e depois de partido, que tornasse a arribar com grande

tormenta; e estando eurto na povoação da Villa Velha pera tornar a seguir a viagem, chegou Christovão d'Oliveira, Capitão da Nao *Esperança*, e foime necessario desembarcar pera o aviar, e fazer as cousas que me Vossa Alteza em suas Cartas mandava; e estando-me fazendo prestes, e assi a Nao pera fazermos nossas viagẽs, dominguo viute seis dias do mez de Maio mostrarão os Gentios desta terra a vontade, que sempre tiverom pera fazer guerra a esta Cidade; nom se contentando com o bom tratamento, que sempre della receberão; e verdadeiramente me parece, que foi permissão Divina haver tantos estorvos na minha hida da qui pera Pernambuc; porque se fora ido, segundo o supito, com que começarão a Guerra, podera-se acontecer alguum grande desastre, e quererá Nosso Senhor que será pera os Moradores desta Cidade ficarem mais desabafados da sogeição que tinhão de staren estes Gentios tam pegnados com nosco, e lhe ficarem mais terras pera suas Roças, e Criaçoens; e foi assi que o dominguo, que acima diguo ao meo dia saltarão cinquenta indios no Engenho de Antonio Cardoso: dizendo que a terra era sua e que lhe despejassem o engenho, e com estas palavras, e outras mais soberbas vierom as mãos, e plejaram huum pedaço, e dahi se vierom a Aldea, que se chama da Porta Grande, que está no caminho antre a Cidade, e o Engenho, e passando por ella hum Manoel Correa com tres Escravos, e o que passava no Engenho, o Gentio da Aldea saltou com elle, e o frecharom muito mal polas ilhargas, e assi aos Escravos; e como isto fizerom, segundo despois soube, mandarom logo aa Tapoña, que são da qui tres legoas, a tomar as Vacas de hum Garcia d'Avilla, Criado de Thomé de Sousa, e todo o mais Guado, que la acharão, e tomarão, e frecharom dous, ou tres Vaqueiros, que andavão por fora afastados da Cidade, e matarão hum Negro de Guiné de hum morador, e tomarom hum Moço filho d'outro Morador, que estava em huma Roça de seu Pay alem do Engenho, e algumas Escravas, que estavão nas Roças afastadas da Cidade, e tomarão tres homens brancos, que sem minha licença andavão naquelle tempo nas Aldeas afastadas da Cidade: e loguo o mesmo dominguo vendo eu tamanho desavergonhamento que craro mostrava ser cousa cuidada de dias, e ser feita tam perto desta Cidade, houve loguo Conselho com algũas pessoas, que pera isso chamei, o parereo bem que loguo se rastigasse tamanho atrevimento, e loguo o mesmo dia despois de anoitecer, mandei Dom Alvaro meu filho com setenta homens de pée, e algũs seis de Cavalo, a dar na dita Aldea, e por muito prestes que foram já arharom feito huma tranqueira muito forte, com canas, e covas grandes, cubertas de folhas por cima e debaixo com estrepes muito agudos, e Aldea despejada de molheres, e mininos, a qual tranqueira foi hum grande pedaço muito pelejada, e defendida delles muito valentemente, e com ajuda de Nosso Senhor lhe entrada, onde matarão alguns gentios, e cativarom o principal d'Aldea, e lha queimarom toda, e outras duas aldeas, que hi estavão perto. E ao mesmo tempo que isto mandei fazer mandei por mar Christovão d'Oliveira, Capitão da Nao *Esperança*, e Manoel Jaques, e Bastião da dita Aldea, e lhe tomarom dous Rodeiros, e duas Canoas, e lhe queimarom as mais que tinham, e isto com muitas frechadas que lhe tiravam.

E loguo aa quarta feira me determinei a lhe mandar tomar por força todo o Guado, e Vaqueiros que tinhão tomado, e mandei Dom Alvaro meu filho aa Tapoaam, com cento e sessenta homeẽs de pée, e porque

até entam o Gentio daquella banda nom era culpado neste alevantamento, se lhe nom fez mal nenhum, e chegando láa ajuntarom todas as Vacas, e as trouxeram a esta cidade, sem nunca nenhuns Gentios, sendo muitos, e passando por muitas Aldeas, ousarem de registir; mas antes lhe entregarom os Vaqueiros que o Gentio deste alevantamento forom láa frechar; e porque alem da Tapoaam andava outro Vaqueiro com outras muitas Vacas de Moradores, e faltarom muitos Escravos e Escravas; me trouxe meu filho o principal indio da Aldea de Tapoaam, até elle mandar buscar o que faltava daquella banda, o que elle comprio mui inteiramente, e foi solto.

E loguo á quinta feira mandei Christovão de Oliveira, e a Manoel Jaques por mar em dois bateis artilhados a soccorrer huns tres homens, que estavão na fazenda de João d'Avelosa, e por verem que inda que lhe deixassem mais gente nom podião defender hum casa coberta de palha, em que estavão, que nom lha queimassem, nem menos a roça, mos trouxerom, e do caminho houveram por manha hum indio principal de huma Aldea, onde tinhão tomado o filho do Morador, e Escravos que atras digo; e com este indio houverom tudo, e mo trouxerom.

E loguo aa Sexta feira seguinte derradeiro de Mayo, me acrepveo Antonio Cardoso, que estava cerquado no seu Engenho de Gentio de seis Aldeas, que derredor delle estavão, e de tres cerquas de madeira peguadas com elle, em que havia muita gente, e que aquelle dia nom podera tomar e assi nada do mantimento de sua Roça, e que lhe soccorresse: mandei loguo Dom Alvaro meu filho, com perto de duzentos homẽs de pẽ com os da Cidade, e das Naos, e alguns de Cavallo, afora alguma Escravaria, e atẽ chegarem a jantar ao Engenho, queimarom cinquo Aldeas, e em huma sio houve registencia, e despois de jantar os da cerqua mayor, que estava peguada com o Engenho, onde estava recolhido todo o peso da gente, que serião mil homens mandarão recado a meu filho: dizendo que até então nom pelejara com homens, se não com gente fraca, e que queimara casas de palha, que fosse pelejar com elles, e saberia quem elles herom, e se não que elles o verião buscar; e meu filho sahio logo do Engenho com a gente em ordem, e deu a dianteira a Christovão d'Oliveira, e a Manoel Jaques, e a Fernão Vaz da Costa, e derom na cerqua, e pelejarom mui hem grande espaço, onde acharom grande registencia, e por força d'Armas entrarom acerqua, e os deitarom fora, e os de Cavallo os alcançarom, e matarom muitos em que entrarom alguns principaes, e forão muitos feridos, que depois achavão mortos por os Matos; no rompimento desta cerqua forom feridos Christovão de Oliveira de huma frecha, que lhe atravessou hum braço, e Manoel Jaques em outro braço, e Fernão Vaz da Costa polos peitos, e hum Pedro Fernandes, que serve de screpvão dos Contos, pela testa, e Ayres Quinteiro, Moco da Camara de Vossa Alteza, que foi de meu filho, huma mão atravessada com huma frecha, que lhe passou a rodella, a Dom Alvaro ferirão muito o Cavallo, e assi ferirom outros tres, ou quatro homẽs da Companhia, e Deos seja louvado sam todos sãos; e neste dia á tarde até sabado pela manhã, que tornarom á Cidade queimarom tres Aldeas; e loguo á quarta feira quatro dias de Junho por ter nova que se recolhia muita gente em cinquo Aldeas alem do Rio Vermelho pola banda do Engenho, e que estavão muito fortes com cerquas, mandei Dom Alvaro meu filho com a gente, que me pareceo necessaria a dar

nestas Aldeas, e as queimou todas, e ainda que estavão fortes e cercadas, nom ousarom os Gentios d'esperar.

Foi tamanho o medo deste Gentio deste supito negocio, que todos os da banda da Tapoaaru me mandarom dizer, que elles nom forom os que fizerom o mal, que nom quizesse bolir com elles, que nos guardarião as nossas Roças; e por se mostrarem muito amigos, me trouxerom logo alguns Escravos, que faltavam, e queimarom algumas Aldeas dos que começarom a guerra, que estavão despovoadas: Eu lhe tenho por agora concedido paz pera despois do Socidimento da Guerra a assentar com as condições, que bem parecerem.

Hum indio principal de toda esta Terra, que se chama o Tubarão, que está pegnado com estes do alevantamento, que eu cuido que seria no Conselho me mandou loguo, como vio o desbarato destoutros, os homens brancos, que atraz digo, que tomarom, por andarem desmandados pelas Aldeas sem minha licença.

Esta gente, Senhor, se vir que sobcede de esta guerra, como agora parece, faremos delles tudo o que quisermos, o que nom pode ser sem gente, e é necessario pera ella, e hera-me bem necessaria a destas Naos, a qual eu nom tomo, porque se perderão ellas neste porto; e inda que isto não fora, nom ha hi com que se lhe pague os mantimentos, nem á gente da Cidade, que foi em todas estas idas, nom dei nada do de Vossa Alteza, porque do dinheiro que veo, com paguar hum quartel á cada pessoa que tem ordenados, e dous, ao Cabido, e outras dividas que se devião se foi todo, e elles são muito pobres, e o dia que vão á Guerra nom tem que comer, eu os ajudo, e os ajudarei emquanto o tever, mas he muito necessario, pois mando os Navios por não poder al ser, que Vossa Alteza proveja com alguma gente de soldo atee oitenta homens, o mais cedo que se poder, e dinheiro pera se lhe dar mantimento de farinhas, porque nesta terra agora nom ha outra cousa pera comer; e assi pera se dar tambem alguma cousa a estes da Cidade, que vão pelejar sem nenhum soldo, ao menos pera comerem quando forem pelejar, porque me fiqua pouca gente, e muitas cousas a que acodir; porque este Gentio como vir ir daqui esta Armada, estão hade mostrar sua força, e prazerá a Nosso Senhor que será necessario esta gente muito poucos dias; as cousas de que tambem qua ha necessidade screpvo ao Conde da Castanheira, o que havia de vir com muita breridade, porque nisso está agora o ganho desta terra. A farramenta nom ha qua nada.

O povo desta Cidade me requereo, que nom deixasse ir meu filho Dom Alvaro, porque o tem elles em outra conta do que o Bispo screpve a Vossa Alteza; e porque eu sei como o elle hade servir nesta guerra, como teem mostrado no que tem feito o mandei ficar, tendo muita necessidade de me ir requerer minha ida, e mostrar diante de Vossa Alteza quam sem razão o culparom; elle vos tem servido ate qui, como Vossa Alteza poderá saber por toda pessoa, que de qua for, tirando familiar do Bispo, em pessoa, que castiguei por fazer justiça; elle anda muito descontente de a Vossa Alteza poder ter em outra conta, do que lhe elle merece; peço por merrê a Vossa Alteza, que enformandose da verdade, lhe tire este desgosto com lhe mandar agradecer o que por vosso serviço faz e fará; porque os homens honrados este he o galardão, que mais estimão do seu Rey; eu, Senhor, pera esta guerra fiz seis Capitanias da gente desta cida-

de, que pode sahir ao Campo, e acodir ás Roças de vinte homens cada huma, e os Capitaens são João de Araujo, que servio de Thezoureiro, Christovão Cabral, Fernam Vaz da Costa, Antonio do Rego Moço da Camara da Raynha nossa Senhora, que agora serve de Thezoureiro, e Sebastião Ferreira, que foi Moço da Camara do Infante Dom Fernando, e veo a esta terra por Scripvão d'Armada, e servio de Thezoureiro quando suspenderam Luiz Garcês, e em tudo mais, que lhe mandei; e agora estando embarcado pera o Reyno, folgou muito de ficar; por esta guerra, que sobcedeo, foi cativo em Africa em serviço de Vossa Alteza: manda pedir a Vossa Alteza por sua petição, que o haja por Cavalleiro Fidalgo de sua Caza, receberei eu nisto muito grande mercê, por quã bem elle serve; o fiz Capitão João de Loasa, mais por nom perder o nome, que por outra cousa; estes Capitaens nisto, que he subcedido, tem muito bem servido Vossa Alteza, e nestas idas ajudão tambem aos pobres com o seu mantimento Christovão d'Oliveira alem de ter feito neste negocio de sua pessoa quanto hum homem honrado podia fazer, e me parece homem muito sesudo, e que tem mui grande cuidado desta Nao *Esperança*, de que o Vossa Alteza encarregou, e tem outras qualidades muito boas, e sempre se me ofereceo pera todalas cousas de vosso serviço: Manoel Jaques, que mando agora por Capitão deste Galeão, servio nestas cousas como atraz digo, e foi com o soccorro a Pernambuc, e a outras cousas, em que o mandei, he pobre e tem muitos filhos, merece fazer-lhe Vossa Alteza mercê. Christovão de Aguiar se achou em todas estas cousas com meu filho, e o fez muito bem de sua pessoa, e assi se achou em todas ellas. Antonio Paes page do Conde da Castanheira estes forom a cavallo, e assi se achou Simão da Guama a cavallo o dia que soccorrerão o Engenho. Nosso Senhor a vida, e Real Estado de Vossa Alteza acrecente. Desta Cidade do Salvador a dez dias de Junho de mil quinhentos cincoenta e cinco. — Dom Duarte da Costa. — Sobrescrito: *A El Rey Nosso Senhor.* — Torre do Tambo, gaveta 18, maço 5, n. 13. — Publicada na *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, III, 377-379. — (G.).

VII

(Pag. 352)

Nobrega, *Cartas*, 151. — «A segunda (guerra) foi no Espirito Santo com muita perda nossa e de D. Jorge de Menezes, capitão das Molucas, o que metteu os Castelhanos no fogo, e el-rei sentio muito ser este homem sentenciado á morte por se crear com elle e disse: «Houvereis de tentar (attentar?) que serviços me tem feito, mas não morra aqui, mandai-o ao Brasil e que lá morra. E morreu D. João (aliás D. Simão) de Castello Branco, muitos e o porque foi isto, foi a mulher de um principal que um Portuguez se amancebou com ella, isto publicamente, e não lhe querendo dar o Portuguez a seu marido o indio appellidou gente e os matou. Aqui se perderam muitos engenhos e os fizeram embarcar para Porto Seguro». *De algumas cousas mais notaveis do Brasil*, in *Archivo Bibliographico*, 4, 63-64, e *Revista do Instituto Historico*, 94.

O estado a que chegou a capitania do Espirito Santo é descripto do seguinte modo por Mem de Sá: «Como me deram posse do governo, logo me deram cartas de Vasco Fernandes Coutinho, capitão da capitania

do Espirito Santo, em que dizia que o gentio da sua capitania se alevantara e lhe fazia crua guerra e tinha mortos muitos homens e feridos e que o tinham cercado na villa, onde dias e noites o combatiam e que não podia deixar de se entregar a que o comessem si não o soccorressem com muita brevidade...» — *Instrumento dos serviços de Men de Sá*, in *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 27, 132, Rio, 1905. O *Instrumento dos serviços* é uma inquirição a que Men de Sá mandou proceder em 1570 para justificar os serviços prestados no tempo do seu governo. As pessoas, cujos depoimentos se tiraram, foram as seguintes: João de Araujo, Heitor Antunes, Sebastião Alvares, Francisco de Moraes, Diogo Moniz Barreto (alcaide-mór da cidade do Salvador), Bacharel-mestre Affonso (cirurgião), Luis d'Armas, Luis da Costa (almoxarife dos armazens e mantimentos del-Rei), Braz Alcoforado, Vicente Dias, Vicente Monteiro (thesoureiro del-Rei) Antonio da Costa, Diogo da Costa e o bispo D. Pedro Leitão. Para diante, quando citarmos essa inquirição, o que teremos de fazer varias vezes, designa-la-emos pelo nome de *Instrumento*, seguido do numero de paginas dos *Annaes*. Todas as vezes que o verbo estiver na primeira pessoa, é Men de Sá quem fala. — (C.)

VIII

(Pag. 356)

Em 1554 e, segundo Jaboatão, *Orbe Seraphico*, 1, parte 1.ª, ps. 143, Rio, 1858, a 7 de Agosto, em Olinda; mas parece haver sido no principio desse anno, pois, já em 10 de Maio era passada a carta de confirmação em favor de seu filho. (Liv. 3.º de Felippe I, fl. 282 v.) — (A.)

Morreu em Portugal, segundo Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, liv. II, cap. 9 (ps. 115, da edição de 1918), desgostoso do modo por que el-rei o recebeu. Assegura Braamcamp Freire que Duarte Coelho de Albuquerque, fidalgo da casa del-rei e filho primogenito do primeiro capitão donatario de Pernambuco, teve a mercê da successão na capitania depois do fallecimento de seu pae, por carta de 8 de Novembro de 1560 (*D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 7, fl. 205 v.); o que está na fl. 282 v. do liv. 3.º da *Chancellaria de Felippe I*, e que serviu a Varnhagen, é cópia, e dahi seu engano, aliás desculpavel. Por cartas de 24 de Novembro de 1561, 8 de Junho de 1568 e 10 de Fevereiro de 1570, foi-lhe concedido o poder usar da carta de doação da capitania feita a seu pae por D. João III, apezar da mercê lhe não estar ainda confirmada, *ib.* liv. 30, fl. 23 v., liv. 22, fl. 106 v. e liv. 26, fl. 15 v. — *Brazões da Sala de Cintra*, 1, 467, Lisboa, 1899. — (C.)

Rio Branco, *Ephemerides Brasileiras*, 382, Rio, 1918, assigna 7 de Agosto de 1553 para a morte do donatario, induzido no mesmo erro em que incorreu Varnhagen. A data deve ser a de Jaboatão — 7 de Agosto de 1554, mas o logar foi sem duvida o que deu Frei Vicente, de accordo com Duarte de Albuquerque Coelho, neto do donatario, no *Compendio de los Reys de Portugal*, inedito (cópia na Bibliotheca Nacional). Esse diz que o avô não levou os filhos quando partiu para a Europa, e poucos dias sobreviveu á chegada á Lisboa, aonde o chamára el-rei; que foi enterrado na egreja de São João da Praça, no jazigo de D. Ma-

nuel de Moura, casado com uma irmã de D. Brites de Albuquerque. Capistrano de Abreu, *Prolegomenos á Historia* de Frei Vicente do Salvador, ps. 78. — (G.)

IX

(Pag. 333)

Do tempo da sua volta á capitania dá noticia o seguinte trecho de uma carta do jesuita Ruy Pereira, datada de 6 de Abril de 1561:

«A Senhora Governadora, que se chama D. Beatriz, de por extremo devota da Companhia, quando achegamos acertou de estar em um seu engenho fora da villa uma legua, e como o soube a tarde, com ter uma sobrinha muito doente, diz que toda aquella noite não poude dormir com alvoroço, e como foi manhã, sem sabermos nada, já estava em nossa egreja. Era sua alegria tamanha em nos ver que não fazia senão chorar e dizer cousas de pessoa que amostrava ter quanto seu coração desejavi. Esta senhora, como disse, é grande devota da Companhia, e as suas esmolas foram continuas em casa, emquanto aqui estiveram padres da Companhia, e assi agora o são. Seus exercicios são ir á igreja e ouvir missa e encommendar-se, visitar quantos enfermos ha na villa e consola-los. Seu gosto é fallar de Deus e ler por livros espirituaes, e agora que vieram os filhos não cabe de alegria por ver que a descarregaram da governança e que tem tempo para se dar a Deus». — (C.)

Duarte Coelho de Albuquerque partiu para Pernambuco logo que obteve mercê da successão na capitania, pela carta de 8 de Novembro de 1560. Veio com seu irmão Jorge Coelho de Albuquerque e exerceu o governo até o anno de 1572, em que, deixando nelle sua mãe, tornou para o reino. Acompanhou D. Sebastião na jornada da Africa, ficou prisioneiro na batalha de 4 de Agosto de 1578, foi um dos oitenta fidalgos resgatados, e morreu solteiro e sem filhos antes de chegar a Portugal. Jorge Coelho de Albuquerque tambem esteve presente á batalha de Alcacerquibir, deu seu cavallo a D. Sebastião para livrar-se, *foi ferido e prisioneiro*, e, como seu irmão, figurou entre os fidalgos resgatados aos Mouros. Foi o heróe do naufragio, cuja *Relação* se attribue a Bento Teixeira Pinto, que a elle dirigiu a *Pronopopéa*. — Cnf. B. Gomes de Brito, *Historia tragico-maritima*, 2, 7-59; *Revista do Instituto Historico*, 13, 278-314; Brasamcamp Freire, *op. cit.*, 467-468.

Anchieta, em carta que relatou os successos do anno de 1584, noticiou deste modo o fallecimento de D. Brites, que por trinta annos sobreviveu ao marido:

«D'Beatrix Albuquerque illius populi gubernatrix et quasi mater vita defuncta est hoc anno, quam P. Visitador asepe invisit decumbentem morientem que est comitatus; de Societate fuit bene merita semper et paulo ante obitum extremam nobis 250 aureorum fecit eleemosynam, cui in templo nostro nobile pompa et apparatu justa persoluta sunt et Rmus. Episcopus, qui tunc temporis aderat, cum omnium satisfactione et incolarum gratulatione concionem habuit.» — *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 19, 63.

O obito deverá dar-se de meiados de Julho a meiados de Outubro, ao tempo em que estava em Pernambuco o visitador Christovão de Gouvêa, de quem era companheiro Fernão Cardim. O bispo D. Antonio de Barreiros achava-se na capitania desde 20 de Março daquelle anno,

vindo na armada de Diogo Flores de Valdez. — Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 401, nota LVII. — (G.)

X.

(Pag. 354)

Foi de uma filha sua natural, Catharina de Albuquerque, casada com o florentino Felippe Cavalcanti, que procedeu a familia Cavalcanti de Albuquerque, ou antes (á maneira antiga mais usada em Espanha) Cavalcanti e Albuquerque. Segundo Villas-Bôas, este Felippe Cavalcanti passára de Florença a Portugal em 1558 .— (A.) — Jaboatão, *Catalogo Genealogico*, in *Rev. do Inst. Historico*, 52, parte 1.ª (1889), dá o *Traslado autentico da attestação* que mandou passar o duque de Florença (Cosme de Medicis) a Felippe Cavalcanti sobre o solar e titulo de sua illustre nobresa, em 23 de Agosto de 1559.

Desse documento consta que o nobre João Cavalcanti casára em Florença com Genebra Manelli, ou Magnelle, de illustre familia, havendo a Felippe, «o qual não degenerando de seus paes, vivia com toda a pompa no nobilissimo reino de Portugal».

Jaboatão, *ib.*, 14, diz que por causa de uma conjuração, que fez com seus parentes Holdo Cavalcanti, Randolfo Pucci e outros, contra o duque Cosme de Medicis, fugiu para Portugal no anno de 1558, e não se dando por seguro na Europa passou a Pernambuco. Essa data de 1558 não deve estar certa, porque não é razoavel que a um individuo compromettido em crime de conspiração, e que por elle se exulava da patria, Cosme de Medicis fizesse passar, logo no anno seguinte, o attestado que Jaboatão transcreve. Assim, a sua chegada a Pernambuco tem de recuar de uma decada, pelo menos, para melhor conciliar-se com o dizer de seu depoimento perante a mesa do Santo Officio, em 16 de Novembro de 1593, na villa de Olinda, no qual denunciou factos ahi occorridos havia quarenta e quatro ou quarenta e cinco annos, de que foi testemunha de vista (*Primeira Visitação do Santo Officio — Denunciações de Olinda*, inedito).

Cerca de 1578 diz delle seu compatricio e conhecido Felippe Sassetti, que perambulava em Portugal, em carta a um amigo de Florença: «É homem de grande autoridade e que se impõe a todos, até mesmo ao governador. Dizem tem grande estado, com muitos pagens e cavallos, e gasta por anno mais de cinco mil escudos. Seu negocio é de engenhos de assucar». — J. Lucio de Azevedo, *Viagens de um florentino a Portugal e á India (seculo XVI)*, in *Revista de Historia*, 13.º vol., ps. 113, Lisboa, 1924.

Teve um ou mais engenhos de assucar; de um, situado no termo de Itamaracá, que se chamava *Araribe* ou *Araripe*, sabemos pelo depoimento de Amaro Gonçalves, a 29 de Outubro de 1593. (*Primeira Visitação de Olinda*, inedita).

Seu nome apparece mais de uma vez nas denunciações á mesa do Santo Officio na Bahia e em Olinda; accusação grave lhe faz Belchior Mendes de Azevedo. (*Primeira Visitação — Denunciações da Bahia*, ps. 452, S. Paulo, 1925).

Do seu consorcio com D. Catharina nasceram onze filhos. A data

da sua morte não só apurou ainda; sabe-se que de alguns annos sobreviveu ao sogro e precedeu á esposa, que em 4 de Junho de 1614 lhe foi fazer companhia na mesma sepultura, na matriz de São Salvador, em Olinda. — (G.)

XI

(Pag. 359)

Villegaignon chegou ao Rio de Janeiro a 10 de Novembro de 1555, como affirma Nicolas Barré, companheiro de viagem: «Nous arrivasmes le dixieme de novembre en la riviere de Ganabara, pour la similitude qu'elle a au lac». — Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, 378-379.

Em carta a Calvino, datada de 31 de Março de 1557 e publicada por Léry, o fundador da colonia refere os dois motivos pelos quaes preferiu uma ilha ao continente: em primeiro logar sua gente não fugiria, em segundo logar como as mulheres indias só iam ali com seus maridos, os colonos não poccariam com ellas. Este ultimo motivo causou desde logo descontentamento, a ponto dos truginãos francezes retirarem-se para a terra firme e a gente de Villegaignon conspirar contra a sua existencia. As cartas de Barré e a de Villegaignon foram reimpressas por Gaffarel, *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*, Paris, 1878.

Em 1583 a primeira carta de Barré foi com varios accrescimos ridiculos, reproduzida em La Rochelle, como narrativa de uma viagem de 1581, por Jean Portan: Gaffarel não deu, entretanto, por isso; conf. *Brésil Français*, 378, 385 e 496 e seg., onde a falsificação é patente. Gaffarel não notou tambem a identidade entre a narrativa de Léry nos *Martyre* de Crespin (*ib.*, 431, 496), e a do anonymo de 1561 (*Arch. de voyages*, 40, Paris, 1854). Isso teria poupado muitas paginas a Heulhard, evitando a Zeferino Candido repetir, *Navegação e conquistas*, 65, que Léry esperou a morte de Villegaignon e de todos os que em seu nome podiam romper-lhe a urdidura, para astuciosamente abrir o leito deste rio de injurias e retaliações. — (C.)

XII

(Pag. 361)

Sobre algumas causas do insuccesso de Villegaignon, vêr o artigo de Ramiz Galvão, *Revista Brasileira*, 1, Rio, 1879.

Em um livro intitulado *Villegagnon, roi de l'Amérique*, Paris, 1897, Arthur Heulhard consagrou-se a rehabilitar a memoria de Villegaignon. Suas idéas foram expostas e esposadas com grande calor por Zeferino Candido, *Navegação e conquistas*, Rio 1900. Do mesmo assumpto tratou, incidentemente, mais calmo e imparcial, José Carlos Rodrigues, que a proposito da obra de Heulhard diz com toda a justiça: «a bella impressão e estampas deste livro, as muitas pesquisas que fez sobre a vida de seu heróe antes e depois da sua tentativa no Brasil, não encobrem a falta de criterio historico do autor». — *Religiões acatholicas no Brasil*, 21, Rio, 1904.

No processo de Bolés, publicado pelos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, os depoimentos das testemunhas portuguezas tornam bem patente que, ainda ao ser tomado, no estabelecimento dos Francezes dominava o espirito protestante, manifesto na ausencia de cruzes, imagens ou egreja. Nobrega

escreveu logo depois da tomada da fortaleza: «Estes Francezes seguem as heresias de Allemanha, principalmente as de Calvino que está em Genébra, e segundo soube delles mesmos e pelos livros que lhes acharam muitos, e vinham nesta terra semear estas heresias pelo gentio. — *Cartas*, 174. O mesmo escreveu Men de Sá. Se Villegaignon já partiu protestante desde o velho mundo, é ponto duvidoso; em todo caso as cousas não se passaram como Léry as conta, e isso deixaram bem patente as investigações de Henlhard; no Brasil foi protestante a seu modo, antes de decidir-se pelo dogma catholico, de que não mais divergiu no resto de seus dias.

Comquanto o rei de França concorresse com dez mil libras tornesas, e désse licença para serem retirados das enxovias do reino os criminosos necessarios á expedição, esta não teve caracter verdadeiramente official, como attestam contemporaneos portuguezes. A opinião contraria sustenta Zeferino Candido, *loc. cit.* — (C.) — Sobre Bolés, veja-se o que adiantou o autor da nota *supra* nos *Prolegomenos* á *Historia* de Frei Vicente do Salvador, ps. 140-141. — (G.).

SECÇÃO XVIII

MEM DE SÁ. EXPULSÃO DOS FRANCEZES. CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO

Soccorro ao Espirito Santo. Morte de Fernão de Sá. Carta Regia a Mem de Sá. Carta Regia á cidade a favor dos Jesuitas. Missões de indios. Os Barbaros submettidos pelo terror. Soccorro aos Ilhéus. Peleja-se nadando. Recolhe Mem de Sá. Chega a frota ao Rio de Janeiro. Rende Mem de Sá o forte de Villegaignon. Vai a São Vicente. Guerras e explorações no Sertão. Invasões dos Aimorés em Porto Seguro, Ilhéus. Sua origem provavel. Missões junto á Bahia. Aulas da lingua Tupi. Prosperidade da Bahia. A colonização do Rio de Janeiro. Estacio de Sá. Vai a São Vicente. Reforços das differentes capitanias.

A situação critica em que estava o Brasil pedia um governador activo, entendido, e sobretudo honesto. Todos estes dotes reunia o desembargador Mem de Sá, fidalgo da Casa e do Conselho do Rei, irmão do conhecido poeta Francisco de Sá de Miranda, e que no cargo de chefe da administração geral do Brasil sustentou os creditos de que já gosava (1), como «homem de grande coração, zelo e prudencia, acompanhado de letras e experiencia de paz e de guerra».

(1) «E pois serve V. A. tão bem», etc., diz o bispo Conde de Coimbra, em carta que escreveu a el rei em 17 de Junho de 1547, na qual pede não consentisse S. A. que este desembargador fresse obras na igreja de Nogueira, que nella renunciára seu irmão, antes della prior. A carta de administração da Capella está no Liv. II, da Chanc. de D. João III, f. 104 v.; a de Desembargador da Casa da Supplicação, no Liv. 31, f. 97. — (A.). — Sobre a familia de Sá de Miranda têm publicado importantes trabalhos C. Michaelis de Vasconcellos, Sousa Viterbo e Brito Rebello... (G.). — Conf. *Prolegomenos* á *Historia do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, pg. 139-140, aonde ha mais noticias sobre o terceiro governador geral. Em 1533 estava Mem de Sá casado de pouco, conforme documento publicado por Braamcamp Freire, *Revista de Historia*, 6.º vol., pg. 345, Lisboa, 1917: «Jª. Fernão d'Alvarez mandovos que deis ao Licenciado Mem de Sá, do meu Desembargo, sessenta mil rs. que lhe mando dar da metade dos cento e vinte mil rs. que se montavam nas mil dobras de que fiz mercê a Brites de Mornes, molher do Licenciado Affonso Annes, que Deus perdoe, para casamento de Guiomar de Faria, sua filha, molher do dito Mem de Sá», etc. Em Evora a 6 de Mayo de 1533.

Nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 27, pg. 129-280, Rio, 1903, estão publicados os *Documentos relativos a Mem de Sá, governador geral do Brasil*, entre os quaes figura em primeiro logar o *Instrumento das sesmarias*, que será citado diversas vezes adiante pela palavra *Instrumento*, seguido do numero de paginas dos *Annaes*. — (G.).

Foi nomeado em 23 de Julho de 1556, por tres annos, com os mesmos vencimentos e poderes que o seu predecessor (2).

Chegando á cidade do Salvador, logo Men de Sá «começou a mostrar sua prudencia, zelo e virtude. Cortou as longas demandas que havia (3) concertando as partes, e as que de novo nasciam atalhou da mesma maneira; ficando as audiencias vazias, e os procuradores e escrivães sem ganho, que era uma grande immundice que comia esta terra, e fazia gastar mal o tempo, e engendrava odios e paixões. Tirou quanto poude o jogo, que era outra traça, fazendo a todos entender em seus trabalhos com fructo (4)».

Seguiu Men de Sá occupando-se na Bahia em animar o adiantamento das obras da Sé, e o acabamento de um engenho, começado antes por conta do Estado (5). Porém, ao que mais que tudo se dedicou, como assumpto que tambem lhe estava recommendado, foi a cuidar do gentio. Começou por faze-lo reunir em grandes pegulhaes, ás ordens de um *meirinho* ou principal delles mesmos, aggregando-lhes parochos da Companhia de Jesus; quer dizer, começou por organizar de cada quatro ou cinco tabas ou aldeias indias uma só *missão*, instituto este que depois cobrou tanto desenvolvimento em

(2) Men de Sá partiu da barra de Belem a 30 de Abril de 1557 e ancorou nos cachopos; ao 1.º de Maio sahiu para o Brasil; na travessia gastaram-se dois mezes menos dois dias, chegou á Bahia em 28 de Dezembro; isto jurou Heitor Antunes, companheiro de viagem, *Instrumento*, 145. «Parti do reino no fim de Abril de 1557 e por os tempos serem contrarios andei oito mezes no mar, e foi-se filho Cabo Verde, do Principe e São Thomé, aonde adoeceram quasi toda a gente e morreram 42 pessoas de 336 que vinham na nau, as quaes continuamente provi e mandei prover de galinhas e o mais necessario em abastança, que foi causa depois de Deus de se salvarem muitas». — *Instrumento*, 131. Diz Simão de Vasconcellos, *Chronica*, 2, 49, que ao saltar em terra Men de Sá recolheu-se ao Collegio da Companhia para tomar os exercicios espirituaes de Santo Ignacio, á instrucção do padre Manuel da Nobrega. Assim ficaria explicado o facto de sua carta de nomeação ter sido registada só a 3 de Janeiro de 1558, como se vê de um manuscripto da Bibliotheca Nacional. Southey acompanha esta noticia de Simão de Vasconcellos com o habitual sarcasmo de sectario intolerante. — (C.).

(3) «Ao tempo que vim nesta cidade havia nella muitas demandas, hoje de cortas e algens odios: encurtei as demandas, concertando as partes e com outros meios tirei os odios, fazendo amizades». — *Instrumento*, 131.

Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 2, 6 (ps. 163, ed. de 1918), conta que um dia, fazendo Pero Borges uma audiencia, não houve parte alguma requerente, do que levantando as mãos aos céus deu graças a Deus. — (C.).

(4) Palavras do P. Nobrega em carta escripta a Thomé de Sousa, em 1558. — (A.). — *Cartas*, 155. Conf. a carta de Antonio Blasques, na *Rev. do Inst. Historico*, 5, Rio, 1843. — (C.).

(5) «Fiz o engenho que Sua Alteza mandou fazer para os moradores, por que dão quinhentas arrobas. — Fiz a só desta cidade de pedra e cal e de cinco naves, e de boa grandura». — *Instrumento*, 132. — Conf. Nobrega, *Cartas*, 154. — (C.).

outros districtos, em favor da mesma Companhia (6). Então se fundou a missão de S. Paulo junto ao rio Vermelho, proximo da cidade; a do Espirito Santo, no rio de Joanne, e outras. A todos os indios vizinhos da Bahia prohibiu Men de Sá, com graves penas, a pratica da anthropophagia (7). Um principal da ilha de Cururupeba desprezou esta prohibição, e proseguiu em suas bachanaes (8). Soube-o o governador, e logo o mandou prender por uma partida que confiou a Vasco Rodrigues de Caldas. Foi ao principal tão proficua esta prisão, de quasi um anno, que veiu a ser um dos melhores amigos dos colonos. Cada nova experiencia vinha confirmar com quanta verdade escrevera ao rei a camara da Bahia: «Se V. A. quizer tomar informações por pessoas que bem conheçam a qualidade do gentio desta terra, achará que por mal e não por bem se hão de sujeitar e trazer á fé; porque tudo o que por amor lhe fazem attribuem a medo e se damnam com isso» (9).

Estavam já, pelo terror, os gentios á roda da Bahia sujeitos, excepto os do Paraguassú, que cahiam de improviso sobre as canoas dos nossos sempre que podiam. Uma occasião apoderaram-se de alguns escravos africanos, e intimados para os restituir, o recusaram fazer. Para obriga-los, mandou o governador contra elles, com alguma gente, o mencionado Caldas. Este ousado caudilho sahiu a acommette-los, e sem perda de nenhum christão, de tal arte deu nos Barbaros que, como diz um contemporaneo jesuita (Nobrega, *Cartas*, 162), «que-

(6) «A causa por que no tempo deste Governador se faz isto, e não antes, não é por agora haver mais gente nesta Bahia; mas porque pôde vencer Men de Sá a contradicção de todos os Christãos desta terra, que era quererem que os indios se comessem, porque nisso punham a segurança da terra, e quererem que os indios se furtassem uns aos outros, para elles terem escravos, e tyrannisarem-se por todas as vias, e não quererem que se ajuntem para serem doutrinados, por os terem mais a seu proposito e dos seus serviços, e outros inconvenientes desta maneira, os quaes todos elle vence». — Nobrega, *Cartas*, 169. — (C.).

(7) Nobrega, Carta a Thomé de Sousa, em 1559. — (A.). — Nesta carta e em outra a D. Henrique, de 1.º de Junho de 1560, bebeu o autor quasi todas as informações do presente capitulo. As cartas de Nobrega devem ser lidas na edição de Valle Cabral, unica fidedigna, acompanhada de notas importantes. — (C.).

(8) «Achei toda a terra de guerra sem os homens ousarem fazer suas fazendas se não ao redor da cidade, pelo que viviam apertados, e necessitados por não terem peças, e descontentes da terra, e por o gentio não querer pazes mandei dar em Cururupeba num principal que estava em uma ilha que se agora chama a ilha do Cururupeba, onde estava muita gente de guerra, e o trouxeram preso, o que por grande espanto ao gentio e temor aos brancos, e logo comecei a fazer guerra em Jaguaripe, que é da outra banda da bahia, onde se destruiram muitas aldeias, cativaram e mataram muitos indios». — *Instrumento*, 131. — Conf. Nobrega, *Cartas*, 159-160: este principal esteve preso perto de um anno e agora (Julho de 59) é o melhor e o mais sujeito que ha na terra — (C.).

(9) Não existe no Rio cópia desta carta da Camara do Salvador. — (C.).

brou o encantamento dessa gente», que era de modo que ás suas terras ninguem até ali ousava approximar-se. O resultado immediato foi a submissão de alguns principaes, e a entrega pontual de quanto haviam tomado, não só os castigados, como os vizinhos.

Duas entradas mais, com igual exito, que por esse lado fez o mesmo Caldas, acabaram de submetter de todo o gentio desse districto, que era o primeiro a implorar a nossa amizade, apenas se persuadia de que o não temiamos. Taes resultados acabaram de convencer a Men de Sá, como tinham chegado tambem pela propria experiencia a convencer a Thomé de Sousa, de que o bem áquelles miseraveis canibaes devia ser feito á força, e apezar delles, que por não conhecerem a caridade evangelica nem a piedosa philantropia, não julgavam possivel que outros homens se votassem exclusivamente ao seu bem, como nos diz a historia do christianismo que, com a maior abnegação, se tem votado tantos martyres, muitos dos quaes glorificamos em nosso calendario. Facil era de ver que os indios, crianças pelo entendimento, só podiam ser conduzidos á civilização, tendo sobre elles os chefes a mesma autoridade e supremacia carinhosa que sobre os filhos e pupillos concede a nossa legislação aos paes e tutores.

Estes beneficios eram tanto mais de reconhecer-se, quanto o governador se occupava disso, em meio de outros cuidados e da pungente magoa que lhe devia causar a perda de um filho sacrificado aos Barbaros; pois viu-se obrigado a attender com soccorros aos clamores dos habitantes da capitania do Espirito Santo, que, a braços com os seus indios levantados, teriam de todo abandonado a terra, se lhes não acode tão depressa o novo governador, com um reforço ás ordens de seu filho Fernão de Sá (I).

Este joven chefe expirou ferido de uma frechada, apenas havia cumprido a sua missão, e lhe succedeu no mando um certo Diogo de Moura. Pela gente do Espirito Santo poude Men de Sá informar-se, mais por menor, de quanto se passava com os Francezes do Rio de Janeiro (II), e enviar á côrte uns apontamentos do que colhera, aos quaes accrescentava: «Todo o seu fundamento é fazerem-se fortes; têm muita gente e bem armada; as suas roças não são senão de pimenta. Pra-

zerá a Nosso Senhor que se lhes desfarão todos estes pensamentos » (10).

Para tal fim propoz Men de Sá que se tomasse a Vasco Fernandes a capitania que este donatario velho, aleijado, e sem meios, nem esperanças de a poder restaurar, se promptificava a ceder á Corôa, e lembrava, para proteger as capitanias do sul, que no Espirito Santo se fundasse outra cidade real, comó aquella do Salvador, lembrança que depois modificou preferindo, como Thomé de Sousa, o Rio de Janeiro, apenas viu sua portentosa bahia. Além desta lembrança, fazia á côrte varias outras, algumas das quaes a Rainha-regente veiu a approvar, como se pode colligir da seguinte carta régia que lhe dirigiu:

« Men de Sá, amigo: Eu a Rainha etc. — Por D. Duarte da Costa recebi vossas cartas, pelas quaes me daveis conta da maneira em que me ficaveis servindo nessas terras; e depois recebi as vossas cartas do primeiro de Junho e dez de Setembro; e por ellas soube como a capitania de Vasco Fernandes Coutinho ficava muito pacifica, e o seu gentio tão castigado, mortos tantos, e tão principaes, que parecia que não levantariam tão cedo cabeça: e recebi muito contentamento com estas boas novas; posto que das de Fernão de Sá, vosso filho, acabar nesta guerra me desaprouve muito. Mas sendo tanto em seu logar e em cousa de tamanho meu serviço, não ha ahi que fazer-se senão dar-se a Nosso Senhor por tudo muitos louvores, como vejo que fazeis, o que vos agradeço muito. E quanto á determinação em que ficaveis de irdes á capitania do Espirito Santo, eu tenho por certo que, quando vos parecesse meu serviço terieis cuidado de o fazer, e de prover em tudo conforme a confiança que de vós tenho. Emquanto ao que toca aos Francezes, e ás informações que delles e do que fazem me enviais, folguei de me avisardes de tudo tão particularmente. E porque por outra carta vos escrevo o que acerca disso hei por meu serviço, não tenho nesta que vos dizer; sómente que tenho por certo que assim mesmo me daes conta, procedereis conforme a importancia em cada uma dellas; e de maneira que me haja em tudo por muito servido de vós, e assim vos encommendo muito

(10) Carta de Men de Sá, de 1 de Junho de 1558, publicada na 1.ª edição desta Historia, 1, 463. Os apontamentos trazidos pela gente que foi ao Espirito Santo, estão-lhe annexos. — (C.)

que o façaes, e que tenhaes destas cousas o cuidado que de vós espero.

«Os poderes (11), que pedis vos mando, conforme aos de que usava Thomé de Sousa, por provisões de fóra, para o que cumpre a bem da justiça; e assim podereis conhecer dos aggravos que o ouvidor faz ás partes, posto que caiba em sua alçada; e assim das mais cousas que apontaes não foi possivel irem-vos nestes navios; mas parece-me bem o que dizeis, e eu terei lembrança de se vos enviarem nos primeiros.

«Por diversas vias soube do muito favor que daveis aos padres da Companhia de Jesus, para o que cumpre ao serviço de Nosso Senhor; e recebi disso o contentamento que é razão e requer o intento que se teve no descobrimento dessas terras; que é ser Nosso Senhor nellas tão servido e seu nome tão conhecido e louvado como por tantas razões o deve ser. E porque o meio disto se conseguir é o dos ditos padres, que são tão virtuosos como sabeis, e que com todas as suas forças tanto procuram servir a Nosso Senhor, vos encommendo muito que tenhaes particular cuidado, como sei que tendes, de os favorecer e ajudar no que vos requererem e virdes ser necessario. Emquanto á carta que vi que vos parecia que devia de escrever á camara do Salvador, para que ajudasse e favorecesse os ditos padres, na conversão dos gentios, vos envio com esta agradecer-vos e juntamente dardes-lh'a, e trabalhardes para que assim o façam, dizendo-lhes o grande contentamento que disso receberei, e quanto me desprazeria do contrario. E pois que como digo, pella pressa com que estes navios partem, não houve logar de escrever algumas cousas que quizera, por esta mesma razão não vai esta tão larga como tambem quizera; mas fa-lo-hei nos primeiros

---

(11) Estes poderes relativos ao ser augmentada a alçada ao governador foram datados de 7 de Março de 1557. Depois foram ainda mais augmentados em 8 de Março de 1569. — (A.). — Tendo Men de Sá tomado posse em Janeiro de 1558, taes poderes não deviam ser de nenhuma dessas datas. A 31 de Março de 1560 escrevia elle do Rio de Janeiro: «Os poderes que mandava pedir a Vossa Alteza pedi-os pela experiencia que da terra tenho e não por quão necessarios são aos governadores, e deve-se Vossa Alteza lembrar que povoa esta terra de degradados, malfeitotes que os mais delles mereciam a morte, e que não tem outro officio sinão ordir males; si o governador não tiver poderes largos na justiça para castigar e perdoar, é ca pouco necessario, e o ouvidor fica com muito mór jurdicção e fazem o que querem, e quando os mandar responder dizem que cabe na sua jurdicção ou alçada».

Comquanto não tragam data as cartas régias publicadas acima, devem ser de fins de 1558, mas podem ter vindo só no anno seguinte, na armada de B. de Vasconcellos ou antes. — (C.).

navios. E entretanto vos encommendo muito que, do que toca a meu serviço nessas terras, tenhaes aquelle cuidado que eu confio de vós, e de sempre me escreverdes como fazeis, o que vos parecer.».

A carta régia para a camara da cidade do Salvador, mencionada na antecedente, era concebida nos seguintes termos:

«Vereadores e procuradores da cidade do Salvador. Eu a Rainha etc. Ainda que seja tanto de vossa obrigação favorecerdes e ajudardes aos padres da Companhia de Jesus, que nessas terras estão e andam na obra da conversão dos gentios dellas, assim pelas obras em que se empregam, como por suas muitas virtudes, e pela consolação que essa cidade com tal Companhia deve receber, todavia sendo essas partes tão remotas, pelo que por esse respeito pode haver nos moradores dellas algum descuido, pareceu-me dever-vos escrever sobre isso, e encommendar, como encommendo muito, que queiraes haver por muito encommendado aos ditos padres, e os favoreçaes em tudo que para a conversão dos gentios e mais obras espirituaes for necessario; e que aos gentios que se fizerem christãos tratejs bem; e não os avexeis; nem lhes tomeis suas terras; porque, além disto assim ser razão e justiça, receberei muito contentamento em o assim fazerdes, pelo exemplo que os outros gentios receberão. Agradecer-vos-hei muito terdes destas cousas muita lembrança e em effectuardes como confio; porque do contrario poderá deixar de me desaprazer muito.»

Começava Men de Sá a dedicar-se a formar um plano acerca do melhor meio de civilizar neste sentido os Barbaros, quando ali chegou noticia de como outros Barbaros tinham em grande aperto a capitania do Espirito Santo e dos Ilhéus, e de que seus habitantes, até então em paz, ao ver os inimigos possuidos de um inexplicavel panico, haviam abandonado os engenhos, ficando circumscriptos á povoação, onde por unico sustento estavam reduzidos ás laranjas que colhiam de alguns quintaes.

Partiu o governador em pessoa a soccorre-los e tanto a tempo chegou que, se tardára um pouco, se houveram rendido todos, já quasi sem alento.

Men de Sá desembarcou com a sua gente á meia noite; e aproveitando-se da escuridão, que parecia maior a quem

não conhecia a terra, seguiu para o sul, em busca dos inimigos que lhe não fizeram frente, e, deixando-o pelo contrario passar, começaram a hostiliza-lo pela retaguarda. Então o bravo Vasco Rodrigues de Caldas resolveu replicar-lhes com uma manobra igual e, emboscando-se, cahiu sobre elles quando passavam. Como, porém, eram grandes nadadores, e o mar estava perto, lançaram-se todos a nado; o que vendo os nossos, seguiram-os com os indios amigos; e sobre as aguas a grande distancia (12) da praia, se travou uma peleja, como não sabemos de outra tal; mas não nos admire: — que para se hostilizarem serão os homens capazes de vir a combater nos ares. A victoria se decidiu em favor dos nossos nadadores, que já levavam em seu favor a força moral, visto que os outros não havia buscado o mar senão como refugio (13).

Outros feitos teve ainda o governador nesta pequena campanha que louvar e premiar ao mesmo Caldas, cujo esforço reanimava os outros, de modo que, se elle houvera antes estado nos Ilhéus, não consentira a vergonha que passaram os seus habitantes de se encurralar, em numero de mais de mil, a ver o inimigo em frente, matando seus gados, e destruindo todas as fazendas sem dar-lhe o merecido castigo.

O gentio atemorizado pediu pazes e Mem de Sá concedendo-lhas, voltou á capital, onde receberia a noticia de que, por carta regia de 29 de Março desse anno (1559) dirigida ao capitão da ilha de São Thomé, em Africa (13) fôra mandado que, em presença de certidão do governador do Brasil, cada senhor de engenho deste estado poderia mandar vir até cento e vinte escravos do Congo, pagando só o terço de direitos em vez da metade, como era costume.

No mez de Novembro do mesmo anno (1559), chegava á Bahia, commandada pelo capitão mór Bartholomeu de Vasconcellos da Cunha, a armada destinada ao Rio de Janeiro contra os Francezes, devendo receber do Mem de Sá as ordens convenientes sobre o modo de os aggredir, atacando-os, ou obrigando-os pelo bloqueio. Tratou logo Mem de Sá, ajudado da influencia do novo prelado D. Pedro Leitão, chegado a 9 de Dezembro de 1559, e dos jesuitas, de reunir todos os

(12) De uma legua, diz o P. Nobrega, a quem devemos esta narração — (A.). — *Cartas*, 15. — (C.).

(13) Do alvará de 29 de Março de 1559, sobre se poderem trazer escravos de São Thomé, ha cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino — Reguengos*, 2, fls. 114-116. — (C.).

gentios alliados e homens de guerra, que se julgou poderem dispensar-se na cidade do Salvador; e para a capitania de S. Vicente escreveu Sá que, com as forças de que pudéssem dispor, pois que tanto lhes ia a seus interesses, se achassem á barra do Rio de Janeiro, no dia que aprazou, e em que elle com a força da Bahia contava ali chegar. Para solicitar este reforço de São Vicente se offereceu o padre Nobrega, que estava na cidade do Salvador.

Assim prevenido, partiu Men de Sá para o sul (IV). Compunha-se a sua armada de duas naus e oito embarcações menores. Chegadas á barra do Rio de Janeiro, esperaram que se lhes reunisse um bergantim e muitas canoas de guerra, vindas da capitania de São Vicente (14), para entrarem na enseada (V). Aos da fortaleza que, como vimos, estava construida na ilha que ainda hoje se chama Villegaignon, intimou o governador por escripto que se rendessem, ao que elles «responderam soberbamente». A ilha tinha de natureza nos extremos dois pequenos morros (15), e em cada um delles haviam os defensores construido grandes rancharias; e sobre o meio, em cima do rochedo que se elevava uns cincoenta ou sessenta pés, ficava a casa abaluartada do governador. Copiaremos aqui a descripção desta fortaleza-ilha que nos deixou um contemporaneo (16). «Tudo o que é ilha era fortaleza, e tudo o que era fortaleza ilha, e toda excepto um pequeno porto na praia era cercada de penedia brava, onde bate o mar cousa de 100 braças de comprido e 50 de largo, em cujas duas ultimas pontas levantou a natureza dous cabeços talhados no mar, e no meio de ambos um singular penedo, comó de quatro bra-

(14) Carta da Camara de São Paulo de Piratininga, de 20 de Maio de 1561. — (A.) — Publicada na 1.ª ed. desta *Historia*, I, 464, onde, porém, não se encontra esta noticia. Do processo de Bolés e da carta de Nobrega ao cardeal D. Henrique vê-se que o venerando Jesuita estava a bordo com o Governador e não fôra a São Vicente: «tomou-se conselho no que se faria, e vendo todos a fortaleza do sitio em que estavam os Francezes, e que tinham comsigo os indios da terra, lhe meteram de a combaterem, e mandaram pedir ajuda de gente a São Vicente; mas os de São Vicente, sabendo primeiro da vinda do governador ao Rio, já vinham por elle. e como chegaram determinou-se o Governador de os combater». — *Cartas*, 172.

Isto explica a ausencia de hostilidades entre 16 de Janeiro e 15 de Março. Não se comprehende, porém, que Men de Sá empleo tanto a tomada da fortaleza, quando, não tendo agua nativa, pouco tempo seria capaz de resistir. — (C.).

(15) Os morros foram arrasados em 1751, no governo de Gomes Freire de Andrada, como se verá na secção XLIII deste livro. — (C.).

(16) *Chron. de D. Sebastião*, ps. 165. — (A.). — Reproduzido de Simão de Vasconcellos, *Chronica da Companhia*, I, 77, a quem a pretensa chronica de D. Manuel de Menezes, publicada por J. P. Rayão, copia servilmente neste e em outros pontos. — (C.).

ças de alto e seis em contorno. Da circumferencia dos recifes e penedia delles tinham feito defensavel muralha, dos dous cabeços, com pouco artificio, duas juntamente naturaes e artificiosas fortalezas: e do penedo, um pouco mais cavado ao picão, caixa de polvora, segura e constante contra todo artificio».

As vivendas construidas eram de madeira e cobertas de palha, ao modo dos selvagens. Resolvido o ataque, em 15 de Março de 1560 (17), começaram os nossos a desembarcar na ilha, e a assestar nella artilheria, com a qual e a das naus combateram a fortaleza por dois dias e duas noites até que os Francezes, sem agua nem polvora, capitularam (VI), em numero de setenta e quatro, e alguns escravos; aos quaes depois se uniram mais de quarenta, dos de um navio apresado, e de outros que andavam em terra. Por fortuna foi proposta a capitulação justamente quando tambem aos nossos se acabavam as munições, e estavam já pensando no modo de recolher a artilheria que haviam desembarcado (Nobrega, *Cartas*, 173). O numero dos gentios que estavam em favor dos Francezes, orçava o governador em mais de mil (18), «tudo gente escolhida, e tão bons espingardeiros como os Francezes». Villegaignon não se achava então na ilha, havendo partido para França oito ou nove mezes antes. Nunca mais voltou ao Brasil, e annos depois o encontrámos reclamando indemnizações á embaixada portugueza em Paris, as quaes naturalmente foram satisfeitas (19).

Na capitania de São Vicente ordenou Men de Sá que se effectuasse de todo a mudança da villa de Piratininga (VII), para junto da casa de S. Paulo, construida pelos Jesuitas no alto. Foi levado a isso pelas insinuações dos padres, que lhe fizeram ver como ficariam assim mais ao abrigo dos assaltos

---

(17) «A qual peleja, jurho Sebastião Alvares, testemunha ocular, durou a sexta-feira depois do meio-dia em diante e toda a noite seguinte, e ao sabbado todo o dia e a noite fugiram, e se foram em almadias e outras embarcações para a terra firme». *Instrumento*, 152. Muito minucioso é o depoimento de Luis da Costa, que foi na expedição como meirinho do governador, *ib.*, 117-185. — (C.).

(18) Oitocentos, segundo Nobrega, em carta do 1.º de Junho de 1560, [*Cartas*, 173]. — (A.).

(19) Da carta do embaixador João Pereira Dantas, de 10 de Janeiro de 1563, consta que esta era a opinião do embaixador, e até a da sua côrte, e que aquelle julgava chegada a occasião de o attender «para o calar». — (A.). — Lopo Vaz, Hakluyt, 4, 298, ordinariamente bem informado, diz que Villegaignon effectivamente recebeu trinta mil ducados. Da carta de Pereira Dantas, publicada no livro de Heulhard, Zeferino Candido transcreveu parte, *Navegação e conquistas*, 149, Rio, 1899. — (C.).

dos Barbaros do que á beira do rio. Além disso decidiu seguir o exemplo da Bahia e fazer aos indios contrarios guerra aberta. Para esta se preparou uma expedição (20), que, depois de embarcar-se no Tietê, seguiu até um porto, donde, levando os expedicionarios as canoas por terra, chegaram ao rio dos inimigos. «Esperamos em Nosso Senhor (ajunta o jesuita Anchieta ao dar a noticia), pois este é o remedio com que esta *brava* geração se quer... não tenhamos inveja aos da Bahia». Ahi providenciou tambem o governador a ida ao sertão, em busca de ouro, do provedor Braz Cubas, com um Luis Martins, mineiro vindo do Reino (21). Os desta jornada, que se foram gente entendida encontrariam ouro no proprio morro onde estava a casa de S. Paulo, andaram, segundo o dito Cubas (22), umas trezentas leguas sem fructo; mas, ao voltarem dessa cançada digressão, o acharam «mui perto», naturalmente para as bandas de Jaraguá. — Em 1562 mandavam as amostras delle, bem como de umas pedras verdes que *pareciam esmeraldas*. Estas seriam provavelmente as conhecidas turmalinas.

Regressava Men de Sá para a Bahia, quando estando avante como o Espirito Santo, e resolvendo entrar neste porto, encontrou ahi em mãos do ouvidor a renuncia (VIII), que da capitania acabava de fazer o seu donatario Vasco Fernandes,

---

(20) A expedição partiu na quaresma de 1561 e nella serviu Anchieta como interprete. O combate com os Tupiniquins foi sexta-feira da Paixão, 4 de Abril, como elle conta em carta de 12 de Junho. A tradição ligava o nome de Anchieta a uma das cachoeiras do Tietê: *Revista do Inst. Historico*, 4, 487, Rio 1842. No anno seguinte, em Julho, os indios puseram cerco a São Paulo; não conseguiram, porém, tomar a villa, graças a Martim Affonso Tibiriçá, que veio a fallecer mezes depois, em 25 de Dezembro. Carta de Anchieta, de 16 de Abril de 1563, na *Revista do Inst. Historico*, 2, 547, Rio, 1840. — (C.).

(21) Nomeado em 7 de Setembro de 1553. — (A.). — A nomeação teve cumprimento de Braz Fragoso, ouvidor geral e provedor-mór da fazenda, como Pero Borges, na Bahia, em 9 de Dezembro de 59. A 25 de Janeiro de 62, Luis Martins, sindo do campo, apresentou aos camaristas Braz Cubas, Christovão Monteiro, Jacome de Araujo e Antonio Pinto, 3/4 de dobra e 6 grãos de ouro, que disse ter extrahido, como consta da certidão de Jacome da Motta (Bibl. Nacional). Luis Martins foi para São Vicente em 1560, com Men de Sá; á custa e em companhia de Braz Cubas andou trezentas leguas pelo sertão, achando algumas amostras de metaes. Logo depois desta primeira entrada, Braz Cubas enviou novamente ao interior o Luis Martins encontrou ouro de boa qualidade em seis partes, a trinta leguas de Santos. Isto consta da citada carta de Braz Cubas, impressa por Francisco Lobo Leite Pereira, na *Revista do Archivo Mineiro*. Sobre a interpretação dessas entradas, conf. Calogeras, *As Minas do Brasil e sua Legislação*, I, 21, Rio, 1904. — (C.). — Depois dos autores citados, tratou dessas entradas o erudito Affonso d'E. Taunay, *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, 1, pg. 111-112 e 169-170, S. Paulo, 1924. — (C.).

(22) Carta de Cubas a el-rei, de 25 de Abril de 1562. — (A.). — Impressa na *Revista do Arch. Mineiro*, 7, 593, Bello Horizonte, 1902. — (C.).

que no anno seguinte (1561) falleceu. Os moradores da terra estavam já decididos a evacua-la. Chegando, porém, o governador, foram-se a elle, com as mulheres e os filhinhos, pedindo-lhe encarecidamente que a tomasse para a Corôa. Fez-se disso um instrumento; e Men de Sá limitou-se a nomear a Belchior de Azeredo (*Annaes do Rio de Janeiro*, I, 321), apontado pelo povo para ahi governar.

As duas capitanias de Porto Seguro e dos Illhéus passavam, proximamente por essa occasião, a familias estranhas aos primeiros donatarios, por contractos de vendas, autorizadas pela Corôa. A primeira, por morte do 2.º donatario, foi vendida por sua irmã D. Leonor do Campo ao seu solarengo o duque de Aveiro, autorizando-o a isso elrei, com a clausula de que, por sua morte, passaria a doação a seu filho segundo, para quem assim constituia um morgado. A venda se fez por um padrão de juro de doze mil e quinhentos réis, e mais dois moios de trigo por anno, em vida da cessionaria, que recebeu além disso seiscentos mil réis.

Quem poderá crê-lo, a não no-lo dizer tão seguramente a historia, que por tão mesquinho preço se haviam de ter vendido mais de seis mil leguas quadradas de terra! — Hoje não diremos mil leguas, nem cem, nem uma, porém, certo numero limitado de braças tem tal valor, em qualquer das povoações mais importantes, que se contam nessa tão grande extensão de terras.

A capitania seguiu em decadencia; e muitos povoadores della se passaram para Pernambuco, que prosperava. Como provedor succedeu a Felippe de Guillen o escudeiro João Gonçalves Frade.

A capitania dos Illhéus passou a Lucas Giraldes, que a comprou (6 de Nov. de 1560) ao 3.º donatario Jeronymo de Alarcão, a quem fôra cedida por seu irmão Jorge de Figueiredo, primogenito do 1.º donatario. A confirmação régia foi dada a 20 de Fevereiro de 1561.

Proseguiu Men de Sá viagem até entrar na Bahia (23); e desde logo, em harmonia com a sua anterior idéa de fundar

(23) Segundo carta do jesuita Ruy Pereira chegou á Bahia em 29 de Agosto, levando em sua companhia o padre Luis da Grã, a este tempo nomeado provincial: Accioli, *Memorias da Bahia* 8, 252. «Aos vinte e sete de Agosto (aliás 17, como se vê de uma carta do mesmo jesuita) uma manhã, havendo vinte dias que dobramos a linha vimos a terra do Brasil e era a bahia de Todos os Santos... Não achamos ahi o governador... Dahi a poucos dias de nossa chegada foi a sua em que

outra cidade real no sul do Brasil, começou a insistir pela colonização do Rio de Janeiro, afim de que tambem no melhor porto do sul houvesse outra cidade *Salvadora* destas paragens.

No emtanto se occupava de enviar, para varios districtos, homens emprehendedores, afim de explorarem o paiz. Antonio Dias Adorno foi para as bandas do Rio das Caravelas; Vasco Rodrigues de Caldas tambem fez uma entrada, e um Antonio Ribeiro, chefe de outra bandeira, perdeu, com muitos dos seus, a vida ás mãos dos Barbafos, em uma cilada, por se haver fiado nas apparentes amizades destes (IX).

Entretanto, se occupava a metropole de dar um novo regimento (11 de Maio de 1560) aos mamposteiros para a redempção dos captivos, aos quaes haviam já sido por eltrei D. Manuel concedidos alguns privilegios (24). Ao mesmo tempo essa instituição era introduzida no Brasil, provavelmente por influxo da *Mesa da Consciencia*, afim de proteger a liberdade dos indios. Para cada capitania foi pelo menos nomeado um Mamposteiro, e de alguns possuimos até os nomes; taes são Francisco Fragoso, de Pernambuco, Pedro Leitão, de Itamaracá, Onofre Pinheiro, da Bahia, e Antonio Lopes Faleiro, dos Ilhéus (25).

Igualmente se nomearam varios empregados especiaes para tratarem de fiscalizar os bens dos orphãos e ausentes, e foi impetrada uma bulla (28 de Janeiro de 1561), pela qual Paulo IV concedeu aos bispos do Brasil maiores latitudes, a respeito das dispensas de parentesco para os casamentos dos indios e africanos (26).

---

cidade e o povo della fez grandes mostras de alegria, e o festejou com momos e tangeres novos e touros e outras festas, até então entre elles pouco costumadas». — Henrique Dias, Rel. da viag. e nauf. da nau São Paulo, na *Historia tragico-maritima*, 3. 22-23, da nova e incorrecta edição de 1904. — (C.).

(24) O *Regimento dos Mamposteiros*, de 11 de Maio de 1560, lê-se na collecção *Legislação manuscripta*, do Instituto Historico, vol. 2.º, fls. 167-184. Consta de quarenta e quatro artigos. Foi publicado por Manuel Lopes Ferreira, *Praticas da quarenta e quatro artigos. Foi publicado por Manuel Lopes Ferreira, Praticas criminal ezpendida na forma da praxe observada neste nosso Reino de Portugal, e Ilustrada com muitas Ordenações, Leis extravagantes, Regimentos, e Doutores*, cap. 33, pg. 236-287, Lisboa, 1730.

Mamposteiro dos cativos, define Moraes, *Diccionario*, é o que sobra o que pertence a seu resgate. Os mamposteiros foram extinctos no reinado de D. José I. — (C.).

(25) Veja *Trabalhos dos Primeiros Jesuitas no Brasil*, in *Revista do Instituto Historico*, 52, parte 1.ª, pg. 222. — (C.).

(26) Essa bulla é considerada apocrypha por Candido Mendes de Almeida, *Direito Ecclesiastico Brasileiro*, p. 1011. Entretanto, o breve, não a bulla, está publicado no *Corpo Diplomatico Portuguez*, 9, 168 e segs., Lisboa, 1886. — (C.).

No meio deste empenho da Côrte de attender a quanto respeitava á religião e aos estabelecimentos de caridade, foi nomeado Braz Cubas (em 8 de Maio de 1563) provedor e contador dos residuos e capellas, hospitaes, confrarias, albergarias e gafarias das capitanias de S. Vicente e Santo Amaro.

Ao mesmo tempo, novos perigos vinham reclamar os cuidados do governador em outra capitania: — na de Porto Seguro (27). Ameaçada estava a dita capitania de perder-se inteiramente, succumbindo á anarchia e ás assoladoras invasões de uns novos inimigos que, com o nome de Aimorés (28), ali se apresentaram, vindos do sertão, havidos pelos outros Barbaros por mais que barbaros, e com uma lingua inteiramente desconhecida, e os usos estranhos a todo o mais gentio do Brasil. Não construiam tabas nem tujupares; não conheciam a rede, e dormiam no chão sobre folhas; não agricultavam cousa alguma; andavam em pequenos magotes, não sabiam nadar, mas corriam muito, não havendo outro meio de se lhes escapar de que o de entrar n'agua, so a havia perto; arrancavam a fala com muita força desde a garganta; e (o que era mais para temer) eram anthropophagos, não por vingança e satisfação de odios inveterados, mas por gula. Tudo induz a crer que eram da mesma nação representada pelos chamados agora Purís, que tambem, como este nome o diz (29), são gulosos de carne humana, e preferem, como se conta dos tubarões d'Africa, á carne dos brancos a dos negros, aos quaes chamam «macacos do chão». É horroroso escreve-lo; e asseguramos que o animo quasi se nos sossobra ante taes factos.

Onde estava e como veiu do sertão este gentio, que primeiro chegou á costa junto do rio das Caravelas? Eis o enigma que só por conjecturas pode explicar-se. A estranheza

---

(27) «Tornando a capitania do Espirito Santo rebel o gentio outra vez alevantado e determinei fazer-lhe guerra, e atemorizados disso me vieram a pedir paces que lhe dei e a deixei pacifica. Assim o fiz na capitania de Porto Seguro pela ordem que dei contra os Aimures». — *Instrumento*, 135. — (C.).

(28) Este nome da nacionalidade foi naturalmente dado pelos indios. *Aimoré* na costa do Brasil é um peixe como o enxarroco, e de uma muito peçonhentas. Os antigos escreviam *Guaimurés* e ás vêzes sem nasente *Guaimures*. — (A.).

(29) *Puris* é o mesmo que *Purás*, o quer dizer anthropophago. — (A.). — *Purá* pode realmente derivar-se do tupi *por-si* gente comer, anthropophago, e é nome de uma tribu selvagem do Amazonas; mas é pouco provavel que dêsse *purí*. Individuos pequenos, de baixa estatura, segundo o testemunho de Ayres de Casal, *Corographia Brasilica*, 2, 25, Rio 1817, talvez aos Tupis devessem a alcunha, por *poranga* gente pequena, povo miúdo, como traduz Theodoro Sampaio, *O Tupi na Geographia Nacional*, 147, S. Paulo, 1901. — (C.).

da lingua, e sobretudo o ser muito guttural, nos deve fazer crer que elles eram garfo extraviado de algumas das raças meridionaes patagonicas ou araucanas. A ignorancia da natação e do fabrico e uso das canoas, e a prenda de grandes corredores (30), no-los apresentam como criados em páramos sem arvores nem rios, e por conseguinte como pampas meridionaes. Estas conjecturas se verificariam, ao fazerem-se mais minuciosos estudos «linguisticos» nos sertões da Patagonia, se acaso se encontrasse algum dialecto parecido com o actual destes Botocudos.

Contra taes bandorias de Barbaros mandou o governador soccorros a Porto-Seguro, com o ouvidor geral Braz Fragoso, cuja presença (31) muito valeu a pôr tambem em ordem, entre os moradores, os negocios da justiça.

Entretanto, seguia na cidade do Salvador Men de Sá favorecendo as missões jesuiticas. Já se tinha o seu numero elevado a dez, na distancia de doze e mais leguas, para os differentes lados da Bahia até Camamú. Missão havia que contava cinco mil neophytos. Baptizavam-se estes aos milhares: ás vezes assistia a isso o bispo D. Pedro Leitão, que por suas proprias mãos administrava tambem este sacramento, e o do matrimonio em lei da graça, aos que se preparavam para recebe-lo.

Já Men de Sá, anteriormente (32), havia feito menção de trezentos e quarenta e sete baptizados na aldeia do Espirito Santo (Abrantes), em um só dia; bem como de escolas em que havia até trezentos e sessenta piasinhos, sabendo ler e escrever; o que aprendiam com facilidade, pois de intelligencia natural não era falta esta gente.

Entendemos que as mencionadas missões estavam temporalmente sujeitas aos jesuitas, porém, na apparencia, a uma especie de alcaide ou meirinho dos proprios indios, que em tudo cumpriam as ordens dos padres, os quaes allegavam a pouca despeza que se fazia em vestir taes chefes. Segundo os jesuitas, até lisonjeava os indios o terem tronco e pelou-

(30) «Un dia están en un lugar y otro dia en otro... andan contra todas las otras generaciones como salteadores de caminos», etc. — Carta de Guillen. — (A.).

(31) Em 17 de Janeiro de 1561 ainda elle se não achava de volta de Porto Seguro. — Carta de Guillen, de 12 de Março de 1561. — (A.). — Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos*, 1, 150-152. Parece que só nesta data B. Fragoso chegou a Porto Seguro — (C.).

(32) Em carta escripta do Rio de Janeiro aos 31 de Março de 1560. — (A.). — *Annaes da Bibliotheca Nacional*, VI, 227-229. — (C.).

rinho, como as villas dos colonos, bem que apenas aquelle servia contra os pequenos que não estudavam. Aos mesmos jesuitas, em virtude das proprias ordens superiores mui terminantes, concedia o governador a maior protecção. Por ordem régia, de 12 de Fevereiro de 1557, fôra mandado abonar a cada um quatro panicús de farinha, um alqueire de arroz ou milho e um cruzado em dinheiro (33). Em 1559 ordenou Mem de Sá que a cada um se désse, além disso, por anno, cinco mil réis e doze cruzados em ferro (33 a). Mas o alvará de 7 de Nov. de 1566 ordenou que se désse aos mesmos padres a redizima, ou decima parte de todos os dizimos (34), com o que ainda não se mostraram satisfeitos; pelo que vieram a pedir e a alcançar (em Janeiro de 1576) dois mil e duzentos cruzados de mantimento, e mais quinhentos cruzados para a fabrica dos collegios (35).

Os jesuitas tinham nestes collegios aulas da lingua tupi, ás quaes mui graciosamente lá entre si chamavam *de grego* (36). E para lamentar que este bello exemplo não se tenha seguido; sendo para a catechese então, como hoje para a literatura brasileira, a antiga lingua da terra de muito mais importancia do que o estudo do grego ou de outras linguas sabias (37).

Pacificos (38), seguiam os indios nos contornos da cidade,

---

(33) Alvará de 12 de Fevereiro de 1557, mandando que se désse a cada um dos vinte e oito padres e irmãos da Companhia de Jesus que estão nas partes do Brasil, cada anno, á custa da fazenda real, nas capitanias onde estiverem, quatro panicús de mandioca e um alqueire de arroz, e quando não houver arroz se dará um alqueire de milho da terra, e um cruzado em dinheiro, para suas mantenças e despesas. — Cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino — Registos*, I, fls. 29-30 v. — (G.).

(33-a) Isto *ferro*, isto é, em ferramenta: machados, enxadas, e outros pertences de artes e officios. — (G.).

(34) Alvará de 7 de Novembro de 1566, sobre o mantimento que hão de haver os sessenta padres da Companhia de Jesus, que estão nas partes do Brasil. — Cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino — Registos*, I, fls. 32 v.-36 — (G.).

(35) Alvarás de 4 e 5 de Janeiro de 1576. — Cópias no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino — Registos*, I, fls. 23-24 e 26-27 v. — (G.).

(36) Carta do P. Ruy Pereira em Setembro de 1560, *in-fine*. — (A.). — Accioli, *Memorias*, 3, 262. — (C.).

(37) Varn., *Mem. sobre o estudo e ensino das linguas indigenas*. — Rev. do Inst., 8 pg. 366. Ideo, *Comm.* 34 e 131 á obra de Soares, na Rev. do Inst., 14, 374 e 391. — (A.).

(38) «Está a terra tão pacifica que não sómente os brancos vão muitas leguas por ella dentro seguros, mas um indio d'aqui, indo por entre os contrarios, tornou sem lhe fazerem mal. Elle diz que diziam: este é amigo dos brancos, se lhe fizermos mal, matar-nos-hão». E accrescenta as palavras transcriptas no nosso texto: «Ajudou grandemente a esta conversão cair o senhor governador na conta, e assentar que sem temor não se podia fazer fructo». (Carta do jesuita Ruy Pereira, em 1560). — (A.).

e em poucos annos se via prosperando e crescendo em população a colonia de Thomé de Sousa. Sobretudo esmerava-se Men de Sá em attrahir para ella commerciantes abastados, e navios mercantes; pois, em seu entender, «os armadores eram o nervo do Brasil». Os habitantes não deixavam de pugnar por suas liberdades, e a camara requeria reducção na somma sobre que o ouvidor geral tinha alçada, e propunha que esta passasse a um tribunal presidido pelo governador, e de que fizesse parte a mesma camara (x). O intrepido Vasco Rodrigues de Caldas foi incumbido de levar os pedidos á metropole, os quaes não foram attendidos, talvez por se achar então o governo meditando acerca do Brasil outras decisões, como vamos ver.

Cabe aqui declarar que Men de Sá, solicito em promover o desenvolvimento da Bahia, deu muitas sesmarias, pelo Reconcavo a individuos que as aproveitaram. Entre ellas citaremos a de duas leguas de terra, na entrada do Paraguassú a Fernão Rodrigues Castel Branco; a de outras duas leguas a Francisco Toscano; a de uma legua, acima da ilha dos Francezes, a Egas Moniz Barreto, natural da ilha da Madeira; a de meia legua a Paulo Dias, acima do rio de Sergipe do Conde, a de uma legua, defronte da ilha da Maré, a Sebastião Alvares. O nome de Sergipe do Conde teve origem em haver herdado o 3.º Conde de Linhares uma sesmaria, que ahi tivera o proprio Men de Sá (39).

A instancias de Men de Sá e dos habitantes do Brasil (40), resolvera afinal a côrte a mandar nova frota para colonizar o Rio de Janeiro, sendo primeiro reforçada pelos recursos que no Brasil mesmo se pudessem juntar. E para que tudo

---

(39) Uma filha de Men de Sá e D. Guiomar de Faria, sua mulher, filha de Affonso Annes de Andrade, desembargador do Paço, e Brites Maria de Faria, chamada Felippa, segundo Sousa, *Hist. Genealogica*, 3. 263, casou com D. Fernando de Noronha, conde de Linhares, e falleceu a 2 de Setembro de 1618. Do seu marido tomou o nome de Sergipe do Conde o engenho de Men de Sá, que depois veio a pertencer aos Jesuitas. Sobre sesmarias em geral, conf. Felisbello Freire, *Historia territorial do Brasil*, 1, passim, Rio, 1906. — (C.).

(40) Entre estes deve-se contar Nobrega, que escrevia a D. Henrique: «Parece muito necessario povoar o Rio de Janeiro e fazer-se nelle outra cidade como a da Bahia, porque com ella ficará tudo guardado, assim esta capitania de São Vicente como a do Espirito Santo, que agora estão bem fracas, e os Francezes lançados de todo fóra e os indios se poderam melhor sujeitar, e para isso mandar mais moradores que soldados, porque doutra maneira pode-se temer com razão se *redeat* [illegible] *mandar spiritus cum aliis septem nequioribus se, et sint novissima pejora prioribus*; porque a fortaleza que se desmanchou, como era de pedras e rocha, que custou: porque a fortaleza que se desmanchou, como era de pedras e rocha, que custou; com a pedra, facilmente se pode tornar a reedificar e fortalecer muito melhor». — Cartas, 175. — (C.).

se levasse á execução com o maior accordo possivel, confiára o cargo de capitão mór a Estacio de Sá, sobrinho do proprio governador (41). Chegada que foi á Bahia a frota, despachou-a immediatamente Men de Sá para o sul, com todo o auxilio que poude dispensar-lhe, e determinou que fosse nella o ouvidor Braz Fragoso, que acabava de regressar de Porto Seguro, afim de agenciar com os capitães do Espirito Santo e São Vicente que contribuissem quanto lhes fosse possivel para a empresa (42).

Estacio de Sá, em chegando á altura do Rio de Janeiro, com o reforço que conseguiu no Espirito Santo, e que foi de consideração, acompanhando-o até o proprio capitão-provedor Belchior de Azeredo e o valente temiminó Martim Affonso Arariy-boya, com todos os seus indios, entrou na enseada para ver se tentava fortuna, sem mais soccorros. Logo se apoderou (43), de uma nau franceza, cuja tripulação se passára para terra. Porém, vendo que os gentios disparavam frechas contra os bateis, quando se aproximavam das praias, e que devia preparar-se para grandes hostilidades, resolveu ir primeiro a São Vicente buscar maior numero de combatentes, incluindo já algumas cabildas de gentios das bandas de Ubatuba, no-

(41) Estacio de Sá veio provavelmente em 1557, em companhia de Men de Sá, com outros primos. A 22 de Novembro de 59 foi nomeado capitão da galé *Conceição*, com o ordenado mensal de 2$ e o mantimento de 600 réis. *Livro 1.º de Provim. sec. e eccl.*, 142 v. Tomou parte na primeira expedição ao Rio de Janeiro, talvez na galé de seu commando, e de São Vicente foi mandado ao reino no navio tomado aos Francezes pela galé *Estura*. Arribou á cidade do Salvador em 29 de Dezembro de 1560, levando a bordo João Cointa, senhor de Bolés, em cujo processo depois a 3 de Janeiro seguinte: *Annaes da Bibl. Nacional*, 25, 217, 219. Obteve uma sesmaria junto a de Francisco Toscano, a 26 de Abril de 1564, como se vê do *Livro 1.º de provisões*, 418 v. Se a data estiver certa, Estacio de Sá foi representado por algum procurador, caso aliás commum. Segundo Simão de Vasconcellos chegou á barra do Rio de Janeiro em Fevereiro de 1564, *Chronica*, 3, 58; o 6 de Fevereiro, accrescenta Silva Lisboa, nos seus *Annaes do Rio de Janeiro*, cap. 8.º, ms da Bibliotheca Nacional. Portanto, sua demora foi bem maior do que o autor suppõe quasi dois mezes. — (C.).

(42) «Por o gentio do Rio de Janeiro não ficar de todo pacifico, estando nesta Capitania mandei uma armada bem pequena para tornar ao Rio de Janeiro e por esta Capitania não estar de todo pacifica e não parecer ás pessoas da terra que a devia deixar, mandei Estacio de Sá meu sobrinho que vinha por capitão-mór, com Braz Fragoso, ouvidor geral, os quaes commetteram a fazer povoação á ida e não poderam. Depois tornou Estacio de Sá e fez uma villa e sustentou perto de dois annos com muita guerra e trabalhos sem outro soccorro algum mais que o de Deus e o que lhe eu mandava, sustentando-o sempre á minha custa e dando elle mesa a muitas pessoas». — *Instrumento*, 135. — (C.).

(43) Anchieta, carta de 9 de Junho de 1566. — (A.). — A primeira que lhe chegou foi a galé de Paulo Dias Adorno, em que tambem iam Duarte Martins Mourão e Belchior de Azevedo, depois chegou Braz Fragoso e outros, os quaes, entrando na nau, acharam muito pão, vinho e carne e assim a levaram para baixo, aonde ficava a capitanea *Santa Maria o Nova* e o galeão. — Frei Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil*, III, 10 [ed. de 1918, ps. 178]. — (C.).

vamente attrahidos por Anchieta (44). Foi por occasião de ficar Anchieta só e desarmado, como refem, entre estes indios, que, segundo elle diz, compoz um poema em latim á vida da Virgem, constante de perto de seis mil versos, onde termina com a seguinte dedicatoria: «Eis, mãe santissima, o Carmen que offereci em teu louvor, vendo-me cercado de inimigos, — quando, com a minha presença tranquillizava os Tamoios irritados, e desarmado ajustava pazes com armados Barbaros. Então tua bondade teve, com amor materno, cuidado em mim, e, á sombra de teu amparo, vivi seguro em corpo e alma». (XI). Sem duvida a semelhantes desterros e á necessidade, em que muitas vezes se viu, de entender os selvagens e ser delles entendido, deveu o conhecimento que adquiriu da lingua tupi, chegando a compor acerca della a primeira grammatica, que depois, em 1595, foi dada á luz em Coimbra, e que, se bem que laconica, modelada mais sobre o latim que sobre a indole da propria lingua tupi, e até um tanto obscura, foi a base sobre que depois trabalharam outros. Ao fazer-se Estacio de Sá de vela, encontrou os ventos tão ponteiros que teve que arribar ao mesmo Rio de Janeiro, afortunadamente para um bergantim que ali ancorára na noite anterior, trazendo a seu bordo o padre Nobrega, que julgava encontraria fundeado dentro o mesmo Estacio de Sá, e que houvera acaso sido capturado, sem essa arribada (XII). Logo seguiram todos para o porto de Santos, a buscar reforços.

Pela segunda vez a capitania de S. Vicente se prestou, talvez mais do que lhe permittiam suas forças, para o bem de todos, — para o Brasil não ser dilacerado. Todas as canoas em estado de se armarem em guerra, quanto mantimento se poude juntar, para dois ou tres mezes de sustento aos trezentos homens da expedição (Anchieta, carta de 9 de Junho de 1565), retendo só o indispensavel para não morrerem de fome os que ficavam guardando a terra, quanta gente, emfim, podia combater, casados e solteiros, anciãos e ado-

(44) Anchieta acompanhou Nobrega para Iperoig, cervanias de Ubatuba, em Abril de 63; a 21 de Junho retirou-se este para São Vicente e Anchieta ficou só entre os indios até o dia da Exaltação da Santa Cruz, 14 de Setembro. E' muito digna de leitura sua longa carta de 8 de Janeiro de 1565, narrando taes successos. Entretanto, não entraram os indios de Ubatuba na expedição contra os parentes. Entretanto, não entraram os indios de Piratininga vieram poucos: vieram, porém, indios de ter do Rio; dos Tupiniquins de Piratininga vieram poucos: vieram, porém, indios de Cananéa, aonde os foram buscar Jorge Ferreira e Paulo Dias. — Frei Vicente do Salvador, fl. [ps. 179, da ed. de 1918]. — (C.).

lescentes, muitos escravos de Guiné, e até os indios em quem depositavam maior confiança, — tudo esta capitania, sem excepção da nova colonia de Piratininga, tão exposta ás aggressões do gentio do sertão, — tudo sacrificou a boa gente para o bem da nova patria commum. Qual phenix que succumbe por dar vida á sua prole, assim a colonia mais antiga do Brasil se exhaure agora de forças e não cura mesquinhamente se isso prejudicará ao seu futuro desenvolvimento, e concorre quanto pode a dar existencia a um emporio mais poderoso.

E aqui nos cumpre notar que os esforços simultaneos que ora faziam, não só esta, como outras capitanias, contra o inimigo commum, — eram novos elementos que iam estreitar, pelos laços do coração, a futura união brasileira, que os Hollandezes contribuiram depois a fazer apertar muito; e a Deus praza que para todo o sempre, afim de que esta nação possa continuar a ser a primeira deste grande continente antartico, e algum dia se chegue a contar entre as mais consideradas no universo, o que sem muita união nunca poderá succeder.

NOTAS DA SECÇÃO XVIII

I

(Pag. 380)

« Por me não deixar os moradores ir eu em pessoa, mandei a Fernão de Sá, meu filho, com seis velas e perto de duzentos homens, e em chegando a capitania do Espirito Santo entrou por conselho dos que consigo levava pelo rio Cricaree, e foi dar em tres fortalezas muito fortes que se chamavam Mararique, donde o gentio fazia e tinha feito muito dano, e mortos muitos christãos, as quaes rendeu com morte de muito gentio, e elle morreu ali pelejando. Dahi partiu a armada para a villa donde estava Vasco Fernandes, mas já descercado, e o gentio com a nova da estroição das fortalezas se recolheram a uma fortaleza em que tinham grande confiança, e Baltesar de Sá, meu sobrinho, com os mais da armada a combateram e mataram os mais que nella estavam, o que foi causa de pedirem paz e se someteram a toda obediencia. » — *Instrumento*, 132-133.

A morte de Fernão de Sá foi antes de 30 de Abril de 1558, pois a ella já se refere o jesuita Blasques em carta desta data. Alguns pormenores interessantes dá Frei Vicente do Salvador, *Historia*, III, 7 (ps. 157-158, da ed. de 1918):

A expedição constava de cinco embarcações; Fernão de Sá commandava na galé *S. Simão;* os outros capitães eram Diogo Moriz, o velho, e Paulo Dias Adorno. Entraram no Cricaré além do filho do governador, Diogo Alvares e Gaspar Barbosa em seus caravelões, e depois de quatro dias de navegação desembarcaram, derrotando os Indios no primeiro encontro. Repellidos, porém, os nossos voltaram desordenadamente para bordo e Fernão de Sá, que ficára na retaguarda com seu alferes João Monge, foi morto a flechadas. Os outros foram a Espirito Santo e dahi a S. Vicente. Na volta o governador, sabendo como tinham deixado o filho, não os quiz vêr. E quando elles não tiveram esta culpa, observa Frei Vicente, nem por isso a devemos dar ao pae em fazer extremos pela morte de tal filho. Diogo de Moura do texto é provavelmente o Diogo Moriz de Frei Vicente. — (C.)

II

(Pag. 380)

São estas as informações, ou apontamentos que trouxe a gente do Espirito Santo, referidos na nota 10 desta secção:

« O que sei pela informação que... os linguas que fallão com os negros que vem dantre os franceses é o seguinte:

«Dizem que os francezes fizerão uma fortaleza de madeira na lagea que está no meio do rio e que por lhe cair tem já muita pedra junta na lagea para fazerem uma fortaleza de pedra e cal onde está e consiste toda a fortaleza do Rio de Janeiro e da terra toda.

«Na enceada da Carioca que está da lagea para dentro hum tiro de berço onde desembarcão junto de uma aguada está uma casa com artilharia e dizem ser fortaleza.

«Que estavão duas náos grandes no Rio e tem tres galés fora outros navios mais pequenos e que serão perto de outo centos homens de peleja.

«Que na Ilha de Seregipe que está sobre a enceada da Carioca está outra fortaleza com muitas casas outras a qual corresponde á lagea que está no meio do Rio por onde entrão as náos e navios dentro no Rio de Janeiro e bem assim corresponde esta fortaleza e povoação desta ilha á fortaleza da Carioca e ao desembarcadouro e aguada que está junto da enceada da Carioca.

«Da ilha de Seregipe por adentro onde o Gato tinha seu assento dizem que os francezes fizerão uma povoação em que tem outra fortaleza e que d'esta povoação correm ao certão e á Paraiba donde vem carregados «de terra» a levão ás náos em muita quantidade e dizem que os francezes folgão muito com ella . . . . . confina outro rio donde . . . . . pouca agoa humas conchas . . . . . recentes e que trabalhão e folgão . . . . . muito com ella quaes os negros posto que sejão . . . . . nossas deixão de trazer ao pescoço pelas não poderem . . . . de . . . . . e neste rio de conchas, pedras ouvi . . . . . muitas vezes fallar a João Ramalho que era verdade que he um homem dos muito antigos na terra e boa lingua.

«Dizem mais que os francezes tem muitas mulheres que lhe vem de França e que correm tanto ja por dentro da terra e pelo rio da paraiba que se mete antre elles e o Campo de São Vicente onde estão os padres de Jezus e João Ramalho por fronteiro com uma aldea dos nossos indios que é jornada de dous dias assim por este rio... em que se achão espias e rastos dos contrarios nossos e amigos dos francezes.

«Os moradores da Capitania de São Vicente estão muito espalhados: para serem mais fortes se devião de ajuntar em duas povoações, as que parecem mais necessarias, não tem armas, artilheria, béstas, espingardas, polvora, devia se de prover a isto.» — (G.).

III

(Pag. 384)

«Neste tempo veio recado ao governador como o gentio topenequim da capitania dos Ilhéus se alevantara e tinha mortos muitos christãos e destroidos e queimados todos os engenhos d'assucares e os moradores estavam cercados e não comiam sinão laranjas. E logo o puz em conselho e posto que muitos eram que não fosse por não ter poder para lhe resistir nem o poder do emperador, fui com ponca gente que me seguiu, e na noite que entrei nos Ilhéus fui a pé dar em uma aldeia que estava a sete leguas da villa, em um alto pegueno, todo cercado d'agua ao redor de alagoas e as passamos com muito trabalho. E antes manhã duas horas dei n'aldeia e a destroí e matei todos os que quizeram

resistir, e á vinda vim queimando e destroindo todas as aldeias que ficaram atraz, e por se o gentio ajuntar e me vir seguindo ao longo da praia, lhe fiz algumas citadas, onde os cerquei e lhes foi forçado deitarem-se a nado ao mar costa brava. Mandei outros indios traz elles e gente solta que os seguiram perto de duas leguas e la no mar pelejaram de maneira que nenhum topenequim ficou vivo, e todos os trouxeram a terra e os pozeram ao longo da praia por ordem que tomavam os corpos perto de uma legua. Fiz outras muitas sahidas em que destroi muitas aldeias fortes e pelejei com elles outras vezes, em que foram muitos mortos e feridos, e já não ousavam estar se não pelos montes e brenhas aonde matavam os cães e gallos, e constrangidos da necessidade vieram a pedir misericordia e lhes dei pazes com condição que haviam de ser vassallos de Sua Alteza e pagar tributo e tornar a fazer os engenhos. Todo aceitaram e fizeram e ficou a terra pacifica em espaço de trinta dias onde fui a minha custa, dando mesa a toda pessoa honrada, o tão boa como é notorio.» — *Instrumento*, 133.

A guerra dos Ilhéus já estava terminada a 10 de Setembro de 1559, data de uma carta de Antonio Blasques, publicada na *Revista do Instituto Historico* (49, parte 1.ª). — (C.)

IV

(Pag. 385)

«Determinei de ir em pessoa por mo Sua Alteza mandar e fui com mui pequena armada e pouca gente ao menos do Reino que não trazia mais que gente do mar, e no meio do dia combati contra vontade dos da armada do Reino e do seu capitão-mór e dos mais capitães a fortaleza por todas as partes que como ella estava situada em um pico alto no meio da bahia as podiam as naus e navios cercar. E posto que nos defendeu a entrada com muitos tiros d'artilharia grossa que tinha, sahi em terra e combatemos as duas fortalezas que na ilhota estavam feitas, estando com mais de 120 francezes e 1.500 indios, os quaes duas vezes sahiram a nós e pelejaram esforçadamente e por morrerem muitos francezes e lhe termos tomado uma fortaleza e não cessarmos de combater a outra, se sahiram de noite em canoas e nos deixaram uma das mais fortes fortalezas da Christandade, com muita e formosa artilharia de metal e outra muita de ferro coado, com muita polvora e outras muitas munições, e navios de remos que faziam para correr a costa. O que sobre isso passei com o Capitão-mór e o muito que lhe soffri por não deixar de combater a fortaleza, dirão as testemunhas. Destroi algumas aldeias fortes com matar muitos indios. Dahi fui a São Vicente, onde o gentio estava alevantado e o puz em paz, e todo esse tempo que la andei que foi um anno dei mesa e todo o necessario ás pessoas que disso tinham necessidade.» — *Instrumento*, 134-135. — Bartholomeu de Vasconcellos chegou á Bahia a 30 de Novembro de 1559. Men de Sá partiu de lá a 16 de Janeiro de 1560 e chegou ao Rio em 21 de Fevereiro. — Nobrega, *Cartas*, 171. — (C.)

V

(Pag. 385)

A carta da Camara de São Paulo de Piratininga, a 20 de Maio de 1561, referida na nota 14 desta secção, é a seguinte:

«Señora. — Sabendo nós os da Camara e mays moradores desta Vila de Sam paulo de pyratininga capytanya de Sam Vicente ho zelo E desejos tam samtos de V. A. de povoar esta terra E prantar nela bôa semente da fee de noso Sr. Jesu xpo nos corações do gemtio de seu criador tam alomgados E quamta vomtade tem de favorecer os sãos propositos, tomamos ousadia ha lhe escrever esta E darlho comta brevemente do que hagora se pasa na tera E a Rezão que temos de lhe pydir socorro E mercés. Saberá V. A. como ha muitos Annos que a gente desta capytanya está muy atrebulada por Cauza das gueras E apresoens que lhe dam os contrayros nosos Vysynhos E fronteyros, E pelo prygo de se alevantarem os nosos Indios, o que muitas vezes tentarão E tentão cada dia matando cada dia Christãos, e fazendo cada dia muitos males o que tudo he porque desde o tempo que com eles temos guera que he pouquo menos des que se esta capytanya povoou não deyxão de vyr ha nós E tem morto muytos Christãos E levado suas molheres E filhos E muytos escravos E achegou agora ha tamto que por todas as partes vinhão a nós E abryo caminhos novos por seras E matos bravyos que numqua se maginou, ha vyrem ás povoaçõys E fazendas de todos os moradores donde tomavão seus escravos E quamtos achavão, polo mar tambem vyerão a esperar os pescadores e tomavão muitos de maneyra que por mar, e por tera punhão cerqo e fazião muito male ha que os moradores do mar não fazião mayes que defenderse E suas povoaçõys e esperarlos se a elas vyecem sin numqua ousarem os byr acometer e castigar ás suas aldeas por lhes aver sucydydo male hua guera que ha muitos annos fizerão omde os contrayos matárão a muytos christãos e os principays da tera somente, usavão mandar fazer saltos não he este so ho male que padeçe esta capytania, porque alem deste o outro, não menos que he o prygo de se alevantarem estes nossos Indios ho que muitas vezes tentarão matando muytos Christãos e fazendolhe muitas vexaçõyes, e ha poucos dias que matarão muitos Christãos que vinhão do paraguay neste Campo, e depoys vierão sobre hũa povoação de christãos que se chama Itanhem e levarão alguns escravos e fazião mayor male se outros Indios nosos amyguos lho não estrovacão, tudo isto se dissimula por não estar em guera com tantos.

«Este anno pasado de 1560 veo a esta capitania men de Sa guovernador geral E sabendo o estado da tera mandou de conselho de todos apregoar guera ha os contrayos E mandou apelydar todos os Indios nosos hamigos para o ajudarem, fazendo comta que castigando os contrayos avyryão os nossos Indios tam bem medo E parecendolhe fazelo de caminho quamdo se tornase, mas hos Indios não vyerão atempo nem oure aparelho nem vagar para o poder fazer mas deixou mandado que vindo os Indios fosem alguns Chrystãos ajudalos á guera E asy mandou que a Vyla de Samto amdre omde amtes estavamos se pasace para junto da Casa de Sam paulo que he dos padres do Jesu por que nós todos lho pedimos por hũa pytição asy por ser lugar mays forte E mays defensavell E mays

seguro asy dos comtrarios como dos nosos Indios como por outras muytas causas que a ele he ha nós moverão.

«despoyes dele partido se ajumtarão muytos Indios do Campo dos nosos amygos que vynhão para yrem á guera dos contrayros com os Christãos, os quayes estavão ja tão fóra diso, que não ouve da gemte do mar que povoa á Vila de Samtos e de Sam Vicente e em toda mayes que pode ser, mais de trezemtos homens para poderem pelejar que quizecem Ir com eles, somente alguns mamcebos filhos da tera, do que os nosos Indios muyto se escamdalizarão e começarão a falar mal comtra os christãos q. de tam lomge os fazião vyr e aguora fazião escarnio deles, temdo os Christãos em comta de fraquos e medrosos por não resistirem aos comtrairos de quem tamto mall recebyão, e ameaçando males que avião de fazer se com eles não fusem a guera. E vendo nós os moradores desta Vylà que todos estes males prymcipall mente toquarão a nos por que somos fromteyros destes nossos Indios e tambem dos comtrayros qua polo campo, nos detrymynamos a Ir todos a guera não chegando a imda a trymta homens bramquos, E com nosquo yryão outros trymta mamçebos mestiços da tera, E asy comfesados e comumgados e muy comfiados em noso Senhor nós fomos em companhia dos Indios e Já a este tempo os comtrayros sabião da nosa Ida por escravos de Christãos quo avião tomado e se avião feyto tão fortes que he couza de espanto e se avião ajumtado na fromteyra a mais escolhyda gente que avya porque tinhão muytas casas fortes com quatro cerquas muyto fortes ao redor á maneira de muros como se forão bramquos, e jumto com isto muitos arcabuzes he polvora E espadas que lhe dão os francezes. Mas noso Senhor por sua myzyricordia nos deu Vytorya e as cerquas forão emtradas e lles todos mortos e presos sem escapar mayes que hum só que pôde fugir, mas custounos mataremnos dous bôos moradores, he hum dos mamçebos da tera, E quase todos vyemos ferydos e afrechados, E dos nosos Indyos alguns mortos do quall feito asy comtrarios como os nosos Indyos fiquarão muito espamtados, esperamos em noso Senhor que seja isto primeypio para se esta tera se segurar he ho gomtio se sogeytar, pera que salvem suas almas, he poyes esta so Vila foy cauza de a tera se ganhar e lybertar em alguma maneyra, he rezão que V. A. favoreça esta Vila, com digo e os bôos dezejos dos moradores dela e nos faça mercê, e comfiando no anymo lyberall e magnifiquo de V. A. pedimos o seguynte, prymeyramente nos faça mercê de nos mandar prover de armas — sendo — duas duzias de espymgardas, he hũa duzia de béstas, E dous pares de berços com a polvora necessaria, E outro sy duas duzias de espadas que sejão boas. E estas armas serão emtregues a esta Camara por que ella dará comta delas ao provedor de V. A. a todo tempo.

«pedymos mayes que faça V. A. mercê que os dizimos que aguora remde esta Vila se gastem por dez annos em fortalecer esta Vila de cerquas e baluartes he o que mayes for necessario.

«E outro sy mande que os degradados que não sejão ladrõys sejão trazidos a esta Vila para aJudarem a povoar, por que haquy muitas molheres da tera mystyças com quem cazarão e povoarão a tera. Outro sy confyrme V. A. a mudação E frespação da Vila que fez mem de Saa com todos os mayes capytolos E lyberdades que lhe deu dos quays mamdamos hum trelado a V. A. E nós rogaremos sempre a deus noso Senhor por Vida

he prospero estado de V. A. em Servyço de noso Senhor, desta Vila de Sam paulo de pyratynyngua, oje vinte dias do mes de mayo de 1561 Annos. — — Jorge moreira. — Joanes alves.» — (G.)

VI

(Pag. 386)

Men de Sá, em officio de São Vicente, de 19 de Junho, diz que «negociára» com a guarnição. Thevet, *Cosmog.*, fl. 903 v., diz que se entregára esta «par composition»; e accrescenta, que só havia no forte dez Francezes: mas sua autoridade é dada por suspeita pelos proprios contemporaneos. Tambem cas em dizer que a esquadra de Men de Sá se compunha de «26 navires de guerre et quelques vaisseaux à rames», fl. 903 v. — (A.)

Não houve capitulação, como já deixou provado Valle Cabral, na edição das *Cartas* de Nobrega, 174. A affirmação contraria, como elle demonstrou, provém do erro de um dos editores da carta de Men de Sá, que em vez de — *ao tempo em que cheguei*, imprimiu — *ao tempo em que negociei*. Men de Sá diz que escreveu aos Francezes, amoestando-os a deixarem a terra e estes lhe responderam soberbamente. Fr. Vicente, *Historia*, III, 8 [ps. 170 da ed. de 1918], dá a carta de Men de Sá ao sobrinho de Villegaignon, que commandava a praça, Bois-le-Comte, intimando-o a entrega-la. Conta o velho chronista que, «estando nos e outros mettidos no furor do combate, Miguel Coutinho, homem pardo, Affonso Martins Diabo e outros valentes soldados portuguezes, subindo por uma parte que parecia inaccessivel, entraram o castello e occuparam repentinamente a polvora do inimigo. Descoroçoados os Francezes com a perda da polvora e com o inopinado atrevimento dos Portuguezes, desampararam o castello á meia noite com todas as machinas de guerra que nelle havia», etc. [*ib.*, 171]. Estes factos não constam das cartas de Men de Sá, nem das de Nobrega, nem do *Instrumento*, já tantas vezes citado; isto, porém, não é motivo de po-los em duvida, pois Fr. Vicente parece sobre este e outros pontos ter disposto de fontes originaes. — (C.).

VII

(Pag. 386)

Veja a carta transcripta na nota V desta secção. — Sobre a ida de Men de Sá a S. Vicente escreve Nobrega: «Depois de tomada a fortaleza, deu o governador em uma aldeia de indios e matou muitos, e não poude fazer mais por que tinha necessidade de concertar os navios, que das bombardas ficaram mal aviados, e faze-los prestes para se tornarem, o que veio fazer nesta capitania de São Vicente, onde eu fico por assim o ordenar a obediencia: o que mais houver para escrever, o Provincial, que é agora o padre Luis da Gran, o fará da Bahia.» De seu mestre Nobrega escrevia Anchieta na mesma occasião: «Com o governador veio o Padre Manuel da Nobrega muito doente e magro, com os pés e cara inchada, pernas cheias de apostemas e com outras muitas enfermidades» — Nobrega, *Cartas*, 175. — (C.).

Conf. *Trabalhos dos Primeiros Jesuitas no Brasil*, in *Revista do Instituto Historico*, 57, parte 1.ª, pp. 216-217. — (G.)

VIII

(Pag. 387)

A renuncia de Vasco Fernandes já estava feita quando Men de Sá passou para o Sul, como se vê do seguinte trecho de sua carta escripta do Rio de Janeiro, a 31 de Março de 1560, a qual dá uma idéa do estado das diversas capitanias visitadas: «...lhe lembrava o quão necessario era pôr nestas capitanias capitães honrados e de bôa consciencia. Agora o si quando corria a costa: Porto seguro está para se despovoar por causa do Capitão; os Ilhéus se lhe não acudira houvera-se dá perder, houverão de matar o Capitão; no Espirito Santo estão tres filhos de Vasco Fernandes Coutinho, moços sem barba e todos são capitães; os de São Vicente estão quasi alevantados; se Vossa Alteza quer ter o Brasil povoado é necessario ter outra ordem nos capitães; como já escrevi. Em chegando á capitania do Espirito Santo achei uma carta do Vasco Fernandes Coutinho em que rogava ao Ouvidor da Capitania que em seu nome renunciasse a Capitania e lhe mandava para isso procuração bastante: os moradores estavam já todos para se ir, e quando isto souberam se foram os mais com as mulheres e meninos pedindo que a tomasse para Vossa Alteza; assi fiz, como Vossa Alteza pode mandar ver por um auto que disso fiz com o parecer dos capitães até o fazer saber a Vossa Alteza.» — Conf. Nobrega, *Cartas*, 171: «...onde (Espirito Santo) achou-se uma pouca de gente em grande perigo de serem comidos dos indios e tomados dos Francezes, os quaes todos pediram que ou tomassem a terra por el-rei ou os levasse dali por não poderem jamais sustentar, e o mesmo requeria Vasco Fernandes Coutinho por suas cartas ao governador. Depois de tomado sobre isto conselho aceitou, dando esperanças que da tornada a fortaleceria no que podesse, por não ter tempo para mais, e por não se estorvar no negocio a que vinha do Rio de Janeiro».

Já a 1 de Junho de 1558 Men de Sá escrevia a el-rei: «Vasco Fernandes vai lá e tão cançado e enfadado que não deseja se não que lhe tomem a capitania». — *Historia Geral* [1.ª ed.], 1, 463. — (C.). — As cartas de 1 de Junho de 1558 e de 31 de Março de 1560 estão insertas nos *Documentos relativos a Men de Sá*, in *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 27, 225-229, Rio, 1905. — (G.)

IX

(Pag. 393)

Sobre a entrada de Antonio Ribeiro não encontra documento o primeiro annotador deste livro; a expedição conhecida de Adorno realizou-se no governo de Luis de Brito, o que aliás não é obstaculo a que outra houvesse anteriormente; sobre a de Vasco Rodrigues de Caldas exprime-se do seguinte modo o jesuita Leonardo do Valle, em carta de 29 de Junho de 1562: «O anno passado se fez uma entrada com alvoradas ou esperanças que havia de ouro, em que ia um dos honrados da terra por capitão de certos homens, assi da mesma terra como da nau da India *São Paulo*, que aqui veio, e se deixaram ficar pera isso. E sendo já

60 ou 70 leguas pelo sertão a dentro por entre um gentio que chamaram Topignaen (Tupinaen, ou Tupiniquim, nota do editor) se alevantou o gentio contra elles polos ver estranhos e tão longe de suas terras. E como elles iam descuidados e foram commettidos de supito, entre matos e caminhos tão estreitos que se não podiam ajudar das armas, por ir um ante outro, viram-se em grandissimo aperto, de que Nosso Senhor os livrou, e foi-lhes forçado deixar toda a fazenda e munições que levavam, deixando sómente o necessario pera desandar o caminho, pera que os escravos e os indios forros que de ca levavam tornassem os feridos ás costas e os sãos pelejassem mais desembaraçadamente. E assi pelejando e capteando muitos dos contrarios, sahiram do entre elles caminhando de dia e de noite, sem da gente branca faltar mais que dois homens, que nos primeiros encontros foram mortos, e o outro fato. Ficou lá um crucifixo em uma caixa, do qual se disse dahi a pouco tempo que foram umas velhas pera o tirar da caixa pera os seus lhe quebrarem a cabeça a seu modo, e supitamente cahiram mortas, e irando-se alguns mancebos valentes disto, tomaram seus arcos e flechas pera as flechadas o matarem e querendo-o pôr por obra aconteceu lhes o mesmo que as outras... Havendo alguns dois mezes pouco mais ou menos que isto acontecera se foi o proprio capitão que fôra a Paraguassu a fazer brasil e tinha alguns escravos daquella nação presos e um mancebo mamaluco que os guardava, os quaes se soltaram das prisões e fugiram pera suas terras, e nem elles nem o mancebo pareceu mais, pelo que se creu que o mataram por fugirem. E havendo perto de um anno que aconteceu, vieram agora haverá oito dias novas que o crucifixo estava são e o mancebo vivo e que vinha um certo indio com novas e amostras de ouro». A expedição de Vasco Rodrigues de Caldas realizou-se de 24 de Dez. de 1560, data da carta de mercês que lhe fez Men de Sá. A ella parece referir-se a carta de Grillen de 12 de Março seguinte, infelizmente *muito* mutilada! Neste caso teria durado cerca de dois mezes apenas. — (C.) — Vasco Rodrigues de Caldas fôra vereador na Bahia. A bandeira que custeou, a troco das mesmas mercês concedidas a Espinhosa por Thomé de Sousa e confirmadas por D. Duarte da Costa, e em que teve cem companheiros, encaminhou-se pelo valle do Paraguassú acima e attingiu, em hypothese justificada á Chapada-Diamantina. Estudaram-na: Capistrano de Abreu, *Os primeiros descobridores de Minas*, *in Rev. do Arch. Publ. Mineiro*, 6, ps. 365-379, Bello-Horizonte, 1901-1902; J. P. Calogeras, *As Minas do Brasil e sua Legislação*, 1, ps. 23-24, Rio, 1904; Basilio de Magalhães, *Expansão geographica do Brasil até fins do seculo XVII*, ps. 21, Rio, 1915; e Affonso d'E. Taunay, *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, 1, ps. 54, São Paulo, 1924. — (G.)

X

(Pag. 393)

Em carta da Camara do Salvador, de 21 de Julho de 1562, assignada por Gaspar de Barros Magalhães e Sebastião Alvares, publicada nos *Documentos relativos a Men de Sá*, nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 27, 241, lê-se o seguinte:

1

«Item: agora pedimos a V. A. faça mercê aos moradores destas partes mandar-lhe e mandar-nos governador homem fidalgo virtuoso e que não seja cubiçoso, e será por nos fazer maior mercê que não possa na terra resgatar se não mantimentos para sua casa, porque se não vem com esta condição somos perdidos como estamos, porque tomaram todos os resgates do ambar e escravos, e para aquirirem assim tudo não pode ser senão com muitas sem justiças e dissoluções sendo cubiçosos e o povo receberá molestias e perde o proveito que ganhou á custa de seu sangue e trabalho, ganhando e contentando a terra e que ha de morrer por ella cada vez que cumprir, e pareceria justiça e razão haverem os moradores este proveito que não quem o não ganhar e merecer, e que a mãos lavadas leve o suor de quem o ganhou.»

Pede mais a camara que sejam pagos no reino os ordenados de Governador-Ouvidor, a quem são sacrificados os officiaes inferiores, e termina:

«E nos mande Governador e Ouvidor mais domesticos e misericordiosos, e que seus intentos sejam servir a Deus e a Vossa Alteza, e liberlar suas consciencias e não cobiças e resgates.»

Provavelmente, não mereceram maior confiança que estas as queixas formuladas contra D. Duarte e D. Alvaro da Costa. — (C.)

XI

(Pag. 395)

«Aqui fez promessa á Senhora de compôr a sua vida em verso, escreve Simão de Vasconcellos, *Chronica da Companhia de Jesus*, 3, 22. Mas como cantaria versos de Sião em terra alheia? A tudo deu traços o amor da Senhora. Saía-se á praia do mar, e ali junto ao brando murmurar das aguas, passeando os olhos no céu, compunha os versos, e logo virando-os a praia, fazia della branco papel, em que os escrevia para melhor mettê-los na memoria.» — Pero Rodrigues, *Vida de Anchieta*, in *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 29, 208, conta mais plausivelmente o modo como o padre compunha os seus versos.

O poema do Anchieta foi impresso duas vezes por Simão de Vasconcellos, na *Chronica* e na *Vida* de Anchieta, e reimpresso na edição portugueza da *Chronica*, publicada por Innocencio Francisco da Silva, em 1865. A dedicatoria contém os seguintes versos [em parte traduzidos no texto]:

En tibi quæ vovi, Mater sanctissima, quondam
Carmina, cum sævo cingerer hoste latus.
Dum mea Tamuyas præsentia mitigat hostes,
Tractoque tranquillum, pacis inermis opus.
Hic tua materno me gratia fovit amore,
Te corpus totum mensaque regente fuit.
Sæpius optavi, Domino inspirante, dolores
Duraque cum sævo funere vincla pati.
At sunt passa tamen meritam mea vota repulsam,
Scilicet Heroas gloria tanta decet.

A arte de Anchieta já estava composta em 1560, segundo carta do jesuita João de Mello, de 13 de Setembro do mesmo anno. «Logo que o Padre (Luis da Grã) aqui chegou ordenou que em casa se lesse a arte da lingua brasilica que compoz o irmão José; o mesmo Padre é o mestre e está tão exercitado e instruido nella que leva vantagem nas cousas da arte as mesmas linguas. Desta lição nem reitor nem pregador nem uma outra pessoa é isenta. Vai a cousa tão deveras que ha quem diga que dentro de um anno se obriga, desoccupado, falar a lingua; nem eu com ser dos mais inhabeis perco a esperança de sabe-la.» — (C.)

XII

(Pag. 395:

Estacio de Sá, apenas chegou ao Rio, mandou um navio pequeno a São Vicente chamar Nobrega para com seu conselho se assentar o que havia de fazer. Nobrega, trazendo Anchieta, partiu a 19 de Março e chegou ao Rio a 31, sexta-feira santa, á meia-noite. A esquadra de Estacio de Sá, que sahira dois dias antes, voltou, obrigada pelo tempo, no sabbado de Alleluia. No dia seguinte, domingo de Paschoa, foi celebrada missa solemne na ilha de Villegaignon: Carta de Anchieta, de 8 de Janeiro de 65, que assim descreve o estado da ilha: «mandando logo a terra, a uma ilheta que foi dos Francezes, acharam todas as casas, onde os nossos pousavam, queimadas, e alguns corpos dos escravos que ali tinham morrido de sua doença desenterrados, as cabeças quebradas, o que haviam feito os inimigos, porque não se contentam de matar os vivos; mas tambem desenterram os mortos e lhes quebram as cabeças para maior vingança e tomar novo nome.» — Estes cadaveres desenterrados e de cabeças partidas eram evidentemente de companheiros de Estacio de Sá, que resistiu quasi dois mezes antes de se decidir a procurar São Vicente. — *Annaes da Bibl. Nacional*, 2, 119, Rio, 1877. — (C.)

SECÇÃO XIX

NOVA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO. OS INDIOS E OS JESUITAS

Descripção do porto. Prodigios: o Pão d'Assucar e o Pico. A Gavea. O Corcovado. Rio Maracá. Ilhas da enseada. O Cabo-Frio. O gigante. Cidade primitiva. Como se defende. São Sebastião. Armas. Novas pelejas. Partem os navios. Governo civil da colonia. O jogo. Confraria de São Sebastião. Chega Men de Sá com reforços. Estancias inimigas. Ataques e victorias. Morre Estacio de Sá. Seu elogio. Transfere-se a cidade para o morro do Castello. Parte Men de Sá. Salvador Corrêa e Christovão de Barros. A liberdade dos indios e os Jesuitas. Elogio destes. Queixa-se o povo de serem os indios servos dos Jesuitas. Nova carta régia em favor dos indios. Providencias tomadas em virtude daquella liberdade.

Reforçada a expedição colonizadora do Rio de Janeiro, depois que já velejavam os barcos menores e vogavam oito canoas, levou ferro a nau capitanea, e era o vento tão galerno e de feição que no mesmo dia chegou ella á ilha de São Sebastião, onde só vinte e quatro horas depois vieram ter os barcos pequenos e as canoas (1). D'ahi por diante deviam proseguir com mais cuidado, pois já se achavam em terras, cujo gentio era contrario. A principio seguiram todos unidos; porém, logo desarvorou a capitanea, e abandonando os que comboiava, foi arribar á Ilha-Grande. Os barcos pequenos e as canoas seguiram seu rumo ao longo da costa, e foram espera-la á entrada do Rio de Janeiro. — Cançados de aguardar, e faltos já de mantimentos e de agua, estavam a ponto de verem-se os nossos abandonados dos indios amigos, que se propunham a entrar na enseada ou a irem-se para suas terras, quando chegou a capitanea, como logo depois o reforço de mantimentos que trazia das villas do norte um João de Andrade, a tempo mandado de São Vicente pelo capitão-mór. Assim, todos juntos, em fim de Fevereiro (carta de Anchieta, de 9 de Julho de 1565), entraram na mesma maré pela barra da enseada que iam avassalar.

E agora que o theatro de nossas emoções se transfere a esta paragem, convém que o leitor a tenha presente, para o que nos esforçaremos por lhe transmittir uma leve idéa das scenas em cuja descripção quasi imaginamos que todas as palavras se nos desbotam.

E' o porto que por um notavel engano cosmographico, se ficou chamando Rio de Janeiro, e que melhor diriamos Bahia de Janeiro, um verdadeiro seio do mar, que, sem exaggeração, podia conter em si todos os navios, que hoje em dia cruzam os oceanos, ou fundeam em seus ancoradouros. — E' mais que uma enseada ou simples lagamar: é um grande golfo, ou antes um pequeno mar mediterraneo, que, por um pequeno estreito, de oitocentas e cincoenta braças (1) de largura, se communica com o Atlantico; é um prodigio da natureza, tal que, aos mesmos que o estão admirando, lhes está parecendo fabuloso.

Não ha viajante antigo ou moderno que não se extasie ante uma tal maravilha do Creador. Os que tem corrido os emporios do Oriente, visto as scenas do Bosforo, todos são unanimes em reconhecer que esses considerados portentos da hydrographia, ficam a perder de vista, quando se comparam ao que ora temos presente. Semelha-se antes em ponto maior a um dos lagos do Salzkammergut, ou ainda da Suissa ou da Lombardia, com aguas salgadas em vez de doces, e com verdura variegada em vez de neve, nos mais altos serros que se descobrem ao longe. Napoles, com a sua pintoresca bahia e os visos fumegantes do seu Vesuvio e a Soma, nada tem de comparavel ao nosso porto-prodigio.

As serras azuladas pela distancia, em que os pincaros alcantilados e nus parecem encarapitar-se a desafiar as nuvens, abarreirando contra ellas dos furacões o porto por esse lado, fazem contraste com os outeiros de terra avermelhada, em cujas cimas, coroadas de palmeiras, ondeam estas os ramos com a viração da tarde. Os morros graniticos, a logares des-

(1) A sua estreita entrada tem apenas um e meio kilometro de largura, e esta ainda se divide em duas partes desiguaes, das quaes a maior, de 900 metros, entre a Lage e Santa Cruz, é a unica praticavel por sua grande profundidade e segurança, ao passo que a outra, entre a Lage e São João, é perigosissima á navegação, por causa dos recifes e forte arrebentação que ahi ha constantemente. — Fausto de Souza, *A bahia do Rio de Janeiro*, 12. — Esta monographia, primeiro publicada na *Revista do Instituto Historico*, 41. parte 2.ª, 5-155 e 269-310, teve mais duas edições separadas, infelizmente, está esgotada. — (C.).

carnados, de fórma mais ou menos regularmente conica, que atalaiam toda a bahia, contrastam igualmente com as varzeas e encostas vestidas de vigorosa vegetação perenne, cuja bella monotonia elles estão nem que collocados ali para quebrar. Entre esses morros, dois acham-se como de sentinella, para registrar a entrada da barra. Chamam-se em virtude das suas fórmas o *Pão de Assucar* e o *Pico*. Mais para o sul fica a *Gavea*, que parece ter no cimo um taboleiro como as dos cestos da gavia dos mastros, nos antigos navios. Outro morro diriels postado como para offerecer de seu cimo um ponto quasi no firmamento, donde o homem fosse absorto admirar o conjunto de tantos prodigios. Por estar como vergado, nem que a fim de permittir mais facil subida, lhe chamaram o *Corcovado*, denominação esta que, além da falta de caridade da parte de quem a deu, envolve uma especie de ingratidão dos que ora a seguem. E mau grado nosso lh'a applicamos tambem neste momento, em que, sobre o seu proprio cume (2), concebemos estas poucas linhas, tendo a nossos pés a cidade, e em torno della suas vistosas chacaras, e alcançando a vista ao longe o horizonte, onde o farolhão ao Cabo-Frio parece confundir-se com os plainos do Atlantico.

Do mais alto das serras, que se elevam para o interior, manam por entre morros e outeiros uma porção de riachos e ribeiros, muitos dos quaes, depois de precipitar-se de cachoeira em cachoeira, vão despejar suas aguas em saccos e remansos ou pequenas enseadas, que como para receber aquellas se encolhem deste grande seio, vindo a consentir que entre cada duas de taes enseadas se avance e boje caprichosamente uma esbelta peninsula, cujos airosos coqueiros se espelham nos dois mares, que, de cada lado, mandam ondas salgadas a chapinhar-lhe as faldas. O maior de taes ribeiros, isto é, o que traz sua origem de mais longe, e cae mais no fundo do golfo (ao qual roubaria o nome que tem se effectivamente elle fosse rio) chama-se do *Macacú*.

A configuração geral de um mappa deste porto do globo é, em ponto diminuto, a mesma que apresenta o Brasil todo (3);

(2) Effectivamente esta descripção foi primeiro traçada a lapis, no cimo do Corcovado, em Outubro de 1851. — (A.)

(3) «Com effeito, — escreve Fausto de Souza — quem quizer certificar-se de tão curiosa circumstancia, não tem mais do que tomar uma carta da bahia do Rio de Janeiro e um mappa geral do Brasil e applicar aquella sobre este, de maneira que a linha da margem occidental, isto é, a que vai do Pão de Assucar á foz do

e não faltarão fatalistas que em tal *fórma* vejam alguma mystificação. Infinidade de *ilhas* e *ilhotes* de todos tamanhos, desde entre estes o simples pedrouço ou escolho á flôr d'agua, até no numero daquellas, a que se espalma chegando a contar tres leguas de comprimento, e que contêm engenhos e chacaras, convertem esta bahia em um pequeno archipelago, cuja ilha maior, bem como a sua immediata em tamanho, chamada Paquetá, escondem-se lá no fundo do seio. A communicação das suas aguas com as do Atlantico tem logar na altura de vinte e tres graus escassos; isto é, na distancia de dez graus da barra da Bahia, e quasi debaixo do tropico de Capricornio. A entrada se effectua em uma costa mui elevada que, desde o vizinho promontorio, o Cabo-Frio, d'ali umas vinte leguas, vem correndo leste oeste, e prosegue á esquerda da barra, apresentando-se, a quem chega de fóra, como um gigante colossal deitado resupino, da fórma que dormiam os indios do paiz. Os nautas o encaram tranquillos, e o admiram á vontade; por quanto ao ve-lo, quando chegam, já consideram terminados os riscos da viagem. A barra do Rio de Janeiro é das que se conhecem com mais facil entrada.

Estacio de Sá, tendo que fundar uma povoação entre esta Babylonia de aguas e de ilhas, e que mais Babylonia ainda faziam as turbas de gentios e de francezes que de tudo estavam de posse, assentou que não devia expor a primeira colonia muito pelo seio a dentro. Fundeou logo á entrada, e á sombra do cabucho do Pão d'Assucar (4), e na peninsula que se fórma do lado delle, entre o mar largo e o primeiro saco

---

rio Meriti, fique sobre o mappa na direcção da fronteira Norte do Imperio. A linha que aquella vai do Meriti á boca do Magé, tomará a direcção, ou será parallela (conforme á proporção entre as duas cartas) á costa brasileira de Léste, do cabo de São Roque ao Chuí; e o terceiro lado do triangulo, que vai de Magé á fortaleza de Santa-Cruz, corresponderá ás fronteiras Sul e Oéste do Imperio. Finalmente, a entrada da barra, ou a abertura entre as pontas de Santa-Cruz e São João, terá por simile no mappa a linha imaginaria, que marca o nosso limite entre Tabatinga e a foz do Amazonas» — *Revista do Instituto Historico*, 44, parte 2ª, 62, Rio, 1881. Fausto de Souza junta dois desenhos, representando as similhanças; dá tambem outro com o Gigante de Pedra, decantado em uma das mais populares poesias de Gonçalves Dias. No mesmo interessante trabalho vêm de ps. 269-336 as homenagens por diversos escriptores á bahia do Rio de Janeiro. — (G.).

(4) «...Junto a um altissimo penedo, que, pela fórma delle, se chamou *Pão de Assucar*, e outra *penedia* que por outro lado a conserva», diz a *Chr. de D. Sebastião*, p. 351. (Simão de Vasconcellos, *Chronica*, I, 74). — Portanto, foi esse local, como sempre julgámos, na Praia Vermelha, e não no Morro de S. João — (A.).

A opinião em contrario é hoje vigorante. Tem-se por certo que o sitio em que se iniciou a fundação do Rio de Janeiro foi o isthmo da peninsula de São João, a varzea que demora entre o morro Cara de Cão e os penedos do Pão de Assucar e Urca. Veja-se na *Revista do Instituto Historico*, 60, 432-450, o documen-

ou concha da bahia, desembarcou, com projectos de lançar os fundamentos da futura cidade, agora avassaladora da enseada, mais tarde de todo o districto. Começou-se logo a roçar o mato, e a fazer, antes de tudo, uma tranqueira, que servisse á defensa contra qualquer surpreza; construiram-se arruados alguns ranchos ou tujupares de taipa de sebe, ao modo dos dos indios, e abriu-se na gandara junto á praia uma cacimba; tudo isto apezar das ciladas que por terra e por mar, intentavam os barbaros, cujo principal Ambiré (5) era destrissimo no arma-las aos inimigos.

Avistando Estacio de Sá uma nau franceza, legua e meia para dentro da bahia, passou com quatro barcos a rende-la. Desta ausencia da tranqueira ou do arraial, quizeram aproveitar-se os inimigos, e com quarenta e oito canoas cahiram sobre elle: mas os defensores arremetteram fóra da cerca os atacantes, e os obrigaram a retirar-se. Apenas o capitão-mór enxergou este combate em terra, deixou tres navios contra a nau inimiga, e recolheu á povoação em uma galé de remos. Logo a nau capitulou, com a condição de poder retirar-se para França, com sua guarnição de cento e dez homens, que se diziam catholicos (6).

A' colonia desde logo o seu povoador deu a categoria de cidade (7), denominando-a de — São Sebastião, — em memoria do joven rei, por antonomasia *o desejado*, por have-lo sido tempos antes de nascer; porém, que melhor lhe quadra por que o foi por seculos, depois de perder-se nos páramos adustos da Africa. Arbitrou o capitão-mór que o termo da ci-

---

tulo artigo do Dr. José Vieira Fazenda, sob o titulo *Fundamentos da Cidade do Rio de Janeiro*.

Em 20 de Janeiro de 1916, por deliberação do Primeiro Congresso de Historia Nacional, reunido nesta cidade em Setembro de 1914 e promovido pelo Instituto Historico, foi inaugurado naquelle local um padrão commemorativo. — (G.).

(5) Não se encontra este nome a proposito da expedição de Estacio de Sá, e sim do armisticio que Nobrega e Anchieta concluiram em Iperoig. Dia Simão de Vasconcellos, *Chronica*, 8, 10, que foi «Ambire, amigo dos Francezes e sogro de um delles, inimicissimo dos Portuguezes, porque fôra assaltado delles, mettido em uma barca com uma ferropea nos pés, donde fugira a nado; lembrado sempre da injuria e de natureza tão cruel que por um erro que commetteu contra elle uma das vinte mulheres que tinha a mandou abrir viva pelo ventre até morrer». — Conf. Anchieta, *Revista do Instituto Historico*, 8, 256. — (C.).

(6) Carta de Anchieta e *Revista do Instituto Historico*, 6, 410. Teve logar o ataque em 13 de Março de 1565. — (A.). — Um dos motivos de pouparem os Francezes foi não augmentar o numero dos que ficavam na terra, difficultando assim a empresa, como se viu succedera com a nau tomada no anno anterior. — (C.).

(7) *Annaes do Rio de Janeiro*, 1, 101; e Anchieta, carta de 9 de Julho de 1565; e *Revista do Instituto Historico*, 6, 410, etc. — (A.). — Anchieta, *Informações e fragmentos historicos*, 7. — (G.).

dade se estenderia, como o da Bahia, até um raio, para cada lado de seis leguas; e para patrimonio da camara e rocio da povoação doou legua e meia de terra (8). Por armas lhe concedeu um molho de settas, allusivas ás que haviam servido ao supplicio do santo invocado, e quem sabe se ás apprehensões que teria dos que, começando por elle, viriam a cahir victimas de frechadas até o final triumpho da civilização nesta terra.

Persuadidos os indios de que seriam balladas mais tentativas contra a cidade, haviam-se calado por algum tempo, esperando soccorro que pediram de Cabo-Frio. Chegado este, constante de tres navios francezes e trinta canoas de guerra, emprehenderam com a maior audacia novo ataque. Porém, a cidade se achava a esse tempo de tal modo cercada e guarnecida de artilheria, que houveram de desistir do intento.

Já então tinham os nossos um baluarte de taipa, e alguns ranchos e «casas cobertas, e feitas em redor da cerca muitas roças, e plantado legumes e inhames»; e o capitão-mór, para prender melhor os seus á terra e tirar-lhes do pensamento a possibilidade da retirada, despediu todos os navios. Sem os incendiar, como Agatocles em Africa, sem os encalhar, como praticára alguns annos antes Cortés no Mexico, conseguiu resultados identicos.

Não poderiamos seguir relatando todas as escaramuças e mais incidentes que tiveram logar no prazo de perto de um anno que o capitão-mór Estacio de Sá dirigiu a colonia (9); nem as arrancadas e combates com os indios, que vinham a palpar a nossa tranqueira, com mais frequencia depois que se partira a esquadrilha protectora.

Faremos, entretanto, menção de um recontro em que, só com oito canoas o bravo Belchior de Azeredo, provedor (10) e capitão-mór do Espirito Santo, aprisionou depois de renhido combate naval, no fim da enseada, e naturalmente para as ban-

(8) Taques, *Revista do Instituto Historico*, 9, 323, e Pizarro, *Memorias*, 1, 154. Estas doações eram feitas em conformidade dos recentes poderes que traziam, e não do alvará de 30 de Novembro de 1530, como pretenderam os juizes dos feitos da corôa do Rio de Janeiro, no injusto accordam de 30 de Junho de 1813, que por consulta do Desembargo do Paço, foi devidamente annullado em 10 de Abril de 1821. — (*Cópia da Sentença*, imp. em 1820, 11 pag. 4.). — (A.)

(9) Melhor diria quasi um biennio — de 1 de Março de 65, data do desembarque e fundação, a 18 de Janeiro de 67, quando aportou Men de Sá, com os soccorros trazidos da Bahia e outras capitanias do Norte. — (C.).

(10) Livro 14, de D. Sebastião e D. Henrique, fl. 131. — (A.)

das de Paquetá (11), duas canoas inimigas, de vinte que então reuniam para darem cilada á nascente colonia. Já antes, em 15 de Outubro de 1564, havia tido logar outro combate naval; e seguiu-se ainda depois um terceiro, que pudera haver dado mais que fazer, se Francisco Velho, sahindo do arraial a buscar madeiras para a capella de São Sebastião, não tivesse descoberto as 160 canoas, que, escondidas detraz de uma ponta de terra, se preparavam para dar a costumada assaltada de surpreza (12).

A cidade defendia-se e sustentava-se; mas os nossos sem esquadra não podiam fazer-se temer sempre das naus francezas, que por vezes entraram a commerciar. Uma destas trazia artilheria, armas e mais apetrechos, e tudo deixou em terra com gente, que não só concorrera com os indios a que estes fizessem suas fortificações, com baluartes e ao modo europeo, como os industriára no manejo das armas de fogo.

Porém Estacio de Sá, com quanto occupado com os inimigos, nem por isso se esquecia de que a sua principal missão não era guerrear, senão fundar uma colonia. Desde que chegou, havia nomeado juiz ordinario *da cidade* a Pero Martins Namorado, que devia entender do cargo, quando é certo que o havia exercido como pedaneo em Santos.

Para estabelecer a policia entre os habitantes, lançou o dito capitão-mór um bando, prohibindo com grandes penas os jogos de cartas, dados e bola. Porém os colonos estavam de tal modo mettidos no vicio do jogo, aliás (conjuntamente com o ocio e a murmuração) tão frequente nos acampamentos, como a bordo, que dentro de pouco se viu obrigado a conceder uma amnistia aos processados por taes delictos, com a condição de que, d'ahi em diante, os que incorressem em desobediencia pagariam cem mil réis de condemnação para a confraria de São Sebastião, que então instituira. Era a pena

(11) Muito longe, em parte onde ainda não foram canoas da nossa gente, e por ser distante de seis a sete leguas. — (A.). — Silva Lisbôa, *Annaes do Rio de Janeiro*, I, 95. O documento diz-se datado de 14 de Julho de 1566, porém deve ser de 1556; os desoito a dezenove mezes que, como ahi se lê, Belchior de Azeredo andára na armada de Estacio de Sá, tinham começado em Janeiro de 1564, quando a ella se encorporou no Espirito Santo. O proprio Silva Lisbôa, em outros *Annaes* manuscriptos conservados na Bibliotheca Nacional, traz a data de 1565. — (C.).

(12) Segundo Simão de Vasconcellos, *Chronica*, 8, 96, isto foi meiado de Julho de 66. Conf. Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, liv. III, cap. 10 (ed. 1918, ps. 150), onde se lê que as nove (Anchieta diz oito) canoas vindas de São Vicente, já se tinham retirado quatro para sua terra. Entre os retirantes Simão de Vasconcellos menciona Domingos Luis e Domingos Braga. — (C.).

pecuniaria a mais apropriada a castigar a cobiça do ganho; e a experiencia provou logo em favor della.

Com as formalidades usadas em taes occasiões (11), dera Estacio de Sá posse da alcaidaria-mór da cidade a Francisco Dias Pinto, que fôra capitão de Porto Seguro, e que, para o novo cargo, tivera provisão de epocha anterior, isto é, de quando o governador geral e seu sobrinho effectuavam na capital do Estado outras nomeações de cargos civis (*Annaes do Rio de Janeiro*, 1, 103, 106 e 107). — Estacio de Sá deu algumas terras de sesmaria pelo reconcavo do Rio de Janeiro (12): entre estas nos constam as de Guarihi a Pero Martins Namorado e José Adorno, e as de São Lourenço a Antonio de Marins, as quaes depois (16 de Março 1568) foram adjudicadas ao chefe indio Arariboya.

Inteirado, porem, Men de Sá, pelas informações (13) levadas por Anchieta (que fôra ordenar-se á cidade do Salvador), de que a nova colonia de São Sebastião se achava outra vez apertada por muito gentio inimigo, do qual cumpria desafoga-la para que, dedicando-se melhor seus habitantes á cultura, não estivessem dependentes das outras capitanias e expostos á mingua, o representou á Côrte, e obteve d'ahi tres galeões, dos quaes veiu por capitão-mór Christovão de Barros (14). Juntando a esses galeões dois navios que andavam na costa, e mais seis caravelões, se passou em pessoa ao Rio de Janeiro, com todos os soccorros de gente e mantimentos que poude juntar. Pernambuco já desassombrado das guerras que o segundo donatario, ajudado por seu irmão e successor, tivera que dar no gentio para o aquietar, en-

---

(13) De algumas destas então ha noticias na *Relação das sesmarias de capitania do Rio de Janeiro, extrahida dos livros de sesmarias e registo do cartorio do tabellião Antonio Teixeira de Carvalho. — De 1565 a 1796*, por Monsenhor José Pedro de Sousa e Araujo, in *Revista do Instituto Historico*, 63, parte 1.ª, 93 e seg. Rio, 1901. — (C.).

A escriptura de renuncia de terras que fizeram Antonio de Marins ou de Mariz e sua mulher D. Isabel Velha, a favor do capitão Martim Affonso de Sousa, foi publicada por Joaquim Norberto, na parte documentaria de sua memoria sobre as aldêas de indios da provincia do Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Historico*, 15, 273 e segs. (2.ª ed.).

O Dr. Antonio de Mariz Coutinho foi provedor da fazenda real no Rio de Janeiro; delle fez José de Alencar uma das principaes personagens do *Guarani*. — (G.).

(14) A sua nomeação é de 10 de Março de 1566, segundo documento do Instituto Historico. Provavelmente veio com o padre Ignacio de Azevedo, que chegou á Bahia em 24 de Agosto. Como Ignacio de Azevedo demorou na Bahia menos de tres mezes, e veiu para o Sul em companhia de Men de Sá, este devia ter partido para sua segunda expedição ao Rio em fins de Outubro. Entretanto, Simão de Vasconcellos, *Chronica*, 2, 93, fixa a partida em Novembro. — (C.).

vion por esta occasião, de contingente, cem homens e alguns mantimentos. Acompanhava o governador o segundo bispo D. Pedro Leitão, que aproveitava agora a occasião de tomar conhecimento desta parte da sua vastissima diocese (IV).

Chegados ao Rio de Janeiro, reuniram-se em conselho os que eram para isso, e foi assentado que no dia immediato, isto é, no da invocação do Santo Padroeiro da cidade, se buscasse o inimigo em seus proprios alojamentos. Haviam-se estes fortificado em duas grandes estancias. Ficava a primeira, chamada de *Urucá-mirim*, junto á foz do ribeiro da Carioca (15), hoje denominado do Catete; isto é, no fim da praia ora dita do Flamengo. Era um forte intrincheiramento que dispuzera Bois le Comte (16). A outra ficava na ilha maior da enseada, chamada pelos indios *Paranapecú* e pelos nossos do Maracaiá ou do Gato; porque o chefe dos indios alcunhados Maracayás ou Gatos bravos ahi residia (17). Era esta ilha a que pouco depois se denominou, como ainda hoje, do Governador, por haver sido metade della dada de sesmaria por Men de Sá a Salvador Corrêa, ao depois governador do Rio de Janeiro; cabendo a outra metade ao almoxarife regio Ruy Gonçalves. O primeiro obteve a confirmação em Lisboa aos 13 de Fevereiro de 1576.

A primeira tranqueira, na terra firme, foi tomada logo de assalto; e de onze Francezes que ajudavam a defendê-la, cairam mortos seis, e foram os outros cinco passados á espada.

De nossa parte falleceu o capitão Gaspar Barbosa, «de

(15) *Cari-oca*, casa do branco: o que prova ser o nome da tal casa forte que estava ahi construida quando Men de Sá informava: «Na emseada da *Carioca* que está na lagea para dentro um tiro de berço, onde desembarcam junto de uma aguada, está uma casa grande com artilheria e dizem ser fortaleza.» — (A.). — O trecho não tem valôr para o caso, porque se refere á época de Villegaignon, e Estacio de Sá estava de posse da Carioca, como se vê em Haddock Lobo, *Tombo* das *terras municipaes*, I, 76, Rio, 1869. Diz até Dom Pedro Leitão, testemunha de vista, que Estacio de Sá fizera uma cidade «na ilha da Carioca». — *Instrumento*, 208. — (C.).

(16) E' muito possivel, porque durante annos outra cousa não fez Bois-le-Comte que viajar num e noutro sentido entre o Brasil e a França, como alguém pensa Heulhard. Dos documentos examinados pelo annotador nada consta, porém, a este respeito. Apenas Anchieta informa correr na sua partida do Rio, entre os Tamoios de Cabo-Frio, que estava o sobrinho de Villegaignon, capitão que fôra da antiga fortaleza, com uma grossa armada para vir ao Rio de Janeiro e São Vicente. Estava aonde? Naturalmente na Europa. — (C.).

(17) Não residia mais, pois os indios do Gato, ou, Temiminós foram antes obrigados a emigrar para o Espirito Santo, e combatiam agora contra os Tamoios. Diz Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 2, 14 (ed. de 1918, pg. 195), que Martim Affonso de Sousa na era de 30. A ser de Martim Arariboya fôra padrinho Martim Affonso de Sousa na era de 30. A ser verdade, teriamos nisto mais uma prova de que era natural do Rio, pois Martim Affonso, que saibamos, não desembarcou no Espirito Santo. — (C.).

muito esforço e virtude», e a sua perda foi de todos mui sentida.

Retiraram-se os fugitivos para a dita ilha maior, ou de Paranapecú, e então a luta se apresentou mais porfiada (18). Echoava pelas quebradas das serras o estrondo da artilheria, zuniam nos ares as frechas despedidas e os pelouros disparados; afuzilavam os mosquetes, e toda a scena se fazia mais horrivel com os urros barbaros dos indios. Por fim a victoria se decidiu pelos nossos, e a forte tranqueira foi assaltada. Infelizmente recebeu na refrega uma frechada o bravo Estacio de Sá, e da ferida veiu a morrer um mez depois (19). Assim perdeu a vida asseteado, como o padroeiro (cujo dia era o em que foi ferido) da cidade que fundára, e a que dera nome, e da qual os symbolos do martyrio do mesmo padroeiro vieram a ser as insignias ou armas.

A cidade festejou por muito tempo esse triumpho, com oito dias de luminarias, e ainda hoje conserva um oitavario religioso, dando-se durante os tres dias 17, 18 e 19 de Janeiro uma salva ás oito da noite.

Escriptores pagãos considerariam a Estacio de Sá como a victima innocente votada em holocausto aos deuses infernaes, para aplacar suas iras contra os novos colonos. A religião manda-nos curvar a cabeça ante os decretos do Altissimo; e, a justiça com que escrevemos obriga-nos a declarar que á solicitude deste primeiro capitão e ao seu esforço, prudencia e animo piedoso (20), deve a cidade o contar a fundação do

(18) «Dahi a poucos dias mandei dar em outra fortaleza do Paranapecu, onde havia mais de mil homens de guerra e muita artilharia e tres dias a combaterem continuamente, té que entraram com muito trabalho e maior risco e mortes de alguns brancos, e depois de se defenderem esforçadamente se renderam e foram todos captivos. E estando prestes a ir a outra fortaleza mais forte que todas, em que estavam muitos francezes, não ousaram a esperar, e deixaram a fortaleza, a qual tinha tres cercas fortissimas, muitos baluartes e casas fortes, e logo me vieram a pedir pazes, e lhes outorguei com ficarem vassallos de Sua Alteza.» — *Instrumento*, 135-136. — (C.).

(19) Como attesta Vicente Monteiro no *Instrumento*, 200, Estacio foi frechado logo no ataque de Ibiriguaçumirim e morreu vinte e cinco a trinta dias depois, isto é, entre 15 e 20 de Fevereiro. — (C.). — Simão de Vasconcellos, *Vida do Padre Joseph de Anchieta*, 118, Lisbôa, 1672, diz que o capitão-mór «depois de passado um mez do primeiro conflicto, passou á melhor vida», o que significa que a morte de Estacio de Sá foi a 20 de Fevereiro. O jesuita anonymo que escreveu a informação *De algumas cousas mais notaveis do Brasil*, in *Archivo Bibliographico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra*, 4, 63, diz que «estando Estacio de Sá por governador, era de edade de 17 annos, mas muito esforçado...» — (G.).

(20) «Se não fosse o capitão mór tão amigo de Deus, tão manso e affavel que nunca descança de noite e de dia, acendindo a uns e a outros sendo o primeiro nos trabalhos», etc. (Anchieta, carta de 9 de Julho de 1565). — (A.). — Silva Lisbôa, *Annaes do Rio de Janeiro*, 4, 180. — (C.).

primeiro quartel de 1565, sem que nenhum revez interrompesse seu progressivo desenvolvimento nesse seculo e no seguinte.

A sepultura do primeiro capitão mór do Rio é para o Brasil uma veneravel reliquia, que não só a piedade, mas tambem a gratidão, nos impõe o dever de acatar, como de um heroe martyr, que sacrificou sua existencia pelo paiz, que hoje se deve gloriar em proclama-lo seu cidadão adoptivo (31). No rancho ou tujupar que servia de ermida no primitivo povoado, se lhe fizeram as honras funebres; e dezeseis annos depois, apenas acabada uma das capellas da igreja de São Sebastião (do morro), se lhe trasladaram para ella os ossos, e se lhe poz uma campa, que ainda em nossos dias se conservava com a competente inscripção, que fielmente copiámos, e em outra occasião publicámos.

Desassombrada toda a enseada dos Francezes alliados dos indios, e intimidado e quieto o gentio, decidiu Men de Sá escolher outro local para fixar o nucleo da cidade que devia presidir aos destinos deste grande porto, melhor e mais apropriado do que a acanhada peninsula do Pão d'Assucar (V). Transferiu-a, pois, um pouco mais para dentro da enseada, e marcou o assento della sobre o morro mais saliente para o mar e sobranceiro ao pouso habitual dos navios, isto é, ao ancoradouro fundo e mais abrigado, que estes encontravam passado um primeiro pontal de rocha. Esse morro, que se estende para os lados com tres espigões ou contrafortes, é o ultimo de uma orla delles que ahi faz como o dorso da

---

(31) «Da capella do arraial da Villa Velha, onde foi sepultado, se trasladaram seus ossos para a nova Igreja de São Sebastião; e na campa, que os cobria, se lê gravado o epitaphio seguinte: — Aqui jaz Estacio de Saa primeiro Capitam e Conquistador desta terra e Cidade, e a campa mandou fazer Salvador Corrêa de Saa, seu primo, segundo Capitam, e Governador, com as suas armas: e esta Capella acabou no anno de 1583». — Pizarro, *Memorias Historicas do Rio de Janeiro*, I, 106, Rio, 1820. — (G.).

Em 1862 foi aberta a sepultura de Estacio de Sá. Numa camada superficial encontraram-se os ossos de um adulto e de um individuo de quinze annos. Escavando-se mais appareceu um esqueleto incompleto identificado com Estacio de Sá por uma commissão do Instituto Historico. Segundo esta, Estacio de Sá teria a altura approximada de 1m,74, pois a tibia marcava 0m,36; o corpo era regular, pois a clavicula media 0m,14, o que indica que o peito na sua parte superior, de um extremo clavicular a outro, offereceria mais ou menos 0m,32; por outra que era um individuo de typo portuguez, de estatura regular. *Revista do Instituto Historico*, 26, 301 e segs. — (C.).

Em 1921, com o desmonte do morro do Castello, foram os restos de Estacio de Sá trasladados para o novo convento dos Capuchinhos, á rua Conde de Bomfim. — (G.).

peninsula que com elle ficou assenhoreada. Para o interior seguem-se outros que depois tomaram os nomes de Santo Antonio, Senado (22), Paula Matos e Santos Rodrigues. Mediando um grande valle, e logares alagados e de mangues (onde hoje se vêem as ruas centraes da cidade), levanta-se do outro lado, mais para o interior, outra orla de montes por detraz dos quaes se mettem ainda as aguas da bahia. Chamam-se hoje de São Bento, Conceição, Livramento, Madre de Deus e São Diogo e seus satéllites Saúde e Gamboa. Do lado da barra levanta-se o de Santa Theresa que é como espigão do Corcovado, ramo da serra da Tijuca, separada do Pão d'Assucar e Babylonia. No alto desse morro, que hoje se diz «Castello», assentou pois Men de Sá a nova povoação, que fez fortificar, acompanhando-a dos edificios competentes para a casa da camara e outros. A' cidade confirmou para rocio e patrimonio legua e meia de terra, e para termo a distancia de seis leguas (*Rev. do Inst.*, 9, 322), segundo o que á antiga fixára Estacio de Sá. Na construcção dos edificios particulares favoreceu a muitos, que deram o exemplo, e successivamente foi tendo imitadores. Infelizmente aqui, como já succedera em São Vicente, na Bahia e nas demais povoações, adoptou-se demasiado o systema de construcção de Portugal; e nem da Asia, nem dos modelos de architectura civil arabe na Peninsula, isto é, do uso dos numerosos pateos com repuxos, e dos cirados ou açotéas, houve quem se lembrasse como mais a proposito para o nosso clima. Para a adopção de certos habitos tudo depende do principio.

A' companhia de Jesus, representada então pelo Pe. visitador Ignacio de Azevedo, doou Men de Sá sitio para se fundar no Brasil um terceiro collegio, o que foi confirmado pelo cardeal regente em 6 de Fevereiro de 1568, devendo cada padre receber de congrua o mesmo que os da Bahia. Successivamente adquiriram os padres umas seis leguas de terra em Macacú, que lhes foram cedidas por Miguel de Moura, e depois adquiriram (para os seus indios) mais duas leguas até a serra dos Orgãos (23). Em 11 de Fevereiro desse mesmo anno de 1568 (24), approvou o rei a inauguração do collegio

(22) Arrasado em beneficio do desenvolvimento da cidade. — (G.).

(23) Livro 26 de D. Sebastião e D. Henrique, fls. 312, e Livro 5 de D. Felippe I, fls. 66, e Livro 10, fls. 165. — (A.).

(24) Do alvará de 11 de Fevereiro de 1568 existe cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, I, fls. 28 v-42 v. — (G.).

em São Vicente para cincoenta padres, com os mesmos mantimentos que os da Bahia (VI). Em 16 de Março seguinte, aceitando Martim Affonso Arariboya, que muito havia ajudado nas guerras dos nossos durante quatro annos, o estabelecer-se no Rio de Janeiro, com toda a sua familia, parentela e indios, lhe fez Men de Sá doação de uma sesmaria, de uma legua de terra sobre a bahia, e duas pela terra dentro, na margem fronteira á cidade, desistindo para esse fim, nessa mesma data, dessas terras Antonio de Marins, a quem antes haviam sido doadas (25).

Todas as doações fazia o governador, em nome do rei, e sem satisfações algumas ao donatario, ou a seu logar-tenente. E bem que esta parte da costa havia cabido na repartição primeira a Martim Affonso, a capitania do Rio de Janeiro, depois de fundada a cidade, foi em nosso entender considerada, com toda a provincia da Bahia, exclusivamente da corôa. E' provavel que Martim Affonso, que ainda então (26) vivia, fosse o primeiro a ceder de seus direitos, pelas vantagens de segurança contra os Francezes, que dessa fundação colhia a sua capitania de São Vicente, já colonizada; mas não encontramos a tal respeito aclaração alguma nos archivos.

Tendo dado as necessarias providencias, deixou Men de Sá o Rio de Janeiro, havendo confiado a sua capitania e governo a outro sobrinho, Salvador Corrêa de Sá, a quem investiu de todos os poderes de que gosava, nos assumptos da justiça e da fazenda (VII). Antes de partir, passou varias provisões, nomeando os individuos (*Annaes do Rio de Janeiro*, I, 112-113) que deviam exercer os cargos de alcaide-mór, de ouvidor, juiz dos orfãos, feitor da fazenda e outros. Salvador Corrêa nomeou depois alguns cargos, como foi o de

---

(25) *Revista do Instituto*, 17, pg. 301 e seguintes, devendo corrigir-se *Men de Sá* onde se lê *Mendonça* ou *Mendes de Sá*, e na linha 6, de pg. 304, *genro* lemmirá, onde se diz *genero feminino*. — (A.). — A segunda edição de 1894, conservou os mesmos erros. — (G.).

(26) Ainda vivia (a servir-nos de rectificação) em 16 de Março de 1566. — *Hist. Genealogica*, 6, 241 e 243. Mais: em 30 de Abril seguinte alcançou um alvará para que no caso de não ter succedido seu filho herdeiro Pero Lopes de Sousa passasse a casa á sua filha D. Ignez Pimentel. M. Affonso só veio a fallecer em 1571. — (A.). — Vivia ainda em 20 de Novembro de 1570, data em que assignou a renuncia em Sebastião de Moraes de um padrão de juro, mas já era fallecido em 17 de Maio de 1571, quando D. Sebastião fez mercê de uma tença a seu filho Pero Lopes de Sousa, sendo a carta passada a 29 de Junho do mesmo anno. Foi sepultado na egreja do Convento de São Francisco, em Lisbôa, onde tinha sua capella. — Conf. *Historia da Colonização Portugueza do Brasil*, vol. III, pg. 112 — (G.).

medidor das terras (ib. 294-295, 300-301), e diversos que vi gavam (ib., 300).

Succedeu a Salvador Corrêa o mesmo Christovão de Barros, que chegára commandando a armada de soccorro (27), e que havendo regressado á côrte, vinha agora nomeado capitão e governador por carta de 31 de Outubro de 1571 (Livro 27 de D. Sebastião e D. Henrique, fls. 326). Era filho do donatario Antonio Cardoso de Barros, assassinado pelos indios.

A Christovão de Barros deveu a cidade a construcção das muralhas e torres, todas de taipa (28), donde provém que o morro do Castello não conserva já nenhuma dessas torres, que se houveram sido de pedra, contando já tres seculos, dariam á cidade o aspecto de um passado mais veneravel.

Seu antecessor, nos seis annos (29) que desta primeira vez exerceu o cargo, prestou mui assignalados serviços á nova cidade, ainda então aberta e sem muros. Entrando uma vez no porto quatro naus francezas, que se dirigiram da banda d'além da cidade, no reconcavo de São Lourenço, onde estava assente, com sua tribu, o principal Martim Affonso Arariboya, com intentos de se apoderarem delle, para o entregarem á vingança dos seus contrarios, mandou Salvador Corrêa, ás ordens de Duarte Martins, soccorros ao chefe alliado durante a noite. Com a vasante da maré, as naus francezas appareceram de madrugada em secco, e puderam ser canhoneadas á vontade por um falcão unico que havia em terra, mas vindo a enchente se fizeram á vela e ao mar (30). Depois foi Salvador Corrêa em pessoa, com reforços que recebeu de São Vicente, atacar os inimigos ao Cabo-Frio, e ahi se apoderou de uma dessas naus. «Acometteram (diz uma chronica antiga (31), os

(27) Fôra desta nomeado capitão-mór em 10 de Março de 1566 — (A.). — Confere nota 14 desta secção. — (G.).

(28) Men de Sá, *Instrumento*, 136, affirma ter sido elle quem construiu os muros da cidade. Podiam, porém, ter caído. — (C.).

(29) E' elle quem nos ajusta a conta em uma representação feita em 1584. — (A.). — Essa representação é desconhecida no Rio. — (C.).

(30) Na primeira edição, I, 250, o autor localizára esse successo na bocca dos Marinheiros, mas em nota final, pg. 488, transferiu-o para Niterói. Já Fausto de Sousa, *Revista do Instituto*, 44, parte 2.ª, 27, mostrou que a idéa primitiva era a verdadeira. Que o caso succedeu no lado occidental da bahia, resulta da narrativa de Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 2. 14 (ed. de 1918, pg. 197). Que ainda em 1573 a aldêa de São Lourenço não estava na banda oriental da bahia, deduz-se dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 19. 136, Rio, 1897. — Conf. nota 95, desta secção. — (C.).

(31) Simão de Vasconcellos, *Chronica da Companhia*, 2. §§ 135-136, servilmente reproduzido na pretensa *Chronica de D. Sebastião*, attribuida a D. Manuel de Menezes. Neste combate de 6 de Junho de 1568, foi morto Heliodoro Ribeiro

nossos a subida trez vezes: mas como ao entrar ficavam a peito descoberto, foram rebatidos com os piques e com alcanzias de fogo, e nestes tres acomettimentos caiu sempre o governador ao mar, sem saber nadar, e sempre foi livre pelos nossos indios. Prolongava-se a briga travada de parte a parte: o capitão na nau, vestido de armas brancas, brigando com duas espadas, defendia e animava aos seus com valor, discorrendo por todo o convés: entenderam os nossos, que neste consistia a dilatação do successo; mas como andara tão bem armado, não entravam com elle as settas. Entrou em brio um frecheiro, perguntou se tinham aquellas armas algum lugar por onde entrasse huma frecha? Disseram-lhe que pela viseira: bastou o dito para o effeito, disparando uma frecha, que pelo mesmo lugar penetrou o olho, e interior da cabeça ao capitão contrario, e deu com elle no convés, á vista do que desmayaram os soldados; fugiram para debaixo depois de mui bem feridos: entraram, os nossos: e renderam a nau á vista dos mesmos Tamoyos contrarios, que como escaldados, não se atreveram a ajudar a seus amigos.»

«Mandou o Capitão Governador dar á vela, e entrou com a nau no Rio. Deu o saco aos soldadds, que em breve tempo appareceram todos vestidos dos melhores panos do mundo. A artilharia applicou-a á defeza da cidade. A nau mandou o dito Capitão-mór a Men de Sá, seu tio, com a relação deste bom successo, e ficou elle sómente com a gloria delle, não tomando cousa alguma do despojo para si.»

Tanto Christovão de Barros, como Salvador Corrêa e Martim de Sá concederam muitas sesmarias, cujos registos, de 1578 em diante, ainda ha poucos annos vimos no Rio de Janeiro (32).

Voltemos, porém, a Men de Sá. Com sujeitar por terra os gentios, apenas havia elle cumprido uma parte da sua missão a respeito delles. Restava-lhe a mais importante: a de ver como se deveriam governar de modo que pudessem ser mais uteis a si e ao Estado. Por lei antiga, e pela jurisprudencia ainda de nossos dias, os prisioneiros feitos em guerra justa

---

commandante dos voluntarios de São Vicente, compatriota e amigo de Hans Staden. — Cour. Rio Branco, *Le Brésil en 1889*, 115. — (C.).

(32) No cartorio do tabellião Silveira Lobo, tomos 1 a 4. Em todas se vê estampada a propria assignatura do governador. — (A.).

podem, em certos casos, sujeitar-se á servidão. — Os colonos, poucos em numero, julgavam-se com direito a resarcir-se dos perigos passados nas guerras e do sangue derramado com o trabalho dos prisioneiros. — Este meio de recompensa, equivalente ao das *encomiendas* de guerra da America espanhola, começava tacitamente a seguir-se no Brasil; mas oppuzeram-se a elle os jesuitas; e o tribunal pouco antes creado na côrte, com o titulo que explica o seu fim, de Mesa da Consciencia, declarou-se em favor delles; por fórma que, encontrados os pedidos dos mesmos jesuitas com os dos povos, as deliberações da côrte e dos governadores eram ora em favor de uns, ora de outros. E' por isso que a legislação especial acerca dos indios do Brasil, dada por sua ordem chronologica, apresenta uma serie de contradições, que melhor chegaram a manifestar-se, por vias de facto, nas sublevações que teremos de historiar pelo tempo adiante. A principio os donatarios haviam admittido o systema de distribuir os que se aprisionavam em guerras (se os não tomavam para si) pelos colonos principaes, ou que mais serviços haviam prestado nas mesmas guerras. Commetteram-se, porém, com o tempo abusos, e se intentou tratar de algum outro meio de resolver o problema, o qual se complicava com as idéas de philantropia e de liberdade delles, que os jesuitas pregavam mais com a palavra do que com o exemplo; pois, que não começaram por libertar os que lhes davam obediencia. Não temos nenhuma sorte de prevenções contra os illustrados filhos de Santo Ignacio, que tão assignalados serviços prestaram á instrucção publica e ao christianismo; mas quando os documentos accusem delles algumas irregularidades, não trataremos de as contar com artificiosos disfarces, que antes pareceriam adulação injusta. Os povos viram, na pretendida philantropia e protecção dos indios, uma verdadeira decepção contra elles, quando os braços começavam a escassear para as primeiras necessidades da industria. A côrte, sem conhecimento do caracter dos indios, e influida pelos mesmos jesuitas, julgou a principio dever libertar aquelles completamente. Representou o povo em contra, provando que os que pertenciam ás aldeias ou missões da Companhia eram, sim, absolutamente immunes, e protegidos contra toda classe de tropel estranho, mas que, bem considerado o caso, eram verdadeiros servos; pois trabalhavam como taes, não só nos Collegios, como nas terras

chamadas *dos indios*, que acabavam por ser fazendas e engenhos dos padres jesuitas. Se das roças se sustentavam os trabalhadores, outro tanto se passava com os dos mais habitantes; e se o trabalho era suave, é porque os operarios eram em grandissimo numero. Além do que, não tinham os jesuitas meios de provar aos colonos sua abnegação, quando a titulo de ordinaria, cobravam soldos avultados das rendas da colonia. Eram ainda então os religiosos da Companhia os unicos que haviam nas colonias brasileiras; assim com elles tinha exclusivamente de travar-se a luta mui frequente entre o povo e o clero, quando este chega a alcançar grande preponderancia, ou aspira a uma especie de supremacia nos negocios temporaes.

A' vista destas representações, assentou a Mesa da Consciencia que unicamente se limitassem os abusos com restricções, começando ella por arrogar-se o direito de decidir se as guerras eram ou não emprehendidas com justiça, e fixando os casos em que, a não ser por guerra, podiam considerar-se captivos estes ou aquelles indios. Só poderiam ser captivos legalmente, além dos aprisionados em guerra justa, os que fossem pelos paes entregues, afim de cuidarem da sua educação, a novos *padrinhos* ou senhores, ou os que se vendessem tendo mais de vinte annos; clausula esta admittida, segundo sabemos, na antiga legislação semi-feudal da Europa e nas leis carlovingias.

Os abusos, porém, que no interpretar estas clausulas se commetteram, obrigaram a côrte a novas recommendações. E o proprio Men de Sá, já antes de visitar pela segunda vez o Rio de Janeiro, havia recebido a seguinte carta régia:

«Men de Sá. — Amigo. — Eu elrei vos envio muito saudar. Porque o principal e primeiro intento em todas as partes da minha conquista é o augmento e conservação da nossa Santa Fé Catholica e conversão dos gentios dellas, vos encommendo muito que deste negocio tenhaes nessas partes mui grande e especial cuidado, como de cousa a vós principalmente encommendada; porque com assim ser, e em taes obras se ter este intento, se justifica o temporal que Nosso Senhor muitas vezes nega, quando ha descuido no espiritual.

«Eu sou informado que geralmente nessas partes se fazem captiveiros injustos, e correm os resgates com titulo de extrema necessidade, fazendo-se os vendedores pais dos que vendem,

que são as causas com que as taes vendas podiam ser licitas, conforme ao assento que se tomou. Não havendo as mais das vezes as ditas causas, antes pelo contrario, intercedendo força, manhas, enganos, com que os induzem facilmente a se venderem, por ser gente barbara e ignorante, e por este negocio dos resgates e captiveiros injustos, ser de tanta importancia, e ao que convem prover em brevidade, vos encommendo muito que, com o bispo, e o padre privincial da Companhia, e com o padre Ignacio de Azevedo, e Manuel da Nobrega, e o ouvidor geral que lá está, (33) e o que agora vai, consulteis e pratiqueis este caso, e o modo que se póde e deve ter para se atalhar aos taes resgates e captiveiros, e me escrevaes miudamente como correm, e as desordens que nelles ha, e o remedio que pode haver para se atalhar e os taes injustos captiveiros se evitarem; de maneira que haja gente com que se grangeem as fazendas, e se cultive a terra, para com a dita informação se tomar determinação no dito caso, e ordenar o modo que nisto se deve ter, que será como parecer mais serviço de Nosso Senhor e meu. E em quanto não fôr recado meu, que será com ajuda de Nosso Senhor brevemente, se fará ácerca disso o que por todos fôr assentado.

«Muito vos encommendo que aos novamente convertidos favoreçaes e conserveis em seus bons propositos, e não consintaes serem-lhes feitas vexações nem desaguisados alguns, nem lançados das terras que possuirem; para que com isto se animem a receber o sacramento do baptismo, e se veja que se pretende mais sua salvação que sua fazenda; antes aos que as não tiverem queiraes, e ordeneis como se lhes dêem de que commodamente possam viver; e sendo possivel, dareis ordem como alguns portuguezes de boa vida e exemplo vivam nas aldeias entre os que se convertem, ainda que seja com lhes fazerdes algumas vantagens.»

Para deliberarem segundo o ordenado nesta carta, se reuniram ao governador o bispo, o ouvidor geral Braz Fragoso e alguns padres da Companhia, e todos concordaram nos capitulos seguintes, que foram assignados pelo governador, pelo

(33) O ouvidor que aqui estava era ainda Braz Fragoso. Isso permite fixar a data da carta-régia em 1566, pois já em 20 de Novembro desse anno Pedro da Silva estava no Brasil: prof. Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, I, 313. Entretanto, parece que não esperaram por elle nem por Ignacio de Azevedo, se, como assegura o documento contemporaneo citado na nota seguinte, os capitulos foram accordados a 30 de Julho do mesmo anno. — (E.).

bispo, e pelo dito ouvidor (34). 1.º Que se algum indio se acoutasse ás missões dos jesuitas só sahiria, por ordem expressa do governador, ou do ouvidor, quando o reclamante provasse a legitimidade da posse e da servidão. 2.º Que o ouvidor fosse, cada quatro mezes de correição pelas missões e aldeias, ouvir as partes e administrar justiça. 3.º Que se nomeasse aos indios um curador (e foi escolhido Diogo Zorrilla, alcaide do mar da Bahia (35), e se impuzessem penas a quem casasse as indias com escravos. 4.º Que os resgates com os indios, apezar do que dispunha o foral, não fossem válidos sem consentimento das autoridades. 5.º Que os jesuitas entregariam, dos que tivessem em suas aldeias, os que confessassem ser captivos, ou quizessem, livres, servir este ou aquelle colono. 6.º Que o morador que á força tomasse algum indio proprio (36), acoutado nas missões, perdesse, por

---

(34) Os capitulos, accordados a 30 de Julho de 1566, lêm-se na informação sobre os trabalhos dos primeiros jesuitas no Brasil, *Revista do Instituto Historico*, 57, parte 1.ª, 225, Rio, 1894; trazem apenas as assignaturas de Mem de Sá e dos dois Jesuitas Antonio Pires e Gregorio Serrão. Essa importante chronica das primeiras missões da Bahia, escripta em 1583 (ib., 245), não tem nome de autor, porém deve-se, provavelmente, ao padre Luis da Fonseca, substituto de Gregorio Serrão na reitoria da Bahia. — (C.).

(35) Foi approvado pela Côrte em 25 de Fevereiro de 1576. — (A.). — Documento no Instituto Historico. Ahi se lê que durante vinte annos prestára serviços de guerra no Brasil. Teve de ordenado annual 30$000. — (C.).

Diogo Zorrilla era castelhano, natural das Montanhas de Lucato, devia ter nascido cerca de 1530, porque a 21 de Agosto de 1591 declarava ter de edade sessenta e um annos pouco mais ou menos. *Primeira Visitação do Santo Officio — Denunciações da Bahia*, 389.

Era casado com Catharina Rios, de quem parece só houve filhas, uma casada com Fernão Ribeiro de Sousa, outra viuva de Antonio Dias Adorno, e ainda outra, tambem viuva, cujo marido não se declara, *ib.*, 242 e 282.

Do alvará de 25 de Fevereiro de 1576, acima referido (cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, 1, fls. 67 e *verso*), consta que andava no Brasil havia vinte annos, isto é, desde 1556. Foi alcaide do mar da cidade do Salvador, guarda-mór dos navios e procurador dos indios, como se vê do texto e Salvador, guarda-mór dos navios e procurador dos indios, como se vê do texto e nota de Serafim Leite, *Trabalhos dos Primeiros Jesuitas*, na *Revista do Instituto Historico*, 57, parte 1.ª, 226 e 228. — (G.).

(36) *Litigioso*, lê-se no documento citado. Comquanto o autor o tenha em geral resumido exactamente, convém recorrer á *Revista do Instituto Historico*, 57, parte 1.ª, 225-226. Commentando esses artigos, nota o chronista que não tratam das terras que el-rei mandava dar aos indios, porque desde 1552, á vista de uma carta da rainha, Mem de Sá concedera sesmarias aos indios das egrejas. Tão pouco tratam de Portuguezes de bôa vida e exemplo, porque não dera bons effeitos esse expediente tentado annos antes, quando foram nomeados Sebastião Luis para São Paulo, Francisco de Moraes e Francisco Barbudo para Espirito Santo, Gomes Martins para Santo Antonio, Braz Affonso para Boa-Joanta, Pedro de Seabra para São Pedro, Antonio Ribeiro para Santa Cruz, Gaspar Folgado para Santo-Iago e João de Araujo para São João, todas aldêas da Bahia.

Antonio Ribeiro aqui mencionado deve ser o mesmo referido no texto e nota da secção XVIII. Delle consta que, depois da ultima expedição de Mem de Sá ao Rio, foi aos indios do Campo Grande, onde morreram com dito Antonio Ribeiro muitos indios da Bahia. *Revista do Instituto Historico*, 57, parte 1.ª, 244. — (C.).

este simples facto, todos os direitos que antes tinha a elle, passando o indio a ficar aggregado á Companhia.

Estas disposições foram tomadas com tanta latitude em favor dos jesuitas, que começaram os habitantes a queixar-se de que os padres os vexavam com arbitrios e sophismas sempre que podiam: mas o clamor foi geral quando a experiencia mostrou os resultados dellas, que não eram outros senão privar de braços o lavrador pobre, em favor da Companhia, que desde logo começou a medrar e a ganhar consideravelmente na cultura de suas terras, constituindo-se uma verdadeira associação industrial, com a qual nenhum capitalista podia competir.

D'aqui data, verdadeiramente, como em outro logar dissemos, o maior incremento da importação dos escravos africanos. Os moradores vexados pelas duvidas que de continuo nasciam sobre as provas que se lhes exigiam da legitimidade da posse dos indios, começavam a preferir braços, cuja *legitimidade* lhes fosse mais facil justificar. Para abonar os escravos pretos, então que não havia africanos livres, bastava a côr do rosto.

Encerraremos este capitulo dando conta de uma resolução por este tempo tomada pela Côrte. Consistiu em ordenar, por uma provisão (37) de 6 de Março de 1565 que as naus destinadas á India que não pudessem lá chegar, não arribassem de modo algum ao Brasil; mas regressassem antes a Portugal: pois daquellas arribadas, aliás frequentes, resultava fugir a gente, estragarem-se as naus, a enxarcia, etc.

---

(37) *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes; contem os Regimentos pertencentes á administração da Fazenda Real.* Dado á luz por José Roberto Monteiro de Campos Coelho de Sousa. Lisbôa, 1783-1791, 6 vols. *in-fol.*

Em principios do seculo XVIII, entre 1718 e 1724, o impressor Antonio Manescal havia publicado uma edição dos Regimentos, em dois volumes, muito defeituosa, informa Candido Mendes de Almeida, *Codigo Philippino*, I, ps. XLI. Rio, 1870. — (G.).

NOTAS DA SECÇÃO XIX

I

(Pag. 407)

Os acontecimentos passados entre 22 de Janeiro de 1565, data em que Estacio de Sá partiu de São Vicente, e 31 de Março, quando Anchieta partiu para a Bahia, constam de uma carta deste, escripta em 9 de Julho. Extractou-a Simão de Vasconcellos, publicou-a na integra Balthazar da Silva Lisbôa, com tamanha incorrecção que melhor fôra a deixasse inedita. Uma cópia antiga existente na Bibliotheca Nacional está praticamente inutilizada; uma cópia moderna possuida pelo Instituto Historico, outra publicada no *Diario Official* deixam bastante a desejar, comquanto incomparavelmente superiores á que saiu nos *Annaes do Rio de Janeiro*.

A interpretação da importantissima carta de Anchieta offerece difficuldades talvez insoluveis. Vai em seguida uma, que diverge muito da que o autor preferiu e não passa de ensaio imperfeito de ephemeride:

22 de Janeiro. — Estacio de Sá parte em uma nau (*Santa Maria a Nova?*) e no mesmo dia chega á ilha de São Sebastião. Braz Fragoso fica em São Vicente concertando o galeão e a nau franceza tomada o anno anterior no Rio de Janeiro.

27 de Janeiro. — Partem de Bertioga cinco navios pequenos, dos quaes tres de remo, mais oito canôas, com mamalucos de São Vicente, indios do Espirito Santo, conversos de Piratininga. No dia seguinte reunem-se ao capitão-mór em São Vicente. Com estes vieram Gonçalo de Oliveira e José de Anchieta.

Quanto se prolongou a demora em São Sebastião? Diz Anchieta que foram ditas missas, confessou-se e commungou alguma gente. Podemos admittir que partissem de lá a 1 de Fevereiro.

1 de Fevereiro. — Os navios pequenos e as canôas todos reunidos continuam a viagem, forçosamente lenta, pois as embarcações de remo determinavam a marcha, havia ordem de não se separarem, e diariamente pousavam em ilhas. Chegaram assim á Ilha Grande. Quando? Póde ter sido a 4 ou 5.

Na Ilha Grande os expedicionarios esperaram pelo capitão-mór, tomaram uma aldeia de Tamoios, mudaram-se depois para outro ponto, onde acharam muita caça e peixe. Por fim, impacientes, os indios partiram por dentro de Marambaia para o Rio de Janeiro. Não tendo conseguido que elles se detivessem, ordenou-se aos mamalucos que os acompanhassem, com ordem expressa de esperarem nas ilhas fronteiras á barra e em caso nenhum entrarem antes de chegado o capitão-mór. Seria isso a 10 de Fevereiro.

O capitão-mór, dispondo de navio veleiro, ficará em São Sebastião, mas o tempo correu-lhe desfavoravel e foi obrigado a aportar numa ilha com a verga do traquete quebrada e rendido o mastro grande. Só a 15 passaria adiante da Ilha Grande, caminho do Rio de Janeiro.

13 de Fevereiro. — Os cinco navios pequenos partem da Ilha Grande para o Rio de madrugada, por pensar-se que o capitão-mór podia ter passado adiante. De facto, avistaram a capitanea já fronteira á barra; não entraram, porém, naquelle dia.

16 de Fevereiro. — Forte temporal levou á Ilha Grande um dos navios pequenos e a capitanea, que no caminho esteve em perigo de se perder sobre amarra num baixo. Os outros quatro navios, ora a remos, ora á vela, conseguiram não se apartar muito do porto.

21 de Fevereiro. — Os navios juntam-se ás cabôas nas ilhas fóra da bahia. Grande chuva, que remediou a falta de agua nas ilhas.

27 de Fevereiro. — Os indios teimam em entrar pela barra, ou tornar para as suas terras, pois era sensivel a falta de mantimentos. A poder de rogos conseguiu-se que demorassem mais um dia, esperando o capitão-mór. Chega do Norte João de Andrade, trazendo tres navios com mantimentos, o que melhora a situação.

28 de Fevereiro. — Appareceu a capitanea e o navio desgarrado. Todos juntos na mesma maré entram no Rio de Janeiro. Chuva.

1 de Março. — Desembarque: começa a fundação da cidade.

De todas estas datas ha apenas certas as de 22, 27 e 28 de Janeiro, 21 e 28 de Fevereiro. A de 1 de Março é fornecida por Frei Vicente do Salvador. Anchieta diz: «Logo ao seguinte dia, que foi o ultimo de Fevereiro ou o 1.º de Março, começaram a roçar a terra com grande força e cortar madeira para a cerca», etc. Em 1584 foi, porém, mais explicito e escreveu *principio de Março*, *Informações e fragmentos historicos*, 7.

As difficuldades de determinar as datas provêm umas do mau estado de conservação do manuscripto, outras das affirmações pouco precisas de Anchieta: em Ilha Grande estiveram «muitos dias», esperando pela capitanea; depois de partidas as canôas de Ilha Grande os navios ficaram esperando «pela capitanea cinco ou seis dias», e assim por diante.

As datas seguintes são mais precisas:

6 de Março. — Primeiro ataque dos Tamoios com quatro canôas.

10 de Março. — Avista-se uma nau franceza legua e meia da povoação dentro do rio.

11 de Março. — Combate com a nau franceza; assalto de quarenta e oito canôas contra a cerca.

12 de Março. — Negociações com a nau franceza, que se rende neste ou no seguinte dia.

Antes da saida da nau franceza, que devia seguir do porto a rendição e entrega de polvora e artilharia, houve novo assalto de vinte e sete canôas, cuja data não é conhecida.

Braz Fragoso, que ficára em São Vicente, reuniu-se a Estacio de Sá, ignora-se quando. Sabe-se por uma carta de Quiricio Caxa que a capitanea chegou á Bahia entre 13 e 15 de Julho do mesmo anno de 1563.

A proposito desta expedição, narra Anchieta, *Informações e fragmentos*, citados, 67: «Estava elle (Nobrega) muito determinado, quando se

começou a povoação do Rio de Janeiro, de mandar um Padre e com elle um Irmão por superior; dissimulou o Irmão com isso por alguns dias e depois de encommendar a cousa a Deus, disse ao padre Nobrega que não devia manda-lo por superior por algumas razões que lhe deu. Ouviu-o o Padre e cuidando nisso mudou logo o parecer despachando-os para aquella missão, juntos os mais de casa disse: O Padre (Gonçalo de Oliveira), por ser sacerdote, será superior; mas lembrar-se-á, pois o Irmão (Anchieta) foi seu mestre, do respeito e reverencia que se lhe deve ter e de tomar seus conselhos.» — (C.)

II

(Pag. 414)

Do auto da posse, a 19 de Setembro de 1566, consta que, apresentando o alcaide-mór o seu provimento ao capitão-mór Estacio de Sá, estando presente o juiz Pedro Martins Namorado e o alcaide pequeno Domingos Fernandes, pediu que o empossasse, segundo o que el-rei mandava em suas ordenações. Detendo-se o governador com as mais pessoas á porta principal da cidadella, lhe disse que cerrasse as portas, e isto fez o alcaide-mór com as suas proprias mãos, bem como os dois postigos sobrepostos nelles com as suas aldravas de ferro. Ficando Estacio de Sá fóra das portas e muros, lhe perguntou o alcaide-mór, que estava dentro, se queria entrar, e quem era elle? Ao que respondeu que queria entrar, e que era o capitão da cidade de São Sebastião, em nome del-rei nosso senhor, e immediatamente lhe foi aberta a porta, dizendo o alcaide-mór que o reconhecia por seu capitão em nome de Sua Alteza, cuja cidade e fortaleza eram. Taes foram as ceremonias da posse do alcaide-mór, lavrada pelo tabellião Pedro da Costa. — Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, 1, 105.

Dias antes, a 9 de Setembro, fôra dirigida a Pedro Martins Namorado uma provisão suspendendo o curso das causas que ante elle corressem por jogos de cartas, dados, bolas, etc., comminando, porém, a multa de 100$ (o algarismo está errado, porque *cem mil reis* naquelle tempo era quantia de que nem o capitão-mór poderia dispor: seria $100?) para os que dahi por diante reincidissem. Silva Lisbôa, ib., 103. — (C.)

III

(Pag. 414)

Em sua carta de 9 de Julho de 1565, Anchieta resumia nos seguintes termos a situação:

«O maior inconveniente que ali havia ultra da fome é que lá estão muitos homens de todas as capitanias, os quaes passa de um anno que lá andam e desejam vir-se para suas casas, como é razão; se os não deixam andam e desejam vir-se para suas casas, como é razão; se os deixam vir, fica a situação desamparada e com grande perigo de serem comidos os que lá ficarem.»

Sobre o estado das cousas escreve:

«Já á minha partida tinham feito muitas roças ao derredor da cerca, plantados alguns legumes e inhames, e determinavam de ir a algumas roças de Tamoios a buscar alguma mandioca para comer e a rama della

para plantar; tinham já feito um baluarte mui forte de taipa de pilão, com muita artilharia dentro, com quatro ou cinco guaritas de madeira e taipa de pilão, todas cobertas de telha que se trouxe de São Vicente, e faziam outros e outros baluartes, e os Indios e Mamalucos faziam já suas casas de madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como cales e telhas, que é grande defensão contra o fogo. Os Tamoios andavam se ajuntando para dar um grande combate na cerca; já havia dentro do rio oitenta canôas, e parece-me que se ajuntariam perto de duzentas, porque de toda a terra haviam de concorrer á ilha, e dizia-se que fariam grandes mantas de madeira para se defenderem da artilharia e abalroarem a cerca; mas os nossos tinham já grande desejo de chegar aquella horá, porque desejavam e esperavam fazer grandes cousas pela honra de Deus e do seu rei, e lançar daquella terra os Calvinos, e abrir alguma porta para a palavra de Deus entre os Tamoios.» — Silva Lisbôa, *Annaes do Rio de Janeiro*, 6, 178. — Corrigiu-se o que foi possivel pelo codice da Bibliotheca Nacional. — (C.)

IV

(Pag. 415)

«Depois no anno de sessenta e seis mandou Sua Alteza outra armada pera o Rio e me mandou que fosse em pessoa por ser informado que os Francezes pelo sertão e junto ao mar fazião muitas fortalezas e se tinhão apoderado dos Indios e estavão já muito fortes com muita artilharia.

Fui o milhor que pude com muito gasto de minha fazenda, dando mesa a todos que levava, e do muito trabalho que levei adoeci no Espirito Santo e assi doente fui ao Rio e estive á morte. Mas assim dei ordem com que logo se combatesse a fortaleza de Biraoaçú mirim, grande principal e muito guerreiro, o qual estava em um passo muito alto e muito fragoso, com muitos francezes e artilharia, a qual foi combatida com tanto animo que, posto que forão mortos e feridos muitos dos Christãos, não se sentiu menos fervor no cabo que no começo, té que renderão e cativarão nove ou dez francezes, matarão outros, onde Estacio de Sá foi ferido de uma frechada, de que morreu». — *Instrumento*, 135. — Conf. Simão de Vasconcellos, *Chronica*, 3, 101 e seg.

? Das palavras referentes á altura e fragosidade da aldêa, póde-se concluir, sem grande risco de errar, que ficava no morro da Gloria, anligamente chamado de Lery, segundo bondosa communicação de Vieira Fazenda. — (C.)

V

(Pag. 417)

«E por o sitio onde Estacio de Sá edificou não ser pera mais que pera se defender em tempo de guerra, com parecer dos capitães e doutras pessoas que no dito Rio de Janeiro estavam, escolhi um sitio que parecia mais conveniente pera edificar nelle a cidade de São Sebastião, o qual sitio era de um grande mato espesso, cheio de muitas arvores e grossas, em que se levou assás de trabalho em as cortar e alimpar o dito sitio e edificar uma cidade grande, cercada de trasio de vinte palmos de largo e

outros tantos de altura, toda cercada de muro por cima com muitos baluartes e fortes cheio de artilharia. E fiz a Igreja dos padres de Jesu, onde agora residem, telhada e bem concertada, e a Sé de tres naves tambem telhada e bem concertada; fiz a casa da camara sobradada, telhada e grande; a cadeia; as casas dos almazeins, e pera a fazenda de Sua Alteza sobradadas e telhadas e com varandas; dei ordem e favor ajuda com que fizessem outras muitas casas telhadas e sobradadas. Tendo isto feito, por se rebellarem uns principaes que estavam em umas fortalezas de muitas cercas, dei sobre elles e os desbaratei e se mataram muitos, o que foi causa de tornarem novamente a pedir pazes. Mandei vir muitos moradores, muito gado para povoar a dita cidade, o qual se dá muito bem, de que ha já grande creação.» — *Instrumento*, 136. — (C.)

VI

(Pag. 419)

O primeiro reitor do collegio dos Jesuitas do Rio foi o padre Manuel da Nobrega, que tanto concorreu para a fundação da cidade, sem o qual Estacio de Sá não poderia ter vindo reforçado de São Vicente, de modo a arrostar Francezes e Tamoios durante quasi dois annos. No collegio falleceu a 18 de Outubro de 1570. Esse Jesuita benemerito não tem sido condignamente apreciado; com grande despreso de perspectiva historica, Simão de Vasconcellos esfumou-o na irradiação de Anchieta, seu discipulo querido; tacita ou explicitamente, outros o têm imitado. Modesto, mas perenne monumento dedicou-lhe Valle Cabral, de saudosa memoria, na edição das Cartas, enriquecida de notas importantes, precedida da vida do apostolo brasileiro escripta pelo padre Antonio Franco e publicada na *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Collegio de Coimbra*. Nella ha algumas paginas profundas de Anchieta sobre o fundador da Companhia no Brasil, transcriptas antes nas *Informações e fragmentos historicos*, 57 e segs. Para escrever, não a hagiographia, mas a Biographia do Nobrega á altura da sciencia, faltam infelizmente documentos. — (C.)

VII

(Pag. 419)

«Por me vir novas que o gentio da capitania do Espirito Santo estava alevantado e tinha mortos muitos brancos foi necessario i-lo soccorrer e fui com parecer dos capitães e moradores da terra, e deixei por capitão da dita cidade do Rio de Janeiro a Salvador Corrêa de Sá, meu sobrinho, o qual ainda agora (1570) sustenta á minha custa, e chegando á dita capitania em mui breve tempo assoceguei o gentio que quiz pazes e os que a não quizeram foram castigados e mortos muitos, e os que escaparam se foram da terra, e ficou ella mais pacifica que nunca, o que tudo fiz á minha custa.» — *Instrumento*, 136.

A nomeação é de 4 de Março de 1568. Salvador Corrêa de Sá era natural da quinta de Penabóa, termo de Barcellos, filho de Gonçalo Corrêa e Felippa de Sá, neto de Ruy Vaz Corrêa e de Martim de Sá, das linhagens dos Corrêas e dos fidalgos de cotas d'armas, diz sua carta de

foro de 30 de Agosto de 1574: era cavalleiro do habito de Santiago. — Varnhagen, *Revista do Instituto*, 3, 100, Rio, 1841.

Durante a assistencia de Men de Sá na cidade, deu-se o seguinte caso, narrado por Frei Vicente do Salvador, 3, 12 (ed. de 1918, ps. 190/191): Haviam ido na armada mercadores, que entre outras mercadorias levaram algumas pipas de vinho. Mandou-lhe o Governador que o vendessem atavornado e pedindo-lhe elles que lhes puzesse a canada por um preço excessivo, tirou elle o capacete da cabeça com colera e disse que sim, mas que aquelle havia de ser o quartilho, e assim foi e é ainda hoje por onde se afilam as medidas, donde vem serem tão grandes que a maior peroleira não leva mais de cinco quartilhos.» — (C.)

SECÇÃO XX

PROSEGUE O GOVERNO DE MEM DE SÁ. SUA MORTE

A escravatura segundo Fr. Thomaz de Mercado. Abusos do trafico segundo o mesmo. Sevicias a bordo pintadas pelo mesmo. Conclue a citada obra de Mercado sobre os escravos. A philantropia dos Jesuitas no Brasil não passou á Africa. Juizo acerca de Mem de Sá. Desejava a demissão. Captura do successor nomeado. Lei sobre armas. Lei ácerca da liberdade dos indios. Começa a predominar a influencia dos Jesuitas. Tributos. Minas. O Rio de Janeiro e Pernambuco por este tempo. Reconducção de Christovão do Barros no Rio. Ilha Grande.

As exaggeradas pseudo-philantropias em favor dos indios serviram a fomentar o trafico africano; assim a pretexto de se alliviarem sevicias (que d'outra fórma se puderam ter combatido) contra as gentes de um paiz que se pretendia civilizar, começaram os particulares a enviar navios além do Atlantico a inquietar povos alheios, de igual barbaridade, e a prende-los e a traze-los em cadeias, e a fazer que muitos fallecessem nos navios, e a que importassem com males de lepra, a lepra ainda maior da escravidão hereditaria. Inaugurou-se então um systema de colonização de escravos, cujos graves inconvenientes desde logo começaram a manifestar-se, de tal modo que já em 1569 publicava um escriptor philantropo protestos contra os abusos que se praticavam; isto apezar de admittir como principio que o «captivar ou vender pretos ou quaesquer outros individuos era negocio licito e de *jure gentium*, no dizer dos theologos, como a divisão e partição das cousas; dando-se muitos titulos, segundo elle, em virtude dos quaes podia uma pessoa ser justamente captivada e vendida.»

Nesses titulos admittia o mesmo autor, entre os povos não christãos, a guerra, o castigo por certos crimes, e a extrema necessidade dos paes; mas logo accrescenta os abusos que, a pretexto desses tres titulos, se originavam, nesses mesmos povos não christãos e barbaros, havendo quem, por

meio da compra, estimulasse novos pretextos para a escravidão, como succedia existindo o que se chamava o *trafico de Africanos*.

Isto sem falar das crueldades que se davam, ao transporta-los em grandes carregações, e que já nesse tempo descrevia com vivas côres o dito escriptor, Fr. Thomaz de Mercado do seguinte modo:

«Os titulos e causas injustas que referi crescem e vão em augmento ao presente, mais que nunca, pelo grande interesse que tiram dos mesmos pretos. Porém, é, e tem sido sempre, pública voz que de duas partes que sae, uma é enganada ou tiranicamente captiva ou violentada; além de que (ainda que isto é accidental) os tratam cruelissimamente no caminho, quanto ao vestuario, comida e bebida. Pensam que economisam, trazendo-os nus, matando-os de fome e sede; mas enganam-se; pois que antes perdem.

«Embarcam n'um navio, ás vezes pequeno, quatrocentos ou quinhentos, e já o fedor ou catinga basta para matar os mais delles. Com effeito morrem muitos: pois maravilha é não diminuirem de vinte por cento. E para que ninguem pense que exaggero, direi que não ha quatro mezes que dois mercadores sacaram para a Nova-Espanha, de Cabo-Verde, n'uma nau quinhentos; e n'uma só noite umanheceram mortos cento e vinte; porque os metteram como porcos n'um chiqueiro, ou ainda peor, debaixo da coberta: onde seu mesmo folego e catinga (que bastavam para corromper cem ares e saca-los a todos da vida) os matou. E honvera sido justo castigo de Deus morrerem juntamente aquelles homens bestiaes que os levavam. E não parou nisto o negocio que, antes de chegarem ao Mexico, morreram quasi tresentos.

«Contar o que passa no tratamento dos que vivem seria um nunca acabar. E espantamo-nos da crueldade que usam os turcos com os christãos captivos, pondo-os de noite em suas masmorras! Certo muito peor tratam estes mercadores christãos aos pretos que já são tambem fieis; porque na praia, ao tempo de embarca-los, os baptizam, a todos juntos, com um hyssope, o que é outra grandissima barbaridade.»

Até aqui Fr. Thomaz de Mercado em 1569 (1).

Pelo que nos toca mais particularmente cumpre não dei-

(1) O livro de Fr. Thomaz de Mercado intitulava-se *Tratos y contratos de mercadores*, Salamanca, 1569. — (C.).

xar de ponderar que o habito e a necessidade de andarem os escravos africanos, para poderem trabalhar, quasi nus, não deviam ser favoraveis á moralidade publica, que se embotava de sensibilidade, educada ante tal falta de pudor.

Assim em vez de servidão provisoria, necessaria, experimentada em muitos outros paizes, admittidá pelos publicistas mais liberaes, se perpetuou no Brasil outra servidão que nos abstemos de qualificar, e que já agora não podemos dispensar por uma geração mais, — sem grandes males para o paiz.

Debalde os moradores apresentavam argumentos: debalde pediam elles para o seu gentio do Brasil, no Brasil, as mesmas praticas e leis seguidas em Africa com «o gentio d'Africa». Os jesuitas a tudo se oppunham, pela simples razão, segundo seus inimigos, que d'Africa não pretendiam elles o dominio: não lhes agradava o clima. Se algum dia a Companhia de Jesus recobra outra vez seu antigo desenvolvimento, tem que desaffrontar-se desta accusação, passando a missionar nos sertões da terceira parte da terra, em que na verdade a sua historia apresenta feitos de escassa importancia na conversão de tantos milhões d'almas que a povoam.

Notou-se que á medida que os indios se viam mais protegidos e mimados, mais insolentes se tornavam. Em 1568 se amotinaram muitos delles meio-convertidos e fizeram bastantes mortes; e taes motins ainda depois se repetiram (1). Estas desordens eram seguidas de outras, provenientes das grandes oscillações que experimentava a moeda de cobre, e que muito faziam soffrer o povo (2).

Os engenhos se tinham estendido pelo interior da Bahia, e as roças dos particulares iam entrando pelas terras proximas das aldeias jesuiticas, as quaes elles diziam haverem sido dadas de sesmaria aos seus indios. E representando neste sentido ao governador, este sempre em deferencias com elles, mandou lançar um pregão ordenando que ninguem roçasse taes terras, sob pena de perdimento das bemfeitorias, além da multa de cincoenta cruzados, metade para o denunciante, e a outra metade para as obras da fortaleza da cidade (3).

---

(2) Em 1551 havia sido levantado o valor da moeda de cobre. Em 1556 e 1560 havia-se reformado esta medida. Em 1563, em consequencia da invasão de cobre falso, baixou-se de novo esse valor, e foram mandadas indemnisar as perdas e damnos, etc. — (A.).

(3) Foi Diogo Zorrilla, procurador dos indios, quem representou ao governador a esse respeito, e delle obteve o seguinte despacho:

O governo de Men de Sá é, entretanto, um dos que a historia deve considerar como dos mais proficuos para o Brasil, o qual se pode dizer ter sido por elle salvo, — principalmente das invasões francezas, e das dos indios. Sua politica para com os colonos foi em geral tolerante. A' propria Rainha D. Catharina escrevia elle: «Esta terra não se pode nem deve regular pelas leis e estylos do Reino. Se V. A. não fôr muito facil em perdoar, não terá gente no Brasil; e porque o ganhei de novo, desejo que se elle conserve» (4).

Men de Sá, velho e cançado de servir, e de ser mal attendido, «pelo pouco fundamento que da terra se fazia», e de estar ausente da sua familia, instava por que lhe mandassem successor.

Já em 1560 o pedia assim: «Peço a V. A. que, em paga de meus serviços, me mande ir para o Reino, e mande vir outro governador; porque afianço a V. A. que não sou (5) para esta terra. Eu nella gasto muito mais do que tenho de ordenado: o que me pagam é em mercadorias, que me não servem. Eu fui sempre ter guerra e trabalhos onde hei de dar de comer aos homens, que vão pelejar e morrer, sem soldo, nem mantimentos; porque o não ha para lh'o dar. Sou velho, tenho filhos que andam desagasalhados: uma filha que estava no mosteiro de Santa Catharina de Evora, mandou Fr. Luis de Granada que se sahisse. Não sei quanto serviço de Deus nem de V. A. foi deitar uma moça de um mosteiro na rua, sendo filha de quem o anda servindo no Brasil» (6).

Annos depois escrevia ao secretario d'estado Pero d'Alcaçova Carneiro, filho de Antonio Carneiro e Conde da Idanha, a seguinte memoravel carta, cujo anno se não menciona; mas que se pode colligir ser do tempo da regencia do cardeal

---

«Lance-se pregão, que nenhuma pessôa de qualquer qualidade que seja haja nem faça bemfeitorias nas terras, que forão dadas aos indios nas igrejas e povoações de Espirito Santo, São João, Santo Iago, Santo Antonio e nas mais povoações, posto que tenhão dellas titulo dado por mim, sob pena de perderem as bemfeitorias, e todo direito que nellas pretenderem ter, e pagarem 50 cruzados, a metade para quem os acusar, e metade para as obras da fortaleza desta cidade, capitania do Salvador. Hoje 2 dias do mez de Maio de 1571 annos. — *Men de Sá.*» — *Trabalhos dos Primeiros Jesuitas no Brasil*, in *Revista do Instituto Historico*, 57, parte I.ª, 227. — (G.).

(4) Carta de 30 de Março de 1570. — B. N. — (C.).

(5) *Sam* dizia aqui e na carta seguinte, em vez de *sou*. Assim se escrevia naquelle tempo, e se pronunciava. — (A.). — Conforme ao latim *sum*. — (C.).

(6) Final da carta do derradeiro de Março de 1560, datada do Rio de Janeiro, publicada nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 27, ps. 227-229. — (G.).

D. Henrique, e quando D. Sebastião teria já alguma parte no governo, pois se trata de «Suas Altezas». Diz assim:

«Senhor. — Todas as vezes que podér hei de alembrar a V. M.ᵉ o perigo em que todas estas capitanias estão pela sua má ordem e pouca justiça, porque trabalhe, por serviço de Deus, com Suas Altezas que a provejam de algumas coisas que na sua carta aponto. Eu sou um homem só, e quanto tenho feito, em todo o tempo que ha que estou no Brasil, desfaz um filho da terra em uma hora. S. A. dá as capitanias e os officios a quem lh'os pede, sem exame se os merecem. E cá não ha official que preste, nem capitão, que defenda uma ovelha, quanto mais capitanias, de tanto gentio e degradados. Tomo a Deus por testemunha, e a V. M.ᵉ lhe lembro, que faço mais do que posso. A mercê que lhe peço é que me haja licença de Suas Altezas para me podêr ir, que não parece justo que, por servir bem, a paga seja terem-me degradado em terra de que tão pouco fundamento se faz» (7).

Cremos que a esta carta foi devida a nomeação em 6 de Fevereiro de 1570 (8) de D. Luís Fernandes de Vasconcellos, que não chegou a lhe succeder; pois que a frota de seis navios e uma caravela em que vinha, com o padre Ignacio de Azevedo, nomeado Provincial, e um reforço á Companhia de Jesus de mais de sessenta militantes, foi desbaratada e aprisionada por navios dos Huguenotes, ás ordens, uns de Jacques Sore, e outros de Jean Cap de Ville (Southey, I, 320 e segs.), corsarios cujos nomes sentimos concorrer a fazer mais conhecidos (11).

Assim viu-se obrigado Men de Sá a conservar ainda o mando; e bem que os espiritos se lhe afrouxavam, elle não se cançava de obedecer e de ser leal.

Em seus ultimos dias, fez promulgar varias leis: a primeira obrigando os colonos do Brasil que tivessem quatrocentos mil réis a apresentar um arcabuz, um píque ou uma lança, uma rodela ou adarga, e um capacete ou cellada. Uma provisão (16 de Março de 1570) concedia isenção de tributos aos engenhos que se fizessem dentro de dez annos, pagando

---

(7) Segue a conclusão: Nosso Senhor a vida e estado de V. M. acrescente. Do Salvador a 10 de Agosto. — Servidor de V. M. — «Men de Sá». — (A.).

(8) Liv. 28 de D. Sebastião e D. Henrique, fls. 34. Vasconcellos trazia mais 200$000 de ordenado, isto é, 400$000. — (A.). — Cópia no Instituto Historico, Conselho Ultramarino, *Registos*, 2, fls. 136 e segs. — (C.).

apenas o assucar dez por cento á entrada no reino; providencia que depois foi mais de uma vez renovada, bem que desta 1.ª vez fosse resolvida como uma especie de indemnização pela perda soffrida na rebaixa que se decretou em toda a moeda de cobre, afim de evitar o contrabando que della se chegara a fazer.

Outra lei versava ainda sobre os indios, que agora quasi todos se declaravam de uma vez forros. Consideramos de tal importancia seu texto que julgamos dever aqui transcreve-lo (9).

«D. Sebastião, etc. Faço saber aos que esta lei virem que sendo eu informado dos modos illicitos que se tem nas partes do Brasil em captivar os gentios das ditas partes, e dos grandes inconvenientes que disso nascem, assim para as consciencias das pessoas que os captivam pelos ditos modos, como para o que toca a meu serviço e bem e conservação do estado das ditas partes, e parecendo-me que convinha muito ao serviço de Nosso Senhor prover nisso em maneira que se atalhasse aos ditos inconvenientes, mandei ver o caso na Mesa da Consciencia, pelos deputados do despacho della, e por outros lettrados; e conformando-me n'isso com sua determinação e parecer: Defendo e mando que d'aqui em diante se não usem nas ditas partes do Brasil dos modos que se até ora usou em fazer captivos os ditos gentios, nem se possam captivar por modo nem maneira alguma, salvo aquelles que forem tomados em guerra justa que os portuguezes fizerem aos ditos gentios, com autoridade e licença minha, ou do meu governador das ditas partes, ou aquelles que costumam saltear os Portuguezes, ou a outros gentios para os comerem; assim como são os que se chamam Aymorés e outros semelhantes. E as pessoas que pelas ditas maneiras licitas captivarem os ditos gentios serão obrigadas, dentro de dois mezes primeiros seguintes, que se começarão do tempo em que os captivarem, fazerem escrever os taes gentios captivos nos livros das provedorias das ditas partes, para se poder ver e saber quaes são os que licitamente foram captivos. E não o cumprindo assim no dito tempo de dois mezes: Hei por bem que percam a acção dos

(9) Datada de 20 de Março de 1570. Cópia deste documento no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, 1, fls. 3-4, de que o autor apenas deu a parte essencial. — (C.).

ditos captivos e senhorio. E que por esse mesmo feito sejam forros e livres. E os gentios que por qualquer outro modo e maneira forem captivos nas ditas partes declaro por livres, e que as pessoas que os captivarem não tenham n'elles direito nem senhorio algum.»

Esta lei de liberdade dos indios lavia levantado no Brasil tão grandes alaridos, que chegavam á côrte de continuo, e foi necessario modifica-la, por uma carta régia, cuja execução não coube já a Mem de Sá, a quem em 1573 se concedia o suspirado regresso á patria, — regresso que não chegou a realizar, por haver Deus disposto de sua vida, ao cabo de dezeseis annos de governo. Não nos consta que deixasse testamento, documento este no qual (quando feito a sangue frio e antes dos derradeiros momentos, em que o espirito se acha naturalmente acobardado e enfraquecido) nos houvera revelado por ventura algumas circumstancias importantes á historia (111).

Os supramencionados favores aos jesuitas deviam concorrer a que o governador Mem de Sá, aliás integro e bom, mas desejoso de ceder seu posto, não fôra rendido. Durante o seu governo, haviam os padres adquirido no Brasil tal ascendente que já para o fim tinham mais poder que o governador. Por uma carta régia obtiveram elles, afim de fabricarem dois collegios, o producto das condemnações e penas pecuniarias impostas pelas magistraturas judicial e administrativa, com direito de nomearem o recebedor; e por outra carta régia foi ordenado ao governador geral que confirmasse as datas e doações das terras a elles feitas, ainda que não as houvessem benfeitorizado, sem embargo de quaesquer ordens ou direito em contrario». Um alvará, de 5 de Maio de 1570, recommendou que se pagasse pontualmente o que se lhes devesse de seus ordenados; e isso mesmo se repetiu depois em outro de 14 de Fevereiro de 1575 (110).

Tambem a este governador caberia o fazer cumprir o regimento dado aos capitães mores, em 10 de Dezembro de 1570,

---

(10) Do alvará de 5 de Maio de 1570, mandando pagar aos Padres da Companhia o que se lhes devesse de seus ordenados, encontra-se cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, 1, fl. 12; com a data de 14 de Fevereiro de 1575 existem tres alvarás relativos a pagamentos aos mesmos Padres, *ibidem*, fls. 15-17. — (G.).

o qual, na Côrte, foi uma especie de preparativo de tropas para a infausta expedição, que veiu a ter o desfecho em Alcacerquibir.

O illustre Men de Sá começava de dia para dia a esmorecer. A muitas propostas suas não se attendia, e o laconismo das respostas que se davam ás suas correspondencias era tal (depois da primeira carta régia que transcrevemos) que succedeu ás vezes com poucas linhas e um só aviso (11) corresponder a tres correios seus; tudo se reduzia a promessas, e a assegurar-lhe a muita confiança que nelle tinha o governo. Entretanto sabemos, por outro lado (12), que corria no Brasil que elle no Reino «não tinha ninguem por si». Veiu a fallecer em 2 de Março de 1572 (13). Pode-se dizer que aos seus esforços deveu o Brasil o começar a viver independente de soccorro.

No Rio de Janeiro não occorrera novidade. Christovão de Barros ahi construira um engenho, por sua conta (14). Em 1569 (15) assentára o bispo de revestir o parocho da cidade com as attribuições de ouvidor ecclesiastico, constituindo-o, ao mesmo tempo, delegado seu nos artigos do Santo-Officio,

---

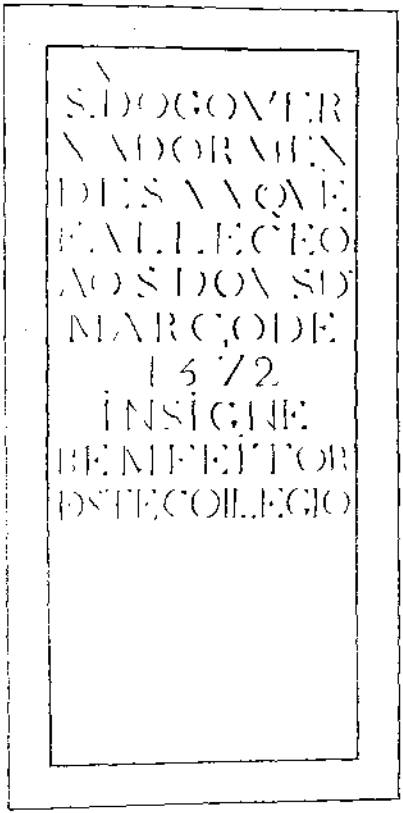
(11) Os rascunhos destas respostas de que temos cópias, em nossa collecção, se encontram a fls. 227, 231, 281 v. 356, etc. do L. X da Coll., chamada de S. Vicente de Fóra, — conhecida dos eruditos. — (A.).

(12) Carta de Nobrega a Thomé de Sousa, de 5 de Julho de 1559. — (A.). — Publicada pela primeira vez por B. da Silva Lisbôa, *Annaes do Rio de Janeiro*, 6, pg. 53-100; reproduzida por Accioli, *Memorias historicas da Bahia*, 5, pg. 210-235; e por Valle Cabral, *Cartas*, pg. 146-168. O original conserva-se na Bibliotheca Nacional. — (G.).

(13) Miralles, pg. 321. — (A.). — *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 22, Rio, 1900. «Falleceu o governador Men de Sá em domingo ás 10 horas dos dois dias do mez de Março de 1572, pelo que poz esta verba: Oliva» — lê-se no *Livro 1.º de provimentos seculares e ecclesiasticos*, fl. 128: Bibl. Nacional. — (G.). — Segundo documento que viu Capistrano de Abreu na Bibliotheca Nacional, ficou governando interinamente, desde a morte de Men de Sá até á posse de Luis de Brito de Almeida, o ouvidor geral e provedor-mór da fazenda doutor Fernão da Silva, que por provisão de 9 de Março de 1572 mandou fazer inventario de toda a fazenda do governador, designando, para isso o alcaide do mar Diogo Zorrilla com o tabellião Diogo Ribeiro, «porquanto eu ao presente não posso hir por muytas ocupações» — (G.).

(14) «Era Christovão de Barros homem sagaz e prudente e bem afortunado em as guerras, e assim, depois que chegou ao Rio de Janeiro, em todas as que teve com os Tamoyos ficou victorioso e pacifico. De modo o reconcavo e rios daquella bahia que, tornados os ferros das lanças em foices e as espadas em machados e enxadas, tratavam os homens já sómente de fazer suas lavouras e fazendas, e elle fez tambem um engenho de assucar junto ao rio chamado Magé...» — Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, N. 18, ed. de 1918, pg. 211). — (C.).

(15) Prov. de 20 de Fevereiro e 17 de Agosto. Vide Pizarro, *Memorias*, 2, 38; Silva Lisbôa, *Annaes do Rio de Janeiro*, 1, 179 e 314. — (A.).



EPITAPHIO SOBRE O JAZIGO DE MEM DE SÁ
na Cathedral da Bahia, antigo Templo dos Padres da Companhia de Jesus.

de cujo tribunal de Lisboa era o bispo no Brasil commissario ou subinquisidor. O primeiro parocho que teve taes poderes foi Matheus Nunes (16). O dito Christovão de Barros, em Outubro (31) de 1571, foi reconduzido no governo por mais quatro annos (17). Ao mesmo tempo recebeu ordem para que considerasse devolutas e distribuisse as terras que dentro de um anno não fossem aproveitadas (18). Para mestre das fortificações do Rio de Janeiro foi nomeado Francisco Gonçales (19). A respeito da Ilha Grande, que havia sido doada, em 24 de Janeiro de 1559, com dez leguas de costa *fronteira*, na Angra dos Reis, a um Dr. Manuel da Fonseca, nenhumas noticias pudemos colher. Sabemos, porém, que não beneficiou essas terras, apezar de haver dellas pedido e obtido confirmação régia em 28 de Julho de 1573 e 12 de Outubro de 1575.

Pernambuco prosperava, graças á pacificação e sujeição dos indios, para que tanto acabava de contribuir Jorge d'Albuquerque (IV), irmão do 2.º donatario e seu successor, favorecido pelos ataques dirigidos contra os Caités por outros indios do sertão (20).

Antes de passar adiante, cumpre dizer que emquanto o Brasil chorava a morte do seu terceiro governador, soffreu a perda do segundo prelado da diocese, D. Pedro Leitão, que

---

(16) Foi talvez este que teve com os Jesuitas conflictos a que se refere Sacchini, *Hist. Soc. Jes.*, parte 3.ª, l. v, 297. Extractado por A. Henriques Leal na *Revista do Instituto Historico*, 34, parte 2.ª. — (C.).

(17) Basta comparar esta data com a que ficou expressa na secção XIX (pg. 420) para ver o equivoco do autor, e que não houve reconducção. Christovão de Barros veio nomeado por quatro annos, e trouxe tambem o cargo de provedor da fazenda. Foi quem recebeu Antonio de Salema no Rio de Janeiro e ajudou-o nas suas guerras. — Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 2, 23 (ed. de 1918, pg. 225-227. Dos documentos citados na cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, 2, fls. 87 e segs. — (C.).

(18) Provisão de 27 de Outubro de 1571. Cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, 2, 90. — (G.).

(19) Provisão de 17 de Novembro de 1571. Francisco Gonçalos ou Gonçalves vencia o ordenado de 80$. — Cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, 2, 95. Provavelmente foi o mesmo que obteve em sesmaria 1.500 braças de largo e 3.000 para o sertão ao longo do rio chamado *Piassú*, em 26 de Janeiro de 1574. — *Revista do Instituto Historico*, 63, parte 1.ª, pg. 103. — (G.).

(20) «Confederaram-se os Tupinambás seus vizinhos com os Tupinaés pelo sertão, e ajuntaram-se uns com os outros pela banda de cima, donde os Tapuyas tambem apertavam estes Caités, e deram-lhes nas costas e de tal feição os apertaram que os fizeram descer todos para baixo, junto do mar, onde os acabaram de desbaratar, e os que não poderam fugir para a serra do Aquetiba não escaparam de mortos ou captivos». — Gabriel Soares, *Tratado descriptivo*, 1. 19.

A serra de Aquetiba não foi ainda identificada com certeza. Na *Revista do Instituto Historico*, 14, 372, insinúa Varnhagen que deve a de Tiúba, mas é pouco provavel, porque deria ficar do lado de Pernambuco. — (C.).

acabava de fazer uma visita a Pernambuco (v). Ambos haviam favorecido o ascendente nos negocios publicos dos padres da Companhia de Jesus. O ultimo lhes legou a sua livraria. Convocou Leitão o primeiro synodo brasiliense, ao qual só concorreram clerigos da Bahia, nenhum lettrado ou canonista. Entretanto, neste synodo resolveram-se varias mudanças nas Constituições de Lisboa, até ali em vigor, e se ordenaram alguns dias santos, differentes dos adoptados no calendario metropolitano (31).

(31) Anchieta, *Informações e fragmentos historicos*, 9, Rio, 1886. — (C.)

NOTAS DA SECÇÃO XX

I

(Pag. 435)

Sobre motins de indios meio-convertidos, em 1568, lê-se na chronica jesuitica de 1583, *Revista do Instituto Historico*, 57, parte 1.ª, 238:

«No anno de 1568, na semana santa, se levantou alguma da escravaria dos Portuguezes, a saber, de Japacé, Paranamirim e outras fazendas, fugindo para o sertão, na qual fugida mataram alguns Portuguezes, pondo fogo a algumas fazendas, roubando o que podiam. Eram estes escravos daquelle gentio, que os Portuguezes houveram no tempo da fome, e daquella doença grande que veio, assim das nossas igrejas, e da sua comarca, e do Rio Real, como acima vai dito, illicitamente resgatados, os quaes, depois que souberam, que cousa é ser escravo, polo terem bem experimentado em si, vendo que já não tinham nenhum remedio, imaginaram, que lhes vinha falar um santo, o qual lhes mandava, que se fossem para suas terras, e com isto se levantaram, como tenho dito. Os que de toda esta gente se poderam salvar dos Portuguezes e Indios das igrejas dos Padres, que foram após elles, tomaram muitos, só foram meter com o gentio do Rio Real, por serem ali naturaes...» — (C.).

Para essas desordens e outras succedidas antes e depois havia de ter influido a abusão chamada Santidade, que não era mais do que a assimilação grosseira de ritos catholicos com tradições e praticas gentilicas. A' tal seita não faltam referencias em cartas dos primeiros Jesuitas, como tambem, e principalmente, nos documentos sobre a visitação do Santo Officio ás partes do Brasil, na ultima decada do seculo XVI.

Fernão Cabral de Athayde, rico senhor do engenho de Jaguaripe, que descreve Gabriel Soares, *Tratado*, ps. 144, Rio, 1851, é accusado naquelles documentos de ter consentido em sua fazenda a mesma abusão. Confessando-se perante a mesa do Santo Officio, não negou o facto, explicando-o de modo razoavel, *Primeira Visitação, Confissões da Bahia*, ps. 36. Entretanto, esteve preso no carcere do Santo Officio, como se vê da confissão de sua mulher D. Margarida da Costa, *ib.*, 101, por essa e outras culpas.

A Santidade foi extincta ao tempo do governador Manuel Telles Barreto. — (G.).

II

(Pag. 437)

O tragico successo passado junto á ilha da Palma em Julho de 1570 foi uma das maiores desgraças para o Brasil nesse seculo, pois Ignacio de Azevedo combinára a sua missão de modo admiravel, que permittia as

maiores esperanças: os nomes dos companheiros de Ignacio de Azevedo, victimas de Sore, *apud* Simão de Vasconcellos, *Chronica da Companhia*, 1, 18 e segs. D. Luis de Vasconcellos, depois de levado pelos temporaes a São Domingos, caiu o anno seguinte nas mãos do outro corsario francez J. de Cap de Ville: conf. Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 3, 16 (ed. de 1918, ps. 203). Lourenço da Veiga, mais tarde governador do Brasil, foi mandado com uma armada buscar o corsario que matou D. Luis de Vasconcellos: Gaspar Fructuoso, *Saudades da terra*, 161. D. Luis era filho do Arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Menezes; uma filha sua foi terceira mulher do segundo conde da Castanheira: Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Cintra*, 2, 472. Gaffarel dá para a morte de Ignacio de Azevedo o anno de 1565, quando ainda não estivera no Brasil, e fixa a morte de D. Luis de Vasconcellos seis annos mais tarde! Segundo o mesmo autor, Jacques Sore ou Soria, foi depois almirante de Navarra, e resistiu em La Rochelle ao barão de la Garde: *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*, 355-356, Paris, 1878. Marjéjols assegura que elle agia de accordo com os Geux do mar da Hollanda: em Lavisse, *Histoire de France*, 6, 1, 112, Paris, 1901. — (C.).

A data da morte de Ignacio de Azevedo e seus companheiros é fixada pelos chronistas em 15 de Julho. Nesse dia, diz Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Rio, 1925, ps. 327, era costume no Collegio de Pernambuco festejar-se dentro de casa o martyrio daquelle padre e dos que o acompanhavam. Os nomes destes vêm mencionados por Simão de Vasconcellos, *loc. cit.*, por Brito Freire, *Nova Lusitania*, liv. 2, ps. 81, Lisbôa, 1675, e no *Agiologio Lusitano*, t. 4, ps. 176-177. Foram elles: Diogo de Andrada, Bento de Castro, Diogo Pires de Niçéa, João de Mayorca, Gonçalo Henriques, Manuel Rodrigues, Manuel Pacheco, Estevão Lusaire (ou Zurara), Manuel Alvares, Simão da Costa, Manuel Fernandes, Braz Ribeiro, Antonio Soares, João Fernandes Braga, João Fernandes de Lisbôa, Pedro de Fontoura, Luis Corrêa, Luis Rodrigues, André Gonçalves, Affonso Bayena, Francisco Pires de Godoy, Antonio Corrêa, Gregorio Escrivano, Alvaro Mendes, Nicolau Diniz, Domingos Fernandes, Antonio Fernandes, Francisco Alvares, João Safra, Marcos Caldeira, Francisco de Magalhães, Simão Lopes, Aleixo Delgado, Pedro Nunes, Fernão Sanches, João de São Martinho, Gaspar Alvares, Amaro Vaz e João Adauto. Foram ao todo trinta e nove, sem contar Ignacio de Azevedo. Gaffarel, *op. cit.*, ps. 355, reduz esse numero a trinta e cinco, e diz que Sore poupou apenas um noviço, que ainda trazia o habito secular. Refere-se ao irmão João Sanches, que depois tornou a Portugal. Sobre os autores da chacina, veja Charles de la Roncière, *Histoire de la Marine Française*, t. 4, ps. 108/119.

Ignacio de Azevedo era o filho mais velho de D. Diogo de Azevedo, commendador de São Martinho, irmão de D. Francisco de Azevedo, a quem deixou o morgado, e de D. Jeronymo de Azevedo, que foi vice-rei da India.

A D. Luis Fernandes de Vasconcellos por certo os fados não favoreciam. Indo por capitão-mór de uma armada de cinco velas que D. João III mandou á India no ultimo anno de seu reinado, aconteceu que, antes de zarpar do Tejo, a capitanea *Santa Maria da Barca*, ou *Nossa Senhora da Barca*, fez agua tão grossa que quasi ia ao fundo, pelo que foram as outras naus mandadas seguir viagem. Os pescadores de Alfama tiveram o caso

como castigo divino, porque o arcebispo pae de D. Luís lhes prohibira naquelle anno as suas tão antigas ceremonias, com que veneravam e festejavam o dia do bemaventurado São Frei Pedro Gonçalves, lavando-o ás horas de Enxubregas com muitas folias, cantigas, danças, etc. A nau do capitão-mór só poude dar de vela depois de muitos dias de penoso trabalho, fóra da monção, e foi encontrar na costa da Guiné tantas calmarias que a obrigaram a invernar no Brasil: Couto, *Decadas*, 7, liv. 5, cap. 2. A 14 de Agosto arribava á Bahia. O capitão-mór e os fidalgos que vinham na nau, entre elles Luis de Mello da Silva, foram recebidos por D. Duarte da Costa, que os agasalhou, banquetsou e deu pousadas á vontade, e o mesmo fez a mais gente, a que deu mantimentos todo o tempo que alli estiveram: Couto, *ibidem*, e Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brazil*, cit., pg. 102, por identicas palavras. Proseguindo em sua derrota, a nau chegou a Moçambique a 2 de Maio de 1558, para, após muitos trabalhos, na altura da ilha de São Lourenço, em fins de Janeiro do anno seguinte, soffrer horrivel naufragio, de que escaparam com vida o commandante e sessenta pessôas da tripulação, morrendo duzentas ou mais: Couto, *Decadas*, 7, liv. 8 cap. 1. Os mesmos fados mafinzejos deviam acompanhar D. Luis de Vasconcellos em sua viagem ao Brasil para substituir Men de Sá. — (G.).

III

(Pag. 439)

Men de Sá deixou o seguinte testamento até hoje inedito:

«Em nome da Santissima Trindade padre, filho e espirito Santo tres pessoas e hũ soo Deus estando eu Men de Saa do conselho del Rei noso Sñor, em todo meu siso, e entendimento hoje uinte e oito dias do mes de julho de mil e quinhentos e sessenta e nove annos e de saude, conhecendo porem que sou pessoa mortal e q̃ necessariamente ei de morer por saude e salvação da minha alma e descarguo de minha consiencia faço este meu testamento de minha letra e sinal, primeiramente encomendo a minha alma a Deus noso Senhor que a criou e a fes de nhuã cousa e peço e rogo a sacratissima Virgem Nossa Senhora auogada dos peccadores queira ser minha auogada, emterçesora ao seu bento filho me perdoe os meus peccados, e me de a sua graça para uiuer e morer na sua Sancta fee catolica fazendo obras de seu sancto seruiço, e merecedoras da uida eterna. Item mando que quando Deus for seruido de me leuar deste mundo estando no Brazil donde ora rezido o meu corpo será enterrado no mosteiro de Jesus da cidade do Salvador dentro na capella da igreia nova, onde me poram hũa pedra em sima do meu corpo da milhor que se na terra achar de seis palmos de largo e oitto e meio de comprido com letras e que digam que estou alí sepultado, e acompanharam o meu corpo as dignidades conegos e mais crerezia da Se. E meus testamenteiros mandaram levar a oferta que lhes parecer; e os irmãos da misericordia me leuaram na sua tumba a qual deixo tuinta cruzados por me louarem e me mandarem dizer hũ anno inteiro hũa misa quada somana e hiram com o meu corpo os jrmãos e a cera do Sanctissimo Sacramento a qual deixo dez cruzados, e meus testamenteiros mandaram levar a mais cera que lhes parecer, e morrendo ẽ qualquer outra parte do Brazil me traram a

meu corpo a esta cidade do Salvador, e me enterrarom onde digo, e declaro que a minha vontade he fazer huã capella em Sam Francisquo de Lisboa ou em qualquer mosteiro outro de Lisboa e para me dizerem ahi as misas que ao diante declararei; Roguo a meu filho Francisco de Saa ou a quem erdar meus bens que em podendo me façam levar os meus osos a dita cidade de Lisboa e os ajuntem com os de Dona Guiomar de Faria minha molher, e na sepultura ou pedra nos porão hum letreiro que diga como estamos ali sepultados e porque Dona Breatis minha filha esta sepultada cõ Dona Guiomar sua mai quando tirarem os osos de huã e outra faram outra pedra para Dona Breatis. Podendo-se conhecer os osos que serão mais piquenos que os de sua mai com letras que declarem que esta ali sepultada Dona Breatis de Saa a qual morreo de idade de doze annos. Item declaro que eu tomei por devação fazer a igreia do mosteiro de Jesus fica por madeirar o telhar ao tempo que faço este testamento roguo a meus testamenteiros que acabem de madeirar e telhar se o eu não fizer em uida o que se faca do que couber a minha terça o forro da capella sera de paineis para se poder pintar de figuras com oleo auendo bom pintor que o saiba bem fazer o corpo da igreia sera forrada de iugado ou como milhor pareçer; Item declaro que eu fui casado com Dona Guiomar de Faria a qual faleçeo em Lisboa na freigezia de Sam Nicolao no anno de corenta e dous, por sua morte fiz emventario de toda a fazenda que me fiquou, e ficaram me por sua morte sinquo filhos dela Joam Rõiz de Saa que faleçeo em Ceita onde o mataram os mouros e morreu com Dom Pedro de Menezes seu capitam Fernão de Saa que trouçe comigo quando vim por Gouernador ao Brazil, e mandando socorrer a capitania do Espirito Sancto o mataram os tamoios despois de os terem desbaratados, e uencidos, e Dona Breatis de Saa que faleçeo em Lisboa e todos tres faleçeram despois de sua mai; ficaram viuos ate oje que faço este meu testamento Francisco de Saa e Dona Fellippa de Saa; Deus seja louvado os declaro por meus legitimos herdeiros. Item tenho no Brazil dous engenhos de fazer asuquere com sua escrauaria da terra, e alguã de Guine, huã esta na capitania dos Ilheos a que chamão a fazenda de Sancta Anna. Item duas legoas e meia de terra como se uera pelas escrituras que diso tenho. Tenho na capitania da Bahia do Salvador tres legoas e meia de costa, e quatro para o certam como duas ilhas ẽ Seregippe onde fiz hũ engenho dasuquere tenho algũs escravos de Guiné e outros da terra como se pode uer pelos emventairos e leis e outros moueis avaliaram-se ham ao de Seregippe com todas as terras, e aguas na minha terça e a deixo a Francisco Saa meu filho com tudo o mais que me couber na minha terça, a deixo ao dito meu filho e asi as ilhas que estam na boca de Seregippe e todos os escravos, e bemfeitorias e mais mouel que na dita fazenda ouer se tomara a conta da terça, e sendo cazo que me caiba mais fazenda de dinheiro aparte da terça se empregara em bens de raiz porque lhe deixo a terça vinculada por uia morgado pera que a logre e peçua em sua vida e por sua morte fique a seu filho maior legitimo e de legitimo matrimonio e não tendo filho varão legitimo e de legitimo matrimonio e não tendo filho estes bens que tome em minha terça e eu ao diante declarar a minha filha Dona Fellippa de Saa ou a seus filhos sendo ella já falecida, declaro mais que minha vontade he, emquanto ouuer macho em igual grão ho não erde

femea ainda que seia mais uelha; e vindo a duuida de filho ou neto que o erde o neto e esta ordem se guardará nas femeas, não auendo machos porem sendo o neto femea do filho macho procedera a femea, e faleçendo os ditos meus filhos sem filhos nem netos de legitimo matrimonio, se Francisco de Saa tiver algũ filho de molher solteira branqua que não fosse escrava nem preta, nem da India ou do Brazil este en tal cazo erdara o morgado e não tendo filho e tendo filha femea ainda da mesma maneira ela quero que o herde este morgado, o quando Deus fosse servido que todos os meus herdeiros asima ditos faleçam sem filhos nem filhas nem netos e descendentes pela maneira asima dita, deixo de todos os meus bens que me couberem na terça por herdeira a minha alma, e mando que se vendam e se dem a terça parte á misericordia da cidade do Salvador, digo á terça parte dos bens que estiuerem no Brazil e couberem a minha terça e a outra terça parte auera o Colegio de Jesus da cidade do Salvador e peço ao provincial que naquele tempo tiuer cargo destrebua a outra terça, e parte dos bens que fica pelos mais neçessitados pobres que ouuer antão na terra e en cazarem algũas horfans desamparadas, e os bens que em Portugal ficarem a minha terça os deixo á misericordia de Lisboa para os distribuir com os pobres e isto no cazo asima dito, declaro, que se o filho maior que ouuer de herdar este morgado for inabel ou tiuer tal defeito de natureza que não seia para reger segundo que for abil e porem o filho segundo que pela dita maneira erdar o dito morgado sera obrigado a alementar o irmão inabil comforme a calidade de sua pesoa; e a pesoa que erdar este morgado se chamara de Saa e não se chamara douiro apelido algũ se não for por algũa semelhante obrigação a saber por herdar algũ morgado que obrige a chamar-se de seu apelido, e porem sempre sera obrigado a chamar-se pro.ro de Saa, e declaro que sempre o macho percedera a femea, o posto que seia mais velha e asi meu filho como todos os que erdarem este morgado seram obrigados a deixarem as duas partes da sua terça anexa a este morgado os quaes bens ficaram uinculados, e em tudo seguiram a sua natureza e condiçõis para que vão em crecimento, e declaro, que a pesoa a que ouuer de uir este morgado o herdara sendo leiga, e por que sendo clerigo, ou religioso, ou de ordens sacras com que o papa não despense para casar o não herdará e pasara ao seguinte em grao em quem não aia o semelhante empedimento para não poder herdar estes ditos bens asi aos que faço em morgado, como os que adiante forem ligatos a elle andaram sempre juntos e se não diuidiram trocaram, nem escambaram, nem enlheiaram em outra maneira algũa posto que seia por cazo de dotte ou por remir catiuos e a pesoa que possuir estes meus bens todos os que me couberem na terça sera obrigado a trazer o engenho de Seregippe bem consertado com duzentas e sincoenta pesoas, do serviço, e trabalho e doze juntas de bois e sendo cazo que se ache tanto dinheiro pelo dito engenho que pareça que he euidente proueito uender se o possuidor os podera uender, e o preço que se por elle der se empregara no reino em bens de raiz livres dizimo a Deus os quaes seram do morgado e seguiram a propia natureza e ordem dos bens, que se vendem e tomesse minha terça como asima vai declarado, e o dinheiro que se pelos ditos bens der senão entregara a pesoa que os uender mas depozitar se ha em mãos de pesoas abonadas e riquas para se comprarem no reino os bens que asima dise; Item declaro que acontesendo vir a soçeder a herdar femia

este morgado se entendera sendo uirtuoza e cazando por uontade de seus paes ou de cada hũ sendo o outro falecido, e peço a meus testamenteiros que tanto que falecer me pagem todas as minhas diuidas e seruiços dos criados do dinheiro que se achar em meu poder a ora da minha morte, e em poder de Joam de Gois, ou de quem o tiuer e não auendo tanto dinheiro com que se posa pagar se uendera a prata e mouel, que tiuer e se achar por meu falecimento para se acabarem de pagar as diuedas, seruiços e mais obrigaçõis que tenho postas em hũ liuro meu piqueno que esta no meu escritorio escrito, e asinado da minha letra e sinal ao qual se dara credito tirando ao que esta riscado, e dizem riscado por mim. Item tenho hũ cazal no termo de Torres Vedras o qual se chama o cazal do Pinheiro que esta em Runa he de capella e porque o dito cazal ha de andar em huã pesoa que eu posa nomear nomeo nele meu filho Francisco de Saa não o dando antes do meu falecimento e doto a Dona Felippa minha filha, e elle trara a colação setenta mil rs. que me custou. E todos os mais bens moveis e de raiz que se acharem meus no Brazil e em Portugal se repartiram ygualmente entre os ditos meus filhos tirada a terça que deixo a meu filho por uia de morgado como asima dise. Item a minha uontade he de cazar minha filha sendo Deus seruido, mando a meu filho, e asi o peço a meus testamenteiros que a cazem e se sua legitima não chegar a dez mil cruzados lhos perfarão da terça e sempre meu filho do rendimento da terça será obrigado a lhe dar dous mil cruzados e quando a legitima não chegar a dezoito mil cruzados e isto não se cazando em minha uida e meu filho a não cazara sem licença e parecer do senhor Francisco de Saa de Menezes a quem peço me faça merce de a querer cazar ouradamente a lembrar a sua Alteza a obrigação em que esta de me fazer huã asinalada merce, por meus seruiços e a deue fazer a meus filhos. Sua Alteza me fez merce de huã comenda de duzentos mil rs. forus para mim e dous mil rs. de moradia a qual eu não aceitei por esperar na sua grandeza que me fara a merce que lhe peço e mereço e morrendo a fara a meu filho e me ajudará a cazar minha filha e lhe dará dotte com que caze mais ouradamente e peço a Sua Alteza tome meu sobrinho Saluador Correa de Saa que esta por capitam do Rio de Janeiro por moço fidalgo cõ mil rs. de moradia pelos seruiços que lhe tem feitos, e tome meus criados em foro de caualeiros fidalgos por quam bem o tem seruido nestas partes nas gerras e na paz o qual eu não poso satisfazer, e peço o senhor Francisco de Saa de Menezes lhos de. Eu tenho mandado muito açuquer ao reino a Fernão Pais e o mais arequadou João de Gois elle dará conta delle pelas sertidoẽins dos liuros dalfandega de S. A. que esta nesta cidade do Salvador que leua Gaspar da Cunha se pode saber o que lhe tenho mandado e pellos liuros dalfandega da capitania dos Ilheos que ainda não são tirados. Item João de Gois tem recebido do meu ordenado no Reino hũ conto, e tantos mil rs. e elle he tal que de tudo dara boa conta e asi do pao do Brazil que lhe mandei. It. Francisco Pirez de Caminha me leuou na nao Rolete mil e tantas arrobas de soquere para Frandes que foram a saluamento Deus seja louuado e se uenderam bem dele dara conta e do que se ganhou nos empregos della para o Reino e do que empregou por minha conta de tudo tenho cartas suas arrecadar-se ha este dinheiro. It. A Lionardo de Saa morador em Viana mandei pelo nauio de que era senhorio e mestre Joam Alures

corenta e quatro caixas dasuquere em que hiam trezentas e sincoenta e noue arrobas e duas caixas e estas lhe mandei para elle que poderiam ter dezaseis ou dezasete arobas do mais ha de dar conta. It. Eu uendi hũ cazal no termo de Torres Vedras que se chama o cazal de Val de Mendares a retro para gastar em serviço de Sua Alteza se ualer mais parecer bem tire-se. Item Joam de Gois ha muitos annos que arrecada a renda dos outros meus cazais que tenho em Torres Vedras, e a tença que tenho com o abitto dara tambem conta dela. It. Na Bahia tenho ao prezente perto de quinhentas cabeças de gado com a nouidade deste anno deixo hũ curral junto do rio de Joane com cento e sincoenta cabeças, as mais mando leuar ao Acu que esta nas terras de Seregippe deste gado mandara ter cuidado Simão de Saa emquanto estiuer na fazenda de Seregippe, e depois o feitor que for da dita fazenda e do Rio de Joane tera cuidado Vicente Monteiro o qual auera a terça parte de todo o gado que nacer despois de minha partida para o Reino, ou depois da minha morte sendo Deus seruido que morra no Brazil antes de me hir para o Reino, e pagara os custos soldo a liura. It. Eu tenho feito inuentairo do mouel que tenho em caza o qual fica em poder da Vicente Monteiro falecendo no Brazil se uendera, tirando o que deixar a alguãs pesoas o mesmo se fará da prata tirando as duas taças de bastiães que deixo a Francisquo de Saa meu filho. It. Daram a mai de Bastiam Machado uinte mil rs. pelo seruiço que me fez seu filho, e sendo falecida a quem ella deixar por herdeiro da sua fazenda. Item daram a Misericordia desta cidade uinte mil rs. não lhas dando em uida, e lhe daram mais dezasete mil rs. por obrigação de hũ defunto cujo testamenteiro fui. It. Eu pedi a hũ carpinteiro da rua dos Arcos por nome Lourenço Bras uinte mil rs. que estavão depositados na sua mão de huãs custas de hum feito que trouxe Christovão Esmeraldo contra Francisco de Brito senão são pagos paguem-se parece-me que se chama Men de Brito. Item sam obrigado em hũs sinquo mil rs. de huã condenação que se fez para as obras do mosteiro de Sam Francisco de Lisboa de que era escriuão Cosme Machado dos feitos, da ordem de Cristo, se não sam pagos pagem se a asi arecadei uinte mil rs. do emprestimo que fez Francisco de Saa meu irmão a sua Alteza se não são pagos pagar se am, e o que achar por papeis que deuo a Bastiam de Morais e todas as mais diuedas que se achar por papeis que deuer declaro que tenho em meu poder hũ preto que se chama Antonio Nunes que ueio de Castella fogido e se me meteo em caza por ter hu escrauo seu irmão depois fiz toda a deligencia que pude pelo restetuir a seu dono, ou o preço delle que foram corenta mil rs. estes lhe daram, e uinte e quatro mil pelo tempo que em meu poder esteve e querendo o escravo antes lho tornem e sia respeito ao ter por se não ir caminho da India para onde elle se queria ir. Item. Deixo a Diogo escravo forro e querendo estar em Seregippe lhe daram de comer e o necessario, e querendo fiquar em casa de Vicente Monteiro lhe rogo que o tenha e da roça de Seregippe lhe daram huã alqueire de farinha cada mes e cada hum anno, ou quando parecer necessario, hũ pelote, calçõis de pano pardo, duas camizas, hũ chapeo, sapatos, falecendo no Brazil. Item. Deixo a Domingos Gomez forro depois de seruir sinquo annos no engenho de Seregippe ou no dos Ilheos des do dia que me Deus leuar desta uida começaram os sinquo annos, no mesmo tempo dos sinquo annos depois de meu falecimento me seruira Antonio Nunes, e

depois o deixo forro ficando comigo como declaro no liuro das diuedas e obrigaçõis que tenho. Item. Eu trouxe Diogo da Rocha comigo do Reino eu lhe tenho dado e satisfeito seu seruiço com 6 cobre que lhe dei para o seu engenho e com o gado que lhe tenho dado alem deste cobre, lhe emprestei huã caldeira a qual se arrecadará delle se a não arecadar em uida. Item. Tenho duas escrauas de Guiné huã por nome Antonia e a outra por nome Maria que esta em poder de Diogo da Rocha estas se leuaram ao Reino e se daram a meus filhos para cada hũ sua a saber Antonia a Francisco de Saa meu filho e a Maria a Dona Felippa minha filha e mais mouel e gado se uendera tirando as duas taças douradas que se leuaram a Francisco de Saa o qual as não uendera nem por qualquer modo que seja emleará nem desfará e por sua morte as deixará a seu filho que por direito herdar o morgado no qual as anexo, e quero que em tudo sigam a natureza do morgado nem se uenderam os moueis do engenho de Seregippe nem escrauos nem bois que nelo estiuerem porquanto tomo tudo na minha terça e meu filho tomará o gado que ouuer mister para proueito e mentio do ingenho o mais se uendera. Item. Eu sou obrigado a pagar aos herdeiros de Bastiam Machado uinte mil rs. como asima dise. It. Estes se pagaram tambem, comprei tres pessas que foram de Gaspar Lourenço a saber Inacio, Antonio, Francisco e o Inacio foi uendido em tres mil reis e os dous ainda se me não arematarom por fogirem ao tempo da rematação, nem o Inacio hera inda pago page-se. Item. Tenho mais em caza de Diogo da Rocha duas manaluquas e huã de terta, as manaluquas deixo forras, e rogo a Diogo da Rocha que trabalhe pellas cazar ao menos Guiomar a qual deixo uinte mil reis para ajuda de seu cazamento por a outra ser enferma uindo a sarar para poder cazar lhe deixo outros uinte mil rs. para ajuda de seu cazamento. A hum vaqueiro da capitania do Espirito Sancto por nome Pero Gonçalvez deuo seis vaquas que pacem do anno e meio dem lhas, e por que elle me entregou as suas em julho do anno de sesenta e oito se sabera se sam obrigado a dar lhas paridas e sendo lhas daram com as crianças. Item. Deixo a Vicente Monteiro cem mil réis pelo tempo que me seruio, e a Dominguos trinta mil rs. a Luis Homem uinte e sinquo a Gaspar de Siqueira trinta mil rs. e aos mais a quatro mil rs. por anno a Gaspar da Cunha deixo cem cruzados e a Diogo Fernandez sincoenta pelo tempo que seruiram. Item. Eu comprei huã escrana de Guiné a hum marinheiro por uinte tantos mil rs. de que lhe passei letra e a hũ criado de Lucas Giraldes hũ escrauo por nome Paulo por quinze mil rs. que tambem lhe passei por letra os quais faleçeram no mar senão sam pagos saiba so delles e pagem se a quem pertencer e aos herdeiros de Gaspar Lourenço daram sincuenta mil rs. pelo seruiço que me fez. Todas as pesoas que dixerem que lhes deuo e não tiuerem conhecimento meu nem proua, e for pesoa de boa consiencia será crido por seu juramento até contia de sinquo cruzados. Item. Deixo no Brazil por meus testamenteiros ao prouincial Luiz de Gram ou o proucial que entam for, e a Diogo da Rocha meu sobrinho e a Vicente Monteiro aos quais pelo a honra da morte e paixão de Noso Senhor Jesus Christo ho queiram ser, e descarregar a minha alma, como deles confio, e em Portugal deixo aos senhores Fernão Rôiz Castello Branquo, e Antonio de Saa que uiue em Santarem, e a Jeronimo Pereira de Saa meu sobrinho aos quais peço tambem e a cada hũ sejam meus testamenteiros

e queiram desemcarregar a minha alma e cõ isto ei por acabado o meu testamento e reuogo qualquer outro que primeiro fizese posto que nele aja palauras de que se requeira fazer expreço mençõo oje seis dias de setembro de 1569 annos. Item. Declaro que a pesoa que erdar este meu morgado, tanto que o erdar sera obrigado a fazer huã capella honesta e sem unitos gastos onde me diram cada mez duas missas huã no começo do mes outra no fim e a capella sera a Sam Francisco de Lisboa ou em outro qualquer mosteiro da dita cidade hoie aos uinte e oito do mes de julho de 1569 annos.

It. Eu tinha na capitania dos Ilheos dez ou doze legoas de terra desde o rio das Comtas até Tinhara das quais fiz doação ao Colegio de Jesus da cidade da Bahia, e deixei por mim huã alagoa com legoa e meia de terra ou duas no Camamu, ficando se uendera e o dinheiro que se nella fizer se repartira antre meus herdeiros. It. Declaro que nas terras de Seregippe e Ilhas se despuzer alguã cousa dellas ẽ uida ou ẽ parte dellas que valera o que em uida fizer e todauia a minha terça ficara uinculada a Francisco de Saa meu filho pela maneira que asima tenho declarado. Item. Tenho emprestado a Francisco Barreto quatro centos cruzados de que tenho seu conhecimento em poder de Vicente Monteiro se nos não pagar em uida arrecadem se delle tambem pos estas declarasois nos seis de setembro de 1569 annos. E posto que no começo diga que o fiz a uinte e oito dias do mes de julho não faça duuida por antam o comecei, e acabei aos seis dias de setembro como asima digo.»

«Saibam quantos este publico estromento da prouação uirem que no anno do nascimento de Noso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e sesenta e noue annos aos sinquo dias do mes de outubro do dito anno nesta cidade do Saluador Bahia de Todos os Santos terras do Brazil nas pouzadas do senhor gouernador Men de Saa estando elle ahi em prezença de mim publico tabelliam abaixo nomeado e das testemunhas que ao todo foram prezentes logo pelo dito senhor gouernador Men de Saa da sua mão a minha me foi dado a cedola e testamento atras escrita dizendo que elle a fizera e asinara de sua mão e por que esta era a sua uontade me dise a mi publico tabelliam lho aprouase, e pedia as justiças e officiais del Rei Noso Senhor o comprisem e guardasem como se nela continha por quanto queria que se comprise, e auia por bem o qual testamento esta escrito em oito meas folhas cõtudo cemeto e em testemunho e fee, de uerdade dele mandou ser feito este estromento de aprouação testemunhas que foram prezentes. Pero Teixeira caualeiro da caza del Rei Noso Senhor e Vicente Monteiro tizoureiro de S. A. e Gaspar de Siqueira Baltazar Vieira estantes nesta cidade, eu Diogo Ribeiro tabelliam publico e judicial por el Rei Noso Senhor nesta cidade do Saluador e seus termos que este estromento fiz a que bem e fielmente sem cousa que duuida faça e com... aselei aqui meu publico sinal que tal he foi testemunha Jeronimo Barboza que foram sinquo por todas.»

Archivo Nacional da Torre do Tombo. — Collecção Jesuitica. — Maço 19.

Francisco de Sá falleceu no mesmo anno em que morreu seu pae, de 1572, a 19 de Dezembro, em sua casa ao Rocio da Feira, com testa-

mento, de que sua irmã D. Felippa de Sá era um dos testamenteiros, e testemunhas presentes dois cirurgiões, Manuel Pinheiro, morador na rua Nova dos Mercadores, o Antonio Ribeiro, discipulo de Gil Lopes, cirurgião.

A' Misericordia de Lisbôa deixou um legado de dez mil réis e á irmã todos os seus bens.

D. Felippa estivera no convento das Dominicanas de Santa Catharina de Sena, em Evora; em 1560 já alli estava e ficou até 1573. Contava então vinte e cinco annos de edade, e passou procuração a João de Góes para receber e tomar posse das heranças do pae e do irmão, dos quaes era universal herdeira.

A 22 de Maio de 1573 contratou casamento no paço do duque D. Jorge, marquez de Torres Novas, com D. Fernando de Noronha, filho primogenito dos condes de Linhares, sendo o contrato dotal e de arrhas, e metade dos adquiridos. Constavam os bens da dotada dos engenhos do Brasil, que davam grandes rendas, casaes em Torres Vedras, escravos, joias, e 12.250 cruzados.

Enviuvando cedo e sem descendencia, a condessa de Linhares retirou-se para sua quinta de Telheiras; muito devota da Companhia de Jesus, tomou por confessor o padre Antonio de Albuquerque, prior de Luminar, o qual lhe sugeriu a idéa de edificar a egreja para o novo Collegio de Santo Antão, que a Companhia acabava de fundar em Lisbôa. — Victor Ribeiro, *A fundadora da egreja do Collegio de Santo Antão (da Companhia de Jesus) e a sua sepultura*, in *Historia e Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa*, nova série, 2.ª classe, tomo XIV, n. 1, ps. 14-15, Coimbra, 1911.

Enfermando no correr do anno de 1618, já septuagenaria, fez dois testamentos, o primeiro a 20 de Julho, em que declara que o seu dote e arrhas montavam a cincoenta e dois contos de réis; o segundo, a 31 de Agosto, em que determina seja seu corpo enterrado «em sepultura muita formosa na minha egreja de Santo Antão», e deixa todos os seus bens e acções, tanto em Portugal, como no Brasil, á mesma egreja, ficando sua alma por herdeira, e por testamenteiros D. Fernão Martins Mascarenhas, bispo inquisidor-mór; Antonio Mascarenhas, padre provincial; Luis Lobo, reitor; Estevão de Crasto e Simão de Sousa, esses quatro da Companhia de Jesus: *ibidem*, ps. 18.

A condessa falleceu dois dias depois, a 2 de Setembro do referido anno.

Seu testamento, infringindo algumas das disposições testamentarias de seu pae, deu logar a demandas, que ainda corriam em 1650, quando o padre reitor do Collegio de Santo Antão, «para bem de sua justiça», requeria traslado do inventario que se fez por morte do governador Men de Sá: Torre do Tombo, *Collecção Jesuitica*, maço 19, cópia na Bibliotheca Nacional.

Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil* (ed. de 1918) ps. 206, informa: «... ainda que a condessa morreu sem deixar filhos herdeiros, ella legou estes bens ao Collegio dos Padres da Companhia de Santo Antão de Lisbôa, onde mandou fazer uma capella, e os padres de cá (do Brasil), não lhes parecendo bem pôr-se á demanda com os seus, deixaram o litigio á Misericordia (da Bahia).»

O segundo testamento publicou Victor Ribeiro, *op. cit.*, ps. 45-47.

Veja o relatorio de Norival de Freitas, em proveitosa commissão de exame nos archivos de Portugal, *Revista do Instituto Historico*, 70, parte

2.ª, pa. 881-895, aonde vêm mencionados diversos documentos do Cartorio dos Jesuitas, existentes na Torre do Tombo, e relativos a Men de Sá e á sua herança. — (G.).

IV

(Pag. 441)

Jorge de Albuquerque chegou a Pernambuco em 1560, de lá partiu a 29 de Junho de 1566, e não consta voltasse mais á capitania. A seu irmão, que não deixou filhos, succedeu pela carta de 15 de Maio de 1582.

Nas guerras do segundo donatario figurou um varão que se tinha por nigromatico, refere Anchieta, *Informações*, 5.. Fernão Cardim, *Revista do Instituto Historico*, 57, parte 1.ª, 206 (*Tratados da Terra e Gente do Brasil*, pa. 196, Rio, 1925): ajuntou a isto um clerigo portuguez magico, que com os seus enganos os acarretou todos a Pernambuco, e assim se acabou esta nação (a dos Viatans, só mencionada por este autor), ficando os Portuguezes sem vizinhos que os defendessem dos Potiguáras, os quaes até agora que foram desbaratados por seguirem os Portuguezes, dando-lhes de supito nas roças, fazendas e engenhos, queimando-lhes e matando muita gente portugueza, por serem muito guerreiros, mas já pela vontade de Deus estão livres deste sobroço. E Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 8, 15 (ed. de 1918, pa. 202): E principalmente veio um clerigo a esta capitania, a que vulgarmente chamavam o Padre do Ouro, por elle se jactar de grande mineiro e por esta arte era mui estimado de Duarte Coelho de Albuquerque e o mandou ao sertão com trinta homens brancos e duzentos indios, que não quiz elle mais. Nem lhe eram necessarios porque, em chegando a qualquer aldea do gentio, por grande que fosse, forte e bem povoada, depennava um frangão, ou desfolhava um ramo, e quantas pennas ou folhas lançava pera o ar tantos demonios negros vinham do inferno lançando labaredas pela bocca, com cuja vista sómente ficavam os pobres gentios, machos e femeas, tremendo de pés e mãos e se acolhiam aos brancos que o padre levava comsigo, os quaes não faziam mais que amarra-los e leva-los aos barcos e aquelles idos, outros vindos, sem Duarte de Albuquerque, por mais reprehendido que foi de seu tio e de seu irmão Jorge de Albuquerque, do reino, querer nunca atalhar tão grande tyrannia, não sei si pelo que interessava nas peças que se vendiam, si porque aquelle padre magico o tinha enfeitiçado. E foi isso causa pera que el-rei D. Sebastião o mandasse ir pera o reino, donde passou e morreu com elle em Africa... E o Padre do Ouro tambem foi preso em um navio pera o reino, o qual arribou ás ilhas, donde desappareceu uma noite sem mais se saber delle.

O Padre do Ouro chamava-se Antonio de Gouvea, hoje conhecido graças aos processos a que o sujeitou a Inquisição. Antonio de Gouvea nasceu na ilha Terceira em 1528 e depois de ordenado levou uma vida accidentada por diversos paizes da Europa. Em 1556 entrou para a Companhia, que logo deixou. De 57 a 64 esteve preso na Inquisição de Lisboa; em 1567, suspenso de *Sacris*, veio deportado para o Brasil. Na Bahia encontrou-se com D. Pedro Leitão, que ás escondidas lhe restituiu as ordens. Passou para Pernambuco, onde fez guerras contra os indios, e deu-se por grande conhecedor de minas. As relações entre o padre suspenso e o bispo

do Salvador não fazem honra ao prelado; uma carta que este lhe escreveu a 20 de Agosto de 1569, assignando-se *vosso grande amigo* e pedindo-lhe escravos, representa bem triste capitulação. Já a 1 de Outubro do mesmo anno, Silvestre Lourenço, provedor e vigario geral nas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, mandava lavrar um auto, provocado por factos escandalosos de Antonio de Gouvea. Afinal, D. Pedro Leitão mandou prende-lo a 19 de Fevereiro de 1571. Executou a prisão Manuel Fernandes Cortiçado, ouvidor ecclesiastico do Pernambuco e Itamaracá, com grande indignação do donatario Duarte de Albuquerque, que lhe deu ordem para retirar-se de sua capitania, apenas tivesse desempenhado a commissão. A ordem de prisão viera de Lisbôa; talvez não fosse estranho a ella o facto de Antonio de Gouvea andar acoimando de hereje ao Jesuita Amaro Gonçalves. Parece que pela attitude assumida nesta questão foi tambem preso o donatario e não Gaspar de Sousa, como affirma A. Henriques Leal; *Revista do Instituto Historico*, 36, parte 2.ª, 155. Provavelmente entrou este nos casos que Antonio de Salema veio syndicar em Pernambuco!

Os processos de Antonio de Gouvea na Inquisição foram publicados por Pedro de Azevedo no *Archivo Historico Portuguez*, 3, 179-208 e 274-286, Lisbôa, 1905. Sobre suas lutas com os Jesuitas, conf. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 19, 86, onde em vez de Antonio de *Gruea* se deve ler Antonio de Gouvea. — (C.).

O segundo processo do Padre do Ouro publicou Alfredo de Carvalho, *Revista do Instituto Archeologico Pernambucano*, 13, 171-211, Recife, 1908.

A prisão de Antonio de Gouvea em Pernambuco effectuou-se na rua Nova de Olinda, nas pousadas de Anrique Affonso, juiz ordinario, a 25 de Abril de 1571; a 10 de Setembro era internado no carcere de Lisboa, onde em 30 de Dezembro de 1575 pedia em audiencia aos membros do tribunal da Inquisição que o quizessem despachar ou lhe dar culpas que contra elle tivessem para se defender e livrar dellas: Capistrano de Abreu, *Um visitador do Santo Officio*, 4, Rio, 1922.

A *Historia de la Fundación del Collegio de la Compañia de Pernambuco*, publicada na *Collecção de manuscriptos ineditos da Bibliotheca Publica Municipal do Porto*, vol. VI (Porto, 1923), ps. 9-10, refere as desordens provocadas naquella capitania por Antonio de Gouvea, sua prisão e remessa para o reino. — (G.).

V

(Pag. 442)

En el mes de Octubre deste año (1573) falleció el obispo Don Pº Leitom muy devoto de la Compª. Confesavase con los nuestros y guiavase por su consejo en las cosas graves y assi tambien encomendava a sus vicarios, hiso muchas limosnas assi a este Colegio como a las demás Capitanias. Dexo a esto Colegio su libraria que era muy buena; deseó venir a morir entre nuestros hermanos y pedirlo com mucha instancia mas por muchos respeitos no vino a efecto. — *Hist. de la fund. del Colegio de la baya de todolos Santos*, in *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 19, 98-99, Rio, 1897. — No mesmo anno de sua morte a Inquisição, de que era commissario, queimou na Bahia um Francez hereje, *ibidem*.

De igual destino escapara João Cointa, senhor de Bulés, companheiro

de viagem de Lery, que delle trata em mais de uma pagina do seu livro. Com seu genio irrequieto, Cointa malquistou-se com Villegaignon, passou a São Vicente, esteve em Ilhéos e Pernambuco, auxiliou Men de Sá na tomada do forte Coligny em 1560. Seguiu da capitania de São Vicente para a Europa em companhia de Estacio de Sá, quando, arribando á Bahia, ahi foi preso a 28 de Dezembro. Seu processo, que durou annos, está hoje impresso nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 25, 218 e segs., Rio, 1904.

Indiscretamente, no desejo de glorificar Anchieta, os escriptores da Companhia attribuiram-lhe um papel bem triste no supplicio felizmente imaginario deste aventureiro desequilibrado. Como nasceu tal lenda tão pouco digna é ponto obscuro ainda, pois falta uma edição integral do livro de Pero Rodrigues, narrando a vida do thaumaturgo, onde se poderia quiçá encontrar o ponto de partida: a da Bibliotheca Nacional, *Annaes*, 19, feita por uma cópia tirada de Evora, está mutilada, e o codice de Alcobaça, que parece completo, continúa inedito. Que o caso não passou como referem Berredo e Simão de Vasconcellos, provaram C. Mendes de Almeida, na *Revista do Instituto Historico*, 42, parte 2.ª, e A. de Novaes, S. J., numa das conferencias organizadas por Eduardo Prado em 1897, para celebrar o tricentenario da morte do illustre Jesuita. Como se advinhasse a glorificação preposhera de que viria a ser victima, teve este o cuidado de deixar escripto, *Informações*, 11, que J. de Bolés da Bahia «foi mandado pelo bispo D. Pedro Leitão a Portugal e de Portugal á India, e nunca mais appareceu.

No *Instrumento* de Men de Sá, varias testemunhas se referiram a este fidalgo francez. D. Pedro Leitão deixou sem resposta os itens que tratavam delle. Talvez não gostasse de se lembrar da carta que João Cointa lhe escrevera, modelo de escarneo e insolencia: *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 25, 265-266. — (C.).

A *Vida de José de Anchieta pelo Padre* Pero Rodrigues, foi reimpressa nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 29, Rio, 1907, conforme ao codice da Bibliotheca de Alcobaça, mais completo do que o de Evora; ahi o caso da execução do hereje, que Anchieta acompanhou á força, vem narrado deste modo: «Conquistando o Governador Men de Sá, a segunda vez o Rio de Janeiro, quiz fazer justiça de hum hereje muito pertinaz, que entre os soldados francezes tomara. Encarregou-se delle o padre José, teve difficuldade em o reduzir, e pedio mais tempo, finalmente o reduzio com a divina graça, e o fez confessar e aparelhar para bem morrer, chegando ao ponto da execução, estava o padecente mui afligido, e impaciente pelo algoz se embaraçar em seu officio; reprendeu então o padre ao algoz, e deulhe ordem que o fizesse bem.» — *Ibidem*, pa. 237.

Um depoimento do Padre Luis da Gran perante a mesa do Santo Officio, na Bahia, a 14 de Agosto de 1591, confirma o desterro de J. de Bolés para a India: *Primeira Visitação — Denunciações da Bahia*, pa. 331. — (G.).

do *Codigo*, passára, em 1570, á Casa da Supplicação, e logo fôra mandado com alçada em correição a Pernambuco, onde recebeu a noticia do novo despacho.

Na carta, nomeando a Luis de Brito, passada em Evora aos 10 de Dezembro de 1572, dá o rei razão da novidade que introduzia, do seguinte modo: «Dom Sebastião, etc., faço saber aos que esta carta virem que consyderando eu como por as terras da costa do Brasil serem tão grandes e tão distantes humas das outras e auer ja agora nelas muitas povoações e esperança de se fazerem muytas mais pelo tempo em diante, não podiam ser tão inteiramente governadas como compria por hum so governador, como te qui nelas ouve, asentei asy para o que convem á conversão do gentio daquellas partes, e se dilatar nelas nosa santa fe, como para mais brevemente se administrar a justiça e elas se poderem melhor defender, e por outros respeitos, de mandar dous governadores ás ditas partes, hum para residir na cidade do Salvador da capitania da Bahia de Todos os Santos, e outro na cidade de são Sebastião do Rio de Janeiro, e governar cada hum deles as terras de seus lemites, comforme a repartição que para yso mandei fazer; e vendo ora como para os cargos de *capitão* da *dita capitania da Bahia de Todos os Santos* e do *governador geral dela e das capitanias e terras que ha da banda do norte e asy da parte do sull ate a capitania dos Ilheos e lemite della, por onde parte com a de Porto Seguro*, que he huma das ditas duas governanças, he necessaria huma pessoa em que concorrão as partes que para isso se requeren, e pela muyta confiança que tenho de Luiz de Brito Dallmeida do meu conselho que em tudo o de que o emcaregar me sabera bem servir, e o fara com o cuidado e vigilancia que se dele espera, e como ho sempre fez, nas cousas de que ate qui foi encargado, e por folegar de lhe fazer mercê ey por bem, etc.»

Salema se juntou primeiro na cidade do Salvador com o seu par, o governador Luis de Brito, e ouvindo ambos o novo ouvidor geral Fernão da Silva (2) e os padres da Companhia, reconsideraram as disposições da lei ultima acerca da liberdade dos indios, em conformidade com as seguintes determi-

(2) Fernão da Silva já estava no Brasil em 20 de Novembro de 1566. — Silva Lisbôa, *Annaes do Rio de Janeiro*, 1, 313. — (G.)

nações, contidas numa carta régia a tal respeito: «No que toca ao resgate dos escravos, se deve ter tal moderação que não se impida de todo o dito resgate, pela necessidade que as fazendas delles tem, nem se permittam resgates manifestamente injustos, e a devassidão que até agora nisso houve.»

As conferencias havidas sobre este assumpto produziram o accordo de 6 de Janeiro de 1574 com os dez artigos que passamos a resumir.- O primeiro prohibia os resgates de gente entre os indios mansos ou de pazes. Pelo segundo se exceptuaram da prohibição os indios que depois de aldeados se fossem para o mato, e andassem ausentes por mais de um anno. Limitava o terceiro a escravidão dos indios aos aprisionados em guerra manifestamente licita, e aos que, estando captivos de outro gentio, e com mais de vinte e um annos de idade, preferissem o captiveiro dos nossos. Pelo quarto se declararam defesos os resgates feitos sem licença dos governadores ou dos capitães; sendo incumbidos do exame delles os provedores, e mais dois individuos, eleitos em camara no principio de cada anno. Dispoz-se pelo quinto que as pessoas vindas com os indios de resgate, quer por mar, quer por terra, se apresentassem na respectiva alfandega, antes de haver feito escala ou communicado com alguem. Recommendou-se pelo sexto que os indios do resgate, nesta conformidade registados, que fugissem, seriam a todo tempo entregues a seus primeiros senhores, mediante a propina de mil réis, e a indemnisação das despezas. Pelo setimo os indios resgatados de que não houvesse registos declaravam-se forros. Pelo oitavo se fixou que fossem consideradas guerras justas as que os governadores fizessem conforme seus regimentos, ou as que occasionalmente se vissem obrigados a fazer os capitães, com voto dos officiaes da Camara e outras pessoas de experiencia, dos padres da Companhia, do vigario da terra, e do provedor da Fazenda, de cuja resolução se devia lavrar auto. O nono declarou forros os indios que os capitães tomassem sem esta ultima clausula, e as penas que soffreriam, tanto elles capitães, como outros quaesquer individuos que fossem contra o que ora se deliberava. Mandou, finalmente, o decimo que os delinquentes, sendo piões, fossem açoitados em publico, com baraço e pregão, e pagassem quarenta cruzados de multa; e sendo de maior qualidade, além da dita pena em dinheiro, fossem condemnados

a dois annos de degredo; isto afóra as outras penas em que pudessem incorrer, segundo as ordenações, leis e regimentos do Reino (3).

Approvadas estas disposições, seguiu Antonio de Salema a tomar conta do governo do Sul, que exerceu, bem como Luis de Brito o do Norte, durante quatro annos. Ambos os governadores se distinguiram pelo empenho com que procuraram promover a exploração do paiz e afastar para mais longe a extremadura que separava a civilização da barbarie. As disposições supramencionadas, a respeito dos indios, vinham favorecer a realização desse empenho; por quanto os colonos se prestavam agora mui voluntariamente para todas as conquistas, como o mais seguro meio de adquirir as melhores terras e os braços para as beneficiar.

De Luis de Brito varias são as emprezas que nos cumpre historiar. A mais importante, e tambem por ordem chronologica a primeira, foi a do ataque e reducção do gentio das terras do Rio Real, ao norte da Bahia, e o estabelecimento nessas terras da primeira villa, com a invocação de *Santa Luzia*, com o que deixou prevenida a formação da capitania, depois chamada de Sergipe. Esta conquista fôra primeiro intentada pelo poderoso proprietario Garcia d'Avila, cujos campos de criar se estendiam para essas bandas do norte. Luis de Brito, vendo por um lado a Garcia d'Avila sem forças sufficientes, e por outro muitas vantagens que o Estado poderia tirar da oc-

(3) Os dez artigos estão publicados nos *Trabalhos dos Primeiros Jesuitas no Brasil*, in *Revista do Instituto Historico*, 87, parte 1.ª, 232-235.

Os effeitos immediatos do capitulo ou accordo são resumidos do seguinte modo por um contemporaneo:

«...Mas já agora nam ha esta desordem na terra, nem resgates como sois. Porque depois que os Padres viram a sem razam que com elles se usava, e o pouco serviço de Deos que daqui se seguia, proveram neste negocio e vedaram, como digo, muitos saltos que faziam os mesmos Portuguezes por esta costa, os quaes carregavam muito suas consciencias com cativarem muitos indios contra direito, e moverem-lhes guerras injustas. E pera evitarem tudo isto, ordenaram os Padres, e fizeram com os Governadores e Capitães da terra que nam houvesse mais resgates daquella maneira, nem consentissem que fosse nenhum Portuguez a suas aldeas sem licença do seu mesmo Capitam. E se algum faz o contrario, ou os agrava per qualquer via que seja ainda que vá com licença pelo mesmo caso ha mui bem castigado conforme a sua culpa. Além disto pera que nesta parte haja mais desengano, quantos escravos agóra vem novamente do sertão, ou de humas Capitanias pera outras, todos levam primeiro á alfandega, e alli os examinam, e lhe fazem perguntas, quem os vendeu, ou como foram resgatados, porque ninguem os pode vender senam seus pais, se for ainda com extrema necessidade, ou aquelles que em justa guerra os cativam: e os que acham mal adquiridos põem-nos em sua liberdade. E desta maneira quantos indios se compram sam bem resgatados, e os moradores da terra nam deixam por isso de ir muito avante com suas fazendas.» — (C.).

ON IBEROAMERICANA

cupação desse territorio, tão abundante de pau-brasil, decidiu-se a essa occupação, que realizou com felicidade (*).

Outra aventura do mesmo Luis de Brito foi a de uma nova tentativa, semelhante a esta do Rio Real, sobre o Continente, e em terras por prescripção já tambem da Corôa, para o Norte da ilha de Itamaracá.

E' de saber que o districto fronteiro a esta ilha, que até então, em virtude da propria fertilidade das bordas do seu canal e dos rios que a elle vêm desaguar, e dos seus muitos mariscos e caranguejos, attrahia continuamente bandorias de indios *indomitos*, começava a prosperar; havendo nas immediações varios engenhos de assucar, cujos senhores se arriscavam aos perigos inherentes á vizinhança dos Barbaros, em troco das muitas outras vantagens que tiravam, estabelecendo-se em uma das paragens mais ferteis e mais bellas do littoral brasileiro; tanto mais quanto a ilha fronteira lhes servia sempre de valhacouto seguro, em caso de invasão dos mesmos Barbaros. Assim a ilha de Itamaracá podia então considerar-se a atalaia da civilização brasileira avançando para o Norte, da mesma fórma que mais tarde (e ainda agora), pela bondade de seu porto, e a excellencia e abundancia das suas aguas e provisões, se considerou como posição de muita valia, para a defesa contra um inimigo superior no mar.

Itamaracá era, porém, não só a atalaia, o posto avançado da civilização, mas ao mesmo tempo o seu abrigo em caso de algum desastre; e os emprehendedores, que se estabeleciam pelos rios do continente vizinho, punham antes nella as esperanças do refugio do que em Igaraçú, villa aliás mais proxima, porém, no continente. Os mais ousados iam na dianteira, e em geral eram os ricos, por condição geral humana mais cobi-

(1) Garcia d'Avila partiu para a expedição acompanhando os Jesuitas Gaspar Lourenço e João Solonio, em Fevereiro de 1575. A 28 chegaram ao rio Real. Emquanto os Jesuitas se internavam, Garcia d'Avila tratava de fundar uma povoação, cujo local Luis de Brito não approvou. Pelas cercanias se tinham refugiado os indios fugidos em 68 (Veja nota I da secção XX); dahi receios e intrigas que levaram Luis de Brito de Almeida áquellas paragens no anno seguinte. Na guerra que se seguiu foi morto o chefe Surubi, escravisada sua gente e levada para a Bahia. Outro chefe, Aperipé, conseguiu escapar. — Conf. *Primeiros trabalhos dos Jesuitas no Brasil*, in *Revista do Instituto Historico*, 57, parte 1ª, 238-241; Gabriel Soares, ib., 14, 16; Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 3, 19 (ed. de 1918, ps. 213-214; Sacchino, extractado por A. Henriques Leal, *Revista do Instituto Historico*, 34, parte 2ª; Felisbello Freire, *Historia de Sergipe*, 6 e segg., Rio, 1891. Nem um delles fala da villa de Santa Luzia. Diz Gabriel Soares que nestas guerras Luis de Brito perdeu apenas dois escravos. Entretanto, o resultado foi negativo, pois sómente annos mais tarde poude se estender a colonisação para Sergipe. — (C.).

çosos. Um destes, Diogo Dias, aventurou-se a ir estabelecer engenho no Tracunhaem, chamado hoje rio de Goyana. Veiu o gentio da Parahiba e deu cabo de tudo, e orgulhoso de sua obra ameaçava o resto da comarca (5). Informado Luis de Brito do succedido, ordenou a Fernão da Silva, que reunia os cargos de ouvidor e provedor mór, que fosse a Pernambuco fazer alardo de gente, e pôr pelas armas cobro a taes ameaças, occupando o rio da Parahiba (6). Obedeceu Fernão da Silva: arranjou alguma força, e partiu com ella. O gentio á sua chegada retirou-se; mas corrido de ceder a tão poucos, intentou um ataque, e obrigou-os a todos a fugir pela marinha, até se refugiarem em Itamaracá. Incommodado Luis de Brito com este revez, e instado pelos moradores de Pernambuco, e principalmente pelos de Itamaracá, para que contivesse os aggressores Barbaros seus vizinhos, reuniu na Bahia uma frota de doze navios, da qual deu a capitania-mór a um sobrinho, Bernardo Pimentel d'Almeida, e com a mais luzida gente da cidade, se embarcou elle em pessoa em Setembro de

---

(5) Conta Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 3, 22 (ed. de 1918, ps. 223-225) que um mamaluco raptou na serra de Copanha uma filha de Iniguassú (rede grande), chefe petiguar, a quem promettera ficar morando entre os indios e levou-a para Pernambuco. Dois irmãos seus foram reclamal-a, e já de saida para a Bahia, Antonio de Salema della mandou fazer entrega. Na volta, passaram por casa de Diogo Dias, que se apossou da india e não quiz mais restituil-a. Dahi o ataque ao engenho, dado por Francezes e Petiguares da praia e do sertão, «que não remetteram todos a cerca nem se descobriram, senão sómente alguns, e ainda estes começando os nossos a feri-los de dentro com flechas e pelouros, se foram retirando como que fugiam: o que visto por Diogo Dias se pôz a cavallo e saindo da cerca com os seus escravos, foi em seu seguimento, mas tanto que o viram fóra rebentaram os mais da cilada com um urro que atroava a terra, e o cercaram de modo que não podendo recolher-se a sua cerca foi ahi morto com todos os seus, e a cerca entrada, onde não deixaram branco nem negro, macho nem femea que não matassem e esquartejassem.» — (C.).

(6) Por occasião dessa diligencia de Fernão da Silva deu-se um facto curioso, que vem assim narrado na *Historia de la fundación del Collegio de la Compañia de Pernambuco*, ps. 26-27, Porto, 1923:

«El oydor general *Hernando de Silva* vino este ano por horden del Gobernador Luis de Brito a visitar esta capitania i por aver hecho los yndios de la Paraybia grandestrago en un ingenio, matando casi a toda la gente del, fueron con mucha gente dapis y descaballo a darles guerra, mas ellos sabiendo que yban los blancos en su busca desampararon las aldeas y hujeron pera la sierra y por ser cosa peligrosa y ralla contentose con quemalles las aldeas y aranearles el mantenimento que tenian para que quando los francezes alli viniesen no hallasen nada. A la buelta les hizo una persona poderosa y principal una grande yniuria assi para el como para las personas que avian ydo en su compañia, que fue poner en el camino un rasca con un baso para dar a entender que eran para poco. Huvo desto grande alboroto en el pueblo y hizieronse grandes autos de parte de la Justicia de que hubiera de resultar mucho trabajo. Acudio a esto el padre superior y anitolos en esta casa donde los hizo amigos y el que havia hecho da injuria pidio perdon al hoidor y le puso una cada que trata en la mano diciendo que su merced le perdonase que bien merecia le diese con ella. Quedaron todos muy edificados desto.» — (G.).

1575 (7). Os ventos ponteiros e os mares de levadio conspiraram-se, porém, contra os seus designios. A frota dispersou-se. Uns, e entre estes o governador, voltaram á Bahia. O capitão do mar, seu sobrinho, arribou a Pernambuco, com algum navio mais; e cançado de esperar, regressou tambem por fim á Bahia. Seguiram-se no districto desta cuidados serios por alguns pretos fugidos, que insurrectos em quilombos ameaçavam a tranquillidade dos lavradores. Era o primeiro ensaio dos bens com que nos mimoseára a pseudo-philantropia. Conseguiu o governador sujeita-los, mandando contra elles uma companhia d'indios ás ordens de Onofre Pinheiro, mamposteiro dos captivos da Bahia (8); porém, tantos gastos havia feito com a mallograda expedição á Paraiba, que não ousou accometter de novo a empreza de sua conquista.

Em tempo de Luis de Brito, e ainda por ordem sua, foi Antonio Dias Adorno ao sertão em busca das minas de esmeraldas, que se diziam encontradas por Sebastião Fernandes Tourinho. Adorno subiu pelo rio das Caravellas, com cento e cincoenta de comitiva, e mais quatrocentos indios e escravos, e depois proseguiu a pé, e chegou á tal serra chamada das Esmeraldas; encontrando turmallinas verdosas da banda do norte e outras azuladas da parte de leste, e de ambas as sortes trouxe muitas. Para o regresso, dividiram-se em duas escoltas descendo uns pelo Rio de Belmonte, até o mar, e seguindo Adorno por terra até a Bahia, depois de passar pela fazenda de Gabriel Soares de Sousa, perto de Jequiriçá (9).

---

(7) Veja *Summario das armadas que se fizeram e guerra que se deram na conquista do rio Parahiba*, in *Revista do Instituto Historico*, 36, parte 1.ª, 15-16 — (C.).

(8) Só depois de fallecido Lourenço da Veiga, successor de Luis de Brito de Almeida, foi que por mandado de Cosme Rangel «andou um Portuguez por nome Inofre Pinheiro com indios das igrejas buscando e espiando os negros de Guiné alevantados, que ha por esta Bahia, e deo nelles, de que tomou muitos, que se deram depois a seus senhores.» — *Tratados dos primeiros Jesuitas*, in *Revista do Instituto Historico*, 57, parte 1.ª, 214. — O facto occorrido no tempo de Luis de Brito é narrado assim na mesma chronica, loc. cit.: «Quando os negros de Guiné alevantados deram em casa de Christovão de Aguiar, e lhe mataram dois homens, e lhe roubaram sua fazenda, estes indios acompanharam a Cosme Rangel e a Diogo Dias (Vaz?) da Veiga, que foram a elles, e os destruiram, matando alguns e tomando outros, que deram a seus senhores.» — (C.).

Diogo Vaz da Veiga era filho de Lourenço da Veiga, e andou pelo Brasil quando este era governador, como capitão de uma armada; tinha o habito de Aviz com 200$ de tença. — Capistrano de Abreu, *Prolegomenos* a Frei Vicente do Salvador, pg. 145-146. — (G.).

(9) Gabriel Soares, 1, cups. 87 e 40. — (A.). — Calogeras, *Minas do Brasil*, 1, 388 e segs., Rio, 1904. A expedição começou em Fevereiro de 1574 e tornou em Abril do anno seguinte, como se vê de uma carta do Jesuita Ignacio de Tolosa. Parece, entretanto, que Adorno fez mais de uma entrada, pelo que se lê em Frei

As informações que então obteria este fazendeiro do proprio Adorno, induziriam por ventura seu irmão João Coelho de Sousa a emprehender uma nova exploração, chegando a descobrir ouro e pedras nos sertões, e tendo a desdita de fallecer nas cabeceiras do rio Paraguassú, quando regressava (10). Deixou, porém, recommendado que levassem ao irmão, Gabriel Soares, o seu roteiro, com todas as indicações do que encontrára; o que induzia a este a passar á Côrte, afim de ahi requerer certos auxilios e privilegios, para emprehender de novo taes descobrimentos, como veremos.

Pelas bandas do sul, Antonio de Salema imitava, nas tendencias guerreiras, a Luis de Brito, seu par, do melhor modo que podia. Ameaçado de continuo pela vizinhança incommoda dos indios de Cabo-Frio, instigados por muitos francezes, que ahi se haviam estabelecido em uma feitoria, onde faziam grande contrabando, principalmente de pau-brasil, resolveu-se o governador a reduzir essa paragem. Reuniu, pois, na cidade uma força de mil homens, comprehendidos setecentos indios alliados. E para esta força o Espirito Santo contribuiu com seu tanto, e da capitania de São Vicente acudiu tambem com algum auxilio o delegado do donatario (11).

Melhor seguiriamos agora nossa narração, se não tivessemos nesta conjunctura que lastimar o não apparecimento, ou talvez a perda, de um livro escripto pelo proprio governador, acerca dos feitos desta jornada, da qual, vencedor como Cesar, quiz ser tambem o commentador, e nesta parte, com mais autenticidade (i) do que o vencedor da então barbara Europa central e occidental. Sómente sabemos que a victoria (ii) foi

---

Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 6. 20 (ed. de 1918, ps. 216-217), comparado com a carta do Provincial da Companhia. — (C.).

A carta de Ignacio de Tolosa, cujo original se conserva na Bibliotheca Nacional de Lisbôa, ainda não foi publicada integralmente. A parte relativa ás missões do Padre Gaspar Lourenço publicou Felisbello Freire, *Historia de Sergipe*, ps. 6-13, nota. Rio, 1891. Ahi, onde se lê *Marial*, leia-se Rio Real. Um trecho que se refere ao irmão Francisco Pinto deu o Barão de Studart, nos *Documentos para Historia do Brasil*, I, ps. 45, Fortaleza, 1904. — (G.).

(10) Gabriel Soares, *Tratado descriptivo*, 1, 20. Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 4, 24 (ed. de 1918, ps. 350. — (C.).

(11) Chamava-se Jeronymo Leitão. Conf. Anchieta, *Informações e fragmentos historicos*, 41, onde se lê que Salema matou muitos indios da primeira aldeia, e depois outros se entregaram sem guerra. Tambem do sertão do Paraiba vieram depois outros se entregarem sem guerra. Tambem se não sujeitasse até Macahé. der-se muitos Tamoios, e não ficou aldeia que se não sujeitasse até Macahé. — (C.).

completa; e que o numero dos prisioneiros se avaliou em muitos mil (12).

Apezar da gloria que nessas jornadas adquiriram os colonos do Sul, como na do Rio Real os do Norte, a experiencia fizera conhecer inconvenientes na desmembração do Brasil, cujas forças com a divisão se enfraqueciam notavelmente, de modo que se tornavam menos aptas para acudir juntas a um ponto onde se apresentasse o perigo. Em vista, pois, dos proprios informes dos dois proconsules, a Côrte resolveu repôr a governança no mesmo pé em que estava, nomeando «capitão da Bahia e governador geral da dita capitania e de todas as mais terras e capitanias do Brasil», a Lourenço da Veiga (13), do conselho do rei. A carta de nomeação, em data de 12 de Abril de 1577, do mesmo theor das dos seus predecessores, confere-lhe seiscentos mil réis de ordenado (14). Trazia Lourenço da Veiga um regimento, datado de 6 de Maio desse mesmo anno (15), e recommendavam-se-lhe varias reuniões e suppressões de empregos. Eram mandados reunir em um só cargo os de escrivães da fazenda e dos feitos; os de thesoureiro e almoxarife, com um só escrivão; reduzindo-se os vencimentos ao escrivão dos contos, provedor e seu escrivão, patrão da ribeira, meirinho da correição; e mandando-se abolir o de physico, mestre das obras, um dos dois carpinteiros da ribeira e outros.

Em cambio, augmentavam-se, segundo vimos, os manti-

---

(12) Gabriel Soares, 1, 55. Ahi se lê que Christovão de Barros assistiu á jornada. — (A.). — Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 2. 23 (ed. de 1918, pg. 227) o confirma. — (C.).

(13) Não Diogo Lourenço, como escreveu Southey (e Peter Cunle) sem nenhuma correcção do seu traductor (1, 442), e outros compiladores. — (A. e C.).

(14) Cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, 2, fls. 139. — (G.).

(15) O regimento de Lourenço da Veiga encontra-se na *Revista do Instituto Historico*, 67, parte 1.ª, pg. 204-206. — (G.).

Lourenço da Veiga, sendo mancebo, servio algum tempo na Arzila e Tangere, onde foi ferido. Depois andou em algumas armadas por soldado; foi capitão-mór de uma que o mandaram em busca de um corsario que tomou um galeão a matou D. Luis Fernandes de Vasconcellos, quando ia para o Brasil; foi capitão-mór de outra armada para Mina, e de outra que veio a esta ilha (Madeira) dos Açores esperar as náos da India, onde antes tinha ido por capitão de uma nau. Ultimamente o mandou el-rei D. Sebastião por governador do Brasil, onde esteve quatro ou cinco annos, e falleceu, sendo de edade de cincoenta e um annos, já em tempo d'el-rei D. Felippe. Ficaram-lhe seis filhos e duas filhas. — Gaspar Fructuoso, *As saudades da terra*, 101, Funchal, 1873. — (C.).

Lourenço da Veiga foi á India por capitão da nau *Annunciada*, na armada do capitão-mór João Gomes da Silva, que saio de Lisbôa em 18 de Março de 1567. — Padre Manuel Xavier, *Compendio Universal*, pg. 28, Nova-Goa, 1917. — (G.).

mentos aos Jesuitas, e concediam-se ao governador para sua guarda (por carta ao provedor de 6 de Setembro de 1577) doze homens, vencendo cada um 500 réis por mez (16). Por uma provisão, de 12 de Setembro desse mesmo anno, foi conferido a Salvador Corrêa de Sá o governo do Rio de Janeiro, devendo Lourenço da Veiga, em virtude da distancia a que ficava esse governo, muni-lo de mais poderes, no acto de lhe dar posse (17).

A idéa da divisão administrativa do Brasil havia sido acompanhada de outra, posta já tambem em execução, desmembrando do bispado do Salvador as capitanias do Sul, e nomeando-se para ellas um administrador ecclesiastico, independente da jurisdicção do bispo. A respeito desta desmembração nada se alterou até o seculo seguinte, em que se criou aqui um novo bispado. Foi primeiro administrador o bacharel Padre Bartholomeu Simões Pereira (III). No intento de favorecer os clerigos do Brasil, evitando-lhes trabalhos e despezas, resolveu (18) tambem elrei, cujo era o padroado, segundo vimos, que para os beneficios pudessem elles ser apresentados pelos governadores. Assim praticou tambem a Espanha, commettendo aos vice-reis dos seus Estados americanos o que ali se chamou vice-padroado.

Lourenço da Veiga recebeu o bastão de governador em principios desse anno (19), fatal para a metropole, pela perda, nos campos de Alcacerquibir em Africa, da flôr da sua nobreza e da do rei cavalheiro D. Sebastião; — perda á qual pouco sobreviveu o grande epico do Tejo, que no anno immediato se despedia do mundo, proferindo a conhecida frase de que *morria com a patria*.

Se este lamentavel successo não houvera de poucos annos sido precedido de tantas victorias alcançadas sobre os Rumes no Oriente pelos portuguezes, e da derrota da armada turca em Lepanto pela sua inimiga commandada por D. Juan d'Aus-

(16) Documento no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, 1, 69-69 v. — (G.).

(17) Com 100$ de ordenado annual e por tempo de tres annos. Cópia no Instituto Historico. — (C.). — *Conselho Ultramarino, Registos*, 2, 53-54 v. — (G.).

(18)) Alvará de 7 de Fevereiro de 1576. — *Annaes do Rio de Janeiro*, 1, 310. — (A.).

(19) Pizarro, *Memorias*, 2, 173 ss (A.). — Anchieta, *Informações e fragmentos historicos*, 5. — (C.). — Em companhia de Lourenço da Veiga, além do administrador Bartholomeu Simões Pereira, veio tambem o ouvidor geral Cosme Rangel de Macedo. — *Registro Geral da Camara de São Paulo*, 8, 97, São Paulo, 1917. — (G.).

tria, a Europa em quanto destroçava suas proprias entranhas, e adulterava o espirito do Evangelho, á titulo de decidir pelas armas onde estava a maior pureza do christianismo, — a Europa, dizemos, e com ella toda a christandade, houvera talvez succumbido ante o arrojo e a intolerancia das forças mussulmanas; e excusado é dizer qual houvera sido tambem naturalmente a sorte da America. Porém, na batalha de Lepanto (1571), principalmente, se resolveu em relação á Europa a questão do triumpho do christianismo pelas armas; e o desastre de Portugal em Alcacerquibir foi todo em proveito da nação vencedora de Lepanto, — ou antes do filho de Carlos V, — do sombrio Felippe II, intelligente e astuto soberano, — que de uma cella do Escorial governou grande parte da terra, a ponto de que, como se dizia então, nunca o sol tinha para elle occaso, isto é, nunca deixava de esclarecer algum ou alguns dos seus estados. As vicissitudes por que passou a metropole no reinado, fertil de intrigas politicas, do velho cardeal-rei D. Henrique, que succedendo na corôa ao sobrinho extraviado em Africá, chegou a ter idéa de casar-se (20), a inquietação dos povos, ao verem que não havia do reino herdeiro jurado, a turbulenta acclamação, por morte do rei-cardeal, do Prior do Crato D. Antonio, obrigado a ceder de suas pretensões ante as armas victoriosas do Duque d'Alba, general do exercito que veiu de Castella demonstrar os direitos da força de Felippe II, tudo devia concorrer a que não pudesse a mesma metropole acudir ás colonias; pois mal pode dar providencias quem as necessita para si. A metropole vencida pela astucia de Felippe II, e pelo apoio de uma nobreza egoista e pouco patriotica, sujeitou-se a este rei, apresentando mui pouca resistencia (21), e nas côrtes de Thomar se resolveram as clausulas da annexação. Portugal, acclamando o dito rei, seguiria como estado independente, governando-se por

---

(20) A tal respeito vimos em Espanha uma carta autographa do Cardeal-rei, annunciando a Felippe II o seu projecto. — (A.). — Datada de 24 de Setembro de 1578, e hoje impressa por Danvila y Burguero, *Don Cristobal de Mora*, 395, Madrid, 1900. Dias mais tarde D. Henrique escrevia novamente, insistindo pela resposta. *Ib.*, 400. — (C.).

(21) Acerca desta expedição da «União de Portugal a Castella», escreveu em italiano uma mui curiosa historia, Jeronymo de Franchi Conestaglo, a qual em 1610 se publicou em castelhano, e merece muito conhecimento; pois, segundo Francisco Manuel de Mello foi alli originalmente escripta por D. João da Silva, conde de Portalegre, cujas cartas (de 1579 a 1601) preparadas em 1619 para serem impressas por Gaspar Clemente Botelho, se conservam no *British Museum*, *Mss. Add.* Num. 20. 929. — (A.).

suas proprias leis, publicadas em portuguez, e usando nellas o soberano simplesmente do dictado dos reis portuguezes. No reino e colonias, serviriam os cargos do Estado unicamente os filhos dellas e delle, e só portuguezes poderiam pela mesma fórma ser delegados immediatos do soberano, quando não commettesse o cargo a principes ou princezas de sangue. Assim o Brasil continuava, e effectivamente continuou, colonia, do Portugal, que sob o dominio castelhano conservou, em geral, como até ali, o monopolio do nosso commercio em favor dos seus portos e productos. Mostrou-se, pois, o Brasil absolutamente alheio á questão dynastica. Indifferente lhe parecia que o monarcha fosse desta ou daquella rama, e que morasse em Lisboa ou em Madrid, em Cintra e Almeirim, ou em Aranjuez e no Escorial. Talvez antes só vantagens pensaria colher com acclamar rei o soberano mais rico e poderoso do seculo, — o soberano que dispunha dos thesouros do Mexico e do Potosi, e que por meio d'elles tinha exercitos, e em seus museus e galerias as obras primas dos primeiros artistas do tempo. Essa união devia parecer um dom providencial, toda em seu beneficio. Por meio della desappareceriam as duvidas e questões que, tarde ou cedo, deveriam surgir de novo acerca da demarcação e traçado da sua raia, segundo a linha recta designada pelo tratado de Tordesilhas; ao passo que, vassalos do mesmo principe que todos os demais estados da America do Sul, poderiam os povos do Brasil livremente commerciar com os seus vizinhos, mandando-lhes seus productos, e gosando, contra os piratas e entrelopos, da protecção das mesmas esquadras que, indo para o Prata ou para o Pacifico, tinham forçosamente de velejar ao longo de suas costas.

Fatal engano, que dentro em pouco tinha de produzir crueis decepções! Aquelle pequeno reino, bem que um tanto desorientado com a revolução social que nelle haviam occasionado as fortunas facilmente adquiridas na Ásia, havia tido sempre o bom senso, quanto á politica do continente europeo, de procurar aproveitar-se da independencia que lhe dava a sua situação em um canto delle, afim de manter paz com todos; emquanto, pelo contrario, os herdeiros de Isabel a Catholica, não contentes com estender suas conquistas pelos dominios que lhes offerecera o genio perseverante de Colombo, haviam sido levados, pela ambição, a sustentar guerras não

só na Italia, na França, na Allemanha e nos Paizes Baixos, como até contra a Turquia.

E claro está que, sendo a maior parte destes inimigos nações maritimas, a propria vastidão, quasi immensa, da nova monarchia a cujos destinos se havia associado a nascente colonia brasilia, difficultava a sua defesa, e a deixava vulneravel, como uma das paragens a que menos lhe interessava attender. E com effeito, o Brasil, onde ainda não haviam sido descobertas as minas de ouro e diamantes, o Brasil com a sua escassa producção de assucar e do pau que lhe dera o nome, não podia ser guardado pelos novos reis estrangeiros, com o mesmo empenho com que tratavam de guardar o Mexico e o Perú, dominios que, com o enorme producto de inexgotaveis minas de ouro e prata, os ajudavam em tantas guerras.

Fez-se, entretanto, no Brasil a acclamação de Felippe II; bem que, ao menos na Bahia, se effectuou sem a formalidade do juramento, a qual só teve logar mais tarde, aos 25 de Maio de 1582, por indicação vinda da côrte (22). Segundo direito, o immediato successor do Cardeal era a infanta D. Catharina, neta d'elrei D. Manuel, como filha do infante D. Duarte; ao passo que Felippe II, bem que igualmente neto do mesmo rei, era por sua mãe, irmã do mesmo D. Duarte. Deste voto foram os homens mais letrados do tempo (23).

O Prior do Crato, vendo mentidas as suas esperanças de sustentar-se em Portugal, protegido pela França, teutou fortuna não só nos Açores (onde por algum tempo resistiu pela sua causa a ilha Terceira), como no Brasil, a cujas camaras e governadores escreveu, confiando as cartas a varias naus francezas (24). Ainda quando a tentativa não fosse tardia, por haver o Brasil acclamado já a Felippe II, era mui impoliticamente executada; pela simples circumstancia de trazerem as

---

(22) C. R. de 16 de Novembro de 1581, apresentada em Camara aos 19 de Maio de 1582; sendo juiz ordinario Francisco Fernandes Pantoja; e vereadores Antonio da Costa, Fernão Vaz e Gabriel Soares de Sousa; procurador da cidade João Ribeiro; e escrivão da Camara João Pereira. — G. XIII, 7, 18. — (A.) — Na B. N. — (C.).

(23) Veja as *Allegações de Direito que offereceram ao rei-cardeal as casas de successão*, etc., a 22 de Outubro de 1579. — (A.). — Danvila y Burguero, *Don Cristobal de Moura*, 868-874, dá uma lista de sessenta e cinco obras e papeis juridicos escriptos por motivo da successão de Portugal. Conf. *Arte de furtar*, cap. 16. — (C.).

(24) O Prior do Crato offerecea á França ceder-lhe o Brasil e outras ilhas a troco de 12.000 infantes. — Danvila y Burguero, *Don Cristobal de Moura*, 158. Conf. B. d'Ars, *Jean de Vivonne*, 2ª ed., Paris, 1885. — (C.).

naus emissarias a bandeira franceza, até ali tão hostil á nascente colonia brasileira. No Rio de Janeiro, Salvador Corrêa, bem que então a braços com os indios, intimou a tres naus que entraram que não communicassem com a gente da terra, e como o quizessem executar á força, disparou contra ellas (IV), obrigando-as a fazerem-se ao largo.

Parece que um D. Pedro da Cunha (a darmos credito ás palavras de um seu descendente), fôra de voto que, ainda antes de se fazerem em Portugal esforços para a resistencia contra todo o poder de Felippe II, se empregassem os poucos recursos disponiveis, para armar uma expedição maritima, em que os fieis Penates do mythologico fundador de Ulysséa viessem preservar no Aquem-mar o nome e a corôa de Portugal, estabelecendo-se com toda a gente no Brasil, onde por ventura os ampararíam as nações da Europa, rivaes da Espanha. Este grande pensamento realizado logo, e antes que os governadores do Brasil tivessem tempo de prestar juramento ao novo soberano estrangeiro, e que este pudesse dar providencias acerca de uma surpresa que se lhe fazia tão longe, e em paiz a que tão pouca importancia ligaria, houvera no seculo XVI visto proclamar-se uma monarchia independente na America. Cumpre, porém, declarar que essa monarchia (se bem que já a si o Estado se nutria de rendas proprias) não teria ainda elementos sufficientes para cuidar de sua prosperidade, nem gente para tratar das cousas da governação: e que posta, como naturalmente se poria logo o novo reino, á mercê e dependencia de alguma das rivaes da Espanha, concluiria por ser della preza.

O governador Lourenço da Veiga, succumbindo talvez aos embates de tão extraordinarios successos, falleceu na Bahia, em 4 de Junho (25) de 1581. Durante os tres annos attribulados do seu governo, passaram no Brasil alguns acontecimentos, que nos cumpre registar. No de 1579, foram incendiados em nossos portos onze navios (26) de Dieppe e do Havre, que

(25) Miralles, ps. 325. — (A.). — *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 23, 126, onde se lê: 1580; é mais provavel, porém, que seja mesmo 1581. — Conf. Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 3, 26 (ed. de 1918, ps. 240): Lourenço da Veiga... como se presava de portuguez, sentiu tanto haver seu irmão Tristão Vaz da Veiga entregue a torre de São Gião (ás tropas de Felippe II), que ouvindo a nova enfermou e morreu. — (C.).

(26) Ternaux Compans, *Notice historique sur la Guyane Française*, ps. 19. — (A.). — Os nomes dos onze navios francezes incendiados dá Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, ps. 358: foram elles: *la Marie*, *le Bouc*, *le Robuste*, *l'Aventureuse*,

naturalmente seriam surprehendidos fazendo contrabando. O certo é que o Norte do Brasil, principalmente além do rio Parahiba até o Maranhão, era nesse tempo mais frequentado dos francezes que dos nossos, e um mappa que vimos em Paris, dessas paragens, começando mais ao Sul desde o Rio Real, feito neste mesmo anno em Dieppe por Jaques de Vaudeclay, patenteia o bem informados que de toda essa costa estavam os francezes, e os seus intentos de nos guerrear, ajudados dos indios e dos proprios recursos do paiz (27).

Veiga no principio de seu governo chegára a dar ordens ao ouvidor geral e ao provedor-mór, afim de que ambos tratassem dos meios de effectuar uma nova expedição á Parahiba. Entretanto, apresentára-se, offerecendo-se para realizar a empreza, Fructuoso Barbosa, rico proprietario de Pernambuco, o qual, passando á côrte, ahi se compromettera a colonizar a nova capitania á sua custa, mediante a condição de ser por dez annos capitão-mór ou adiantado della, cobrando ao mesmo tempo todas as rendas. Em 25 de Janeiro de 1579 lhe foi feita esta concessão, sendo nomeado «capitão de mar e terra» da gente que levasse (28). Preparados quatro navios, com muitas familias para povoar a terra, com soldados para a defender, e com clerigos e religiosos de duas ordens, uns Benedictinos e outros mui provavelmente Carmelitas (29), vie-

---

le Croissant, *la Licorne*, *le Grand-Anglais*, *la Marie-Marthe*, *le Guillaume*, *la Chevillete* e *le Grand-Chien*: os capitães eram: Lamotte, Adrien Gilles, Guillaume Clémence, Michel Fret, Jean Bouel, Guillaume Lefévre, de Dieppe, Abraham Grenier, Casoier e outros, do Havre. Os navios estavam carregados de mercadorias do valôr de mais de um milhão; as equipagens refugiaram-se nas florestas do interior. — (G.).

(27) Do mesmo cartographo possuimos outro mappa do Cabo-Frio e Rio de Janeiro, marcando-se junto desta cidade o logar por onde ella deveria ser atacada. — (A.). — O mappa da costa está reproduzido no primeiro Atlas de Rio Branco; o do Rio de Janeiro, na collecção de Gabriel Marcel e no livro de Heulhard sobre Villegaignon. A reproducção de Marcel é preferivel, porque os dizeres são mais legiveis. — (C.).

(28) O Instituto Historico possúe cópia desses documentos [*Conselho Ultramarino, Registos*, 1, 129-129 v. e 132-133]. O nome de um Fructuoso Barbosa, que provavelmente será o mesmo, já apparece no processo do Padre do Ouro em 1570. *Archivo Historico Portuguez*, 3, 281, Lisbôa, 1905.

Uma das caravelas da armada que ia povoar a Parahiba foi mettida a pique por um corsario junto á ilha de Maio do Cabo-Verde, em Maio de 1580. — Sarmiento de Gamboa, *Viage al estrecho de Magalhanes*, 341, Madrid, 1768. — (C.).

(29) Franciscanos, diz o autor da *Conquista do Parahiba*; preferimos a versão que se deduz de Frei Manuel de Sá. — (A.). — Maior fé merece Anchieta, contemporaneo, que escreve: «No anno de 1581 vieram em companhia de Fructuoso Barbosa, que vinha a povoar o rio da Parahiba, tres frades do Carmo e dois outros de São Bento a Pernambuco. Mas como não se povoou a Parahiba não fizeram mais que prégar e confessar sem fazerem mosteiro. Veio tambem em sua companhia um de São Francisco, que tambem prégou algum tempo em Pernambuco, e tornou-se para o reino.» — *Informações e fragmentos historicos*, 13. — (C.).

ram fundear defronte do Recife; e demorando-se ahi alguns dias, tal tormenta sobreveio que os navios se esgarraram, e Barbosa teve que regressar á Europa. O navio em que estavam os Benedictinos foi a nosso ver arribar á Bahia, pois justamente nesse mesmo anno (1580) pretende um Benedictino brasileiro (30) que ahi chegaram os primeiros monges desta ordem. Segundo conjectura identica, é possivel que os Carmelitas desde então ficassem em Pernambuco.

Por fallecimento de Lourenço da Veiga, e em falta de vias de successão, foi assentado pela camara da cidade que o bispo e o ouvidor geral se reuniriam a ella, para seguirem todos attendendo á governança do Estado. O bispo não se mostrou tão ambicioso como o ouvidor geral Cosme Rangel (31) de ter grande influencia no governo, e a camara, reconhecendo neste mais lettras e bastante actividade, se deixou por elle a principio levar, adoptando todas as disposições que propunha. Porém, tão prompto como enxergou que nem todas ellas provinham de ardentes desejos de governar com acerto, e que antes pelo contrario algumas descobriam segundas intenções de cobiça e ambição delle Rangel, que já se chamava governador, começou a retrahir-se, e a não approvar senão o que julgava merecer approvação. O bispo e outros moradores principaes por sua parte retiraram-se da cidade para as roças. Enfadado Rangel com os tropeços que nos camaristas encontrava a satisfação de seus arbitrios, intrigou a obra de uma reeleição de vereadores, na qual introduziu os individuos que mais lhe accommodavam, e por este meio se apoderou

---

(30) Frei Gaspar da Madre de Deus. — (A.). — «No anno de 83 vieram dois de São Bento, com ordem de seu Geral. A estes se deu um bom sitio na Bahia e uma egreja de São Sebastião e fazem já mosteiro: são tres por todos até agora e começam a receber alguns outros a ordem». — Anchieta, ib. — (C.).

(31) Cosme Rangel acabava de ser provedor na ilha da Madeira, quando foi nomeado ouvidor geral em 1578. — (A.). — Serviu o cargo na Madeira durante dois annos, cinco mezes e sete dias. O ordenado correspondente a esse tempo foi mandado pagar em 1618 a Margarida Serrão, sua viuva. Doc. do Instituto Historico.

De Cosme Rangel a Bibliotheca Nacional possúe em cópia uma carta, com a data de 4 de Março de 1583. Levou-a ao reino Paschoal Mexia, eleito procurador pela Camara da cidade para tratar de certos requerimentos. Da carta aproveita-se apenas o seguinte trecho: «Nesta (capitania) se procede agora no serviço de Vossa Magestade differentemente que até aqui se procedeu, posto que, como tenho escripto, ainda ha homens pouco obedientes á justiça». — (C.).

— A 10 de Junho de 1578 expediu-se alvará para se pagar no Brasil o ordenado que vencera como provedor da fazenda na Madeira. — Documento no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, I, 227. Não teve cumprimento esse alvará, porque quarenta annos depois sua viuva ainda estava no desembolso da quantia devida. — (G.).

absolutamente do governo, e fez autoar alguns dos que se lhe oppunham. Até então, nem na Bahia, nem, que nos conste, em outra terra do Brasil, havia (como em Portugal succedia desde os annos de 1535) (32) mesteres nomeados para concorrerem com a camara, no dar os regimentos aos officios e taxar certos preços de mão-d'obra. Cosme Rangel *decretou* a introducção, para talvez deste modo recompensar na Bahia alguns mechanicos, que haviam votado no sentido que elle desejava. Entre os autoados e presos por Cosme Rangel, aos quaes todos depois amnistiou a côrte, mandando cassar e queimar os processos, encontramos o nome de Manuel de Sá, «sobrinho de Men de Sá», provedor d'alçada da cidade. O provedor-mór Christovão de Barros, já senhor de um novo engenho na Bahia (33), e amigo de Gabriel Soares tão pouco era affecto ao intruso chefe.

Do governo interino de Cosme Rangel nada nos consta que honra lhe possa fazer (34). Na Bahia os que mais se prezavam, incluindo o bispo e o alcaide-mór, viviam no campo, para fugir de sua presença. Nas immediações de Itamaracá, os indios andavam alevantados; e uma guerra que com poucas forças lhes deu o capitão Antonio Rodrigues Bacellar, não fez senão ensoberbece-los e exalta-los mais. Fructuoso Barbosa, refeito de suas avarias, regressára a Pernambuco; e dahi, de accordo com o capitão e ouvidor Simão Rodrigues Cardoso, partira para a Parahiba por mar, emquanto o mesmo Cardoso com duzentos homens de pé e de cavallo e muito gentio, fôra por terra. Barbosa, depois de incendiar cinco (35) naus francezas, de oito que encontrou varadas no porto, das quaes tres acertaram de escapar-se, votou-se a tal abandono, que em uma cilada os indios inimigos, com alguns Francezes,

---

(32) Veja Ant. J. de Gouvêa Pinto, *Res. chron.*, ps. 19. — (A.).

(33) O engenho de Christovão de Barros ficava na enseada de Jacarécanga, entre Matuim e Mataripe, como se vê de Gabriel Soares, *Tratado*, 8. 23. Era de bois, tinha muitos edificios e uma egreja de Santo Antonio. Devia ter sido fundado por Antonio Cardoso de Barros, a quem D. Duarte da Costa accusava de, por causa do engenho, abandonar os deveres de provedor-mór da fazenda. — (C.).

(34) Ha uma resposta relativa aos indios, sem data, assignada pelo Bispo, Cosme Rangel e Gregorio Serrão, impressa na *Revista do Instituto*, 37, parte 1ª, ps. 92-98. Critica as resoluções tomadas por Almeida e Salema, e indica algumas medidas favoraveis aos indigenas, cujos prestimos encarece. — (C.).

(35) Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, 358-359, menciona o incendio dos cinco navios francezes por Fructuoso Barbosa, na entrada do porto da Parahiba, citando Jarric, III, cap. 31, e Lopo Vaz, in Hakluyt, III, 778. Segundo outros autores, accrescenta, foram os proprios Francezes que queimaram seus navios, retirando-se para as aldêas dos Petiguáras, seus alliados. — (G.).

lhe mataram uns quarenta homens, entrando neste numero um filho seu. Seria por esta occasião que tambem cahiu morto Manuel de Azevedo, proprietario da ilha então chamada da Conceição (36), na bocca do Rio Parahiba, que havia occupado com uma tranqueira, cuja artilheria fôra dahi retirada pelo dito Fructuoso Barbosa (37). E já lhe preparavam um ataque em fórma ao arraial em que estava, do lado do norte do rio, defronte do Cabedello, quando o mesmo Barbosa resolveu retirar-se, com toda a sua gente, não sem grande desar, nem sem que dahi resultasse o crescer, e muito, a arrogancia dos mesmos indios, e os perigos dos vizinhos de Itamaracá, que chegaram a reduzir-se unicamente a trinta e dois, havendo os Barbaros destruido no continente tres engenhos que já moiam.

Durante o governo interino de Rangel foi agasalhada na Bahia uma nau ingleza, que desembarcou mais de trinta mil cruzados de mercadorias, bem que por varios abusos só dellas cobrou a alfandega duzentos e vinte mil réis (38) de direitos. Recebeu uma grande carga de assucar, do qual tambem apenas um terço se despachou.

Outro navio com mercadorias inglezas entrou em Santos, com tolerancia das autoridades; o que não nos deve admirar sabendo que tal navio ahi viera, em virtude de carta de ordem dirigida a Londres, pelo inglez John Whithall, casado com uma filha do senhor de engenho José Adorno (v). Pouco

---

(36) Essa ilha foi depois (11 de Abril de 1596) dada de novo por Feliciano Coelho a Isabel Caldeira, viuva do mesmo Azevedo; e posteriormente a herdos seu genro Manuel Homem da Silva. — (A.). — Foi mais tarde vendida aos Benedictinos, em 22 de Janeiro de 1610. — *Revista do Instituto*, 27, parte 1.ª, pg. 122. — (C.).

(37) Segundo a chronica da Parahiba em 1582; de Jarric, III, cap. 31, e Hakluyt., III, 778, se póde entender o de 1581. — (A.). — Hakluyt não trata disso *loc. cit.*, onde se refere a factos de 1587.'— (C.).

(38) C. de Manuel Telles de 7 de Agosto de 1583, e de Martim Leitão de 15 de Abril de 1584. Peter Carder, in Purchas, IV, 1187. — (A.). — Peter Carder partiu da Inglaterra com Sir Francis Drake em 1577, e só voltou a Chichester em Novembro de 1586, nove annos e quatorze dias depois da partida. Esteve em varios pontos do Brasil, mas pouco se aprende de sua breve narrativa de viagem, talvez porque foi escripta muitos annos depois do successo. Refere-se a um navio inglez *Merchant Royall*, mas não dá a data, nem conta outras circumstancias. Diz que já se podia plantar gengibre para o consumo interno. — (C.). — Nos Prolegomenos á *Historia do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, pg. 147, Capistrano de Abreu refere, segundo a narrativa de Carder, o modo curioso por que elle e o seu companheiro William Pitcher matavam a sêde em uma ilha em que não havia agua: «fomos obrigados a beber a nosso propria urina, que guardavamos nas cascos de certas jarras trazidas de nossa pinaça, e punhamos nessa urina alli todas as noites para refria-la e bebe-la na manhã seguinte, que sendo assim bebida muitas vezes e muitas vezes expellida, breve tornou-se excessivamente vermelha.» — (C.).

depois, teve logar nesse porto a entrada de dois galeões de guerra da mesma nação, ao mando de Edward Fenton, os quaes desembarcaram alguns da tripulação, a pretexto de estabelecer em terra uma forja e um forno de pão ou biscoito. Quizeram oppor-se-lhes o alcaide-mór Braz Cubas e o capitão Jeronymo Leitão; mandaram a bordo José Adorno e Estevão Raposo, que favoreceram (39) os intrusos. No emtanto em uma noite de luar entravam pela barra, tres naus. E dentro de pouco estavam ás bombardadas contra os galeões inglezes ali surtos. O fogo seguiu vivo quasi toda a noite: os galeões inglezes picaram amarras e fizeram-se ao largo; mas tal avaria haviam causado a uma (40) das naus atacantes que foi logo a pique (VI). Estas naus eram espanholas; mandava-as Andrés Igino (41), e faziam parte da poderosa armada de Diogo Flores Valdez, que então seguia para o Estreito de Magalhães (VII). Dessa armada de Diogo Flores haviam aportado no Rio de Janeiro o almirante Diogo de la Ribera e Pedro Sarmiento, com cinco navios, que se fizeram de vela para o seu destino em Novembro de 1583 (42).

Com as duas naus que lhe ficaram, se fez Igino de vela, depois de haver aproveitado do material e gente da afundada, para construir e deixar guarnecido um forte na entrada da barra de São Vicente (43).

No Rio de Janeiro, Salvador Corrêa estava sempre alerta; e em continuos rebates de dia e de noite; já dos indios (*Tamões* lhes chama), já dos Francezes, amigos destes; porém, nem ali, nem em Cabo-Frio, haviam nos ultimos tempos entrado corsarios: pedia armas e munições, as quaes lhe foram mandadas, incluindo umas colubrinas; e perguntado pela

---

(39) Autos a tal respeito, Papeis de Simancas no Arch. de Indias, em Sevilha — II, 5, 2, 21. — (A.). — A Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro possue cópias modernas. — (G.).

(40) Santa Maria de Begonia. — (A.). — Sarmiento de Gamboa, *Sumaria relación*, na *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias*, 5, 312, 316, *et passim*, escreve *Vegona* e *Begona*. — (C.).

(41) C. de Manoel Telles, de 7 de Agosto de 1583. — (A.). — Desconhecido no Rio. Sarmiento escreveu Aquino; Frei Vicente, Equinon. — (C.).

(42) C. de Salvador Corrêa, de 7 de Março de 1584. — (A.).

(43) «Y para del todo descomponer las cosas del Estrecho, quiso (Valdez) aprovechar-se de la ocasion del fortesuelo que halló comenzado, y adjudicó aquello que habia hecho Andrés de Aquino para si, porque se dixese que habia hecho algo y cubriese lo que no tenia cubierta. Y por esto dejó allí al ingenier que iba para uno de los fuertes, y por alcaide á Domingo de Garri, que Pedro Sarmiento llevaba para uno de los fuertes del Estrecho, más grande de cuerpo que de buena voluntad... y por capitan un sujecito llamado Miranda.» — Sarmiento, *Sumaria relación*, in *Coleccion de Documentos inéditos del Archivo de Indias*, 5, 332. — (C.).

Côrte se devia de preferencia fortificar-se o Rio de Janeiro ou povoar-se Cabo-Frio, foi de parecer que se reforçasse aquella cidade, porque depois seria facil povoar-se o Cabo, com gente della mesma; e isto com tanto mais razão quanto no Cabo-Frio não havia agua senão muito pela terra dentro. Propunha a principio o mesmo Salvador Corrêa que se fizesse fortaleza na *Lagea* «que está na entrada da barra»; porém, depois (44), consultando melhor o caso, com um engenheiro que no porto ficára da armada castelhana (45), conveio, em virtude da facilidade de ter os materiaes, em votar por duas fortalezas nos promontorios da mesma barra, segundo as traças ou plantas que mandou ao soberano. Os Jesuitas seguiam augmentando as suas rendas, obtendo *para os seus indios* grandes doações de terras. Em 21 de Janeiro de 1583 foi confirmada, aos das aldeias de São Bernabé e São Sebastião, uma sesmaria de duas leguas, *junto da Fazenda dos Padres*, e aos de São Lourenço outra de quatro leguas, de Macacú á Serra dos Orgãos, tambem *junto ás terras dos Padres* (46).

(44) C. de Salvador Corrêa, de 7 de Março de 1584, respondida em 27 de Março de 1585. — D. Alonzo de Sotomayor, governador do Chile, e outros capitães de armadas, escreviam então á côrte, recommendando Salvador Corrêa; e o governador Manuel Telles, a quem el-rei ordenou que désse informação delle, disse, em carta de 14 de Agosto de 1584, que a dava «muito bôa assim por pessôas que daquellas partes vieram, como por um Balthazar Machado, por quem mandára visitar as fortalezas, e que era merecedor que S. M. lhe fizesse honra e mercê». — (A.). — Todos esses documentos são desconhecidos no Rio. — (C.).

(45) Um dos engenheiros da armada chamava-se Antonelli: Sarmiento, *loc. cit.*, 300. — (C).

(46) Carta de confirmação da carta de sesmaria dada aos indios da povoação de São Lourenço por Salvador Corrêa de Sá, governador da capitania do Rio de Janeiro, na *Revista do Instituto Historico*, 17, 318-333: — «quatro leguas de terras da banda d'além do rio Macacú, que começarão aonde se acha a data de Duarte de Sá, e correrão ao longo da terra *que naquella parte tem o collegio da companhia*, até encher quatro leguas, e para o sertão até o pé da serra dos Orgãos», e como reza o documento. — (C.).

NOTAS DA SECÇÃO XXI

I

(Pag. 163)

Do livro de Salema dá razão não só Gabriel Soares, e com elle Mariz e Barbosa; mas tambem Frei Vicente do Salvador, que recommendava a Salvador Corrêa o livro «sobre a historia do Rio de Janeiro que fez o Salema». Salema regressou a Lisbôa, e em 15 de Janeiro de 1577 se lhe mandava pagar; foi nomeado desembargador dos Agravos em 1583 e falleceu em 13 de Março de 1586. — (A.)»

Não seria antes Salvador Corrêa que recommendava o livro a Frei Vicente do Salvador, sabendo-o occupado em escrever uma historia do Brasil? Em todo caso o documento é desconhecido no Rio, e o Auctor não se refere a elle na 1.ª edição.

Só em 1578 voltou Salema a Europa, depois de chegar Lourenço da Veiga, Anchieta, *Informações e fragmentos historicos*, 5. Governou, portanto, muito mais tempo que o Autor suppõe. Salema fez um engenho para el-rei no Rio, no qual gastou mais de tres mil cruzados, e não valia nem quinhentos, affirma Christovão de Barros, em carta de 18 de Novembro de 1578; escripta de Pernambuco, de que ha cópia no Instituto Historico (*Torre do Tombo*, 1, fls. 143-143). Ainda em carta de 14 de Agosto de 1584, Christovão de Barros pede a el-rei que mande cobres para o engenho do Rio, ou ordem de vendê-lo. — Cópia na Bibliotheca Nacional. — (C.).

O engenho foi vendido a Domingos de Amorim Soares, passou mais tarde a João de Freitas Castro e sua mulher D. Leonor Maria de Mello Pereira Sampaio, fallecida em 1779, em estado de viuvez. Transferiu-se então a propriedade ao herdeiro Rodrigo de Freitas de Mello e Castro, que deu o nome conservado até hoje á lagôa alli existente. — Conf. Rio Branco, *Ephemerides Brasileiras*, ps. 188, e *Revista do Instituto Historico*, 6ª parte 2.ª, ps. 181-185.

Na provisão de 16 de Janeiro de 1577, acima citada, diz el-rei ao seu governador das partes do Brasil, «que havendo respeito a eu mandar ora vir pera o reyno o doutor Antonio de Salema, do meu desembargo e desembargador da Casa de Supplicação, que me ora está servindo de governador das ditas partes da repartição do Rio de Janeiro, hey por bem e me praz que tudo o que vos constar que he devido ao dito Antonio de Salema dos ordenados que tinha com o dito carguo de governador lhe façais pagar no thesoureiro de minhas rendas e direitos da capitania da Bahia de Todolos Santos...» — Cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino. Registos*, 2, fls. 38 e v. — (G.).

II

(Pag. 463)

Documento importante sobre a expedição de Antonio de Salema a Cabo-Frio, em que desbaratou os Tamoios alli fortificados, é a carta do Padre Luis da Fonseca, datada da Bahia a 17 de Dezembro de 1577 e escripta por commissão do Provincial Ignacio de Tolosa ao geral Everardo Mercuriano, primeiro divulgada através da traducção franceza das *Lettres de Iappon, Perv et Brasil*, ps. 73-79, Paris, 1578, e modernamente reproduzida em italiano pelo Barão de Studart, nos *Documentos para a Historia do Brasil*, 2, ps. 17-63, Fortaleza, 1900.

Da traducção franceza, bem como de outros documentos, utilizou-se Capistrano de Abreu para reconstituir magistralmente a narração daquella tragica jornada, em artigo publicado na *Gazeta de Noticias*, de 6 de Novembro de 1882, sob o titulo *Gravetos da Historia Patria*, transcripto em boa hora por Macedo Soares, em nota á segunda edição do *Regimento das Camaras Municipaes*, de Cortines Laxe, ps. 443-446, Rio, 1885, e por Augusto de Carvalho, *Apontamentos para a Historia da Capitania de São Thomé*, ps. 81-85, Campos, 1888. Como sejam essas obras hoje inacessiveis á maioria dos estudiosos, julgamos bom serviço reproduzir aqui o artigo do preclaro mestre:

«...Chegando ao Rio de Janeiro, Salema encontrou os Tamoios ensoberbecidos e ousados, a ponto de atacarem os Portuguezes na propria bahia da Guanabara. Resolveu, pois, dar remedio á situação desesperada, e combate-los em Cabo-Frio, onde era maior a sua influencia, e continuavam as relações com os Francezes. Reuniu a gente do Rio de Janeiro e convidou alguma do Espirito Santo. De São Vicente veio o capitão Jeronymo Leitão com muitos Portuguezes e indios christãos. As forças reunidas, segundo dois contemporaneos, constavam de 400 Portuguezes e 700 Indios. Entre os primeiros achavam-se: Christovão de Barros, que depois, governando interinamente o Brasil, lhe prestou tantos serviços; Antonio de Mariz, que tanto se distinguiu na campanha, e que conhecem todos os que leram o *Guarani* de José de Alencar. Com essa gente, partiu Salema, no dia 27 de Agosto de 1575, para Cabo-Frio. Em breve, chegaram a uma aldêa onde os Tamoios se tinham fortificado, em campo cercado de triplo fosso, e de trincheiras feitas com tal arte que pareciam inexpugnaveis. Estavam entre elles dois Francezes e um Inglez, homens engenhosos e de grande experiencia na disciplina militar, os quaes haviam dirigido as obras de defesa. «De dia em dia, escreve o Padre Luis da Fonseca, eram-lhes mandados soldados das aldêas vizinhas; de sorte que já possuiam mais de 1.000 archeiros dos mais valentes que era possivel achar, sem levar em conta os outros soldados distinctos.

«Começaram em breve ataques e sortidas, que não tiveram outro resultado além de mortes de parte a parte. Então Salema resolveu não dar mais rebates, mas apertar o cerco, impedir a entrada de viveres e rende-los pela fome. O seu plano provou bem: não tardou que faltasse agua aos sitiados, que no seu desespero começaram a falar em render-se. Demoveu-os desse passo um *feiticeiro* muito respeitado entre elles, que lhes prometteu agua em abundancia. E de facto, escreve ainda o Padre Luis da Fonseca, atirando ao ar ossos de porco, e usando não sei que outras superstições

diabolicas e esconjuros magicos, succedeu (ou porque então era lua cheia, ou porque Deus assim o permittiu) que começou a chover muito. Os Tamoios apanharam a agua, e dispuzeram-se á resistencia por muito tempo; mas a agua corrompeu-se, e a sua situação ficou tão critica como antes. Assim, tomaram uma resolução heroica: fazer uma sortida em massa, forçar os sitiantes e retirarem-se com o favor da noite. Reinou então no acampamento inimigo um silencio que inquietou Salema. Veio-lhe logo á idéa que se tramava qualquer cilada, e, para prevenil-a, tratou de aprisionar alguns dos inimigos para informar-se. Nada conseguiu. Um jesuita, o Padre Balthazar Alvares, offereceu-se para ir a descobrir. O Padre Balthazar Alvares viéra, com outro membro da Companhia, acompanhando Salema. Tinha prestado os melhores serviços, celebrando missa todos os dias, cantando ladainha, confessando, dando communhão, levantando cruzes pelo caminho, animando de todos os modos os selvagens. O seu offerecimento foi aceito; e no dia de São Matheus, 21 de Setembro, encaminhou-se para o campo inimigo, tendo antes obtido que não se faria mal a quem viesse lhe falar. Chegando á trincheira, Balthazar Alvares gritou, em lingua brasilica, aos sitiados que um Padre da Companhia de Jesus queria falar com o capitão. Este, que se chamava Japuguassú, appareceu e convencionou com o Padre ir no outro dia conferenciar com Salema. De facto veio, vestido com toda a pompa, e tendo uma presença veneravel, diz um contemporaneo, e teve uma entrevista com Salema.

«Este, ántes de tudo, exigiu que lhe fossem entregues os dois Francezes e o Inglez, e sendo satisfeito, condemnou-os á forca. Os tres extrangeiros, segundo expressão do Padre Fonseca, tiveram uma das mortes mais bellas que era possivel, isto é, confessaram-se, commungaram, deram as maiores provas de arrependimento, e foram direitinho para o céo. Exigiu ainda Salema que fosse demolida parte da fortaleza tamoia. Japuguassú fê-lo immediatamente, plantando uma cruz para que os Portuguezes, entrando, não fizessem mal a ninguem. «Por sua vez Japuguassú pediu ao governador que lhe fosse permittido habitar ahi com todos os seus, promettendo ser sempre fiel vassalo dos Portuguezes. Salema não accedeu: primeiro exigiu que lhe fossem entregues todos os que tinham vindo soccorrel-o, e destes, entre os quaes havia 500 bravos besteiros, uns foram mortos, outros feitos escravos dos fidalgos. Quanto aos habitantes da aldêa, foram destruidos pelos soldados. Isso succedeu a 26 de Setembro. Logo que souberam que sorte os aguardava, os habitantes de Cabo-Frio abandonaram suas aldêas e fugiram para o interior; mas Salema, acossando-os, matou mais de 2.000 e fez 4.000 prisioneiros. Destes os que se quizeram fazer christãos, foram, segundo Frei Vicente do Salvador [*Historia do Brasil*, ed. 1918, ps. 227] congregados nas aldêas de São Lourenço e São Bernabé.

«Tal é a historia triste e até hoje pouco conhecida.

«Para mostrar os effeitos desta luta, vejamos o que diz Luis da Fonseca: «A mãe era separada do filho, o marido da mulher. Um era levado para São Vicente e outro para o Espirito Santo. Não havia coração de bronze que se não enternecesse, ouvindo as queixas e lamentos deste pobre povo!» — (G.).

III

(Pag. 435)

Carta regia de 11 de Maio de 1577. — O *desmembramento* fôra concedido por breve de Gregorio XIII, de 19 de Julho de 1575. — *Annaes do Rio de Janeiro*, I, 316. — (A.).

— No Corpo Diplomatico Portuguez, 11, 606-608, Lisboa, 1898, lê-se a supplica do rei de Portugal ao Summo Pontifice, impetrando a creação de um administrador para o Rio de Janeiro, a exemplo do que já havia em Moçambique, Sofala, Ormuz e Maluco. O editor attribúe-lhe a data de 1563, *mas é posterior* a 1573, *pois já se refere á morte de D. Pedro* Leitão; deve ser de 1575, pouco antes de 19 de Julho, quando foi satisfeito o pedido. — (C.).

— No breve *Novi Orbis*, como se chamou, foi expressamente declarado que a nomeação do administrador competia *a el-rei* e devia caber *á* pessôa examinada e approvada pelo tribunal da mesa de Consciencia e Ordens. Pela carta de 11 de Maio de 1577, acima referida, D. Sebastião nomeou Bartholomeu Simões Pereira, clerigo do habito de São Pedro, bacharel *formado*, distincto por virtudes e letras, com o ordenado annual de 200$000, além de 40$000 de mercê ordinaria. O administrador chegou á Bahia nos ultimos dias de 1577, com o governador Lourenço da Veiga. Empossado de sua prelasia, em data que não foi possivel determinar, em Setembro de 1583 estava de visita á capitania de Porto Seguro, informa Fernão Cardim, *Tratados*, ps. 297, Rio, 1925. Annos depois passou a viver na capitania do Espirito Santo, malquisto do povo do Rio de Janeiro, isso em data posterior a 1 de Julho de 1591, porque nesse dia assignou a provisão que inhibia ao vigario da matriz de São Sebastião de intrometter-se nas eleições de provedor e mesarios da Misericordia, e naquelle mesmo anno approvava, no Espirito Santo, a escriptura de doação da capella de Nossa Senhora *da Penha*, feita pela viuva do donatario D. Luisa Grinalda, com intervenção e consentimento das camaras de Villa Velha e Victoria. — Pizarro, *Memorias historicas*, 2, 56, Rio, 1820. A razão da malquerença não está elucidada. Para Pizarro, *op. et loc. cit.*, o seu heroismo no empenho de reformar os sentimentos viciosos dos habitantes da Provincia, de instruí-los nos deveres da Religião Catholica, e de plantar em corações pouco doceis a obediencia aos preceitos do Evangelho, e da Igreja», seria mal recompensado, pelo que o administrador, «farto de procedimentos assás ingratos, sacudiu o pó dos sapatos» e foi viver no Espirito Santo.

Balthazar da Silva Lisboa, *Apontamentos para a Historia Ecclesiastica do Rio de Janeiro* (ms. do Instituto Historico), attribúe a *indisposição* dos habitantes do Rio de Janeiro contra o administrador a outro motivo, como fosse *occupar-se* elle demais das causas externas da jurisdicção civil, tomando contas das testamentarias, que até por direito das concordatas, em Portugal, só tomavam os prelados as dos mezes de suas alternativas; procedendo por censuras ecclesiasticas contra os que se negavam a receber as suas constituições, que lhe augmentavam os réditos, e a reconhecer a sua autoridade, que não era a de Jesus Christo, mas de seu particular interesse.

Bartholomeu Simões Pereira viveu no Espirito Santo além de Junho de 1597. Nesse mez esteve presente ao enterro de Anchieta, na casa de

Sant'Iago, que a Companhia tinha alli, e prégou nos funeraes; foi quem primeiro o chamou — «apostolo do Brasil». — Simão de Vasconcellos, *Vida do Veneravel Joseph de Anchieta*, ps. 351, Lisbôa, 1672; Pero Rodrigues, *Vida do Padre José de Anchieta*, in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 29, ps. 224 (1907).

Segundo Pizarro, o administrador acabou com suspeitas de envenenado. — (G.).

IV

(Pag. 469)

G. Soares, I, 56. — Felippe II escreveu por essa occasião a Salvador Corrêa e á cidade de São Sebastião, «agradecendo-lhes o que haviam feito em seu serviço». — Teve isso logar em 1581. — Jarric, III, cap. 29. [Não existe completa esta obra no Rio, nem cópia da carta a Salvador Corrêa]. — Antes, em 18 de Maio de 1580, haviam estado no Rio quatro naus de guerra francezas. Hakluyt, III, 705. — (A.).

Quatro navios francezes eram esperados com bastante medo em Santos no mez de Fevereiro de 1580, como informa Thomas Grigs, *in* Hakluyt, III, 705. Conta elle que os navios tomaram tres canôas no Rio, de que duas voltaram a Santos no dia 22, com a noticia de que os Francezes tinham seguido rumo do estreito de Magalhães. Teriam outros nios vindo antes? De Hakluyt não se conclúe e com certeza estes não teriam empregado mais de seis mezes em ir do Rio, donde foram repellidos, para São Vicente. É, portanto, provavel que aos navios de Grigs se refira o agradecimento de que trata o Autor, e que não seja exacta a noticia de Jarric. Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 4, 1 (ed. de 1918, ps. 266-267), escreve o seguinte, que evidentemente se refere a outras náos, talvez de 1583: — «...rbeparam tres náos francezas ao Rio de Janeiro e surgiram junto ao baluarte, que está no porto da cidade, dizendo que iam com uma carta de D. Antonio para o capitão Salvador Corrêa de Sá, o qual nesta occasião era ido ao sertão fazer guerra ao gentio. Mas o administrador Bartholomeu Simões Pereira, que havia ficado governando em seu logar e estava informado da verdade pela carta do Governador geral [Manoel Telles Barreto] lhes respondeu que se fossem embora, porque já sabia quem era seu rei. E porque a cidade estava sem gente e não havia mais nella que os moços estudantes e alguns velhos que não poderam ir á guerra do sertão, destes se fez uma companhia, e D. Ignez de Sousa, mulher de Salvador Corrêa de Sá, fez outra de mulheres com seus chapéus na cabeça, arcos e frechas nas mãos, com o que e com o mandarem tocar muitas caixas e fazer muitos fogos de noite pela praia, fizeram imaginar aos Francezes que era gente pera defender a cidade, e assim, a cabo de dez ou doze dias, levantaram as ancoras e se foram.» — (C.).

Ao tempo em que Salvador Corrêa de Sá era o capitão-mór governador do Rio de Janeiro, pela segunda vez (1578-1598), o unico forte que havia na barra era o de Nossa Senhora da Guia, depois Santa-Cruz. Dentro do porto havia, á beira-mar, o de Santa-Cruz no logar onde está hoje a egreja da Cruz dos Militares, e no morro da cidade o castello de São Sebastião. — Cont. Rio Branco, *Ephemerides Brasileiras*, ps. 108. — (G.).

V

(Pag. 473)

De Santos, a 30 de Junho de 1578, John Whithall escrevera a Richard Staper, dizendo que uns tres dias antes casara com a filha unica do genovez *Jotlo Dore*, e que naquellas partes lhe tinham mudado o nome para João Leitão. Convidava o amigo a mandar um navio a São Vicente, que poderia carregar de assucar, e trazer mercadorias, de que dá uma lista, muito curiosa, mas difficil de traduzir para quem *não é especialista*. Na relação figuram varias fazendas, chapéus, camisas, fechaduras para portas e arcas, papel, copos, espelhos, pratos de estanho, especiarias, sabão, pregos, cintos de couro, machados, martellos, ferro, etc. Cinco mercadorias mandaram, de facto, um navio, chamado *Minion of London*, que partiu de Harwich a 3 de Novembro de 1580 e chegou a Santos em 3 de Fevereiro do anno seguinte. Houve algumas duvidas sobre a permissão de commerciar; do Rio, o administrador ecclesiastico Bartholomeu Simões Pereira mandou lembrar que os Inglezes eram hereges; mas as relações correram pacificas, e o *Minion* saiu de Santos só em Junho.

Thomas Griga, narrador da viagem, impressa na collecção de Hakluyt, faz as seguintes observações a respeito de Santos:

Aos generos e mercadorias que não passam pela alfandega, costuma-se pôr o preço por que hão de ser vendidos, o que fazem os magistrados da ridade, conforme ás ordenações reaes (estes magistrados eram os alnotacés, como sabemos). Ás mercadorias que passam pela alfandega, os negociantes vendem com o maior proveito e vantagem que podem. Não se consente que os Portuguezes usem dos thesouros das minas, sob pena de morte. — (C.).

A carta de John Whithall a Richard Staper occorre na *Hakluyt's Collection*, 4, 199. — (G.).

VI

(Pag. 474)

Edward Fenton partiu da Inglaterra a 1 de Maio de 1582, em viagem para Cathay e India pelo estreito de Magalhães. Demorou bastante em terras africanas, e só a 1 de Dezembro avistou a costa de Santa Catharina. No dia 2 fundearam no porto de D. Rodrigo, a 6 tomaram uma embarcação espanhola destinada ao Rio da Prata, e souberam que uma forte esquadra espanhola estava no estreito de Magalhães. A 12 continuaram a viagem. Chegando aos 23º S., resolveram vir para São Vicente, para evitar o encontro com o inimigo superior em forças. A 19 de Janeiro de 1583 chegaram ao porto de Santos. José Adorno, Estevão Raposo e um flamengo chamado Paulo Bandeves, ou Bandevezes foram a bordo; John Whithall tambem foi e contou-lhes o susto causado por sua presença na população. As negociações iam bem encaminhadas quando na tarde de 24 entraram as naus espanholas e travou-se o combate. As tres naus espanholas, como informa Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 4, 2 (ed. de 1918, ps. 271), partiram de Santa Catharina a 14 de Janeiro.

Lucas Ward, vice-almirante da armada ingleza e narrador desses

successos, antes de voltar para a Europa, esteve na costa do Norte, talvez na Parahiba, ou Rio Grande, ou mesmo Ceará: *Sandie hilles with woods on it*, é a unica e vaguissima indicação que nos dá. — (C.).

As fontes principaes para o combate do porto de Santos são, do lado dos inglezes, a narrativa de Luke Ward, *Hakluyt's Collection*, IV, 263-277, e os *Monson's Naval Tracts*, em Churchill, III, 402; da parte adversa, Sarmiento de Gamboa, *Sumaria relación*, in *Coleccion de documentos inéditos del Archivo de Indias*, 5, 330, e Frei Vicente do Salvador, *ut supra*.

Azevedo Marques, *Apontamentos historicos*, 2, 219, attribúe ao combate a data de 6 de Agosto de 1587; mas a data verdadeira é 24 de Janeiro de 1583, accôrde nos outros autores. O nome do almirante Edward Fenton, depois um dos heróes na destruição da «invencivel armada», alli apparece como Edward Fuoton. — Conf. Rio Branco, *Ephemerides Brasileiras*, 45 e 384.

Andrés Igino, ou Eguino, depois do successo, requereu um inquerito, em que depuzeram as pessôas principaes do logar: Simão Machado, Gabriel Nunes, João Baptista Malio, Francisco Casado Paris, Melchior da Costa, Braz Cubas. Desse inquerido possúe cópia a Bibliotheca Nacional. — Conf. Capistrano de Abreu, *Prolegomenos á Historia* de Frei Vicente do Salvador, ps. 243. — (G.).

VII

(Pag. 474)

A armada de Diogo Flores Valdez, em que vinham Pedro Sarmiento, Diogo de la Ribera, Alonso de Sotomayor, partiu de Cadiz a 9 de Setembro de 1581; no anno seguinte, a 19 de Janeiro, chegou a Santiago de Cabo-Verde, onde demorou vinte e quatro dias, e em 24 de Março ao Rio de Janeiro. Assegura Sarmiento, e os factos parecem dar-lhe razão, que Diogo Flores não tinha talento nem coragem para enfrentar as ondas do estreito. O tempo da estada no Rio, salvo as enfermidades, passou-se em resgates de pau-brasil e outras mercadorias, e rusgas entre os chefes. Os resgates, verdadeiros peculatos, estenderam-se tambem a São Vicente, onde foi tomada carga de assucar. — Conf. Azevedo Marques, *Apontamentos historicos*, 2, 219. A armada, composta de dezesseis navios, partiu do Rio a 1 de Novembro de 82, e navegou até 38º, de onde Valdez retrocedeu para o porto de D. Rodrigo. Tendo alli noticia da ida de Fenton para o estreito, dada pelos espanhóes a quem esse tomara uma barca, retrocedeu para Santa Catharina. Nesse porto separou tres navios como impropérios a continuarem a viagem, *Almiranta*, *Concepción* e *Begona*, e mandou-os para o Rio de Janeiro sob o commando de Andrés de Aquino.

A 13 de Janeiro de 1583, Valdez e companheiros partiram novamente para o Sul. Sotomayor teve licença de afastar-se com tres navios rumo do rio da Prata, por preferir o caminho terrestre para o Chile.

A 7 de Fevereiro chegou-se á entrada do estreito de Magalhães, mas á primeira carranca do tempo Diogo Flores fez-se de volta para o Brasil, e os outros capitães não tiveram outro remedio senão acompanha-lo. Nessas idas e vindas perderam-se quatro embarcações.

A divisão de Aquino (Igino ou Eguino), partindo de Santa Catharina a 14, como já vimos, chegou a Santos em 24 de Janeiro e travou o com-

bate narrado no texto. Sarmiento foi ter ao mesmo porto em Abril e Diogo Flores em seguida.

Em Maio aportaram os que restavam ao Rio de Janeiro e logo Diogo Flores resolveu ir ás guerras da Parahiba, embora Sarmiento, grande navegador, muito pratico, lhe dissesse que, estando já passada a monção, naquelle anno elle não poderia ir além da Bahia, como de facto succedeu. Sarmiento e Diogo de la Ribera partiram para o seu destino em Dezembro e chegaram ao estreito de Magalhães em Fevereiro de 1584. Sobre estes incidentes, conf. a relação mais de uma vez citada, de Sarmiento, in *Coleccion de documentos inéditos del Archivo de Indias*, 6, 286-420, Madrid, 1866. — (C.).

SECÇÃO XXII

MANUEL TELLES BARRETO. A PARAHIBA. TRES ORDENS RELIGIOSAS

Rendas do Estado. Fortalezas. Diogo Flores Valdez. A Parahiba. Etymologia. Descripção. Arredores. Preparativos em Pernambuco. Felippe de Moura. O donatario e seu tio. Forte na Parahiba. Navios incendiados. Derrota dos auxiliares. Cerco ao forte. Soccorros. Combate do Tibery. Regresso. Abandono do forte. Desunião entre os indios. Colonização da Parahiba. Desampara-a o chefe. Novos reforços. Elogio de Barreto. Vinda dos Benedictinos, Capuchos e Carmelitas.

Em nove de Maio de 1583 (1) aportou na Bahia o novo governador Manuel Telles Barreto, nomeado desde 20 de Novembro de 1581 para os cargos de «capitão da cidade do Salvador e governador da dita capitania e das outras do Brasil (2). Em 21 de Setembro de 1582, recebeu em Portugal quinhentos cruzados para lhe serem descontados depois de chegar, com o ordenado de 800$000, e autorizado (desde o 1.º de Outubro do anno anterior) a trazer comsigo, para sua guarda, vinte homens, com o vencimento de 15$000 cada

(1) Manuel Telles Barreto veio na nau *Chagas de São Francisco* com os Padres Christovão de Gouvêa, visitador, Fernão Cardim, companheiro ou secretario deste, e Rodrigo de Freitas, mais os irmãos Barnabé Tello e Martim ou Marinho Vaz. A nau levou ancora a 5 de Março de 1583 em Lisboa e, com dez dias de demora na ilha da Madeira, gastou na viagem sessenta e seis dias, aportando á Bahia em 9 de Maio. Foi o primeiro governador geral nomeado sob o dominio hespanhol. Sua posse foi dois dias depois da sua chegada. Em sua companhia foram mais de um soldado, segundo se lê em Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, pag. 284, Rio, 1925. — (G.). — Informa Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 4, 1 (ed. de 1918, pag. 266), que Manuel Telles Barreto, irmão de Antonio Moniz, que foi governador da India, era de sessenta annos de idade, e não só era velho nella, mas tambem de Portugal o velho; e todos fallam por vós, ainda que fosse no Bispo, mas cahia-lhe em graça, a qual não têm outros velhos.

A Bibliotheca Nacional possue cópia de uma carta-régia, datada de 10 de Fevereiro de 1582, dirigida ao licenciado Simão Rodrigues Cardoso, recommendando-lhe que a Manuel Telles Barreto avisasse do estado das cousas dessa capitania (Pernambuco) e da gente, navios, artilharia, e armas que nella dita capitania ha para sua defensão, e de como estão com os gentios comarcãos a ella, e das rendas que minha fazenda tem na dita capitania, calidade, e sortes dellas, e por quem, e como se arrecadam, e de tudo o mais de que cumpre ser avisado». — (C.).

(2) Carta que se passou a Manuel Telles Barreto do governo do Brasil. — Cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino*, *Registos*, 2, 115-117. — (G.).

um (3). A cidade do Salvador estava inquieta e anciosa pela sua vinda, afim de livrar-se, sem recursos violentos, dos arbitrios do Rangel. — Desde logo foi Barreto informado de tudo, e tratou de conciliar os animos, começando por sustar os processos dos perseguidos, propondo á côrte que mandasse queimar todos os autos a tal respeito, precedendo a concessão de uma amnistia ampla. Aceitou a côrte o arbitrio, e o governador, convocando á sua morada os principaes da cidade, não deixou de fazer valer a clemencia do novo soberano neste acto. Tambem a côrte approvou a supressão dos mesteres introduzidos arbitrariamente por Cosme Rangel (4).

Trazia Barreto especial recommendação de praticar com Antonio Dias Adorno, que, segundo vimos, havia antes chegado á serra das Esmeraldas (turmalinas), na actual provincia de Minas (5); porém, quando chegou á Bahia, já elle era fallecido, segundo o participou a elrei em carta de 7 de Agosto. Não seria impossivel que esse fallecimento viesse a contribuir a que se animasse Gabriel Soares a tomar a iniciativa da empreza de outra expedição, em ponto grande, contando com os auxilios e protecção de governo, e concessão de privilegios, para pedir os quaes se embarcou para a Europa no anno seguinte, como diremos.

Dedicou-se Barreto a cuidar da defesa da cidade, e a informar-se do estado do thesouro colonial. A receita montava a trinta mil oito centos e vinte e cinco cruzados, dos quaes já então se remettiam para Portugal dez mil, vindo a ficar para as despezas vinte mil oito centos e vinte e cinco (6). Desta somma sete mil e quinhentos cruzados, isto

---

(3) *Provisão* que val como carta por que S. M. manda que Manuel Telles Barreto podesse levar e ter para seu serviço vinte homens, posto que os governadores passados levassem até ora dous homens sómente, á razão de 15$000 por anno de soldo e mantimento, que são mais 3$600 a cada um por anno, os quaes lhes serão pagos aos mezes no thesoureiro ou almoxarife da Bahia. — Cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, 1, 186. — (G.).

(4) Não existe no Rio cópia de documentos relativos a esse assumpto. — (C.).

(5) Conf. nota 9 da secção XXI. — Da carta do Padre Ignacio de Tolosa, alli referida, se vê que a expedição de Antonio Dias Adorno começou em Fereiro e tornou em Abril do anno seguinte; entretanto, segundo se deduz da confissão de Paulo Adorno, delia participante, durou apenas nove mezes: *Primeira Visitação do Santo Officio, Confissões da Bahia*, pg. 216. São Paulo, 1922. — (G.).

(6) Num extracto da carta de 14 de Agosto de 1584, de que a Bibliotheca Nacional tem cópia, lê-se que a renda das capitanias de Tamaracá, Pernambuco e Bahia era de 30.000 cruzados, e as despezas ordinarias 22.835 cruzados. O engenho real rendia trezentos e tantos mil réis; como Bento Dias de Santiago entrasse para o reino 10.000 cruzados, o deficit importava em 1.996 cruzados. — (C.).

é, mais da terça parte, era applicada á manutenção dos padres da Companhia (7); e, calculadas as outras despezas, havia um deficit de perto de dois mil cruzados. Tinha arrematado esta renda um Bento Dias de Santiago (8); porém, não se incluiam nella as capitanias do Sul, pelas irregularidades que até ahi houvera na contabilidade e cobrança. Para pôr uma e outra em ordem, e ao mesmo tempo inspeccionar as fortalezas do Sul, mandou o governador por uma provisão (9) a Balthazar Machado, com poderes ás ditas capitanias; do que lhe resultou conhecer que era geralmente nellas maior a despeza do que a receita (9). Pediu o governador que ficassem no Brasil os dez mil cruzados que se enviavam para o reino; e provavelmente isso lhe foi deferido, em consequencia de se dar a casualidade de haver gasto nesse anno, e no anterior quasi igual somma, com os aprestos que se fizeram nos navios de Diogo de la Ribera e de Pedro Sarmiento, da esquadra de Diogo Flores Valdez, que aportaram no Rio de Janeiro; e depois com oito naus que, regressando do Estreito, com o proprio Diogo Flores, entraram na Bahia; sem falar nas que, mais tarde, com o mesmo Sarmiento, aportaram em Pernambuco, nem com os aprestos para a colonização da Parahiba, de que nos vamos occupar.

Entrando Diogo Flores na Bahia, pouco depois da nova do desbarato de Fructuoso Barbosa, de que antes tratamos, e requerendo ao governador mantimentos, nada era mais natural do que o lembrar-se o mesmo governador de lhe commetter agora a empreza da occupação dessa capitania (10). Achando-se conformes no arbitrio Diogo Flores e os principaes da terra, começou-se o apresto da armada; e, entretanto, Manuel Telles Barreto dispoz que o thesoureiro e o ouvidor geral passassem a Pernambuco, afim de angariarem para a empreza, nesta capitania e na de Itamaracá, quanta gente e recursos pudessem (11).

---

(7) Segundo o documento citado, diziam os Jesuitas não receber mais de 6.500 cruzados. — (C.).

(8) Provisão de 1 de Junho de 1583. — *Annaes do Rio de Janeiro*, I, 301. — (A.).

(9) Carta de Manuel Telles, de 11 de Agosto de 1584. — (A.). — Desta carta não ha cópia inteira no Rio. — (C.).

(10) Cartas de Manuel Telles, de 7 de Agosto de 1583 e 25 de Janeiro de 1584. — (A.).

(11) Partiram da Bahia a 1 e chegaram a Pernambuco a 29 de Março de 1584. — Diogo Flores Valdez chegou a esta Bahia de Todos os Santos no principio do mez de Junho de 1583, onde se deteve a concertar-los (os sete navios que

E agora seja-nos permittido por algum tempo concentrar toda a nossa attenção na paragem onde se vai decidir se a civilização tem de caminhar avante para o norte, ou de retirar-se corrida, como já começava a succeder, do grande theatro fronteiro á ilha de Itamaracá, que não se assegura sem a occupação da Parahiba. Compõe-se este nome *Parahiba* de duas palavras que significam simplesmente *Rio-Mau*. Para nomear os rios, que só delles agora nos cabe falar, os indios, como os mais povos na infancia da civilização, empregaram além das designações que lhes indicavam os sentidos, outros predicados puramente subjectivos, isto é, deduzidos das relações que com elles indios tinham os objectos nomeados. Aos primeiros pertencem, segundo o aspecto mais ou menos turvo das aguas, os nossos innumeros rios *Una*, *Pitanga*, *Tinga*, etc.; isto é, Negro, Vermelho, Branco, etc. Nos segundos contamos os que eram redondamente chamados Bons ou Maus, ao que parece, segundo haviam sido, ou a gente que os habitava, favoraveis ou contrarios a quem os designava. Dahi os nossos *Parahiba*, *Parnahiba* ou *Paranahiba*, Rio-Mau; *Paracatú*, Rio-bom; *Paraná-panemá* ou *Ipanema*, Rio ou Agua malfadada, e outros. Os primeiros europeos, antes de interrogar os indios, cujas respostas não seriam mais razoaveis do que os arbitrios, aliás louvaveis e pios, de dar a tudo o nome do santo do dia na folhinha, invocaram para o rio de que tratamos a São Domingos; mas este nome ficou apenas escripto nos antigos *portolanos* de pergaminho, e nos primeiros mappas que se gravaram; e o nome de Parahiba vingou. Jaz a foz deste rio em sete graus escassos; o porto se vai afeiçoando muito para o sudoeste. A' entrada não tem

---

trazia) pera o que da fazenda de el-rei se lhe deu o que foi necessario e se mandou fornecimento ao Rio de Janeiro para o almirante *Diogo da Ribeira* seguir a sua viagem ao estreito. E o governador Manuel Telles Barreto o banqueteou e a todos os capitães e gentis-homens um dia esplendidamente e o bispo D. Antonio Barreiros outro; mas o que mais fez nesta materia foi um cidadão senhor de engenho, chamado Sebastião de Faria, o qual lhe largou as suas casas com todo o serviço e o banqueteou e aos seus familiares e apaniguados oito mezes que aqui estiveram...» — Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 4, 2 (ed. de 1918, pa 372). — Quando saiu do Rio já ia disposto a entrar na guerra da Parahiba, como ficou dito *supra* (Nota VII, secção XXI). — (C.).

— O engenho de Sebastião de Faria era situado á meia legua da boca do rio Matoim, virando sobre a mão direita; era de duas moendas que lavraram com bois, e tinha grandes edificios, assim do engenho, como de casas de purgar, de vivenda e de outras officinas; tinha uma formosa egreja de Nossa Senhora da Piedade, que era freguezia desse limite; e a fazenda mostrava tanto apparato vista do mar que parecia uma villa. — Gabriel Soares, *Tratado descriptivo*, 2, 23. — (G.).

uma legua de largura; e da banda do sul se limita esta distancia pelo pontal de um extenso cabedelo, extrema de uma peninsulà que se vai alargando para o sul, até a margem esquerda do Guaramame, entre o mesmo Parahiba e a costa do mar, ahi arregoada pelo Jaguaribe e Piratiba, separados um do outro pelo Cabo Branco. O rio Parahiba, depois de entrado, espraia-se para a direita e esquerda, em virtude de uma ilha então chamada da Conceição (12) de meia legua de comprido, que lhe desvia as aguas para os lados. Em frente do principio e fim da ilha, desembocam da banda do norte duas ribeiras; a que está á barra, depois de fraldejar o monte em que dahi a tempos se edificou a igreja da Guia. Da banda do sul, isto é, á margem direita do Parahiba, são os tributarios menos consideraveis, e antes podem chamar-se ribeiros; levam pouca agua, e vêm de perto; pois todos nascem dentro da peninsula triangular que descrevemos. Começando da barra, citaremos, a pouco mais de uma legua della, o *Tambahi;* dahi a duas leguas, o *Inhobi;* legua e meia acima, o *das Mariz,* seguindo-se o *Tiberi* um pouco mais caudal. Nas immediações do porto e nas terras elevadas, o paiz banhado é de aguas e de terras succulentas de vegetação vigorosa. Porém, no interior ha muitas catingas; o clima é geralmente secco; pelo que a cultura dos indios já por ahi se limitava a algodoaes, como hoje. Tal é o districto que em 1584 esperava ainda os beneficios da civilização, que o general espanhol Diogo Flores tentou então levar-lhe.

Acerca deste acontecimento não temos que lamentar, como outras vezes, chronicas ou correspondencias perdidas. Pelo contrario: temos correspondencias, e temos tambem uma chronica especial; não desejando, porém, ser pesados ao leitor, deixamos ao tempo que se encarregue de publicar em outro logar esses documentos, dos quaes só aproveitaremos o essencial á nossa narração, que será por certo mais desapaixonada do que a chronica (13), aliás de testemunha ocular, embora nos

---

(12) Veja nota 36, secção XXI. — (G.).

(13) O autor deste livro, que podemos intitular *Da conquista do rio Parahiba*, foi o padre Jeronymo Machado, segundo do proprio texto se deduz. — (A.). — Publicado primeiro no *Iris*, de José Feliciano de Castilho, Rio, vol. 1, ps. 38 e seguintes, depois na *Revista do Instituto Historico*, 60, parte 1.ª, Rio, 1873. Da chronica, que bem póde ser de Jeronymo Machado, aproveitou-se Frei Vicente do Salvador; da *Historia* deste o autor do *Santuario Mariano*. Por isso desde o começo do seculo XVIII as guerras da Parahiba são conhecidas em seus traços geraes. — (C.). — Para Capistrano de Abreu, *Prolegomenos* á *Historia* de Frei Vicente do Salvador.

diga que, como religioso que era (jesuita), a escreveu pelo preceito da obediencia, o que o obrigaria a ser imparcial.

Com sete navios espanhoes e dois portuguezes, de Diogo Vaz de Veiga, que tinham vindo do Reino com o governador Telles Barreto, zarpou Diogo Flores da Bahia, fazendo rumo para Pernambuco, aonde com a frota passava de visitação o bispo D. Antonio Barreiros, que ahi estivera quando, perto de oito annos antes, chegára da Europa (14). Aos vinte dias de viagem, fundeava a pequena esquadra diante do Recife, e Diogo Flores ia a terra concertar-se com D. Felippe de Moura (capitão e logar-tenente do donatario e irmão de D. Christovão de Moura) (15) e mais autoridades, acerca da maneira como deveria effectuar-se a marcha por terra até a Parahiba dos auxiliares reunidos já ali e em Igaraçú e Itamaracá, emquanto elle Diogo Flores seguia por mar. Era D. Felippe de Moura casado no Brasil com uma filha de Felippe Cavalcanti (16), e desde pouco fôra provido no logar que occupava, a consentimento do governo da metropole; que, havendo-se esforçado em fazer partir o donatario, encontrando nelle desculpas e resistencias, accedera por fim a consentir que mandasse em seu logar «algum homem cavalleiro de confiança». As resistencias de Jorge d'Albuquerque (que pouco antes succedera na capitania a seu irmão fallecido) (17) a soffrer novos trabalhos, podem explicar-se pelos muitos que em vida passára, assim no mar, onde em 1565 estivera quasi perdido, como nos campos infaustos de Alcacerquibir, onde esteve a ponto de perecer. Elle, porém, allegava primeiro os projectos de um casamento (11), e depois o não ter ainda successão. Seu tio Jeronymo d'Albuquerque ainda então vivia; mas provavelmente decrepito; e perseguido além disso por inaudi-

---

pg. 137, o autor da chronica póde ser tambem o jesuita Simão Tavares. — Conf. *Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, pg. 375-376, Rio, 1925. — (G.).

(14) *Lettres du Japon, Perú et Brasil*, 103, Paris, 1576. — Sobre uma questão entre o bispo e o governador Luis de Brito, conf. Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 8. 21 (ed. de 1918, pg. 220-221). — (C.).

(15) Segundo Borges da Fonseca, *Revista do Instituto Archeologico*, II, 67, Recife, 1904, era filho de D. Manuel de Moura, irmão de D. Christovão; mas Danvilla y Burguero não cita este entre os irmãos de seu heroe. — (C.).

(16) Por segunda vez com D. Genebra Cavalcanti. Sua primeira mulher fôra D. Isabel de Albuquerque. Este D. Felippe falleceu em 1611. — (A.). — Segundo Jaboatão, *Orbe Seraphico*, 3, 175, falleceu a 28 de Junho de 1618. — (C.).

(17) Liv. 3.º, de Felippe I, fls. 582. — (A.). — Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Cintra*, 1, 467, Lisbôa, 1899. — (C.).

tas (18) queixas, que contra elle e seus filhos naturaes formulava a sogra (19).

Combinado o plano, fez-se de vela Diogo Flores; e com não felizes auspicios que, ao chegar á Parahiba, encontrou alli seis naus francezas, das quaes mandou incendiar cinco, que estavam em secco, depois de haver esbulhado dellas quanto foi possivel (III). A' outra nau, conseguiu desferir o panno e abalar. Os de terra, acompanhados de D. Felippe de Moura e de Fructuoso Barbosa, em força de cem de cavallo, mais de duzentos de pé, cento e tantos africanos e quinhentos indios, chegaram depois; havendo tido apenas no caminho um pequeno encontro com alguns indios (IV).

Imaginando Diogo Flores que o sitio do Cabedello, á foz do rio, e á sua margem direita (onde hoje está assentada a fortaleza desse nome), fixado pela Corôa no regimento de Fructuoso Barbosa, não era o mais apropriado a um nucleo de povoação, preferiu situar o forte dali a uma legua, mas do outro lado; sobre o continente, e defronte da extrema occidental da ilha da Restinga; talvez por que desse lado o chão firme, um pouco mais elevado e proprio para a cultura, ficava mais perto da barra do que o sitio da margem direita em que veiu a situar-se a povoação, sendo que a propria circumstancia de ficar da banda do norte ou margem esquerda do rio offerecia maior segurança de que não fugissem alguns colonos e indios que tinham ido contrafeitos. Traçado o forte, confiou Diogo Flores a sua alcaidaria e obras ulteriores a Francisco Castejon (20), deixando ás suas ordens cento e dez soldados espanhoes, uma nau portugueza e dois patachos, e se fez de vela para a Europa no dia de São Felippe e Santiago, 1.º de Maio de 1584; e allegando este motivo ordenou que de São Felippe se chamasse o forte. Era como querer jus-

(18) Inf. em 7 de Julho de 1594. III, 20, 33. — (A.). — Provavelmente estes numeros referem-se á Torre do Tombo e significam: parte terceira, maço 20 dos 33. Nem este nem o documento citado na seguinte nota são conhecidos no Rio. — (C.).

(19) Carta de Telles Barreto, de 7 de Agosto de 1583, em que diz que D. Joanna se queixava do dito Jeronymo, chegando a explicar o modo, a occasião e actos que nos abstemos de perpetuar. Por outro lado, Jeronymo de Albuquerque, pelo testamento feito em 13 de Novembro de 1584, annullou o anteriormente feito com a sua esposa, D. Felippa de Mello, filha da dita D. Joanna, e provida que nunca podesse vir a ser administrador ou tutor de seus herdeiros seu sogro D. Christovão de Mello, ou couza sua. — (A.).

(20) Castrejon, segundo outros. Seguimos a ortographia mais conhecida. — (A.). — Barbosa, na *Coleccion de documentos inéditos del Archivo de Indias*, 5, 341, 403, chama-o Morejon. Pessoa chama-o Castrejon. — (C.).

tificar-se da adulação que rendia ao soberano. Daqui veiu talvez a idéa a Fructuoso Barbosa de chamar depois á povoação *Cidade Felippea*.

Emquanto os castelhanos seguiam acabando o forte, os auxiliares de Pernambuco, pretextando não quererem estar ociosos, sairam a bater o campo, caminho do sertão. Depois de haverem *injustamente* destruido uma taba dos *indios*, foram mui mal tratados em uma cilada, que os mesmos offendidos ou seus amigos lhes armaram num sitio chamado *Leritibe* (21) ou campo das ostras, e, com perda de mais de cincoenta colonos e de centenares dos indios domesticos, tiveram que refugiar-se á sombra do forte, ficando muitos atolados e mortos pelos tujucaes e recolhendo-se por fim os restantes a Olinda, tão enfadados da jornada como se pode crer.

Com esta victoria tomaram os indios vizinhos folego, e começaram a hostilizar a colonia, a ponto de lhe pôrem sitio, apertando este, cada vez mais, com auxilio dos Francezes, por circumvalações e zigue-zagues feitos durante a noite com troncos de palmeiras. Chegando, porém, por mar com soccorro o capitão de Itamaracá Pedro Lopes, o alcaide deixando-o no forte, foi com as embarcações chegadas e as que ali havia, ao rio Mamanguape, onde estavam duas naus de França, sem as tripulações, que pela maior parte se achavam em terra, auxiliando os sitiadores indios.

Conseguindo queima-las, e voltando logo á Parahiba, accommetteu os sitiadores de modo que os obrigou a retirar. Não duraram, porém, muito os effeitos da victoria; os contrarios, robustecidos pelo auxilio de um novo alliado, que se lhes aggregou, o valente *Piragiba* (22), que pouco antes havia nas serras destroçado certa escolta de uns cem, que com um Gaspar d'Ataide e Francisco de Caldas se haviam aventurado até lá (23), ameaçaram senhorear-se da nascente colonia, e ao depois, se triumphantes, as de Itamaracá e Pernambuco. Então, estas duas capitanias vizinhas, conscias de quanto mais lhes interessava guerrear longe o inimigo commum, prepararam

(21) *Leritiba* ou *veritiba*, ostras em abundancia, ostreira. — (G.).

(22) «Braço de peixe» traduz o A. contemporaneo. Talvez o nome significasse «Espinha», alcunha mais rasoavel, e mais propria de guerreiro. — (A.).

(23) Residia primitivamente nas margens do São Francisco, e ajudára os colonos contra os Petiguáras, pois era tabajára, isto é tupiniquim. O procedimento dos aventureiros tornou-o seu inimigo, obrigou-o a emigrar e unir-se com os Petiguáras da Parahiba. — Conf. Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 2, 20 (ed. de 1918, pg. 216). — (C.).

um formidavel soccorro. Constava de perto de duzentos de cavallo, e trezentos de pé, afóra os africanos e os indios em grande numero. Mandava os novos auxiliares o ouvidor Martim Leitão, que para o cargo de ouvidor que occupava fôra nomeado em 9 de Setembro de 1583. Por immediato, com o titulo de mestre de campo, ia Francisco Barreto, seu cunhado. Acompanhavam-o Micer Hyppolito, «antigo e mui practico» capitão da terra, Gaspar Dias de Moraes, soldado de Flandres», os capitães de ordenanças de Olinda Simão Falcão e Jorge Camello, os do Cabo e de Igaraçú João Paes e João Velho Rego; e além destes, mais dois capitães chamados «de mercadores», que foram Fernão Soares e Ambrosio Fernandes (v).

Deixando de contar as prevenções adoptadas na marcha por terra, baste saber que os auxiliares pernambucanos não chegaram ao forte senão depois de baterem, em dois recontros, os do Piragiba que lhes disputaram o passo, primeiro em um morro, junto dos tujucáes do Tiberi, cobertos a seu modo por cahiçáras, e senão depois de errarem pelos mattos, abrindo picadas, e destruindo mondéus, e queimando tabas e mantimentos, afim de privar delles e dellas os contrarios, isto por toda a margem direita do Parahiba até abaixo do Tambahi, acima da ponta do Cabedelo, onde foram passar o rio em barcos. Chegados ao forte, e vendo-o já desafogado dos sitiantes, parte dos quaes eram os vencidos no Tiberi, resolveram recolher-se de novo a Olinda, depois de haverem feito, seu resultados, uma sahida para o sertão até a planicie das ostras. No forte apenas dos auxiliares ficou Pedro Lopes, com alguma gente sua.

Em má hora, porém, haviam os de Olinda determinado retirar-se. Os que ficaram, enfadados logo da soledade, e depois das doenças do sitio, e das perseguições do inimigo, e do desamparo e da fome, começaram a esmorecer, e a buscar pretextos para queixumes; isto durante dois mezes; até que no de Junho, attendidos menos do que disseram queriam ser, queimaram o forte, botaram a artilheria ao mar, metteram a pique um navio que ahi ficára para os proteger, e se recolheram a Itamaracá (24). Naturalmente Castejon e Pedro Lo-

(24) Carta de Martim Leitão a el-rei, de 12 de Julho de 1583; a carta régia a Fructuoso Barbosa de 1 de Outubro do mesmo anno. — (A.). — Cópias no Instituto Historico, Torre do Tombo, L. 230 e segs. — (C.).

pes se dariam para isso as mãos (25). E eis que depois de tantos trabalhos e de tantos gastos, tudo estava como antes. No rio Parahiba não existia se quer uma casa!

O que, porém, não tinham podido conseguir os europeos e pernambucanos, apezar de tantos esforços baldados, e gastos perdidos, e victimas sacrificadas, e trabalhos sem fructo, vai ser feito pelos proprios indios, com as suas tristes desuniões continuadas, tão proveitosas sempre aos invasores. Se da união nasce a força, da desunião sómente fraqueza resulta; — e o maior ascendente que em todos os paizes tem tido a civilização sobre a barbarie vem de que esta, composta de elementos dissolventes, não se une, ao passo que a nação civilizada, que com ella se põe em contacto, tem nas suas mesmas leis os laços da união. Brigado o Piragiba com os indios a quem se alliára (26), porque estes o trataram de covarde, por não haver sustentado o passo do Tiberi (apezar que a peleja esteve ahi tão renhida, que a decidiu não a covardia dos contrarios, senão o valor dos auxiliares), é certo que da briga houve conhecimento em Pernambuco. E não faltou quem della tirasse partido; como entre nós mesmos, gente que nos prezamos de civilizados, não falta quem faça operar em beneficio proprio, ou dos seus, as forças negativas das inimizades alheias. Trataram os de Pernambuco de angariar o Piragiba, promettendo-lhe soccorros para se vingar dos que o haviam ultrajado; e como no Barbaro o instincto da vingança é superior a tudo, aceitou o homem a offerta: e logo João Tavares, escrivão da Camara e Juiz dos orphãos de Olinda, partiu para a Parahiba; e no dia 5 de Agosto, que era o de *Nossa Senhora* das Neves, subia o rio, quando se avistou com o chefe indio, justamente no sitio fronteiro ao varadouro, que veiu a ser escolhido para fundar-se a cidade, que foi chamada de *N. S.ª* das Neves, sobre a chapada de uma montanha que se eleva sobre o mesmo varadouro, á margem direita do rio, *tres* leguas *acima* da sua barra, aonde se estendem as marés (27).

(25) Sobre a attitude de Pedro Lopes, Revista do *Instituto Historico*, 38, parte 1.ª, 45. — (C.).

(26) A briga é facil de comprehender, se nos lembrarmos que Piragiba era tupiniquim e os indios da Parahiba eram petiguáras. — (C.).

(27) Em Agosto de 38, João Tavares entregou a Parahiba a Fructuoso Barbosa, segundo um documento de que o Instituto Historico possue cópia, a carta-regia de 26 de Março do anno seguinte. Fructuoso Barbosa, depois de muitos attritos com Pedro de la Casva, commandante da fortaleza, retirou-se para o reino.

É, porém, inquestionavel que melhor situada houvera ficado, como cidade maritima, na peninsula vizinha ao Cabedello, de local mais lavado de ares, sem dependencia das marés, e mais defensavel, e de facil fiscalização a alfandega.

Dahi a tres mezes, ia Martim Leitão com muita gente a povoar a terra. Depois de estudar os arredores, com Manuel Fernandes, «mestre das obras d'elrei», designou o local para o novo forte, no dia 4 de Novembro de 1585, sobre a dita chapada, junto do affluente *Sanhoá*, de meia legua, cercada dagua, e com muita pedra (28) de construcção perto. Traçou-o com quinze braças de vão em quadro, e duas guaritas ou baluartes, que com oito peças flanqueavam as *faces*. Sobre a porta se levantou uma torre para o capitão, com duas varandas; tambem se fez uma casa com armazens para o almoxarife. O official allemão Christovão Linz (29) ficou dirigindo a obra, com a gente de trabalho, emquanto os da milicia effectuaram tres *correrias*, na segunda das quaes chegaram muito além da bahia da Traição, afugentando della uma nau de França, destruindo tres ferrarias que encontraram, vencendo em dois recontros os indios, e trazendo muitos mantimentos. E na terceira, em Dezembro de 1586, sairam os auxiliares com os da Piragiba a atacar os indios da serra da Copaoba, cinco jornadas para o sertão, e actualmente denominada *Serra da Raiz*. Voltadas depois as armas para o mar, passaram a derrotar o indio chamado do Tujucopapo, nome que vale o mesmo que tujucaes ou tremedaes. Seguiu-se a obra de outro forte e de um engenho no Tiberi.

Emquanto tantos esforços se faziam do lado do norte,

Substituio-o André de Albuquerque. — Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 4. 22 (ed. de 1918, pg. 316). João Tavares falleceu em 1590; Jaboatão, *Orbe Seraphico*, 2. 73. Foi pae de dois franciscanos notaveis, Frei Manuel da Piedade e Frei Bernardino das Neves. — (C.).

(28) A pedra é um grés calcareo mui facil de ser lavrado e trabalhado, como a chamada pedra lioz das antigas cathedraes gothicas; mas ás vezes tem transições a verdadeiro marmore calcareo, de que se faz cal, com a qual bem se poderiam abastecer as outras provincias do Imperio. — (A.).

(29) Christovão Linz, segundo Jaboatão, *Catalogo Genealogico*, in Revista do Instituto, 52, parte 1ª, 29, passou a Pernambuco nos principios de sua fundação e foi o que conquistou as terras de Porto Calvo aos indios Potiguáras, e levantou até o cabo de Santo Agostinho sete engenhos de fazer assucar e uma egreja em honra de Nossa Senhora. Foi casado com D. Adriana de Hollanda, filha de Arnão de Hollanda e sua mulher D. Brites Mendes de Vasconcellos. Seu filho, outro Arnão de Hollanda, nascido em Olinda a 5 de Abril de 1576, compareceu perante a mesa do Santo Officio, em Olinda, a 17 de Março de 1593, e declarou a nacionalidade allemã de seu pae, que morava então em seu engenho no cabo de Santo Agostinho. — *Quarto Livro das Denunciações da primeira Visitação do Santo Officio da Inquisição do Brasil, a qual foi o Licenciado Heitor Furtado de Mendoça por especial Commissão de Sua Alteza, em Pernambuco.* — ainda inédito. — (L.).

para occupar a Parahiba, os Aimorés repetiam do Sul da Bahia seus ataques. Foram contra elles mandados, com muitos indios e africanos, Diogo Corrêa de Sande e Fernão Cabral d'Athaide (30).

Manuel Telles Barreto falleceu no governo, correndo o anno de 1587 (31). Do seu tempo encontramos noticia de tres grandes sesmarias conferidas pela corôa. A primeira, de doze leguas de terras, nas margens do Rio Real, em 24 de Fevereiro de 1583 (32), a Brites de Carvalho, viuva de Duarte Dias de Carvalho, fallecido em Africa; a segunda de cinco mil braças em Itamaracá, que eram de Bento Dias de Santiago (33), e que, por haverem prescripto, foram dadas a D. Jeronyma d'Albuquerque, em 6 de Janeiro de 1594; a terceira, de uma legua de comprido e duas de largo, concedida em 30 de Agosto de mesmo anno (1584), a Vicente Rangel de Macedo, em Hurataip, junto de Jaguaripe.

A' administração do mesmo Barreto deveu sem duvida o Brasil todo os maiores serviços. Cassou os processos iniciados contra alguns moradores pelo despotico ouvidor Rangel; fomentou as composições dos roceiros com os traficantes de escravos, afim de serem estes pouco a pouco embolsados, sem prejuizo da agricultura (34) alcançou (35), depois de ver com horror o mallogro de duas tentativas, que um Alvaro Rodrigues chegasse ás minas de salitre; zelou o pagamento das dividas á Fazenda, pelas quaes foi preso o almoxarife de

---

(30) Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 4, 17 (ed. de 1918, ps. 328). — (C.).

(31) Informa Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 4, 18 (ed. de 1918, ps. 329), que Manuel Telles Barreto falleceu em 1587; a 10 de Agosto, precisa Jaboatão, *Orbe Seraphico*, 43. Entretanto, a indicação não pode ser exacta. Frei Vicente, contemporaneo e bahiano, affirma que o ataque de Withrington e Lister á Bahia se deu já no governo interino, que substituiu o governador morto. Ora, pela narrativa de John Sarmcoll, impressa na collecção Hakluyt, sabemos que os corsarios inglezes appareceram a 11 de Abril de 1587 e se detiveram até começos de Junho (estylo juliano). — (C.). — Conf. *Prolegomenos á Historia* de Frei Vicente, ps. 245-246. — (G.).

(32) Essa data não deve estar certa, porque a posse do governador, como já vimos, se deu a 11 de Maio de 1583. — (G.).

(33) Veja nota I desta secção. — (G.).

(34) «Foi este governador mui amigo e favoravel aos moradores e o que mais esperas lhes concedeu pera que os mercadores os não executassem nas fabricas de suas fazendas e, quando se lhe iam queixar disso, os despedia asperamente, dizendo que elles vinham a destruir a terra, levando della em tres ou quatro annos que cá estavam quanto podiam e os moradores eram os que a conservavam e accrescentavam com seu trabalho e haviam conquistado á custa do seu sangue.» — Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 4, 18 (ed. de 1918, ps. 329). — (C.).

(35) Estas tentativas foram primeiro uma escolta de quarenta homens, e depois uma segunda de setenta, mandados por Braz Pires Meira, que lá ficaram todos victimas da traição dos indios. — (A.). — Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 4, 21 (ed. de 1918, ps. 342). — (C.).

Pernambuco Vicente Corrêa, e era perseguido no Reino, pelo juiz de India e Mina, o provedor Miguel Gonçalves Vieira, que se escapára (36); e finalmente cumpriu, até onde lhe foi dado, a sua principal missão, que era cuidar da defesa do Brasil. Solicitou e alcançou para as principaes cidades artilharia e munições; e fez que em todas se construissem alguns fortes, pedindo para isso do Reino um *fortificador;* na Bahia, onde já em seu tempo estavam por terra as muralhas, levantou duas estancias sobre a barra, e mandou fazer duas galés para servirem de canhoneiras. Ás informações e influencia de Telles Barreto attribuimos tambem ainda a lei repressiva acerca do captiveiro dos indios de 22 de Agosto de 1587, bem como o regimento de 25 de Setembro desse mesmo anno, criando uma relação neste Estado, o que não se levou desta feita adiante, como diremos na seguinte Secção (37).

Ao governo do mesmo Barreto, ou antes á epocha da colonização da Parahiba, anda tambem associada a do estabelecimento no Brasil de tres ordens religiosas; a saber: dos Benedictinos, de Franciscanos, Capuchos de Santo Antonio, e dos Carmelitas observantes. Os primeiros já em 1584 (38) ficavam estabelecidos na cidade do Salvador, e pouco depois, protegidos por Salvador Corrêa, passaram a organizar outra abbadia no Rio de Janeiro (*Ann. do Rio de Jan.*, 5, 275 e segs.), e por provisão do bispo D. Antonio Barreiros, outra em Olinda em 1596. E se foram estendendo até contar no Brasil

---

(36) Vindo a esta capitania e á de Tamaracá com o cargo de provedor-mór a ver e prover no que convinha á fazenda de Sua Magestade, começando a entender nos livros d'alfandega e em receita d'almoxarife e outras cousas de fazenda, achei ter o provedor desta alfandega feito grandes roubos e furtos á fazenda de Sua Magestade, pelo que o prendi e suspendi do cargo que servia, e por ser pessoa poderosa e muito aparentada na terra, o prendi em sua casa para o seguro, e mandei precatorias a Martim Leitão, ouvidor geral, que agora aqui está, em que requeria o metesse na cadêa, a que elle não deferiu a nenhuma dellas, antes lhe deu o favôr e ajuda com que embarcou para essa cidade. — Carta de Martim Carvalho, datada do Pernambuco a... de Setembro de 1584: *Catalogo da Exposição de Historia do Brasil*, n.os 5748 e 19.536. A Bibliotheca Nacional possúe cópias. — (C.).

(37) Figueiredo, *Synopse chronologica*, n. 38, 239, 242. — (C.).

(38) Barreto, em carta a el-rei, de 14 de Agosto de 1584, respondendo a outra de recommendação em favor dos Benedictinos, diz que haviam sido mal bem recebidos, que iam em crescimento, mas que necessitavam que S. M. lhes fizesse alguma esmola por conta da fazenda. Foi só no capitulo de Pombeiro (em 1584), que a Congregação de Portugal admittiu a nova abbadia, e elegeu para ella o Padre Frei Antonio Ventura. — *Revista do Instituto*, 2, 435, 1.ª edição. — (A.) — Sobre os Benedictinos do Rio, Ramiz Galvão, *Revista do Instituto*, 35, parte 2.ª, reimpresso a parte em 1879. Os de Pernambuco obtiveram varias concessões de Jorge de Albuquerque, dadas em 1594. — (C.). — Conf. Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil* (ed. de 1918), pg. 330. — (G.).

sete abbadias e varias presidencias. Mais se propagaram os Capuchos. A primeira introducção destes foi devida a Jorge de Albuquerque, o qual, sendo Geral em Portugal Fr. Francisco de Tolosa, os pediu para a sua capitania, e lhe foi mandado como custodio Fr. Melchior de Santa Catharina, acompanhado de mais cinco frades: isto em virtude das lettras passadas pelo dito Geral em 13 de Março de 1584 (39). Chegaram ao Recife em Abril de 1585, e tomaram posse da ermida de *Nossa Senhora das Neves*, em 25 de Outubro. A nova custodia de Olinda, ainda sujeita a Portugal, foi confirmada por bulla de Xisto X, de 3 de Setembro de 1586. Organizando-se em provincia independente, se dividiram depois em duas; guardando uma, com a cabeça na Bahia, o mesmo nome, e tomando a outra o «da Conceição do Rio de Janeiro», cidade onde fixou a sua casa particular (Pizarro, *Mems. hists.*, 7, 238 e segs.). Os Carmelitas observantes vieram pelo mesmo tempo: fundaram primeiro conventos em Olinda (40) e em Santos; e chegaram tambem a constituir duas provincias, uma nas capitanias do Sul, e outra nas do Norte. Os Carmelitas calçados entraram mais tarde, e delles, como de outras communidades, nos occuparemos ao diante. Aqui baste só consignar que os conventos cresceram logo em numero tal que foi necessario á côrte prohibir (41) a fundação de mais, sem licença régia.

Para concluir, consignemos aqui que em 1586 foi a Pernambuco (*Dialogos das Grandezas do Brasil*, dial. 1.º) um peruleiro que contou como um seu irmão, fugido do Perú, descera até o Amazonas, depois de atravessar duas cachoeiras, e dali passára ás Indias occidentaes.

---

(39) Um alvará de 12 de Outubro de 1584 concedeu-lhes, de ordinario, uma quarta de farinha para hostias; uma quarta de azeite para a lampada; duas arrobas de cera e uma pipa de vinho. O mesmo foi concedido 36 annos depois para os novos conventos do Rio, Pojuca e Recife. — (A.). — Jaboatão, *Orbe Seraphico*, 1, 176 e seg. *Ibidem* se encontram a carta do Geral e outros documentos. — (C.).

(40) Já vimos que os Carmelitas vindo com Fructuoso Barbosa não fizeram fundação e tornaram para o reino. Quatro que mais tarde aportaram a Pernambuco, Frei Domingos Freire, superior com o titulo de vigario, Frei Bernardo Pimentel, Frei Antonio Pinheiro, Frei Alberto de Santa Maria, em 1589, obtiveram licença do Donatario para se estabelecer e desde logo lhes foram feitas varias doações. Foi o convento de Olinda por sua antiguidade cabeça de todos os do Brasil, nelle assistiram os vigarios provinciaes até o anno de 1630, em que os Hollandezes senhorearam Pernambuco. — Loreto Couto, *Desagravos do Brasil*, 2, 11, 16. — (C.).

(41) C. R. de 16 de Outubro de 1609. Em 23 de Fevereiro de 1694 foram fixadas as condições para a edificação de mais conventos de Santo Antonio no Brasil. Pelo alvará de 22 de Junho de 1725 se prohibiram novos conventos. — (A.).

NOTAS DA SECÇÃO XXII

I

(Pag. 456)

Bento Dias de Santiago era o contratador dos dizimos que pertenciam á fazenda real nas capitanias da Bahia de Todos os Santos, Pernambuco e Itamaracá, pelo menos desde 23 de Dezembro de 1575, em que se expediu alvará, mandando fazer esmola ás nove egrejas de indios christãos que existiam no Brasil, da quantia de 200$000, e que os pagasse elle á conta do que devia do contrato dos dizimos da capitania de Pernambuco, os quaes seriam entregues ao procurador da ordem da Companhia de Jesus: cópia no Instituto Historico, *Conselho Ultramarino, Registos*, **1**, 22-22 v. Referencias a seu nome e á sua qualidade apparecem ainda no alvará de 24 de Fevereiro de 1576, passado ao almoxarife da capitania de Pernambuco, para que lhe tomasse em conta, no primeiro pagamento que fizesse a quantia de 17$780, despendida em padrões de medidas de pau, tendo na vespera se passado outro tal mandado para o mesmo almoxarife tomar em pagamento pela dita maneira a quantia de 27$570, que despendera em um padrão de metal: *ibidem*, 187; na carta a Lourenço da Veiga, de 2 de Maio de 1577, sobre os direitos que pagaria o páu-brasil importado para o reino e para fóra delle: *Registos*, **2**, 48 v.-50 v.; no alvará de 13 de Julho do mesmo anno, para que se lhe acceitassem em pagamento letras para o reino ou para Castella: *Registos*, **1**, 83-83 v.; provisão de 22 de Outubro do mesmo anno para que se lhe tomasse em pagamento 238$50, que valeram as despesas feitas no concerto das tercenas em que se recolhia o páu-brasil da capitania de Pernambuco, de que tinha feito contrato, que se distratou e não houve effeito: *ibidem*, 51-51 v.; provisão de 25 de Maio de 1578, acerca de 5.000 cruzados, que entregára ao thesoureiro da casa da India: *ibidem*, 147-149; provisão ou alvará, sem data, por estar incompleto, parecendo de fins de 1582, para ter escrivão seu, que assistisse á saida dos assucares: *Registos*, **2**, 66 v.; carta de 12 de Dezembro de 1582, para que se lhe cumprisse e guardasse em tudo as condições de seu contrato: *ibidem*, 67-67 v.; alvará de 25 de Janeiro de 1583, para que no Brasil não fossem despachados assucares sem certidão de seus feitores, e carta da mesma data a Manuel Telles Barreto, para que os escrivães das feitorias e alfandegas não passassem despachos de assucares sem que as partes lhes apresentassem certidão dos mesmos feitores, de como tinham pago os direitos: *ibidem*, 77-79; alvará de 25 de Novembro do mesmo anno, para que se espaçassem dez dias nos pagamentos que tinha de fazer em virtude de seu contrato: *ibidem*, 75-76 v.; carta de confirmação, passada em 5 de Janeiro de 1584, de cinco mil braças de terra que lhe tinham sido dadas na capitania de Itamaracá:

ibidem, 7-8; alvará de 6 de Fevereiro de 1585 para que os Padres da Companhia tivessem até 600$000 do que lhes faltasse para seu mantimento; *ibidem*, 56-57; carta de 8 do mesmo *mez e anno*, para que em cada anno pagasse aos Padres de São Vicente 1:000$000 de seu mantimento durante o tempo do contrato: *ibidem*, 58-59 v., etc.

A móra de dez dias, obtida por Bento Dias de Santiago, em alvará de 25 de Novembro de 1583, era fundada na provisão de 20 de Setembro do anno anterior, do rei Felippe II, mandando adoptar em seus dominios a correcção gregoriana, em virtude da qual no dia 4 do mez de Outubro de 1582 se seguia, não o dia 5, mas o dia 15, sendo o immediato 16, e assim por diante até 31, tendo o referido mez apenas 21 dias no mesmo anno. Era, aliás, excusado aquelle alvará, desde que a propria provisão declarava: «...e porque haverá promessas, contratos e obrigações feitas antes da publicação desta lei, mando que as justiças dêem mais dez dias em logar dos que foram diminuidos... e o mesmo se guardará nos casos similhantes, como Sua Santidade (o Papa Gregorio XIII) o tem declarado».

A *sesmaria* concedida a Bento Dias de Santiago na capitania de Itamaracá, passou, por prescripção, dez annos depois, a D. Jeronyma de Albuquerque, como se viu *supra*. Um dos seus feitores, na Bahia, era Ruy Teixeira, tido por christão novo e denunciado como blasphemo perante a mesa do Santo Officio: *Primeira Visitação do Santo Officio, Denunciações da Bahia*, ps. 292-293. Em 1591 esse Ruy Teixeira estava em Lisbôa. Outro era Ambrosio Fernandes Brandão, *ibidem*, ps. 518. — Veja a nota V desta secção. — (G.).

II

(Pag. 483)

Conta-se que no curativo, durante sete mezes, das feridas recebidas por Jorge de Albuquerque em Alcacerquibir, lhe tiraram 20 ossos, e que depois andara em muletas quatro mezes, e que offerecera uma dellas ao altar da Senhora da Luz, em 23 de Abril de 1582. De sua primeira mulher D. Maria de Menezes, com quem casou em 18 de Dezembro de 1583, teve uma filha, nascida em 1585. Da *segunda*, D. Anna de Menezes, lhe *nasceram o seu antecessor* Duarte Coelho de Albuquerque, e Mathias de Albuquerque. — (A.).

Na doação que fez aos Benedictinos, em 6 de Abril de 1592, o donatario de Pernambuque diz que na batalha de Alcacerquibir escapou milagrosamente «com ficar tão destroncado de muitas e mortaes feridas que na dita batalha me deram que foram causa de andar perto de quatorze annos (*sic*: seriam antes quatorze mezes?) sobre duas muletas, ou encostado em dois creados». O Instituto Historico (*Torre do Tombo*, **1**, 141 v.-142) possúe cópia de uma carta sua de 12 de Junho de 1584, pedindo *munições para sua capitania*, queixando-se de não receber as rendas, «que lhe não permitte pagar as dividas deixadas pelo irmão. Jaboatão compila quanto se sabe sobre elle, *Orbe Seraphico*, **2**, 178 e *seg.* Pereira da Costa, *Diccionario biographico dos Pernambucanos celebres*, S. V., Recife 1882, diz que falleceu em 1596, confundindo-o talvez com o tio Jeronymo. Jorge deve ter morrido depois de 1600. — (C.).

III

(Pag. 490)

No anno de 1584 publicou-se em Sevilha uma chronica em verso da conquista da Parahiba. Teve por autor Juan Peraza, soldado de Diogo Flores Valdez. Reimprimiu-a Cesareo Duro, *Arca de Noé*, 465-473, Madrid, 1881. Conta Juan Peraza que Diogo Flores levou comsigo oito naus, das quaes apenas quatro puderam entrar á barra. Encontraram quatro navios francezes varados, e um fortim em terra, que começaram logo a atirar. Andrés de Espinosa, grande artilheiro, respondeu com efficacia, desfazendo o forte, queimando as casas em que os Francezes se acolhiam. Estes puzeram fogo em tres de suas naus e fortificaram-se na outra, porém Rodrigo de Rada deu-lhes uma surriada de seu batel, e o capitão Juan de Valas tomou-a.

Ao anoitecer os Francezes se acolheram em tres lanchas e fugiram rio acima. Além de muito vinho, cerveja, toucinho, breu, enxarcias, deixaram dois mil quintaes de pau-brasil, que a armada levou para a Espanha. Só no outro dia chegou a gente portugueza. Valdez construiu um forte, onde deixou infantaria espanhola, como fizera em São Vicente.

«Y Fructuoso Barbosa
persona mui generosa
quedó por governador
del vecino, y poblador
que el rey mandó aquesta cosa.

Edificóse en un llano
con brevedad, la ciudad
por el pueblo lusitano,
y el fuerte por otra mano,
que les da seguridad.

Y porque el nombre se vea
llamase la Felipea
y el puerto Parayva
grande tiempo goce y viva
el rey, por que lo posea.» — (C.).

IV

(Pag. 490)

Diz Juan Peraza:

«Que por la cuenta que hallo,
son ciento y diez de á caballo,
y trescientos ventureros,
y tres mil indios flecheros,
y otros muchos que me callo.»

E a força da consoante obrigou o poeta-soldado a mudar o anno da victoria:

«El año de ochenta y tres
fué *quemado este frances*
mil quinientos pasados.» — (C.).

V

(Pag. 492)

Ambrosio Fernandes Brandão chamava-se. Foi depois senhor de engenho na Parahiba, capitão de infantaria, e póde bem ser o autor dos *Dialogos das Grandezas do Brasil*. — Conf. na *Revista do Instituto Archeologico Pernambucano*, II, 559-573, um estudo de quem escreve esta linha. — (C.).

Das noticias compendiadas por Capistrano de Abreu no logar indicado, sabe-se que Ambrosio Fernandes Brandão morava em Pernambuco em 1583, e acompanhou Martim Leitão em uma das expedições contra os Francezes e Indios da Parahiba, no posto de capitão de mercadores. Antes de 1613 estabeleceu-se na Parahiba, foi muitas vezes como capitão de infantaria á guerra contra os gentios Petiguáras e Francezes. Nessa epocha possuia dois engenhos proximos á séde da capitania, chamados Inobi, por outro nome de Santos Cosme e Damião, e o do Meio, ou São Gabriel. Em 1613 pedia licença para fazer terceiro engenho na ribeira de Garjaú, uma sesmaria, que de facto lhe foi concedida a 27 de Novembro de 1623.

Ignora-se quando falleceu; já não era dos vivos quando os Hollandezes tomaram a Parahiba. Os herdeiros dos Brandões emigraram; a Companhia das Indias Occidentaes confiscou os tres engenhos, vendeu-os a um negociante de Amsterdam, chamado Isaac de Rasière, que ao Inobi chrismou Amistel, ao São Gabriel ou do Meio chrismou Middelburg, ao de baixo chrismou La Rasière. Aquelles herdeiros chamavam-se Luis Camello Brandão, que possuia os engenhos Santos Cosme e Damião e do Meio, e Jorge Lopes Brandão, que era senhor do engenho Garjaú. Depois da restauração cairam essas propriedades nas mãos de João Fernandes Vieira.

Ambrosio Fernandes Brandão foi feitor da fazenda de Bento Dias de Santiago, era christão-novo, e foi denunciado perante a mesa do Santo Officio, em 8 de Outubro de 1591, com João Nunes, Simão Vaz, Duarte Dias Henriques, Nuno Alvares e outros, por frequentar a synagóga de Camaragibe: *Primeira Visitação do Santo Officio, Denunciações da Bahia*, ps. 519-520. — (G.).

APPENSO

NECROLOGIO

DE

FRANCISCO ADOLPHO DE VARNHAGEN

VISCONDE DE PORTO-SEGURO

I

A Patria traja de luto pela morte de seu historiador, — morte irreparavel, pois que a constancia, o fervor, e desinteresse que o caracterizavam difficilmente se hão de ver reunidos no mesmo individuo; morte imprevista, porque a energia com que acabára a reimpressão de sua *Historia*, o vigor com que continuava novas empresas, a confiança com que architectava novos planos, embebeciam numa doce esperança de que só mais tarde nos seria roubado, depois de por algum tempo gosar do descanço a que lhe dava direito meio seculo de estudos e trabalhos nunca interrompidos.

Filho da nobre Provincia de São Paulo, illuminava-lhe a fronte a flamma sombria de Anhanguera. O desconhecido attraia-o. Os problemas não solvidos o apaixonavam. Códices corroidos pelo tempo; livros que jaziam esquecidos ou extraviados; archivos marcados com o sello da confusão, tudo viu, tudo examinou. Pelo terreno fugidio das duvidas e das incertezas caminhava bravo e sereno, destemido bandeirante á busca de mina de ouro da verdade.

Muito moço, tivera de acompanhar o pae a Portugal e no exilio, ao halito perfumoso da saudade, infiltrára-se-lhe um patriotismo profundo e casto. A Patria apparecia-lhe suave e virginal, envolta em um nimbo vago e puro, como a memoria de um ente amado, que não tornamos a vêr, e pelos campos em que brincára, pelas matas, a cuja sombra se acolhêra, pelos céus, sob cuja cupola abrira os olhos á luz da existencia, eram as suas mais ternas e mais cordiaes aspirações.

A essas aspirações veio dar nova força a campanha que fez sob as ordens do Duque de Bragança, o heróe legendario que a seus olhos de

fervido realista symbolizava a alma da Patria. O estudo das sciencias physicas, que então cursava, não conseguiu concentrar em si o pensamento que, inquieto, almejava por outros objectos. Persistente, como já então nos apparece, dominado pelo respeito do que considerava dever, poude levar a termo o tirocinio academico; porém, no cultivo das sciencias, não era o esmero das observações, a belleza do methodo e das experiencias, a força e o alcance das theorias e generalizações, que lhe despertavam o interesse ou incitavam a actividade; era a applicação que de seus conhecimentos podia fazer á Patria, o dia que projectava sobre as cousas nacionaes.

Um livro existia, vasto como uma encyclopedia, interessante como um romance, fertil como um punhado de verdades, roteiro, chorographia, historia natural, chronica. Longo tempo inedito, fôra afinal publicado pela Academia das Sciencias, porém mutilado, anonymo, inçado de erros, eivado de incorrecções.

Varnhagen determinou as posições geographicas, identificou as especies biologicas, corrigiu os erros dos copistas e do escriptor, provou a autenticidade do escripto de modo irrefragavel, ao mesmo tempo que descobriu o nome do autor — Gabriel Soares de Sousa.

Grande parte das *Reflexões criticas* sobre o livro deste — o primeiro trabalho que imprimiu — perderam a actualidade em consequencia de novos estudos posteriores, em que ninguem entrou com capital maior que o delle. Quando foram publicadas produziram o effeito de uma revelação, abriram um mundo novo ás investigações de todos aquelles que se occupavam de nossos annaes.

Essa obra e a que de collaboração escreveu sobre a *Chorographia Cuboverdiana* mostram no indeciso, fluctuando entre as sciencias positivas e a historia. A' historia pertencem todas as outras publicações suas; a contar do *Diario de Navegação*, de Martim Affonso, preito rendido a São Paulo, na pessoa do povoador e primeiro donatario da capitania.

Depois, embarca para o Brasil, e durante o tempo que aqui demora, communica ao Instituto o fogo que o abrazava. Percorre a Provincia de seu nascimento, mas não é só o sentimentalismo que lhe guia os passos na peregrinação: é a sina do futuro historiador que investiga os cartorios, compulsa as bibliothecas dos mosteiros, examina os padrões das outras éras, colhe glossarios e tradições, e nas localidades commenta e verifica os dizeres de Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus.

Voltando a Portugal, nomeado addido á nossa legação, não arrefece um só instante. Na *Revista do Instituto* pullulam as memorias que envia, como os documentos que offerece, e quasi não ha sessão em que o seu nome não appareça. De frente com essas occupações, que satisfariam outras menos ambiciosas, ou fatigariam outros menos diligentes, leva os encargos de editor: reimprime o *Caramurú* e o *Uruguay*, e publica a até então desconhecida *Narrativa* de Fernão Cardim, o provincial jovial, bonachão e *viveur*, tão familiar aos leitores das *Minas de Prata* de José de Alencar.

Aos tempos que passou em Lisbôa ou aos que de perto se seguem, prendem-se duas obras importantes: o *Florilegio da Poesia Brasileira*, com um esboço da historia literaria, onde têm ido beber — muitas vezes sem confessa-los — todos os que se têm occupado com o assumpto, e a edição do *Roteiro do Brasil*, de Gabriel Soares, um dos seus maiores e melhores titulos á gratidão do porvir.

Em Madrid, para onde mais tarde foi removido, possúe-o o mesmo espirito febril, e a idéa, que se tornára fixa, da historia patria. Em Simancas, como em Sevilha, na Bibliotheca Columbiana, como na do Escorial, colhige a mésse opulenta que ninguem ainda teve tão completa, e, quando emfim saiu á luz a sua *Historia*, podia gabar-se de que um só facto não existia que não tivesse pessoalmente examinado, ao passo que os factos materiaes por elle descobertos, ou rectificados igualavam, se não excediam, aos que todos os seus predecessores tinham adduzido.

Exgotada a primeira edição da *Historia*, com uma rapidez de que entre nós ha poucos exemplos, não se dá pressa em reimprimi-la; enfeixa novos dados, visita as provincias; explora todos os logares historicos, sobe o rio da Prata, tendo á mão o roteiro de Pero Lopes; imprime ou reimprime manuscriptos raros ou curiosos.

Do Paraguai traz as obras de Montoya, hoje tão accessiveis e uteis graças a elle e a Platzmann. No Chile discute os diarios de Colombo e procura fixar a posição da verdadeira Guanahani. No Perú, em Venezuela, em Cuba, como em São Petersburgo, Stockholmo e Rio de Janeiro, em todos os logares que habita, ou atravessa, levado pelos deveres de diplomata ou capricho de *fourista*, principalmente em Vienna, onde ultimamente residia, deixa traços fulgurantes de sua passagem em paginas inspiradas pelo amor do futuro da Patria o dominados pela preoccupação constante de seu passado.

Se a historia do Brasil occupa as suas faculdades, não as occupa exclusivamente: aqui publica o *Livro das Trovas e Cantares*, o *Cancioneiro do Conde Barcellos*, o *Cancioneiro da Vaticana*, que tanto concorreram para o conhecimento da poesia portugueza antiga. Ali edita as obras de Vespucci, escreve-lhe a biographia, commenta-o, defende-o, sustenta os seus direitos á descoberta do Continente que guarda o seu nome. Além vulgariza a obra de Garcia da Orta, rara tanto como preciosa, ou a carta de Colombo, escripta ao voltar da primeira viagem. Hoje bate-se com D'Avezac, Major e Netscher; mais tarde disserta sobre as novelas e livros de cavallaria portugueza, e affirma a origem turania dos povos americanos. Por fim entrega-se aos trabalhos do pura fantasia: na *Lenda de Sumé* celebra a tradição encontrada pelos primeiros exploradores de um homem que ensinára aos indigenas a agricultura e os rudimentos de civilização que possuiam; no drama de *Amador Bueno* mostra-nos a literatura nacional como a comprehende, e introduz-nos na sociedade dos tempos coloniaes.

Sempre e sempre perseguia-o a idéa da historia patria. Emquanto não publicava a nova edição, ou antes a refusão e remodelo da obra, escreveu um dos mais nobres capitulos, a *Historia das Lutas Hollandezas*, em cuja confecção empregou documentos abundantissimos, descobertos nos exames a que procedeu nos archivos de Amsterdam e Haya.

Depois de constantes revisões que lhe levaram mais de vinte annos, publicou de novo a *Historia Geral do Brasil*, e, para tornar o preço menos elevado, cede ao editor a propriedade da edição sem retribuição alguma. Como corôa de seus cabellos brancos, sonha uma terceira edição para que desde então começou a preparar-se, e prometteu-nos a *Historia da Independencia*, infelizmente destinada talvez a não vêr a luz. Em seguida abandona a posição commoda e brilhante de nosso ministro em Vienna, para, nos confins de nossos sertões, procurar um logar pela posição defensavel,

pela situação central, pelas condições hygienicas, proprio a servir de capital a esta Patria, que tanto amava e que não mais devia vêr. Emquanto demorou nesta cidade examinou os pamphletos, jornaes e memorias contemporaneos do primeiro reinado que ia agora historiar; publica na *Revista do Instituto* o texto mais completo e fiel que possuimos da carta encantadora de Vaz de Caminha. De passagem por Porto-Seguro, reconhece as localidades que viu Cabral na sua viagem afortunada. Apenas chega a Vienna, envia-nos o folheto rectificando um erro que deixára escapar quando confundiu em um dois botanicos brasileiros.

Pouco antes de morrer, quando a enfermidade mortal o obrigava a guardar o leito, escrevendo a um amigo, o Dr. Ramiz Galvão, muito digno director da Bibliotheca Nacional, quasi nem allude ás dores que o conservam prostrado e impotente: sobre questões de historia patria, sobre pontos obscuros que deseja esclarecidos, sobre manuscriptos, cuja existencia deseja conhecer, é que rola toda a carta.

Sobre o locante vida votada ao trabalho e ao dever! Grande exemplo a seguir e a venerar!

II

Descoberto este Continente, aquelles mesmo que tinham chamado Colombo de visionario foram os primeiros a achar facilima a empresa e a gabar-se de poder executa-la. Depois que Varnhagen publicou a sua *Historia*, e, apresentou a massa cyclopica de materiaes que acumulára, *muitos se julgaram aptos a erguer um monumento mais consideravel*, e atiraram-lhe censuras e diatribes que profundamente nos pungiram. Tambem elle tinha muitos pontos vulneraveis. Era dos homens inteiriços, que não apoiam sem quebrar, não tocam sem ferir, o matam moscas a pedradas, *como o uso do fabulista*. Em muitos pontos em que a sua opinião não era necessaria, elle a expunha complacentemente, com tanto maior complacencia quanto mais se afastava da opinião commum. Suas reflexões ás vezes provocam um movimento de impaciencia que obriga a voltar a pagina ou a *fechar* o volume. Muitos assumptos sem importancia, ou de importancia secundaria, só o occupam por serem descobertas suas. A polemica com João Lisboa, em que tinha talvez razão, porém em que teve a habilidade de pôr todo o odioso de seu lado, converteu em inimigos seus os numerosos *admiradores* do grande maranhense. Homem de estudo e meditação, desconhecia ou desdenhava muitas das tyrannias que se impõem com o nome de conveniencias. Sensivel ao vituperio como ao louvor, se respirava com delicias a atmosphera em que este lhe era queimado, retribuia aquelle com expressões nada menos que moderadas.

Essas *feições* são as que geralmente se associam no espirito do leitor brasileiro ao nome do Visconde de Porto-Seguro. Ninguem procura sob as apparencias rudes o homem verdadeiro — o trabalhador possante, o explorador infatigavel, o mergulhador que muitas vezes surgia exhausto e ensanguentado, trazendo nas mãos perolas e corses. Parece que nos domina a fatalidade de perceber os objectos sob os aspectos mais desfavoraveis: uma idyosincrasia tinge tudo de negro ou amarello: cedemos a uma predis-

posição pessimista, nihilista, anarchica, talvez bebida com as aguas, ou inspirada com as nossas brisas, talvez herdada dos Tupis que, segregados por lutas intestinas e rivalidades perpetuamente renascentes, não conseguiram fundar um estabelecimento analogo ao que se encontrou no Mexico e no Perú.

Entretanto, é difficil exagerar os serviços prestados pelo Visconde de Porto-Seguro á historia nacional, assim como os esforços que fez para elevar-lhe a typo. Não se limitou a dar o rol dos reis, governadores, capitães-móres e generaes; a lista das batalhas, a chronica das questiuncolas e intrigas que reflectiam no periodo colonial. Attendeu sem duvida a estes aspectos, a uns porque dão meio util e empyrico de grupar os acontecimentos, a outros, porque rememoram datas que são doces ao orgulho nacional, ou melhor esclarecem as molas que actuam sob differentes acções. Fez mais. Ás explorações do territorio, a cruzada cruenta contra os Tupis, o augmento da população, os começos da industria, as descobertas das minas, as obras e associações literarias, as communicações com outras nações, assumem logar importante em sua obra.

A sua opinião sobre os Tupis tem encontrado geral desfavor: julga que a compressão exercida sobre elles era mais que necessaria, era indispensavel, e aos seus olhos as *bandeiras* que os Paulistas levaram até ás missões jesuiticas eram a solução mais natural que se podia imaginar. Sem querer defende-lo, póde-se em todo caso chamar a attenção para circumstancias attenuantes. Elle não collocou o debate no terreno abstracto e absoluto da justiça, porém no da conveniencia e da utilidade. Na tragedia que se desenrolava nas veigas platinas, ou nos campos amazonicos, não via a braços a liberdade e a escravidão, porém jesuitas que queriam isolar os caboclos para converte-los em instrumento de manejos politicos, e patriotas que queriam incorpora-los á civilização transformada em forças vivas do progresso. Quem comparar o estado de São Paulo com a calima podre daquelle cemiterio de um povo que se chama Paraguay; quem não esquecer que nesses dois logares funccionaram o systema que elle defende e o que combate, hesitará certamente antes de condemnar o historiador. Além disso, o exagero a que depois levou uma idéa justificavel, se não justa a principio não existia: brotou de contradicções vehementes e polemicas irritantes. Accresce emfim que espirito introspectante, natureza subjectiva, determinada antes por impulsos intimos que influencias extrinsecas, Varnhagen não primava pelo espirito comprehensivo e sympathico, que imbuindo o historiador dos sentimentos e situações que atravessa — torna-o contemporaneo e confidente dos homens e acontecimentos.

A falta de espirito plastico e sympathico — eis o maior defeito do Visconde de Porto-Seguro. A Historia do Brasil não se lhe afigurava um todo solidario e coherente. Os prodromos da nossa emancipação politica, os ensaios de affirmação nacional que por vezes percorriam as fibras populares, encontram-no severo e até prevenido. Para elle, — a Conjuração mineira é uma cabeçada e um conluio; a Conjuração bahiana de João de Deus, um cataclysma de que rende graças á Providencia por nos ter livrado; a Revolução pernambucana de 1817, uma grande calamidade, um crime em que só tomaram parte homens de intelligencia estreita, ou de caracter pouco elevado. Sem D. Pedro a independencia seria illegal, illegitima, subversiva, digna da forca ou do fusil. Juiz de Tiradentes e Gonzaga, elle

não teria hesitado em assignar a mesma sentença que o desembargador Diniz e seus collegas.

Mesmo assim a obra de Varnhagen se impõe ao nosso respeito e exige a nossa gratidão, e mostra um grande progresso na maneira de conceber a historia patria. Já não é a concepção de Gandavo e Gabriel Soares, em que o Brasil é considerado simples appendice de Portugal, e a historia um meio de chamar a emigração, e pedir a attenção do governo para o estado pouco defensavel do paiz, sujeito a insultos de inimigos, contra os quaes se reclama protecção. Não é a concepção dos chronistas ecclesiasticos, que vêem simplesmente uma provincia, onde a respectiva Congregação prestou serviços, que procuram realçar. Não é a de Rocha Pitta, atormentado pelo prurido de fazer estylo, imitar Tito Livio e achar no solo americano scenas que relembrem as que passaram na Europa. Não é a de Southey, atormentado ao contrario pela impaciencia de fugir ás sociedades do Velho Mundo, visitar paizes pouco conhecidos, saciar a sêde de aspectos originaes e perspectivas pittorescas, a que cedem todos os poetas transatlanticos, desde os autores de *Ataia* e do *Corsario* até os das *Orientaes* e *Clara Gazul*. Não. Varnhagen attende sómente ao Brasil, e no correr de sua obra procurou sempre e muitas vezes conseguiu collocar-se sob o verdadeiro ponto de vista nacional.

E' pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas creadoras que nos ultimos annos se constituiram em sciencia sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, elle não podia vêr a modo por que se elabora a vida social. Sem elle as relações que ligam os momentos successivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espirito de modo a esclarecer as differentes feições e factores reciprocamente. Elle poderia excavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mysterios, nada deixar que fazer a seus successores no terreno dos factos: comprehender, porém, taes factos em suas origens, em sua ligação com factos mais amplos e radicaes de que dimanam; generalizar as acções e formular-lhes theoria; representa-las como consequencias e demonstração de duas ou tres leis basilares, não conseguiu, nem conseguil-o-ia.

Fa-lo-á alguem? Esperemos que sim. Esperemos que alguem, iniciado ao movimento do pensar contemporaneo, conhecedor dos methodos novos e dos instrumentos poderosos que a sciencia põe á disposição de seus adeptos, eleve o edificio, cujos elementos reuniu o Visconde de Porto-Seguro.

Signaes de renascimento nos estudos historicos já se podem perceber. Publicações periodicas vulgarizam velhos escriptos curiosos, ou memorias interessantes que esclarecem pontos obscuros. Muitas Provincias compõem as respectivas historias. Periodos particulares, com a Revolução de 1817, a Conjuração mineira, a Independencia, o primeiro Reinado, a Regencia, são tratados em interessantes monographias. Por toda parte pullulam materiaes e operarios, não tardará talvez o architecto.

Que venha, e escreva uma historia da nossa Patria digna do seculo de Comte e Herbert Spencer. Inspirado pela theoria da evolução, mostre a unidade que ata os tres seculos que vivemos. Guiado pela lei do *consensus*, mostre-nos o *rationale* da nossa civilização, aponte-nos a interdependencia organica dos phenomenos, e esclareça uns pelos outros. Arran-

que das entranhas do passado o segredo angustioso do presente, e liberte-nos do empyrismo craaso em que tripudiamos. Mas, ah! bem pouco digno serás de tua missão, oh! nobre pensador, se não sentires a gratidão inundar-te o peito, se não sentires o respeito e a veneração dominarem-te a alma, se não ajoelhares fervoroso e recolhido ante o tumulo de um grande combatente, que jamais abandonou o campo — Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto-Seguro.

J. Capistrano de Abreu.

(*Jornal do Commercio*, de 16 e 20 de Dezembro de 1878).

INDICE DAS MATERIAS

EXPLICAÇÃO . . . . . III/IV

DEDICATORIA DA 2.ª EDIÇÃO . . . . . V/VI

PROLOGO DA 2.ª EDIÇÃO . . . . . VII/XVI

PREFACIO DA 1.ª EDIÇÃO . . . . . XVII/XXII

SECÇÃO I. DESCRIPÇÃO GERAL DO BRASIL 1/10

Nome do Brasil. Extensão. Paragem central. Formações geognosticas. Diamantes. Ferro. Ouro. Ausencia de terremotos. Climas. Meteorologia. Quadras do anno. Firmamento. Vegetação. Matas virgens. Capoeiras. Catingas. Madeiras. Outras producções. Fructas. Campos virgens. Falta de neve. Animaes. Passaros. Peixes. Contrastes de plantas e de animaes.

NOTAS 11/13

II. — DOS INDIOS DO BRASIL EM GERAL 14/24

Calculo da população indigena. Idéas de patriotismo. Unidade de raça. Lingua geral. Tupinambá. Nacionalidades. Alcunhas dos bandos. Que significam. Caboclo. Bugre. Emboáha. Alcunhas de odio, de respeito, etc. Mais alcunhas no Brasil e noutros paizes. Apodos. Nome generico de Barbaro ou Tapuya. Nação Tapuya. Barbaros. Significação do vocabulo Tupi. Guaranis. Caribes, Caraibes. Berço dos invasores. Marinha de guerra. Germens de discordia. Vicios. Envenenamentos. Anarchia. Infancia da humanidade. Meninice dos heróes.

III. — LINGUA, USOS, ARMAS E INDUSTRIA DOS TUPIS . . 25/39

Lingua. Apparencia. Estatura. Côr baça. Pinturas do corpo. Botoques. Furos na cara. Cabello. Ornatos: aincará, tapacurá, etc. Tangapema. Maracá. Arcos e frechas, etc. Venenos de hervar. Escudos. Machados. Trabalho de cada sexo. Guerras. Tempo. Preparativos. Surprezas. Prevenções. Taba ou aldêa. Ocas. Ocára. Cahiçára. Tapéra. Caça e pesca. Pindá. Tinguí. Timbó. Poças. Giquis. Piracuí. Ostreiras. Sernambitibas. Tartarugas. Mondéos. Mimbáha. Sementeiras. Milho. Mandioca. Vinhos. Utensilios. Patiguás. Samburás. Pacarazes. Redes, etc. Canôas, remo e leme. Sorte da mulher. Guatós e outros.

NOTA 40

IV. — IDÉAS RELIGIOSAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS TÚPIS: SUA PROCEDENCIA 41/59

Significação dos sacrificios anthropophagos. Sepulturas. Camucins. Jazigo ou t'iby'. Tupã. Raios. Superstições. Agouros. Pajés. Abusos destes.

Pomcés. Seus tristes resultados. Descripção do sacrificio. Partilha do cadaver. Destino dos ossos e dentes. Geração. Nascimento. Velhas. Moruhixah. Communismo. Roubo. Hospitalidade. Polygamia. Heroinas Amazonas. Noivados. Recem-nascidos. Doenças. Curativos. Soffrimento. Chorar. Nomes. Sentidos apurados. Caracter. Vida habitual. Banhos. Fogo. Sal. Fazes. Tabaco. Paricá. Guaraná. Cóca, etc. Infancia da sociedade. Exemplo. O homem sem lei nem religião. Em todos os paizes o mesmo. Carib: S. Thomé e suas pegadas. Sumé. Pajés. Monumentos primitivos. Procedencia plausivel dos Caribes, Tupis ou Guaranis.

NOTA 50

V. — DESCOBRIMENTO DA AMERICA E DO BRASIL 51/82

Raymundo Lull. D. João I. Ceuta. O Infante D. Henrique. Os Reis Catholicos. Os Malhorquinos. Circumnavegação d'Africa. Circumnavegação da Europa. Descobrimentos a loeste. Fernão Telles e Choc. Plano de Toscanelli. É realizado pela perseverança de Colombo. Seus estudos. Obra d'Ailly. Descobrimento da America. Indias Occidentaes. Opinião de Strabo. Bulla Pontificia. Justas queixas de Portugal. Convenção de Tordesilhas. Pouca precisão na redacção. Consequencia. Meridiano. Direitos de Portugal a colonizar o Brasil. Cabral. Vista de terra. Monte Paschoal. Pero Vaz de Caminha. Porto Seguro. Seus habitantes. Nome da Ilha da Vera-Cruz. Vasco da Gama. Mestre João. Pouca importancia dada ao Brasil. Descobrimento da costa do Norte. Delta do Assú. Maranhão e Amazonas. Hojeda e Vespucci. Cabos de Consolación e de Rostro Hermoso e Pinzon. Lepe. Opiniões de Martyr e de Enciso.

NOTAS 83/91

VI. — EXPLORAÇÕES PRIMITIVAS DA COSTA BRASILICA . . 92/113

D. Nuno Manuel em 1501. Vespucci e Solis. Cabos de S. Roque e Santo Agostinho. Portos ao sul: Bahia, Rio, S. Vicente, Cananéa. Cabo de Santa Maria. Georgia Austral. Gonçalo Coelho em 1503. Ilha do Fernão de Noronha. Colonias em Cabo-Frio e Rio de Janeiro. Cari-oca. Bahia de S. Mathias. Gonneville. Brasileiros. Náo Bretôa. Maranhão. Indias. Santa Cruz. Antartica. Mundo Novo, etc. Consequencias da partida de Americo. João Dias de Solis. Portugal descuida o Brasil pela Asia. Feitorias. Um pirata. As Molucas. Fernão de Magalhães. O meridiano da demarcação. Contrato de Saragoça. Origem do nome Rio da Prata. O Dourado.

NOTAS 114/123

VII. — ATTENDE-SE MAIS AO BRASIL. PENSAMENTO DE COLONIZA-LO EM MAIOR ESCALA 124/139

Os Portuguezes na Asia. Os Francezes no Brasil. Recursos do foro e da diplomacia. Angó. Roger. Jacques. Igaraçú e Pernambuco. Diego Garcia e Cabot. D. Rodrigo de Acuña. Porto de D. Rodrigo. Baixos de D. Rodrigo. Suas peregrinações. D. Rodrigo em Pernambuco. Christovão Jacques e os Francezes. Antonio Ribeiro. Idéa de colonização. Diego de Gouvêa. Meritos de Gouvêa. Resolve-se a colonização do Brasil. Henrique Montes. Martim Affonso de Sousa. Poderes que trazia. Pero Lopes de Sousa. Reclamações de França. Negociações diplomaticas importantes.

NOTAS 139/146

VIII. — RESULTADOS DA EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFFONSO 147/158
Seus feitos. Os Francezes. O Maranhão. A Bahia. Combate naval dos indios. Martim Affonso na Bahia e no Rio. Ilha da Cananéa. Oitenta homens ao sertão. Padrões da Cananéa. Naufragio de Martim Affonso. Pero Lopes sóbe o Paraná. Martim Affonso fica na costa. Escolha do porto de S. Vicente. Sua descripção. Estabelecimento da colonia. João Ramalho. Etymologia do nome Piratininga. Piracemas. Villas de S. Vicente e de Piratininga. Concelhos das duas villas. Sesmarias. Direitos dos colonos. Jurisdicção ecclesiastica primitiva.

NOTAS 159/161

IX. — SUCCESSOS IMMEDIATOS Á EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFFONSO 162/176
Tomada de uma fortaleza e uma náu de França. Resolve-se a particão do Brasil em capitanias. Carta régia a Martim Affonso. Volta de Martim Affonso á Europa. Doze donatarios. Quinze quinhões. Irmãos Sousas. Pero de Goes. Vasco Fernandes. Pero do Campo. Jorge de Figueiredo. Francisco Pereira. Duarte Coelho. Pero Lopes. Fernand'Alvares. Ayres da Cunha. João de Barros. Antonio Cardoso de Barros. Poucos competidores. Extensão das differentes capitanias. Demasiada terra a cada donatario. Parallelo com a colonização da Madeira e Açôres. Vantagens que se propunha sacar Portugal desta colonização.

NOTAS 177/179

X. — DIREITOS DOS DONATARIOS E COLONOS. PORTUGAL NESTA EPOCHA 180/199
Privilegios ou foros dos donatarios. Privilegios feudaes. Desprendimento da corôa. Foral. Deveres para com o rei e os colonos. Couto e Homisio. Estrangeiros christãos. Leis do Reino. Codigo Manuelino ou cinco livros das Ordenações. Administração dos Concelhos. Juizes de fóra. Mesa da Consciencia. Alçadas. Systema fiscal. O throno. A magistratura letrada. Aristocracias. Tratantes ou aojotas. Titulos. Fidalgos. Infanções. Moradias. Brazão. Fontes da legislação. Tres ordens militares. Nunes e Appellidos. Lingua portugueza. Escriptores antigos. Pronunciação brasileira. Cultura intellectual da metropole. Industria. Civilização arabe na Espanha. Architectura. Pintura. Typographia. Marinha. Nautica. Antiguidade do Astrolabio. Seculo XV. A imprensa. Livre exame. Protestantismo. Tribunal da Inquisição. Advertencia.

XI. — CHRONICA PRIMITIVA DAS SEIS CAPITANIAS, CUJA COLONIZAÇÃO VINGOU 200/223
Capitania de Martim Affonso. Ataque de Iguape. Derrota. Ataque a São Vicente. Invasão do mar. Villa de Santos. Monjólo. Sua procedencia da China. Engenhos de assucar. Sesmarias. Terras de Pero Lopes. Seus delegados em Santo Amaro. Itamaracá. Pero Lopes vai á India. Sua morte. D. Isabel de Gamboa: seus delegados. Villa da Conceição. Itamaracá. Duarte Coelho. Marim ou Olinda. Recife. Porto de Pernambuco. Villa de Olinda. Sua situação. Despreza do Recife. Tamandaré. Trabalho dos indios. Etymologia de Olinda. Nova Lusitania. Prospéra a colonia. Rigor do donatario. Queixas. Viagem á Europa. Rio de S. Francisco. Cachoeira de Paulo Affonso. Cultura do assucar. Igarassú. Capitania do Espirito Santo. Villa da Victoria. Principaes colonos. O

donatario e seus vicios. Decadencia. Porto Seguro. Seu donatario. Primeira villa. Gentio. Colonos pescadores. Venda da capitania. Capitania dos Ilhéus. Romero, delegado do donatario. Morro de S. Paulo. S. Jorge dos Ilhéus. Descripção do paiz. Expulsão e reintegração do delegado. Resultados.

NOTAS 224/235

XII. — CAPITANIAS CUJA PRIMITIVA COLONIZAÇÃO SE MALLOGROU 237/254

Capitanias septentrionaes. Associação trina. Intentos. Naufragio de Ayres da Cunha. Nazareth na Ilha da Trindade. Maranhão. Sua descripção. Sorte dos colonos. Orellana no Amazonas. Diego Nuñez e João de Sande. Perós do Maranhão. Castellhano. Botocudo. Capitania de Carlos da Barros. Ruinas de pedra e cal no porto de Camucim. Capitania de Goes. Ida a Portugal. Contratos. Perdas. Derrota. Evacuação da capitania. Francisco Pereira na Bahia. Estabelecimento. Vicios. Villa da Victoria. Sesmarias. Texto de uma a Diogo Alvares (Caramurú). Insubordinação. Perplexidade do donatario. Seu apuro e prisão. Sua morte. Ilha de Fernão de Noronha. Sua descripção e donataria.

NOTAS 255/263

XIII. — VIDA DOS PRIMEIROS COLONOS E SUAS RELAÇÕES COM OS INDIOS 264/277

Adopção dos alimentos, agricultura e utensilios. Adopção das redes e da pesca e caça dos indios. A mulher, elemento do fusão. Carijocas, mamalucos, etc. Scenas primitivas. Trabalho dos indios. Festas religiosas. Festas publicas e das familias. Escravos indios. Crueldades exageradas. Governo dos indios. Sua ferocidade, indomavel por meios brandos. O emprego da fôrça reconhecido necessario. Opinião do Pedro Martyr. Necessidade d'africanos. O pseudo philantropo Las Casas, negreiro. Os Jesuitas. O trafico favorecido. Consequencia. Locuções viciosas.

XIV. — ESCRAVIDÃO D'AFRICANOS. PERIGOS AMEAÇADORES 278/289

Origem da escravatura africana. Condição do escravo. Tolerancia no Brasil. Raças africanas escravizadas. Jurisprudencia. Fecundidade. Caracter. Religiões. Bens e males provindos d'Africa e do captiveiro. Perigos imminentes do Brasil. Desmoralização. Piratas. Degradados. Homisios. Desmoralização e irreligiosidade. NAus Francezas. Eloquente brado de Luis de Goes. Providencias. Queixas dos donatarios. Sorte destes.

NOTAS 290

XV. — ESTABELECIMENTO DE UM GOVERNO CENTRAL NA BAHIA 291/312

Thomé de Sousa, governador. Pero Borges, ouvidor geral. Antonio Cardoso, provedor mór. Provedorias parciaes. Seu regimento. Pero de Goes, capitão mór da costa. Milicia. Compra da capitania. Colonos. Descripção da Bahia. Ilhas. Paraguaçú. Iguape. Maboim, Pirajá. Desembarque. Assento mais proprio para a cidade. Itapagipe. Cidade do Salvador. Sua fundação e muralha. Suas armas. Villa Velha. Cidade baixa. Sesmarias. Gados. Braços. Os indios. Systema de terror. A religião. A mo-

sica. O novo Orfeo. O P. Navarro. O Caramurú. O Caramurú, origem dista alcunha. Emprego dos Jesuitas. Relaxação de costumes. Matrimonios. Cruzamentos de raças. Os Jesuitas contribuem á unidade brasileira. Correição do ouvidor geral e do provedor mór. Pero de Goes: Peleja em Cabo Frio com uma náu franceza.

NOTAS 312/317

XVI — CREAÇÃO DE UM BISPADO. CONCLÚE O GOVERNO DE THOMÉ DE SOUSA 318/331

O padroado. Primeiro bispo. Verdadeira data da bulla da creação do bispado. Partida immediata do bispo. Extensão da diocese. Indios. Iperó e Miranga. Visita Thomé de Sousa as capitanias do sul. Pintura do Rio de Janeiro. São Vicente. Naufragio de Senabria. Communicação de São Vicente com o Paraguai por terra. Projectos de Thomé de Sousa. Noticias de minas. Vantagem de se não ter achado minas. Primeira exploração dos sertões de Minas. Thomé de Sousa. Seu regresso e destino. Armada de Luis de Mello. Sua perda.

NOTAS 332/342

XVII. — GOVERNO DE D. DUARTE DA COSTA. TENTATIVA DE VILLEGAIGNON 343/362

Concessões feitas ao novo governador. S. Paulo de Piratininga. Seu bello clima. Tibiriçá e Caubi. D. Alvaro, filho do governador, origem de males. Alcaide mór da cidade. Physico. Cirurgião. Outros novos empregados. Ordenados. Más novas. Naufragio e assassinato do primeiro bispo e outros. Rebates dos indios contra a cidade. D. Alvaro os derrota. Fuga dos Barbaros. Humildade dos vencidos. Sua submissão. Esquadras de tropa permanente. Queixas do povo. Situação do Espirito Santo e de Pernambuco. Capitanias do sul. Morubixaba Cunhambebe. Seu retrato. O allemão Hans Staden e seu captiveiro. Peregrinações de Staden. Navios Francezes. Villegaignon no Rio de Janeiro. Fortalezás francezas na Lage e no ilhéu immediato. Motim. Reforço de Bois-le-Comte. Escriptor Léry. Insta o povo por outro governador. Morte do Caramurú.

NOTAS 363/376

XVIII. — MEM DE SÁ. EXPULSÃO DOS FRANCEZES. CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO 377/396

Soccorro ao Espirito Santo. Morte de Fernão de Sá. Carta Regia a Mem de Sá. Carta Regia á cidade a favor dos Jesuitas. Missões de indios. Os Barbaros submettidos pelo terror. Soccorro aos ilhéus. Peleja-se nadando. Recolhe Mem de Sá. Chega a frota ao Rio de Janeiro. Rende Mem de Sá o forte de Villegaignon. Vai a S. Vicente. Guerras e explorações no Sertão. Invasões dos Aimorés em Porto Seguro. Puri. Sua origem provavel. Missões junto á Bahia. Aulas da lingua Tupi. Prosperidade da Bahia. A colonização do Rio de Janeiro. Estacio de Sá. Vai a São Vicente. Reforços das differentes capitanias.

NOTAS 397/406

XIX. — NOVA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO. OS INDIOS E OS JESUITAS 407/426

Descripção do porto. Prodigios: o Pão d'Assucar e o Pico. A Gavea. O Corcovado. Rio Macacú. Ilhas da ensenada. O Cabo Frio. O gigante.

Cidade primitiva. Como se defende. São Sebastião. Armas. Novas pelejas. Partem os navios. Governo civil da colonia. O jogo. Confraria de São Sebastião. Chega Men de Sá com reforços. Estancias inimigas. Ataques e victorias. Morre Estacio de Sá. Seu elogio. Transfere-se a cidade para o morro do Castello. Parte Men de Sá. Salvador Corrêa e Christovão de Barros. A liberdade dos indios e os Jesuitas. Elogio destes. Queixa-se o povo de serem os indios servos dos Jesuitas. Nova carta régia em favor dos indios. Providencias em virtude daquella liberdade tomadas.

NOTAS 427/432

XX. — PROSEGUE O GOVERNO DE MEN DE SÁ. SUA MORTE 433/442

A escravatura segundo Fr. Thomaz de Mercado. Abusos do trafico segundo o mesmo. Servicias a bordo pintadas pelo mesmo. Conclue a citada obra de Mercado sobre os escravos. A philantropia dos Jesuitas no Brasil não passou á Africa. Juizo acerca de Men de Sá. Desejava a demissão. Captura do successor nomeado. Lei sobre armas. Lei ácerca da liberdade dos indios. Começa a predominar a influencia dos Jesuitas. Tributos. Minas. O Rio de Janeiro e Pernambuco por este tempo. Reconducção de Christovão de Barros no Rio. Ilha Grande.

NOTAS 443/455

XXI. — REDUCÇÃO DO RIO REAL, ITAMARACÁ E CABO-FRIO. MALLOGRO NA PARAHIBA 456/475

Dez capitulos acerca do captiveiro dos indios. Dois governadores Brito e Salema. Conquista do Rio Real. Itamaracá. Projecto de occupação da Parahiba mallogrado. Sujeição de quilombos. Antonio Dias Adorno chega ás minas de turmalinas. João Coelho de Sousa chega aos sertões de Minas. Antonio Salema em Cabo-Frio. Reunião dos dois governos. Desmembração ecclesiastica. Alcacerquibir. O cardeal rei. O prior do Crato. Felippe II. Sua aclamação no Brasil. Vantagens e inconvenientes. Idéa de independencia. Lourenço da Veiga. Projectos de Fructuoso Barbosa. Governo interino. Cosme Rangel. Abusos. Mesteres. Novo mallogro na Parahiba. Galeões inglezes em Santos. Esquadra de Diogo Flores. Salvador Corrêa no Rio de Janeiro.

NOTAS 476/483

XXII. — MANUEL TELLES BARRETO. A PARAHIBA. TRES ORDENS RELIGIOSAS 484/497

Rendas do Estado. Fortalezas. Diogo Flores Valdez. A Parahiba. Etymologia. Descripção. Arredores. Preparativos em Pernambuco. Felippe de Moura. O donatario e seu filho. Forte na Parahiba. Navios incendiados. Derrota dos auxiliares. Cerco ao forte. Soccorros. Combate do Tiberi. Regresso. Abandono do forte. Desuniões entre os indios. Colonização da Parahiba. Desampara-a o chefe. Novos reforços. Elogio de Barreto. Vinda dos Benedictinos, Capuchos e Carmelitas.

NOTAS 498/501

APPENSO 502/508

INDICE DAS MATERIAS 509/514

INDICE DOS NOMES 515/532

INDICE DAS ESTAMPAS 533

INDICE DOS NOMES

Abbeville, Claude d', 16, 20, 22, 30 151, 212, 229, 230, 241, 253, 265.
Abreu, J. Capistrano de, 26, 77, 83, 87, 118, 120, 121, 140, 142, 178, 231, 242, 307, 342, 351, 373, 404, 440, 454, 462, 473, 477, 482, 488, 501.
Accioli de Cerqueira e Silva, Ignacio, 87, 89, 248, 362, 388, 392, 440.
Acosta, Gonçalo de. V. Costa, Gonçalo da.
Acosta, Gregorio de, 290.
Acuña, Christoval d', 18, 31, 59.
Acuña, D. Rodrigo de, 117, 124, 129, 130, 131, 133, 142, 144.
Acursio, 186.
Adam, Lucien, 19.
Adauto, João, 444.
Adorna, Antonio Dias, 329, 389, 394, 397, 403, 425, 456, 462, 463, 485.
Adorno, José, 204, 356, 414, 473, 474, 481.
Adorno, Paulo, 485.
Adornos, 204.
Affonso I, rei, 192.
Affonso III, rei, 193.
Affonso V, rei, 54, 65, 83, 139, 190.
Affonso, mestre, 347, 348, 372.
Affonso, André, 177.
Affonso, Anrique, 454.
Affonso, Beatriz, 139.
Affonso, Domingos, 215.
Affonso, Gonçalo, 205.
Affonso, João, 82, 126, 138, 146.
Affonso, Julião, 215.
Affonso, Luiz, 160.
Affonso, Manuel, 348.
Affonso, Paulo, 215.
Affonso, Pedro, 249, 250.
Affonso, Dr. Simão, 185.
Agatocles, 412.
Aguiar, Christovão de, 296, 306, 371, 462.
Aguiar de Altero, Christovão de, 209, 224.
Ailly, Pierre d', 61, 66.
Alarcão de Figueiredo, Jeronymo de, 223, 388.
Alba, duque d', 166.
Albergaria, Fernão Soares de, 238.
Albuquerque, Affonso de, 85, 100, 121, 170, 197.
Albuquerque, André de, 403.
Albuquerque, Padre Antonio de, 452.
Albuquerque, D. Britos de, 171, 353, 375.
Albuquerque, Catharina de, 374.
Albuquerque, Duarte Coelho de, 353, 372, 373, 453, 454.
Albuquerque, Duarte Coelho de [filho de Jorge de Albuquerque] 499.
Albuquerque, D. Isabel de, 480.
Albuquerque, D. Jeronyma de, 495, 499.
Albuquerque, Jerbnymo de, 171, 212, 279, 326, 353, 489, 499.
Albuquerque, Jorge de, 111.
Albuquerque, Lourenço Cavalcanti de, 347.
Albuquerque, Mathias de, 499.
Albuquerque Coelho, Jorge de, 353, 373, 441, 453, 489, 496, 499.
Alcaçova Carneiro, Pero d', 73, 436.
Alcntorado, Braz, 372.
Alencar, José de, 414, 477.
Alencar Araripe, Tristão de, 55, 120, 361.
Alexandre VI, papa, 68.
Alexandre, o grande, 61, 67.
Alfaraby, 193.
Alfergan, 195.
Alfonsi Francez, Joannis. V. Affonso, João.

Alhacem, 195.
Alliacus, Petrus. V. Ailly, Pierre d'.
Almada Castro e Noronha, Bernardo, 106.
Almagro, Diego de, 179.
Almeida, Antonio Rodrigues de, 205, 209.
Almeida, Bernardo Pimentel de, 342, 461.
Almeida, Candido Mendes de, 15, 33, 47, 52, 53, 77, 93, 114, 115, 116, 154, 203, 210, 241, 245, 298, 300, 307, 318, 319, 324, 389, 426, 455.
Almeida, Fortunato de, 66.
Almeida, D. Francisco de, 69, 103, 170.
Almeida, Gaspar de, 348.
Almeida, João Mendes de, 158.
Almeida, Luis de Brito de, 315, 339, 342, 403, 456, 457, 459, 460, 461, 462, 463, 472, 489.
Almeida Serra, Ricardo Franco de, 32.
Alvares, Alonso, 108.
Alvares, jesuita Balthazar, 478.
Alvares, Felippa, 248.
Alvares, Francisco, 253.
Alvares, jesuita Francisco, 444.
Alvares, jesuita Gaspar, 444.
Alvares, Guabriel, 261.
Alvares, Guaspar, 260.
Alvares, João, 448.
Alvares, Jorge, 261.
Alvares, Lourenço, 253.
Alvares, Luis, 357.
Alvares, Magdalena, 248.
Alvares, Manuel, 444.
Alvares, Nuno, 501.
Alvares, Sebastião, 366, 372, 386, 393, 404.
Alvarez, Fernão d', 377.
Alves, jesuita Gonçalo, 366.
Alves, Joanes, 402.
Amaral, Dr. Braz do, 87, 89, 248, 282.
Amaral, Melchior Estacio do, 202.
Ambiré, chefe indio, 411.
Amorim Soares, Domingos de, 476.
Anchieta, Joseph de, 19, 26, 31, 50, 87, 115, 119, 155, 203, 224, 275, 276, 277, 299, 306, 329, 344, 345, 355, 358, 365, 366, 387, 394, 395, 406, 406, 407, 411, 413, 414, 415, 416, 427, 428, 429, 431, 442, 453, 455, 463, 465, 470, 471, 476, 479.
Andrada, Diogo, 444.
Andrada, Gomes Freire de, 385.
Andrada e Silva, José Bonifacio, 193.
Andrade, Affonso Annes de, 377, 398.
Andrade, Branca de, 232.
Andrade, Campos, 117.
Andrade, Diogo de Paiva de, 208.
Andrade, Fernando ou Fernão Alvares de, 140, 162, 172, 173, 176, 222, 237, 239, 288, 298, 326.
Andrade, Francisco de, 293, 298, 300, 315.
Andrade, João de, 428.
Andrade ou Calado, Thomé Lopes de, 205.
Ango, João, 124, 126, 134, 137, 138, 145.
Angoulême, rei d'armas Helice Alesgu de, 134.
Annes, Pedro, 150.
Annes Vicente, Pero, 232.
Anriques, Pero, 167.
Antonelli, 475.
Antonia [escrava de Men de Sá] 450.
Antonio [escravo de Men de Sá] 450.
Antonio [interprete dos indios] 366.
Antonio, D. prior do Crato, 342, 456, 466, 468, 480.
Antonino Pio, 332, 333.
Antunes, Heitor, 372, 378.
Aperipé, chefe indio, 460.
Apianus. V. Benewitz, P.
Aquino. V. Igino, Andrés.
Aragão, Teixeira de, 77.
Aranha, Sebastião, 249, 250.
Arariy-boya, ou Arariboya, Martim Affonso, 394, 414, 415, 419.
Araujo, Jacome de, 387.
Araujo, João de, 366, 371, 372.
Arco, Fernão Domingues do, 65.
Arco-verde, chefe indio, 212.
Argolo, Rodrigo, 245.
Aristoteles, 68.
Armas, Luis d', 372.
Ars, B. d', 468.
Ataide, Gaspar d', 491.
Athayde, D. Antonio de. V. Castanheira, conde da.
Athayde, Fernão Cabral de, 443, 494.
Athayde, Pero de, 85, 86.
Athayde, Vasco de, 85, 86.
Avala, Luis d', 366.
Aveiro, duque de, 217, 388.
Avellar, Bernaldo de, 366.

Avellar Portocarrero, Bernardo Pimenta de, 313.
Avelosa, João d'. V. Vellosa, João de.
Averroes [Aben-Roiz] 195.
Avila, Garcia d', 330, 339, 349, 368, 459, 460.
Ayala, Pedro de, 12, 69.
Azeredo, Belchior de, 388, 394, 412, 413.
Azeredo, Nicolau de, 228.
Azeredo Coutinho, D. José Joaquim de, 318, 319.
Azevedo, Belchior Mendes de, 374
Azevedo, Diogo de, 85.
Azevedo, D. Diogo de, 444.
Azevedo, Francisco, 249, 250
Azevedo, D. Francisco de, 441.
Azevedo, visitador Ignacio de, 414, 418, 424, 437, 443, 444.
Azevedo, D. Jeronymo de, 144.
Azevedo, J. Lucio de, 226, 276, 374.
Azevedo, Manuel de, 473.
Azevedo, Pedro de, 204, 233, 313, 314, 454.
Azevedo Marques, M. E. de, 127, 201, 202, 259, 482.
Azurara, ou Zurara, Gomes Eanes de, 173, 193.

Barellar, Antonio Rodrigues, 472.
Backhouser, Everardo, 35.
Baena, Antonio Ladislau Monteiro, 30.
Baião, Dr. Antonio, 73, 89, 91, 142, 179, 230, 256.
Balboa, Vasco Nuñez de, 120, 122.
Bandeiras ou Bandeirantes, Paulo, 481.
Barbosa, Rogerium, 138.
Baptista Caetano [de Almeida Nogueira] 18, 19, 26, 43, 44, 128, 208, 282, 345, 361.
Baptista, João Luis, 150
Barba-roxa, 205.
Barbero, Juan, 108.
Barbosa, Arias, 193.
Barbosa, Fructuoso, 456, 470, 471, 472, 473, 486, 490, 493, 497.
Barbosa, Gaspar, 282, 397, 415.
Barbosa, Jeronymo, 451.
Barbosa Machado, Diogo, 334, 359, 476.
Barbudo, Francisco, 425.
Baroche, D. Jorge de Menezes, 334.
Barré, Nicolas, 376.
Barreiros, bispo D. Antonio de, 373, 487, 489, 496.
Barreto, Francisco, 451.
Barreto, Francisco, 492.
Barreto Feio e Monteiro, 338.
Barros, Antonio Cardoso de, 162, 171, 173, 176, 237, 245, 289, 291, 294, 298, 316, 326, 346, 350, 366, 368, 369, 420, 472.
Barros, Borges de, 232.
Barros, Christovão de, 350, 407, 414, 420, 421, 433, 440, 441, 464, 472, 476, 477.
Barros, Heitor de, 178.
Barros, Jeronymo de, 243, 257.
Barros, João de, 64, 69, 78, 84, 85, 86, 93, 96, 103, 105, 162, 170, 171, 172, 176, 179, 193, 237, 238, 239, 242, 243, 256, 257, 266, 280.
Barros Magalhães, Gaspar de, 404.
Bartolo, 186.
Barzaro, Padre Gaspari, 334.
Bastião, 368.
Bayão, J. P., 385.
Bayona, Affonso, 444.
Beatriz, D. [filha de D. Manuel] 363.
Beaurepaire Rohan, H. de, 86.
Behaim, Martin, 86.
Bellegarde, P. de A., 259.
Benavente, Christovão, 207.
Benewitz, P., 105.
Beretario, 455.
Berredo, Bernardo Pereira de, 16, 34.
Bertonio, 21.
Besicken, Joan, 118.
Bezerra, clerigo, 234, 252.
Bixorda, Jorge Lopes, 103.
Blasques, jesuita Antonio, 310, 344, 378, 397, 399.
Bluteau, 301, 330.
Boas. V. Leaes, João de.
Bofes de Bagaço. V. Solis, João Dias de.
Bois-le-Comte, 343, 360, 361, 402, 415.
Bolés, senhor de, 361, 375, 376, 385, 394, 454, 455.
Bonel, D. Michel, 64.
Borges, Pero, 221, 233, 285, 291, 293, 294, 296, 300, 311, 336, 347, 367, 378, 387.
Botelho, Affonso, 152.
Botelho, Gaspar Clemente, 466.
Botto, Ruy, 185.
Bouel, Jean, 470.
Bougainville, 95.

Braamcamp Freire, A., 88, 372, 373, 377, 444, 469.
Braço de peixe. V. Piragibá ou Piragiba.
Braga, Domingos, 413.
Braga, Francisco de, 228.
Braga, João Fernandes, 444.
Braga, Manuel de, 142, 143.
Bragança, D. Jayme de, 363.
Brandão, Antonio, 172.
Brandenburger, Clemente, 98, 119.
Braz, Affonso, 425.
Braz, jesuita Affonso, 310, 316, 366.
Braz, Lourenço, 449.
Brito, Bernardo Gomes de, 263, 373.
Brito, Fr. Bernardo de, 172, 194.
Brito, Francisco de, 449.
Brito, Men de, 449.
Brito Freire, Francisco de, 213, 303, 444.
Brito Rebello, 377.
Brunet, 361.
Buchnan, George, 23.
Buffon, 54.
Bugres, 175.
Burcan, Jean, 134.
Burlon, R. F., 356.

Cabeza de Vaca, 102, 324.
Cabot, Sebastião, 94, 115, 116, 124, 128, 129, 132, 135, 136, 142, 144.
Caboto, Sebastião. V. Cabot, Sebastião.
Cabral, Christovão, 312, 346, 371.
Cabral, Pedro Alvares, 61, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 85, 86, 88, 92, 114, 165, 196, 218, 279.
Calado, Fr. Manuel, 265.
Caldas, Francisco de, 491.
Caldas, Vasco Rodrigues de, 329, 379, 380, 384, 389, 393, 403, 404.
Caldeira, Agostinho, 342.
Caldeira, Isabel, 473.
Caldeira, Marcos, 444.
Calderon, D. Mencia de, 335.
Calixto III, papa, 69.
Calogeras, J. Pandiá, 13, 329, 387, 404, 462.
Calvino, 357, 360, 361, 375, 370.
Camacho, Belchior, 263.
Camara, João do Mello da, 142, 143.
Camello, Jorge, 492.
Camello Brandão, Luis, 501.
Caminha, Francisco Pires de, 448.
Caminha, Pero Vaz de, 27, 61, 74, 75, 78, 80, 87, 88, 206.
Camões, Luis de, 71, 196, 283.
Campo, André de, 232.
Campo, Fernão do, 220, 231.
Campo, Leonor do, 220, 231, 232, 388.
Campo Tourinho, Pero do, 162, 170, 176, 218, 220, 231, 232, 252, 289, 328.
Campos Coelho de Sousa, José Roberto Monteiro de, 426.
Campos Moreno, Diogo de, 33, 47, 53, 245.
Candido, Zeferino, 86, 87, 114, 375, 376, 386.
Canerio, Nicolay de, 98.
Cano, Juan Sebastian del, 129
Cantino, Alberto, 84, 118.
Capanema, Dr. Guilherme Schüch de [barão de Capanema] 35, 152.
Cap de Ville, Jean, 437, 441.
Capico, Pero, 124, 127, 131, 141.
Caraballo, Juan Lopez. V. Carvalho, João Lopes.
Caramurú, Diogo Alvares, 148, 149, 190, 191, 237, 244, 248, 249, 250, 252, 253, 260, 261, 291, 297, 298, 306, 307, 308, 320, 362.
Carder, Peter, 464, 473.
Cardim, Fernão, 87, 170, 219, 220, 265, 266, 317, 373, 374, 414, 453, 479, 484, 489.
Cardoso, Pedro, 139.
Cardoso, Simão Rodrigues, 472, 484.
Carlos V, imperador, 134, 140, 205, 225, 330, 408.
Carneiro, Antonio, 136, 426.
Carneiro, João, 214.
Carvajal, Garcia de, 60.
Carvalhinho, João Lopes. V. Carvalho, João Lopes.
Carvalho, Alfredo de, 55, 213, 454.
Carvalho, Augusto de, 247, 250, 477.
Carvalho, Brites de, 495.
Carvalho, Duarte Dias de, 495.
Carvalho, Feliciano Coelho de, 473.
Carvalho, Horacio de, 117.
Carvalho, João Lopes, 41, 96, 102.
Carvalho, Martim, 496.
Carvalho, Pero, 348.
Carvalho, Vicente A. de, 184.
Casal, Manuel Ayres de, 87, 151, 390.
Casoier, 470.
Castanheda, Fernão Lopes de, 111, 173, 260.
Castanheira, conde da, 136, 137, 145.

139, 164, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 205, 292, 304, 313, 314, 339, 370, 371, 444.
Castejon, Francisco, 490, 492.
Castel Branco, Fernão Rodrigues, 393, 450.
Castello-Branco, D. Simão de, 217, 352, 371.
Castilho, João de, 196.
Castilho, Johan, 261.
Castilho, José Feliciano de, 488.
Castrejon. V. Castejon, Francisco.
Castro, Bento de, 444.
Castro, Eugenio de, 152, 158, 177.
Castro, D. Isabel de, 88.
Castro, D. João de, 153, 282, 334, 335.
Caballus, 196.
Catan, ou Catorico, Jorge de, 131.
Catharina, rainha D., 361, 436.
Catharina, infanta D., 468.
Catharina. V. Paraguassú.
Catramby, Oliveira, 86.
Canbi, chefe indio, 343, 345.
Cavalcanti, Felippe, 374, 489.
Cavalcanti, D. Genebra, 489.
Cavalcanti, Holdo, 374.
Cavalcanti, João, 374.
Cava, jesuita Quiricio, 428.
Cerdeño, D. Luis, 69.
Cesar, 55, 463.
Chabot, Felippe de [conde de Charny] 145.
Charlevoix, F. X. de, 202, 226.
Chartier, Guillaume, 360.
Chaves, Francisco de, 110, 151, 162.
Chaves, jesuita Manuel de, 366.
Churchill, 482.
Cisneros, cardeal, 63.
Clémence, *Guillaume*, 470.
Clemente VII, papa, 158.
Coctugar, Yvon de, 134.
Coelho, Duarte, 93, 117, 162, 163, 167, 170, 176, 178, 182, 200, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 220, 228, 230, 231, 239, 246, 256, 259, 261, 279, 280, 283, 284, 288, 289, 290, 317, 326, 353, 372.
Coelho, Gonçalo, 92, 96, 97, 98, 100, 114, 116.
Coelho, Gonçalo [pae de Duarte Coelho] 171.
Coelho, João, 104.
Coelho, Nicolau, 74, 85.
Coimbra, bispo conde de, 377.
Coimbra, Heitor, 98.
Coimbra, Fr. Henrique [Soares] de, 86.
Cointa, João. V. Bolés.
Coito, ou Cohipto, Diogo de, 101, 120.
Colbacchini, D. Antonio, 26.
Coligny, Gaspar de, 358, 359.
Collaço, Manuel, 232.
Collaço, Pero, 224.
Colmenero, 80.
Colombo, Christovão, 11, 50, 52, 61, 66, 67, 68, 70, 71, 76, 83, 89, 96, 105, 108, 111, 467.
Colombo, D. Fernando, 71.
Constança, D., 88.
Cook, 95.
Corrêa, Antonio, 165, 177.
Corrêa, Antonio [jesuita] 444.
Corrêa, Ayres, 74, 165, 172.
Corrêa, Gaspar [autor das *Lendas da India*] 77, 85, 96, 102, 114.
Corrêa, Gaspar [da armada de Ch. Jacques] 127, 141.
Corrêa, Gonçalo, 431.
Corrêa, João Rodrigues, 324.
Corrêa, jesuita Pero, 396.
Corrêa, Luis, 444.
Corrêa, Manuel, 368.
Corrêa, Paio, 214.
Corrêa, Pedro, 120.
Corrêa, Ruy Vaz, 431.
Corrêa, Vicente, 496.
Corticado, Manuel Fernandes, 454.
Cortines Laxe, 477.
Cosa, Juan de la, 67, 79, 80, 82, 89, 90, 107, 124, 178.
Costa, D. Alvaro da [filho de D. Duarte da Costa] 343, 345, 346, 349, 350, 351, 362, 368, 369, 370.
Costa, D. Alvaro da [pae de D. Duarte da Costa] 363, 405.
Costa, Antonio da, 372, 468.
Costa, B. Antonio da, 363.
Costa, D. Bernardo da, 363.
Costa, Candido, 87.
Costa, D. Catarina da, 313.
Costa [Dario da] 363.
Costa, Diogo da, 372.
Costa, D. Duarte da, 231, 239, 283, 296, 303, 304, 312, 320, 328, 330, 334, 335, 338, 343, 344, 345, 346, 348, 352, 361, 362, 363, 366, 367, 371, 381, 404, 405, 445, 472.
Costa, Estevam da, 205.
Costa, Fernão Vaz da, 351, 369, 371.

Costa, Francisco Mendes da, 296, 366.
Costa, Gonçalo da, 34, 115, 116, 117.
Costa [D. João da] 263.
Costa, Luis da, 372, 386.
Costa, D. Margarida da, 443.
Costa, Maria da, 339.
Costa, Melchior da, 482.
Costa, Pedro da, 429.
Costa, Simão da, 441.
Costa, Simoa da, 294.
Coutinho, D. Fernando, 171.
Coutinho, Manuel, 297.
Coutinho, Miguel, 402.
Coutinho Pereira de Sousa Tavares da Horta e Carvalho, D. Anna Felicia, 297.
Couto, Diogo do, 171, 172, 331, 353, 445.
Couto, Loreto, 437.
Crasto, jesuita Estevão de, 452.
Créqui-Montfort, 26.
Crespin, Jean, 375.
Cresques, Jaffuda, 64.
Cretico, Giovanni [ou *Zuane*] Matteo. V. Cretico, Lorenzo.
Cretico, Lorenzo, 78, 88.
Cruz, Fr. Francisco da, 86.
Cubas, Braz, 203, 209, 224, 225, 320, 321, 325, 357, 387, 390, 474, 482.
Cueva, Pedro de la, 493.
Cunha, Ayres da, 117, 162, 171, 176, 179, 237, 239, 240, 241, 243.
Cunha, Francisco da, 333.
Cunha, Gaspar da, 448, 450.
Cunha, D. Pedro da, 125, 469.
Cunha, Tristão da, 100, 121.
Cunhambebe, chefe indio, 343, 354, 355, 356, 357.
Cuniga, Juan de, 129, 140, 141.
Custodio [filho de Luis Dias] 331.

Dalgado, Rodolfo, 226, 227.
Daniel, Padre João, 16, 27, 28, 32, 33, 34, 44.
Dantas, João Pereira, 380.
Danvila y Burguero, 406, 468, 489.
D'Avezac, 95, 119, 120, 146.
Dawson, S. E., 122.
Debret, J. B., 273.
De-Candole, A., 264.
Delgado, Alexo, 444.
Denis, Ferdinand, 126, 163, 196, 287, 350.
Denucé, J., 85.
Derby, Orville A., 13, 37, 91, 150, 329.
Dias, jesuita Antonio, 337.
Dias, Bartholomeu, 85, 86.
Dias, Diogo, 461.
Dias, Diogo [da feitoria de Pernambuco] 132, 143, 149.
Dias, Gonçalo, 258.
Dias, Henrique, 389.
Dias, *Jorge*, 328, 329.
Dias, Luis, 296, 320, 321, 339.
Dias, Paulo, 248, 249, 250, 298, 300, 393, 395.
Dias, Pedro, 118.
Dias, Pero, 69, 85, 86.
Dias, Vicente, 366, 372.
Dias Barbosa, Gaspar, 232.
Dias Pinto, Francisco, 414.
Dinis, rei D., 180, 193.
Diniz, Antonio, 171.
Diniz, Nicolau, 444.
Dobrizhoffer, 26.
Dolino, Fernão. V. Cimo, Fernão d'.
Dolores, Fernão, 248, 250.
Domingos [criado de Men de Sá] 450.
Dove, Joffo, 481.
Doria, Clemencia, 366.
Drake, Sir Francis, 473.
Drummond, João Gonçalves, 322.
Duarte, rei D., 181, 193.
Duarte, infante D., 468.
Duperet, Jean, 168.
Duro, Cesareo, 500.

Eanes, Rodrigo, 118.
Ebn-el-Awam, 195.
Eguino. V. Iginu, Andrés.
Ehrenreich, Paulo, 26, 27, 37.
Emmelaus, Johann. V. João, mestre.
Enciso, Martim Fernandes de, 22, 61, 71, 82, 84, 149.
Eoban, filho, 356.
Eoban, Heliodoro, 356, 420.
Equinon. V. Iginu, Andrés.
Erasmos, 204.
Ericeira, conde da, 153.
Eschwege, W. von, 12.
Escrivano, Gregorio, 444.
Esmeraldo, Christovão, 449.
Espada, Marcos Jimenez de la, 17, 258.
Espinhosa, ou Espinheiro, Francisco Bruza de, 310, 329, 338.
Espinosa, Andrés de, 500.
Esquetes, Erasmos, 228.

Este, Hercules d'—, duque de Ferrara, 94.
Esteves Pereira, F. M., 96, 107, 113, 132, 139, 140, 142.
Estreito, João Alfonso do, 65.
Eugenio IV, papa, 192.
Evreux, Yves d', 36, 241.

Fabiano [interprete dos indios] 366.
Fafre, Pero, 314.
Falcão, Simão, 492.
Faleiro, Antonio Lopes, 389.
Faleto, Francisco, 84.
Faria, Balthazar de, 318.
Faria, Brites Mariz de, 393.
Faria, D. Custodia de, 342.
Faria, D. Guiomar de, 377, 393, 446.
Faria, Mecia Rodrigues de, 313.
Faria, Sebastião de, 487.
Feliciano, José, 85.
Felippe II [I de Portugal] 243, 456, 464, 466, 468, 469, 480, 489, 499.
Fenton, Edward, 474, 481, 482.
Fernandes, Antonio, 444.
Fernandes, Baltesar, 261.
Fernandes, jesuita Balthazar, 115.
Fernandes, Bertolameo, 298.
Fernandes, Braz, 366.
Fernandes, Diogo, 353.
Fernandes, Domingos, 429.
Fernandes, jesuita *Domingos*, 414.
Fernandes, Duarte, 102.
Fernandes, Dr. Francisco, 349, 367.
Fernandes, Jorge, 316, 347.
Fernandes, Lourença, 334.
Fernandes, Lourenço, 148.
Fernandes, Manuel, 494.
Fernandes, jesuita Manuel, 414.
Fernandes, Paschoal, 209.
Fernandes, Pero ou Pedro, 351, 363.
Fernandes, Rodrigo, 249, 251.
Fernandes, Ruy, 148.
Fernandes, Simão, 336.
Fernandes Brandão, Ambrosio, 492, 498, 501.
Fernandes Cesar, Vasco, 336.
Fernandes Continho, Vasco, 162, 170, 176, 211, 213, 216, 217, 231, 246, 259, 289, 312, 317, 328, 371, 381, 387, 397, 403.
Fernandes Gama, J. B., 207, 231, 273, 354.
Fernandes Pinta, D. Ignez, 231, 232.
Fernandes Tourinho, Sebastião, 329, 462.
Fernández, Diogo, 450.
Fernández, *Francisco*, 152.
Fernando, rei de Espanha, 12, 108, 120, 121.
Fernando, D., rei de Portugal, 189.
Fernando, D. infante, 234, 371.
Ferraz, Bartholomeu, 177.
Ferraz Barreto, Pedro, 224, 225, 358.
Ferreira, Jorge, 209, 224, 395.
Ferreira, Lazaro, 365.
Ferreira, Manuel Lopes, 389.
Ferreira, Marquezs, 204.
Ferreira, Martim, 247, 259.
Ferreira, Pedro, 296.
Ferreira, Sebastião, 366, 371.
Fialho, Caetano Cordeiro, 107.
Picalho, conde de, 145, 152, 282.
Figueira, Padre Luis, 18.
Figueiredo, Antonio Dias de, 334.
Figueiredo, João de, 362.
Figueiredo, Johan, 201.
Figueiredo, José Anastacio de, 182, 496.
Figueiredo Corrêa, Jorge de, 162, 170, 176, 220, 221, 233, 289, 298, 388.
Figueiré, Pero de, 86.
Fiske, John, 89, 90.
Folgado, Gaspar, 425.
Fonceca, Ignacio Joaquim da, 87.
Fonseca, Borges da, 489.
Fonseca, Faustino da, 87.
Fonseca, jesuita Luis da, 425, 477, 478.
Fonseca, Manuel da, 156.
Fonseca, Dr. Manuel da, 441.
Fontes, André de, 261.
Fontoura, Pedro de, 444.
Fragoso, Braz, 347, 387, 391, 394, 424, 427, 428.
Fragoso, Francisco, 389.
Franchi Conestagio, *Jeronymo de*, 466.
Francisco I, rei de França, 126, 134.
Francisco [escravo de Men de Sá] 450.
Franco, Padre Antonio, 316, 431.
Freire, Fr. Domingos, 497.
Freire, Felisbello, 393, 460, 463.
Freitas, Dr. Jordão de, 137, 143, 177, 178, 208, 229.
Freitas, Norival de, 452.
Freitas, Rodrigo de, 348, 366.
Freitas, jesuita Rodrigo de, 484.
Freitas Castro, João de, 476.
Frei, Michel, 470.
Frol, Anna, 138.

Fróes, Estevão, 91, 104, 110.
Fróes, Fernão. V. Fróes, Estevão.
Fructuoso, Gaspar, 444, 464.
Fucton, Edward. V. Fenton, Edward.
Fugger, principes, 114, 118, 119.
Furtado, Alcibiades, 228.
Furtado, Affonso Alvares, 322.

Gaffarel, Paul, 119, 177, 359, 360, 361, 375, 444, 469, 472.
Gallego, Pero, 110, 245.
Galvão, Antonio, 238, 243.
Gama, Estevão da, 100, 263.
Gama, Vasco da, 61, 71, 72, 73, 77, 85, 100, 170, 189, 190, 282.
Gama de Andrade, Simão da, 304, 315, 316, 366, 371.
Gambaruta, Francisco, 324.
Gamboa, D. Isabel, 200, 205, 209, 228.
Gamboa, Luis Caiado de, 205.
Gandavo, Pero de Magalhães, 16, 21, 87, 179, 220, 242, 301.
Garcês, Luis, 371.
Garcez, Lourenço, 135.
Garcia, Alvizo, 110.
Garcia, Diego, 115, 116, 124, 128, 132, 144.
Garcia, Rodolpho, 13, 241, 265, 266, 307.
Garde, barão de la, 444.
Garde, Pedro de la, 134.
Garibai, 189.
Garocho, Domingos, 209.
Garret, Almeida, 196.
Garri, Domingo de, 474.
Gaspar, Fr., 86.
Gato, chefe indio, 398, 415.
Gilles, Adrien, 470.
Ginoves, Germimo, 131.
Gioconde, 96.
Giraldes, Lucas, 388, 450.
Godoy, Francisco Pires de, 444.
Goeldi, Emilio Augusto, 8, 37.
Góes, Cypriano de, 324.
Góes, Damião de, 85, 103, 290.
Góes, João de, 448, 449, 452.
Góes, Luis de, 204, 246, 278, 287, 288.
Góes, Luis [de São Vicente] 290.
Góes, Pero de, 152, 162, 167, 169, 176, 201, 202, 226, 233, 237, 245, 246, 247, 258, 259, 261, 284, 288, 289, 291, 298, 305, 310, 311, 312, 316, 322, 323, 325, 326, 346.
Gomes, Alvaro, 334.
Gomes, Padre Antonio, 334.
Gomes, Domingos, 449.
Gomes, Gaspar, 357.
Gomes, João ou Jorge, 142.
Gomez, Esteban, 131.
Gonçales, ou Gonçalves, Francisco, 441.
Gonçalves, Amaro, 374.
Gonçalves, jesuita Amaro, 454.
Gonçalves, André, 77, 86, 94, 114.
Gonçalves, jesuita André, 444.
Gonçalves, Balthazar, 135.
Gonçalves, João, 142, 206, 228, 229, 257.
Gonçalves, jesuita João, 344.
Gonçalves, Pero, 450.
Gonçalves, Ruy, 415.
Gonçalves, jesuita Simão, 310.
Gonçalves, Vicente, 227, 228.
Gonçalves Dias, A., 294, 410.
Gonçalves Frade, João, 368.
Gonneville, Binot Paulmier de, 92, 100, 119.
Gorceix, Henri, 12.
Gouvêa, Antonio de, 453, 454, 470.
Gouvêa, André de, 134.
Gouvêa, visitador Christovão de, 373, 384.
Gouvêa, Dr. Diogo de, 124, 133, 134, 142, 143, 160, 164, 183, 314.
Gouvêa Pinto, Ant. J. de, 472.
Grã, jesuita Luis da, 344, 346, 361, 363, 364, 365, 388, 402, 406, 450, 455.
Granada, Fr. Luis de, 496.
Grego, Jorge, 209.
Gregorio XIII, papa, 479, 499.
Grenier, Abraham, 470.
Grigs, Thomas, 154, 480, 481.
Grinalda, D. Luisa, 479.
Grocio, 44.
Groussac, P., 152.
Gruca, Antonio de. V. Gouvêa, Antonio de.
Guénen, Eug. 146.
Guerreiro, Fernão, 15.
Guerret, François, 134.
Guevara, Santiago de, 238.
Guillen, Felippe de, 221, 328, 336, 337, 338, 388, 391.
Guimarães, Pereira, 117.
Guimarães, Fr. Simão de, 86.
Guiomar [escrava de Men de Sá] 450.
Gumilla, Joseph, 22, 26, 44.
Guzman, D. Luis de, 111.

Guzman, Ruy Diaz de, 115, 117, 202, 225, 226.

Haddock Lobo, 415.
Haebler, Konrad, 99, 114, 119.
Hakluyt, 154, 252, 342, 356, 386, 472, 478, 480, 481.
Hariadam Barba-Roxa, 355.
Harrisse, Henry, 83, 85, 88, 92, 94, 114, 128, 132, 142, 144, 338.
Hartt, C. F., 35, 37, 91.
Henrique, infante D., 61, 63, 64, 71.
Henrique, cardeal D., 379, 385, 393, 420, 437, 466.
Henrique II, rei de França, 358.
Henrique VII, da Inglaterra, 12.
Henriques, Affonso, 286.
Henriques, Duarte Dias, 501.
Henriques, Gonçalo, 444.
Henriques ou Anriques, Miguel, 326, 327, 331.
Herodoto, 55.
Herrera, 26, 49, 57, 104, 108, 115, 121, 144, 162, 258, 275, 324.
Heulhard, Arthur, 355, 358, 375, 376, 386, 415, 470.
Hervás, 26.
Heyd, Wilhelm, 11.
Hojeda, Alonso de, 61, 79, 81, 89, 90, 92, 93, 104.
Hollanda, D. Adriana de, 494.
Hollanda, Arnão de, 494.
Hollanda, Arnão [outro] 494.
Homem, Luis, 450.
Homem, Luis [correio-mór] 160.
Hognes, Luigi, 95.
Humbert, Jean, 360.
Humboldt, Alex. de, 64, 88, 118, 274.
Hümmerich, 77, 100.
Hürter, Job ou Jobst de, 175.
Hylacomilus. V. Waldseemüller, Martim.
Hyppolito, Mieer, 492.

Ilanha, conde da, 436.
Igino, Andrés, 474, 482.
Ignacio [escravo de Men de Sá] 450.
Iniço, V. Loyola, Ignacio.
Iniguassú, chefe indio, 461.
Innocencio IV, papa, 198.
Iporü, ou Tubarão, chefe indio, 318, 320, 351, 370.
Iperuassú ou Tubarão-grande, chefe indio, 356.
Irala, 324.
Isabel, infanta D., 88.
Isabel, rainha D., 68, 120, 467.
Itabira, chefe indio. V. Tabira.
Itagibe, chefe indio, 212.
Itajubá, chefe indio, 212.

Jaboatão, Fr. A. de Santa Maria, 354, 362, 372, 374, 489, 494, 495, 497, 499.
Jacome, jesuita Diogo, 298, 308, 316, 360.
Jacome, mestre, 64.
Jacques, Catharina, 139.
Jacques, Christovão, 107, 124, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 143, 289, 346, 351.
Jacques, Diogo Gil, 139.
Jacques, Guillelm, 139.
Jacques, Henrique, 139.
Jacques, Pero, 139.
Jaloto, principe de, 171.
Jamet, Jean, 134.
Japuguassú, chefe indio, 478.
Jarric, 472, 480.
Jay Junior, 11.
Jayme, D., duque de Bragança, 145
Jeffery, 11.
Jesus, Fr. Thomé de, 298.
João I, D., 61, 62, 64, 190, 193.
João II, D., 65, 66, 91, 96, 121, 139, 171, 190.
João III, D., 15, 84, 114, 118, 126, 127, 131, 133, 134, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 167, 176, 178, 192, 230, 233, 238, 245, 246, 254, 258, 259, 260, 261, 263, 297, 298, 313, 314, 330, 334, 336, 337, 339, 345, 361, 363, 372, 444
João VI, D., 319.
João XXII, papa, 192.
João, D., bispo da Guarda, 93.
João, D. [duque de Albuquerque] 363.
João, mestre, 61, 78, 89.
Joaquim Norberto, 414.
Jorge, D. [marquez de Torres Novas] 452.
Joung, Ernesto, 117.
Juan d'Austria, D., 465.
Julio II, papa, 106.

Knivet, Anthony, 206.
Koch-Grünberg, 26, 55.
Krestchmer, Konrad, 11, 12, 122, 123.

Laet, J., 16.
Lamego, Gaspar, 366.

Lamotte, 470.
La Ravardière, 58.
La Roncière, Charles de, 131, 444.
Las Casas, 67, 83, 264, 275.
Laval, conde de, 134.
Laviese, 444.
Leaes, João de, 380, 371.
Leal, A. Henriques, 441, 434, 460.
Leão X, papa, 107.
Lefévre, Guillaume, 470.
Lehmann Nitsche, Dr. R., 356.
Leitão, Jeronymo, 463, 474, 477.
Leitão, João, 491.
Leitão, Martim, 473, 492, 494, 496, 501.
Leitão, Dr. Miguel, 318.
Leitão, Nuno, 85, 86.
Leitão, Pedro, 389.
Leitão, bispo D. Pedro, 346, 372, 384, 391, 415, 441, 442, 453, 454, 455, 479.
Leite, Diogo, 127, 133, 135, 141, 147, 148, 172, 237.
Leite, Dr. Duarte, 91.
Leite, Gonçalo, 127, 131, 133, 141, 177.
Leite Perreira, Dr. Francisco Lobo, 329, 387.
Lemos, Duarte de, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 289, 298, 317, 327, 328, 329.
Lemos, Gaspar de, 77, 85.
Lemos, Mecia de, 342.
Leonor, rainha D., 363.
Lepe, Diego de, 61, 81, 82, 90, 91, 104, 148.
L'Epine, Sainte-Marie de, 360.
Léry, Jean de, 19, 26, 154, 216, 266, 343, 354, 358, 360, 375, 376, 455.
Lima, D. Diogo Lopes de, 313, 339.
Lima, D. João de, 111.
Linhares, conde de, 393, 452.
Linhares, condessa de. V. Sá, D. Felippa.
Linz ou Lins, Christovão, 494.
Lisboa, João de, 96, 103.
Lisboa, João Fernandes de, 444.
Lisboa, João Francisco, 88, 277, 286, 293, 294.
Lister, 495.
Lloas. V. Leaes, João de.
Loasa, João de. V. Leaes, João de.
Loaysa, Garcia Jofre de, 129, 142.
Lobato, Monteiro, 356, 361.
Lobeira, Vasco, 193.
Lobo, Francisco, 227, 228.
Lobo, jesuita Luis, 452.
Löfgren, Alberto, 35, 356.
Lopes, Estevão, 327.
Lopes, Fernão, 173, 199.
Lopes, Maria, 348.
Lopes, Simão, 444.
Lopes Brandão, Jorge, 501.
Lornnha, Fernando ou Fernão de. V. Noronha, Fernando ou Fernão.
Loronha, D. Juana de, 331.
Loureiro, Antonio, 340.
Lourenço, Braz, 337, 344.
Lourenço, Diogo, 464.
Lourenço, Gaspar, 450.
Lourenço, jesuita Gaspar, 460, 463.
Lourenço, João, 320, 362.
Lourenço, Manuel, 296, 319, 320.
Lourenço, Silvestre, 454.
Loyola, Ignacio de, 314, 363, 364, 378.
Lucena, Vasco Fernandes de, 172, 193, 305, 335.
Luis, D., 363.
Luis, Domingos, 413.
Luis, Henrique, 247, 259, 283
Luis, Sebastião, 425
Luisa. V. Paraguassú.
Lull, Raymundo, Raimon ou Ramon, 61, 62, 63, 64, 125.
Lullio, ou Lulio. V. Lull.
Lusaire, ou Zurara, Estevão, 444.
Lyra, A. Tavares de, 257.

Macedo, Vicente Raugel de, 495.
Macedo Soares, A. J. de, 19, 477.
Machado, Balthazar, 475, 486.
Machado, Bastião, 449, 450.
Machado, Cosme, 449.
Machado, jesuita Jeronymo, 34, 48, 498.
Machado, Lopo, 296, 366.
Machado, Simão, 225, 358, 482.
Machuca, Vargas, 21, 27.
Madero, Eduardo, 17.
Madre de Deus, Fr. Gaspar, 35, 93, 116, 151, 161, 162, 202, 203, 206, 224, 227, 295, 323, 325, 471.
Madureira, Padre J. M. de, 334, 363, 365.
Maffeu, Fr., 86.
Maira, João Rodrigues, 108.
Magalhães, Basilio de, 404.
Magalhães, Couto de, 25.
Magalhães, Fernão de, 92, 96, 102, 111, 149.

Magalhães, Francisco de, 444.
Magalhães, Gil Annes de, 139.
Maldonado, Aryas, 145.
Malheiro, Pedro Affonso, 118.
Malheiro Dias, C., 142.
Malio, João Baptista, 482.
Mamiani, Padre, 26, 31.
Manelli ou Magnelle, Genebra, 374.
Manescal, Antonio, 420.
Manrique, D. Juan, 331.
Manuel, D., 71, 76, 77, 79, 88, 93, 98, 103, 104, 107, 114, 118, 120, 122, 124, 126, 139, 140, 141, 149, 145, 190, 191, 192, 205, 225, 259, 363, 389, 468.
Manuel, D. João, 93.
Manuel, D. Nuno, 92, 93, 96, 113, 114, 118, 120, 121.
Manuel de Mello, Francisco, 466.
Marcel, Gabriel, 470.
Marchioni, Bartholomeu, 78, 102.
Margalho, Pedro, 105, 193.
Maria, rainha D., 88.
Maria, rainha da Escocia, 357.
Maria [escrava de Men de Sá] 450.
Mariéjols, 444.
Marini, 88.
Marins, Antonio de, 414, 419, 477.
Mariz, Pedro, 253, 476.
Mariz Coutinho, Antonio de. V. Marins, Antonio.
Martins, cardeal Antonio, 84.
Martins, Duarte, 120.
Martins, Fernão, 64, 66, 83.
Martins, Francisco, 102.
Martins, Gomes, 425.
Martins, Jorge, 246, 259.
Martins, Luis, 387.
Martins, Miguel, 296.
Martins, Sebastião, 223.
Martins, Vicente, 164.
Martins Diabo, Affonso, 402.
Martins Ferreira, Vicente, 178.
Martins Namorado, Pedro, 413, 414, 429.
Martius, C. Fred. Phil. von, 40.
Martyr, Pedro, 61, 81, 90, 193, 264, 274.
Mascarenhas, jesuita Antonio, 452.
Mascarenhas, bispo D. Fernão Martins, 452.
Mascarenhas, José Freire Montarroio, 139, 140.
Masser, Cha de, 117.
Maffoso, Braz, 86.
Mayorca, João de, 444.
Medici, Lourenço de Pier Francesco, de, 96, 105.
Medici, Lorenzo de Pier Francesco dei. V. Medici, Lourenço de Pier Francesco de.
Medicis, Cosme de [duque de Florença], 374.
Medina, José Toribio, 17, 91, 108, 109, 110, 112, 117, 120, 121, 122, 128, 140, 142, 144, 179, 244, 255, 257.
Meira, Braz Pires, 495.
Melgarejo, Ruy Diaz, 290.
Mello, Antonio Joaquim de, 295.
Mello e Castro, Rodrigo de Freitas de, 476.
Mello Moraes, A. J. de, 89, 102, 293, 338.
Mello Pereira Sampaio, D. Leonor Maria de, 476.
Mello da Silva, Luis de, 179, 318, 330, 331, 340, 341, 342, 445.
Mendes, Affonso. V. Affonso, mestre.
Mendes, Alvaro, 347.
Mendes, Alvaro [jesuita] 414.
Mendes, Ruy, 97.
Mendes Junior, João, 293.
Mendes Pinto, Fernão, 172.
Mendoça, Heitor Furtado de, 199.
Mendoça, Gonçalo de, 226.
Mendoça, D. Pedro. V. Mendoza, D. Pedro.
Mendonça, Henrique Lopes de, 85.
Mendonça, D. Joanna de, 363.
Mendonça, Lianor de, 361.
Mendonça, Lope Hurtado de, 91, 131, 133.
Mendoza, D. Luis Hurtado de, 331, 339.
Mendoza, D. Luis Torres de, 129.
Mendoza, D. Pedro de, 128, 239, 254, 255.
Menezes, D. Anna de, 490.
Menezes, D. Fernando de, 444.
Menezes, D. Jorge, 216, 217, 352, 371.
Menezes, D. Manuel de, 385, 420.
Menezes, D. Maria de, 499.
Menezes, D. Pedro de, 446.
Mercadillo, 258, 342.
Mercado, Fr. Thomaz de, 269, 433, 434.
Mercuriano, geral Everardo, 477.
Mesquita, Damião Lopes de, 366.
Mesquitela, conde de, 363.
Mexia, Paschoal, 471.

Meyer, Herrmann, 30.
Michaëlis de Vasconcellos, D. Carolina, 88, 377.
Miralles, 440, 469.
Miranda, 474.
Miranda, Hyppolito Cassiano de, 248.
Miranda, Simão de, 74, 85.
Miranga, ou Mirangaoba, chefe indio, 318, 320.
Momboré, chefe indio, 212, 229.
Monge, João, 397.
Moniz Barreto, Antonio, 334.
Moniz Barreto, Diogo, 316, 347, 360, 372.
Moniz Barreto, Duarte, 347.
Moniz Barreto, Egas, 393.
Moniz, Miguel, 296.
Monte, Paulo Affonso de, 215.
Montaigne, 272.
Mont'Alegre, marquez de, 274.
Monteiro, Catharina, 204.
Monteiro, Christovão, 387.
Monteiro, Eliseu, 204.
Monteiro, Gonçalo, 167, 200, 201, 203, 205, 224.
Monteiro, Jacome, 126.
Monteiro, Vicente, 372, 416, 449, 450, 451.
Montes, Henrique, 110, 124, 132, 136, 144, 190, 191.
Montesquieu, 176.
Montoya, Antonio Ruiz de, 19, 26, 52, 128, 150, 357.
Moraes, Bastião de, 449.
Moraes, Brites de, 377.
Moraes, Francisco de, 372, 426.
Moraes, Francisco de [autor do *Palmeirim de Inglaterra*] 193.
Moraes, Francisco Teixeira de, 111.
Moraes, Gaspar Dias de, 492.
Moraes, Sebastião de, 419.
Moraes Barreto, Francisco de, 224.
Moraes e Silva, Antonio de, 264, 265, 330, 389.
Moravia, Valentim de, 196.
Moreira, Jorge, 402.
Moreira de Azevedo, M. D., 152.
Morejon. V. Castejon, Francisco.
Morel, 145.
Morelli, Benedicto, 102.
Mori, João de, 248.
Morim, Diogo. V. Moura, Diogo de.
Mosquera, Ruy, 202.
Motta, Jacome da, 387.
Moura, Alexandre de, 262.
Moura, Bastião de, 101, 120.
Moura, D. Christovão de, 489.
Moura, Diogo de, 380, 397.
Moura, D. Felippe de, 484, 489, 490.
Moura, D. Manuel de, 373, 489.
Moura, Miguel de, 418.
Mourão, Duarte Martins, 394.
Moysés, 332.
Muniz, Antonio, 484.
Muñoz, Juan Batista, 87.

Napoles, Alfonso de, 131.
Navarrete, D. Martin Fernandez de, 62, 69, 70, 71, 79, 80, 84, 87, 90, 102, 112, 121, 122, 130, 131, 132, 136, 142, 328, 338.
Navarro, jesuita João de Aspilcueta, 291, 298, 306, 310, 316, 328, 329, 338.
Nazareth, 334.
Negreiros, André Vidal de, 270.
Negro, ou Negron, Pascual de, 131.
Neto, Fr. Pedro, 86.
Netto, Ladislau, 37.
Neves, Fr. Bernardino das, 493
Niccá, Diogo Pires de, 444.
Nicolau IV, papa, 192.
Nicolau V, papa, 69.
Nobrega, Padre Manuel da, 98, 224, 261, 275, 286, 298, 300, 302, 305, 306, 308, 309, 310, 316, 317, 320, 322, 330, 333, 334, 338, 339, 343, 344, 348, 352, 363, 364, 365, 366, 371, 375, 378, 379, 384, 385, 386, 393, 396, 399, 402, 403, 406, 411, 424, 428, 429, 431, 440.
Nogueira, jesuita Matheus, 306.
Nuno [da Gazeta allemã]. V. Manoel, D. Nuno.
Noronha, D. Affonso de, 333.
Noronha, Fernando ou Fernão de, 88, 95, 97, 102, 117, 118, 253.
Noronha, D. Fernando de. V. Linhares, conde de.
Noronha, Tito de, 185.
Nova, João da, 78, 100.
Novaes, A. de, 455.
Nun'Alvares, condestavel, 189.
Nunes, Antonio, 449.
Nunes, Diogo, 49, 257, 258, 275, 341, 342.
Nunes, Gabriel, 482.
Nunes, jesuita Leonardo, 298, 308, 316, 344, 354, 366.
Nunes, João, 501.
Nunes, Matheus, 441.
Nunes, Paullos, 163, 164, 178, 210.

Nunes, Pedro, 153.
Nunes, jesuita Pedro, 444.
Nunes, Valentim, 217.

Oliveira, Antonio de, 202, 224, 225, 325.
Oliveira, Christovão de, 350, 351, 368, 369, 371.
Oliveira, jesuita Gonçalo de, 427, 429.
Orbigny, Alcide d', 16, 22.
Ordaz, Diego, 82.
Orellana, Francisco de, 49, 50, 104, 237, 243, 244, 257, 258, 341, 342.
Ornessan, Bertrand d'. V. Saint-Blancard, barão de.
Osuña, Pedro de, 244.
Orta, Garcia da, 282.
Oviedo, Gonzalo Fernandez de, 104, 131, 162, 242, 258, 261.

Pacheco, Alvaro, 348.
Pacheco, Manuel, 444.
Padre do Ouro. V. Gouvêa, Antonio de.
Paes, Antonia, 352.
Paes, Antonio, 371
Paes, Diogo, 110
Paes, Fernão, 448.
Paes, João, 492.
Paes, João Barbosa, 232.
Paiva, D. Beatriz de, 363.
Paiva, D. Isabel de, 139.
Paiva, jesuita Manuel de, 310, 316, 366.
Paiva, Miguel Alvares de, 228.
Palha, Fernando, 146, 159, 171.
Palha, Gaspar, 127, 146, 177.
Palha, João Rodrigues, 312.
Pantoja, Francisco Fernandes, 468.
Panzer, 118.
Paraguassú, 148.
Paris, Francisco Casado, 482.
Paris, Martin, 361.
Paulo III, papa, 55, 60.
Paulo IV, papa, 389.
Paulo [escravo de Men de Sá] 450.
Paz, Duarte da, 138.
Pedro, D., duque de Coimbra, 139.
Pedro, D., infante, 193.
Pedro, D., o Justiceiro, 189.
Pedro, D. [conde de Villa Franca] 363.
Pedro, mestre, 346.
Peraza, Juan, 490, 500.
Pereira, Duarte Pacheco, 64, 86, 96.
Pereira, João, 468.
Pereira, Martim, 228.
Pereira, jesuita Ruy, 276, 373, 388, 392.
Pereira Coutinho, Francisco, 162, 170, 176, 234, 237, 248, 249, 251, 259, 261, 292, 297, 300, 304, 307, 315, 336.
Pereira da Costa, F. A., 87, 499.
Peres, Diogo, 296.
Peres, Duarte, 115, 117, 202, 225, 226.
Perez, Padre Francisco, 384.
Pesqueira, Gregorio da, 220.
Philippes, Giles, 138.
Piedade, Fr. Antonio da, 98.
Piedade, Fr. Manuel da, 493.
Pigafetta, 41, 102.
Pilola, Juan de, 132.
Pimenta, Bernardo, 352.
Pimentel, D. Anna, 145, 228.
Pimentel, Fr. Bernardo, 497.
Pimentel, D. Ignez 419.
Pimentel, Jorge, 288.
Pimentel, Manuel, 81.
Pina, Pero de, 338.
Pina, Ruy de, 69, 193.
Pina, Simão de, 85, 86.
Pinheiro, Dr. Antonio, 366, 367.
Pinheiro, Fr. Antonio, 497.
Pinheiro, Manuel, 452.
Pinheiro, Maria, 313, 314.
Pinheiro, Onofre ou Inofre, 389, 462.
Pinheiro, Pero Lobo, 135.
Pinto, Aleixo, 148.
Pinto, Antonio, 387.
Pinto, Francisco, 228.
Pinto, jesuita Francisco, 463.
Pinto, Isabel, 228.
Pinto, Ruy, 201, 202, 226, 227, 228, 355.
Pinzon, Vicente Yañez, 61, 79, 80, 81, 90, 104, 108, 121.
Piragibá ou Piragiba, chefe indio, 212, 491, 492, 493, 494.
Pires, jesuita Ambrosio, 344.
Pires, jesuita Antonio, 298, 425.
Pires, Christovão, 102.
Pires, Fernão, 366.
Pires, jesuita Francisco, 310, 316, 366.
Pires, Jorge, 225, 358.
Pires, Luis, 85, 86.
Pires, Salvador, 87.
Pires, jesuita Salvador, 344.
Pisani, 88.

Pitcher, William, 478.
Pizarro, Francisco, 179, 238.
Pizarro, Gonzalo, 244.
Pizarro e Araujo, José de Sousa Azevedo, 361, 412, 414, 417, 440, 465, 479, 480, 497.
Pizigano, 11.
Platzmann, Julio, 203.
Plinio, 57.
Plutarco, 332.
Polanco, Padre, 365.
Polo, Marco, 83.
Pombal, marquez de, 171.
Pontes, Belchior de, 156.
Portalegre, Francisco, 466.
Portan, Jean, 375.
Porto-Carreiro, Francisco de [avô] 351.
Porto-Carreiro, Francisco de [neto] 139, 346, 357, 366.
Porto-Carreiro, Manoel Jacques, 139, 351, 368, 369, 371.
Porto-Seguro, visconde de. V. Varnhagen, Francisco Adolpho de.
Portugal, arcebispo D. Martinho de, 177.
Prado, Eduardo, 158, 199, 212, 455.
Ptolomeu, 57.
Pucci, Randolfo, 374.
Pudsey, de Southampton, 252.
Puente, Alonso de la, 106.
Puerto, Francisco del, 110.
Purchas, Samuel, 154, 473.

Queiroz, Jacome de, 348, 352.
Quesada, Diego Nuñes de, 237, 244, 257.
Quinteiro, Ayres, 351, 369.
Quintella, 111, 262.

Rada, Rodrigo de, 500.
Ramalho, João, 115, 116, 117, 147, 153, 155, 156, 157, 201, 244, 268, 324, 325, 398.
Ramalho, Manuel, 338, 352.
Ramirez, 80.
Ramirez, Luis, 17, 50, 110, 140, 144.
Ramirez, Melchior, 110, 132, 144.
Ramiz Galvão, B. F., 119, 375, 496.
Ramusio, 85, 88.
Rangel, Alberto, 231.
Rangel, Cosme [de Macedo] 456, 462, 466, 471, 472, 476, 486, 495.
Raposo, Estevão, 474, 481.
Raposo, Francisco Lopes, 322.
Ratisbre, Isaac de, 501.
Rebello, Pedro ou Fero, 327.
Réclus, E., 13.
Rego, Antonio do, 366, 371.
Reinville, João, 324.
Resende, Garcia de, 193.
Resende, marquez de, 297.
Reys, Antonio dos, 236.
Ribeiro, Affonso, 75.
Ribeiro, Ambrosio, 335.
Ribeiro, Antonio, 124, 133, 142.
Ribeiro, Antonio [chefe de uma bandeira] 389, 403, 425.
Ribeiro, Antonio [cirurgião] 452.
Ribeiro, Bernardim, 193.
Ribeiro, Braz, 444.
Ribeiro, Diogo [cartographo] 80, 82, 132, 237, 238, 240.
Ribeiro, Diogo [pratico] 104.
Ribeiro, Diogo [tabellião] 440, 451.
Ribeiro, Gomes, 319, 346.
Ribeiro, João, 67.
Ribeiro, João [procurador da cidade] 468.
Ribeiro, J. P., 319.
Ribeiro, Victor, 363, 452.
Ribera, Diogo de la, 474, 482, 483, 486, 487.
Ribes, Jacome ou Jacob. V. Jacome, mestre.
Richier, Pierre, 360.
Rio-Branco, barão do, 90, 93, 94, 98, 118, 126, 162, 240, 255, 256, 273, 339, 341, 342, 355, 359, 372, 421, 470, 476, 480, 482.
Rios, Catharina, 425.
Rivet, Paul, 26.
Rocha, Antonio, 95.
Rocha, Diogo da, 450.
Rocha Pombo, F. J. da, 87.
Rodrigues, Affonso, 248.
Rodrigues, Alonso, 106.
Rodrigues, Alvaro, 495.
Rodrigues, jesuita Antonio, 368.
Rodrigues, Francisco, 321.
Rodrigues, J. Carlos, 88, 118, 339, 361, 375.
Rodrigues, Jorge, 127, 160.
Rodrigues, Justa, 93.
Rodrigues, Luis, 444.
Rodrigues, Manoel, 444.
Rodrigues, Dr. Nina, 282.
Rodrigues, Padre Pero, 405, 435, 480.
Rodrigues, jesuita Salvador, 316.
Rodrigues, Padre Simão, 306, 314, 334.

Rodrigues, jesuita Vicente, 232, 208, 310, 344, 366.
Roger, Hugues, 124, 127.
Romeiro, Francisco. V. Romero, Francisco.
Romero, Francisco, 200, 221, 222, 233.
Rondinelli, Pero, 107, 117.
Roriz, Fernão Martins de. V. Martins, Fernão.
Rosa, Gonzalez de la, 83.
Rosel, Pedro. V. Roso, Pero.
Roso, Pero, 228, 330.
Roye, Sophus, 64, 67, 83, 93.

Sá, Antonio de, 450.
Sá, jesuita Antonio de, 116.
Sá, Balthazar de, 397.
Sá, D. Beatriz, 446.
Sá, Duarte de, 475.
Sá, Estacio de, 377, 394, 395, 406, 407, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 427, 428, 429, 430, 431, 455.
Sá, D. Felippa de, 446, 448, 450, 452.
Sá, Felippa de [mãe de Salvador Corrêa de Sá] 431.
Sá, Fernão de, 377, 380, 381, 397, 446.
Sá, Francisco de, 446, 447, 448, 449, 450, 451.
Sá, Francisco de [irmão de Men de Sá] 449.
Sá, João Rodrigues de, 446.
Sá, Jeronymo Pereira de, 450.
Sá, Leonardo de, 448.
Sá, Manuel de, 472.
Sá, Fr. Manuel de, 470.
Sá, Martim de, 421.
Sá, Martim de [avô de Salvador Corrêa de Sá] 431.
Sá, Men de, 177, 276, 309, 310, 320, 347, 348, 350, 369, 371, 372, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 391, 392, 393, 394, 399, 400, 402, 403, 404, 407, 412, 414, 415, 417, 418, 419, 420, 421, 423, 425, 432, 433, 436, 437, 439, 440, 445, 451, 453, 455, 466.
Sá, Salvador Corrêa de, 407, 415, 417, 419, 420, 421, 431, 448, 456, 465, 468, 474, 475, 476, 480, 490.
Sá, Simão de, 449.
Sá de Menezes, Francisco de, 448.
Sá de Miranda, Francisco de, 377.
Saavedra, Christoval, 324.
Saboia, duque de, 368.
Sacchini, 441, 460.
Safra, João, 444.
Saint-Blancard, barão de, 163, 165, 166, 177.
Saint-Hilaire, Auguste de, 273.
Salazar, Hernando de, 324.
Salazar, Juan de, 324, 335, 336.
Salema, Antonio de, 441, 454, 456, 457, 459, 461, 462, 472, 476, 477, 478.
Salembier, Louis, 66.
Salvador, Fr. Luis do, 86.
Salvador, Fr. Vicente do, 77, 116, 148, 212, 213, 215, 216, 228, 233, 242, 245, 285, 293, 303, 316, 341, 342, 351, 362, 372, 376, 377, 378, 394, 395, 397, 402, 413, 415, 420, 428, 432, 440, 441, 444, 445, 452, 453, 456, 460, 461, 462, 463, 464, 469, 473, 474, 476, 478, 480, 481, 482, 484, 487, 488, 489, 491, 493, 494, 495, 496.
Samano, Joan de, 340.
Sampaio, F. X. Ribeiro de, 45.
Sampaio, Theodoro, 12, 13, 117, 154, 156, 160, 203, 265, 345, 354, 356, 357, 358, 359, 390.
Sanches, Fernão, 444.
Sanches, João, 444.
Sanches, Juan, 320.
Sande, Diogo Corrêa de, 494.
Sande, D. João de, 237, 244, 257.
Sandoval, Alonso de, 281.
Santa-Catharina, Fr. Melchior de, 496.
Santa-Cruz, Alonso de, 97, 142.
Santa-Maria, Fr. Alberto de, 497.
Santarem, visconde de, 63, 146, 167, 318.
Santiago, Bento Dias de, 485, 486, 495, 498, 499, 501.
São Martinho, João de, 444.
Sardinha, Gil Fernandes, 334.
Sardinha, bispo Pero Fernandes, 231, 306, 318, 334, 335, 340.
Sarmiento, Luis, 238, 240, 255, 258, 340.
Sarmiento de Gamboa, Pedro, 470, 474, 482, 483, 486.
Sarracoll, John, 495.
Sassetti, Felippe, 374.
Saxonia, Nicolau de, 196.
Scheter, Erasmo. V. Schetz, Erasmo.

Schetz, Erasmo, 228, 336.
Schmidel, Ulrich, 228, 254, 324.
Schöner, Johannes, 105, 118, 120, 158.
Schuller, Rodolpho R., 119.
Seabra, José de, 297, 319.
Seabra, Manuel Maria da Piedade Coutinho de, 297.
Seabra, Pedro de, 425.
Seabra da Silva, José, V. Seabra, José de.
Sebastião, D., 243, 313, 336, 361, 373, 419, 420, 437, 438, 453, 457, 464, 465, 479.
Sebastião, mestre, 314.
Seixas y Lovera, D. Francisco de, 95.
Senabria, Diego de, 318, 320, 335.
Senabria, D. Fernando de, 323, 324.
Senabria, Juan de, 335.
Senera, 68.
Serpa, Pedro, 160.
Serrão, jesuita Gregorio, 344, 366, 425, 472.
Serrão, Margarida, 471.
Siculus, 196.
Silva, Aires Gomes da, 85, 86.
Silva, Fernão da, 424, 440, 457, 461.
Silva, Francisco da, 298.
Silva, Innocencio F. da, 185, 401.
Silva, D. João da, 466.
Silva, João Gomes da, 464.
Silva, J. Caetano da, 80, 98.
Silva, Dr. Luciano Pereira da, 89, 122.
Silva, Manuel Homem da, 473.
Silva, Pedro Vieira da, 276.
Silva, Pero de, 85.
Silva de Santarem, Braz da, 333.
Silva Lisboa, Balthazar da, 169, 170, 361, 394, 413, 416, 424, 427, 429, 430, 440, 457, 479.
Silveira, João da, 126, 127, 134, 135, 140, 141.
Silveira, Simão Estacio da, 36, 244.
Silveira Lobo, tabellião, 421.
Simões Pereira, administrador Bartholomeu, 465, 479, 480, 481.
Siqueira, Gaspar de, 450, 451.
Smith, Herbert, 37.
Soares, Antonio, 444.
Soares, Fernão, 492.
Soares, D. Leonor, 316.
Soderini, Pedro, 89, 95, 97.
Soledade, Fr. Fernando da, 86.
Solis, João Dias, 92, 96, 108, 109, 110, 113, 120, 121, 122, 129, 140, 144.
Solonio, jesuita João, 460.
Sore, ou Soria, Jacques, 437, 444.
Soto, Hernando, 128.
Sotomayor, Alonso de, 475, 482, 483.
Sousa, D. Antonio Caetano de, 107, 339, 393.
Sousa, Belchior de, 322.
Sousa, Ellena de, 316.
Sousa, Fausto Augusto de, 408, 409, 410, 420.
Sousa, Fernão Ribeiro de, 346, 425.
Sousa, Gabriel Soares de, 16, 21, 22, 31, 32, 33, 34, 38, 44, 49, 50, 59, 87, 110, 133, 150, 151, 178, 205, 215, 222, 232, 239, 245, 259, 265, 266, 301, 303, 314, 315, 316, 330, 331, 342, 350, 392, 441, 443, 460, 462, 463, 464, 468, 473, 476, 480, 485, 487.
Sousa, Gaspar de, 454.
Sousa, Gaspar Lobo de, 322.
Sousa, Heitor de, 135.
Sousa, D. Helena de, 339.
Sousa, D. Ignez de, 480.
Sousa, João de, 146, 148, 165.
Sousa, jesuita João de, 366.
Sousa, João de [prior de Rates] 313, 314.
Sousa, João de [filho do prior de Rates] 313.
Sousa, João Coelho de, 456, 463.
Sousa, Lopo de [senhor do Prado] 143
Sousa, Fr. Luis de, 135, 141, 167, 171, 172, 178, 205, 208, 360.
Sousa, D. Martha, 322.
Sousa, Martim Affonso de, 117, 124, 127, 136, 137, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 174, 176, 178, 200, 201, 203, 204, 205, 208, 209, 222, 225, 227, 228, 237, 245, 248, 289, 292, 323, 325, 358, 415, 419.
Sousa, Pedro de, 313.
Sousa, Pedro de [senhor do Prado] 144.
Sousa, Pedro Lopes de [capitão de Itamaracá] 491, 492, 493.
Sousa, Pero Lopes de, 17, 27, 28, 93, 115, 124, 135, 137, 142, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 157, 158, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 171, 172, 176, 177, 178, 183, 200, 205,

206, 207, 208, 209, 210, 227, 228, 229, 348.
Sousa, Pero Lopes de, [filho de Martim Affonso] 419.
Sousa, jesuita Simão de, 452.
Sousa, Thomé de, 15, 115, 117, 205, 233, 245, 258, 260, 261, 269, 275, 291, 292, 296, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 310, 311, 313, 314, 317, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 336, 337, 338, 339, 341, 343, 347, 350, 352, 356, 368, 378, 379, 380, 381, 382, 393, 404, 410.
Sousa Aguiar, Joaquim Duarte de, 81.
Sousa de Siabra, Pedro de, 313.
Sousa Viterbo, 88, 138, 144, 260, 321, 336, 337, 338, 377, 391.
Southey, R., 324, 357, 378, 437, 464.
Staden, Hans, 16, 29, 45, 154, 160, 161, 203, 215, 216, 228, 335, 343, 354, 355, 356, 421,
Staper, Richard, 481.
Steeye, John Beal, 39.
Steinen, Carlos von den, 16, 19, 26, 37, 40, 50, 266.
Storm, 67.
Stuart, barão de, 463, 477.
Straio, 55, 58, 61, 68.
Surubi, chefe indio, 460.

Tabira, chefe indio, 212.
Tacito, 55.
Taide, Pero de [de alcunha *Do/erno*]. V. Athayde, Pero de.
Taide, Vasco de. V. Athayde, Vasco de.
Tamios, Pedro, 167, 205, 295, 412.
Tastevin, C., 26.
Taunay, Affonso d'E., 227, 323, 387, 404.
Tavares, João, 493.
Tavares, jesuita Simão, 489.
Tavira. V. Tabira.
Tavora, D. Violante de, 304, 314.
Teixeira, Antonio, 246.
Teixeira, Fr. Domingos, 111.
Teixeira, Pero, 366, 451.
Teixeira, Ruy, 499.
Teixeira Pinto, Bento, 373.
Telles, Fernão, 61, 64, 65.
Telles, Gramatão ou Grammatão, 300.
Telles Barreto, Manuel, 443, 473, 474, 475, 480, 484, 485, 486, 487, 489, 495, 496, 498.
Tello, jesuita Barnabé, 484.
Ternaux-Compans, 17, 118, 356, 469.
Thevet, André, 16, 22, 43, 154, 266, 354, 355, 357, 359, 402.
Thuanus, 357.
Tibiriçá, Martim Affonso, 277, 343, 345, 387.
Toar, Martim Fernandes de, 85.
Toar, ou Tovar, Sancho de, 74, 85.
Tolosa, Fr. Francisco de, 496.
Tolosa, jesuita Ignacio de, 462, 463, 477, 485.
Tootal, Albert, 356.
Torneiro, Fr. André, 309.
Torquemada, 198.
Torres, Affonso de, 304, 315, 332.
Torres, Fr. Pablo de, 241, 257.
Tosanelli, Paolo, 61, 66, 77, 83, 84, 96.
Toscano, Diogo, 148.
Toscano, Francisco, 303, 394.
Tournemouche, Mathurin, de, 134.
Trajano, 332, 333.
Trelles, Manuel Ricardo 17.

Uirá-uby, chefe indio. V. Arco-verde.
Ulmo, Fernão d', 61, 65.
Urdaneta, Andrés de, 129.

Vacas, Francisco de, 320, 346.
Vadianus, V. Watt.
Valas, Juan de, 500.
Valdez, Diogo Flores, 374, 456, 474, 482, 483, 484, 486, 488, 489, 490, 500.
Valdovinos, 80.
Valentini, Ph. J. J., 121.
Valladares, Jorge de, 347.
Valle, jesuita Leonardo do, 403.
Valle Cabral, Alfredo do, 87, 98, 128, 262, 275, 298, 302, 308, 317, 338, 343, 365, 379, 402, 431, 440.
Varnhagen, Francisco Adolpho de, 35, 72, 85, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 118, 128, 131, 143, 151, 265, 307, 313, 372, 392, 432, 441.
Vasconcellos, Alvaro Mendes de, 113, 114, 118.
Vasconcellos, D. Brites Mendes de, 494.
Vasconcellos, Henrique Mendes de, 288.

Vasconcellos, João Mendes de, 112, 122.
Vasconcellos, D. Luis Fernandes de, 437, 444, 445, 464.
Vasconcellos, Simão de, 29, 37, 38, 60, 154, 212, 354, 378, 385, 394, 405, 410, 411, 413, 414, 416, 420, 427, 430, 431, 444, 455, 480.
Vasconcellos da Cunha, Bartholomeu de, 367, 384, 399.
Vaudeclay, Jaques, 470.
Vaz, Affonso, 148.
Vaz, Amaro, 444.
Vaz, Antonio, 222.
Vaz, Diogo, 178.
Vaz, Fernão, 468.
Vaz, Gaspar, 135, 145, 146, 160.
Vaz, Lopo, 386, 472.
Vaz, Lourenço, 116.
Vaz, jesuita Martim ou Martinho, 484.
Vaz, Miguel, 334, 335.
Vaz, Simão, 501.
Veiga, Diogo Dias da. V. Veiga, Diogo Vaz da.
Veiga, Diogo Vaz da, 462, 489.
Veiga, Lourenço da, 444, 456, 462, 464, 465, 466, 471, 476, 479, 498.
Veiga, Tristão Vaz da, 469.
Velha, D. Isabel, 414.
Velho, Francisco, 413.
Velho Galvão, João, 366.
Velho Rego, João, 492.
Vellosa, João de, 251, 304, 315, 368.
Velloso, Padre Francisco, 278.
Veniste, João, 227, 228.
Venistes, 204.
Ventura, Fr. Antonio, 496.
Vera, Alv. Ferreira de, 189, 192.
Verissimo, José, 36.
Vespucci, Amerigo, 11, 28, 61, 71, 79, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 104, 105, 107, 108, 113, 118, 121, 122.
Vicente, Gil, 193, 328, 336, 338.
Victoria, Fr. João da, 86.
Vicuña, Morla, 320, 335.
Viegas, Gaspar, 148.
Vieira, Padre Antonio, 26, 29, 52, 274, 276, 278.
Vieira, Balthazar, 451.
Vieira, Diogo Gonçalves, 348
Vieira, Fr. Domingos, 278.
Vieira, João Fernandes, 501.
Vieira, Miguel Gonçalves, 496.
Vieira Fazenda, Dr. José, 411, 430.
Vignaud, Henry, 83, 90, 95, 114.
Vignon, Eustathius, 361.
Vilhena, Luis dos Santos, 248.
Villa Nova, Pero de, 361.
Villas-Bôas, 374.
Villegaignon, Nicolau Durand de, 343, 355, 357, 358, 359, 360, 361, 375, 376, 377, 386, 402, 415, 455, 470.
Vimieiro, condes de, 201.
Vinci, Leonardo da, 120.
Vinet, Fernão, 78.
Vizcaino, Bartholomé, 131.
Vizcaino, Marchin, 131.
Vogado, Pedro, 228.

Waldseemüller, Martim, 105.
Wappæus, J. E., 13.
Ward, Lucas, 481, 482.
Washington Luis, 117.
Watt, 105.
Weiszflog Irmãos, 227, 323.
Whithall, John, 473, 481.
Wiener, C., 35.
Wieser, Dr. Franz R. von, 97, 98, 118.
Wilkes, C., 281.
Wilhrington, 495.
Winkelmann, Hans Just, 356.

Xavier, São Francisco, 290, 334, 335.
Xavier, Padre Manuel, 464.
Xisto V, papa, 69.
Xisto X, papa, 497.

Zimmer, 67.
Zimmermann, 280.
Zorrilla, Diogo, 425, 435, 440.
Zurita, 189.

INDICE DAS ESTAMPAS

Retrato do Autor	frontespicio	
Retrato de José Bonifacio	entre ps.	XXII/XXIII
Utensilios e instrumentos dos indios	»	28/29
Taba ou aldêa india	»	34/35
Armas e adornos dos indios	»	36/37
Mappa-mundi	»	70/71
Fragmento das instrucções	»	72/73
Linha de Demarcação	»	122/123
Mappa do Brasil	»	166/167
Os Ilhéos	»	220/221
Peninsula de Itapagipe	»	300/301
Matança do 1.º Bispo	»	348/349
Retrato de Cunhambebe	»	354/355
Epitaphio de Men de Sá	»	440/441
Vista de Recife e d'Olinda	»	492/493